

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Marta Mariano Alves

Afro-reparação e Campo Universitário:

Perspectiva de membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro

Porto Alegre

2023

Marta Mariano Alves

Afro-reparação e Campo Universitário:

Perspectiva de membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de doutora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dra. Célia Elizabete Caregnato

Porto Alegre

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

Alves, Marta Mariano
Afro-reparação e Campo Universitário: perspectiva
de membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro /
Marta Mariano Alves. -- 2023.
388 f.
Orientadora: Célia Elizabete Caregnato.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, , Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Afro-reparação. 2. Campo Movimento Negro
brasileiro. 3. Ação Afirmativa / Réparação. 4.
Educação Superior / Campo universitário. 5. Clóvis
Moura / Pierre Bourdieu / Axel Honneth. I. Caregnato,
Célia Elizabete, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Marta Mariano Alves

Afro-reparação e Campo Universitário:

Perspectiva de membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de doutora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dra. Célia Elizabete Caregnato

Porto Alegre, 31 de maio de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Célia Elizabete Caregnato (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS

Dr. Cleber Santos Vieira
Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP

Dra. Luciana Garcia de Mello
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS

Dr. Leandro Rogério Pinheiro
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS

INQUISIÇÃO

Ao poeta que nos nega
Enquanto a inquisição
Interroga
a minha existência
e nega o negrume
do meu corpo-letra
na semântica
da minha escrita,
prossigo

Assunto não mais
o assunto
dessas vagas e dissentidas
falas.

Prossigo e persigo
outras falas,
aquelas ainda úmidas,
vozes afogadas,
da viagem negreira.

(Conceição Evaristo)

GRATIDÃO!

Aos que lutaram, pelo exemplo de coragem e solidariedade. Aos que lutam, pela coragem de acreditar na mudança e na fraternidade. Aos que lutarão, pela esperança de que venceremos a opressão que ceifa vidas e a dignidade.

A todas, todos e todes que amenizaram as dores dessa jornada, pela solidariedade e pela fraternidade.

Se a jornada apresentou obstáculos, também houve quem oferecesse um ombro amigo, palavras de conforto, que se dispuseram a caminhar coletivamente nessa jornada, que financiaram sonhos e desejos de mudança.

Marta Mariano Alves

(...)sofrimento e os males infligidos a milhões de homens, mulheres e crianças como resultado da escravidão, do comércio de escravos, do comércio transatlântico de escravos, do colonialismo, do apartheid, do genocídio e tragédias passadas, notando que alguns Estados-membros tiveram a iniciativa de se desculpar e pagaram reparações, quando apropriado, por graves e massivas violações cometidas, e convocando aqueles que ainda não expressaram seu remorso ou não apresentaram desculpas a encontrar alguma maneira de contribuir com a restauração da dignidade das vítimas;

(trecho do Programa de Atividades da Década Internacional de Afrodescendentes/2015-2024 aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas - ONU em 18/11/2014. Disponível em: <https://decada-afro-onu.org/justice.shtml>

RESUMO

A população negra brasileira vem sendo historicamente excluída ou discriminada no espaço educacional e marginalizada no campo universitário, em consequência do racismo histórico-estrutural. O Parecer do Conselho Nacional de Educação, CNE/CP nº 03/2004, e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186 (ADPF 186), do Supremo Tribunal Federal, que julgou constitucional a política de ação afirmativa racial, caracterizam as políticas para a área educacional neles mencionadas como compensatórias e de reparação histórica. Esta tese tem como objeto de estudo as práticas sociais de afro-reparação relacionadas ao campo universitário, na práxis de agentes do campo Movimento Negro brasileiro. O campo Movimento Negro brasileiro é caracterizado nesta pesquisa como um campo de ação social. Isso se deve ao seu caráter de espaço social que forma uma coletividade permeada por um *habitus* de resistência e luta antirracista, bem como por apresentar heterogeneidade e disputas internas, como é próprio das relações sociais, mas delimitado pela causa comum de enfrentamento ao racismo. O objetivo geral desta tese é analisar como as concepções de afro-reparação, em disputa no campo Movimento Negro brasileiro, concebem as ações de afro-reparação no campo universitário. Nesta tese, afro-reparação é considerada um elemento da práxis (categoria teórica abordada por Clóvis Steiger de Assis Moura) de agentes do campo Movimento Negro brasileiro, bem como um conjunto de expectativas sociais, educacionais, jurídicas e econômicas, presentes em perspectivas de integrantes e entidades do campo Movimento Negro brasileiro e em pautas antirracistas. Este estudo está baseado em uma conjugação teórica composta pelos autores Clóvis Steiger de Assis Moura, Pierre Félix Bourdieu e Axel Honneth. Quanto à metodologia, é um processo investigativo exploratório, que utiliza instrumentos híbridos de coleta de informações e interpretação social, classificados como investigação documental (jornais, sítios web, manifestos, cartas, panfletos, pautas de organização de manifestações públicas, sentenças jurídicas e legislações) e investigação interpessoal de fatos e percepções (questionário e entrevista). A investigação realizada envolveu 27 questionários dos quais 17 tiveram entrevistas efetivadas. Os resultados das análises dos dados coletados nas entrevistas foram utilizados para delinear uma práxis pedagógica universitária negra reparativa, considerando elementos como formação docente, currículo, relações interpessoais e combate ao racismo, aspectos organizacionais, administração e a articulação ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Afro-reparação; Reparação; Movimento Negro; Campo Movimento Negro brasileiro; Campo universitário; Educação Superior; Ação Afirmativa; Clóvis Moura; Pierre Bourdieu; Axel Honneth.

RESUMEN

La población negra brasileña ha sido y sigue siendo rechazada o discriminada históricamente en los espacios de enseñanza y marginada en el ámbito universitario como consecuencia del racismo histórico-cultural. La definición del Consejo Nacional de Educación, CNE/CP nº 03/2004 y el Argumento del incumplimiento del precepto fundamental 186 (ADPF 186), del Supremo Tribunal Federal, que ha juzgado como constitucional la política de acción afirmativa racial, califican las políticas para el ámbito educacional referidas en estos documentos legales, como compensativas y de reparación histórica. Esta tesis tiene como objeto de investigación las prácticas sociales de afro-reparación vinculadas con el campo universitario, en la praxis de agentes del campo Movimiento negro brasileño. El campo Movimiento Negro brasileño se caracteriza en esta investigación como un ámbito de acción social. Esto se debe a sus características de espacio social que conforma una colectividad permeada por un *habitus* de resistencia y lucha antirracista, así mismo se caracteriza por presentar heterogeneidad y disputas interiores, algo propio de las relaciones sociales, pero delimitado por el interés común del enfrentamiento al racismo. El objetivo general de esta tesis es analizar como las concepciones de afro-reparación, disputadas en el campo del Movimiento Negro brasileño, conciben las acciones de afro-reparación del campo universitario. En esta tesis, se considera afro-reparación como un elemento de la praxis (categoría teórico tratada por Clóvis Steiger de Assis Moura) de agentes del campo Movimiento Negro brasileño y también un conjunto de expectativas sociales, educacionales, jurídicas y económicas presentes en las perspectivas de integrantes y entidades del Movimiento Negro brasileño y en agendas antirracistas. Este estudio está basado en un enlace teórico en que están presentes los autores Clóvis Steiger de Assis Moura, Pierre Félix Bourdieu e Axel Honneth. Al respecto de la metodología, es un proceso investigativo exploratorio que haz uso de herramientas híbridas de recolectar informaciones e interpretación social, calificados como investigación documental (periódicos, sitios web, manifiestos, cartas, volantes, agendas de organización de manifiestos públicos, sentencias judiciales y legislación) e investigación interpersonal de hechos y percepciones (cuestionarios y entrevista). La realización de la investigación ha involucrado 27 cuestionarios, de los que 17 han resultado en realización efectiva de entrevistas. Los resultados de los análisis de los datos recolectados en las entrevistas han sido utilizados para delinear una praxis pedagógica universitaria negra reparativa, tomando en cuenta elementos como la formación docente, programas de estudios, relaciones interpersonales y combate al racismo, aspectos organizacionales, administración y la articulación entre enseñanza, investigación y extensión universitaria.

Palavras-chave: Afro-reparación; Reparación; Movimiento Negro; campo Movimiento Negro Brasileiro; Campo universitario; Enseñanza superior; Acción Afirmativa; Clóvis Moura; Pierre Bourdieu, Axel Honneth.

ABSTRACT

The black Brazilian population has been historically excluded or discriminated against in the educational space and marginalized in the university field as a result of historical-structural racism. The Opinion of the National Council of Education, CNE/CP nº 03/2004, and the Plea of Noncompliance with Fundamental Precept 186 (ADPF 186) of the Federal Supreme Court, which judged constitutional the racial affirmative action policy, characterize the policies for the educational area mentioned in them as compensatory and with historical reparation meaning. This thesis has as object of study the social practices of Afro-reparation in the university field in the praxis of agents of the Brazilian Black Movement field. The Brazilian Black Movement field is characterized in this research as a field of social action. This is due to its character as a social space that forms a collectivity permeated by a *habitus* of resistance and anti-racist struggle, as well as for presenting heterogeneity and internal disputes, which is typical of social relations, but bounded by the common cause of confronting racism. The general object of this thesis is to analyze how the conceptions of Afro-reparation in dispute in the field of the Brazilian Black Movement, conceive the actions of Afro-reparation in the university field. In this thesis, Afro-reparation is considered as an element of the praxis (category addressed by Clóvis Steiger de Assis Moura) of agents of the Brazilian Black Movement field, but also a set of social, educational, legal and economic expectations present in perspectives of members and entities of the Brazilian Black Movement field and in anti-racist agendas. It is a study based on a theoretical conjugation composed by the authors Clóvis Steiger de Assis Moura, Pierre Félix Bourdieu, Axel Honneth. As for the methodology, it is an exploratory investigative process that uses hybrid instruments of information gathering and social interpretation, classified as documentary investigation (newspapers, websites, manifestos, letters, pamphlets, guidelines for organizing public demonstrations, legal rulings, legislations) and interpersonal investigation of facts and perceptions (questionnaire and interview). The investigation involved 27 questionnaires, of which 17 had interviews carried out. The results of the analysis of the data collected in the interviews were used to outline a reparative black university pedagogical praxis, considering elements such as teacher training, curriculum, interpersonal relationships and fight against racism, organizational aspects, administration and the articulation of teaching, research and extension.

Keywords: Afro-reparation; Reparation; Black Movement; Brazilian Black Movement field; University field; Higher education; Affirmative Action; Clovis Moura; Pierre Bourdieu; Axel Honneth.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Unidade Federativa dos 27 questionários válidos	135
Gráfico 2 - Faixa etária dos 27 participantes nos questionários válidos	136
Gráfico 3 - Sexo/gênero nos 27 questionários válido	137
Gráfico 4 - UF das entrevistas realizadas	137
Gráfico 5 - Sexo/gênero nas 17 entrevistas	139
Gráfico 6 - Tempo de atuação em entidade do campo Movimento Negro brasileiro	140

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Contribuições dos autores para a proposta de conjugação teórica	23
Figura 2 - Elementos de articulação entre o microsocial e o macrossocial	24
Figura 3 - Pensamento dialético	28
Figura 4 - Prisma teórico da investigação interpessoal de fatos e percepções	34
Figura 5 - Espaço físico na pesquisa visualizado pela pesquisadora	45
Figura 6 - Quarto 20 do Pensionato São Benedito, Porto Alegre/RS	54
Figura 7 - Maria do Carmo Gerônimo	61
Figura 8 - Racismo histórico-estrutural brasileiro incorporado como <i>habitus</i>	77
Figura 9 - Ilustração de elementos teóricos-conceituais que orientam a pesquisa ...	79
Figura 10 - Deslocamento de agentes entre campos	97
Figura 11 - Campo universitário: Força de conservação x Força de subversão	99
Figura 12 - Conhecimento acadêmico e ampliação da atuação no espaço social ..	101
Figura 13 - <i>Habitus</i> racializado e percepção do racismo	125
Figura 14 - Categorias de Bourdieu/campo Movimento Negro brasileiro	132
Figura 15 - Localização no Brasil das unidades federativas dos entrevistados	138
Figura 16 - Influência no entendimento de afro-reparação da entidade	147
Figura 17 - Chacina Baixada Fluminense 2005	213
Figura 18 - Socialização, dimensões do <i>habitus</i> e racismo histórico-estrutural	221
Figura 19 - Raça e Classe do escravismo ao capitalismo	248
Figura 20 - Práxis pedagógica universitária negra reparativa a partir dos relatos ...	332

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Envio de questionário para entidades com contato disponível na internet	38
Quadro 2 - Envio de questionário para grupos de WhatsApp	39
Quadro 3 - Pseudônimos indicados pelos entrevistados.....	42
Quadro 4 - Países do BRICS com adoção de política de ação afirmativa	66
Quadro 5 - Elementos de apoio e influência na adoção da política de ação afirmativa para negras/os nas Instituições de Educação Superior	69
Quadro 6 - Atividades desenvolvidas - entidades e integrantes entrevistadas/os/es	140
Quadro 7 - Afro-reparação entendimento e proposta da entidade	142
Quadro 8 - Afro-reparação concepções e papel da universidade	225
Quadro 9 - Afro-reparação influência na elaboração da concepção	239
Quadro 10 - Autoclassificação de concepção de afro-reparação.....	253
Quadro 11 - Afro-reparação convergência e divergência.....	260

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Questionários preenchidos e entrevistas realizadas	40
Tabela 2 - Data e número de contatos e o resultado em número de entrevistas	41
Tabela 3 - Entidade de origem das 17 participações nas entrevistas	139
Tabela 4 - Rendimento médio mensal dos ocupados segundo a raça por sexo, em seis regiões metropolitana brasileiras, 1998 (R\$ dez/98)	250

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as

ANAN - Associação Nacional da Advocacia Negra

ANCEABRA - Associação Nacional de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEABRAS - Coletivo de Empresários Afro-Brasileiros

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FNB - Frente Negra Brasileira

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Instituições de Ensino Superior

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBTQI+ - Lésbica, Gay, Bissexual, Transgêneros, Queer, Intersexual, demais orientações, identidades e expressões

LGBTQIAP+ - Lésbica, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, demais orientações, identidades e expressões

MMFDH - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

MNU - Movimento Negro Unificado

NEABs - Núcleo(s) de Estudos Afro-brasileiro

SINAN - Sistema Nacional de Informações e Agravos de Notificações

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNEGRO - União de Negros pela Igualdade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 CONCEPÇÃO DE PESQUISA	21
1.1 OBJETO DE ESTUDO	24
1.2 QUESTÃO DE PESQUISA.....	25
1.3 HIPÓTESE	25
1.4 OBJETIVOS	26
1.5 METODOLOGIA.....	26
1.5.1 Delimitação e instrumentos de coleta de dados	29
1.5.2 Procedimentos e tratamento dos dados	35
1.6 CATEGORIAS DE ANÁLISE	46
1.7 ASPECTOS ÉTICOS.....	47
1.8 AFROVIVÊNCIA E PESQUISA: UM OLHAR SINGULAR	49
2 AFRO-REPARAÇÃO	55
2.1 CONTEXTO EDUCACIONAL, POLÍTICO E JURÍDICO BRASILEIRO	66
3 REFERENCIAL TEÓRICO	74
3.1 CONJUGAÇÃO TEÓRICA: CONCEPÇÕES, CONCEITOS, CATEGORIAS E REINTERPRETAÇÕES	74
3.2 CAMPOS: INTERPRETAÇÃO E INTERSECÇÃO	78
3.2.1 Campo universitário	86
3.2.2 Campo Movimento Negro brasileiro	102
3.2.2.1 Gênese histórica	105
3.2.2.2 Microcosmo relativamente autônomo integrado a um espaço social ..	112
3.2.2.3 Regras do jogo, interesses e conflitos específicos	114
3.2.2.4 <i>Habitus</i> e agentes com características específicas	120
3.2.2.5 Sistema estruturado de posições e espaço de disputas por posições	127
3.2.2.6 Capital específico do campo e disputa por posições	129
3.2.2.7 Espaço de desigualdade de capital que estrutura o campo	131
4 FORMULÁRIOS E ENTREVISTAS: ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	134
4.1 PRÁXIS DE AGENTES NEGRAS/OS/ES	149
4.1.1 Relatos: práxis de agentes negras/os/es	153
4.1.2 Análise: práxis de agentes negras/os/es	200
4.1.2.1 Histórico, luta e atuação antirracista	203

4.1.2.2 Resistência e resiliência	208
4.1.2.3 Conquistas	215
4.2 PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO.....	219
4.3 MUDANÇA SOCIAL E MOBILIDADE SOCIAL.....	245
4.4 AFRO-REPARAÇÃO: ENTENDIMENTOS E DIVERGÊNCIAS	259
4.5 PRÁXIS PEDAGÓGICA UNIVERSITÁRIA NEGRA REPARATIVA	263
4.5.1 Formação e perfil docente.....	268
4.5.2 Currículo	274
4.5.3 Relações interpessoais e combate ao racismo	282
4.5.4 Aspectos organizacionais	297
4.5.5 Administração	310
4.5.6 Ensino-pesquisa-extensão	318
4.5.7 Práxis pedagógica universitária negra reparativa.....	325
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	337
REFERÊNCIAS.....	341
ANEXO 1- FORMULÁRIO DE PESQUISA E TERMO DE CONSENTIMENTO	352
ANEXO 2 - DIVULGAÇÃO DO FORMULÁRIO DE PESQUISA PELA ABPN.....	360
ANEXO 3 - SEMINÁRIO PREPARATÓRIOS PARA A CONFERÊNCIA DURBAN/2001.....	361
ANEXO 4 - ATIVIDADE CAMPANHA “REPARAÇÃO JÁ!” EM 2015.....	366
ANEXO 5 - ATIVIDADES DE FORMAÇÃO TEMÁTICA REPARAÇÕES	370
ANEXO 6 - CATÁLOGO DE ENTIDADES DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO	374
ANEXO 7 - TESE RAÇA E TERRITÓRIO/1998	376
ANEXO 8 - POEMA MENCIONADO DURANTE ENTREVISTA	381
ANEXO 9 - LETRAS DE MÚSICAS MENCIONADAS DURANTE ENTREVISTA..	382
ANEXO 10 - I ENCONTRO NACIONAL DE ENTIDADES NEGRAS/1991	386

INTRODUÇÃO

Inicialmente é importante definir que a opção pela grafia “Afro-Reparação”, mesmo estando em vigor uma reforma ortográfica, tem a intenção de expressar visualmente a junção entre dois elementos, que em função de um processo histórico, passam a constituir de forma conjugada uma perspectiva de práxis. De um lado uma identidade pátrio, a qual identifica um fenótipo, uma origem geográfica, grupos sociais provenientes de povos do continente africano. E do outro, uma perspectiva jurídica que passa a ser adotada na esfera da ação do Movimento Negro brasileiro como elemento de pauta social reivindicatória. É a partir dessa compreensão, que a agregação política desses dois elementos transita nesta tese. Assim, a afro-reparação como uma prática social incorporada a uma agenda política e de modo igual, entendida como delimitação investigativa de expectativas de agentes do Movimento Negro brasileiro, incita um processo investigativo considerando o campo universitário.

Identicamente, é significativo registrar que a utilização da grafia e a perspectiva investigativa, também tem como influência o contato com a produção teórica de Rosero-Labbé *et al.* (2007) e López (2008), que fazem uso do termo em seus estudos relacionados à questão racial. A afro-reparação, nessa tese, é reconhecida como sinônimo de reparação social, reparação de danos históricos, reparação cultural, reparação de desigualdades sociais historicamente construídas, reparação por danos históricos sofridos pela população negra, reparação de desigualdades, método de reparação, reparação do prejuízo histórico ao negro no Brasil, reparação de dano causado historicamente.

Esta tese¹ expõe o resultado de uma investigação junto a integrantes do Movimento Negro brasileiro. Nela entende-se o Movimento Negro brasileiro como um campo de ação social. Ou seja, é um território delimitado e organizado no espaço social no interior de uma sociedade permeada por disposições sociais racista, formando uma coletividade que compartilha um *habitus* de resistência e luta

¹ O presente trabalho recebeu apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

antirracista. Campo do qual, emerge uma pluralidade de concepções e práticas concernentes a concepções de como poderia ser concebida a afro-reparação no campo universitário.

Para constituir teoricamente o campo Movimento Negro brasileiro foi necessário desenvolver um diálogo, uma relação teórica cooperativa, entre os autores Clóvis Moura, Pierre Bourdieu e Axel Honneth. E estabelecer a interação entre as concepções teóricas, permitiu explorar dimensões de análise resultantes dessa troca epistemológica e das conexões conceituais significativas. Isto estimulou um diálogo teórico plural pautado em possibilidades de convergência e complementaridade, uma conjugação teórica desenvolvida para o exame do objeto de estudo e que se constitui como característica central desta tese. Portanto, considera-se que o campo Movimento Negro brasileiro, a partir de um *habitus* racial próprio, tem instigado mudanças nas relações sociais de poder e dominação e com relação a afro-reparação. Esse *habitus* racial tem influenciado mudanças e reflexões com relação a práticas sociais em vários espaços sociais, como, por exemplo, no campo político, jurídico, educacional, universitário, estatal, entre outros, demonstrando com isso a sua interconexão com esses campos.

Assim sendo, o estudo realizado é concernente às concepções de como poderia ser concebida a afro-reparação no campo universitário. E tem como objeto de estudo as práticas sociais de afro-reparação na práxis de agentes do campo Movimento Negro brasileiro, relacionadas ao campo universitário. A questão de pesquisa consiste no questionamento a respeito de como se constituem as práticas de afro-reparação na práxis dos agentes do campo Movimento Negro brasileiro e como se relacionam com o campo universitário.

O campo Movimento Negro brasileiro possui uma multiplicidade de práticas de luta na perspectiva antirracista que envolve os modos de crer, de julgar e de fazer dos seus agentes junto a uma diversidade de espaços sociais. E com relação ao histórico de luta pelo direito de acesso à educação, que envolve articulações no espaço social; nos campos político, jurídico e educacional, apresenta conquistas materializadas na forma de políticas públicas, como a política de ação afirmativa adotada nas instituições públicas federais brasileiras. No contexto da legislação educacional brasileira, a afro-reparação também consta como argumento presente nas justificativas de várias legislações e orientações que fazem referência ao ingresso e a organização curricular.

O que faz com que seja também reconhecida como elemento de debate e de critério na definição e implementação de políticas públicas.

Em função disso, essa tese resulta de um estudo realizado com o objetivo de identificar e analisar concepções de afro-reparação presentes no campo Movimento Negro brasileiro relacionadas ao campo universitário e igualmente, agrupar essas concepções em uma proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa. Portanto, a tese apresentada nesta investigação acadêmica, é que a práxis dos agentes do campo Movimento Negro brasileiro, apresenta uma pluralidade de perspectivas com relação às práticas de afro-reparação no campo universitário. E que elementos dessa pluralidade de concepções, podem ser consideradas na constituição de uma proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa, para o campo universitário, o que é evidenciado neste estudo exploratório.

A pertinência da investigação registrada nesta tese parte de se considerar que o grande desafio posto para a sociedade brasileira que se quer justa, igualitária e democrática é a superação das relações de dominação e desigualdade, em um processo de rompimento com as diversas formas de violência social. Buscar a superação do racismo histórico-estrutural, da discriminação e do preconceito, tem intrínseco a possibilidade do surgimento de condições operacionais para amenizar as desigualdades e fortalecer relações de solidariedade. E com base nessas condições operacionais é possível alimentar a esperança de mudanças sociais. Neste contexto, pesquisas que permitam a democratização das emergências e urgências dessa sociedade e da mesma forma, acolham demandas de segmentos marginalizados, podem contribuir para ponderar novos projetos de sociedade levando em conta a posição do próprio segmento. Projetos esses, nos quais o conceito de nação resguarde a diversidade do Brasil e preze relações mais harmoniosas e inclusivas. Segundo Gonzalez (2021) ao expor as implicações de sua categoria “amefricanidade” registra que é importante, “ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo” (GONZALEZ, 2021, p.82). E esse também é um desafio no processo de combate às desigualdades sociais e ao racismo histórico-estrutural, bem como, no processo de ensino-aprendizagem e na produção acadêmica brasileira, em função da pluralidade social que constitui a nação.

Em resumo, precisamos gestar novas possibilidades teóricas acadêmicas, que permitam a diversidade de olhares direcionadas para a busca de soluções para os

obstáculos ao desenvolvimento humano na sua pluralidade. Isto significa, buscar alternativas para que os olhares teóricos historicamente marginalizados pela desigualdade social e o racismo, possam ter a oportunidade de se constituírem como parte dos referenciais teóricos que são instrumentais acadêmicos de análise social.

Esta tese é composta por cinco capítulos, sendo que o primeiro capítulo consiste em uma explanação da concepção de pesquisa e dos aspectos éticos que envolvem a relação da pesquisadora com integrantes da pesquisa. Nesse capítulo são explicitados os elementos que constituem a base na qual a pesquisa e a tese foram desenvolvidas, bem como os critérios de elaboração da trajetória investigativa exposta nos capítulos seguintes. É também, o espaço de registro de uma manifestação da pesquisadora relacionada a sua percepção do processo de elaboração da tese. O propósito dessa manifestação é expor elementos e sentimentos, envolvidos no processo investigativo. Consequentemente, é um espaço de compartilhamento de questões constituintes de sua subjetividade, despertados durante a estruturação e desenvolvimento da pesquisa e da tese. Por isso, é um capítulo onde se mesclam reflexões, vivências e expectativas acerca do trabalho desenvolvido e da percepção no que concerne às relações sociais que envolvem esse momento distinto o qual é, o desenvolvimento de uma pesquisa.

No segundo capítulo apresenta-se informações a respeito do histórico de luta por afro-reparação e destaca-se uma conjuntura educacional, social e política que tem relação com o objeto de estudo. O capítulo coloca em evidência um cenário educacional, político e jurídico relacionado a afro-reparação que permite a interpretação do contexto histórico no qual está envolto o objeto de estudo e a realização da pesquisa.

O terceiro capítulo é destinado a uma reflexão com relação à articulação do referencial teórico priorizado na pesquisa para a leitura da realidade e para conceber as categorias de análise. Sendo assim, os aspectos destacados nesse capítulo são a conjugação teórica de elementos conceituais, categorias e concepções dos autores Clóvis Moura, Pierre Bourdieu e Axel Honneth. Essa conjugação teórica guiou o exame do objeto de estudo, considerando sua especificidade e complexidade. O capítulo também apresenta ilustrações conceituais e teóricas do diálogo conceitual entre os autores do referencial teórico adotado, estabelecendo e ilustrando relações epistemológicas, categorias e conceitos.

Quanto ao quarto capítulo, ele é destinado à análise dos dados coletados por meio do formulário *Google Forms* e as entrevistas realizadas com o uso do *Google Meet*. Desta forma, expõe os resultados da pesquisa por meio das categorias de análise e apresenta o perfil e informações a respeito de integrantes da pesquisa. É um capítulo que evidencia a pluralidade de esquemas perceptivos presentes no campo Movimento Negro brasileiro e as suas contribuições para uma proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa.

O quinto capítulo é dedicado às considerações finais. O seu intento é ressaltar alguns aspectos relativos ao exame do objeto de estudo. E igualmente, visitar os objetivos estabelecidos com a intenção de orientar o desenvolvimento da pesquisa.

Isto posto, as próximas laudas e capítulos dessa tese, permitirão um desvelar do objeto de estudo e uma explicitação da sua significância no contexto social, político educacional.

1 CONCEPÇÃO DE PESQUISA

O social está reduzido ao indivíduo, ou é o indivíduo que se encontra subordinado à estrutura social, ou seja, o que é predominante, a ação ou a estrutura? Essa é uma questão que segundo Burke (2012, p.190-191) tem sido objeto de debate há muito tempo no estudo da história e na teoria social. Entretanto, no contexto desse debate, essa pesquisa está vinculada à perspectiva de considerar como análoga a relevância do indivíduo (ação) e do social (estrutura), na análise do objeto de estudo. E nessa perspectiva, a exemplo dos sociólogos Anthony Giddens (2017) e Jeffrey Alexander (1987), essa pesquisa considera o inter-relacionamento entre ação e estrutura como duas vertentes complementares. Para Giddens (2017), a estrutura é “viabilizadora, não apenas restritora, e torna a ação criativa possível, porém as ações repetidas de muitos indivíduos funcionam para reproduzir e mudar a estrutura social” (GIDDENS, 2017, p.14-15). Quando Giddens analisa a teoria de Pierre Bourdieu, ele a descreve como um movimento de aproximação entre estrutura e ação, porque considera na interpretação da prática social o conceito de campo como espaço de luta por posições. Assim, os campos são “arenas de batalhas competitivas em que uma variedade de recursos (tipos de capital) é usada(...) segundo esse modelo, estrutura e ação são mais uma vez analisados como intimamente relacionados, não opostos” (GIDDENS, 2017, p.15).

A pesquisa denominada “Afro-reparação e campo universitário: perspectiva de membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro”, descrita nessa tese, considera afro-reparação como um conjunto de expectativas relacionadas a um ressarcimento aos descendentes brasileiros de escravizados pelas consequências da escravização negra. Consiste em uma pesquisa fundamentada em uma abordagem qualitativa e dialética, que analisa o objeto de estudo considerando o seu contexto histórico e identificando elementos que influenciam a sua estruturação no inter-relacionamento entre ação e estrutura. A perspectiva da investigação é exploratória e tem em vista reunir dados e informações a respeito do objeto de estudo e seus determinantes, expondo o resultado do estudo de forma descritiva e interpretativa. E constitui-se em uma pesquisa que visa sistematizar conhecimento e para isso, tem como premissa a investigação da fundamentação de membras/os/es integrantes do campo Movimento Negro brasileiro sobre a afro-reparação como mediação do processo de ensino-aprendizagem no campo universitário, conseqüentemente, considera a especificidade

do campo universitário em um inter-relacionamento com demandas históricas do Campo Movimento Negro brasileiro.

É uma pesquisa alicerçada em uma proposta de conjugação de elementos teóricos e de fomento do diálogo entre contribuições dos autores Clóvis Steiger de Assis Moura (Clóvis Moura), Axel Honneth e Pierre Félix Bourdieu (Pierre Bourdieu). Na interpretação social do objeto de pesquisa Pierre Bourdieu influencia com a concepção de espaço social composto por campos relativamente autônomos e com disposições sociais e regras próprias. O Movimento Negro a partir dessa proposta de conjugação é concebido como um campo, e com isso, é possível demarcar uma territorialidade de atuação para negras/os/es no espaço social e dialogar com a construção teórica de Clóvis Moura com seu conceito de “grupo específico” (MOURA, 2019, p.149). O racismo é interpretado por meio da teoria de Clóvis Moura como elemento “histórico-estrutural” (MOURA, 2019, p.83) e de Bourdieu como “disposição social” e “*habitus*” que se perpetua no espaço social e no campo pela ação de agentes.

A concepção de *habitus* é adotada em consonância com a perspectiva de Setton (2016), porque:

(...)acredita-se que o conceito de *habitus*, tal como discutido por Bourdieu, pode ainda dar conta da especificidade da formação da identidade pessoal e grupal dos indivíduos na contemporaneidade. Mais do que isso, considera-se que o conceito de *habitus* fundamenta a hipótese de que é preciso compreender o *fenômeno social* da socialização, principalmente na modernidade brasileira, como total. Não totalizante, mas exatamente o contrário, fruto de um processo amplo, complexo e estruturado com base em uma multiplicidade de experiências formadoras, que resulta em um *habitus* composto por disposições híbridas. (SETTON, 2016, p.51)

Clóvis Moura acrescenta a essa interpretação social o potencial de ação transformadora dos agentes do campo Movimento Negro brasileiro, por meio da práxis e da perspectiva dialética. O conflito é considerado como inerente às relações sociais no espaço social, entre campos, no campo e na relação entre agentes e é uma categoria constituída a partir do diálogo entre Clóvis Moura e Axel Honneth (2003).

A proposta de uma interlocução teórica, entre os autores mencionados, permite que as categorias de análise transitem entre o microssocial e o macrossocial. Com isso, ampliam-se as possibilidades de interpretação das informações coletadas e a sensibilidade com a realidade social concreta e seus determinantes específicos no contexto brasileiro. A “Figura 1” abaixo, relaciona os elementos que contribuíram para

a conjugação teórica utilizada nessa tese para a interpretação e análise do objeto de estudo. São aportes de referenciais teóricos específicos nos quais foram fundamentados o diálogo teórico entre os autores, dando origem a classificações, categorias e conceitos que contribuíram para a alternativa de compreensão e explicação do objeto de estudo na abordagem investigativa.

Figura 1 - Contribuições dos autores para a proposta de conjugação teórica

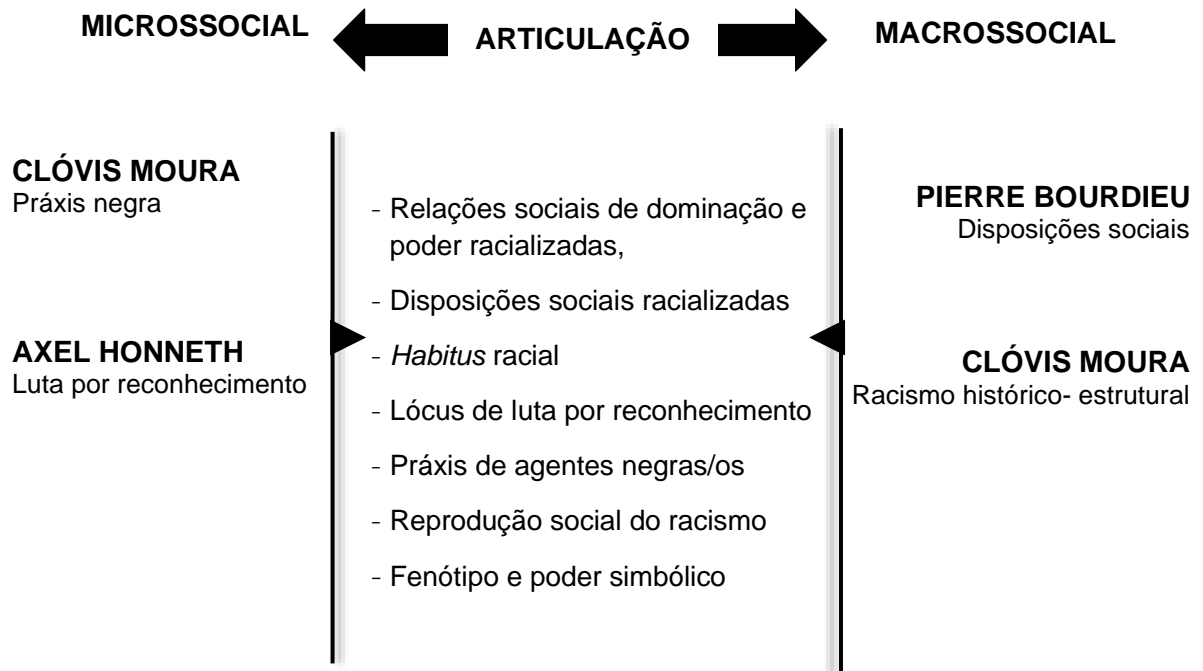
CLÓVIS MOURA	PIERRE BOURDIEU	AXEL HONNETH
<ul style="list-style-type: none"> ▪ relações desigualdade racial e social (classe-raça, meio de produção-racismo), ▪ racismo histórico-estrutural ▪ práxis negra ▪ negras/os/es como sujeitos históricos, agentes políticos e econômicos ▪ Dialética ▪ conflito 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ análise relacional ▪ campo, disposições sociais, <i>habitus</i> ▪ relações sociais de dominação e poder ▪ reprodução social ▪ classificação social ▪ agência ▪ Poder simbólico 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conflito - estrutura normativa e desrespeito) ▪ moral e luta social ▪ luta por reconhecimento

Fonte: Autora, 2023.

A articulação conceitual, a partir dos elementos teóricos descritos na “Figura 1”, propiciou compor ferramentas de adaptação à necessidade de leitura e interpretação de características singulares da constituição de uma realidade social complexa. Permitindo igualmente, apreender singularidades do objeto de estudo e das circunstâncias que o constitui em um contexto sócio-histórico, psicossocial e moral. Com isso, as contribuições dos autores mencionados na “Figura 1” passaram a constituir um sistema de interpretação para a leitura de uma realidade social específica.

E em vista disso, a realização da pesquisa e a elaboração da tese, demandou abarcar reflexões a respeito do desenvolvimento de uma ferramenta teórica, que permitisse auxiliar a observação do objeto de estudo de uma multiplicidade de perspectivas. A “Figura 2” na sequência, apresenta alguns elementos fundamentais que orientam a abordagem teórica presente nesta tese, os quais resultam da proposta de articulação teórica entre os autores Clóvis Moura, Axel Honneth e Pierre Bourdieu.

Figura 2 - Elementos de articulação entre o microssocial e o macrossocial



Fonte: Autora, 2022.

1.1 OBJETO DE ESTUDO

O objeto de estudo é o fenômeno para o qual está direcionado o desejo de conhecimento de quem deseja realizar uma pesquisa acadêmica, ou seja, é onde está centralizado o objetivo da investigação. Nessa pesquisa o objeto de estudo é as práticas sociais de afro-reparação na práxis de agentes do campo Movimento Negro brasileiro relacionadas ao campo universitário. E a investigação se detém nas perspectivas e expectativas manifestadas por agentes do campo Movimento Negro brasileiro com relação a afro-reparação no campo universitário.

A partir desse enfoque, em diálogo com Pierre Bourdieu, considera-se práticas sociais como ações, modos de pensar, sentir e de se posicionar de membras/os/es de um “grupo específico” (MOURA, 2019, p.149), grupo denominado na pesquisa de campo Movimento Negro brasileiro. Igualmente, a afro-reparação pela interação teórica com Axel Honneth (2003), é compreendida como resultante de um processo histórico de escravização negra identificado como lesão social individual e coletiva, que conduziu a uma luta por reconhecimento reivindicada por um “grupo específico” (MOURA, 2019, p.149). A práxis, a partir das contribuições de Clóvis Moura é entendida como ação (prática social) de subversão de uma ordem social de dominação racializada estabelecida em um contexto de racismo “histórico-estrutural”

(MOURA, 2019, p.83-84). Nesse contexto, elementos como critérios de julgamento, valores coletivos, relações históricas de dominação racializadas, são observados como disposições sociais.

1.2 QUESTÃO DE PESQUISA

Como se constituem as práticas de afro-reparação na práxis dos agentes do campo Movimento Negro brasileiro e como se relacionam com o campo universitário? Essa é a indagação despertada pelo objeto de estudo e que orientou a pesquisa na elaboração do projeto, na definição dos referenciais teóricos, metodológicos e categorias de análise. A relevância da busca de resposta para essa indagação está na possibilidade da ampliação do conhecimento a respeito do objeto de estudo. E igualmente, na perspectiva de que isso possa impulsionar reflexões que contribuam para problematizar e propor políticas educacionais, em uma perspectiva de rompimento com o processo de reprodução de desigualdades sociais e raciais no campo universitário.

1.3 HIPÓTESE

Ao elaborar o projeto de uma pesquisa a hipótese surge como uma suposição, um elemento provisório, uma conjectura. Apenas ao final da pesquisa a hipótese será validada ou invalidada. Essa pesquisa admitiu na sua etapa de projeto a hipótese interpretativa de que, as práticas de afro-reparação relacionadas ao campo universitário, presentes na práxis de agentes do campo Movimento Negro brasileiro, mesmo que possam ser complementares em uma proposta pedagógica para o campo universitária, evidenciam processos de disputas interpretativas e políticas na concepção do que consiste a afro-reparação no campo universitário.

A confirmação ou não de uma hipótese depende do que a metodologia propicia de informações na coleta de dados e do resultado da análise desses dados. Com o resultado da análise e tendo em conta a hipótese é possível constatar a sua validação ou não. Nessa tese, ao final da exposição da pesquisa será evidenciada a relação existente entre a hipótese admitida para a pesquisa e o resultado da análise dos dados coletados.

1.4 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como as concepções de afro-reparação em disputa no Campo Movimento Negro brasileiro concebem as ações de afro-reparação no campo universitário.

E os seguintes objetivos específicos orientam essa pesquisa:

- a) descrever concepções de afro-reparação que permeiam o relato de membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro;
- b) identificar processos histórico e teórico-político na estruturação das concepções de afro-reparação de membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro;
- c) identificar possibilidades de mudança social e/ou de mobilidade social, intrínsecos às concepções de afro-reparação no campo universitário;
- d) especificar quais são as propostas das/os/es membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro para uma afro-reparação no campo universitário;
- e) apresentar a partir do diálogo com membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro participantes da pesquisa, uma proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa.

1.5 METODOLOGIA

Em uma pesquisa científica, o método direciona os procedimentos na exploração de um conhecimento específico. Ao descrever o método utilizado compartilha-se a trajetória de investigação e a concepção teórica que levou ao desfecho da pesquisa. Isso porque, o método expõe as decisões tomadas na busca de uma resposta para a questão de pesquisa. Ou seja, o método permite a visibilidade das bases sobre a qual se sustentam os resultados obtidos.

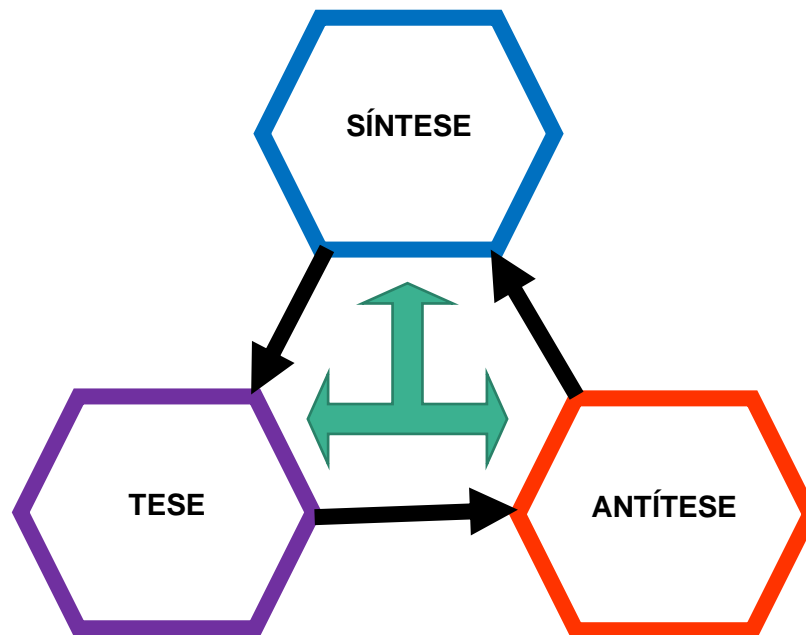
Clóvis Moura (1978, p.68), ao fazer referência à característica da práxis no processo de pesquisa sociológica, especificamente no que se refere à práxis sociológica dinâmica/radical, alerta que ela não é adotada “sobre um corpo social uniforme e estático, mas sobre um corpo social contraditório: não se trata de uma sociedade abstratamente concebida, mas de uma sociedade determinada, dilacerada por antagonismos”. Enquanto a partir do refletir da posição ocupada pela

pesquisadora, é importante destacar que, o “espaço social me engloba como um ponto. Mas esse ponto é um ponto de vista” (BOURDIEU, 1996, p.27). Ambos os autores mencionados são subsídio para ponderar a complexidade que envolve o desenvolvimento de uma pesquisa tanto em seus elementos objetivos, como subjetivos. Por este motivo, diante da complexidade de um objeto de pesquisa é necessário evidenciar um quadro conceitual e metodológico que permita corporificar este objeto, buscando expor o maior número possível de elementos da sua multiplicidade de expressão.

Nessa pesquisa a escolha das técnicas de investigação e instrumentos de coleta de dados tem a influência das três perspectivas teóricas mencionadas anteriormente e representa uma articulação teórica da qual emergem instrumentos híbridos de coleta de informações e interpretação social. A observação empírica foi realizada em uma realidade social e econômica historicamente permeada por relações sociais de dominação, poder e de hierarquias raciais. Nesta realidade social se busca apreender uma práxis de agentes negras/os/e, revelando um pensamento pedagógico presente em relatos de membras/os/es do “grupo específico” (MOURA, 2019, p.149) campo Movimento Negro brasileiro.

A contribuição metodológica de Clóvis Moura para a pesquisa decorre da sua perspectiva dialética na qual analisa no contexto do modo de produção a ação, a organização social, a contradição, o conflito e evidencia historicamente uma práxis que tem como origem a ação histórica de negras e negros no Brasil. O método dialético permite examinar fatos e estruturas sociais considerando a diversidade de influências presentes no contexto social, os aspectos contraditórios que envolvem o objeto de pesquisa e as transformações resultantes de um processo histórico. Nesta perspectiva o objeto é analisado a partir da sua relação com a totalidade (movimento histórico, interação, contradição, conflito, transformação). E a categoria central no processo investigativo é a práxis, que permite considerar negras/os/es como sujeitos históricos incluindo sua organização, ação, resistência no processo de busca da transformação social. A “Figura 3”, tem a intenção de ilustrar o pensamento dialético que orienta a metodologia adotada na pesquisa exposta nesta tese.

Figura 3 - Pensamento dialético



Fonte: Autora, 2022.

Com base na “Figura 3”, é possível ilustrar o movimento social dialético histórico, onde a contraposição entre tese e antítese, ou seja, o estabelecido socialmente em um determinado momento histórico e o que desponta como oposição, conduzem ao emergir de novas possibilidades de constituição do social que é a síntese. Assim sendo, no processo dialético o atrito entre os contrários, a contradição e o conflito, construídos historicamente, produzem mudanças qualitativas e quantitativas que impulsionam transformações sociais. Nessa pesquisa em função do processo dialético, o objeto foi estudado em seu processo de movimento social e histórico, considerando a contraposição e o conflito como parte do desenvolvimento do fenômeno social. E igualmente, identificando o objeto como uma fração de um social que não está isolada e mantém constante relação com uma totalidade na qual teve origem. Ou seja, as transformações históricas dos aspectos da realidade que compõem o objeto de estudo resultam de relações com outros acontecimentos da realidade social, na qual está inserido o objeto. E essas transformações sociais (síntese) não finalizam o processo, estão predestinadas a converter-se em tese e em consequência da oposição e o conflito ser direcionada para fomentar uma nova síntese.

Conforme Grenfell (2018), os estudos de Pierre Bourdieu “enfocam as estruturas e instituições em mudança neste mundo(...)enquanto analisam a natureza

e extensão da participação dos indivíduos nela” (GRENFELL, 2018, p.277). Bourdieu estimula a busca dos elementos arbitrários na constituição do social e nas verdades científicas e a historicidade na origem do *habitus* e das disposições sociais. Sua proposta metodológica conduz a investigação do objeto de estudo por meio da análise relacional, considerando o objeto e as relações que determinam as suas propriedades. Com esse procedimento ele identifica determinantes da estrutura social e revela na prática dos agentes a manutenção das características desta estrutura social. Assim sendo, ele permite uma análise do objeto de estudo levando em conta as relações sociais no campo e no espaço social e seus determinantes. E igualmente, possibilita reconhecer nas particularidades de uma sociedade a reprodução de posições sociais e de relações de dominação e poder.

Os tópicos expostos na sequência descrevem os procedimentos investigativos propostos para a pesquisa, tendo como base as reflexões e os referenciais teóricos apresentados anteriormente.

1.5.1 Delimitação e instrumentos de coleta de dados

O *lócus* da pesquisa é o campo Movimento Negro brasileiro em sua perspectiva de intersecção com o campo universitário por meio da pauta afro-reparação. O Campo Movimento Negro brasileiro é o cenário a partir do qual foi investigada a perspectiva de membras/os/es com relação a afro-reparação no campo universitário. A circunscrição temporal de coleta de dados foi de 16/05/2021 até 24/10/2021 e é composta pelo envio e preenchimento do formulário *google forms*, o agendamento e realização das entrevistas pelo *Google Meet* e abrange uma parte significativa do período em que o Brasil e o mundo esteve diante das graves consequências da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19). A população foco da pesquisa foram membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro, que demonstraram na resposta ao questionário divulgado em redes sociais disponibilidade em colaborar e em contato por e-mail ou telefone aceitaram participar de uma entrevista. Após um processo de seleção dos questionários válidos e contatos com participantes, foram realizadas 17 entrevistas.

Na pesquisa foram utilizados instrumentos híbridos de coleta de informações e interpretação social. E em função da sua perspectiva qualitativa e natureza exploratória ela foi estruturada para viabilizar o acesso à percepção de participantes

da pesquisa com relação ao objeto de estudo e seus determinantes. Essa percepção foi auferida por meio dos relatos, os quais constituem um panorama de experiências de indivíduos e coletivos, trajetórias sociais, múltiplos processos de exclusão, expectativas com relação ao campo universitário e da práxis na luta antirracista. São relatos que não permitem generalização para a amplitude do campo Movimento Negro brasileiro com relação ao tema abordado, ou seja, tirar da singularidade (indivíduo) a prescrição da totalidade. Contudo, esses relatos fornecem uma representação do objeto de estudo que permite identificar debates e múltiplas percepções relacionadas ao mesmo. Bem como, interpretações e sugestões relacionadas à gestão e atuação da universidade, observações das características das relações de poder racializadas no campo universitário, aos obstáculos na implementação de políticas públicas. O que permite ampliar o debate com relação a temática a partir das múltiplas contribuições dadas à pesquisa.

A pesquisa com relação a temática, desloca o ponto de vista da instituição universitária e seus segmentos internos, para a percepção de membras/os/es de entidades do campo Movimento Negro brasileiro, os quais representam um grupo social que pleiteia garantias de pluralidade racial em todos os espaços sociais. E esse deslocamento possibilita a manifestação de múltiplas questões, que podem em outras situações, ser asfixiadas no debate institucional. Desta forma, os relatos visibilizam também o acesso a aspectos do objeto de estudo que somente a subjetividade e a intersubjetividade de participantes da pesquisa podem revelar por meio das suas expectativas, avaliações e sugestões com relação à temática.

Com a intenção de valorizar as contribuições procedentes de integrantes do campo Movimento Negro brasileiro. E igualmente, descrever características da estrutura social da qual emergem essas contribuições. Foram utilizados instrumentos de coleta de dados classificados em duas categorias, as quais receberam a denominação de “investigação documental” e de “investigação interpessoal de fatos e percepções”, que serão detalhadas na sequência:

a) Investigação documental

É um conjunto de instrumentos de coleta de dados que tem como referência documentos jurídicos, institucionais, pessoais e de comunicação, que registram e resultam de um processo histórico. A investigação documental propicia a manifestação da influência do tempo, avanços e retrocessos com relação ao objeto

de estudo, são memórias que permitem entender o presente e registros do presente que possibilitam ponderar o futuro.

Clóvis Moura (2019), afirma na introdução de seu livro “Sociologia do Negro Brasileiro”, que este é “a síntese de mais de vinte anos de pesquisas, cursos, palestras, congressos, simpósios, observação, e análise da situação e perspectiva do problema do negro no Brasil” (MOURA, 2019, p.29). Sua afirmação é uma descrição da diversidade de fontes que o autor utiliza para a coleta de informações. O autor elabora seus argumentos em suas obras (MOURA, 1988, 2014, 2021), por meio de um diálogo com legislações, dados estatísticos, observações, biografias, cantos e práticas de terreiro, poemas, diálogos com outros autores, entre outras fontes de informação. Os recursos empíricos utilizados pelo autor colaboraram nesta pesquisa com a possibilidade do uso de diversas fontes de coletas de informações, estabelecendo relação do participante com a temática por meio do entrelaçar de elementos como poemas, música, jornais, manifestos, sites, sentenças jurídicas, legislações. E a diversidade de fontes de informação que constitui a investigação documental, é outro elemento que contribui para uma leitura dialética do objeto de estudo e o cruzamento de dados e informações. Assim, propiciando a identificação de convergências, divergências, áreas de conflito e possibilitando a caracterização do contexto social que envolve o objeto de estudo. Em consequência da influência de Clóvis Moura, a coleta de informações utilizou diversas fontes complementares. E os critérios para a seleção dos componentes da investigação documental foi que estes possibilitassem refletir a respeito da afro-reparação e estabelecer relação com o campo universitário, ou que fossem fornecidos pelas/os/es participantes como algo significativo para sua concepção de afro-reparação. A investigação documental colaborou para a visibilidade do processo histórico do objeto de estudo e para contextualizá-lo na relação com a totalidade.

b) Investigação interpessoal de fatos e percepções

A coleta de dados nessa categoria é realizada por meio da observação, o questionário, a entrevista, sendo influenciada por alguns elementos da metodologia de pesquisa de Pierre Bourdieu em diálogo com Axel Honneth e Clóvis Moura. Quanto a influência de Pierre Bourdieu é importante ressaltar que, segundo Grenfell (2018), a sua metodologia de pesquisa tem como característica uma relação de reciprocidade entre duas lógicas sociais, as “leituras objetivas externas” (estrutura social) e as

“leituras subjetivas internas” (prática do indivíduo na estrutura social) as quais em conjunto manifestam as estruturas sociais que são estruturantes e estruturadas e que consistem em *habitus* e disposições sociais. De acordo com Grenfell (2018) o método adotado por Bourdieu “começa com a totalidade, aceita a complexidade e busca estruturas organizadoras dentro dela e também seus princípios subjacentes gerados” (GRENFELL, 2018, p.277). Assim, “Bourdieu sempre começa com um contexto prático - às vezes até uma imagem, às vezes uma entidade social - e utiliza isso para conduzir sua investigação” (GRENFELL, 2018, p.278). Por este motivo, na proposta metodológica de Bourdieu “Primeiro se coleta os dados, e só então a teoria é desenvolvida, depois da imersão na análise deles. Esse é um estágio inicial necessário para realmente realizar uma ‘ruptura’ com o pré-construído” (GRENFELL, 2018, p.278).

Dadas essas características metodológicas de Pierre Bourdieu, ressalta-se que o conjunto de instrumentos de coletas de informação denominado de investigação interpessoal de fatos e percepções é parcialmente influenciado pela perspectiva bourdieusiana. Parcialmente influenciado, por ser considerado que a conjugação teórica da pesquisa (conceitos, categorias, referencial teórico) estabelecida no projeto, as leituras que antecederam a elaboração e o uso dos instrumentos de coletas de dados como a revisão de literatura, produzem um conjunto provisório de informações. E esse conjunto provisório de informações antecipa uma leitura da estrutura social e de classificações de eventos e grupos sociais específicos. Também pela razão de que a construção teórica que constitui a afro-reparação como resultante de uma práxis e agência negra, em um processo dialético, desnuda previamente atributos de uma prática social de indivíduos (resiliência e resistência) em uma estrutura social. E igualmente, pelo fato de que a definição antecipadamente de categorias de análise na fase do projeto que permite uma objetividade na atividade de pesquisa, ao mesmo tempo, evidencia antecipadamente quais são os pontos centrais adotados no processo de interpretação das informações coletadas.

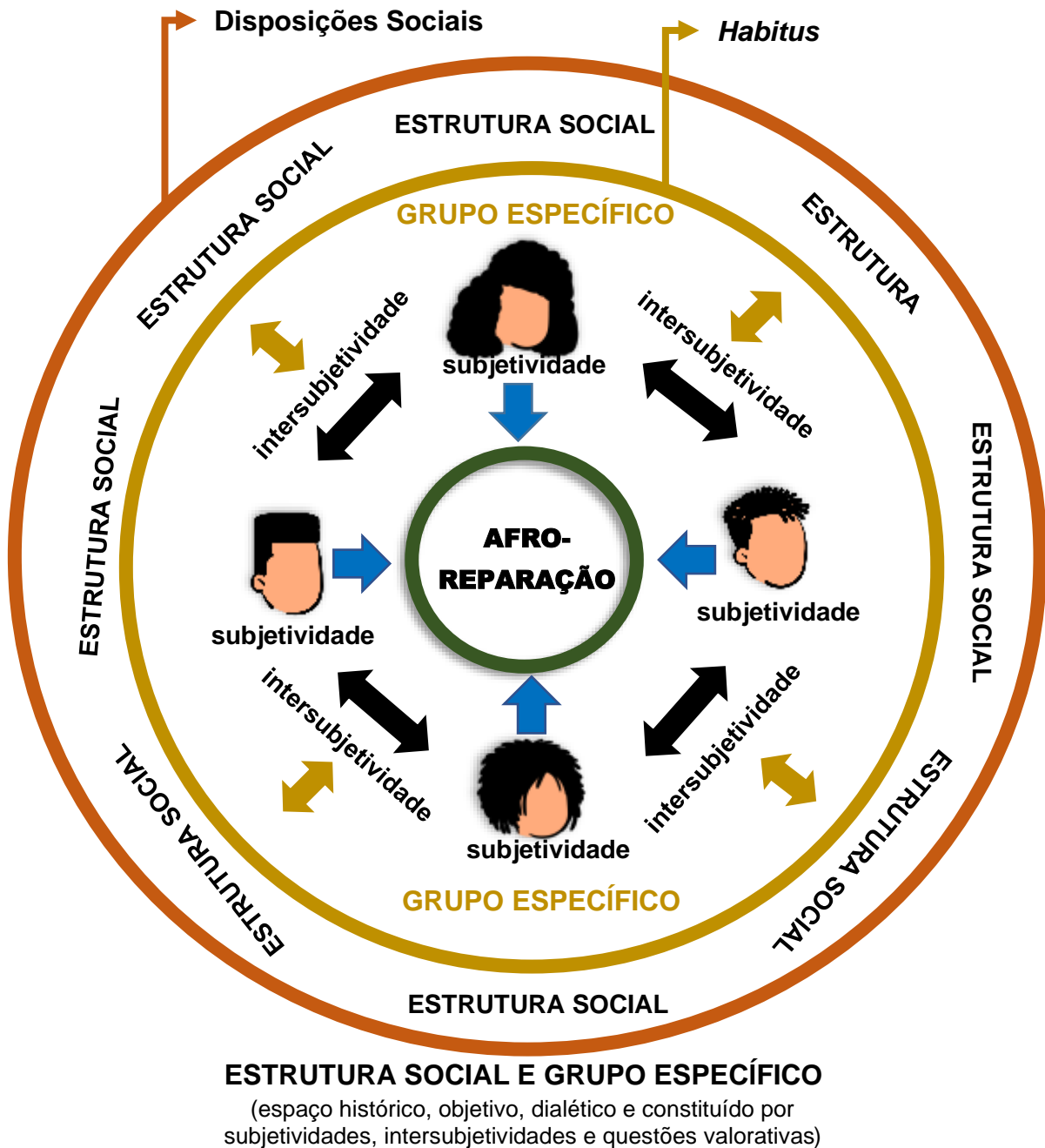
No entanto, nesta proposta de conjugação teórica desta pesquisa fez-se a opção pela adoção de algumas características da proposta de coleta de informações de Bourdieu. Essas características, consistem primeiramente na adaptação dos instrumentos para captar “leituras objetivas externas” e “leituras subjetivas internas”, bem como, considerar nesses instrumentos elementos como totalidade, complexidade e determinantes sociais (disposições sociais e *habitus*). Ao selecionar para a pesquisa

instrumentos como a entrevista, o questionário e o uso de fontes complementares, também se caracterizou uma aproximação com instrumentos de coletas de informações utilizados por Bourdieu. Na entrevista em profundidade utilizada por Bourdieu (2017a, p.461) perguntas abertas permitem ao entrevistado manifestar livremente a sua posição a respeito da temática abordada. O questionário é utilizado pelo autor (BOURDIEU, 2017a, p.469) e estruturado visando constituir relações entre as proposições relacionadas ao objeto de estudo. Ele também utiliza fontes complementares (BOURDIEU, 2017a, p.477) que dialogam com as informações obtidas por meio de outros instrumentos de coleta de dados por ele utilizados. E a sua diversificação de instrumentos e o uso de fontes complementares permitem transitar por diversas áreas do conhecimento e estabelecer relações entre ação e estrutura na construção e na análise social do objeto, considerando sua objetividade e subjetividade no contexto de uma realidade social. Esses elementos mencionados também são considerados no uso dos instrumentos de coleta de informações na pesquisa realizada.

Com a proposta de conjugação teórica, os três autores de referência da pesquisa na elaboração das questões do questionário, da entrevista e na observação, foi priorizada uma perspectiva estrutural, dialética, material, histórica e valorativa, constituídas a partir de relações sociais racializadas objetivas e de esquemas perceptivos subjetivos e intersubjetivos de membras/os/es de um “grupo específico” (MOURA, 2019, p.149). Este grupo específico resultante de um processo de reação, uma contra reprodução, a relações de dominação social (disposições sociais) impregnadas pela desigualdade de tratamento a grupos sociais e violência simbólica reproduzidas historicamente como legítimas.

A “Figura 4”, observável na sequência, apresenta elementos do arcabouço teórico dos autores adotados como referência nessa tese. Ela considera um conjunto de elementos teóricos característicos desses autores com a intenção de ilustrar uma perspectiva de articulação entre os mesmos. Com isso, a figura expõe elementos da perspectiva teórica que orientou a lógica de pensamento utilizada na elaboração das questões apresentadas aos integrantes da pesquisa. Bem como, esquemas perceptivos teóricos que direcionaram a escolha e o uso dos instrumentos de coleta de dados na investigação interpessoal de fatos e percepções.

Figura 4 - Prisma teórico da investigação interpessoal de fatos e percepções



Fonte: Autora, 2022. Elaborada com ícones do Microsoft Word.

Assim, na “Figura 4” se considera que a constituição do objeto de estudo tem como referência disposições sociais e *habitus* racializados. E que a percepção de participantes da pesquisa com relação ao objeto de estudo, expõe uma subjetividade resultante da intersubjetividade e de determinantes históricos da estrutura social. Ou, “darei somente que a história individual, no que ela tem de mais singular, e na sua

dimensão sexual mesma, é socialmente determinada” (BOURDIEU, 2019, p.75). Portanto, o olhar é voltado para uma subjetividade e intersubjetividade constituída a partir de um processo histórico de sentimento de desrespeito social e de injustiça, que alicerça uma luta por reconhecimento (HONNETH, 2003) dessa lesão social. Porém, o sentimento de lesão social somente se transforma em “resistência coletiva quando o sujeito é capaz de articulá-los num quadro de interpretação intersubjetiva que os comprova como típicos de um grupo inteiro” (HONNETH, 2003, p. 258). Essa luta resultante da consciência e das experiências de injustiça e sentimento de desrespeito social é institucionalizada por meio de um “grupo específico” (MOURA, 2019, p.149) que passa a ser denominado no processo histórico de Movimento Negro.

Desta forma, a subjetividade e a intersubjetividade tem a sua importância no fato de que segundo Axel Honneth, com relação ao surgimento dos movimentos sociais, isso “depende da existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual mas também um círculo de muitos outros sujeitos” (HONNETH, 2003, p.258). Por isso, nesta tese, os relatos reunidos por meio das entrevistas, combinados com os demais instrumentos de coleta de dados, possibilitam uma representação do objeto de estudo no mundo social a partir de debates, vivências e experiências compartilhadas. Assim, no estabelecimento de relações significativas dos relatos o objeto de estudo revela-se em sua complexidade e em suas características enquanto um fato social. Outro elemento central para a priorização dos relatos tem relação com uma busca de ruptura com uma constatação de Bourdieu (2019, p.62), na qual ele afirma primeiro que, “a produção das representações do mundo social, que é uma dimensão fundamental da luta política, é o quase-monopólio dos intelectuais”, e conclui afirmando que, “a luta pelas classificações sociais é uma dimensão capital da luta de classes, e é por essa via que a produção simbólica intervém na luta política”.

1.5.2 Procedimentos e tratamento dos dados

Destaca-se que os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram adaptadas ao contexto de pandemia do Covid-19. O impacto da pandemia foi mais significativo na investigação interpessoal de fatos e percepções em função das medidas de prevenção a contaminação pelo vírus, a ênfase no isolamento social, as orientações para evitar aglomeração, a paralisação de algumas atividades comerciais,

a suspensão das atividades nas instituições educacionais. Esses foram elementos que somados, colocaram-se como obstáculos à efetivação da observação, na aplicação do questionário e nas entrevistas. Porém, mesmo que em uma escala menor também a investigação documental sofreu os impactos da pandemia ficando restrito às possibilidades de acesso por meio da internet por quase dois anos. Com relação aos procedimentos metodológicos e as adaptações realizadas aos instrumentos de coletas de dados em função da pandemia do Covid-19 eles foram constituídos da seguinte forma:

a) Investigação documental

A investigação documental permitiu que documentos encontrados em espaços institucionalizados ou não, públicos ou particulares, contribuíssem no estudo exploratório para a constatação e a construção das características do objeto de estudo. Ao interconectar dados documentados a fatos, fenômenos e relatos referentes ao objeto de estudo foi possível estabelecer uma historicidade; identificar rupturas, avanços e retrocessos. A investigação documental utilizou jornais, sites, manifestos, cartas, panfletos, pautas de organização de manifestações públicas, sentenças jurídicas e legislações como fonte de dados complementar no processo de pesquisa.

Na pesquisa o uso da investigação documental foi limitada pela sua relação com o objeto de estudo e com os elementos presentes nos relatos coletados com as entrevistas. Essa seleção foi realizada à medida que o processo de coleta de dados exigia aprofundamentos, detalhamentos, identificação de particularidades em determinadas questões e para expor a dimensão do objeto no espaço social, nos campos universitário e Movimento Negro brasileiro e a sua constituição como fato social.

Desta forma a apreensão do objeto de estudo inserido no mundo social, também foi revelado a partir de determinantes históricas registradas e documentadas pela ação de agentes ou instituições. Igualmente, na investigação documental a análise possibilitou a pesquisa deparar-se com a subjetividade, a intersubjetividade, a percepção valorativa, as disposições sociais e o *habitus*. Essa subjetividade e intersubjetividade manifestou-se na documentação na forma de linguagem adotada, técnicas e metodologias utilizadas na elaboração, valores e normas legitimadores ou de confronto no contexto da realidade social, referenciais teóricos, conceitos e categorias.

b) Investigação interpessoal de fatos e percepções

- Observação:

Visitar o campo empírico delimitado pelo objeto de estudo, contribui para o planejamento da coleta de informações por meio de um olhar inicial. E igualmente, facilita a posterior análise das informações coletadas, em função do desenvolvimento de uma sensibilidade em relação ao campo. A observação permite examinar o objeto de estudo com as características de seu contexto de origem e as diversidades de relações não captadas por um questionário ou entrevista.

A coleta de informação com o uso da observação foi prevista no projeto de pesquisa com base em uma expectativa de controle, a curto prazo, da pandemia de Covid-19 no Brasil, porém essa expectativa foi frustrada. Durante a pandemia a internet tornou-se indispensável para a continuidade de muitas atividades sociais, econômicas e educacionais. Muitas entidades do movimento social já utilizavam a internet, porém com a pandemia esse recurso passou a ser essencial para dar continuidade às atividades de comunicação, articulação e formação. Considerando esse contexto, a observação prevista na pesquisa passou a ser adjetivada como observação digital. E foi realizada para constituir uma configuração de relações entre dados presentes no questionário e as entrevistas, utilizando como meio para isso a internet e informações disponibilizadas em redes sociais.

O uso do questionário, da entrevista e documentos, como fonte de dados na pesquisa, permitiram reunir uma ampla e diversa quantidade de informações. Porém, algumas informações fornecidas geraram a necessidade de informações complementares para as análises. Essa necessidade fez da observação virtual elemento útil para essa finalidade. Tanto a entrevista, como a observação digital, foram realizadas a partir de questões pré-determinadas elaboradas após a análise das informações dos questionários. E após as entrevistas, a observação digital foi realizada para o aprofundamento a respeito da percepção com relação ao objeto de estudo que foi apresentada nos relatos.

- Questionário:

Quanto ao questionário (ANEXO 1), foi elaborado um formulário no *google forms* com perguntas abertas (objetivas) e fechadas (discursivas) compatíveis com a questão de pesquisa, os objetivos estabelecidos, a verificação da hipótese

apresentada e as categorias de análise. As questões abertas exigiam do participante a elaboração de frases ou textos e as fechadas a escolha entre as alternativas existentes no formulário. O questionário foi distribuído em grupos de WhatsApp e endereços eletrônicos e não exigia que para responder, quem desejasse participar, estivesse conectado ao seu e-mail. Em função disso, após a conclusão da etapa do questionário foram realizados contatos por e-mail, ou telefone utilizando os meios para contato indicados no questionário. Esse contato foi realizado para confirmar a autoria do preenchimento do formulário e consultar a respeito da possibilidade da realização da entrevista.

O questionário era enviado com um texto padronizado com informações a respeito da pesquisa e o link de acesso ao questionário. Os envios foram divididos em dois conjuntos, um com os envios para endereços eletrônicos disponíveis em sites de entidades que constavam como tendo como associados membras/os/es de diversas entidades do campo Movimento Negro brasileiro. E o outro conjunto para grupos de WhatsApp que reuniam participantes com vínculo ao campo Movimento Negro brasileiro de várias entidades. Com relação ao primeiro conjunto o “Quadro 1” abaixo, traz a relação de entidades para as quais o questionário foi enviado por meio dos contatos disponibilizados em páginas da internet.

Quadro 1 - Envio de questionário para entidades com contato disponível na internet

DATA DO ENVIO	ENTIDADES
16/05/2021	Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN)
	Convergência Negra
	Coalizão Negra por Direitos
	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ
	Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB)
	Quilombação
	Agentes de Pastoral Negros - APN's
	Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN
22/05/2021	Educafro
	NEAB UFRGS (contato com membros)

Fonte: Autora, 2022.

Destaca-se que da relação de entidades do “Quadro 1” a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN disponibilizou em suas redes sociais informações e o link para acesso ao questionário da pesquisa (ANEXO 2). E no que se refere ao conjunto composto por grupos de WhatsApp com participantes com vínculo a entidades do campo Movimento Negro brasileiro, o “Quadro 2” na sequência contém a listagem dos grupos para os quais foi enviado o questionário.

Quadro 2 - Envio de questionário para grupos de WhatsApp

DATA DO ENVIO	ENTIDADES
20/05/2021	OBSERVATORIO NAC. NEGRO 2
	Engaja Negritude EDUCAFRO
	Vidas Negras Importam
	Educafro Brasil
	Negrxs na Pós
21/05/2021	Observatório Negro
	IGUALDADE RACIAL
	Democracia Sem Racismo PR
	Democracia Sem Racismo RS

Fonte: Autora, 2022.

No questionário constava o prazo limite para resposta dos interessados em participar da pesquisa, que foi estabelecido do dia 16/05/2021 até o dia 17/07/2021. Ao final deste prazo foram contabilizados 34 acessos ao questionário, desses 30 identificados como pertencentes a membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro. Dos 34 questionários 7 foram descartados para a entrevista por não pertencerem a membras/os/es do Campo Movimento Negro brasileiro, ou não terem registrado contato para a continuidade do processo.

Foram considerados válidos para as entrevistas 27 questionários e destes, foram realizadas 17 entrevistas. Com relação às 10 entrevistas não realizadas, elas não foram efetivadas por falta de retorno, antes do prazo estabelecido em cronograma para a finalização dessa etapa, aos contatos solicitando data de agendamento da entrevista. A “Tabela 1” resume as informações com relação aos questionários e as entrevistas mencionadas.

Tabela 1 - Questionários preenchidos e entrevistas realizadas

ACESSO total de formulário	MEMBROS MN		CANCELADOS (motivo)		VÁLIDOS	ENTREVISTAS REALIZADAS	
	sim	não	não MN	sem contato		Sim	Não
34	30	4	4	3	27	17 (27:25:56 horas)	10

Transcrição das entrevistas:

418 laudas (A4, arial, fonte 12, espaço 1,5, Margem 3 cm superior e esquerda - 2 cm inferior e direita)

Fonte: Autora, 2022.

As percepções do social obtidas por meio do questionário, em uma aproximação com a perspectiva teórica de Bourdieu, também permitiram verificar regularidades sociais estruturantes e estruturadas em uma sociedade de relações sociais de dominação racializadas. Assim como, a análise dessas representações sociais no questionário e na entrevista de participantes da pesquisa fomentaram constituir outros conceitos, classificações e categorias como instrumento de análise de uma realidade social com características específicas.

O questionário permitiu evidenciar alguns elementos com relação às entidades dos participantes, como a existência ou não de concepções de afro-reparação e suas características. Também, a experiência de luta antirracista do campo Movimento Negro brasileiro no contexto institucional que caracterizam a práxis de agentes negras/os/es. E as prioridades e intencionalidades que alimentam disputas por posição no campo. Bem como, o procedimento de acesso a conhecimentos relacionados à temática e processos de formação formais e informais que constituem processos de socialização referente à temática.

- Entrevista:

A seleção de participantes da pesquisa, teve como critério identificar membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro que atuassem em entidades que apresentam discurso público na defesa de suas pautas de afro-reparação, ou que individualmente tenham manifestações públicas relacionadas a temática. A seleção inicial dos possíveis participantes na pesquisa teve como referência a lista de participantes que, na etapa do questionário, registraram no formulário seus contatos de telefone ou e-mail. Com base nessa lista de participantes, foi realizado o contato com a finalidade de viabilizar a participação na entrevista. Quem aceitou continuar colaborando com a pesquisa definiu conforme a sua disponibilidade, uma data para

participar da entrevista. A entrevista aconteceu por meio de um aplicativo do *Google* para videoconferência denominado *Google Meet*, na data e horário definido pelo participante. Abaixo, na “Tabela 2”, é exposto o procedimento adotado para o contato com quem sinalizou interesse em continuar colaborando com a pesquisa, para a solicitação da participação em uma entrevista. E igualmente, a tabela apresenta os resultados obtidos em número de entrevistas após cada contato.

Tabela 2 - Data e número de contatos e o resultado em número de entrevistas

1º (e-mail) 13/09/2021	ENTREVISTAS	2º (e-mail) 07/10/2021	ENTREVISTAS	3º (whatsapp) 21/10/2021	ENTREVISTAS	não agendada
27	12	15	3	12	2	10

Fonte: Autora, 2021

Como resultado desses contatos, 10 (dez) entrevistas ficaram pendentes. Essas entrevistas pendentes se referem a participantes que responderam aos contatos, porém não retornaram com a possibilidade de data para a realização da entrevista, mesmo após novos contatos verificando essa possibilidade de agendamento. Dessas entrevistas pendentes 4 (quatro) eram do Estado do Paraná, 5 (cinco) do Estado do Rio Grande do Sul e 1 (um) do Estado do Pará. E em função do não agendamento de uma data para a entrevista, esses participantes foram considerados não válidos para as análises apresentadas nessa tese.

No momento da entrevista foi solicitado ao participante a indicação de pseudônimo que seria usado nesta tese para a sua identificação na apresentação das suas contribuições a partir do tópico “4.2 PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO”. A solicitação da indicação do pseudônimo passou a ser realizada nas entrevistas, após reflexões de um dos entrevistados a respeito da importância dos códigos e pseudônimos usados pela pesquisadora, também serem significativos para entrevistadas/os/es. Diante da reflexão do entrevistado, ele foi convidado a escolher o seu pseudônimo, o que ocorreu também nas entrevistas posteriores. Sendo que, a solicitação para a indicação do pseudônimo era realizada ao final de cada entrevista. Deixaram de indicar o pseudônimo no período definido para as entrevistas 3 (três)

participantes, 2 (dois) porque não finalizaram a entrevista e 1 (um) porque a entrevista foi anterior à reflexão do participante com relação à indicação do pseudônimo.

Após a finalização das transcrições expostas no tópico “4.1.1 Relatos: práxis de agentes negras/os/es”, novas tentativas de contatos com os participantes foram realizadas, para verificar se não existiam equívocos na transcrição em consequência da dificuldade de entendimento da pronúncia, ruídos, ou problemas com o microfone. Nesse novo contato, 14 (quatorze) participantes manifestaram-se com relação à transcrição. Três não responderam ao e-mail, ou a mensagem de WhatsApp com indicação de questões que consideravam relevantes com relação à transcrição. E também em função desse novo contato as 3 (três) entrevistas em que não foram anteriormente indicados os pseudônimos, esses foram definidos neste segundo momento de contato em função das transcrições. No momento da indicação dos pseudônimos houve alguns relatos justificando a escolha, porém não constava no roteiro de questões para a entrevista a solicitação dessa justificativa. No “Quadro 3” na sequência, estão listados os pseudônimos e o registro dos casos em que aconteceu a manifestação com relação a justificativa para a escolha dos mesmos.

Quadro 3 - Pseudônimos indicados pelos entrevistados

PSEUDÔNIMO	JUSTIFICATIVA	INDICAÇÃO DURANTE A ENTREVISTA	
		SIM	NÃO
Akanni	<i>“encontro que enriquece”...“partilha que acrescenta”</i>	X	
Amílcar Cabral	autor africano, <i>“ligado a língua portuguesa”...“eu me identifico com o pensamento dele”</i>	X	
Amora	<i>“é uma fruta muito saudável, seu aspecto físico como fruta que é, me identifico, raiz do cabelo crespa, cor da pele preta”</i>	X	
Angola SJP	referência a capoeira	X	
Antônia Cândida	-----	X	
Dandara Zumbi	-----	X	
Hamilton Cardoso	liderança do MNU	X	
Ita	<i>“pedra”</i> (palavra indígena)	X	
Lua Negra	<i>“eu sou de fases”... “desmistificar a palavra negro também, eu sou uma pessoa linda então lua negra vai combinar muito comigo”</i>	X	
Maria da Luta	-----	X	
Maria Lopes	-----	X	
Martin Luther	-----		X

<i>(não finalizada)</i>			
N'zazi	" <i>Xangô em Bantu</i> "	X	
Pepita	" <i>aquela que acrescenta</i> ", significado no dicionário de nomes próprios		X
PretAriana <i>(não finalizada)</i>	-----		X
Spike Willian	personagem da série Buffy, a Caça-Vampiros – " <i>a série é metáfora para conflitos humanos</i> "	X	
Sula	-----	X	

Fonte: Autora, 2022.

Com relação às entrevistas no "Quadro 3" com registro de "*não finalizadas*", elas fazem referência a participantes que responderam às questões na entrevista até um determinado momento e antes da finalização, em função da indisponibilidade de tempo, solicitaram que a entrevista tivesse continuidade em outro momento. Contatos realizados posteriormente com o objetivo de dar continuidade a essas entrevistas não tiveram o retorno com a indicação de um agendamento. Em função do período indicado no cronograma para a realização da pesquisa e finalização da tese, as tentativas de novo agendamento ficaram inviabilizadas.

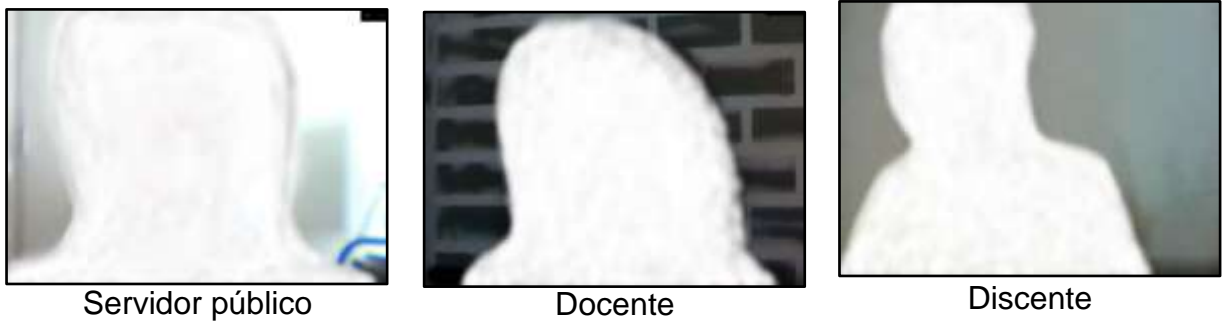
A entrevista como um instrumento de coleta de informações permite o acesso ao objeto de estudo na sua forma discursiva, é a manifestação oral de um fenômeno social. Por esse motivo, o discurso de participantes da pesquisa também é considerado uma edificação social que foi historicamente construída. E igualmente, a entrevista é caracterizada como uma interação social estabelecida entre dois indivíduos, a entrevistadora e participantes da pesquisa. Essa relação social, mesmo que restrita a um contexto histórico e momento específico, encontra-se propensa também a constituir-se como espaço de reprodução de relações de poder e de violência simbólica. Segundo Pierre Bourdieu, em uma entrevista quem conduz a pesquisa é que "inicia o jogo e estabelece a regra do jogo, é ele quem, geralmente, atribui à entrevista, de maneira unilateral e sem negociação prévia, os objetivos e hábitos, às vezes mal determinados, ao menos para o pesquisado" (BOURDIEU, 2011b, p.695). Além disso, Bourdieu (2011b, p.695) faz referência a dissimetria de "diferentes espécies de capital" entre quem entrevista e quem é entrevistado e diante disto, indica como possibilidade para diminuir a violência simbólica a adoção de uma "escuta ativa e metódica" (BOURDIEU, 2011b, p.695).

Bourdieu em sua obra "A miséria do mundo" (2011b) apresenta as entrevistas que realizou em sua pesquisa agrupadas em classificações e categorias construídas

como resultado da análise delas. Diferente de Bourdieu, no procedimento adotado nessa pesquisa as categorias de análise é que direcionam o processo de aglutinação do conteúdo das entrevistas. E essas categorias de análise foram adaptadas ao formato de perguntas que foram respondidas por participantes da pesquisa. No entanto, semelhante a Bourdieu (2011b), nessa pesquisa a opção pelas entrevistas é uma abordagem que tem como perspectiva a observação e o entendimento do objeto de estudo a partir do ângulo de quem concede a entrevista, ou seja, o ponto de vista do agente social. A obra “A miséria do mundo” (2011b), tem outra característica importante no contexto da proposta metodológica e teórica e da diagramação, que também é ambicionada nesta tese. Segundo Patrick Champagne (2017, p.271), no livro “A miséria do mundo” (BOURDIEU, 2011b), os resultados da pesquisa são apresentados por Bourdieu mesclando “depoimentos e histórias de vida com análises científicas, mas sem os jargões habituais da sociologia” (CHAMPAGNE, 2017, p.271), com a intenção de torná-la acessível também aos não especialistas da área. Champagne afirma que, “trata-se de uma obra destinada a introduzir a sociologia no debate político”. Nessa tese com relação à diagramação, buscou-se em algumas categorias de análise que o ponto de vista do agente social fosse apresentado na íntegra, acompanhado de um diálogo entre as contribuições dos relatos e os elementos da articulação teórica proposta para esse estudo. A tese não deixa de trabalhar com alguns elementos da linguagem sociológica, porém tenta usar da ilustração e do detalhamento de elementos julgados importantes para o entendimento da pesquisa como uma forma de tornar o raciocínio que permeia o processo de pesquisa e de análise mais acessível.

Outra característica da obra de Bourdieu (2011b, p.103) é que ele registra detalhes do espaço físico e do contexto em que a entrevista acontece. Com relação ao contexto em que as entrevistas desta pesquisa aconteceram, a pandemia impossibilitou o deslocamento até o participante. E o uso por alguns participantes da entrevista de filtros disponibilizados pelo aplicativo e o limite imposto pelo ambiente virtual, restringiu o acesso ao espaço físico no momento da entrevista. Como exemplo dessa limitação com relação ao acesso ao espaço físico a “Figura 5” expõe, sem identificar quem participava da entrevista, o espaço físico visualizado pela pesquisadora.

Figura 5 - Espaço físico na pesquisa visualizado pela pesquisadora



Fonte: Autora, 2022.

A principal influência de Bourdieu no uso do instrumento de coleta de dados entrevista, foi a busca de um diálogo com participantes da pesquisa, atento a identificação de práticas sociais influenciadas pela estrutura social. Na coleta de informações por intermédio da entrevista, foi utilizado um roteiro com base nas questões apresentadas no questionário que tinham como referência as categorias de análise. Desta forma, questões respondidas no questionário tinham como foco posições da instituição do campo Movimento Negro brasileiro na qual participantes da pesquisa tinham afiliação. E posteriormente, no momento da entrevista, esse foco passou a ser a percepção de quem estava sendo entrevistado, com base na sua experiência de luta antirracista, leituras sociais e postura política relacionada a temática.

É importante salientar, que a adaptação dos instrumentos de coleta de dados ao contexto de pandemia do Covid-19 evidenciou alguns desafios ao processo de investigação. Desafios como, a necessidade de verificar a veracidade da declaração de pertencimento ao campo Movimento Negro brasileiro presente no formulário; de desenvolver um perfil investigativo e um processo de observação virtual; de estabelecer laços de confiança com pessoas que inicialmente tinham como vínculo apenas um formulário em um espaço virtual e de desenvolver uma investigação documental centralizada em informações disponibilizadas nos meios virtuais;

As informações coletadas por meio da investigação documental e a investigação interpessoal de fatos e percepções, foram analisadas a partir de uma perspectiva dialética influenciada pelos estudos de Clóvis Moura. Igualmente, examinadas considerando relações sociais racializadas de dominação e poder em diálogo com Pierre Bourdieu e a subjetividade, intersubjetividade e questões valorativas dos participantes em diálogo com Axel Honneth (2003). E as informações

foram avaliadas tendo em conta as cinco categorias de análise descritas na sequência.

1.6 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Quando em uma pesquisa a coleta de dados é realizada a partir de uma única fonte de informação padronizada, isto facilita estabelecer as categorias de análise. Isto porque, o instrumento utilizado pode ser definido e direcionado para captar exclusivamente essas categorias. Porém, quando a pesquisa apresenta uma perspectiva metodológica de estudo exploratório e utiliza diversas fontes complementares de informações, a composição das categorias de análise fica um pouco mais complexa. A diversidade de fontes de informações disponíveis e a especificidade dos instrumentos precisam ser analisadas considerando no que podem ampliar, ou reduzir, as informações coletadas com relação ao objeto de estudo. Por este motivo, os critérios para a definição das categorias de análise precisam estar em harmonia com os objetivos estabelecidos e com o problema de pesquisa. E considerando esses elementos, foram definidas as categorias de análise que direcionaram as questões no questionário e nas entrevistas as perguntas correspondentes. As categorias de análise e as perguntas correlatas, estão relacionadas na sequência:

- a) Práxis de agentes negras/os/es
 - Quem é...(nome do entrevistado)?
 - Como você chega no Movimento Negro brasileiro?
 - Sua atuação antirracista, histórico de luta, resistência e conquistas?
- b) Processo de socialização
 - O que é afro-reparação para você?
 - Como você elaborou essa concepção e quais foram as influências teóricas, pessoas, instituições?
 - Qual o papel da universidade em um processo de afro-reparação?
- c) Mudança social e mobilidade social
 - Você considera a sua concepção de afro-reparação como uma proposta de mudança ou mobilidade social?
 - Explique a sua resposta anterior.

- d) Divergências com relação ao entendimento de como deve ser a afro-reparação (conflito)
- Sua concepção de afro-reparação é consenso no Movimento Negro brasileiro?
 - Descreva se existe convergências, divergências e conflitos com relação à concepção de afro-reparação no Movimento Negro brasileiro.
- e) Práxis pedagógica universitária negra reparativa
- Elabore uma proposta de afro-reparação considerando os aspectos educacionais, pedagógicos, processo de ensino-aprendizagem, curricular, relações interpessoais e combate ao racismo, organizacional e administrativo, gestão, articulação ensino-pesquisa-extensão.

1.7 ASPECTOS ÉTICOS

No preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos redigida em 1948, consta registrado que, “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”. A lembrança do preâmbulo é provocada pela constatação de que negras/os/es de nacionalidade brasileira e em diversas partes do mundo lutam desesperadamente contra o racismo e pelo seu reconhecimento como destinatário do direito reservado aos “membros da família humana”. Permanecem em luta constante há séculos, alimentados pela esperança na possibilidade do germinar de uma nova vida, pela busca por reparação do sofrimento histórico, pela esperança na solidariedade, pela intenção de reconstrução de um novo modelo de sociedade mais justa, solidária e igualitária.

Ao mencionar os aspectos éticos de uma pesquisa é importante ressaltar que se faz referência a valorização e o reconhecimento do direito à proteção e a dignidade de outros seres humanos. A postura ética adotada no desenvolvimento de uma pesquisa reflete valores não apenas institucionais, mas também de quem planeja e efetiva a pesquisa e igualmente, de uma comunidade acadêmica. A consciência de que os procedimentos éticos adotados em uma pesquisa tem consequência sobre a totalidade de envolvidos na atividade deve ser ponderada, ao ponto de permitir o

desenvolvimento de uma empatia com indivíduos, coletividades e a preservação de sua dignidade e valores. É impossível a quem conduz uma pesquisa e seu objeto de estudo, ficar incógnito em uma investigação de campo. Porque, sua presença e questionamentos no mínimo irão impregnar os que se dispuserem a participar da pesquisa, abrindo com isso a possibilidade de uma infinidade de interpretações e interações pessoais, interpessoais e coletivas com a temática pesquisada.

A postura ética de uma pesquisa exige igualmente ponderar relações de poder entre instituição, investigador e participantes da pesquisa que são o foco do estudo. Quando em uma pesquisa se vai a campo existe a possibilidade de que sua presença tenha alguma interferência em relações sociais estabelecidas, ou na priorização de temáticas em um determinado contexto social. Esta reflexão pode a princípio parecer apenas um alerta para a possibilidade da ruptura com uma neutralidade científica. Mas, esta reflexão vai além, ela estimula a consciência e a necessidade de uma constante avaliação de que mesmo a suposta neutralidade, favorece nas relações de força social uma das posições em divergência. Desta forma, no desenvolvimento de uma pesquisa dependendo das escolhas realizadas, diferentes possibilidades sociais e acadêmicas podem emergir como resultado. A complexidade da atividade de pesquisa está na compreensão de que nosso trabalho pode sufocar pretensões, ou dar voz a esperanças.

O compromisso ético, enquanto mulher negra, é não perder a sensibilidade com as vidas que historicamente não importam para um sistema social racista, desumano e excludente. É com o direito ao protagonismo das histórias ocultas, das verdades não ditas e sufocadas pelo racismo e a violência. O compromisso com uma academia capaz de romper com atitudes inviabilizadoras da democratização do ensino e da aprendizagem e assumir um compromisso de excelência com a solidariedade humana. E com uma coletividade de diversas origens, cores, gêneros e etnias que estão em luta contra as desigualdades sociais, porque acreditam em uma pátria não apenas como lugar de dignidade para alguns, mas sim, como o lar digno para todas/os/es.

O compromisso ético da pesquisa e da pesquisadora é com o desenvolvimento de uma pesquisa com transparência metodológica, observação de direitos, fidelidade e confiabilidade com as informações coletadas. E igualmente, um compromisso com uma conduta em relação aos participantes da pesquisa de respeito e proteção. Respeito ao direito à personalidade (corpo, nome, imagem, aparência, identidade) de

participantes da pesquisa, sem permitir situações vexatórias, usos indevidos, ou sem consentimentos.

Este projeto de pesquisa segue os requisitos éticos recomendados pela Instituição de Educação Superior e tem como compromisso assumido no desenvolvimento da pesquisa o respeito à dignidade das pessoas que colaboraram com a atividade; o zelo no tratamento com as informações e a observação da legislação vigente (Resolução 466/2012, Resolução 510/2016) do Conselho Nacional de Saúde.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi elaborado um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, para registro do consentimento de participantes e a ciência aos mesmos, do processo de desenvolvimento da pesquisa. O “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (ANEXO 1) utilizado na pesquisa, foi inserido no formulário *Google Forms* distribuído com o questionário por meio da internet, para preenchimento. No formulário *Google Forms*, somente a confirmação de ciência do teor do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” permitia a quem tinha a intenção de participar da pesquisa acessar as demais questões que estavam em uma seção posterior do formulário. No momento da entrevista, com o diálogo gravado, o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” foi novamente revisto, por meio da leitura e a elucidação de dúvidas. E somente após o registro em gravação da confirmação de ciência e concordâncias com o teor do documento, foram apresentadas as questões relacionadas à temática da pesquisa.

1.8 AFROVIVÊNCIA E PESQUISA: UM OLHAR SINGULAR

Se estão lendo essa tese, significa que sobrevivi! Foram anos desafiadores os dedicados à elaboração desta tese, que foi desenvolvida em cenário de pandemia (Covid-19). Estruturada em meio ao sucateamento das universidades públicas, cortes de recursos para a educação, ameaças constantes de retrocessos na política de ação afirmativa. Desenvolvida no decorrer de anos de intensa apologia a morte e a violência, chacinas em comunidades negras e indígenas, assassinato de membros dos movimentos sociais, manifestações sociais de racismo, preconceito, discriminação, ameaças a democracia, crises institucionais entre os poderes executivo, legislativo e judiciário.

O que entrego não é apenas uma tese, mas as marcas que a vida deixa em nossas almas ao longo de tempos conturbados. Se estão lendo esta tese significa que sobrevivi, mas que infelizmente outros morreram. Por isto, neste momento não poderia apresentar esta tese sem antes lembrar as vidas ceifadas constantemente no nosso país pela violência, a fome, a marginalização social, o descaso das autoridades instituídas, a falta de solidariedade, a ganância, a corrupção, a falta de empatia. E ao lembrá-las, faço com a intenção de não deixar que seja esquecida a responsabilidade de cada brasileira/o/e na manutenção de uma luta contra a perversidade de um sistema opressor, racista, genocida, excludente. Opressão, a qual cotidianamente mata com crueldade em nosso país pela ação intencional, ou pela omissão diante da morte alheia, em que as principais vítimas são a população negra.

Ao ingressar no espaço acadêmico, percebi que a ausência incomoda e a reescrita desconcerta! Em uma sociedade historicamente constituída a partir de relações de dominação e poder racializadas, conquistar espaços epistemológicos no meio acadêmico para temáticas social e politicamente marginalizadas, pode constituir-se em um desafio metodológico, intelectual e físico. A ausência de uma tradição de estudo de determinados teóricos, concepções e temáticas transformam em muitos momentos, a construção do objeto de estudo em um ato de resistência, de exaustiva dedicação aos estudos e extremamente solitário. Isso porque, considerando o racismo “histórico-estrutural” (MOURA, 2019, p.83), a reprodução precisa apenas da inércia, mas a contra reprodução exige atenção e ação constante. Para os herdeiros, no sentido bourdieusiano, os teóricos e metodologias solidificadas aguardam apenas que as próximas gerações acadêmicas deem continuidade a sua tradição. Para os que pensam em ruptura ou reinterpretação epistemológica, nem sempre isso é possível em função da força do *habitus* e das disposições sociais.

Certamente para alguns que lerão essa tese, o que menciono não causa estranhamento, porque a vida sempre impôs a luta constante pela sobrevivência. O primeiro desafio, vencer as estatísticas da pluralidade de mecanismos sociais de extermínio e depois, ao conseguir entrar na estatística acadêmica, sobreviver em termos metodológico e intelectualmente. Aos sobreviventes é necessário conquistar e construir a sua estrada investigativa, certo de que não há atalhos e que, alguns percursos no imaginário coletivo do campo universitário inexistem. O que levam na bagagem, esses sobreviventes? Lembranças que possam nutrir a motivação alicerçada na expectativa de uma práxis epistemologicamente democrática e solidária.

Talvez no futuro, o passado seja evocado em praça pública para que declare como foi gestada a mudança. E no entusiasmo de materializar sua comunicação coloque ao seu lado, o plural e o diverso, para que falem de respeito, de solidariedade, de fraternidade, de justiça social, de direito à vida e a dignidade. Mas se isso não acontecer, certamente os mais sensíveis à dor e ao sofrimento humano, diante da maquinaria que macera a carne humana e as esperanças, permanecerão em brado e em busca da ruptura. Porém, a sensibilidade é como um ovo depositado em um ninho, em que o desenvolvimento depende do aquecimento e cuidado constante.

Ao chegar na pós-graduação fica mais evidente as demarcações territoriais teóricas acadêmicas. O próprio processo de seleção, sua diretriz teórica, baliza expectativas e ferramentas teóricas na interpretação dos objetos de estudo. Historicamente, cada grupo de pesquisa, no campo universitário, desenvolve um histórico de afiliação teórica, na maioria das vezes suscetível a ser preservado como tradição. É um contexto que salvaguarda a herança e seus herdeiros.

No curso de Mestrado em Educação, na elaboração da minha dissertação (ALVES, 2017), diante do acervo teórico disponibilizado, percebi uma lacuna com relação a uma vivência e reflexão encarnada na realidade do racismo brasileiro. No curso de Doutorado em Educação o desafio teórico permanece e faz dessa tese, na sua perspectiva teórica, um espaço de encontros inusitados, de aproximações, distanciamentos, elucubrações, experimentos e aprendizagem.

A intenção de estabelecer o diálogo entre os autores, o brasileiro Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003), o francês Pierre Félix Bourdieu (1930-2002) e o alemão Axel Honneth (1949-), inicialmente provocou por parte de alguns, estranheza. Essa reação de estranhamento provocou em minhas intenções insegurança, no entanto, persiste. Os três autores têm representatividade em trabalhos acadêmicos, abordam ou tangenciam de formas próprias a temática étnico-racial negra, tendo maior destaque no meio acadêmico Bourdieu e Honneth. No entanto, observa-se uma escassez de produção acadêmica que explore de forma complementar os três autores, levando em conta a temática étnico-racial negra. E com a proposta de articulação teórica, existia a possibilidade de promover um encontro teórico dando aos autores igual relevância epistemológica, em uma perspectiva complementar, na elaboração de uma trajetória de interpretação de um elemento social.

Realizar esta tese, exigiu uma apreciação reflexiva teórica plural de um contexto educacional e sócio-histórico brasileiro e da práxis de um grupo específico.

Expor a trajetória de elaboração desta tese, é expor a encruzilhada entre a peculiaridade de referenciais epistemológicos prestigiados academicamente e possibilidades de caminhos interpretativos, revelados em um processo investigativo. E igualmente, é evidenciar um panorama de conflitos entre o campo Movimento Negro brasileiro e o campo universitário, reconhecendo nessas diferentes formas de produção de conhecimento, de dinâmica de formação, de concepção de sociedade e de humanidade, a disputa na intersecção entre os campos.

Clóvis Moura, é um autor presente em segmentos do campo Movimento Negro brasileiro, porém sem representação nos debates teóricos no programa de pós-graduação no qual, realizei meu curso de mestrado e doutorado. Suas reflexões e estudos têm como característica a intersecção entre classe e raça (estrutura econômico-social), a partir da qual examina a ação de resistência e luta contra o racismo no contexto do Brasil. Antirracista, negro, Moura foi um crítico da reprodução do racismo na produção teórica universitária e do conjunto de teorias e conceitos utilizados como estratégias ideológicas históricas, que a afastam a produção acadêmica da realidade social historicamente em desenvolvimento. Para ele, o formalismo da sociologia acadêmica e o empirismo, presentes nos trabalhos há época, “formam dois pólos de uma contradição: a impossibilidade dessa ciência ver e interpretar em termos de devir o processo antinômico, contraditório, que caracteriza o desenvolvimento de seu próprio objeto de investigação” (MOURA, 1978, p.25).

Certamente resultado de seus esquemas perceptivos enquanto pesquisador, na produção teórica de Bourdieu não se encontram textos que apresentem como foco principal o desenvolvimento de reflexões com relação à temática negra e o racismo. Inexiste em suas análises, a luta de negras/os/es como sujeitos históricos de transformação. No entanto, assim como Clóvis Moura, ele expõe um olhar crítico e reflexivo sobre a sociologia e o campo universitário, considerando a reprodução de relações sociais e hierarquias, incorporadas pelo inconsciente, que definem nestes contextos disputas, limites e possibilidades. Na perspectiva teórica apresenta um estruturalismo resultante de uma inter-relação constante entre agentes e o social.

Quanto a Axel Honneth, fui apresentada a sua produção teórica em uma conversa filosófica entre amigos, o que levou a leitura de sua obra “Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais” (HONNETH, 2003), antes de iniciar o curso de mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS. Na universidade, reencontro Honneth (2003) no primeiro semestre de 2016 no curso

de Mestrado em Educação, em uma disciplina de 60 horas ofertada no programa de pós-graduação, denominada “SA: Políticas do Reconhecimento: pressupostos filosóficos e sociológicos”. A perspectiva teórica de Honneth (2003) traz um debate importante com relação à luta por reconhecimento, que permite a percepção do processo de construção de uma identidade coletiva, a partir do sentimento de desrespeito resultante da consciência da ruptura com um status social previamente estabelecido. O que possibilita que subjetividade e intersubjetividade, em um processo histórico, possam ser consideradas como elementos de fomento do protesto, da resistência, da luta de grupos sociais.

Ao reconhecer as possíveis contribuições dos autores para o exame do objeto de estudo, colocou-se o desafio de articular a interação teórica. Nessa articulação foi considerado questões como a ação da estrutura social sobre o agente, o efeito da subjetividade e da intersubjetividade na organização de uma coletividade de luta e resistência e a luta contra o racismo histórico-estrutural a partir do olhar de um “grupo específico” (MOURA, 2019, p.149). Tendo como referência estes elementos, passei a considerar todas as críticas contrárias a conjugação teórica, como elementos essenciais de sinalização de questões que precisavam de aprofundamento no estudo para superação dos obstáculos indicados.

Para organizar o estudo, as críticas e as sugestões eram anotadas em um caderno em forma de tópicos, aos quais, pesquisas, diálogos informais, leituras, eram listados para posterior consulta em busca de alternativas para os problemas teóricos observados. E igualmente, busquei em seminários e congressos um espaço para expor a proposta e apreciar as reações e comentários por ela gerados. Os retornos com relação à proposta nesses espaços acadêmicos, também eram anotados e adiante aprofundados em busca do cerne do problema e possibilidades de solução. Da mesma forma, as reuniões do grupo de pesquisa, as disciplinas e reuniões dos orientandos com a orientadora, workshop, conversas informais com outras/os/es discentes do programa de pós-graduação, grupo discente de estudos Étnico/Racial, todos eram espaços privilegiados para observar as indicações de lacunas na proposta de pesquisa e no seu prisma teórico e produzir reflexões para visualizar soluções.

Assim, a elaboração da tese exigiu horas de leitura, que com a pandemia do Covid-19, ficou centralizada em meu quarto alugado em um pensionato. Na “Figura 6” na sequência, é possível observar com quem compartilhei meu espaço físico mais

íntimo, minhas angústias e medos epistemológicos, minhas descobertas teóricas significativas, durante os anos de estudo dedicados a esta tese.

Figura 6 - Quarto 20 do Pensionato São Benedito, Porto Alegre/RS



Fonte: Fotos produzidas pela autora, 2023.

Na tese, a interação do ponto de vista de esquemas perceptivos, não foi apenas entre os autores mencionados, as entrevistas realizadas trouxeram para esse cenário teórico plural, outras vozes e olhares. Os relatos de membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro, colocaram em evidência múltiplas interpretações do objeto de estudo. A diversidade de leitura do social, as múltiplas concepções de luta e resistência, os esquemas perceptivos de participantes da pesquisa, propiciaram observar a mobilização e a ação de um grupo específico. E, além disso, oportunizou perceber as interpretações de membras/os/es com relação ao seu espaço social de atuação, o qual é o campo Movimento Negro brasileiro.

Não foi uma caminhada solitária, certamente dentro e fora de meu quarto fui constantemente instigada a refletir, a persistir. E esta tese, não é o final de um processo investigativo, mas o princípio de novos questionamentos que despertam o desejo de prosseguir em diálogos, de fortalecer parcerias investigativas, bem como, de ousar em busca de vozes ainda caladas.

2 AFRO-REPARAÇÃO

Em uma consulta ao “Dicionário de relações étnicas e raciais” (CASHMORE, 2000), o “Dicionário da escravidão e liberdade” (SCHWARCZ; GOMES, 2018), o “Dicionário da escravidão negra no Brasil” (MOURA, 2004) e “Enciclopédia brasileira da diáspora africana” (LOPES, 2004), percebe-se que apenas na obra de Lopes (2004, p.571-572) existe um verbete que aborda a temática das reparações para a população negra. Nesse verbete Nei Lopes descreve reparações como uma iniciativa dos “movimentos negros em vários países com o propósito de obter, para o conjunto das populações atingidas pelo escravismo europeu, indenização correspondente ao montante do prejuízo sofrido” (LOPES, 2004, p.571). E informa que essa iniciativa tem como referência de influência “Questão das Reparções de que foi objeto a Alemanha, pelo Tratado de Versalhes, em 1919” (LOPES, 2004, p.571).

No campo jurídico a temática reparação inspira-se no Tratado de Versalhes (1919), justiça de transição (ELSTER, 2004) e justiça restaurativa (ZEHR, 2012). No contexto internacional alguns fatos marcantes com relação a afro-reparação são o registro de Vuckovic (2004, p.885) com a informação de que aconteceu no Continente Africano (Lagos/Nigéria) a Conferência Mundial sobre as Reparções à África e aos Africanos da Diáspora com o objetivo de debater a temática em 1990. Em 1993 foi realizada a Conferência Pan-Africana da Organização para a Unidade Africana (Abuja/Nigéria) onde a temática reparação consta como pauta do evento. Seguiram-se a essa conferência outras reuniões internas e externas ao continente africano de reflexão a respeito da temática, que foram as de 1999 em Ouidah/África Ocidental, em St Louis/USA e em Accra/Gana. Em 21 de maio de 2001 a França passou a ser o único país a assumir a posição de reconhecer a escravização negra e o tráfico como crime contra a humanidade por meio da lei que ficou conhecida como “Lei Taubira” em referência ao nome da sua proponente, a deputada Christiane Taubira.

Segundo Apolinário e Bastos (2016), na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata realizada em 2001, países africanos solicitaram a aprovação de uma proposta de reparação pelos crimes cometidos contra os povos negros africanos, sem conseguirem êxito. Conforme as autoras, os debates a respeito da temática ficaram polarizados, de um lado os países anglófonos como Gana e Nigéria reivindicavam indenização em forma de capital ou cancelamento da dívida externa. E do outro lado, os países francófonos exigiam

reconhecimento moral e demonstração de arrependimento. Com relação às posições adotadas pelos países africanos, Ferro (2003) indica que na Conferência algumas delegações se recusaram a comparecer para discutir a questão das indenizações para os descendentes de africanos que foram vítimas do tráfico de escravos, motivados pelo sentimento de humilhação por terem sido vítimas. E Vuckovic (2004, p.893) referente à Conferência registra a observação de três posições por parte de países presentes, uma concernente à indenização em forma de apoio concreto ao desenvolvimento do continente africano; outra relacionada à anulação da dívida externa com os países colonizadores e a terceira relativa a uma reparação não restrita a anulação da dívida externa, mas que conjugue outros elementos de apoio aos países africanos.

Referente às reivindicações direcionadas a empresas ou corporações Lopes (2004) menciona um fato decorrido nos Estados Unidos (EUA) em março de 2002, quando a advogada Deadria Farmer-Paellmann, em nome da comunidade negra americana descendente de escravizados, instaurou na corte de *Nova York* uma demanda judicial direcionada a uma seguradora que deu cobertura aos comerciantes de escravos, uma companhia ferroviária que usou de mão de obra escravizada e uma financeira fundada por um mercador de escravizados, “A ação visava à obtenção de reparações por danos, decorrentes das atividades dessas empresas, alegadamente causados a toda a comunidade afro-americana” (LOPES, 2004, p.572).

A historiadora Mary Frances Berry (BERRY, 2006) relata em sua obra a história da ex-escrava Callie House (1861-1928), uma afro-americana considerada pioneira na luta por reparações. Em parceria com Isaiah Dickerson fundou em 1894 a *National Ex-Slave Mutual Relief, Bounty, and Pension Association* (Associação Nacional de Auxílio Mútuo, Benefício e Pensões de Ex-escravos). Viúva, mãe de cinco filhos e lavando roupas de negros e brancos para sobreviver com a família, ela transformou-se em uma liderança de um grupo de afro-americanos na luta por reparação, solicitando reembolso, em forma de pensão ao governo federal, pelos séculos de trabalho escravo sem remuneração. O recurso financeiro para o pagamento das pensões teriam origem em um imposto sobre o algodão. Enquanto Vuckovic (2004), com relação ao movimento social negro, registra que a organização norte-americana socialista *Black Panthers* utilizou em 1960, a questão das solicitações de reparações apresentadas à Alemanha pelas vítimas da Segunda Guerra Mundial, como precedente “para o pedido de reparações inscrito na Declaração do Programa de dez

pontos dos Black Panthers” (VUCKOVIC, 2004, p.889). Entre os dez pontos de reivindicação identificados pela organização *Black Panthers* constavam reivindicações relacionadas à educação, alimentação, moradia, justiça e a paz.

No tocante a reivindicações coletivas de países por reparação, a Comunidade do Caribe (CARICOM), bloco criado em 1973 para cooperação econômica e política, criou em 2013 uma comissão de reparação do Caribe para organizar um processo jurídico contra a escravização colonial realizada pelos países Inglaterra, Espanha, França e Portugal. A comissão elaborou um projeto de reparação no qual constam entre as reivindicações financiamento a projetos de infraestrutura, saúde pública, educação, pedido de perdão. Acrescente-se como complemento a historicidade que Habib e Bentley (2013) demonstram a presença de iniciativas de reparações realizadas na África do Sul após o regime do apartheid e mencionam em suas análises a existência de propostas de reparações em países como a Malásia e Tanzânia. E igualmente, López (2008, 2009) salienta a pauta de “afro-reparações” no Uruguai e Argentina. Tanto a obra de Rosero-Labbé *et al.* (2007) como os estudos de López (2008, 2009), menciona o processo de afro-reparações na América Latina e indicam o Brasil como palco de reivindicações de “afro-reparações” pelo movimento social negro.

A luta por afro-reparação está vinculada a um processo histórico de lesão social. Os negros que chegaram ao Brasil “coercitivamente na qualidade de semovente tinha contra si todo o peso da ordenação jurídica e militar do sistema, e, com isso, todo o peso da estrutura de dominação e operatividade do Estado” (MOURA, 2019, p.44-45). No Brasil a trajetória do povo negro escravizado é uma memória em processo de resgate e envolta em uma luta pelo próprio direito a uma memória histórica, como demonstra o pleito pela aprovação da Lei nº 10.639/03 que inclui no currículo oficial da rede de ensino brasileira a temática história e cultura afro-brasileira e africana. É parte de uma trajetória negra marcada pela diáspora, a escravização, a desigualdade social, o sofrimento, a morte, a desestruturação de laços familiares. E da mesma forma, tem como atributo a luta, a coragem, a resistência, o conflito e a negociação, em uma constante busca pelo direito à dignidade e a sobrevivência, como retrata os estudos de Freitas (1978). O autor, ao assumir como objeto de apreciação a história no Brasil da luta armada negra de Palmares, também enfatiza a marginalização de um direito a história e da ocultação da ação política é revolucionária presente nas revoltas escravas. Ele questiona a

história oficial moldada por uma versão histórica que destaca apenas a luta libertária de homens brancos e livres na colônia e no império. E a partir desse entendimento registra que a insurreição dos homens livres não atacou e não rompeu com a base do atraso e opressão no Brasil, que ele identifica como sendo o “escravismo como sistema econômico e social” (FREITAS, 1978, p.12)

E igualmente Nascimento (2019) em sua obra, expõe a trajetória de obstáculos enfrentados pela população negra brasileira, o racismo, a desigualdade, a perseguição cultural, a busca por justiça social, a luta por liberdade e dignidade. O autor ressalta a resistência deste povo, ao registrar que mesmo diante de uma diversidade de artifícios usados para destruir a herança africana, a “cultura convencionalmente tida como a dominante careceu de aptidão para concretizar os objetivos que perseguia. Não conseguiu suprimir completamente os valores africanos de cultura” (NASCIMENTO, 2019, p.115). O autor também define as estratégias de enfraquecimento cultural como uma estratégia de genocídio, nas quais inclui a universidade, a respeito da qual afirma que “Tampouco à universalidade da universidade brasileira o mundo negro-africano tem acesso. O modelo ocidental europeu ou norte-americano se repete, e as populações negras são tangidas para longe do chão universitário” (NASCIMENTO, 2019, p.115).

Assim como Fanon (1979, 2008), ao expor a sua própria condição de negro em um contexto de colonização e hierarquia racial apresenta uma produção teórica permeada pelos efeitos da violência da colonização e do racismo na estrutura social, física e mental, nos indivíduos e países subordinados a sua esfera de influência e dominação. Segundo o autor, “A desgraça do homem de cor é ter sido escravizado. A desgraça e a desumanidade do branco consistem em ter matado o homem em algum lugar. Consiste, ainda hoje, em organizar racionalmente essa desumanização” (FANON, 2008, p.190).

Da mesma forma Flauzina (2006), demonstra o processo da dominação pelo uso da brutalidade física, as diversas graduações e manifestações da violência física utilizada para a manutenção da submissão de grupos étnicos raciais e de manifestação do racismo. A autora expõe o tratamento truculento reservado ao corpo de negras/os/es, o extermínio da juventude negra; a atuação da segurança pública, da justiça e do sistema penal brasileiro como instrumento genocida que tem como alvo prioritário a população negra. A autora informa que, do “ponto de vista da distribuição espacial, o segmento negro está, portanto, cercado por uma rede de

desestruturação(...)às poucas alternativas sociais de reprodução da vida em sociedade e das investidas efetivas sobre sua corporeidade, tem a morte como seu principal fundamento” (FLAUZINA, 2006, p.102).

E podemos observar nos registros de Genovese (1983) um processo de luta negra. O autor com influência marxista registra em sua obra o histórico de processos de rebeliões organizadas por escravizados negros e divide esse histórico em duas fases. A fase conduzida por escravizados africanos em busca do modelo de sociedade perdido pelo processo de escravização e a outra, a dirigida por escravizados nascidos nas senzalas ou mestiços influenciados pela revolução Francesa e dos Estados Unidos (EUA), que preconizavam o fim do regime escravocrata. Mesmo que Genovese (1983) receba críticas por subordinar as rebeliões de escravizados da segunda fase a influência de uma consciência europeia (revolução burguesa), desconsiderando outras possibilidades de influências na passagem da primeira para a segunda fase, a obra revela um processo contínuo de organização para a resistência e luta contra a escravização e seu regime de opressão.

Situação de opressão e resistência também retratada no ensaio literário de William Edward Burghardt Du Bois (1999), no qual com relação à população negra dos EUA (United States of America), o autor apresenta o seguinte questionamento, “O que, em nome da razão, espera esta nação de um povo mal instruído e duramente pressionado por uma ferrenha competição econômica, sem direitos políticos e com recursos escolares ridículos?” (DU BOIS, 1999, p.230). Questionamento que pode ser respondido no Brasil por um exame histórico dos índices de violência, pobreza, extermínio da juventude, restrição educacional escolar, relacionadas à população negra. Uma análise da estrutura política brasileira considerando a questão da afro-reparação, permite identificar que o povo negro recebeu do Império as marcas escravocratas e da República o espólio da escravização, em resumo o fato é que, “depois da abolição, nada foi feito em termos de políticas sociais voltadas ao segmento dos ex-escravos(...)Com a abolição resolvida era possível aos donos do poder fazer tábua rasa do passado” (FERNANDES, 2009, p.127).

De acordo com Silva (2010), propostas baseadas em uma possibilidade de atribuir ao estado brasileiro a responsabilidade por uma ação compensatória pelos malefícios da escravização negra, são questões presentes de forma implícita ou explícita em debates mesmo antes da abolição da escravatura. E como exemplo, o autor cita o projeto de José Bonifácio de Andrade e Silva, elaborado para a Assembleia

Constituinte de 1823², que não chegou a ser aprovado. Com relação ao projeto citado, Silva (2010) menciona que a partir de uma análise das concepções predominantes sobre as relações sociais da época, é possível concluir que José Bonifácio “estivesse mais interessado em livrar as elites imperiais da culpa, por ferir os princípios ortodoxos, cristãos, do que propriamente libertar os escravizados de suas angústias” (SILVA, 2010, p.68). Com relação ao mesmo projeto de José Bonifácio, Vieira Junior (2011) alega que, “a aprovação da proposta teria fornecido melhores condições de transição para que os ex-escravos superassem o fosso que separava a vida em cativeiro da vida em liberdade” (VIEIRA JUNIOR, 2011, p.116). Além disso, segundo Vieira Junior (2011) o processo histórico do Brasil e suas legislações foram responsáveis por uma base institucional do racismo que garantiu a “desumanização imposta aos negros escravos” (p.69), “limitação do acesso à cidadania brasileira” (p.73), “restrição do acesso ao sistema político-eleitoral” (p.75), “discriminação quanto a manifestação religiosa” (p.78), “cerceamento ao direito de ir e vir”(p.79), “restrição do acesso à saúde” (p.86), “restrição do acesso à educação” (p.88), “restrição de acesso ao mercado de trabalho e a criminalização da vadiagem” (p.89), “restrição de acesso às Forças Armadas e à Guarda Nacional” (p.93), “Criação de tipos penais e penas específicas para escravos ou para quem auxilia escravos” (p.95), “Tratamento processual penal diferenciado e execução das penas específicas” (p.101). No contexto jurídico autores como Bornia (2007); Bernardes (2013); Duarte (2017); Silva (2017); provocam reflexões a respeito da existência ainda no nosso contexto social atual de uma hierarquização étnico-racial, que marginaliza a população negra brasileira e impõe obstáculos ao seu desenvolvimento. E Apolinário e Bastos (2016) registram que, “Em tribunais nacionais, principalmente nos Estados Unidos da América, foram empreendidas ações, com o objetivo de obter reparações, por escravos ou descendentes de escravos” (APOLINÁRIO, BASTOS, 2016, p.38).

Lopes (2004), informa que em 1993 o Movimento pelas Reparações dos Afrodescendentes (MPR) inicia a sua atuação em São Paulo/Brasil. O MPR foi gestado no Núcleo de Consciência Negra (NCN) fundado por professores, funcionários e estudantes em 1987 na Universidade de São Paulo (USP) no interior da estrutura

² A Assembleia Constituinte foi convocada pelo príncipe regente D. Pedro I e sob sua ordem foi dissolvida pelo exército em 12 de novembro de 1823, data historicamente conhecida como a "noite da agonia". Muitos dos membros da Assembleia Constituinte foram presos ou deportados, entre eles José Bonifácio de Andrade e Silva.

sindical. Em 1994 o MPR apresenta à justiça federal um pedido de responsabilização da união “pela ação escravista, pelas omissões da abolição e pelas consequências que tais fatos acarretaram” (LOPES, 2004, p.571) no qual, pede uma indenização em dólar no valor de US\$102.000,00 para cada descendente de escravo brasileiro. No mesmo ano, o MPR criou um cursinho de pré-vestibular para pessoas de baixa renda e negras, que chegou a ter naquele ano aproximadamente 140 alunos com 70% deles negros. No ano seguinte, em 20 de novembro de 1995, acontece em Brasília a “Marcha Zumbi Contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida”, uma manifestação de combate às restrições de direitos constitucionais da qual é vítima a população negra. Aproximadamente 30 mil pessoas (membros e apoiadores do campo Movimento Negro, representantes sindicais, pastorais católicas ligadas a Teologia da Libertação, partidos políticos e organizações não governamentais) participaram da marcha. E reivindicações do campo Movimento Negro brasileiro foram entregues ao então presidente da república, entre as quais constava a solicitação de adoção de políticas de ação afirmativa para a população negra. Como ação do MPR no campo jurídico, Lopes (2004) menciona a história de Maria do Carmo Gerônimo, uma mulher negra, ex-escravizada, brasileira de 125 anos, que com o apoio do MPR tentou buscar no sistema jurídico brasileiro reparações pelas consequências da escravização. Na sequência é apresentada uma imagem de Maria do Carmo Gerônimo (Figura 7).

Figura 7 - Maria do Carmo Gerônimo



Fonte: Programa Fantástico da Rede Globo de televisão-11/12/1994.

A ação jurídica do Movimento pelas Reparações dos Afro-descendentes foi abordada pela mídia³ brasileira em 1994 e teve juridicamente um resultado frustrante e, ao mesmo tempo, revelador de um racismo institucional e estrutural, como historicamente tem sido relatado em obras como López (2013), Bernardes (2013), Santos (2015), Duarte (2017), Silva (2017), Almeida (2019). A “Advocacia-Geral da União, com relação à ação jurídica, declarou ser descabido o pleito, alegando que a cobrança deveria ser feita a Portugal e à Inglaterra” (LOPES, 2004, p.571-572). Um resultado que inviabilizou inclusive reflexões mais profundas a respeito do litígio judicial que tem inerente a trajetória de um povo e as consequências sócio-históricas da escravização.

Em 2000, por meio do Decreto 08 de setembro, foi criado o Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia Intolerância Correlata. Em função disso, foi organizado um cronograma de debate de temáticas a serem sistematizadas para a conferência. No debate realizado no Estado da Bahia constava entre as temáticas a questão da reparação (ANEXO 3).

Com uma proposta semelhante ao Movimento pelas Reparações dos Afro-descendentes (MPR), no que concerne à reivindicação de indenização financeira, a Organização para a Libertação do Povo Negro (OLPN) apresenta em seu discurso de luta social um projeto de reparação financiado com valores a serem depositados em um fundo coletivo para ações em quilombos, ocupações, aldeias, associações e favelas. Esse projeto de reparação histórica tem como procedimento de articulação uma campanha denominada “Reparação Histórica e Humanitária” para a qual a OLPN dedica-se. A campanha tem como objetivo a apresentação de um projeto de lei de iniciativa popular de reparação pelos crimes cometidos contra os povos negros e povos originários (indígenas). O lançamento da campanha foi no dia 24 de junho de 2015 na Assembleia Legislativa de São Paulo (ANEXO 4) e igualmente aconteceram outros lançamentos também nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. A OLPN utilizava o próprio processo de coleta de assinaturas como uma das estratégias para fomentar o debate a respeito da reparação histórica nas

³ Reportagem exibida no programa Fantástico da emissora de televisão Rede Globo no dia 11 de dezembro de 1994 em que foi exposta a ação jurídica da qual era um dos membros Maria do Carmo Gerônimo.

comunidades negras e indígenas. No manifesto da OLPN (ANEXO 4) lançado em dezembro de 2014, com relação à reparação consta registrado:

A Organização das Nações Unidas - ONU, em sua Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabelece a imprescritibilidade dos atos considerados como Crimes contra a Humanidade e o dever de reparação pelo ente causador. A Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e formas correlatas de Intolerância, organizada pela ONU e realizada em setembro de 2001, na África do Sul, com participação brasileira, reconhece que o tráfico transatlântico de seres humanos da África e a subjugação do africano a trabalho escravo são Crimes da História, configurando Crimes contra a Humanidade e, como tal, imprescritíveis e sujeitos a Reparação (OLPN, 2014, Manifesto, grifo nosso).

Conforme Vuckovic (2004), com relação ao “crime contra a humanidade”; no Artigo 6 do estatuto do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg passa a ser imputável a dirigentes, organizadores, provocadores ou cúmplices que participaram da elaboração ou da execução desses crimes. E registra também que:

Quanto ao "crime contra a humanidade", a expressão apareceu pela primeira vez em 1915, numa declaração em que França, a Grã-Bretanha e a Rússia condenavam o massacre dos armênios pelos turcos. Mas sua primeira menção jurídica data de 1946, e ele é assim definido no artigo 6 dos estatutos do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg: "O assassinato, o extermínio, a redução à escravatura, a deportação e qualquer outro ato desumano cometido contra todas as populações antes ou no decorrer da guerra, ou ainda as perseguições por motivos políticos, raciais ou religiosos, quando esses atos ou perseguições, tenham ou não constituído uma violação do direito interno do país onde foram perpetrados, tiverem sido cometidos na esteira de qualquer crime incluído na competência do tribunal, ou em ligação com esse crime" (VUCKOVIC, 2004, p.885).

Em 2023 foi lançado o livro com o título: “Projeto político do povo negro para o Brasil: construindo uma nação inclusiva” (RODRIGUES e FERREIRA, 2022), do qual a elaboração teve a participação de membros historicamente envolvidos com a campanha anteriormente mencionada, denominada “Reparação Histórica e Humanitária”. Os autores do livro possuem um histórico de atuação na defesa e em atividades de formação relacionadas com a temática reparação histórica e humanitária, como pode ser observado na programação do Seminário Internacional sobre Reparações realizado no mês de novembro de 2015, no Centro Cultural UFMG e na programação da atividade de formação realizada em 2023, na cidade de Porto Alegre/RS (ANEXO 5).

O livro apresenta um projeto de lei de iniciativa popular, no qual consta também, “normas para reparação aos descendentes de povos africanos escravizados no Brasil” (RODRIGUES e FERREIRA, 2022, p.181-193). Com relação à reparação os autores registram que a “luta por reparação aos descendentes dos povos africanos do Brasil é um dos meios para alcançar os objetivos de reestruturar o Estado em seu sentido étnico e estabelecer um poder nacional compartilhado” (RODRIGUES e FERREIRA, 2022, p.53).

A questão da reparação também é mencionada várias vezes no “Relatório Parcial da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra No Brasil”. A Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra No Brasil foi criada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 2016, com o objetivo de resgatar a história escravocrata brasileira e refletir a respeito de medidas reparatórias para descendentes de povos africanos escravizados. Entre as diversas menções relacionadas a reparação que constam no documento, uma faz referência a justiça criminal, na qual consta que:

No caso de africanos e afrodescendentes, nunca houve qualquer modalidade de reparação pelo Estado brasileiro. Ao contrário, com o advento da República, os negros foram retirados, inclusive de seus postos de trabalho e jogados à margem da sociedade. Também esse processo igualmente violento demandou a força pública do Estado para construir uma sociedade inclusiva, composta quase que exclusivamente de pessoas brancas, importadas da Europa com o propósito de substituírem pretos, pardos e indígenas nos papéis da sua vida social. Aos substituídos restou a marginalização. Se no Império a ameaça era a pena de morte, ao longo da República houve uma transmutação dessa ameaça para uma modalidade de morte sem pena. Em outras palavras, durante a República a força pública do Estado tem sistematicamente exterminado uma parcela significativa da população negra, tendo por julgamento único a disposição das forças policiais em disparar as suas armas. (OAB, 2015, p.88)

E igualmente, a necessidade de reparação histórica e humanitária à população negra consta no Relatório Final⁴ da Comissão de Juristas, destinada a avaliar e propor

⁴ Relatório da Comissão de Juristas está disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/grupos-de-trabalho/56a-legislatura/comissao-de-juristas-combate-ao-racismo-no-brasil/documentos/outros-documentos>

estratégias normativas com vistas ao aperfeiçoamento da legislação de combate ao racismo estrutural e institucional no país. A Comissão de Juristas foi instituída pelo Presidente da Câmara dos Deputados em 17/12/2021. E sua criação atendeu a um pedido do grupo de parlamentares da bancada negra da Câmara dos Deputados e aliados.

A questão da reparação histórica e humanitária, ou afro-reparação, no espaço das relações internacionais, nas instâncias de justiça nacionais e internacionais e mesmo em uma proposta de discussão restrita as áreas da Educação e da Educação Superior, suscita algo bastante importante a ser considerado que é o fato de que, “a questão dos direitos humanos, o conceito de crime contra a humanidade e a soberania - estão ligados no espaço público e no discurso político” (DERRIDA Apud VUCKOVIC, 2004, p.886). Com relação à soberania é importante lembrar que, “Embora certas expressões como 'crime contra a humanidade' circulem na linguagem corrente, esse mesmo acontecimento foi produzido e autorizado por uma comunidade internacional numa data e segundo uma figura determinada de sua história” (DERRIDA Apud VUCKOVIC, 2004, p.886). E diante disso, algumas comunidades internacionais mesmo com discursos em defesa de direitos humanos e apoio a outras ações de reparações registradas em nossa história, podem não demonstrar disponibilidade de rever seu passado com relação à população negra escravizada, assumir os crimes cometidos e muito menos apoiar essas reivindicações. Isto é, complementando com as palavras de Mbembe (2018), “nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é 'descartável' e quem não é” (MBEMBE, 2018, p.41). Ou de igual forma, significa que os “herdeiros dos crimes continuam a se beneficiar das fortunas acumuladas indevidamente, sem o compartilhamento, reordenamento e redistribuição dos benefícios com os povos prejudicados” (CUNHA JR, 2005, p.250). Com relação a isso, Apolinário e Bastos (2016) destacam que na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban, o próprio pedido de desculpas foi visto pelos países envolvidos no tráfico e uso de mão de obra escravizada negra com temor. Isso porque, na avaliação desses, poderia motivar ações de pedidos de indenização.

2.1 CONTEXTO EDUCACIONAL, POLÍTICO E JURÍDICO BRASILEIRO

O Brasil é um país com um histórico de participação como membro nos blocos de integração econômica, que são espaços de acordos bilaterais entre países. Por exemplo, o Brasil participa da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), União de Nações Sul-Americana (UNASUL), Bloco Econômico Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).

O BRICS é um grupo econômico bastante significativo pela sua influência econômica regional e global. Além disso, é um bloco econômico composto por países com culturas distintas, entre as quais a África do Sul, um país situado no continente de origem dos escravizados conduzidos ao Brasil. Outra questão relevante para o contexto dessa tese, é que a maioria das economias emergentes que constituem o BRICs, ou seja, Brasil, Índia, África do Sul e China, realizaram investimentos na área educacional de apoio a grupos da população historicamente marginalizados e excluídos desse espaço social. Os países mencionados possuem políticas de incentivo ao acesso à Educação Superior e o “Quadro 4” apresentado abaixo, expõe informações disponíveis no site do Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa/UERJ (GEMAA/UERJ), relacionadas aos países ligados ao BRICS que possuem política de ação afirmativa.

Quadro 4 - Países do BRICS com adoção de política de ação afirmativa

BRASIL	<p>Ano: 2003 Beneficiários: Pretos e pardos, indígenas, quilombolas, deficientes físicos Aplicação: Ensino superior público, ensino superior privado, cinema e televisão Sistema: Cotas, bônus, acréscimo de vagas Legislação: Lei Federal nº 12.288 de 20/07/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), Medida Provisória nº 213, de 10/09/2004 e Decreto nº 5.245, de 15/10/2004 (ProUni) e leis estaduais (ações afirmativas nas universidades).</p>
ÍNDIA	<p>Ano: 1948 Beneficiários: intocáveis (dalits), tribais (adivasis) e outras castas desprivilegiadas (“other backward classes”) Aplicação: Empregos públicos, promoções no emprego público, universidades e assentos parlamentares Sistema: Cotas Legislação: Artigo 26 da Constituição Indiana de 1950, que institui as cotas, além dos artigos 330, 331 e 335 que instituem a reserva em cargos públicos e assentos parlamentares.</p>

ÁFRICA DO SUL	<p>Ano: 1993</p> <p>Beneficiários: Negros (africanos, “coloureds” e indianos), mulheres e deficientes físicos</p> <p>Aplicação: Serviço público, instituições semi-estatais, universidades públicas</p> <p>Sistema: Cotas, financiamentos e metas de inclusão</p> <p>Legislação: Public Service Act (1994), Labour Relations Act (1995), Motala v University of Natal (1995), Western Cape Education Department v George (1996), Constituição da África do Sul (1996), Education White Paper 3 (1997), Higher Education Bill (1997), Green Paper on Affirmative Action (1997), Employment Equity Act (1998), Promotion of Equality and Prevention of Unfair Discrimination Act (2000), Broad-based Black Economic Empowerment Act (2003).</p>
----------------------	--

Fonte: Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa/UERJ (GEMAA/UERJ), disponível em: <https://gemma.iesp.uerj.br/experiencias-internacionais/>

Cada um dos países mencionados no “Quadro 4” possui um histórico distinto de implementação da política e grupos específicos de atendimento. No Brasil a adesão à reserva de vagas pelas Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras é anterior a definição do procedimento pela Lei nº 12.711/2012 e resultou de iniciativas internas de algumas universidades e a influência do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o programa REUNI (Decreto nº 6.096). A maioria das universidades federais que estabeleceram políticas de ação afirmativa anteriores a 2012 tinham vínculo com o programa REUNI.

A reivindicação por acesso à educação é um elemento presente no histórico de luta da população negra brasileira. Segundo Marçal (2012, p.107-108) e Almada (2009, p.82-83) a véspera da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, em 1945 a companhia Teatro Experimental do Negro, dirigida por Abdias Nascimento realizou a Convenção Nacional do Negro Brasileiro. Na convenção, com a expectativa de diálogo com os partidos políticos, foi elaborado um manifesto direcionado à nação brasileira, o qual recebeu apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), da União Democrática Nacional (UDN), do Partido Social Democrático (PSD) e de Luiz Carlos Prestes (membro do Partido Comunista do Brasil). O manifesto registrava a existência na educação brasileira de graus de ensino não gratuitos e inacessíveis aos negros. E diante dessa situação, reivindicava que fossem “admitidos brasileiros negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares” (NASCIMENTO, 1982, p.60).

Em 1983 o projeto de ação compensatória para a população negra brasileira, o Projeto de Lei nº 1.332 (BRASIL,1983) de autoria do deputado federal Abdias do

Nascimento, foi apresentado na Câmara dos Deputados do Brasil. Nesse projeto de ação compensatória com proposta de isonomia entre os grupos étnicos brasileiros constavam uma diversidade de medidas entre elas bolsas de estudo; reformulação curricular com a inclusão da história das contribuições e resistência dos africanos e afrodescendentes para a civilização brasileira; reserva de vagas em órgãos da administração pública, nas Forças Armadas, Judiciário, Legislativo e Executivo. No ano de 1995 o Projeto de Lei nº 1.239 (BRASIL, 1995) do deputado Paulo Paim, vai pleitear reparação com indenização financeira para a população negra pela escravização e propostas relacionadas à educação.

No contexto da educação brasileira o Parecer CNE/CP nº 03/2004 (BRASIL, 2004), que tem como intrínseco a Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003), menciona que o parecer busca oferecer “uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade” (BRASIL, 2004, p.2).

Análises que consideram a perspectiva da afro-reparação no campo universitário, normalmente relacionam essa com a adoção da política de ação afirmativa nas IES brasileiras. Foi possível observar por um levantamento bibliográfico no campo jurídico, político, entre outros, que o termo afro-reparações possui variações e o mesmo acontece no campo universitário. Assim sendo, temos, por exemplo, o uso do termo reparações pelos autores Vieira Junior (2011); Habib (2013); DOMINGUES (2018); reparação humanitária pela autora Cavalleiro (2006, p.21) e reparação histórica pelo autor Domingues (2005). O campo jurídico, ao legislar a respeito da Educação Superior e a administração pública com relação à reserva de vagas no Acórdão na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186/DF (BRASIL/STF, 2014) e no Acórdão na Ação Declaratória de Constitucionalidade 41/DF (BRASIL/STF, 2017) caracteriza no discurso de vários ministros as cotas raciais (reserva de vagas, ação afirmativa) como justiça compensatória e reparação histórica.

É possível inferir a partir da ordem cronológica das informações expostas no “Quadro 5” abaixo, que a adoção da política de ações afirmativas nas Instituições de Educação Superior no Brasil (IES) é um processo histórico de interação e articulação do campo Movimento Negro brasileiro e entidades em afinidade com a luta antirracista.

Quadro 5 - Elementos de apoio e influência na adoção da política de ação afirmativa para negras/os nas Instituições de Educação Superior

Ano/Local	Evento/Descrição
<p>1945 (São Paulo)</p> <p>1946 (Rio de Janeiro)</p>	<p>Convenção Nacional do Negro Brasileiro - realizada pela companhia Teatro Experimental do Negro elaborou o "Manifesto à Nação Brasileira" que foi entregue ao Senado Federal. Reivindicação de criminalização do preconceito de cor e de raça; gratuidade do ensino e admissão de negros brasileiros, bolsas de estudo.</p>
<p>1969 (8 de dezembro/Brasília - Brasil)</p>	<p>Decreto nº 65.810 (8/12/1969), - promulga a "Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial", declara no Artigo I (inciso 4) que, "Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a tais grupos ou indivíduos igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais(...)"</p>
<p>1983 (Brasília - Brasil)</p>	<p>Projeto de Lei nº 1.332 (Dep. Abdias do Nascimento) - ação compensatória com reserva de vagas e alteração curricular.</p>
<p>1990 (Lagos/Nigéria)</p>	<p>Conferência Mundial sobre as Reparações à África e aos Africanos da Diáspora.</p>
<p>1993 (Abuja/Nigéria)</p>	<p>Abuja Pan-African Conference on Reparations for African Enslavement, Colonization and Neo-Colonization - "Calls upon the international community to recognize that there is a unique and unprecedented moral debt owed to the African peoples which has Yet to be paid - the debt of compensation to the Africans as the most humiliated and exploited people of the last four centuries of modern history". (ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY-1993, disponível em: http://ncobra.org/resources/pdf/TheAbujaProclamation.pdf.</p>
<p>1993 (São Paulo/ Brasil)</p>	<p>Movimento pelas Reparações dos Afro-descendentes (MPR) - criado para lutar por reparações (LOPES, 2004, p.571).</p>
<p>1994 (São Paulo/ Brasil)</p>	<p>Ação jurídica coletiva de representantes da comunidade negra - entre os proponentes a ex-escravizada Maria do Carmo Gerônimo com 125 anos de idade (LOPES, 2004, p.571).</p>
<p>1995 (20 de novembro/ Brasília - Brasil)</p>	<p>Programa de superação do racismo e da desigualdade racial - entregue por representantes do movimento negro durante a "Marcha Zumbi contra o racismo, pela igualdade e a vida" ao Presidente da República, nele constava solicitação de ações afirmativas de acesso à universidade e outros espaços educacionais para o povo negro.</p>
<p>1995 (20 de novembro/ Brasília - Brasil)</p>	<p>Marcha Zumbi Contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida - manifestação de combate as restrições de direitos constitucionais da qual é vítima a população negra. Participação de aproximadamente 30.000 pessoas</p> <p>Decreto de 20 de novembro de 1995 - cria após a Marcha Zumbi Contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra.</p>
<p>1995 (04 de dezembro/ Brasília - Brasil)</p>	<p>Projeto de Lei 1.239 (Dep. Paulo Paim) - garante a reparação com indenização para os descendentes dos escravizados no Brasil (indenização financeira, titulação de terras, alteração curricular, políticas habitacionais e de emprego, garantia de presença de afrodescendentes na educação pública em todos os níveis e reformulação curricular).</p>
<p>1996 (13 de maio/ Brasília - Brasil)</p>	<p>Decreto nº 1904 (I Programa Nacional dos Direitos Humanos/ PNDH-1) - com base no "Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial", propõe ações afirmativas para negras/os nos cursos profissionalizantes, universidade e áreas de tecnologia de ponta.</p>

<p>1996 (20 de dezembro/ Brasília - Brasil)</p>	<p>Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) - estabelece que o ensino deve ser ministrado com base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.</p>
<p>1997 (12 de dezembro/ ONU- Genebra)</p>	<p>Resolução 52/111 (ONU) - aprova a realização da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.</p>
<p>2001 (31 de agosto a 8 de setembro/Durban - África do Sul)</p>	<p>III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata - as "posições defendidas pelo Brasil em Durban, em 2001, foram definidas a partir de um intenso, frutífero e nem sempre fácil diálogo entre o Governo e representantes do Movimento Negro brasileiro. Como consequência desse processo, passaram a ser implementadas no País políticas públicas de ação afirmativa"(SILVA, 2011, p.16-17).</p>
<p>2001 (4 de outubro/Brasil)</p>	<p>Decreto nº 3.952 (Conselho Nacional de Combate à Discriminação/CNCD) - criado para propor e implementar políticas nacionais de combate à discriminação e propor, acompanhar e avaliar políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade.</p>
<p>2002 (13 de maio/Brasil)</p>	<p>Convenção Internacional para a Eliminação de Toda Forma de Discriminação Racial - Brasil assina a declaração facultativa prevista no artigo 14 da Convenção Internacional para a Eliminação de Toda Forma de Discriminação Racial.</p>
<p>2002 (13 de maio/Brasil)</p>	<p>Decreto nº 4.228 (Programa Nacional de Ações Afirmativas) - responsável pela gestão estratégica de metas de participação de afrodescendentes, mulheres e pessoas portadoras de deficiência no âmbito da administração pública federal.</p>
<p>2002 (13 de maio/Brasil)</p>	<p>Decreto nº 4.229 (Programa Nacional de Direitos Humanos/ PNDH-2) - menciona no tópico "Garantia do Direito à Igualdade" (itens 122, 123, 193, 388) a adoção no poder público e iniciativa privada de políticas de ação afirmativa no combate à desigualdade.</p>
<p>2002 (Brasil)</p>	<p>Programa Brasil Sem Racismo - proposta de campanha eleitoral para Presidência da República vencedora na eleição em 2002, que com base na Conferência de Durban em 2001 assume o compromisso de inserção de jovens e adultos negros nas universidades.</p>
<p>2002 (13 de novembro/ Brasil)</p>	<p>Lei nº 10.558 (Programa Diversidade na Universidade) - incentiva as IES a desenvolver estratégias de inclusão social e combate à discriminação racial, e prevê apoio financeiro.</p>
<p>2003 (ONU/Genebra)</p>	<p>Nota ao Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU - "Informa que o governo brasileiro adotou em parceria com a sociedade civil, uma série de medidas inspiradas nos dispositivos acordados em Durban" (SILVA, 2011, p.244).</p>
<p>2003 (21 de março/Brasil)</p>	<p>Medida Provisória nº 111 e Lei nº 10.678 - Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR par assessoria a Presidência da República na execução de políticas para a promoção da igualdade racial; coordenar as políticas nessa área, promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados; acompanhar a implementação de legislação de ação afirmativa em cumprimento aos compromissos internacionais assinados pelo Brasil.</p>
<p>2003 (20 de novembro/ Brasil)</p>	<p>Decreto nº 4.886 (Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR) -transforma a promoção da igualdade racial em uma política de Estado, tem como referência o definido na Conferência de Durban/2001 e os compromissos assumidos no Programa Brasil Sem Racismo.</p>

<p>2004 (10 de março/Brasil)</p>	<p>Parecer MEC CNE/CP nº 03/2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana) - "O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade". (BRASIL, 2004, p.9)</p>
<p>2007 (24 de abril/Brasil)</p>	<p>Decreto nº 6.096 (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI) - Incentivo financeiro para a ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil.</p>
<p>2009 (18 de dezembro/ ONU)</p>	<p>Resolução 64/169 da Assembleia Geral das Nações Unidas - declara 2011 como o Ano Internacional dos Afrodescendentes, com a perspectiva de que fosse um ano dedicado à luta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e outras formas de intolerância da qual são vítimas os afrodescendentes.</p>
<p>2009 (21 de dezembro/ Brasil)</p>	<p>Decreto nº 7.037 (Programa Nacional de Direitos Humanos do Brasil/ PNDH-3) - menciona no Eixo Orientador III (Objetivo estratégico V, h e Objetivo estratégico VI, h), medidas compensatórias para a população negra de apoio a superação da sua condição social, como as ações afirmativas no ensino superior e no âmbito da administração pública.</p>
<p>2010 (19 de julho/Brasil)</p>	<p>Decreto nº 7.234 (Programa Nacional de Assistência Estudantil/ PNAES) - recurso financeiro para fomentar ações nas áreas de moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.</p>
<p>2010 (20 de julho/Brasil)</p>	<p>Lei nº 12.288 (Estatuto da Igualdade Racial) - indica a adoção de programas de ação afirmativa para a população negra na área da educação com o objetivo de reparar as distorções e desigualdades sociais.</p>
<p>2011</p>	<p>Resolução 64/169 da Assembleia Geral das Nações Unidas - Ano Internacional de Afrodescendentes.</p>
<p>2012 (29 de agosto/Brasil)</p>	<p>Lei nº 12.711 e Decreto nº 7.824 - a reserva de vagas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio passa a ser direito jurídico.</p>
<p>2013 (09 de maio/Brasil)</p>	<p>Portaria MEC nº 389 (Programa de Bolsa Permanência) - disponibiliza auxílio financeiro para estudantes da graduação com objetivo de minimizar desigualdades sociais e étnico-raciais e viabilizar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas, nos cursos de graduação.</p>
<p>2013 (05 de junho/ Guatemala - Organização dos Estados Americanos - OEA)</p>	<p>Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância - Considerou como vítimas do racismo, discriminação racial e intolerância nas Américas os afrodescendentes, povos indígenas, e outros grupos raciais e étnicos afetados por essas manifestações. E definiu como dever dos Estados prevenir, eliminar, proibir e punir atos e manifestações de racismo, discriminação racial e formas correlatas de intolerância.</p>
<p>2013 (23 de dezembro/ ONU)</p>	<p>Resolução 68/237 da Assembleia Geral das Nações Unidas - aprovação da Década Internacional de Afrodescendentes definida para o período de 2015 até 2024, com o tema: "Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento".</p>
<p>2014 (25 de junho/Brasil)</p>	<p>Lei nº 13.005 (Plano Nacional de Educação/PNE 2014-2024) - meta "11.13" menciona a ação afirmativa como mecanismo de combate a desigualdade étnico-racial e na meta "12.9" indica o uso de políticas de ação afirmativa na educação superior.</p>

	Disponível em: http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2691269
2014 (STF- Brasil)	Acórdão na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186/DF - Com relação a cotas em IES para negras/os registra: "todos nós temos a responsabilidade de reparar os danos causados pelos equívocos de nossos antepassados, sob pena de, ao contribuir, ainda que por omissão, para a perpetuação daquelas mazelas, nos tornarmos partícipes desses erros lastimáveis". (BRASIL. STF. 2014, Voto p.9). Disponível em: http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2691269
2014 (9 de junho/Brasil)	Lei nº 12.990 - reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
2014 (18 de novembro/ ONU)	Resolução 69/16 da Assembleia Geral das Nações Unidas - aprovação do programa de atividades para a aplicação na Década Internacional de Afrodescendentes definida para o período de 2015 até 2024.
2015 (14 de setembro/ Brasil)	Portaria MEC nº 929 - institui Grupo de Trabalho para analisar e propor mecanismos de inclusão de estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, em programas de mestrado e doutorado e em programas de mobilidade internacional.
2016 (11 de maio/Brasil)	Portaria MEC nº 13 - dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação e define o prazo de noventa dias para apresentação de proposta pelas IES sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado)..
2017 (STF - Brasil)	Acórdão na Ação Declaratória de Constitucionalidade 41/DF (Lei nº 12.990/2014) - com relação a cotas em IES para negras/os registra que "o primeiro fundamento é uma reparação histórica a pessoas que herdaram o peso e o custo social do estigma moral, social e econômico, que foi a escravidão no Brasil" (BRASIL. STF. 2017, Relator,p.7-8). Disponível em: http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4917166
2018 (6 de abril/Brasil)	Portaria Normativa SEGRT nº 4 - regulamenta procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais, nos termos da Lei nº12.990/2014.

Fonte: Autora, 2022.

As informações expostas no “Quadro 5” em ordem cronológica são exemplos do processo histórico de interação de pautas do campo Movimento Negro brasileiro, instituições antirracistas e ações políticas que caracterizam um processo de mudança da percepção social e de influência sobre disposições sociais, que criaram condições favoráveis e espaço de diálogo para adoção da política de ação afirmativa nas IES brasileiras. E igualmente, demonstram as manifestações de uma práxis de agentes negras/os/es de reivindicação por afro-reparação. Desta forma, o quadro evidencia

uma ação política que produz mudança social. De modo igual, retrata a prevalência de uma luta em defesa de uma concepção de sociedade. E caracteriza o empenho de uma coletividade na busca por justiça social. Entenda-se nesse caso, a política de ação afirmativa dentro da pluralidade com que cada grupo ou, segmento social, percebe para a sua coletividade como justiça social. Porque, nesse caso tanto a política de ação afirmativa, como a afro-reparação que é foco dessa tese, é uma demanda, entre outras, defendida em um contexto de entendimento de justiça social, a partir da especificidade da trajetória histórica de uma coletividade.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Essa tese está fundamentada em uma tríade teórica, da qual extrai alguns elementos para a confecção de ferramentas teóricas e metodológicas. Em função disso, é constituída teoricamente a partir da junção de elementos teóricos e conceituais da perspectiva filosófica de Axel Honneth e sociológica de Clóvis Steiger de Assis Moura e Pierre Félix Bourdieu. A opção por uma conjugação teórica na interpretação do objeto de pesquisa, tem como objetivo ampliar a possibilidades dos ângulos de leitura de um fenômeno social.

3.1 CONJUGAÇÃO TEÓRICA: CONCEPÇÕES, CONCEITOS, CATEGORIAS E REINTERPRETAÇÕES

Em sua produção teórica Clóvis Moura questiona estudos sociológicos contemporâneos e anteriores aos seus estudos. Sua crítica está voltada para o fato de não considerarem os mecanismos ideológicos e históricos resultantes da estrutura escravista e o capitalismo dependente, na trajetória da população negra brasileira. Acerca da não consideração desses mecanismos ideológicos e históricos, o autor declara que, “É como se houvesse um fluir idílico, sem nenhum entrave à evolução individual senão aquele que a capacidade de cada um exprimisse” (MOURA, 2019, p.90).

Com relação à produção teórica de Pierre Bourdieu ela demonstra uma insuficiência no debate da questão racial, principalmente na interpretação do contexto sócio-histórico das relações raciais no Brasil, como pode ser observado nas reflexões realizadas por Bourdieu e Wacquant (2007) a respeito do imperialismo cultural. Essa carência da questão racial, observada em Pierre Bourdieu, decorre da historicidade na qual o autor estrutura o seu aparato conceitual e das suas ferramentas analíticas.

A teoria de Honneth (2003), permite observar a gênese de um movimento social considerando a subjetividade e a intersubjetividade, materializada em um sentimento de lesão social. Com isso, transporta para o contexto da análise uma perspectiva moral e a expectativa de uma evolução social por meio da eticidade, que pode resultar da luta por reconhecimento. Essa luta por reconhecimento, é um processo em que, as “experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores

da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento” (HONNETH, 2003, p.257)

Assim, a mobilização para uma luta coletiva tem sua gênese em experiências morais que destoam de expectativas de respeito social ao indivíduo e a uma coletividade. E, essas expectativas estão relacionadas a “condições da formação da identidade pessoal, de modo que elas retêm os padrões sociais de reconhecimento sob os quais um sujeito pode se saber respeitado em seu entorno sociocultural como um ser ao mesmo tempo, autônomo e individualizado” (HONNETH, 2003, p.258). Diante da decepção no tocante a essas expectativas, “desencadeia exatamente o tipo de experiência moral que se expressa no sentimento de desrespeito” (HONNETH, 2003, p.258).

Retomando a complementaridade teórica entre os autores, o aparato conceitual de Clóvis Moura é um elemento imprescindível para a análise proposta das práticas de afro-reparação e a práxis de agentes negras/os/es no campo universitário. Visto que, o autor fundamenta material e simbolicamente uma sensibilidade analítica incorporada com base em uma vivência da desigualdade social brasileira, as relações raciais e suas implicações históricas, educacionais e econômico-sociais para a população negra.

Para a leitura crítica do fenômeno social com uma historicização que provoque ruptura e desnaturalização de relações de poder e de subordinação racial, Bourdieu fornece ferramentas para uma análise da estrutura social e da reprodução de disposições sociais, oportunizando refletir considerando a existência de um *habitus* racial que consiste segundo Monsma (2013, 2016) em, “categorias raciais de percepção dos outros e de si mesmo” (MONSMA, 2013, p.7), que é “internalizado por meio de experiência em um contexto racializado” (MONSMA, 2016, p.19). A estratégia de considerar a existência de um *habitus* racial historicamente constituído, permite o exame do objeto de estudo levando em conta a relação dialética histórica entre perfis raciais. Assim, um *habitus* racial branco racista (reprodução social de relações de dominação e poder racializadas) e um *habitus* racial negro antirracista (contra reprodução de relações de dominação e poder racializadas), se estabelecem no espaço social e nos campos em uma disputa corporificada entre as forças de conservação do racismo e as forças de subversão da estrutura social racista.

Com relação à produção teórica de Pierre Bourdieu, Burawoy (2010) afirma que, “Se existe alguma questão que perpassasse toda a sua obra, esta é o tema do

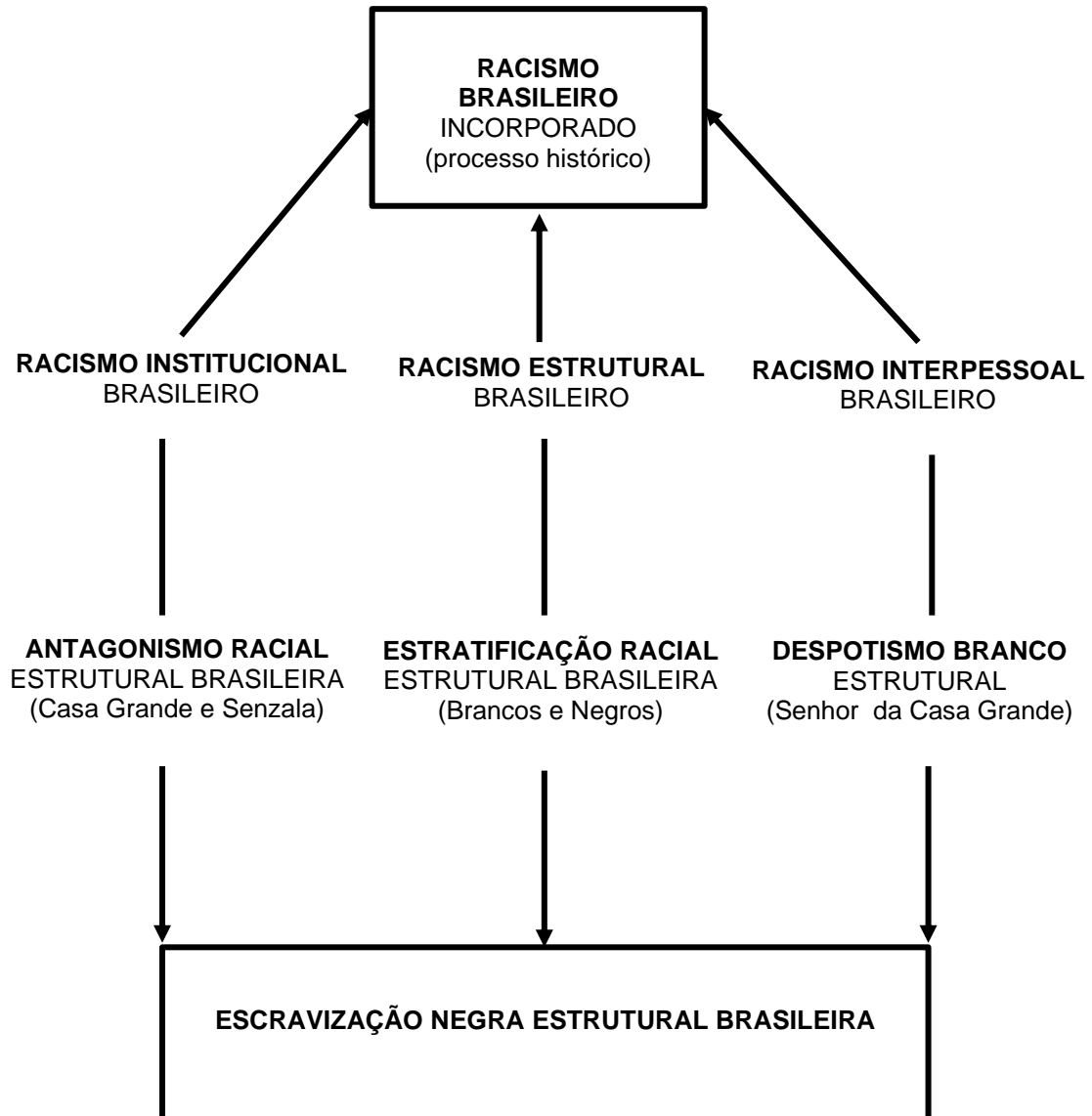
desmascaramento da dominação, sobretudo a análise da dominação simbólica” (BURAWOY, 2010, p.26). Pierre Bourdieu indica que as lutas simbólicas apresentam duas formas com relação à percepção do mundo social, a forma objetiva e a subjetiva. Na forma objetiva, “pode-se agir através de ações de representação, individuais ou coletivas, destinadas a mostrar e a fazer valerem determinantes das realidades” (2004a, p.161-162), ou seja, é o espaço da prática. Na forma subjetiva, a ação tem como foco “mudar as categorias de percepção e apreciação do mundo social, as estruturas cognitivas e avaliatórias: as categorias de percepção, os sistemas classificatórios” (2004, p.162), o que constitui por essência uma ação no espaço teórico. O autor registra a necessidade nas relações de dominação, do desconhecimento da sua condição arbitrária. Ou seja, a própria tirania precisa ser justificada como direito e nesse caso, as artes, a literatura, os juristas profissionais, a cultura, dentre outros, constituem elementos poderosos de legitimação, porém, igualmente, possibilidade de “revoluções simbólicas” (BOURDIEU, 2001, p.122; 2010, p.255-256).

O termo “revoluções simbólicas” foi utilizado por Pierre Bourdieu para expressar o papel assumido pelo pintor Édouard Manet no campo da arte e é elemento importante para a reflexão proposta, porque permite interpretar em sua teoria a possibilidade histórica da mudança de *habitus*, ou seja, por meio das mudanças na percepção social e nas categorias que orientam o nosso pensamento. Segundo Bourdieu (2014), com relação às revoluções simbólicas elas, “atingem as pessoas no que elas têm de mais essencial(...)são revoluções que tocam nas estruturas mentais, isto é, nas categorias fundamentais de percepção, nos princípios de visão e divisão, no *nomos*” (BOURDIEU, 2014, p.476).

Com relação ao desmascaramento da dominação, essa também é uma questão que perpassa a obra de Clóvis Moura. Porém, o autor foca na dominação manifestada nas relações sociais racializadas, no racismo histórico-estrutural. A “Figura 8” é uma ilustração elaborada com a intenção de expor um processo histórico de reprodução de disposições sociais considerando a questão racial. Essas disposições sociais caracterizadas por relações de poder e dominação racializadas, são incorporadas como *habitus* em um processo histórico em que relações objetivas e subjetivas da organização social são mantidas e reproduzidas. É uma ilustração que explicita o processo de reprodução social de relações de poder e dominação

resultantes de um escravismo estrutural, que ainda permeia as relações sociais brasileira.

Figura 8 - Racismo histórico-estrutural brasileiro incorporado como *habitus*



Fonte: Autora, 2023.

Clóvis Moura demonstra que a prática social na sociedade brasileira é influenciada pelo racismo histórico-estrutural incorporado, o que a “Figura 8” tem a intenção de demonstrar. Igualmente, o autor ressalta a luta negra pela superação desse racismo em um contexto dialético, de contradições, luta de classes, regime de produção de bens materiais e desenvolvimento de uma consciência racial. Isso significa, a princípio, que a interpretação de um fato social por meio de uma tríade teórica, permite de um lado analisar a ação e a interação social considerando a

influência de disposições sociais (*habitus*). E, por outro lado, não desconsiderar a possibilidade do desenvolvimento de uma consciência que impulse ações de mudanças no ambiente social (práxis), ou uma possibilidade do surgimento de novos *habitus* em um processo dialético.

No que diz respeito a Axel Honneth (2003), sua constituição teórica da gênese do conflito e da luta por reconhecimento permite dialogar com Clóvis Moura a partir de uma perspectiva dialética. E igualmente, refletir levando em conta Pierre Bourdieu, a respeito da disputa por posição no interior do campo e do espaço social. Honneth (2003) também, colabora no exame histórico da gênese das demandas sociais do campo Movimento Negro brasileiro.

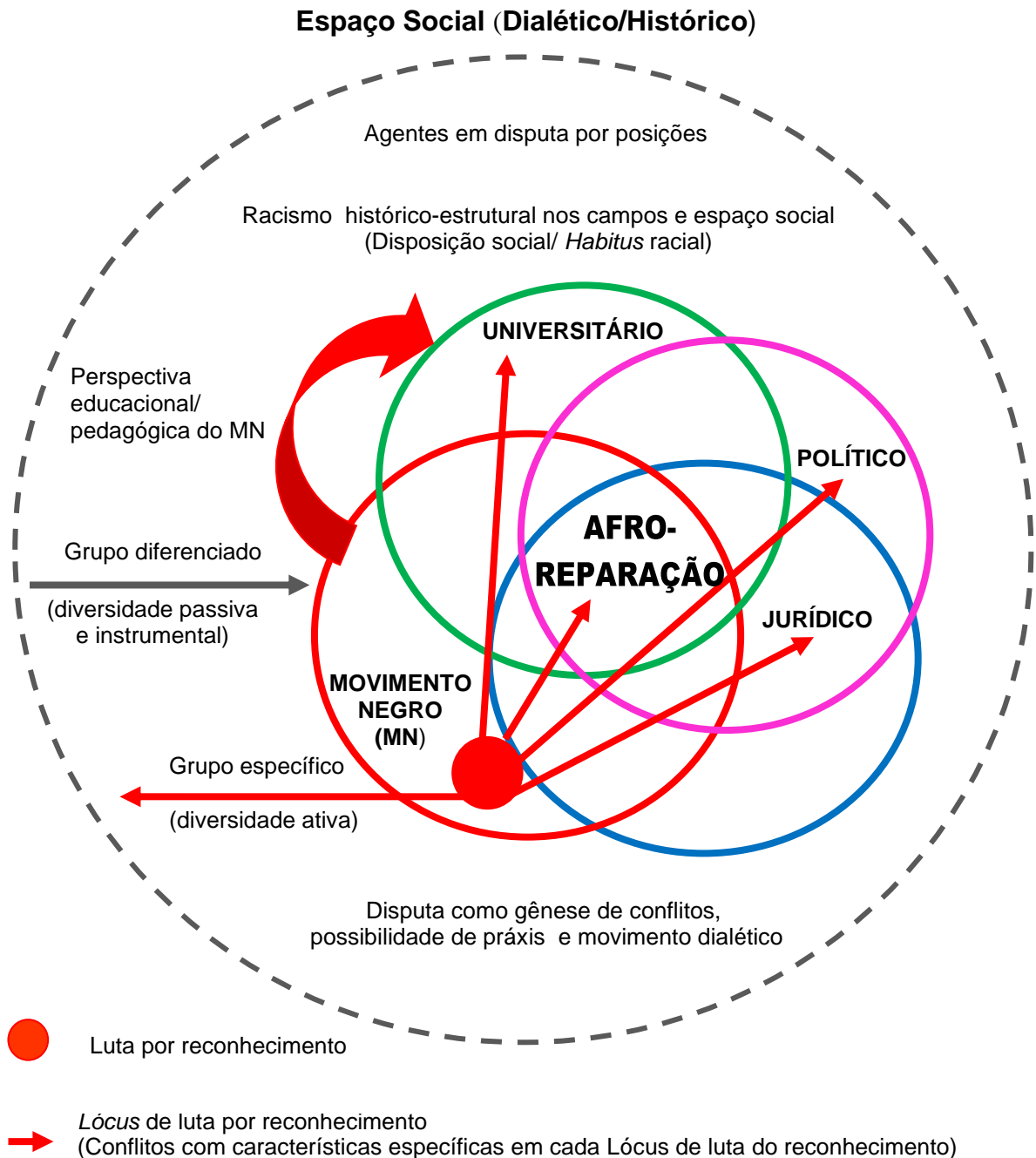
3.2 CAMPOS: INTERPRETAÇÃO E INTERSECÇÃO

A perspectiva investigativa a partir de uma articulação teórica de três autores, proposta que orienta essa pesquisa, tem um desafio distinto. O qual consiste, na elaboração de uma ferramenta teórica conceitual e metodológica que permita a apreensão e a interpretação de um fato social em sua expressão subjetiva, intersubjetiva, moral, ética, social, histórica, política e educacional. Uma ferramenta teórica, capaz de realizar a leitura de um fato social permeado por relações de poder, dominação e hierarquização racial, ponderando igualmente neste contexto, a possibilidade de transformação social em uma perspectiva dialética e de práxis de agentes do campo Movimento Negro brasileiro.

Desta forma, a conjugação teórica que fundamenta essa tese não desconsidera as particularidades teóricas dos autores adotados. Entretanto, contempla nessas especificidades a oportunidade de englobar alguns elementos dessas diferentes fontes epistemológicas em uma proposta híbrida de leitura, interpretação e análise de um evento social e do contexto no qual está inserido. A “Figura 9”, apresentada na sequência, é uma imagem síntese com a intencionalidade de evidenciar as contribuições dos autores adotados como referência no desenvolvimento dessa pesquisa. Dessa imagem, emergem conceitos, categorias e concepções que guiaram a estruturação, a elaboração e a análise dos dados coletados. Portanto, demonstra o diálogo estabelecido entre os teóricos Clóvis Moura, Pierre Bourdieu e Axel Honneth, na constituição do instrumento teórico de leitura, interpretação social e análise do objeto de pesquisa. Ela expõe uma ilustração conceitual e traços gerais teóricos que

sustentam a pesquisa. Isto com o intuito de compartilhar o raciocínio que envolve a conjugação de elementos teóricos no percurso interpretativo da pesquisa. Os elementos expostos na imagem serão detalhados no percurso do desenvolvimento dos tópicos dessa tese, a partir da sua pertinência para as reflexões propostas nos itens que a compõe.

Figura 9 - Ilustração de elementos teóricos-conceituais que orientam a pesquisa



Fonte: Autora, 2022.

Do ponto de vista investigativo proposto para o desenvolvimento dessa pesquisa, a “Figura 9” expressa o itinerário conceitual-teórico do pensamento que orienta esse estudo. A ilustração é uma construção e modelagem teórica constituída para demonstrar um entendimento de uma realidade social para a qual está direcionado o desenvolvimento da pesquisa. Sendo assim, é uma representação de um itinerário teórico de interpretação de um fato e de uma realidade social. A intenção é que ela permita ao leitor percorrer esta tese consciente dos elementos que compõe o diálogo epistemológico e teórico que fundamenta a construção, constatação, delimitação, interpretação e análise do objeto de estudo.

Para a edificação desse itinerário teórico, Pierre Bourdieu colabora com a constituição de um espaço social, composto por uma diversidade de campos relativamente autônomos, com disposições sociais, *habitus* e regras próprias. Com base nesse entendimento a temática de pesquisa afro-reparação situa-se como pauta de intersecção e prática social de interligação do campo Movimento Negro brasileiro com um conjunto de campos que historicamente, e contemporaneamente, são foco de “luta por reconhecimento” (HONNETH, 2003). Essa luta por reconhecimento tem como motivação a consciência de uma lesão social sofrida pelos povos negros escravizados no Brasil e uma busca por reparação por meio da superação da desigualdade social e do combate ao racismo. Da mesma forma, considera-se que a temática de pesquisa resulta de uma vivência histórica de exclusão social racializada, que municia uma subjetividade, base e fortalecimento de uma intersubjetividade, que consolida lutas políticas e práticas sociais antirracista coletivas e um campo no espaço social com características históricas específicas.

A perspectiva de raciocínio teórico aqui adotada, conduziu a necessidade da constituição de um campo Movimento Negro brasileiro e com isso, em uma dimensão teórica, a distinção de fronteiras que caracterizam identidades sociais e especificidades de uma luta política que tem como origem histórica relações sociais racializadas. Com isso, busca-se no campo Movimento Negro Brasileiro, em suas características e histórico, elementos de aproximação com a teoria dos “campos” de Pierre Bourdieu para o delinear deste campo.

Instituído o campo Movimento Negro brasileiro, o prisma da pesquisa tem como referência a intersecção entre este campo e o campo universitário. Sendo que, a intersecção entre estes campos é estabelecida por uma pauta reivindicatória do Movimento Negro brasileiro, que na pesquisa é denominada de afro-reparação. E

nessa intersecção o foco é o exame da expectativa e perspectiva educacional e pedagógica de membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro com relação ao campo universitário.

Na gênese do Brasil está um regime escravocrata estrutural (escravidão estrutural), sobre relações estruturais de dominação e poder racializadas no país foi alicerçado relações familiares e sociais, instituições, legislações, economia, educação, política, etc. Por este motivo no itinerário teórico adotado, o racismo é interpretado com o aporte de Pierre Bourdieu, como uma disposição social, e analisado com as contribuições teóricas de Clóvis Moura como um elemento histórico-estrutural. Identicamente, o racismo é apreendido como um *habitus* racializado incorporado, perpetuado pela ação de agentes no espaço social e nos campos.

Quanto ao *habitus* racializado presente no campo Movimento Negro brasileiro, a historicidade das relações de poder e dominação racializadas no Brasil, dão a este a peculiaridade de constituir-se como uma prática social de autodefesa. Ou seja, uma ferramenta de aglutinação de força e luta por condições básicas de sobrevivência diante de um racismo histórico-estrutural representado em relações sociais de dominação, violência, exclusão e marginalização. Enquanto, o *habitus* racializado branco na sua perspectiva de prática social racista (relações sociais de dominação e exclusão social pautada no racismo), é interpretado como resultante de um processo de reprodução e mecanismo de conservação do racismo histórico-estrutural.

Pelo exposto e ponderando a partir de uma perspectiva dialética, a relevância da contribuição de Clóvis Moura está também, na sua concepção de negras/os/es como agente econômico e político, em que a ação e resistência negra historicamente tem consequência política. Considera que a abolição teve influência da resistência e das lutas dos escravizados, que desgastaram o regime escravista. O autor, permite o emergir do potencial de uma ação transformadora dos agentes do campo Movimento Negro brasileiro em uma análise teórica atenta a práxis e ao movimento dialético. E a partir dessa ação transformadora realiza o exame histórico da trajetória dos povos negros escravizados no Brasil e da organização e luta de um povo negro que destes procedem.

O “grupo diferenciado” e o “grupo específico”, que é uma contribuição teórica de Clóvis Moura (MOURA, 2019, p.149), viabiliza a distinção de qual é a visão generalizada, em um espaço social, da diversidade de negras/os/es que atravessam com êxito o processo seletivo prescrito pelo campo universitário, e que é visto como

um grupo diferenciado. Em contraste a este grupo diferenciado coloca-se o grupo específico, em que indivíduos e coletivos com práticas e posturas políticas antirracistas, representam comportamentos e características que podem ser classificados como característicos de agentes do campo Movimento Negro brasileiro. Resumindo, nessa tese “grupo diferenciado” e o “grupo específico” marcam a distinção entre os que são, ou não são, membras/os/es de um grupo específico denominado campo Movimento Negro brasileiro. E outras três categorias que são colocadas em um diálogo com os conceitos de “grupo diferenciado” e “grupo específico” de Clóvis Moura, são as diversidades passiva, instrumental e ativa.

Cabe inicialmente explicitar, que na ilustração teórico-conceitual (Figura 9) o termo diversidade se refere a multiplicidade social, se refere a uma generalização social de grupos marginalizados historicamente na educação e no campo universitário. Essa diversidade constitui para a sociedade um “grupo diferenciado” (MOURA, 2019, p.149), que com sua entrada nesses espaços quebram uma hegemonia promovendo a diversificação de representatividade social. Essa diversidade é entendida como um “grupo específico” (MOURA, 2019, p.149), quando a partir da sua especificidade e consciente da sua marginalização social assume uma luta por mudança da sua posição na sociedade, passam a agir como sujeitos históricos e de transformação social, são fontes de uma práxis social.

Com relação às categorias, diversidade passiva, instrumental e ativa, elas têm a intenção de ressaltar as diferenças entre grupos e subgrupos de estudantes que ingressam no campo universitário e ser um recurso instrumental de organização do pensamento que permeia esse estudo. São classificações constituídas a partir dos modos de perceber, sentir, pensar e agir politicamente de membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro, indicando diferenças de perfis de negras/os/es no interior da universidade. Essas classificações são construções abstratas que distinguem algumas características de grupos sociais. Porque a experiência dos indivíduos é complexa e não se apresenta de modo único e objetivo nas classificações adotadas. Essas classificações são inspiradas no repertório teórico-metodológico de Max Weber, em seus “tipos-ideais”, que segundo Colliot-Thélène são, “meios elaborados pelo pensamento com o objetivo de ordenar um dado empírico abundante no qual são as questões do teórico que recortam os objetos” (COLLIOT-THÉLÈNE 2016, p.59). Essa classificação foi elaborada com base em observações empíricas que se revelaram no decorrer do desenvolvimento da pesquisa no campo universitário. Assim

sendo, esses dados empíricos passaram a ser expressos nestes três elementos de classificação que são, a diversidade passiva, a diversidade instrumental e a diversidade ativa.

Essas classificações são categorias que fazem referência as práticas sociais de classes, ou frações de classe, presentes na coletividade de negras/os/es que adentram ao campo universitário. Desta forma, o “grupo específico” está associado a uma prática ativa de disputa por posição no interior dos campos, constituindo a diversidade ativa. E subdividido em duas frações, que é a diversidade passiva e a diversidade instrumental, está o “grupo diferenciado”, que em alguns casos, também constituem linhas auxiliares da conservação das relações sociais de dominação racializadas. Isto significa que, o “grupo diferenciado” pode contribuir na manutenção do racismo, reproduzindo, reforçando, ou legitimando, práticas sociais racistas.

No contexto das relações sociais a diversidade passiva naturaliza as relações de poder, de marginalização e racistas no interior do campo. Ela constitui uma postura de legitimação no campo e no espaço social por meio do *habitus*, do capital e do poder simbólico, da reprodução das relações de poder e dominação racializadas, é uma força de conservação de vínculos pautados na desigualdade. Isto significa, que ela é uma adesão às forças de manutenção do racismo e expressa uma fração da diversidade que pensa no campo universitário a sua relação com o dominador (o racismo) por meio de práticas sociais e conhecimentos incorporados a partir das classificações naturalizadas de relação de dominação e poder racializadas.

A diversidade instrumental é um estágio para o qual avança a diversidade passiva. Enquanto na diversidade passiva a inércia social e política naturaliza o racismo, na diversidade instrumental existe uma adesão, uma ação permanente de preservação e reinvenção de práticas sociais racistas. Nela a naturalização inconsciente do racismo vigente no campo e implícito no *nomos* que são leis fundamentais do campo; a aderência às necessidades do campo na ação, rotina, normas, comportamento, entre outros; transformam essa diversidade em um elemento que passa a ser usado por agentes herdeiros do campo na reprodução das relações de dominação e poder racializadas. Essa diversidade usufrui das possibilidades oferecidas pelo campo e em troca é usada como instrumento de constrangimento e oposição na luta política contra a diversidade ativa e o antirracismo. Lembrando que, sendo um dos campos referência na pesquisa o campo universitário, é relevante registrar que segundo Pierre Bourdieu, a “luta política é uma luta cognitiva (prática e

teórica) pelo poder de impor a visão legítima do mundo social” (BOURDIEU, 2001, p.226). Isto porque, um dos “móveis da luta simbólica é o poder de conhecimento(...)o poder sobre os instrumentos incorporados de conhecimento, os esquemas de percepção e de apreciação do mundo social” (BOURDIEU, 2001, p.226). É esse poder sobre os instrumentos de conhecimento o responsável pela legitimidade da classificação social, que “determinam a visão do mundo (rico/pobre, branco/negro, nacional/estrangeiro, etc.) e o poder de fazer ver e de fazer crer que lhe é inerente” (BOURDIEU, 2001, p.226).

A diversidade ativa tem uma relação direta com o “grupo específico” descrito por Clóvis Moura (2019, p.149). E no contexto dessa pesquisa é considerada a gênese da práxis dos agentes negras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro. Essa diversidade ao entrar no campo universitário ou outro, ou no interior do campo quando passa de “grupo diferenciado” (MOURA, 2019, p.149) para “grupo específico”, tem como característica um *habitus*, uma disposição social herdada do campo Movimento Negro. Esse *habitus* tem como característica uma posição de busca de transformação de categorias, divisões e relações sociais, responsáveis pela legitimação de desigualdades sociais e do racismo. É uma diversidade que, diante da consciência da marca social que a estigmatiza, adere ao grupo específico e assume uma posição de luta por transformação social e superação de posições de marginalização social. Desta forma, trava uma luta simbólica pelo conhecimento e reconhecimento, uma batalha cognitiva e política para defender representações e princípios favoráveis à luta antirracista, tanto no espaço da existência cotidiana quanto em diversos outros campos como, por exemplo, os campos de produção cultural e do poder simbólico.

Além disto, a proposta de conjugação teórica, leva em conta no exame do objeto de estudo, as relações de conflito geradas pela preservação de um *habitus* de origem do agente. Esse *habitus* de origem, na transferência do agente para um outro campo é incorporado como motivação para o jogo por disputa por posições e acúmulo de capital no campo receptor, influenciado por uma luta por reconhecimento de uma lesão social histórica. Nessa interpretação, a manutenção de um *habitus* de origem no processo de transferência do agente para um novo campo, constitui uma situação de *habitus* social cruzado. Esse *habitus* social cruzado é ponderado com base no fenômeno que Pierre Bourdieu denominou de efeito de *hysteresis*, ou histerese (BOURDIEU, 2009, p.102-103).

A *hysteresis* manifesta a falta de conexão entre o *habitus* e as demandas vigentes no campo. Ela retrata o desequilíbrio gerado por um *habitus* em que a perspectiva de ação do agente não corresponde às demandas do campo. Isto resulta de uma defasagem entre um *habitus* incorporado e as exigências do campo e transforma “a estrutura social presente pouco estruturante e, por isso, as condições da prática excessivamente incertas para que o *habitus* possa operar apenas por via dos automatismos pré-reflexivos” (CARIA, 2002, p.142). A *hysteresis*, nessa conjugação teórica, permite levar em conta a possibilidade de situações sociais em que possa estar presente *habitus* social cruzado. Isto significa, que representa a possibilidade do surgimento de condições de questionamentos, por parte do agente, à legitimidade das disposições sociais incorporadas no campo como *habitus*. Neste caso, é importante destacar que o conceito de *hysteresis* não rompe com a concepção de *habitus* incorporado, porque representa um desajuste entre um *habitus* exigido no campo e que diverge de um *habitus* predominante no agente que é resultante de sociabilizações anteriores. Nesse caso o agente se apropria, em uma perspectiva bourdieusiana, do sentido do jogo, mas disputa considerando também os seus registros inconscientes antecedentes. Ou seja, o agente compete no campo, reconhece suas regras, disputa posição e capital, mas igualmente influenciado por um *habitus* anteriormente incorporado. E isso, diversifica as possibilidades de fontes de influência nas práticas sociais do agente. Da mesma maneira, a harmonia entre disposições e posições dos agentes pode ser rompida em função de “transformações estruturais que suprimem ou modificam certas posições, e também da mobilidade inter e intra-geracional” (BOURDIEU, 2001, p.192). Ou seja, “o espaço de posições e o espaço de disposições nunca é perfeita e sempre existem agentes numa posição em falso, deslocados, mal situados em lugar e também, como se diz, 'na sua pele'” (BOURDIEU, 2001, p.192).

Importante ressaltar, que na perspectiva de Bourdieu (2001, p.19), o inconsciente é fruto da história coletiva (produção de categorias de pensamento) e da história individual (forma como é inculcada as categorias de pensamento), as quais moldam a visão de mundo e as categorias que orientam o nosso pensamento. Isto significa que o inconsciente é constituído por uma história incorporada, pela “história que se ignora como tal” (BOURDIEU, 2001, p.215).

Assim, como mencionado anteriormente, a transferência de agentes entre campos estabelece um conflito inicial e um movimento dialético em um *Lócus* de luta

por reconhecimento. O *Lócus* de luta por reconhecimento pode ser um campo, uma posição no espaço social, ou uma intersecção entre campos, o local onde é estabelecida a luta pelo reconhecimento das demandas históricas do povo negro, como exemplifica Alves (2017, p.109-115). Esse Conflito assume características específicas em cada *Lócus* de luta do reconhecimento em conformidade com o *habitus*, as regras e o capital em vigor no campo, na classe, na fração de classe. Porém, a *hysteresis* (BOURDIEU, 2009, p.102-103) permite ao agente do campo Movimento Negro uma seletividade em suas práticas, em função da manutenção de um *habitus* de origem, da constituição de uma perspectiva de fração de classe, que proporciona manejar o *habitus* de cada *Lócus* de luta por reconhecimento a partir de uma historicidade, intencionalidades e ação política, específicas do campo de origem.

3.2.1 Campo universitário

Este tópico objetiva expor características relevantes do campo universitário presente na teoria bourdieusiana, estabelecendo um diálogo com o contexto do racismo “histórico-estrutural” (MOURA, 2019, p.83) como elemento estruturante da nação brasileira. Pierre Bourdieu não desenvolveu estudos com foco na organização antirracista denominada Movimento Negro, porém na sua produção teórica existem obras e reflexões direcionadas a análise do campo universitário.

Essa sensibilidade investigativa do autor com relação ao campo universitário, segundo Catani (2017), pode ser identificada nas obras *Homo academicus* que teve sua primeira publicação em 1984 e *La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps* publicada em 1989. Significativa também para reflexões relacionadas ao campo universitário são os registros do autor na obra “Os herdeiros: os estudantes e a cultura” (BOURDIEU; PASSERON, 2018b). As análises de Bourdieu com relação ao campo universitário são instigadas a partir das características de formação, reprodução e manutenção de relações de dominação no sistema educacional francês. E os estudos de Bourdieu (1989; 2017b), relacionados ao campo universitário, evidenciam o processo de reprodução histórica de relações de dominação social responsável pela transmutação da desigualdade social em desigualdade educacional.

Pierre Bourdieu, ao refletir a respeito das relações sociais no espaço universitário, reconhece a presença de especificidades, nas práticas sociais das instituições que o compõem. Considerando essas especificidades, as instituições

universitárias são agrupadas socialmente em um microcosmo denominado de campo. Nesse microcosmo, constantes estruturais históricas, são responsáveis pela manutenção de um processo de reprodução de relações sociais. Porém, na perspectiva bourdieusiana de campo, mesmo com a existência de determinantes estruturais, a distinção entre agentes e agrupamentos de agentes do campo pode ser observada como expressão de interesses de classes e frações de classe. Os campos possuem relativa autonomia, porém estão situados no espaço social. E o espaço social na teoria bourdieusiana é a “realidade primeira e a última já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele” (BOURDIEU, 1996 p.27), ele é permeado por interesses de classes e de frações de classe, enquanto o campo é atravessado pelo interesse de instituições e agentes. Desta forma, quando se considera a sociedade brasileira a partir de uma perspectiva de racismo histórico-estrutural (Moura, 2019, p.83), o qual foi sedimentado historicamente por relações raciais de dominação e poder racializadas, esse racismo passa a ser ponderado como inerente a diversidade de campos que constituem o espaço social.

Esses agrupamentos (instituições universitárias) apresentam entre elas distinção (classes, frações de classe) no interior do campo, o que possibilita variadas classificações das instituições universitárias principalmente na análise do contexto educacional brasileiro. Desta forma, elementos como a autonomia universitária; a gestão de recursos orçamentários e financeiros; o perfil docente, discente e de técnicos administrativos e o perfil científico e político, permitem às instituições de Educação Superior fazerem opções por projetos e programas educacionais considerados mais adequados a sua realidade institucional, visão, missão e anseios da sua comunidade universitária. E essas opções estruturam elementos de distinção no contexto da coletividade institucional que podem refletir possibilidades de acesso e permanência de discentes, investimento em inovação metodológica e pedagógica no processo de ensino-aprendizagem. Posto isso, na sequência são identificadas as principais características do campo universitário (comuns aos demais campos bourdieusiano) e a relação com o contexto social de negras/os no Brasil.

a) Gênese do campo universitário brasileiro

É durante o século XIV que tem início a ampliação do número de universidades no território europeu, mantendo a perspectiva de formação de uma elite social. Entretanto, as universidades no ocidente tem sua origem na Idade Média e no seu

processo histórico pode-se identificar sua relação primordial com duas instâncias históricas de poder, que são a monarquia e o Estado, com o apoio de reis, príncipes, ou outras categorias de governantes. É a sua relação com a religião tendo como suporte principalmente lideranças católicas (controle papal) e posteriormente também protestantes. Entre as instituições universitárias há em comum o fato de serem mantidas pelo Estado ou pela Igreja, assim como, a sua dependência das relações com classes sociais dominantes com distinção e poder no espaço social. E como regularidade são instituições de ensino que apresentam a função de gerar quadros para gerir a estrutura do império, do Estado e da igreja e para a manutenção de relações sociais de dominação históricas.

De acordo com Bourdieu, o “campo universitário reproduz na sua estrutura o campo do poder cuja ação própria de seleção e inculcação contribui para reproduzir a estrutura” (BOURDIEU, 2017b, p.70). E com relação ao efeito ideológico dessa classificação o autor registra que, “consiste precisamente na imposição de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxonomias filosóficas, religiosas, jurídicas, etc.” (BOURDIEU, 2010, p.14). Da mesma forma, registra Bourdieu (2017b) que:

(...)o campo universitário é o lugar de luta das classificações que, trabalhando para conservar ou transformar o estado da relação de força entre os diferentes critérios e entre os diferentes poderes que elas designam, contribui para fazer a classificação tal como pode ser apreendida objetivamente num dado momento do tempo; mas a representação que os agentes têm da classificação e a força e a orientação das estratégias que eles podem colocar em prática para mantê-la ou subvertê-la dependem de sua posição nas classificações objetivas (BOURDIEU, 2017b, p.40).

No Brasil é a partir do século XIX que as universidades começam a ser criadas. Porém, quando em 1808 a família real passa a residir no Brasil, acompanha a monarquia o ensino superior e a gênese do que se constituirá posteriormente em universidades. Com a chegada da família real é criada a Escola de Cirurgia da Bahia e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro e após outras instituições serão criadas. A Proclamação da Independência trará por meio de decreto imperial faculdades para Olinda, Recife, São Paulo e Ouro Preto. E com a Proclamação da República são criadas faculdades no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Goiás. Segundo Cunha (2000, p.152), o primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil foi criado em 1550 com os cursos de Artes e Teologia (formação de

sacerdotes) no Colégio dos Jesuítas da Bahia. O estabelecimento de ensino atendia filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, criadores de gado e artesãos. Somente no início do século XX surgiram as instituições que denominamos atualmente de universidade sendo constituídas por um conjunto de faculdades e escolas voltadas ao ensino superior.

Em 1550 foi criado o primeiro estabelecimento de ensino superior (CUNHA, 2000, p.152) por jesuítas e nove anos depois, em 1559, a Coroa Portuguesa oficializou a entrada de escravizados negros no Brasil. Porém, ressalta-se que Ferreira Neto (2015), Mendonça (2012), Amim e Reis (2020), indicam que os escravizados foram introduzidos no Brasil em um período anterior em 1538, o que representa aproximadamente doze anos de escravização negra até a criação de um estabelecimento de educação superior, isso em um contexto de mais de três séculos de escravização no Brasil. Várias gerações negras no Brasil foram mantidas à margem da educação escolar pela escravização e as suas consequências históricas, enquanto as universidades passavam por um processo de desenvolvimento no país. E sem as condições adequadas de acesso à alfabetização e à instrução escolar, o ensino superior torna-se algo improvável ou impossível para essa população negra.

No tráfico transatlântico povos negros escravizados chegaram ao Brasil na condição de mercadoria e mão de obra, com a única função de fazer seu sofrimento e vida impulso para a prosperidade financeira e social dos escravocratas e fortalecimento do sistema econômico. Além disso, com relação ao ensino superior, o primeiro curso superior no Brasil surgiu durante o regime escravocrata e a condição de mercadoria e de mão de obra certamente foi obstáculo ao acesso ao ensino primário e secundário e conseqüentemente ao ensino superior no Brasil.

Portanto, é possível concluir, que a gênese do ensino superior no Brasil tem como característica a marginalização negra e como foco a formação de uma elite branca de origem europeia, que também na educação usufruiu da riqueza produzida pela mão de obra escravizada. Visto que, o escravocrata apropriou-se de um excedente (dinheiro, bens), que utiliza em benefício de seu agrupamento social, inclusive no acesso à educação. Isso porque no sistema econômico de produção escravista o escravocrata,

(...)vive em uma casa construída por escravos, come comida produzida e cozinhada por escravos, anda carregado por escravos ou por um cavalo cuidado por escravos. É obvio que se os escravos só

produzissem o mínimo para a própria sobrevivência, não poderiam sustentar o seu dono. É o fato de atingirem uma produtividade mais elevada que permite que haja excedente e, em consequência, a riqueza do dono (DOWBOR, 1982, p.32).

O regime escravocrata impediu que a formação escolar fosse elemento presente na vida do escravizado utilizando de vários meios, inclusive a legislação. Referente a legislação, por exemplo, temos o Decreto Imperial nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, que em seu Artigo 69 impedia que fosse realizada a matrícula de escravizados no ensino primário e secundário. E no ensino superior, o obstáculo era estabelecido nos critérios de admissão em academias e faculdades inatingíveis na posição social ocupada por negras/os/es. Critérios como, por exemplo, os previstos na Lei de 3 de outubro de 1832 que “Dá nova organização ás actuaes Academias Medico-cirurgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia”, e apresenta como critério de admissão:

Art. 22. O estudante, que se matricula para obter o titulo de Doutor em Medicina, deve: 1º Ter pelo menos dezaseis annos completos: 2º Saber Latim, qualquer das duas Linguas Franceza, ou Ingleza, Philosophia Racional e Moral, Arithmetica e Geometria. O que se matricula para obter o titulo de Pharmaceutico, deve: 1º Ter a mesma idade: 2º Saber, qualquer das duas Linguas Franceza, ou Ingleza, Arithmetica e Geometria, ao menos plana. A mulher, que se matricula para obter o titulo de Parteira, deve: 1º Ter a mesma idade: 2º Saber ler, e escrever correctamente: 3º Apresentar um attestado de bons costumes passado pelo Juiz de Paz da freguezia respectiva (BRASIL, 1832).

A Constituição de 1824, no Art. 179, inciso XXXII (BRASIL, 1824), declarava a instrução primária como gratuita para todos os cidadãos, porém pessoas negras escravizadas e libertas não nascidas no Brasil, não possuíam cidadania. Enquanto, todos os nascidos em Portugal que estabeleceram residência no Brasil eram considerados cidadãos. O Decreto 7.031-a de 6 de setembro de 1878, criou os cursos noturnos de instrução primária para adultos no Brasil. E estabelecia que:

Art. 5º Nos cursos nocturnos poderão matricular-se, em qualquer tempo, todas as pessoas do sexo masculino, livres ou libertos, maiores de 14 annos. As matriculas serão feitas pelos Professores dos cursos em vista de guias passadas pelos respectivos Delegados, os quaes farão nellas as declarações da naturalidade, filiação, idade, profissão e residencia dos matriculandos. (BRASIL, 1878)

Com a assinatura da lei áurea (Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888), o descontentamento dos escravocratas contribuirá para fortalecer a articulação entre militares e outros segmentos sociais, no esforço para estabelecer a República no Brasil. A Monarquia até então escravocrata é substituída por uma República, que tem em sua listagem de motivações para o rompimento com a monarquia, a frustração dos escravocratas com a Lei Áurea. Para negras/os/es essa transição de regime representa sair da Monarquia racialmente desigual para entrar na desigualdade racial republicana. As desigualdades sociais no acesso a direitos humanos e constitucionais permanecem até os dias atuais em uma constante reprodução de relações de desigualdade. E a persistência do racismo histórico-estrutural e suas consequências podem significar que,

A herança da escravidão que muitos sociólogos dizem estar no negro, ao contrário, está nas classes dominantes que criam valores discriminatórios através dos quais conseguem barrar, nos níveis econômico, social, cultural e existencial a emergência de uma consciência crítica negra capaz de elaborar uma proposta de nova ordenação social e de estabelecer uma verdadeira democracia racial no Brasil (MOURA, 2019, p.99).

b) Campo universitário: socialização, disposições sociais e *habitus* racializados

Os campos estão situados em um espaço social como agrupamentos de agentes a partir de uma distinção de práticas sociais. O campo universitário, como os demais campos bourdieusiano, é um espaço orientado por regras. Essas regras são regularidades que precisam ser observadas no acesso ao campo e na legitimação da permanência do agente na delimitação desse espaço social.

Os mecanismos de seleção para acesso ao campo universitário, são apresentados socialmente como um processo técnico que permite homogeneizar os agentes a partir de práticas sociais reconhecidas e valorizadas pelo campo. A cumplicidade nas práticas sociais antecede a própria entrada no campo universitário e determina a progressão do agente no seu interior. Essas práticas sociais, como leitura, escrita, uso de referenciais teóricos legitimados pelo campo, vocabulários, comportamento, respeito a hierarquia estabelecida no campo, interesse, etc.; são

transformadas em ranking no processo de seleção e durante a vida acadêmica, fazendo da disputa uma das regras do jogo. Essa prática social peculiar garante aos “herdeiros” (BOURDIEU, 2018a) vantagens históricas com relação aos colocados historicamente à margem do campo universitário. Porque, estudantes que possuem como origem agrupamentos sociais familiarizados com o campo universitário, além do legado de uma experiência de hábitos, treinamentos e atitudes que se ajustam naturalmente ao campo, “também herdam saberes e um saber-fazer, gostos e um 'bom gosto' cuja rentabilidade escolar, por ser indireta, é ainda mais certa” (BOURDIEU, 2018a, p.34).

Portanto, o domínio ou a sensibilidade prévia das regras do campo universitário é elemento importante nas pretensões de inclusão e sucessão de agentes no campo. Assim sendo, um legado de letramento e uma linhagem universitária, historicamente restrita a poucos agrupamentos sociais no Brasil, coloca em extrema vantagem um aspirante a agente do campo universitário. Visto que, são experiências que incorporam hábitos, treinamentos, atitudes, saberes e gosto que permeiam as expectativas de investimento do campo universitário para a manutenção da reprodução das suas especificidades.

Todos os agentes que aderem ao campo universitário tem interesse de investimento no campo, por uma pluralidade de motivações, e os herdeiros históricos do campo tem desejo em manter suas posições. Isso representa que, a busca pelo acesso simboliza a intenção de participar do jogo do campo na disputa por posições e no acúmulo de capital. As posições no interior do campo consistem em uma hierarquia associada ao prestígio intelectual, científico e as titulações acadêmicas. No campo os próprios agentes possuem a legitimidade social para considerar os avanços em posições da hierarquia, definindo os parâmetros de intelectualidade, cientificidade, erudição e o valor das titulações. Desta forma, agentes em posição de dominação pelo acúmulo do capital do campo, definem com a cumplicidade do agrupamento social, o mérito e o ostracismo de outros membros do campo universitário, ou que interagem com o campo por meio do espaço social. E com isso, garantem no processo de socialização o ajustamento de *habitus* aos interesses do campo.

Moura (2019) ao ponderar o racismo no espaço acadêmico, descreve a abordagem que a memória afro-brasileira e africana, a afrovivência, recebe no campo acadêmico.

Os estudos sobre o negro brasileiro, nos seus diversos aspectos, têm sido mediados por preconceitos acadêmicos, de um lado comprometido com uma pretensa imparcialidade científica, e, de outro, por uma ideologia racista racionalizada, que apresenta os resíduos da superestrutura escravista, e, ao mesmo tempo, sua continuação, na dinâmica ideológica da sociedade competitiva que a sucedeu (MOURA, 2019, p.39).

Igualmente ao realizar uma análise histórica da República de Palmares (Quilombo de Palmares), Moura (2019) continua exemplificando essa abordagem. Ele afirma que, “temos barreiras de ordem metodológica e ideológica que se cristalizam em cima de uma memória e consciência histórica e sociológica desfigurada e/ou reificada pela maior parte dos cientistas sociais que até hoje se ocuparam do assunto” (MOURA, 2019, p.189). As barreiras as quais o autor se refere, estão associadas a um processo de socialização racial que caracteriza a sociedade brasileira e impregna o campo universitário, as relações sociais no seu interior e a sua produção teórica.

A socialização consiste em um processo de estruturação de um *habitus*, corresponde a aprendizagem e a inculcação de modelos de relações sociais considerados legítimos para um agrupamento social específico e para a manutenção e reprodução desse agrupamento nas relações estabelecidas em um espaço social. Essa socialização envolve normas, valores, crenças, gostos, interpretações e práticas sociais, classificações, linguagem, comportamentos, etc. No campo universitário a socialização de um *habitus* homogêneo permite a reprodução das disposições sociais que perpetuam relações sociais, hierarquias, classificações, conhecimentos e controles de acesso ao legado histórico do campo.

O *habitus* de um campo como produto histórico também é influenciado pelo contexto social, pelo que é predominante no espaço social inclusive para a própria manutenção do perfil do campo. Essa relação com o espaço social faz com que sejam incorporadas subjetividades desse espaço social com as particularidades do campo. Quando a socialização em seu processo histórico interioriza o *habitus* como disposições sociais ele transforma-se em ações, sentimentos e percepções realizadas inconscientemente. O que permite, considerar como elemento desse processo o racismo “histórico-estrutural” (MOURA, 2019, p.83) e sua influência nas relações sociais no espaço social e nos campos que o constitui.

Por esse motivo, a reflexão proposta nesta tese é considerar no campo universitário além de um *habitus* acadêmico, a existência de um *habitus* racial branco característico da sociedade brasileira. Com relação esse *habitus* racial branco, Bento

(2022), profissional da área da psicologia, identifica nas relações raciais brasileiras um “pacto da branquitude”, um “pacto narcísico” pautado em uma visão que desconsidera a pluralidade da população brasileira. Pacto, o qual perpetua o privilégio racial na sociedade, nas organizações empresariais, nas instituições públicas. Segundo a autora, esse pacto da branquitude “possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o ‘diferente’ ameaçasse o ‘universal’” (BENTO, 2022, p.18).

A partir dessa perspectiva de um *habitus* racializado, a possibilidade do conflito no interior do campo universitário resultado do antagonismo entre um *habitus* racial branco em busca da reprodução de relações de dominação racistas, e um *habitus* negro defensivo (autodefesa) diante do racismo, que caracteriza uma contra reprodução. O movimento de autodefesa, elemento presente nas reflexões do item “3.2.2.4 *Habitus* e agentes com características específicas”, assume diferentes características em função do *lócus* onde é estabelecido. Por exemplo, o estudo de Vieira (2018) que tem como referência as análises desenvolvidas por Clóvis Moura, estabelece as características desse movimento de autodefesa no contexto da imprensa negra, no período de 1959 até 1983.

No contexto brasileiro, a educação escolar e universitária tem na sua origem e histórico a prioridade de atendimento de uma elite branca de origem europeia e a marginalização de negras/os/es. Essa característica histórica da educação brasileira é que atribui relevância à questão racial na análise de questões educacionais e ao exame da ação de um *habitus* racial, neste contexto. Segundo Bonilla-Silva (2020, p.439) é possível analisar à questão racial considerando o conceito de *habitus* bourdieusiano, isso porque, o *habitus* não é apenas uma estrutura estruturante, mas igualmente, é uma estrutura estruturada. A partir desse entendimento Bonilla-Silva (2020) considera como elemento de análise o “*habitus* branco”, que consiste em “um conjunto de redes e associações primárias com outros brancos, que reforça a ordem racial ao promover a solidariedade racial entre brancos e sentimentos emotivos negativos em relação a 'outros' raciais” (BONILLA-SILVA, 2020, p.45).

Com as contribuições de Bonilla-Silva (2020) o *habitus* do campo universitário passa a ter uma constituição mais complexa, porque admite um processo racializado de socialização na constituição e na manutenção desse campo e suas particularidades, o que significa considerar a ação do racismo histórico-estrutural na sua constituição e manutenção. E igualmente, sua contribuição permite pensar a ação de autodefesa de negras/os/es ao racismo, como elemento histórico da constituição

de um *habitus* racial negro, o qual será na tese retomado no tópico reservado a reflexões a respeito do campo Movimento Negro brasileiro. Com isso, as relações sociais do campo universitário em suas condições estruturais de espaço, tempo, material, classificação e autoclassificação, apresentam a possibilidade de reproduções de relações de dominação social racializadas, caracterizando o racismo histórico-estrutural e o “comportamento repressivo dos dominadores” (MOURA, 2019, p.83). E igualmente, essas condições estruturais são uma oportunidade de desenvolvimento de comportamentos defensivos diante da opressão racial.

Pierre Bourdieu explicita que docentes do campo universitário formam uma categoria de agentes “detentores de uma forma institucionalizada de capital cultural” (BOURDIEU, 2017b, p.63), ou seja, possuem um capital validado institucionalmente e por meio de títulos acadêmicos. Como na estrutura social esse capital cultural, também tem relação com a formação escolar e a habilidade intelectual característica do campo, esse capital igualmente, tem suas dimensões científica e intelectual que são valorizados como capital nas disputas internas do campo. Por esse motivo, considera-se nessa reflexão que no processo de disputa por posições no campo busca-se o acúmulo do capital científico, intelectual e cultural, que constituem no espaço social fonte de poder simbólico. O estudo realizado por Pierre Bourdieu (2017b), também indica conflitos no interior do campo universitário entre as faculdades. Segundo o autor,

(...)as faculdades temporalmente dominadas, faculdade de ciência e, em menor grau, faculdade de letras, se opõem às faculdades socialmente dominantes, nesse sentido praticamente confundidas, faculdade de direito e faculdade de medicina, por todo um conjunto de diferenças econômicas, culturais e sociais, no qual se reconhece o essencial do que faz a oposição, no interior do campo do poder, entre a fração dominada e a fração dominante (BOURDIEU, 2017b, p.71).

Bourdieu (2017b, p.73-76) no mesmo estudo, sinaliza a diferença observada entre as faculdades no campo universitário. A percepção dessas diferenças certamente podem impulsionar conflitos, porque elas consistem em diferenças na distribuição do capital econômico e cultural, na origem social dos docentes, na instituição de formação escolar e profissional, que produzem diferentes interpretações a respeito de pautas comuns no campo universitário. E considerando nesse contexto o *habitus* branco, o próprio debate a respeito da política de ação afirmativa para negras/os/es e o processo de inserção de agentes do campo Movimento Negro

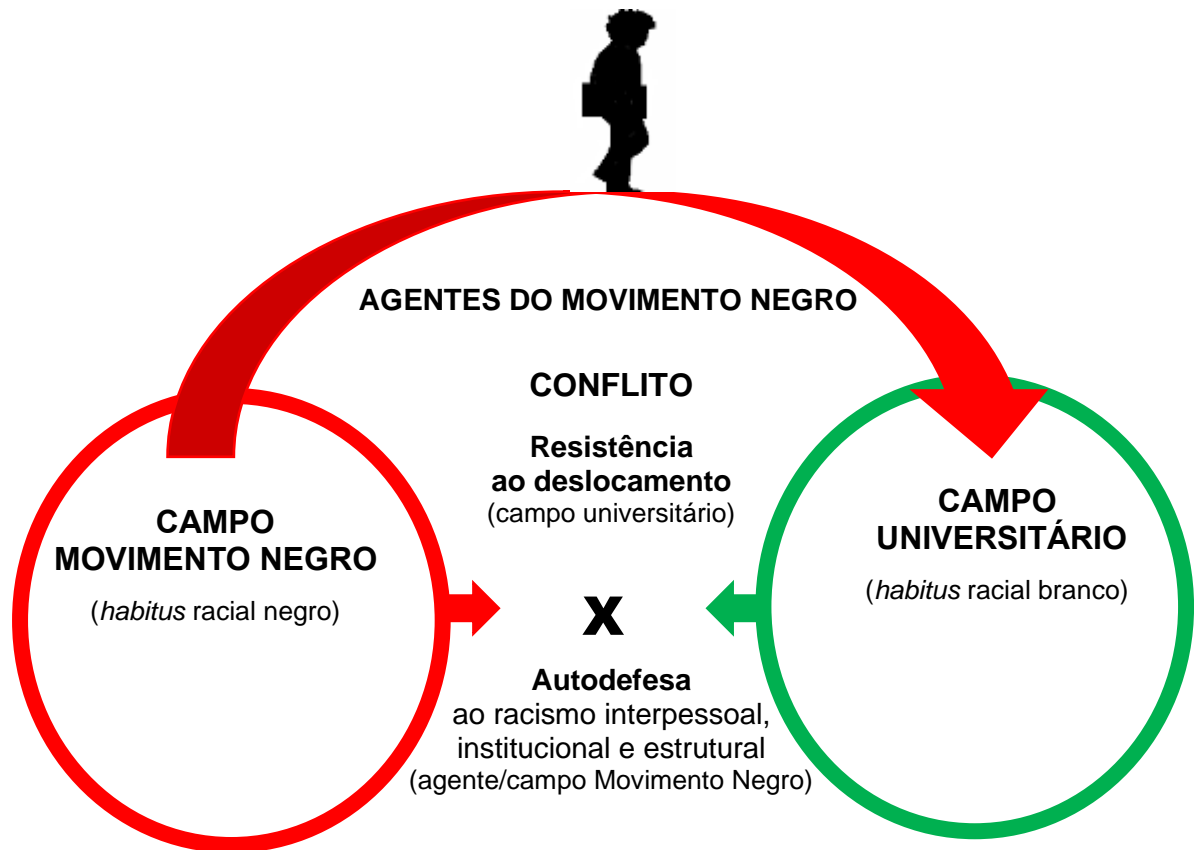
brasileiro no campo universitário por meio dessa política pública, somam para tornar mais complexo os conflitos específicos no campo e a luta permanente dos agentes por posição no acúmulo de capital.

Desta forma o campo universitário, com base na teoria da reprodução de Pierre Bourdieu, tem sua posição e função no espaço social resultante de uma relação de poder simbólico e acúmulo de capital constituído historicamente a partir de disposições sociais incorporadas como *habitus*. E a sua manutenção enquanto condições históricas de origem, está associada a preservação de condições para a reprodução e a conservação de relações sociais de poder dos grupos dominantes, nos quais o campo universitário tem a sua gênese. Um grupo social historicamente excluído de um campo, como os povos negros escravizados no Brasil, excluídos do acesso à educação e conseqüentemente do campo universitário, ao adentrar nesse campo em decorrência de um processo de luta travado simultaneamente em múltiplos campos como o político, o jurídico, o universitário e no interior do próprio movimento negro (disputa por posição entre agentes), tem a tendência a encontrar resistência no espaço social, no interior dos campos e junto aos agentes desses múltiplos campos.

Como registrado na descrição da “Figura 9”, a movimentação de agentes entre campos pode configurar a gênese de um conflito e estabelecer um movimento dialético. Conseqüentemente, o “encontro de jovens de diferentes pertencimentos étnico-raciais, via política de cotas, é acompanhado de mais uma tensão e de mais um conflito” (GOMES, 2017, p.116). Diante da reflexão de Gomes (2017), é importante registrar que o racismo simbólico e o racismo moderno, “reflete a percepção de que os negros estão recebendo mais do que merecem e violando valores importantes para os brancos” (LIMA e VALA, 2004, p.404). Assim, o racismo simbólico e o racismo moderno, são fenômenos sociais igualmente potencializadores de tensões e conflitos e fator de resistência à presença de negras/os/es no campo universitário.

A “Figura 10” apresentada na sequência, ilustra esse processo de deslocamento de agentes do campo Movimento Negro brasileiro para o campo universitário, na perspectiva de interfaces teóricas adotada nesta tese.

Figura 10 - Deslocamento de agentes entre campos



Fonte: Autora, 2022.

É relevante registrar, que não é a totalidade de negras/os/es que entram no campo universitário que são agentes do campo Movimento Negro brasileiro, o mesmo ocorre com relação aos cotistas. Mas, é evidente que, “jovens negros cotistas são, na realidade, corpos negros que se contrapõem à ideologia da cor e do corpo do brasileiro” (GOMES, 2017, p.116), defrontando um contexto histórico de hierarquia social de fenótipo. Assim sendo, os conceitos de “grupo diferenciado” e “grupo específico” de Clóvis Moura (2019, p.149) e a perspectiva de negras/os/es como agentes políticos antirracistas, permite estabelecer diferenciações e estabelecer a distinção dos que evidenciam um *habitus* racializado de luta histórica e política, ligado ao campo Movimento Negro brasileiro. A totalidade de estudantes, negras/os/es, que adentram no campo universitário, seja por meio de uma política de promoção da igualdade racial, ou não, são vistos inicialmente pelo campo e no contexto do espaço social como um “grupo diferenciado”. É o próprio processo de resistência do campo

universitário ao ingresso e permanência dos estudantes negras/os/es, que vai dar as condições necessárias para que se constituam, ou se rearticulem como “grupo específico” e uma diversidade ativa no interior do campo.

O conflito e a disputa por posições no campo são elementos incorporados pela perspectiva de adesão ao jogo bourdieusiano. No entanto, o racismo histórico-estrutural em um contexto de política de ação afirmativa acrescenta as disputas entre as forças de conservação e de subversão características específicas. Deste modo, a diversidade ativa constituída aqui como representação de pautas históricas do campo Movimento Negro brasileiro, passa a caracterizar processo de luta por posição no campo como força de subversão a um racismo histórico-estrutural. Uma força de subversão, que não possui o monopólio do capital do campo e que buscam estratégias de sobrevivência no campo e de adaptação do *habitus* do campo como ferramenta de luta em uma perspectiva antirracista. Importante realçar que, o *habitus* está suscetível a pressões por ajustes e estes “impostos pelas necessidades de adaptação a situações novas e imprevistas podem determinar transformações duradouras do *habitus*, mas que permanecem dentro de certos limites” (BOURDIEU, 2019, p.129).

As opções dos agentes enquanto coletivos ou indivíduos no interior do campo são os recursos de manutenção de um processo de reprodução de um *habitus*. Em razão de que contribuem para a consolidação da força de conservação ou da força de subversão. Sendo que a neutralidade dos agentes tende a manter as relações de poder e dominação historicamente estabelecidas no campo. No ano de 2015, finalizei uma investigação de conclusão de especialização na Universidade Federal do Paraná (ALVES, 2015). Nesse estudo realizei uma observação no Projeto Político Pedagógico dos cursos de Pedagogia (1995 e 2007) e Bacharelado com Licenciatura em História (2010), e na matriz curricular do curso de Bacharelado com Licenciatura em História (1992) em vigor no período do Projeto Político Pedagógico de 2010. O objetivo foi identificar nesses documentos o tratamento dado a Lei 10.639/03 que inclui a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira como conteúdo curricular na Educação Básica ofertada no território nacional brasileiro. O resultado do estudo demonstrou inexistir indicativo de que à Lei 10.639/03 estivesse integrada à proposta pedagógica e curricular, garantindo ao futuro docente e pedagogo acesso a conteúdo previstos para o seu exercício profissional na Educação Básica. Isto demonstra as forças de conservação atuando para a manutenção das características históricas de exclusão epistemológica no campo. Considerando pertinente para reforçar o

entendimento da relação de força de conservação e a força de subversão no campo universitário, em uma perspectiva racializada, na sequência é apresentada na “Figura 11” uma ilustração dessas forças no interior do campo.

Figura 11 - Campo universitário: Força de conservação X Força de subversão



Fonte: Autora, 2022.

É possível observar que na “Figura 11” a força de conservação que possui maior acúmulo de capital simbólico controla o campo e a força de subversão com menor capital simbólico busca acumular esse capital na perspectiva de gerar possibilidade de transformar o campo. A força de conservação que caracteriza agentes com acúmulo de capital no campo controla a hierarquia e utiliza esse capital acumulado para manter relações de dominação racializadas. E a força de subversão com pouco ou nenhum acúmulo de capital, luta pelo acúmulo de capital para transformar as relações sociais no campo universitário. Ressalta-se, que a disputa no campo entre a força de conservação e a força de subversão geram possibilidades de

mudanças na estrutura, mas “por maior que seja a autonomia do campo, o resultado dessas lutas nunca é completamente independente de fatores externos” (BOURDIEU, 1996, p.65). Isto porque, “as relações de força entre os ‘conservadores’ e os ‘inovadores’ (...) dependem fortemente do estado das lutas externas e do reforço que uns e outros possam encontrar fora” (BOURDIEU, 1996, p.65)

A diversidade ativa é força de subversão no campo, representação de um Movimento Negro em ambiente acadêmico, nesse contexto de luta por posições no campo universitário, tem na sua própria presença física uma provocação de reflexões com relação à necessidade de mudanças. E igualmente, a força de subversão adota no processo de resistência a luta pela valorização e visibilidade no campo universitário de negras/os/es por meio de contribuições de intelectuais, culturais, sociais, religiosas e de luta social e política. Pelo motivo de que, os “fatores de resistência dos traços de cultura africanos condicionam-se, portanto, à necessidade de serem usados pelos negros brasileiros no intuito de se autopreservarem social e culturalmente” (MOURA, 2019, p.173).

c) campo universitário e campo Movimento Negro brasileiro: intersecção

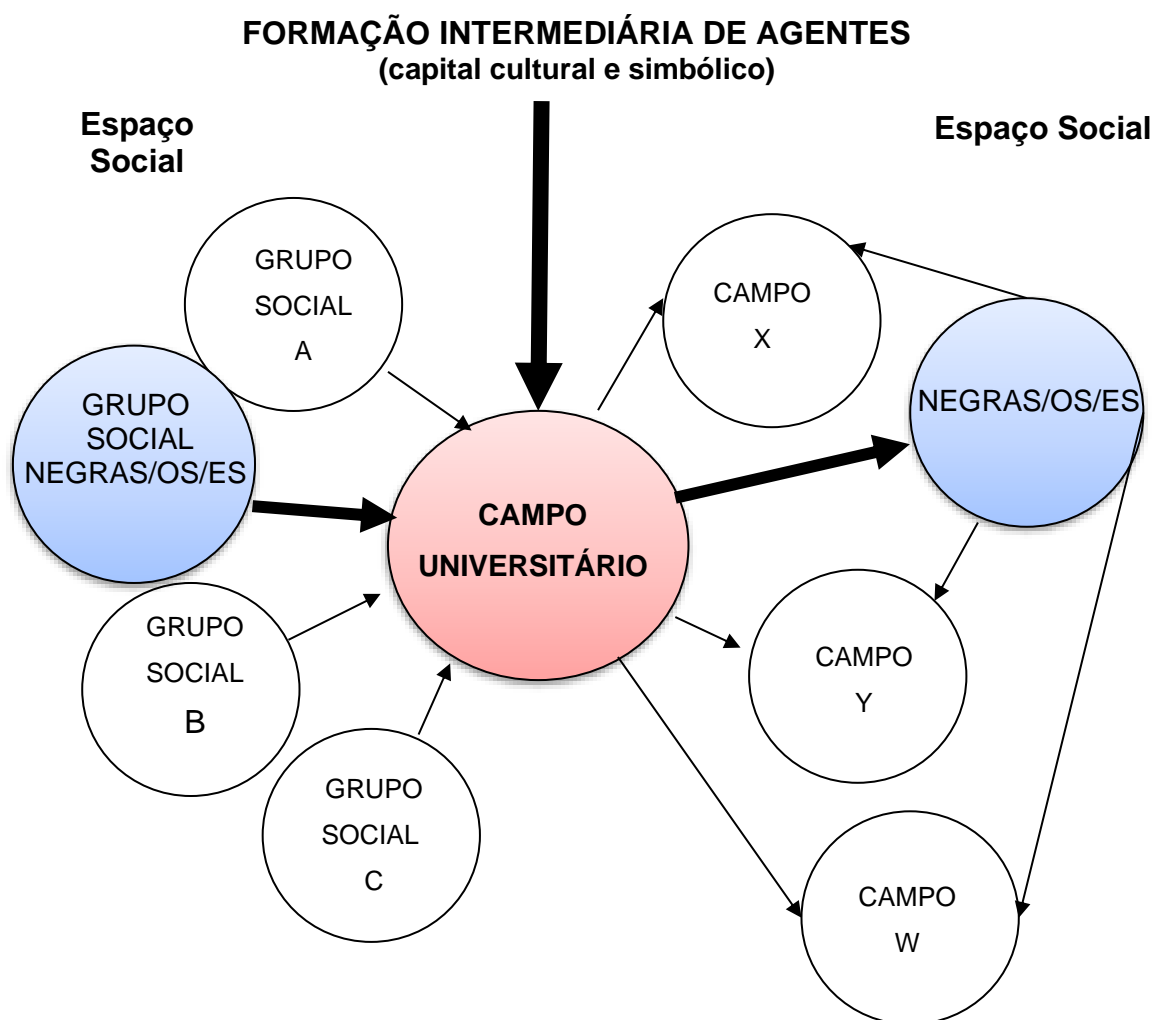
A aproximação observada nas últimas décadas entre o campo Movimento Negro brasileiro e o campo universitário é resultado de uma pauta de intersecção definida a partir da luta antirracista e que resultou em política de ação afirmativa. Esta política de ação afirmativa constitui um elemento da luta antirracista por afro-reparação pelas consequências da escravização negra.

O racismo enquanto violência física e simbólica contra negras/os/es é consequência do processo histórico de relações de dominação e poder racializadas. Segundo Moura (2019) a “identidade e a consciência étnica são, assim, penosamente escamoteadas pela grande maioria dos brasileiros ao se autoanalisarem, procurando sempre elementos de identificação com os símbolos étnicos da camada branca dominante” (MOURA, 2019, p.91). Em razão disso, o campo universitário tem uma contribuição importante na luta contra o racismo institucional, interpessoal e estrutural porque, é espaço de legitimação de capital social, capital cultural e capital simbólico.

Quando se cria no campo universitário as condições de convivência e formação considerando a pluralidade da população brasileira, isso prepara profissionais pela experiência da convivência com a diversidade de características culturais, físicas, étnico/raciais, econômicas, de gênero, etc., para a realidade da nação brasileira e a

pluralidade humana do planeta terra. Com isso, permite o desenvolvimento de uma consciência da possibilidade do trabalho coletivo a partir de contribuições diversas no contexto social. E igualmente, a convivência com a pluralidade social fortalece relações que somam com habilidades técnicas e teóricas na construção de possibilidades de combate ao racismo, a discriminação, o preconceito e as diversas formas de injustiça social presentes na sociedade brasileira. Como ilustração do exposto na sequência a “Figura 12” demonstra o papel do campo universitário no fortalecimento de uma convivência social em espaço de pluralidade.

Figura 12 - Conhecimento acadêmico e ampliação da atuação no espaço social



Fonte: Autora, 2021.

Na “Figura 12”, o campo universitário, por meio da formação acadêmica (capital cultural e simbólico), cria a probabilidade de inserção de grupos sociais marginalizados, no caso específico negras/os/es, em uma diversidade de outros

campos sociais dos quais estão historicamente excluídos. Além disso, o campo universitário, como espaço de formação, tem as condições de propiciar no seu processo de ensino-aprendizagem elementos que oportunizem uma educação focada no combate ao preconceito, a discriminação, o racismo e o fortalecimento da autoafirmação negra. Isto posto, é importante salientar que romper com uma reprodução social em que o conhecimento acadêmico configura privilégio das classes dominantes (poder econômico) e de origem europeia (supremacia do fenótipo), representa a criação de valores sociais pelas classes dominadas de “sobrevivência ou autoafirmação capazes de municiá-los de elementos ideológicos e sociopsicológicos aptos a se contraporem aos das classes dominantes e segmentos brancos racistas” (MOURA, 2019, p.174). O que significa também, repensar a socialização no campo universitário, sua hierarquia racial e buscar alternativas de superação do racismo histórico-estrutural na sua exteriorização interpessoal e institucional. E identicamente, preservar o legado histórico presente na memória africana e afrodescendente; na afrovivência e no processo de afro resistência histórica contra a opressão, a exclusão social e pelo direito à vida.

3.2.2 Campo Movimento Negro brasileiro

Este tópico expõe a conjugação teórica utilizada na constituição do campo Movimento Negro brasileiro. Portanto, apresenta interlocução entre elementos que constituem a categoria analítica de Pierre Bourdieu denominada “campo” e categorias presentes nas obras dos autores Clóvis Moura (1981, 1983, 1988, 1992, 2019) e Axel Honneth (2003). Para isto, identifica atributos que caracterizam a categoria analítica campo na perspectiva teórica de Pierre Bourdieu e seu correspondente no campo Movimento Negro brasileiro, a partir de uma releitura social orientada por uma conjugação teórica. Deste modo, contextualiza, atualiza e produz um deslocamento da categoria campo incorporando-a a um fenômeno social pouco abordado na produção teórica de Pierre Bourdieu, que é as relações sociais de dominação racializadas.

Consciente da existência de especificidades na produção teórica dos autores mencionados, essa conjugação teórica proporciona a partir de alguns elementos um espaço de diálogo epistemológico e de conexões conceituais e de categorias analíticas. O que permite no processo de descrição, interpretação e objetivação da

pesquisa caracterizar relações sociais de dominação e de conflito ponderando um contexto social historicamente racializado. Essa conjugação teórica proporciona, no espaço da pluralidade das relações sociais, delimitar agrupamentos de agentes constituídos a partir das relações de dominação racializadas a qual foram historicamente submetidos. Igualmente, possibilita considerar nesse espaço das relações sociais a presença de disputas por posições manifestas tanto no interior do campo, como nas relações entre campos no espaço social em uma luta antirracista. Bem como, com a contribuição de Clóvis Moura permite de uma forma dialética, o exame de relações de dominação social levando em conta a racialização dessas relações. E também proporciona estabelecer, em um contexto de luta por reconhecimento e de conflitos sociais, uma gênese do campo Movimento Negro brasileiro, considerando a colaboração teórica de Axel Honneth.

Assim sendo, ao constituir o campo Movimento Negro brasileiro com as características teóricas descritas na sequência, isso proporciona ampliar as possibilidades de apreensão da complexidade que envolve o estudo desse fenômeno social. E propicia o uso de categorias de análise ainda não amplamente exploradas em suas potencialidades para leituras e releituras de relações de dominação racializadas no contexto brasileiro. Bem como, o uso na interpretação de temáticas presentes no mundo social contemporâneo relacionadas a uma pluralidade de classificações sociais.

A partir da perspectiva teórica da praxiologia Pierre Bourdieu (2010) elabora a teoria dos campos a qual, tem como objeto “não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las” (BOURDIEU In: ORTIZ; FERNANDES, 1983, p.47). Conforme Bourdieu (2021b), “a noção de campo não é uma tese, nem o que normalmente chamamos de teoria(...)indiquei que ela era uma maneira de pensar, uma espécie de termo mnemotécnico que, diante de um problema, fornece técnicas de construção do objeto” (BOURDIEU, 2021b, p.297). E segundo o autor, a “noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objecto que vai comandar - ou orientar - todas as opções práticas da pesquisa” (BOURDIEU, 2010, p.27). Ele complementa, informando que a noção de campo “funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o

objecto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades” (BOURDIEU 2010, p.27).

Conceber o Movimento Negro brasileiro como um campo a partir de elementos da perspectiva teórica de Pierre Bourdieu em um diálogo com os teóricos Clóvis Moura e Axel Honneth, tem como intenção demarcar o reconhecimento de uma territorialidade para negras/os/es no espaço social. Esta territorialidade social tem como distinção um sentimento de pertencimento, uma identidade, a resistência e a luta antirracista, bem como, abarca padrões sociais de classe, aspirações e motivações. Pierre Bourdieu ao fazer referência ao estudo de um novo campo, manifesta que com isso “descobre-se propriedades específicas, peculiares a um campo particular, ao mesmo tempo que se faz progredir o conhecimento e mecanismos universais dos campos que são especificados em função de variáveis secundárias” (BOURDIEU, 2019, p.109). O autor com relação à ciência social, alega que ela “destrói muitas imposturas, mas também muitas ilusões. Duvido, no entanto, que exista alguma outra liberdade real além daquela que torna possível o conhecimento da necessidade” (BOURDIEU, 2019, p.77).

E considerando estas duas últimas citações de Bourdieu (2019), ponderar o Movimento Negro brasileiro a partir de alguns elementos que constituem a categoria campo, também consiste em um exercício de aferir alguns mecanismos teóricos comuns a um conjunto de campos, ainda não detectados em análises em contextos sociais diversos da proveniência da pesquisa do autor. O que permite colocar em igualdade de condições, em analogia de status no espaço social, alguns elementos no processo de exame do objeto de estudo. Assim sendo, permite explicitar um *habitus* delineado a partir de uma práxis e reconhecer a existência de uma dinâmica específica de formação na constituição de um agente do campo, um processo histórico de desenvolvimento e reprodução de um *habitus* de luta antirracista. Igualmente, a constituição do campo é um exercício epistemológico na busca de soluções de necessidades metodológicas ainda não explicitadas.

No contexto da teoria elaborada por Pierre Bourdieu os campos apresentam atributos em comum que os caracteriza, como, por exemplo, sua origem, a sua formação e a sua organização. Com relação a isso Bourdieu registra que, “existem leis gerais dos campos: campos tão diferentes quanto o campo da política, o campo da filosofia e o campo da religião têm leis de funcionamento invariante” (BOURDIEU, 2019, p.109). Com a finalidade de explicitar a constituição do campo Movimento Negro

brasileiro a partir das junções teóricas propostas nesta tese, na sequência é apresentada, em forma de tópicos, as relações existentes entre a categoria de análise bourdieusiana denominada campo e os seus atributos observados no Movimento Negro brasileiro. Nos tópicos apresentados os elementos intrínsecos ao campo Movimento Negro brasileiro são elencados, bem como suas conexões com a categoria analítica campo de Pierre Bourdieu e os pontos de diálogo com os autores Clóvis Moura e Axel Honneth. Os tópicos foram organizados a partir das propriedades dos campos apresentadas por Bourdieu (2019, p.109-115) e o resumo das propriedades de um campo descritas por Lahire (2017, p.31-32) em uma análise do pensamento bourdieusiano.

3.2.2.1 Gênese histórica

Nesta tese o Movimento Negro brasileiro é entendido como as “mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade” (GOMES, 2017, p.23). Com relação ao Movimento Negro, Gomes (2017) destaca um elemento importante a ser considerado neste estudo, o seu papel como “ator político e como um educador de pessoas, coletivos e instituições sociais ao longo da história e percorrendo as mais diversas gerações” (GOMES, 2017, p.23).

De acordo com Pierre Bourdieu a intensidade das diferenças econômicas e sociais “nunca é tamanha a ponto de impedir que se possa organizar os agentes segundo outros princípios de divisão - étnico, religioso ou nacionais” (BOURDIEU, 2004a, p.160). Para Bourdieu (1996), no espaço social encontramos agrupamentos de agentes “tão homogêneos quanto possível, não apenas do ponto de vista de suas condições de existência, mas também do ponto de vista de suas práticas culturais, de consumo, de suas opiniões políticas, etc.” (BOURDIEU, 1996, p.30).

Importante ressaltar que Moura (2019) registra que uma sociedade de classes possui em sua ordenação distinções entre os grupos que a constitui. São grupos que “por um motivo ou uma constelação de motivos ou racionalizações, é diferenciado por outros que, no plano da interação, compõem a sociedade” (MOURA, 2019, p.148). Ou seja, existem grupos que “por uma determinada marca, é visto pela sociedade competitiva dentro de uma óptica especial, de aceitação ou rejeição, através de

padrões de valores, *mores* e representações dos estratos superiores dessa sociedade” (MOURA, 2019, p.148). A distinção que caracteriza esse grupo faz com que ele passe a ser “diferenciado pela sociedade global, isto é, pelos demais grupos que não possuem a mesma marca diferenciadora e, por isso mesmo, é separado por barreiras e técnicas de peneiramento no processo de interação” (MOURA, 2019, p.149). O autor aponta que existem grupos e segmentos em determinadas sociedades que “se situam interiorizados cumulativamente por uma determinada marca discriminatória e pela situação de inferioridade socioeconômica que os diferencia perante a sociedade global de acordo com os seus padrões de superioridade” (MOURA, 2019, p.149), apresentando, como exemplo dessa situação, a população negra brasileira. E ele salienta que a partir dessa situação, “criam-se estereótipos e racionalizações que justificam medidas de barragem dos grupos ou classes que estão nos estratos superiores ou deliberantes da sociedade” (MOURA, 2019, p.150).

A filosofia social do reconhecimento de Honneth (2003) possibilita nesta tese instituir o processo histórico de gênese do campo Movimento Negro brasileiro. Conforme o autor, existe uma conexão entre moral e luta social e o conflito social fundamenta-se em uma estrutura normativa pautada em aspectos sociológicos e psíquicos. Portanto, a motivação para a luta social é a tensão moral quando entendida como desrespeito e “seus objetivos se deixam generalizar para além do horizonte das intenções individuais, chegando a um ponto em que eles podem se tornar a base de um movimento coletivo” (HONNETH, 2003, p.256). Para Honneth (2003) a luta social, o protesto, a revolta, a resistência tem origem em um sentimento de desrespeito moral, mesmo quando relacionado à privação de bens materiais. E a superação do conflito estabelecido consiste em um processo evolutivo da eticidade, em que a ética é compreendida como um aperfeiçoamento normativo em um contexto histórico específico.

Diante disto, a gênese da luta social é o desrespeito moral, o qual estimula a luta pelo reconhecimento que consiste em uma tentativa de recuperar uma posição ou condição social perdida, ou uma posição recusada. Isto significa que, um sentimento de desrespeito individual quando é interpretado como um desrespeito a uma coletividade por meio de uma ponte semântica que permite uma coesão são elementos que “podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento” (HONNETH, 2003, p.257). Conforme o autor, a luta social estrutura-se a partir de uma identidade coletiva capaz de

transportar a percepção de um desrespeito individual para o nível de entendimento de desrespeito a uma coletividade. Isto é, “o surgimento de movimentos sociais depende da existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual mas também um círculo de muitos outros sujeitos” (HONNETH, 2003, p.258). Em vista disso, é necessário existir uma identidade coletiva estruturada que permita o desrespeito individual ser reconhecido como desrespeito a um grupo. O que significa que entre as “finalidades impessoais de um movimento social e as experiências privadas que seus membros têm da lesão, deve haver uma ponte semântica que pelo menos seja tão resistente que permita a constituição de uma identidade coletiva” (HONNETH, 2003, p.258).

Honneth (2003) indica três esferas de luta por reconhecimento em que o desrespeito pode ser estabelecido. A esfera do amor (relações primárias entre mãe e filhos) tem como desrespeito o ataque à integridade psíquico-psicossocial. Esfera do direito (questão jurídico-moral), que possui como desrespeito o ataque à integridade social. E a esfera da solidariedade (estima social) apresenta como desrespeito o ataque à dignidade e a solidariedade social. Porém, apenas na esfera de reconhecimento do direito e da solidariedade social o desrespeito pode ganhar configuração de conflito social, porque são esferas que “dependem de critérios socialmente generalizados” (HONNETH, 2003, p.256).

O processo de escravização no Brasil certamente conduziu o povo negro a ter contato com as três esferas de desrespeito mencionadas, o que adotando um termo presente na obra de Honneth (2003) pode-se denominar de “morte social” e “vexação” do povo negro. Com relação aos termos adotados, segundo o autor no campo da pesquisa dedicado ao estudo das sequelas da escravização com a privação de direito e exclusão social, “ganhou cidadania o conceito de ‘morte social’; e, em relação ao tipo de desrespeito que se encontra na degradação cultural de uma forma de vida, é a categoria de ‘vexação’ que recebe um emprego referencial” (HONNETH, 2003, p.218-219). Em um contexto de morte social a identidade individual e coletiva, a cultura, a crença, a família, o sentimento de pertencimento geográfico e social, o direito à vida, são violados pela escravização provocando uma lesão social. É dessa lesão social, do sentimento de desrespeito pela consciência de uma mudança de status sociopolítico, que surgiram pontes semânticas que permitiram a mobilização, a organização e a ação coletiva, que resultaram em quilombos, irmandades, revoltas e

organizações sociais que sustentam a luta negra até os dias atuais. Assim sendo, a teoria de Honneth (2003) permite considerar a existência de uma consciência moral, individual e coletiva do efeito social da “marca” (MOURA, 2019, p.149-150) da escravização e do racismo histórico-estrutural, institucional e interpessoal. Essa consciência impulsionou uma luta coletiva a partir da conjugação do sentimento de desrespeito individual e coletivo, na perspectiva teórica de Honneth (2003). E potencializou a luta e a construção de disposições sociais e de um *habitus* específico de resistência à escravização, de luta coletiva e antirracista e de estratégias de sobrevivência do povo negro, que se perpetua até a atualidade no interior do campo Movimento Negro brasileiro.

Na história da resistência negra contra as consequências da escravização uma diversidade de estratégias foi utilizada. Na ausência de apoio social, jurídico, econômico e do Estado, agentes do campo Movimento Negro brasileiro (indivíduos, coletivos, instituições) uniram-se em luta pela sobrevivência e contra o racismo histórico-estrutural, institucional e interpessoal. Neste processo de luta indivíduos demonstraram variadas formas de ação que incluíram a revolta (FREITAS, 1976, 1978; MOURA, 1983, 1988), a resistência (MOURA, 1992; DOMINGUES, 2008b), a fuga (MOURA, 1981) e até a recusa em tornar-se força de trabalho escravizado por meio do suicídio. E diante da necessidade de fortalecer vínculos em um processo de luta, fundiram-se em coletivos, em quilombos, irmandades, associações, grupos culturais, ações políticas, gestaram estratégias de resistência e instituições.

Durante o regime escravocrata a luta por liberdade surgiu como necessidade de sobrevivência e defesa da dignidade. Posteriormente, diante das consequências da escravização essa luta impulsionou a organização e mobilização de coletivos de negras/os/es. Um exame deste processo histórico permite considerar que a organização negra no Brasil em função de interesses comuns como, por exemplo, a luta por liberdade, precede a assinatura da Lei Áurea (1888). Ela começa a estruturar-se paralelamente ao processo de escravização negra em território brasileiro e também caracteriza uma manifestação de luta anticapitalista. Oliveira (2019) complementa esta afirmação em uma análise do pensamento de Clóvis Moura. Ele registra que a “tradição do radicalismo negro iniciada contra a escravização de africanos inaugura a rebelião anticapitalista” (OLIVEIRA, 2019, p.12), considerando que, “boa parte da riqueza acumulada por meio do trabalho forçado de africanos é que deu bases para a constituição do capitalismo” (OLIVEIRA, 2019, p.12).

É importante ressaltar a face política da organização negra, de vínculo no espaço social e a sua capacidade de adaptar a luta antirracista a diversidade de formas de opressão social. E salientar que o campo Movimento Negro brasileiro é um grupo social específico que se estrutura no interior de uma coletividade que é o povo negro brasileiro, com base em afinidades que permitiram agregar uma parcela deste povo em um combate a marginalização social. Essas afinidades têm como referência, um fato histórico, uma origem comum que é o Continente Africano, do qual são sequestrados, e uma mesma sina que é a escravização. A partir desse fato histórico começa a ser estruturadas condições objetivas e subjetivas para que indivíduos e coletividades possam organizar-se na busca da liberdade, em ações de autodefesa e posteriormente na luta contra sequelas sociais da escravização para a população negra. Clóvis Moura (2019) colabora para o entendimento desse processo por meio da análise da questão racial, considerando as categorias grupos diferenciados e grupos específicos, as quais são influenciadas pelos conceitos “classe em si” e “classe para si” que é elemento da fundamentação teórica dialética materialista. Os “grupos diferenciados” (MOURA, 2019, p.148-158) são aqueles que no contexto de uma sociedade são vistos por uma perspectiva de aceitação ou rejeição mediante padrões de valores e estratos sociais superiores de uma sociedade. Isto é, são identificados por uma “marca” (MOURA, 2019, p.148) peculiar, que produz consequências sociais. A categoria “grupos diferenciados” representa uma visão externa de um grupo julgada por valores intrínsecos de uma determinada sociedade. Com relação aos “grupos específicos” (MOURA, 2019, p.148) eles equivalem a uma visão interna do próprio grupo. Os grupos específicos representam padrões comportamentais criados na coletividade do grupo como mecanismo de defesa ou integração em resposta a uma avaliação social da sua marca. Por esse motivo, um grupo pode ser concomitantemente diferenciado ao ser examinado por demais membros de uma sociedade e específico ao ser avaliado por seus membros em relação à sociedade, o que significa que o “grupo diferenciado, por isso, é identificado. O grupo específico por seu turno, se identifica” (MOURA, 2019, p.149). Segundo Clóvis Moura, é necessário compreender a “essência eminentemente dialética da dicotomia: grupos diferenciados e específicos” (MOURA, 2019, p.152). Com relação a isso o autor alega que, o “negro somente se sente específico porque é diferenciado inicialmente pelas classes e grupos sociais brancos, fato que o leva a procurar organizar-se e elaborar

uma subideologia capaz de manter a consciência e a coerção grupal em vários níveis” (MOURA, 2019, p.152-153).

A gênese de grupos específicos de combate à desigualdade social, no contexto histórico do povo negro, aqui denominado de campo Movimento Negro brasileiro, é um processo de resistência social, de autodefesa. A organização negra, o agrupamento, é um mecanismo de sobrevivência social, “para defender a sua condição humana” (MOURA, 2019, p.153). Resulta da consciência de uma marca social diferenciadora e de inferiorização do fenótipo, da cultura, dos traços étnicos e da origem geográfica de um povo em uma sociedade racialmente hierarquizada. E igualmente, resulta de um processo de evolução da compreensão do impacto desta marca social, que motivou a luta contra seus efeitos negativos em suas diversas formas de manifestação. Desta forma, a reação a uma condição social de marginalização e inferiorização motivou a transformação de um grupo diferenciado em específico por meio de ponte semântica (HONNETH, 2003, p.258) e elementos históricos que permitiram a coesão de seus membros.

Domingues (2007) descreve a história do Movimento Negro brasileiro de uma forma didática para ilustrar sua gênese histórica e suas características pós-abolição. Ele identifica na história do Movimento Negro brasileiro três fases que apresentam características específicas. A Primeira Fase (1889-1937) consiste na organização do Movimento Negro brasileiro e ocorreu nos períodos do fim da escravatura, a Primeira República e o Estado Novo, representando o processo de criação de grupos de mobilização racial, a imprensa negra e a Frente Negra Brasileira (FNB). É também um período de intensa participação feminina nas ações destes grupos.

A Segunda Fase (1945-1964), delimitada pela Segunda República e a ditadura, é um momento de expansão da atuação do Movimento Negro brasileiro e tem como característica a organização de manifestações e protestos. Neste período são criadas organizações, como, por exemplo, a União dos Homens de Cor (UHC) em Porto Alegre/RS, com o objetivo de atuar no desenvolvimento econômico e intelectual do povo negro. E o Teatro Experimental do Negro (TEN) no Rio de Janeiro. No entanto, a partir de 1964 (regime militar) acontece uma desmobilização do Movimento Negro brasileiro como resultado das influências de forças sociais de repressão. É um período em que o Movimento Negro brasileiro, não teve apoio nem das forças políticas de direita representantes do racismo estrutural histórico. E nem sequer, da esquerda

marxista por temor que a questão racial, a pauta identitária, inviabilizasse a organização dos trabalhadores (proletariado).

A Terceira Fase (1978-2000), período da República, retrata a organização e a resistência negra contra o racismo estrutural, institucional e interpessoal em um regime político republicano e de redemocratização do País. Nesta fase a luta do Movimento Negro brasileiro teve como perfil, exemplificando, o questionamento à democracia racial, o afrocentrismo, as reflexões relacionadas à questão da mestiçagem; a adoção de termos de luta política e simbólica como os termos negro, afrodescendente, afro-brasileiro; a luta política, a reivindicação do direito a memória de resistência (20 de novembro tendo como símbolo Zumbi do Palmares). É uma fase de valorização cultural de seus símbolos, de um emergir de uma vanguarda que assume destaque como referência de um discurso no âmbito nacional; do uso da imprensa como ferramenta de luta. Período de manifestações e articulações no contexto nacional na luta antirracista; de ações pautadas na defesa da associação entre escravização e capitalismo, entre outras. É possível identificar essa expansão nacional no Brasil da luta antirracista pelos dados apresentados no “Catálogo de Entidades de Movimento Negro no Brasil”, lançado em 26 de abril de 1988, pelo Programa Religião e Negritude Brasileira, do Instituto de Estudos e Religião-ISER (ANEXO 6). Nele consta o resultado do levantamento do número e características das entidades atuando no território nacional na luta antirracista.

A exposição das três fases da história do Movimento Negro brasileiro procura demonstrar que o campo Movimento Negro brasileiro é um espaço construído a partir de um processo histórico. E igualmente que, no interior deste campo existe uma classificação social, uma diversidade de classes e frações de classe com características e estratégias de luta peculiares. Essa pluralidade tem relação com referenciais históricos de constituição do campo e seus valores coletivos e manifesta-se em questões como, por exemplo, estratégias de ação, alianças, concepção política, recursos de luta, questões de gênero, trajetória culturalista ou política. O que faz com que no interior do campo, considerando o exposto, possamos fazer referência a existência no plural de movimentos negros brasileiros.

No campo Movimento Negro brasileiro tanto no seu interior, quanto na relação entre campos no espaço social alicerçaram-se regras e disputas por hegemonia com relação ao crer, julgar e fazer da luta por liberdade diante do processo de escravização. E no pós-abolição essas regras e disputas passam a ser em função da

abordagem a ser adotada com relação às sequelas da escravização e a luta antirracista. É um campo que apresenta atualmente como elemento consolidado de unicidade, resultante de um processo histórico, uma perspectiva para negras/os/es de uma luta antirracista. Essa luta antirracista estabelece a auto-organização (ALBERTI e PEREIRA, 2007) do campo, a sua diversidade de coletivos e instituições, bem como sua pluralidade de ações.

Na análise genealógica do campo Movimento Negro brasileiro, as disposições relacionadas à trajetória histórica de seus agentes foram constituídas a partir de um *habitus* racializado, decorrente de um processo de resistência à escravização negra em uma sociedade hierarquizada racialmente. Esse *habitus* caracteriza no interior do campo a relação de homologia que aglutina seus agentes e estrutura seus interesses, intenções e influencia as estratégias no espaço social e na relação entre os campos. Essas disposições e *habitus* definem a distinção, a autonomia, sincronia e diacronia deste campo no espaço social com relação às especificidades dos demais campos.

3.2.2.2 Microcosmo relativamente autônomo integrado a um espaço social

Pierre Bourdieu considera que os campos estão integrados a um macrocosmo, o qual ele denomina de espaço social. Esse espaço social é composto por uma diversidade de campos e Pierre Bourdieu o compara a um “espaço geográfico no interior do qual se recortam regiões” (BOURDIEU, 2004a, p.153). Neste espaço social “quanto mais próximos estiverem os grupos ou instituições ali situados, mais propriedades eles terão em comum” (BOURDIEU, 2004a, p.153). Estas propriedades em comum caracterizam as especificidades de relações sociais, de origem, formação, organização e funcionamento de um campo. Assim, os campos são pequenos espaços de coletividade social em que as relações sociais apresentam uma distinção peculiar. Ou seja, os campos representam “esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias” (BOURDIEU, 2004b, p.20).

A integração do campo (microcosmo) ao espaço social (macrocosmo) relativiza a autonomia do campo pela possibilidade da permeabilidade de influências. Isto é, mesmo possuindo como particularidade um conjunto de normas que orientam a ação de seus agentes, as disputas presentes no espaço social e na relação entre seus campos podem influenciar nas disputas por posição e nas relações sociais internas de um campo. Visto que, o nível da autonomia de um campo apresenta como indicador

fundamental o seu “poder de refração, de retradução de influências exteriores” (BOURDIEU, 2004b, p.22). E “Inversamente, a heteronomia de um campo manifesta-se, essencialmente, pelo fato de que os problemas exteriores, em especial problemas políticos, aí se exprimem diretamente” (BOURDIEU, 2004b, p.22).

O povo negro brasileiro após a abolição da escravatura (Lei Áurea) ficou diante de uma sociedade que usufruiu do seu trabalho escravizado como mecanismo para garantir por meio de uma relação de dominação racializada a apropriação, em termos Bourdieusiano, de capital econômico (patrimônio material e recurso financeiro), capital cultural (cultura erudita escolar e acadêmica), capital simbólico (honra e prestígio social) e capital social (conjunto de relações entre agentes com os capitais mencionados e poder social). E essa mesma sociedade, no pós-abolição, manteve a recusa de acesso a condições básicas de sobrevivência para esse povo negro. Sem definição de políticas públicas de apoio ao povo negro, a Proclamação da República Brasileira (1889), manteve a exclusão social e a legitimidade do racismo estrutural, institucional e interpessoal pela manutenção da hierarquia racial e a diferenciação de tratamento nas condições de acesso a bens e serviços sociais.

A gênese do campo Movimento Negro brasileiro tem como elemento histórico impulsionador a resistência negra que surge com a escravização no Brasil colonial. Logo após, em processo contínuo de resistência e luta por sobrevivência, uma parcela do povo negro em decorrência da continuidade da sua valoração social negativa; do não reconhecimento de seus direitos humanos; da exclusão social; das barreiras no acesso a bens e serviços; do racismo estrutural, institucional e interpessoal; constituiu-se como coletivo de agentes em luta contra as sequelas históricas da escravização. Desse modo, como resultado de um processo histórico de agrupamento social como estratégia de resistência e sobrevivência e em função do desenvolvimento de relações sociais com características específicas transforma-se em um microcosmo, converte-se no campo Movimento Negro brasileiro.

Esse microcosmo, mesmo possuindo particularidades, é gestado no interior de um macrocosmo, ou seja, encontra-se integrado a um espaço social com relação ao qual desenvolve possibilidades de influenciar e igualmente, encontra-se sujeito a influências externas diversas com origem nesse espaço social. Porém, nesse processo histórico o campo Movimento Negro brasileiro desenvolveu também possibilidades de resistência às influências externas (macrocosmo). Como exemplo desse processo de relações de influência, em uma perspectiva contemporânea, o

campo Movimento Negro brasileiro tem mantido relações de reciprocidade com os campos político, jurídico e universitário, o que tem conduzido ao desenvolvimento de parcerias entre os campos na luta antirracista. No entanto, o grau da influência externa no campo Movimento Negro brasileiro depende das condições de permeabilidade dela, em função da habilidade do campo de refração ou de retradução da mesma.

3.2.2.3 Regras do jogo, interesses e conflitos específicos

Pierre Bourdieu usa o jogo como uma alegoria de representação para indicar o campo como um espaço de relações sociais orientadas por regras. Essas regras, “definem os mecanismos legítimos de aquisição e de conservação do capital específico ao campo” (JOURDAIN; NAULIN, 2017, p.147). Alguns exemplos de regras do jogo são mencionadas por Jourdain e Naulin (2017) como as condições para entrar no campo (recrutamento), os ritos de consagração (mudança de posições no campo). E segundo Pierre Bourdieu, para o funcionamento de um campo é necessário que “haja desafios e pessoas prontas para jogar o jogo, dotadas do *habitus* que implica o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo” (BOURDIEU, 2019, p.110). O autor, propõe o campo como um espaço de relações sociais históricas objetivas, com regras e exigência de habilidades específicas de seus agentes, “Cada campo se caracteriza, na verdade, pela busca de uma finalidade específica, capaz de favorecer investimentos igualmente absolutos por parte de todos os que (e somente esses) possuem as disposições requeridas” (BOURDIEU, 2001, p.21). Existe em cada campo, interesses, *habitus*, regras e regularidades universalizadas que são elementos que explicitam e permitem a adesão dos agentes ao jogo predominante no campo.

Portanto, tanto o macrocosmo (espaço social), como o microcosmo (campo), é submetido a um conjunto de leis sociais historicamente estabelecidas e orientadoras das relações entre o macrocosmo e o microcosmo e também, entre os microcosmos (campos). Porém, cada campo em função da sua especificidade e de seu processo histórico de constituição possui internamente leis sociais singulares. Cada campo possui interesses, regras e conflitos específicos que o distingue de outros campos, assim, “pressões externas, sejam de que natureza forem, só se exercem por intermédio do campo, são mediatizadas pela lógica do campo” (BOURDIEU, 2004b, p.21-22).

O processo histórico de relações de dominação racial foi elaborado a partir de um conjunto de relações sociais e de poder que possibilitaram instituir regras sociais, políticas, jurídicas, entre outras, de legitimação do tratamento social de desigualdade racial do povo negro. Esse registro é importante para permitir o entendimento de que romper com regras implícitas e explícitas que naturalizam ou, legitimam o racismo estrutural, institucional e interpessoal e relações de dominação do povo negro, é a regra principal no campo Movimento Negro brasileiro. Ou seja, o campo exige uma atitude antirracista. Isto porque, a consciência da dominação e suas estratégias sociais de reprodução, faz com que o questionamento a um conjunto de regramento social que caracterizam mecanismos de reprodução de relações de dominação racial, em uma diversidade de campos do espaço social, seja o foco da ação do campo Movimento Negro brasileiro. Assim, uma regra preponderante no campo é, romper com o comportamento social racista em suas diversas formas de manifestação, inclusive nas relações sociais no interior do próprio campo.

Quanto ao interesse, todas as pessoas que aderem a um campo “têm em comum um certo número de interesses fundamentais, a saber, tudo o que está ligado a própria existência do campo: daí uma cumplicidade objetiva subjacente a todos os antagonistas” (BOURDIEU, 2019, p.111). O interesse é, “simultaneamente condição de funcionamento de um campo(...)na medida em que isso é o que estimula as pessoas, o que as faz concorrer, rivalizar, lutar, e produto do funcionamento do campo” (BOURDIEU, 2004a, p.127). Como “cada categoria de interesses implica a indiferença em relação a outros interesses, outros investimentos” (BOURDIEU, 2019, 110), os agentes ao defenderem individualmente os interesses específicos do campo garantem a reprodução das condições de manutenção do capital do campo e do *habitus* ajustado a esses interesses. Isto significa, que o interesse é “participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos” (BOURDIEU, 1996, p.139).

Portanto, a constituição do interesse comum do campo Movimento Negro brasileiro é um elemento estruturado por meio de um processo histórico e por este motivo mantém relação com o capital específico do campo. E o interesse que permeia esse campo consiste na busca da afirmação das condições de direito ao respeito social e a igualdade de condições de acesso a bens e serviços sociais, também para negras/os/es. O que constitui como interesse principal do campo o reconhecimento

da humanidade recusada socialmente ao povo negro pelo processo de escravização e o racismo estrutural, institucional e interpessoal. Considera-se como intrínseco a esse processo de reconhecimento da humanidade recusada, o direito à construção social de um autoconceito positivo, uma memória histórica, o respeito e igualdade de tratamento e a estima social. Esse interesse tem sua existência pautada em outro elemento importante, que é a relação de pertencimento predominante entre membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro, a qual é a marca social proveniente da descendência com negras/os/es escravizados.

De acordo com Gomes (2017), o Movimento Negro brasileiro é um “ator coletivo e político, constituído por um conjunto variado de grupos e entidades políticas (e também culturais) distribuídos nas cinco regiões do país” (GOMES, 2017, p.27). E a partir dessa consciência da diversidade, a autora afirma que o movimento possui “ambiguidades, vive disputas internas e também constrói consensos” (GOMES, 2017, p.27). Ao passo que, segundo Moura (2019), “devemos salientar que mesmo nos grupos específicos negros há uma dialética intergrupar conflitante, uma série de choques internos” (MOURA, 2019, p.170). Com relação ao exposto, Domingues (2008a) reuni alguns registros que permitem exemplificar o mencionado por Gomes (2017) e Moura (2019). O autor (DOMINGUES, 2008a, p.105), informa que em 1991 ao final do “1º Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN)” foi criada a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), que tinha também uma intenção internacionalista, as informações fornecidas pelo autor permite ponderar que a relação da CONEN, um novo agente no campo, com o Movimento Negro Unificado (MNU), um agente já estabelecido no campo, foi marcada por divergências e as perspectivas políticas e de ação de ambas as entidades criou condições para uma disputa por posições no interior do campo.

Outro exemplo de conflito no interior do campo Movimento Negro brasileiro, distinto pelo debate público estabelecido em veículos de comunicação na internet, será explanado resumidamente na sequência. O exemplo em questão, faz referência ao assassinato de João Alberto Freitas. Ele, um homem negro de nacionalidade brasileira, foi espancado até a morte na noite do dia 19 de novembro de 2020, véspera do Dia da Consciência Negra (20 de novembro). O espancamento e morte de João Alberto Freitas aconteceu no interior de uma filial da rede internacional de hipermercados fundada na França em 1959, denominada Carrefour, onde pela ação de dois seguranças do estabelecimento comercial, diante do olhar de curiosos e

outros funcionários, sua vida foi ceifada. Esse hipermercado de origem francesa, situado na Avenida Plínio Brasil Milano, nº 2343, bairro Passo D'Areia, cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, demonstrou nas imagens de tortura e morte, sua adaptação, ou conivência, com a perversidade do racismo brasileiro, diante da sua incapacidade de estabelecer naquele espaço e em sua equipe de trabalho, uma política antirracista e de valorização da vida. Beto Freitas, como passou a ser chamado nas manifestações de pedido por justiça, mobilizadas por entidades do campo Movimento Negro brasileiro e da luta antirracista, já estava sem vida nas primeiras horas do Dia da Consciência Negra. E sua ausência evocava em um dia de consciência, de luta e lágrimas, a desvalorização da vida negra. Os registros de áudios e vídeos que testemunharam o cenário de crueldade de sua morte, suplantaram fronteiras, mostrando as faces brancas diante da imposição de mais um destino negro.

O clamor por justiça, e pelo reconhecimento de mais um crime racial, levou o caso Beto Freitas ao espaço jurídico e como resultado a um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com valor total do acordo estabelecido em R\$ 115.000.000,00. Este termo, foi firmado entre Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul e a Defensoria Pública da União, Carrefour Comércio e Indústria Ltda., a entidade Educafro - Educação e Cidadania de Afrodescendente e Carentes e o Centro Santos Dias de Direitos Humanos (vinculado à Arquidiocese de São Paulo), ambas organizações responsáveis pela Ação Civil Pública contra o Carrefour.

O TAC considerado um avanço nas estratégias de luta antirracista por algumas entidades do campo Movimento Negro brasileiro, por outras, foi visto como procedimento que poderia abrir precedentes perigosos para a luta antirracista. E o debate público entre estas posições, revelou diferentes percepções com relação aos procedimentos adotados e o teor do TAC. Com relação ao posicionamento de entidades do campo Movimento Negro brasileiro, neste tópico será dada visibilidade a alguns elementos do debate público que foi instaurado. Esse debate foi estabelecido por meio das manifestações nos sites das entidades envolvidas e da Agência de Notícias online Afropress, cujo foco é discutir temas voltados para a população negra (preta e parda) brasileira.

A entidade “Coalizão Negra por Direitos”, que na época congregava 150 organizações, coletivos e entidades do Movimento Negro e antirracista de todo o Brasil, manifestou-se em vários momentos com relação ao assassinato de Beto

Freitas. Entre essas manifestações a nota emitida no dia 18/06/2021, relembra outros casos de espancamentos de negros em estabelecimentos da rede de supermercados Carrefour. E expressa algumas das posições defendidas pela entidade com relação ao caso, como a articulação de um boicote internacional à empresa, ação fundamentada na responsabilização civil e criminal da empresa. Também, assume a posição contra acordo por meio de TAC, alegando que, “Não há simples ajuste de conduta para casos de assassinatos por motivação racial somado o agravante de tortura” (COALIZÃO, 2021).

Em 24/06/2021 a entidade “Educafro - Educação e Cidadania de Afrodescendente e Carentes”, manifesta-se com relação ao TAC, o texto é também reproduzido no site “Notícias UOL”. A nota inicia destacando que a nota da “Coalizão Negra por direitos” permite ampliar o debate, e na sequência registra em referência as entidades Afro-brasileira que, “sempre optamos por passeatas, carta aberta, greves e outros bons instrumentos de luta. Sem negar esses, a EDUCAFRO entendeu que estava na hora de ampliarmos nossas ferramentas” (EDUCAFRO, 2021). A opção pela aceitação da indenização financeira por meio de TAC é justificada como elemento com potencial de atingir o meio empresarial. Na continuidade destaca que, “Essa é a maior indenização coletiva, de todos os tempos, no Brasil e na América Latina” (EDUCAFRO, 2021). E registra que, “Todas as entidades da Frente Nacional Antirracista assumiram juntas, esse inédito processo” (EDUCAFRO, 2021). A Frente Nacional Antirracista (FNA)⁵, foi criada em 01/12/2020, sendo composta por centenas de organizações de diferentes e diversos movimentos sociais, com o objetivo de enfrentamento e combate ao racismo.

O Coletivo de Advogados Cidadania, Antirracismo e Direitos Humanos, constituído pelos juristas Onir Araújo, Hamilton Ribeiro, André Moreira, Cláudio Latorraca, Rodrigo Sérvulo e Dojival Vieira, representantes das entidades, Sociedade de Economias Unificadas Afro Beneficência Brasileira (SOEUAFROBRASILEIRA) e Coletivo de Advogados pela Democracia (COADE), fez questionamento público ao TAC em 13/12/2021, assinalando entre outras argumentações, que o acordo beneficiou a empresa Carrefour, porque a excluiu da responsabilidade pela morte de Beto Freitas. Segundo os advogados o TAC também, “burla à lei da Ação Civil Pública e configura ato simulado” (AFROPRESS, 2021a), em função de permitir a renúncia

⁵ Informações a respeito da Frente Nacional Antirracista, disponível em: <https://frentenacionalantirracista.org.br/manifesto-da-frente-nacional-antirracista/>

fiscal. Ou seja, possibilita descontar do Imposto de Renda da empresa o valor transferindo para a sociedade dos valores estabelecidos no acordo. Com relação à Lei de Ação Civil Pública, a questão levantada foi com relação a quem estaria, conforme a Lei, apto a gerir o fundo a ser constituído com os valores indenizatórios. O coletivo de advogados, defendiam ser enviado para um fundo público permitindo ampla participação de entidades do campo Movimento Negro brasileiro no debate com relação ao direcionamento dos valores estabelecidos no TAC. O lançamento do edital de concessão de bolsas para graduação, mestrado e doutorado, prevista no TAC, também foi outro momento de questionamento público. Agência de Notícias Afropress, registrou no dia 13/08/2022 que o Carrefour transformou esse momento em marketing institucional, segundo matéria, “No material distribuído, o Carrefour estampa a manchete: ‘Grupo Carrefour Brasil investe R\$ 68 milhões de Bolsa de Estudos e de permanência para pessoas negras’” (AFROPRESS, 2022).

Entidades e membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro, situadas na cidade em que Beto Freitas foi assassinado, Porto Alegre, também reivindicaram espaço no debate com relação ao TAC e para a exposição da sua perspectiva de entendimento de ação antirracista. O presidente da Comissão da Verdade da Escravidão Negra da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccionais Rio Grande do Sul (OAB/RS), Jorge Terra, manifestou em veículo de comunicação na internet que a, “eventual indenização deveria ser encaminhada para um fundo gerenciado por órgão de igualdade racial atuante na área de abrangência do dano” (AFROPRESS, 2021b).

O advogado Antônio Carlos Côrtes é reconhecido no campo Movimento Negro brasileiro pela sua participação no Grupo Palmares, uma associação política e cultural que atuou em Porto Alegre/RS de 1971 a 1978 e que idealizou o 20 de novembro (Dia da Consciência Negra que teve seu primeiro evento em 1971) como parte de uma perspectiva política para a luta antirracista. Em 06/12/2021, Antônio Carlos Côrtes, com relação ao TAC manifestou sua contrariedade a respeito da distribuição dos recursos do acordo, com base em sua manifestação, a agência de notícias Afropress resume que, a “distribuição de recursos para entidades em editais direcionados tem sido a estratégia usada pelo Carrefour para cooptar lideranças favoráveis ao acordo” (AFROPRESS, 2021c).

O campo Movimento Negro brasileiro esteve historicamente submetido a ataques das mais variadas características, que inclui a violência física e a simbólica. As diferentes concepções de estratégias de luta antirracista; as definições de

prioridades; as forças sociais de reprodução das relações sociais racializadas de dominação; a tentativa de relativização da luta antirracista e a possibilidade de permeabilidade de influências externas no campo; as disputas pela legitimidade de uma visão de sociedade e de negritude, também são elementos que fomentam o surgimento de conflitos no interior do campo. É relevante registrar que Pierre Bourdieu ao inserir na análise do social a disputa, a luta por posições, também permite considerar que diante de uma pluralidade de representações de agrupamentos sociais, de classes e classificações sociais, o conflito e a divergência possam ser elemento inerente ao espaço social e ao campo. E como foi mencionado anteriormente, o campo possui uma autonomia relativa, o que significa, a possibilidade da permeabilidade de influências do espaço social ou na relação entre campos que fomentem conflitos internos.

3.2.2.4 *Habitus* e agentes com características específicas

As disposições sociais permitem que o *habitus* seja homogêneo, enquanto esse *habitus* é o responsável por garantir a reprodução das disposições sociais. De acordo com Bourdieu, o “*habitus* como sistema de disposições de ser e de fazer constitui uma potencialidade, um desejo de ser, de certo modo, busca criar as condições de sua realização, portanto a impor as condições mais favoráveis ao que ele é” (BOURDIEU, 2001, 182). O campo é um espaço de disputas por posições entre seus agentes e “um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos, ou que nele os produz” (BOURDIEU, 2010, p.31). E o *habitus* é “produto de uma aquisição histórica, é o que permite a apropriação do legado histórico” (BOURDIEU, 2001, p.184). Igualmente, o “*habitus* também é uma adaptação, ele realiza sem cessar um ajuste ao mundo que só excepcionalmente assume a forma de uma conversão radical” (BOURDIEU, 2019, p.130).

O agente pelo processo de socialização no microcosmo (campo) incorpora uma subjetividade e uma identidade social específica. Essa socialização constitui-se em uma coletivização do indivíduo por meio de uma incorporação de propriedades válidas para a sua classe de agentes forjada nas relações sociais, ou seja, uma adesão e ajuste a um *habitus* social específico. O princípio organizador do campo tem como centralidade um *habitus* próprio, que representa um conjunto de comportamentos e ações individuais e coletivas, que são incorporadas e mantidas por seus agentes no

encadeamento das gerações em um processo de reprodução social. Portanto, “tanto o *habitus* quanto o campo são estruturas relacionais e é a relação entre essas estruturas relacionais que fornece a chave para a compreensão da prática” (MATON, 2018, p.84).

Nessa perspectiva, o *habitus* tem como origem um processo histórico de socialização por meio da experiência objetivada durante a trajetória de vida em condições estruturais de espaço, tempo, materiais e sociais incorporadas como disposições sociais. Essas disposições sociais orientam previamente as interpretações, as ações e as posições do indivíduo no mundo social. Ao fazer referência ao *habitus* convém ter presente que a perseverança dos agentes de um campo na reprodução do *habitus* é elemento essencial para a sua manutenção. Isto porque, o *habitus* corresponde a uma posição social de “solidariedades duráveis, de fidelidades incoercíveis, pelo fato de estarem fundadas em leis e laços incorporados, as do *esprit de corps*” (BOURDIEU, 2001, p.176).

Os agentes (indivíduos, grupos, instituições) que constituem um campo agrupam-se historicamente a partir de propriedades em comum. O desejo de adesão do agente ao corpo social denominado campo exige a *libido*, o qual consiste na postura de interesse, de investimento, de dar importância a *illusio*. Com relação a *illusio*, é a adesão ao *nomos* (leis fundamentais do campo) e um engajamento a *doxa* (discurso ideológico autoevidente do campo). Todo esse processo de adesão na incorporação do *habitus* molda uma ação no agente e visão de mundo, que faz com que ele se apresente como artefato histórico, com características específicas.

O processo de socialização dos povos negros que chegaram escravizados ao Brasil tem dois momentos, que é possível classificar pelas suas características como duas gerações distintas. Porém, apresentam em comum parcelas desse povo, indivíduos e agrupamentos, que manifestam em atos de resistência e organização, o desejo de conquistar a liberdade, de extinguir a opressão escravocrata, em resumo o desejo de retorno a uma condição social perdida com a escravização. Com relação à distinção entre as gerações de escravizados, a primeira tem parte significativa da trajetória de vida ligada às experiências das relações sociais no seu continente de origem africano. Isto significa, que existiam *habitus* e disposições sociais históricas, percepções individuais e coletivas, relacionadas a populações e povos, que foram rompidas no processo de escravização. O que representou uma mudança drástica

nas condições estruturais de espaço, tempo, materiais e sociais, anteriormente incorporadas.

Quanto à segunda geração, que nasce no sistema escravocrata brasileiro, tem uma trajetória de vida constituída apenas em ambiente de relações de poder e dominação racializadas. A partir dessas duas gerações começa a constituição da distinção de um *habitus* e disposições sociais relacionadas ao povo negro brasileiro e o surgimento de agrupamentos com características peculiares no interior desse grupo. No Brasil, diante de uma mesma condição de exploração e opressão, emerge do cerne desses povos negros indivíduos e organizações motivados pela convicção do direito à liberdade, do questionamento a opressão, a exploração e ao racismo. Esses, passam a consolidar-se no espaço social e a reproduzir e readaptar estratégias de confronto em um processo de socialização de crenças, interesses, práticas, lutas, em um delinear de uma coletividade negra, que irá em um processo histórico se constituir em campo Movimento Negro brasileiro.

Aqui retoma-se o *habitus* racial, como base da constituição de um *habitus* racial negro em um processo de autodefesa diante de um *habitus* racial branco. Monsma (2013, 2016) pondera a existência sistêmica na sociedade brasileira de um *habitus* racial, o qual consiste em, “categorias raciais de percepção dos outros e de si mesmo” (MONSMA, 2013, p.7), que é “internalizado por meio de experiência em um contexto racializado” (MONSMA, 2016, p.19). Consequentemente, *habitus* e disposições sociais resultam de “condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência” (BOURDIEU, 2009, p.87). Segundo Pierre Bourdieu, o “*habitus*, como a palavra o diz, é o que se adquiriu, mas que se encarnou de forma duradoura no corpo, sobre a forma de disposições permanentes” (BOURDIEU, 2019, p.128). Com relação a isso, Bonilla-Silva (2020) afirma, referindo-se ao conceito de *habitus*, que a “contribuição mais importante desse conceito, no entanto, é que ele molda a 'percepção, a apreciação e a ação' de um ator por meio da rotinização, sem expressar avaliações e com pouca necessidade de restrições externas” (BONILLA-SILVA, p.439).

Merece destaque, como exemplo de como a sociedade brasileira foi sendo historicamente estruturada a partir de um *habitus* branco e da naturalização de práticas racializadas, uma publicação de 1839, o “Manual do agricultor brasileiro” (TAUNAY, 2001). Composto de orientações voltadas para a atividade agrícola e estímulo à economia escravista foi o primeiro tratado agrícola do país. Carlos Augusto

Taunay foi militar, atuou no exército da França, no exército brasileiro e deixou a atividade militar para se dedicar a agricultura. O manual dedica o “Capítulo 2” e o “Capítulo 3” a como administrar na escravidão os “escravos pretos”, entre os itens desses capítulos, temos um “Da disciplina da escravatura” e outro “Castigos”.

Com relação ao castigo, o manual orienta que, “o medo como já observamos e provamos, é o único meio de obrigar os escravos a cumprirem com o dever que sua condição lhe impõe” (TAUNAY, 2001, p.66-67). Esses castigos, segundo o autor, “devem ser executados à vista de toda a escravatura, com a maior solenidade, servindo assim o castigo de um para ensinar e intimidar os mais” (TAUNAY, 2001, p.67). E no manual são classificados alguns castigos a serem usados contra os pretos, indicando que eles devem ser usados em um processo de progressão, tendo início com o “chicote de uma só perna, vulgarmente chamado de bacalhau, parece-nos conveniente, e cinquenta pancadas desse instrumento são, ao nosso ver suficiente” (TAUNAY, 2001, p.68). O chicote é recomendado para castigar desregramentos assumidos diante dos senhores. Os exemplos retirados do manual, permitem igualmente, entender a origem da violência contra negras/os/es, a morte negra como espetáculo midiático e o processo de extermínio da população negra, em sua gênese nas relações sociais de dominação racializadas.

Esse *habitus* branco de acordo Bonilla-Silva (2020, p.213) é consequência de um processo histórico de socialização branca em espaço de isolamento, segregação social e espacial, que promoveu sentimento de pertencimento grupal com “autoconcepções positivas” e rejeição ao não branco demarcada por “concepções negativas” (BONILLA-SILVA, 2020, p.243). Em um processo histórico protagonizado pelo *habitus* branco a “cor deixa de ser qualitativo e ganha um caráter essencial” (SANTOS, 2002, p.59). Neste contexto social descrito o *habitus* branco foi transformado em “poder racial corporificado”, pelo fato de constituir “privilégios sistêmicos” (BONILLA-SILVA 2020, p.266) associados ao fenótipo que garante aos brancos privilégios com relação aos não brancos. Na constituição da reflexão teórica desse *habitus* branco, não é possível descartar a contribuição de Moura (2019). O autor afirma ao analisar o racismo brasileiro que, a “elite de poder que se autoidentifica como branca escolheu, como tipo ideal, representativo da superioridade étnica em nossa sociedade, o branco europeu e, em contrapartida, como tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro” (MOURA, 2019, p.90)

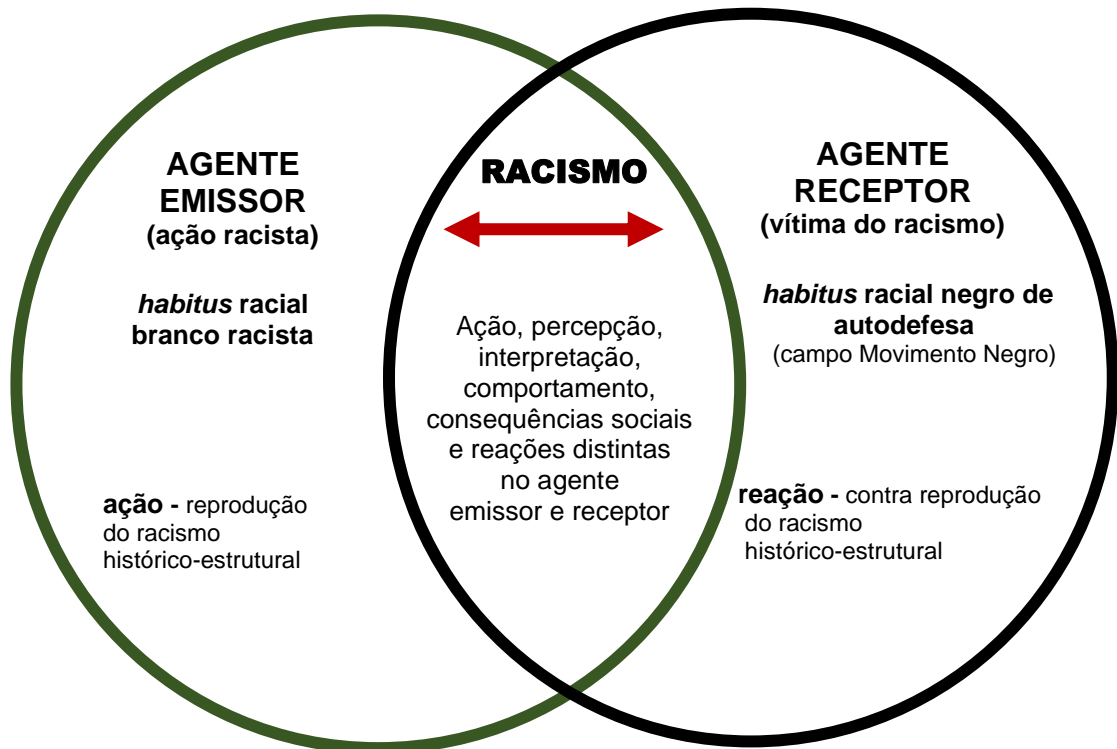
Esse “*habitus* branco”, mencionada por Bonilla-Silva (2020), é a gênese de um *habitus* racial negro de autodefesa. E no contexto deste *habitus* racial está o surgimento de grupos específicos que podem ser caracterizados pelo seu “comportamento defensivo” diante do “comportamento repressivo dos dominadores” (MOURA, 2019, p.83). Assim, estabelecendo uma relação dialética entre a reprodução do racismo e a luta de contra reprodução ao racismo. Por isso, o prisma dessa abordagem é que o *habitus* racial resulta de condições históricas efetivas de existência caracterizadas por práticas sociais, em um espaço social de racismo histórico-estrutural. O que caracteriza a presença no espaço social de processos históricos de reprodução social ininterruptos da subjetividade e da materialidade racista e que, o racismo não é “epifenômico, porém tem causas econômicas, sociais, históricas e ideológicas que alimentam o seu dinamismo atual” (MOURA, 2019, p.32).

A prática social é o reflexo do *habitus* incorporado pelo indivíduo e agrupamentos sociais por meio de categorias, classificações do social e da autoclassificação, ao longo de um itinerário histórico. Dessa forma, ao ponderar o racismo como atributo de um *habitus* é necessário considerar a existência de experiências distintas incorporadas na percepção e na relação com o racismo. Segundo Moura (2019), as “situações estruturais com níveis antagônicos determinam um comportamento repressivo dos dominadores e, em contrapartida, um comportamento defensivo e/ou ofensivo do dominado” (MOURA, 2019, p.83).

Em vista disso, é inevitável adjetivar o *habitus* racial, o que conduz no mínimo dois grupos distintos, um relacionado ao coletivo que representa a origem do comportamento racista, o *habitus* racial branco, que será denominado emissor. E o outro, o grupo das vítimas desse comportamento racista, o *habitus* racial negro, que será designado como receptor.

Para ilustrar o exposto, a “Figura 13” na sequência, ressalta posições antagônicas dos agentes diante do racismo a partir de seu *habitus* racial distinto.

Figura 13 - *Habitus* racializado e percepção do racismo



Fonte: Autora, 2022. Adaptação da ilustração referente a análise da linguística apresentada em Bourdieu (BOURDIEU, 1983, p.49).

Segundo Pierre Bourdieu, o “mundo social pode ser dito e construído de diferentes maneiras, de acordo com diferentes princípios de visão e divisão - por exemplo, as divisões econômicas e as divisões étnicas” (BOURDIEU, 2004a, p.159). Na “Figura 13” os dois grupos destacados, emissor e receptor, demonstram a existência de distinções no julgamento de práticas e representações sociais, que são filtradas por esquemas de percepção responsáveis pela seleção, interpretação e sentidos adotados com relação ao mundo social. Cada grupo em relação ao outro, apresenta diferentes características no tocante a vivência, expectativas, interpretações coletivas, representações e reflexividade com relação ao racismo e suas consequências sociais. Porém, ambos os grupos, emissor e receptor, apresentam marcas simbólicas que caracterizam e rememoram a sua própria distinção e são elementos de reprodução social de suas posições e igualmente, travam uma luta simbólica para estabelecer um mundo social próximo de seus interesses históricos.

O *habitus* específico do campo Movimento Negro brasileiro tem como gênese disposições sociais racializadas e mantém relação com o processo histórico da escravização do povo negro, sua luta e resistência. Porque é constituído

historicamente e envolve um interesse comum de uma diversidade de gerações de agrupamentos do povo negro, caracterizado pelo desejo de retorno a uma condição social recusada pela escravização e o rompimento com a suas consequências na vida de negras/os. Esse *habitus* constituído historicamente é elemento de influência nas características específicas dos agentes do campo Movimento Negro brasileiro. No contexto do campo, a agência possui como referência a busca do protagonismo e o empoderamento de negras/os/es. E da mesma forma, procura o rompimento da tutela, do controle, do cerceamento imposto por uma hierarquia social racializada e a definição de direcionamentos para o enfrentamento de *habitus* e disposições sociais que alicerçam o racismo estrutural, institucional e interpessoal.

Segundo Bourdieu, “todo o agente pode se afirmar solidário aos agentes que ocupam posições homólogas num outro campo(...)sobretudo do ponto de vista da probabilidade de se constituir como grupo mobilizado e socialmente ativo” (BOURDIEU, 2017b, p.229). Conforme o autor, “existe uma relação sobre a qual os agentes de um campo determinado podem agregar-se ou ser agregados a agentes que ocupam uma posição homóloga num outro campo” (BOURDIEU, 2017b, p.229). Em razão disso, há no campo Movimento Negro brasileiro, uma categoria de agente bastante peculiar, que é importante ressaltar, e que pela influência de Bourdieu (2017b, p.229), será aqui denominada de agentes agregados. Eles não são nativos do campo, mas interagem com agentes do campo, ou com o capital do campo; tanto podem ser força de mobilização, como de desmobilização do campo. Esses agentes agregados, desnecessário serem negras/os/es, podem ser escritores, jornalistas, universitários, intelectuais, cientistas, juristas, políticos, artistas, religiosos, simpatizantes ou críticos da luta negra, dentre outros, sendo arraigados em um campo de origem distinto do campo Movimento Negro brasileiro.

Os agentes agregados mesmo historicamente não tendo origem no campo Movimento Negro brasileiro, elaboram e defendem pautas, influenciam na organização do campo, articulam relações sociais, estudam o campo Movimento Negro brasileiro como objeto, produzem reflexões políticas relacionadas ao campo, entre tantas outras atividades. Do mesmo modo, são agentes que disputam posição no campo pelo acúmulo de capital de forma direta ou indireta. Disputam posição de forma direta, quando reconhecidos pelos demais agentes do campo como uma autoridade na defesa das perspectivas do campo. E disputam posição de forma indireta, quando por meio de outros agentes do campo utilizam a indução, o

encorajamento, a persuasão ou o poder de dar visibilidade a determinadas pautas, qualificando-as ou desqualificando-as, em outros campos no espaço social. Esses agentes também podem somar-se às forças de conservação ou subversão no interior do campo. Igualmente, utilizar do seu capital social e capital simbólico incorporado no seu campo de origem, para intervir na refração e retradução das influências externas no interior do campo Movimento Negro brasileiro. Esses agentes agregados produzem efeitos no campo, mas sofrem os efeitos que se projetam no campo Movimento Negro brasileiro de forma diferente, em função da sua percepção e interpretação desses efeitos serem mediadas pelos seus campos de origem.

3.2.2.5 Sistema estruturado de posições e espaço de disputas por posições

Segundo Bourdieu, os campos apresentam-se como “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem de sua posição nesses espaços e que podem ser analisados independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinada por elas)” (BOURDIEU, 2019, p.109). No interior do campo o *habitus* reproduz as disposições sociais e as disposições sociais legitimam o *habitus*. Sendo assim, o processo de disputa entre agentes no campo e no espaço social situa-se no contexto do *habitus* e das disposições sociais e consiste em um processo de busca de um mesmo objetivo, que é a acumulação do capital específico do campo. As próprias posições distintas ocupadas pelos agentes é que estruturam o campo e a “luta permanente dentro do campo é o motor do campo” (BOURDIEU, 2019, p.190). Por consequência, a “estrutura do campo é um estado da relação de poder entre os agentes ou as instituições engajadas na luta” (BOURDIEU, 2019, p.110). E segundo Thomson (2018), para Bourdieu o “jogo que ocorre em espaços ou campos sociais é competitivo, com vários agentes utilizando estratégias diferentes para manter e melhorar suas posições” (THOMSON, 2018, p.98).

A leitura de Domingues (2008a, 2008b), demonstra como a organização do campo Movimento Negro brasileiro é fruto de um processo histórico, que abarca uma diversidade de classes e frações de classe em forma de entidades e coletivos na luta antirracista. Temos como exemplos no período pós-abolição, grupos que apresentam como referência a mulher negra; negras/os/es periféricos, urbanos, quilombolas; juventude negra; afro empreendedores (como o Coletivo de Empresários Afro-Brasileiros-Ceabras, Associação Nacional de Empresários e Empreendedores Afro-

Brasileiros-Anceabra); cotistas negras/os/es (graduação, pós-graduação); grupos culturais (dança, música, canto, teatro) com destaque histórico para o Teatro Experimental do Negro (1944); grupos de artesanato. Assim como, Agentes de Pastoral Negros (Igreja Católica); religiosos de matriz africana; movimento negro evangélico; coletivos (advogados, professoras/es, estudantes, político partidário); associações (exemplificando a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as-ABPN, Associação Nacional da Advocacia Negra-ANAN). Além disso, editoras negras (como exemplo, Mazza Edições, Selo Editorial Sueli Carneiro, Malê Editora, Nandyala Editora); Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) em universidades e institutos federais; consórcio (como o Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros); cursinhos pré-vestibular. E comissões (exemplo, Comissão Especial da Verdade sobre a Escravidão Negra), quilombolas, capoeiristas, entidades como a Frente Negra Brasileira-FNB (1931) que também se constituiu como partido político, União dos Homens de Cor (1943), Movimento Negro Unificado-MNU (1978), União de Negros pela Igualdade-UNEGRO (1988), etc. Também, o campo Movimento Negro brasileiro abrange grupos que tem em sua origem propostas de unificação de pautas reivindicatórias e ação, como, por exemplo, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial que foi posteriormente denominado de Movimento Negro Unificado (MNU), a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), a Convergência Negra, a Coalizão Negra por Direitos, entre outros.

Ao conceber o Movimento Negro brasileiro como campo é necessário considerar, de acordo com Pierre Bourdieu, que o campo é um espaço sujeito a disputas internas. A pluralidade presente no campo Movimento Negro brasileiro faz com que surjam disputas com relação à condução das lutas políticas, a definição de alianças, pautas de luta, etc. Em resumo, existem também no campo Movimento Negro brasileiro disputa interna, pela condução ou inclusão de determinadas pautas, ou estratégias, como exemplo, é possível considerar o registro de Domingues (2008a) com relação às mulheres negras. O autor afirma que, “O protesto à ausência de espaço, tanto no movimento feminista, quanto no movimento negro, as mulheres afro-brasileiras fundaram suas próprias organizações” (ROLAND apud DOMINGUES, 2008a, p.104). Domingues (2008a), apresenta a motivação que deu origem ao surgimento de entidades como “Geledes, em São Paulo; a Criola, no Rio de Janeiro; a Nzinga, Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte; a Associação das Mulheres Negras, de Porto Alegre” (ROLAND apud DOMINGUES 2008a, p.104), com isso

descreve um processo de disputas por posições com relação a pautas e igualmente, o surgimento de novos agentes no campo na disputa pela acumulação de capital.

Porém, para complementar, relativo à possibilidade de disputas no interior do campo Movimento Negro brasileiro e a sua especificidade em função do capital em disputa no campo, é importante considerar as reflexões presentes no tópico “3.2.2.3 Regras do jogo, interesses e conflitos específicos” e “3.2.2.6 Capital específico do campo e disputa por posições”.

3.2.2.6 Capital específico do campo e disputa por posições

No interior do campo um capital específico motiva a disputa por posições. O capital é um conhecimento específico valorizado no campo e representa fundamentos característicos e poder social no contexto das relações sociais nesse microcosmo. Moura (2019) apresenta alguns elementos relacionados aos grupos específicos, que podem estabelecer a distinção do campo Movimento Negro brasileiro e serem considerados como contribuição para definir a especificidade do capital desse campo. O autor aponta que o grupo social específico desenvolveu uma “visão projetiva dotada de maior nitidez em relação ao seu papel social” (MOURA, 2019, p.144), no processo de busca de soluções para a superação dos problemas sociais que atingem historicamente o povo negro. Registra que, essa coletividade “revaloriza aquilo que para a sociedade o inferioriza” (MOURA, 2019, p.149) como o seu fenótipo, sua organização social e as características culturais de sua ancestralidade. Assinala que é uma coletividade que constitui “polos de resistência à marginalização do negro e de camadas proletarizadas a ele ligadas” (MOURA, 2019, p.157). E aponta a sua luta pela preservação dos escravizados e posteriormente de seus descendentes contra o “conjunto de forças opressivas existentes contra eles” (MOURA, 2019, p.174).

Acrescente-se a estes elementos, que para Bourdieu (2019) “falar de capital específico é dizer que o capital vale em relação a um certo campo, portanto nos limites desse campo” (BOURDIEU, 2019, p.110). Assim sendo, o “que está em jogo no campo é a acumulação de capitais: eles são tanto um processo num campo quanto o produto dele” (THOMSON, 2018, p.98). Dessa forma, fruto de um processo histórico, o capital do campo Movimento Negro brasileiro se constituiu por meio de uma busca pela afirmação de negras/os/es enquanto seres humanos, em condições de igualdade com outros grupos sociais. É um capital que resultante de um processo histórico, passa a

representar uma luta antirracista, que igualmente envolve um empenho no espaço social por mudanças de *habitus* e disposições que mantêm uma estrutura de relações sociais de hierarquia e dominação racial. Isto significa, que uma identidade positiva negra se coloca como constituinte desse capital social. Porque, esta identidade, se integra a esse capital como um elemento fundamental para o desenvolvimento de condições subjetivas de respeito social e garantia de igualdade de condições de acesso a bens e serviços sociais. Sendo assim, “não basta apenas valorizar a presença e a participação dos negros na história, na cultura e louvar a ancestralidade negra e africana para que um coletivo seja considerado como Movimento Negro” (GOMES, 2017, p.24). Ou seja, é necessário que, nas “ações desse coletivo se faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo” (GOMES, 2017, p.24). Isto significa, ter uma postura “que não nega os possíveis enfrentamentos no contexto de uma sociedade hierarquizada, patriarcal, capitalista, LGBTfóbica e racista” (GOMES, 2017, p.24). É importante também incluir, para delinear um capital antirracista, “(1) a centralidade dada pelo Movimento Negro à raça como construção social, acompanhada da sua ressignificação e politização, (2) e a explicitação da complexa imbricação entre as desigualdades sociais e raciais” (GOMES, 2017, p.26).

A relação entre o capital do campo Movimento Negro brasileiro e o racismo estrutural, institucional e interpessoal que permeia o espaço social e seus campos é inversamente proporcional. Ou seja, o aumento de um reduz proporcionalmente o outro. O que significa que, quanto mais positivo é o capital do campo Movimento Negro brasileiro em seu formato de respeito e solidariedade social e a influência destes elementos na autoconfiança, autoimagem, autorrespeito e autoestima dos agentes do campo, menor a capacidade de reprodução do racismo (estrutural, institucional e interpessoal). Isto porque, o racismo perde nesta relação o poder de dominação por meio de relações racializadas e fica diante de reações mais efetivas ao racismo em sua diversidade de manifestações. A acumulação do capital, pelo agente do campo Movimento Negro brasileiro, permite que as estratégias do agente que o detém obtenham destaque no campo. Em consequência disso cria as condições de visibilidade deste agente no campo e amplia a possibilidade de unificar agentes em torno do seu princípio de visão de estratégia de ação. No espaço social, o acúmulo do capital do campo Movimento Negro brasileiro possibilita a evidência deste agente enquanto representação do seu campo. E identicamente, legitima a sua participação

em processos de negociação e elaboração de pautas relacionadas a denúncias e ao combate ao racismo estrutural, institucional e interpessoal.

3.2.2.7 Espaço de desigualdade de capital que estrutura o campo

A relação de poder no interior do campo está relacionada com a acumulação de capital e essa acumulação hierarquiza as relações no campo. O capital no interior do campo como elemento da disputa por posição é distribuído desigualmente. O que estrutura posições de agentes dominantes e dominados, ou seja, retrata a hierarquia e a desigualdade no campo com relação ao capital. Essa desigualdade existe inclusive no grupo de agentes dominantes, no interior do qual, fração de classes representam distinção de capital. Na perspectiva de Pierre Bourdieu essa relação de desigualdade de capital é a sustentação e o mecanismo que estrutura o campo. Bourdieu (1996) indica que a “posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo” (BOURDIEU, 1996, p.27).

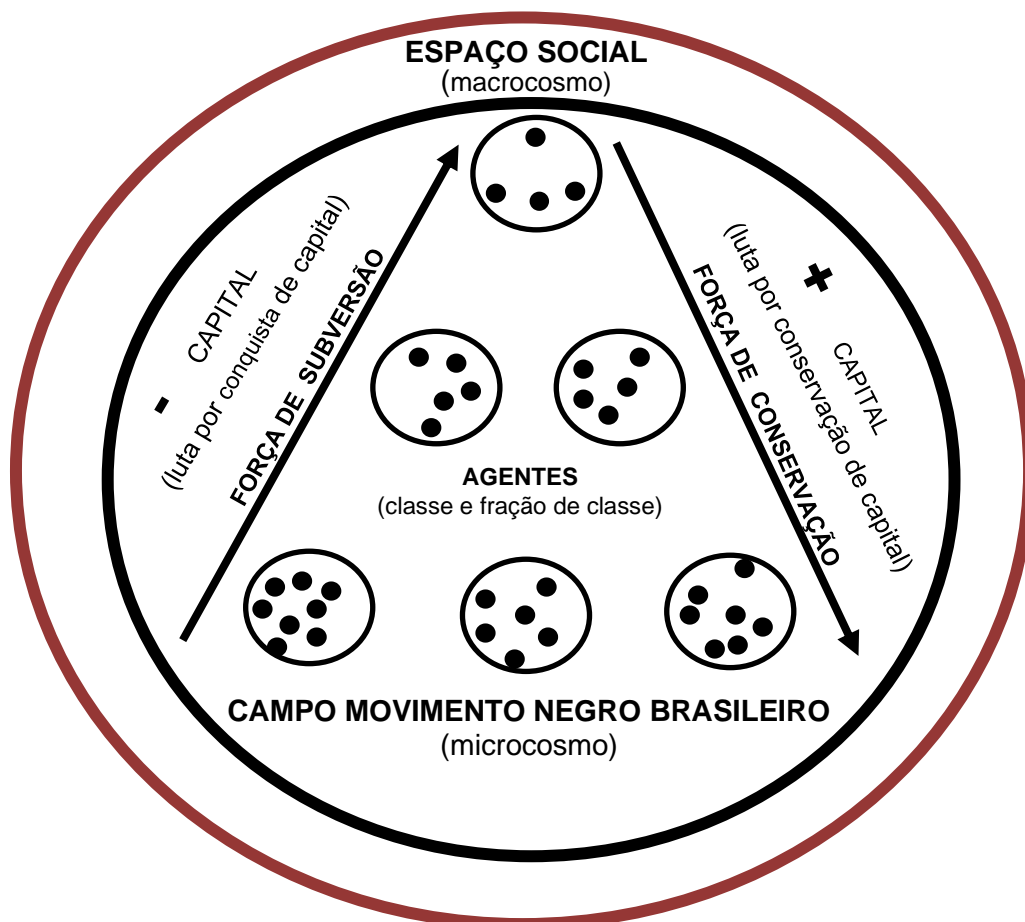
Portanto, no campo Movimento Negro brasileiro a desigualdade de capital entre os agentes e o deslocamento sucessivo de posições em sua trajetória histórica fez com que, como demonstrado em Domingues (2007), o campo tivesse fases distintas marcadas por características e estruturas específicas. Isto porque, em cada momento histórico distinto a concentração de capital do campo por agente ou grupo de agentes específico, gerou condições para que esses agentes assumissem o monopólio de categorias de percepção e interpretação; difusão de princípio de visão, divisão e classificação social e com isso a possibilidade do domínio sobre o *nomos* (leis fundamentais) do campo e a orientação dos atributos do campo. Da mesma forma, a estrutura contemporânea do campo Movimento Negro brasileiro apresenta-se como resultado das disputas por posição com relação à manutenção e reprodução do capital em relevância no campo.

h) Práticas e estratégias dos agentes, posições no campo, forças de conservação e subversão

A “Figura 14” na sequência, expõe o campo Movimento Negro brasileiro considerando algumas categorias do repertório teórico de Pierre Bourdieu. A figura

tem o intuito de ilustrar como o campo Movimento Negro brasileiro é pensado no contexto desta tese em lutas por posição e capital e na relação das forças de conservação e subversão. E com isso, busca tornar compreensível a transposição e a adaptação das categorias adotadas da perspectiva teórica de Pierre Bourdieu na constituição da categoria teórica campo Movimento Negro brasileiro.

Figura 14 - Categorias de Bourdieu/campo Movimento Negro brasileiro



Fonte: Autora, 2022.

Observa-se na “Figura 14” que os agentes se distribuem no campo de acordo com a quantidade de capital que possuem. Esse capital acumulado pelo agente além de corresponder a posições que ele ocupa no campo, define as práticas e estratégias utilizadas no campo. Para ingressar e manter-se no campo os agentes necessitam de uma quantidade de capital, isso gera a necessidade do desenvolvimento de práticas e estratégias para a conquista e preservação de capital por meio de ocupação de posições. Essa luta por posições faz com que o jogo no campo seja permeado por forças de conservação e de subversão. Essas forças exigem dos agentes diferentes

práticas e estratégias considerando suas posições no campo e as posições pretendidas.

Pierre Bourdieu indica a existência, no interior do campo, de uma relação entre a disputa por posições e capital e as categorias de força denominadas conservação e subversão. A força de conservação (reprodução ou sucessão) busca estratégias para a manutenção de condições favoráveis a uma posição dominante no campo a qual representa a manutenção de uma ortodoxia. A força de subversão representa os agentes com posições dominadas, ou seja, que não têm o monopólio do capital do campo. Esses agentes representantes da força de subversão simbolizam estratégias de contestação no campo e tentativas de mudança de regras, com alguns procurando inclusive alterar a própria natureza do campo. As estratégias desses agentes almejam reverter sua posição de dominado permitindo o acúmulo de capital suficiente para melhorar sua posição no campo.

No entanto, existe um limite para o confronto dessas forças internas que é o interesse comum vigente no campo, a *doxa* do campo, ou seja, o que é no campo "tacitamente admitido como sendo óbvio" (BOURDIEU, 2014, p.67), o discurso que legitima uma ordem social incorporado inconscientemente. E o inconsciente na teoria de Pierre Bourdieu é histórico, "a história coletiva que produziu nossas categorias de pensamento, e a história individual por meio da qual elas nos foram inculcadas" (BOURDIEU, 2001, p.19). Dessa forma, fabricado pela história o inconsciente molda nossa visão de mundo e as categorias que orientam o nosso pensamento, ele é a "história que se ignora como tal" (BOURDIEU, 2001, p.215).

Como exemplo da relação de forças de conservação e subversão é possível retomar os registros de Domingues (2008a, p.105), mencionado no tópico "3.2.2.3 Regras do jogo, interesses e conflitos específicos", onde é descrito que a criação de uma nova entidade, Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), que pode ser considerada como adesão de um novo agente ao campo Movimento Negro brasileiro, fez com que a entidade já estabelecida no campo denominada de Movimento Negro Unificado (MNU), adotasse uma atitude de divergência com relação a definição de encaminhamentos no campo, criando as condições de disputa entre forças de conservação e subversão.

4 FORMULÁRIOS E ENTREVISTAS: ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

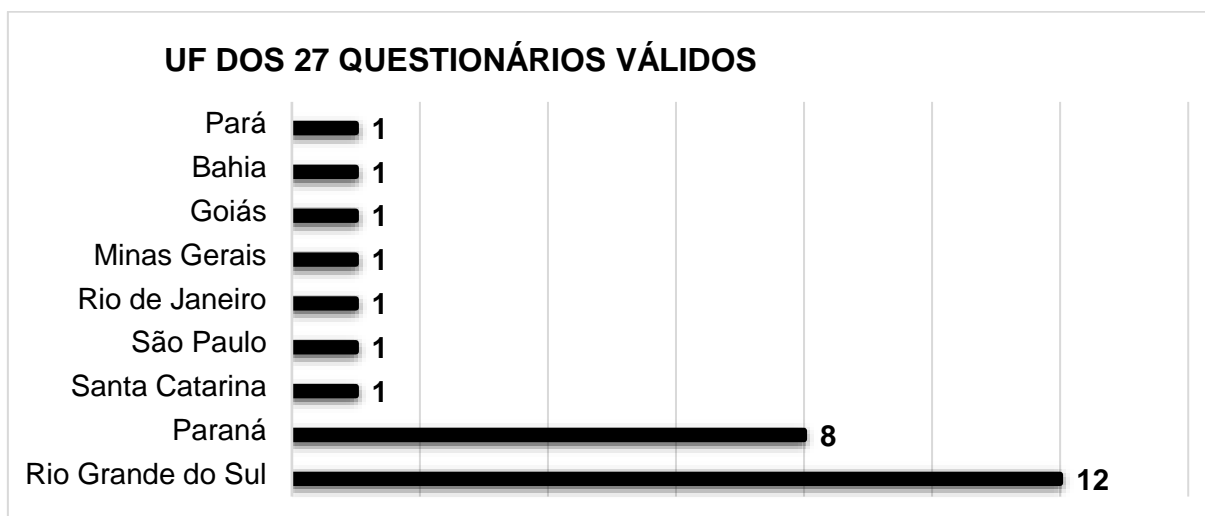
Como informado anteriormente, no tópico “1.5.2”, dos 30 questionários respondidos e identificados no formulário como de integrantes do campo Movimento Negro brasileiro, 27 foram considerados válidos para as entrevistas. E desses 27 formulários, foram efetivadas 17 entrevistas. Nesse tópico, são apresentados primeiramente um conjunto de dados gerais relacionados a totalidade dos 27 questionários considerados válidos. E na sequência, os dados relacionados aos 17 formulários dos quais tiveram origem as entrevistas presentes nas reflexões realizadas nesta tese. Por fim, são apresentados os dados coletados nas entrevistas considerando para o exame dessas informações as categorias de análise.

A organização da exposição dos dados da forma expressa no parágrafo anterior, tem como objetivo dar nitidez a algumas características da totalidade da qual emergiu as entrevistas que foram efetivadas. Ressalta-se que, o fato da coleta de dados ser realizada durante a pandemia de Covid-19, em contextos e condições dispares a uma regularidade de prática de pesquisa, esse contexto influenciou significativamente na elaboração dessa tese. Essa influência se deu nas condições de acesso de integrantes do campo Movimento Negro brasileiro ao questionário. E igualmente, nas condições de colaboração e participação em uma pesquisa que exigia determinadas condições tecnológicas a quem desejasse cooperar com a pesquisa. Desta forma, metodologia, coleta e análise de dados, também caracterizam adaptações e experimentos de condução de pesquisa em condições de isolamento social e medidas sanitárias de controle de patologia.

Com relação à posição geográfica dos 27 questionários considerados válidos, eles têm origem em diversas unidades federativas do Brasil, como demonstra o “Gráfico 1”. E constam representações da região sul, sudeste, centro-oeste, nordeste e norte.

No “Gráfico 1” apresentado na sequência, é possível observar a relação das unidades federativas de origem dos questionários considerados válidos. Bem como, é apresentado o número de participantes por estado da etapa da pesquisa realizada com o uso do formulário *Google Forms* na coleta de dados.

Gráfico 1 - Unidade Federativa dos 27 questionários válidos



Fonte: Dados coletados nos questionários da pesquisa pela autora, 2021.

Constata-se no “Gráfico 1”, uma maior participação na pesquisa com origem na região sul do país, sendo o Rio Grande do Sul o local de maior número de participantes. Em segundo lugar, o Estado do Paraná apresenta o maior número de participação. Quanto à concentração nos dois Estados mencionados a hipótese provável é o fato do Estado do Paraná ser local de origem da pesquisadora e o Estado do Rio Grande do Sul local atual de residência e onde se situa a instituição com a qual mantém o vínculo que deu origem a pesquisa. Ou seja, a coleta de dados foi realizada em período de pandemia de Covid-19. Esse período também foi caracterizado por uma disseminação de crimes cibernéticos. E o link para acesso ao questionário da pesquisa foi distribuído em grupos de WhatsApp, e-mail ou espaços de contato disponibilizados na internet. Pode-se supor, a partir dessas informações, que as regiões de proximidade da pesquisadora e da instituição de ensino com a qual mantém vínculo, permitiu acesso a informações que tenham influenciado para a concentração de participação nas unidades federativas mencionadas.

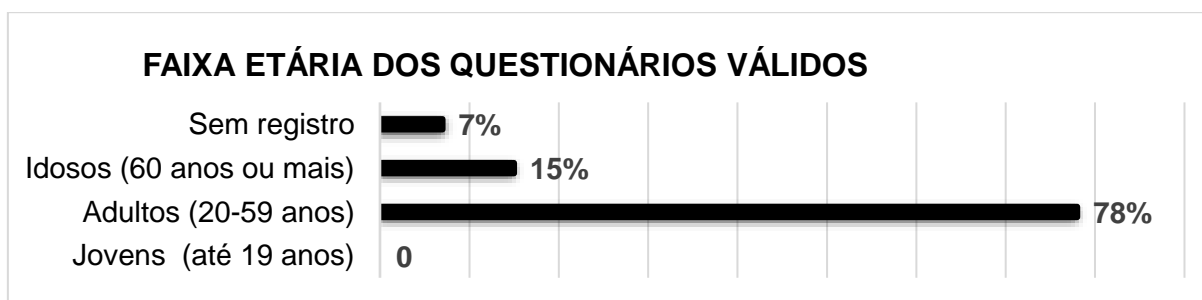
Outro fato, que merece registro é que duas pessoas identificadas como integrantes do campo Movimento Negro brasileiro, que tiveram acesso ao questionário pelas redes sociais disponíveis na internet, realizaram contato por telefone com a pesquisadora. Nesses contatos, um identificado como masculino e o outro como feminino, foi solicitado mais informações a respeito da pesquisa, da pesquisadora, da orientadora, da instituição, do programa de pós-graduação e dos referenciais teóricos. Destes contatos apenas um, o feminino, participou posteriormente da pesquisa. E

essa participação posterior na pesquisa foi condicionada a adaptação do questionário para realização pelo *Google Meet*.

A reunião de preenchimento do questionário adaptada ao *Google Meet* teve características de uma entrevista estruturada. Ela foi gravada, o questionário exposto na tela do computador para o acompanhamento, às questões objetivas lidas pela pesquisadora e as respostas foram registradas no formulário *Google Forms* pela pesquisadora. Nas questões discursivas após realizada as perguntas as respostas eram gravadas. Com essa dinâmica, as laudas de transcrição, nesse caso específico, superaram as demais entrevistas. Pelo fato de que, além da transcrição das entrevistas comum a totalidade das participações na pesquisa, as questões discursivas do formulário *Google Forms* também foram transcritas posteriormente.

Com relação à faixa etária dos 27 questionários considerados válidos, na pesquisa foram divididas em três faixas etárias, constituídas tendo em conta as categorias adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dessa forma as três faixa etária adotadas foram: jovens (até 19 anos), adultos (20 a 59 anos) e idosos (acima de 60 anos), como evidencia o “Gráfico 2”.

Gráfico 2 - Faixa etária dos 27 participantes nos questionários válidos

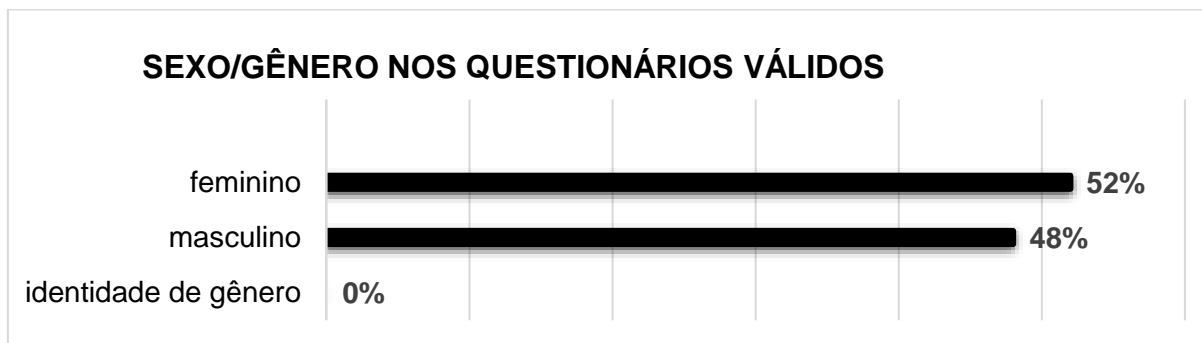


Fonte: Dados coletados nos questionários da pesquisa pela autora, 2021.

No contexto das três faixas etárias adotadas, a maioria, ou seja, 21 questionários foram respondidos por adultos, o preenchimento dessa questão não foi realizada em 2 questionários e nenhum jovem registrou participação na pesquisa. Mas, com lembra Bourdieu, classificações como, por exemplo, jovens, idosos, são construções sociais, porque as “relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas” (BOURDIEU, 2019, p.138). Assim sendo, “somos sempre o velho ou o jovem de alguém” (BOURDIEU, 2019, p.138), e por isso na pesquisa ao ser feita referência a faixa etária adotada pelo IBGE, representa uma delimitação de tempo de vivência em sociedade a contar da idade de nascimento. Referente ao sexo/gênero

nos questionários válidos, a diferença percentual entre os registros na opção “masculino” e “feminino” ficou em 4%. Assim, a maioria dos questionários respondidos, 14, tinham assinalado a opção “feminino”, como registra o “Gráfico 3”.

Gráfico 3 - Sexo/gênero nos 27 questionários válido



Fonte: Dados coletados nos questionários da pesquisa pela autora, 2021.

A seleção das 17 entrevistas que foram realizadas do universo dos 27 formulários, levou em conta o cronograma estabelecido para as atividades de efetivação da pesquisa. Ou seja, em função da não manifestação dos participantes com relação ao agendamento de uma data para a realização da entrevista, no prazo estabelecido pelo cronograma, a entrevista foi descartada. Essas 17 entrevistas, com relação à unidade federativa de origem, seguem a tendência observada nos formulários com o questionário, concentrando a maioria das participações nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, como demonstra o “Gráfico 4”.

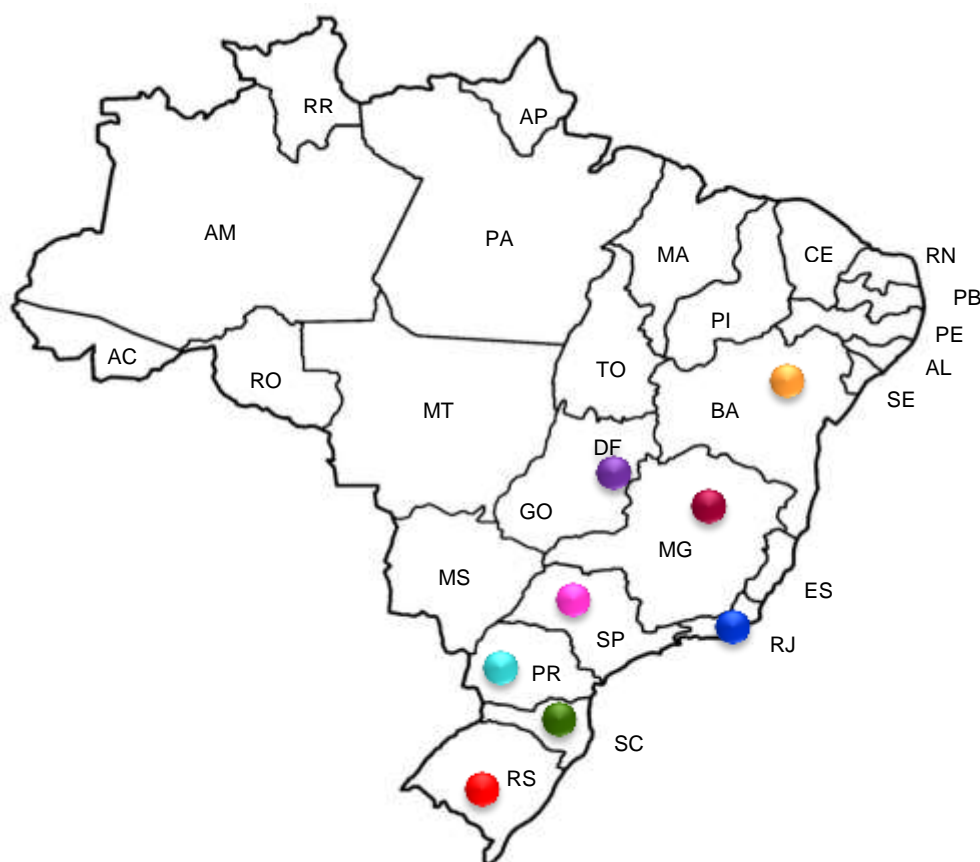
Gráfico 4 - UF das entrevistas realizadas



Fonte: Dados coletados nos questionários da pesquisa pela autora, 2021.

Os 17 (dezesete) participantes aceitaram o convite para participar da entrevista e indicaram a data para a sua realização. As entrevistas tiveram início no mês de junho e de acordo com a indicação de data dos participantes foi realizada 1 (uma) entrevista em junho, 10 (dez) em setembro e 6 (seis) em outubro. As participações nas entrevistas distribuídas nas regiões geográficas do Brasil podem ser observadas a partir das unidades federativas localizadas no mapa do Brasil, indicadas na “Figura 15”, na sequência:

Figura 15 - Localização no Brasil das unidades federativas dos entrevistados



Fonte: Dados coletados nos questionários da pesquisa pela autora, 2021.

No tocante a opção sinalizada na questão relacionada a sexo/gênero dos formulários que efetivaram as entrevistas, a escolha “feminino” foi indicada no maior número de vezes. Porém, no momento das entrevistas a identidade de gênero foi abordada em uma entrevista com a descrição dos desafios enfrentados a partir da interseccionalidade. O “Gráfico 5” apresentado na sequência exhibe os resultados das entrevistas com relação à questão sexo/gênero.

Gráfico 5 - Sexo/gênero nas 17 entrevistas



Fonte: Dados coletados nos questionários da pesquisa pela autora, 2021.

A entidade de origem de participantes da pesquisa, com exceção das entidades Movimento Negro Unificado (MNU) e Rede de Mulheres Negras que tiveram respectivamente 4 e 2 participações, as demais entidades tiveram a participação de apenas uma representação. Na “Tabela 3” a seguir, são listadas as entidades as quais integrantes participaram das entrevistas e o número de representação de cada entidade.

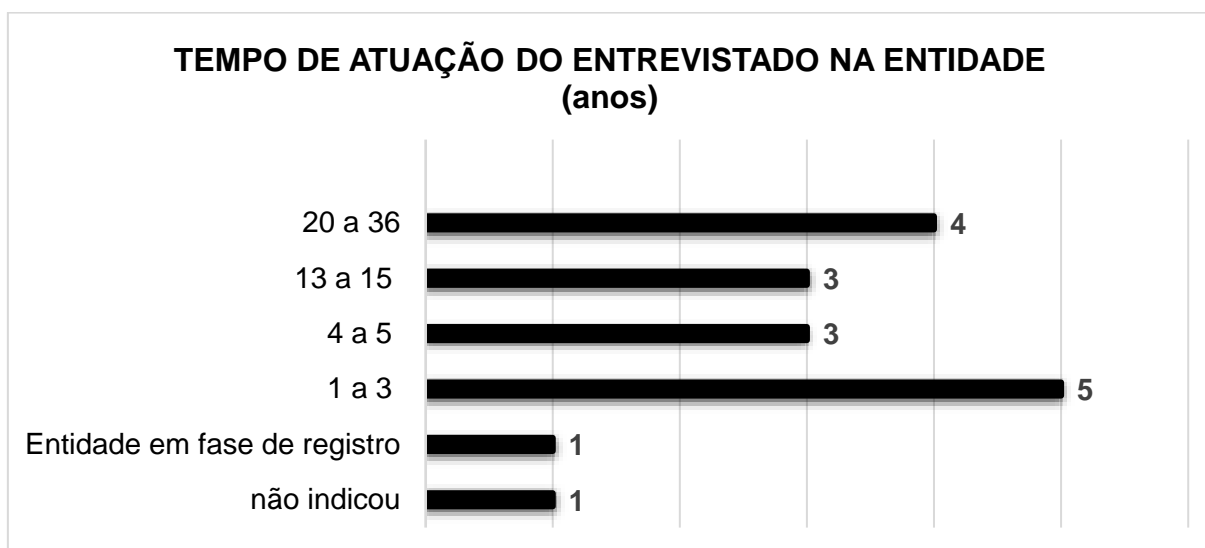
Tabela 3 - Entidade de origem das 17 participações nas entrevistas

ENTIDADES DE ORIGEM	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Centro de Ensino estudos defesa e divulgação da Cultura Afro Brasileira (CEDICAB)	1
Movimento Negro Unificado (MNU)	4
Agentes de Pastoral Negros/as	1
Amigos da Roda de Rua da Praça Tiradentes – Coletivo de Capoeira	1
Bloco Afro Pretiniosidade	1
Rede de Mulheres Negras	2
União de Negros e Negras pela Igualdade (UNEGRO)	1
Associação Brasileira de Pesquisadores Negros/as (ABPN)	1
Atinoké Pensamento de Mulheres Negras	1
Coletivo Negro Minervino de Oliveira	1
Grupo Afro Juristas do Rio Grande do Sul	1
Maria Mulher Organização de Mulheres Negras	1
Educafro - Educação para Afrodescendentes e Pobres	1

Fonte: Dados coletados nos questionários da pesquisa pela autora, 2021.

Relativo ao tempo de atuação na entidade do campo Movimento Negro brasileiro em que atua, com base nas respostas registradas nos formulários das entrevistas efetivadas, existe uma variação que vai de 1 ano até 36 anos. O “Gráfico 6” expõe esse tempo de atuação e o número de participantes.

Gráfico 6 - Tempo de atuação em entidade do campo Movimento Negro brasileiro



Fonte: Dados coletados nos questionários da pesquisa pela autora, 2021.

No contexto brasileiro existe uma pluralidade de entidades que integram o campo Movimento Negro brasileiro, atuando no combate ao racismo. E uma diversidade de abordagens adotadas por essas entidades a partir da especificidade da manifestação racista a ser combatida. Da mesma forma, a organização e administração dessas entidades exige uma diversidade de ações, que são distribuídas entre membras/os/es que nelas atuam. Concernente às atividades desenvolvidas pela entidade e a atuação de integrantes da pesquisa que participaram das entrevistas, o “Quadro 6”, registra o que foi elencado.

Quadro 6 - Atividades desenvolvidas - entidades e integrantes entrevistadas/os/es

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
Entidade	Entrevistada/o/e na entidade
Cultural	Percussão
(...)publica dossiês temáticos com trabalhos voltados para negritude, promove eventos, entre outras atividades acadêmicas ou filantrópicas.	(...) já participei de evento da entidade como monitor,... pretendo submeter artigos.

Educação e formação política de mulheres negras.	Faço parte do coletivo, que tem funções de conselho e organizacional.
Organização da população negra e da classe trabalhadora para a construção do poder popular e do socialismo.	Secretaria Política.
O combate ao racismo e práticas de ações afirmativas.	Coordenação.
Com foco em Educação universitária pública e privada, com parcerias de bolsas de estudos, em várias regiões do país (...), oferta também a tecnologia da informação onde promove cursos online, de curta duração, para quem possua ensino médio, mesmo o completo, com destaques para gênero e raça e abre possibilidades para a empregabilidade. Mais recentemente compõe a FNA-Frente Nacional Antirracista, projeto: Fome mata, Panela Cheia Salva!	Represento a entidade como ativista negra voluntária
(...) o (<i>menciona o nome da entidade</i>) constitui uma rica experiência contemporânea na denúncia e combate ao mito da democracia racial pela libertação do povo negro, em suma a defesa da população negra em seus múltiplos aspectos constitui sua razão de ser.	Sou militante de base, hoje tenho me esforçado na construção do (<i>menciona o nome da entidade</i>) em meu município e arredores.
Defesa dos direitos humanos das populações marginalizadas e excluídas, principalmente, de afrodescendentes e o enfrentamento às discriminações sexual e racial.	Coordenação de atividades ligadas à área da educação e da promoção da cidadania.
Advocacy na Defesa de Direitos Sociais.	Coordenação Executiva Financeira.
Articulação feminista de esquerda, composta de ativistas, entidades, coletivos, grupos acadêmicos, culturais, educativos, artistas, com diversas orientações políticas, sexuais, religiosas, que dão prioridade ao fortalecimento coletivo e a construção da equidade racial, social, de gênero, sexualidades.	Comissão de educação e metodologia.
É um centro de educação e fomento da cultura afro e suas vertentes (<i>menciona localização da entidade</i>).	Professora, arte educadora. Contadora de histórias e bonequeira.

Defesa dos Direitos Humanos	Membro ex-presidente.
Desenvolvemos um movimento sociocultural por meio de uma roda de capoeira (<i>menciona localização da atividade</i>), com o intuito de manter nossas tradições e oralidades da cultura afro-brasileira (...) além da Roda de Capoeira sempre que possível desenvolvemos também o Samba de Roda, nosso encontros são inclusivos e temos em nosso coletivo a presença de mulheres, crianças, homens, LGBTQI++, pessoas em vulnerabilidade social e demais interessados(...)	Organização musical, registros de imagens, entre outros.
(...)na realidade a organização tem diversas atividades que realiza com relação à sociedade, mas a atividade mais presente historicamente e atualmente é a reivindicação das ações afirmativas e das garantias de direito. .	minha principal atuação dentro da organização foi articular as ações afirmativas para os estudantes negros,(...) fazíamos esse enfrentamento, fizemos inclusive vigílias em frente à universidade.
Busca uma nova sociedade sem racismo, busca organizar o povo negro	Atualmente faço parte da Coordenação Nacional.
Formação, debates e reflexões, reuniões, atos públicos e manifestações, redes sociais.	Atualmente cumpro a função de secretária na secção (<i>menciona entidade e unidade federativa</i>).
Educação voltada para a formação da consciência negra.	Articulação política e formação

Fonte: Dados coletados nos questionários da pesquisa pela autora, 2021.

Para o entendimento do que consiste a afro-reparação no contexto das entidades que têm origem as representações nas entrevistas, foi solicitado no formulário com o questionário o registro do ponto de vista do que é a reparação (afro-reparação) pelas consequências da escravização para as entidades. As respostas no questionário estão especificadas no “Quadro 7”.

Quadro 7 - Afro-reparação entendimento e proposta da entidade

REPARAÇÃO PELAS CONSEQUÊNCIAS DA ESCRAVIZAÇÃO	
Como é entendido?	Descrição da proposta
Políticas públicas de fato.	Acessibilidade aos direitos básicos, a vida, principalmente em tempos de Pandemia.
Acho que remete a enegrecer o espaço universitário e ser contra todas as formas de	O COPENE - Congresso de Pesquisadores/as Negros/as é um espaço e momento de aquilombamento entre a comunidade negra.

opressão relacionadas a raça, gênero, classe, sexualidade, idade.	
Políticas públicas que promovam e garantam o acesso a direitos e oportunidades de mobilidade social e mudanças estruturais.	Não utilizamos o termo reparação de forma direta, mas sim o direito à existência e ao acesso à justiça e igualdade social através da educação, cultura, liberdade religiosa, saúde, renda e trabalho.
Não concebemos a escravização de modo isolado enquanto causa da opressão racial, de modo que, não postulamos reparações pelas consequências da escravidão. Nossa luta antirracista é pela superação da sociabilidade (burguesa/capitalista) que teve como pilar, entre outros fenômenos, a escravidão racial. Portanto, reparação para nós é a construção do poder popular e do socialismo.	Não temos uma proposta de reparação específica, como pude mencionar na questão anterior. E também não militamos em prol de reparações para o povo negro exclusivamente. Nossa luta é pelo fim da exploração do homem pelo homem, pela emancipação da humanidade que, em nosso contexto, exige a construção do poder popular e da Revolução Brasileira enquanto horizonte tático e estratégico.
Devolução de tudo o que nos furtaram no passado e que reflete até hoje de modo crucial na sociedade contemporânea em que vivemos, tais como nossos costumes, cultura, hábitos etc. Os quais devem ser reparados através da educação e poder econômico que é o mínimo para que um dia a sociedade brasileira possa ser igual e democrática com plenas condições de uma vida plena e equilibrada. É imprescindível que a reparação em dinheiro se efetive para cada família descendente de escravos que fora expulsa do seu continente e obrigada a viver no regime de escravidão nas Américas.	Nossa proposta seria em dinheiro destinada a cada família negra brasileira, mas com uma fiscalização e controle, investimento na casa própria de qualidade e não na periferia como atualmente é, jogam os negros na vala comum nesses programas sociais "minha casa, minha vida " que não melhorou a vida da população negra mais carente. O restante seria investido em educação dos filhos, ou seja um dinheiro reservado para moradia de qualidade e investimento em educação dos filhos.
É o reconhecimento do Estado, por meio constitucional e/ou jurídico (STF), das nossas reivindicações sociais, dos nossos direitos cidadãos, em todos os segmentos sociais.	Por meio de recortes raciais, através das cotas nas universidades públicas, em todas as instâncias. Da mesma forma, reivindicamos e adquirimos esse reconhecimento nacional (STF), nos cursos públicos, inclusive as provas do Instituto Rio Branco, como nas distribuições partidárias, aprovadas (TSE) para negras/os/es.

<p>Eu trabalho com a sensibilização em diversos espaços sobre Memória, Reparação e Justiça histórica, mas o (<i>menciona nome da entidade</i>), dentro das múltiplas vozes buscam construir sobre esta temática um olhar. Saiba que internamente existem diversas teses do que fazer, dialogar sobre Memória, Reparação e Justiça, precisamos partir do Continente Africano, ou seja, da Ancestralidade Africana e Afro - brasileira, situar nesse debate a Diáspora Africana e Afro - brasileira.</p>	<p>Individualmente acredito que a perspectiva diaspórica da luta por reparação constitui elemento para que a militância negra antirracista possa debruçar-se para construir projeto nessa linha, creio que em nossa Carta de Princípio aponte o caminho da luta antirracista na década internacional afrodescendente, esse debate é umbilical a Luta Internacional Contra o Racismo no Brasil do século XXI. Na terceira década do novo milênio Memória, Reparação e Justiça histórica está para além da Ação Afirmativa um modo de reparação presente na agenda negra a um longo tempo. Dado minha inserção inicial na organização, não capacidade de apresentar uma proposta concreta da nossa organização, mas por limitação individual que coletiva. O Dirigente Nacional (<i>nome do dirigente</i>) constitui uma liderança política que faz este debate com maior aprofundamento (<i>indicação das formas de contato com o dirigente</i>)</p>
<p>(<i>menciona nome da entidade</i>) entende que a reparação pelas consequências da escravização deve ser adotada pelo Estado brasileiro e pela iniciativa privada, através da elaboração e da implementação de programas de ações afirmativas e de medidas especiais compensatórias, tendo em vista corrigir desigualdades raciais e promover a equidade de oportunidades para pessoas negras brasileiras. Esses compromissos são inalienáveis considerando a inexistência de políticas de reparação por parte do Estado brasileiro após o final do período de quase quatro séculos de trabalho escravizado, realizado por pessoas africanas e sua descendência nascida no Brasil. O trabalho escravizado foi responsável pela formação socioeconômica e cultural do Brasil.</p>	<p>(<i>menciona nome da entidade</i>) aponta que a proposta de reparação deve ser construída em conjunto com outras entidades do movimento social negro e do movimento social de mulheres negras.</p>
<p>Eliminação do racismo e o não acesso à condição da cidadania.</p>	<p>Atua na luta contra o racismo, sexismo, opressão de classe, lesbofobia e outras formas de discriminação, contribuindo para a transformação das relações de poder e construção de uma sociedade justa na busca pela equidade.</p>

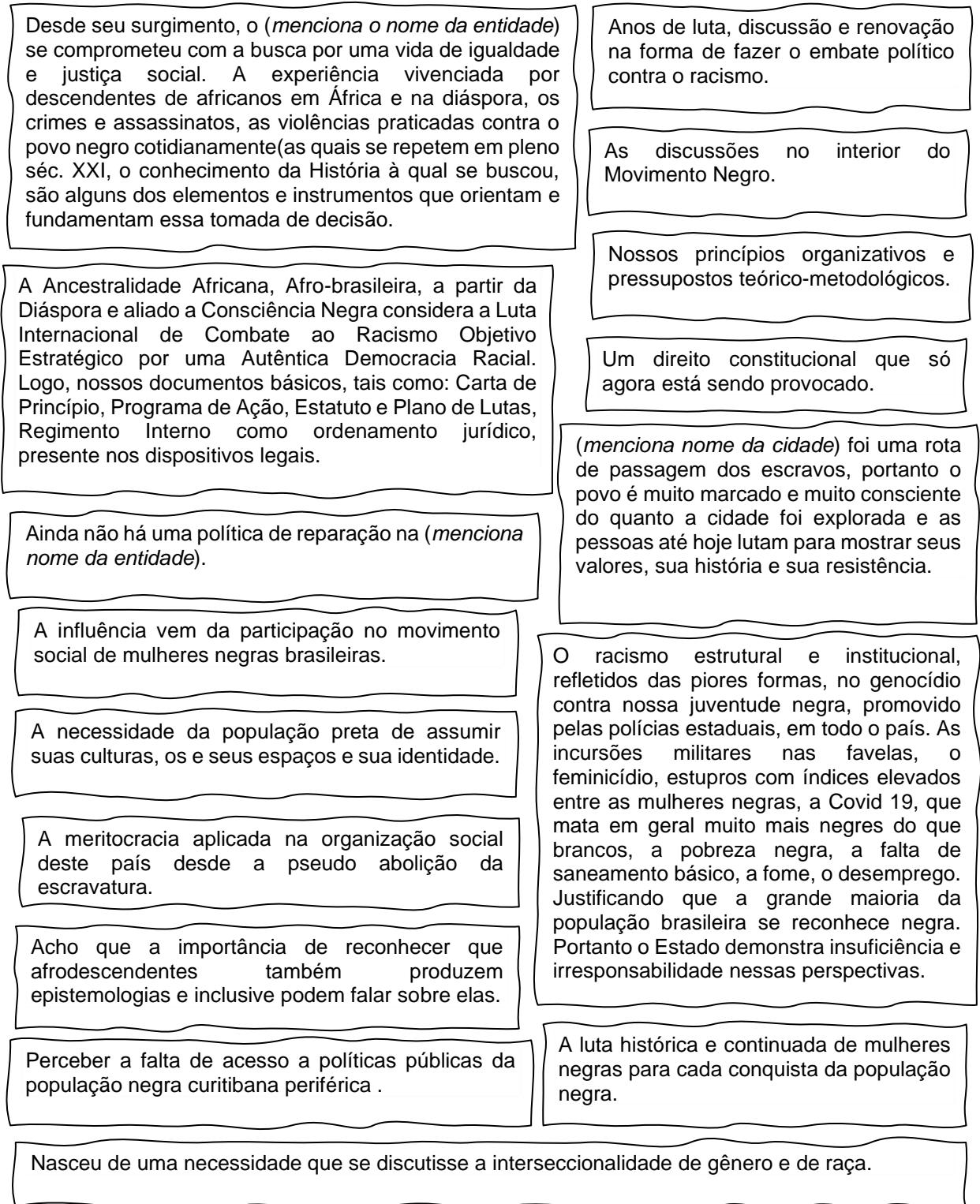
<p>Apesar de não apontar diretamente as consequências da escravização a (<i>menciona nome da entidade</i>) adota a luta pela legislação nacional com o objetivo de assegurarem o direito das vítimas em obterem reparação e satisfação justas e adequadas relativas aos atos de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e a formularem medidas efetivas para prevenção da repetição de tais atos.</p>	<p>Palestras, <i>Lives</i>, cursos de formação.</p>
<p>Tornar igual ou mais acessível as possibilidades de desenvolvimento educacional e de trabalho para as pessoas que foram e são ainda discriminadas e marginalizadas pela sociedade.</p>	<p>Dar visibilidade aos valores étnicos e culturais do povo (<i>menciona local onde está situada a entidade</i>), mostrando o quanto há de riqueza e beleza nesta cidade.</p>
<p>Equidade em políticas públicas e compartilhamento de poder nos espaços decisórios da sociedade.</p>	<p>Cotas raciais em todas as instancias públicas e privadas.</p>
<p>É a importância de o Estado promover políticas afirmativas para a inclusão dos povos pretos, originários no sistema de educação, saúde, economia.</p>	<p>Criação de políticas públicas afirmativas para assegurar a população afro-brasileira e de maiorias minorizadas condições dignas de vida, terra, trabalhos, educação, saúde, cultura entre outro.</p>
<p>(...)na realidade a organização tem diversas atividades que realiza com relação à sociedade, mas a atividade mais presente historicamente e atualmente é a reivindicação das ações afirmativas e das garantias de direito.</p>	<p>minha principal atuação dentro da organização foi articular as ações afirmativas para os estudantes negros,(...) fazíamos esse enfrentamento, fizemos inclusive vigílias em frente à universidade.</p>
<p>O (<i>menciona nome da entidade</i>) busca reparação desde a data da sua criação em 1978.</p>	<p>Para nós a reparação deve ser feita com políticas públicas de igualização material, bem como, até de forma pecuniária como já feito para judeus e vítimas da ditadura militar no Brasil.</p>
<p>Historicamente o sistema escravagista impôs aos africanos/africanas em África e na diáspora a negação da sua Humanidade. Executou o crime</p>	<p>Combate ao Racismo em todas as suas manifestações: extermínio, genocídio, machismo, LGBTQI+fobia, exclusão dos direitos e conquistas. A perspectiva de Reparação do crime de lesa-humanidade remete à garantia de acesso à Educação, atendimento à Saúde, à</p>

<p>de lesa-humanidade denunciado na Conferência Internacional de Durban, em 2001. Em consequência, o Racismo estrutura a sociedade brasileira impossibilitando uma vida humanizada e digna, livre de discriminações. Promove o genocídio que atinge particularmente a juventude negra. Nega o acesso e a garantia de direitos nas diferentes áreas da vida em sociedade. Este crime inscrito na CFB/88 deve ser reparado. Defendemos igualdade e liberdade, que sejam assegurados todos os direitos, desde o nascimento até o momento definido pela VIDA, da passagem natural para outro plano, à população negra. Sendo assim, todo o percurso da existência humana deve transcorrer sem que haja exclusão. É direito da população negra e dever da sociedade como um todo assim como das instâncias governamentais e institucionais.</p>	<p>Moradia, Trabalho, Cultura, e todos os demais benefícios fundamentais em prol do bem-viver com dignidade e sem qualquer forma de violência e discriminação. Acrescente-se neste rol básico a compreensão e respeito à cosmovisão negro africana de pensar e se pensar no espaço ao qual pertence.</p>
<p>Remover todo e qualquer entulho sociocultural que interdita a mobilidade social da população negra.</p>	<p>Nada a informar.</p>

Fonte: Dados coletados nos questionários da pesquisa pela autora, 2021.

Na sequência, o formulário também solicitava, com relação ao entendimento de reparação (afro-reparação) para a entidade, quais foram as influências que levaram a entidade ao entendimento de afro-reparação apresentado no “Quadro 7”. Com base nas informações fornecidas pelos integrantes da pesquisa foi elaborada a “Figura 16”. Nessa figura, é destacado as influências que caracterizam o pensamento da instituição, segundo seu integrante, com relação a afro-reparação.

Figura 16 - Influência no entendimento de afro-reparação da entidade



Fonte: Dados coletados nos questionários da pesquisa pela autora, 2021.

Os dados expostos até aqui com relação aos 27 formulários considerados válidos, tem incorporado 17 integrantes que participaram da entrevista. Assim, são dados que apresentam informações com algumas características relacionadas ao

perfil do universo no qual estavam inseridos as 17 pessoas entrevistadas do campo Movimento Negro brasileiro que contribuíram com a pesquisa na primeira e segunda etapa, o preenchimento do formulário e a entrevista.

Com base nas informações coletadas em ambas as etapas da pesquisa (formulário e entrevista), com relação ao campo Movimento Negro brasileiro, delineado na tese no tópico “3.2.2”, é possível perceber a existência de uma demarcação de um território negro no espaço social, por meio de uma identidade e uma luta política. Essa identidade, está envolta em um sentimento de representação das demandas de um grupo específico e o exteriorizar de uma consciência das consequências do racismo em suas relações cotidianas. A totalidade de integrantes da pesquisa apresenta em comum uma autodeclaração de pertencimento político e étnico. E a subjetividade presente na diversidade de origem geográfica, faixa etária, sexo/gênero, formação, atuação profissional, não se contrapõe a uma intersubjetividade de uma identidade étnica e política negra. Há um *habitus* de resistência e luta antirracista que emerge dos relatos, que nos próximos tópicos serão expostos nessa tese.

A perspectiva teórica de Bourdieu (1996), indica na constituição do campo características de homogeneidade dos agentes expressas além da percepção de suas condições de existência. Ou seja, homogeneidade também no “ponto de vista de suas práticas culturais, de consumo, de suas opiniões políticas” (BOURDIEU, 1996, p.30). Ao relatar vivências e experiências, ao identificar lesões sociais históricas e abordar a temática da pesquisa, a intersubjetividade do grupo específico ganha forma e contorno enquanto coletividade. Nessa perspectiva, os agentes do campo Movimento Negro brasileiro, são seres sociais entrelaçados por uma procedência, uma ancestralidade africana, e um destino partilhado em consequência do processo de escravização.

E esse entrelaçamento é revigorado por uma posição política compartilhada na luta antirracista. Assim, subjetividade e intersubjetividade, independente do distanciamento físico no contexto territorial brasileiro, tem em comum memórias de origem, de luta, resiliência, de esperança e emancipação social. Desta forma, memória, pertencimento e identidade, sedimentam as relações sociais do grupo específico com o espaço social. E a homogeneidade é traçada por meio de condições de existência em uma sociedade racializada, uma posição política e uma concepção de sociedade pela qual se luta em busca de reconhecimento.

Com base nas informações coletadas em ambas as etapas da pesquisa, pretende-se nos próximos tópicos desta tese ressaltar, a partir de uma conjugação teórica, elementos que possam conduzir a uma perspectiva de proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa.

4.1 PRÁXIS DE AGENTES NEGRAS/OS/ES

Essa categoria de análise apresenta elementos a respeito da atuação antirracista, o histórico de luta, de resistência e as conquistas de membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro. Com base nos relatos expostos, a intenção é estabelecer uma interlocução com a conjugação teórica que caracteriza essa pesquisa. Com esse objetivo, é primeiramente explicitado elementos teóricos que auxiliam no entendimento da característica dessa categoria de análise, após externasse os relatos dos participantes. Em seguida, tópicos constituídos a partir de epígrafes com citações de autoria de Clóvis Moura (2018) destacam alguns elementos presentes nos relatos. A intenção não é focar em uma análise estatística ou comparativa das informações coletadas. Em vez disso, por meio das observações e representações do social manifesto nos relatos, dialogar considerando a perspectiva de conjugação teórica e dar visibilidade a elementos da subjetividade e intersubjetividade no processo histórico de constituição de agentes do campo Movimento Negro brasileiro. Com isso, esse tópico traz alguns elementos para pensar em uma perspectiva microssocial e macrossocial o funcionamento, reprodução e transformação das relações sociais em um contexto de racismo histórico-estrutural.

Segundo Konder (2018) a palavra práxis tem origem no grego antigo e “comumente, designava a ação intersubjetiva, a ação moral, a ação do cidadão” (2018, p.103). Ele define a práxis a partir de um conjunto de elementos, desta forma práxis é a “atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformam-se a si mesmos” (KONDER, 2018, p.123). E igualmente para o autor, práxis é a “ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática” (KONDER, 2018, p.123).

No entanto, no contexto do marxismo considera-se que produção, estrutura e história, são elementos que se inter-relacionam. E nesse contexto de inter-relação às forças de produção equivalem à “soma dos meios de produção(...) e da força de trabalho” (BOUCHER, 2015, p.20). A estrutura constitui a “totalidade resultante das instituições materiais e das relações sociais” (BOUCHER, 2015, p.21). A história é observada a partir de uma perspectiva econômica e do desenvolvimento e sucessão de modos de produção e a sua exploração da força de trabalho. E a partir da interligação destes três elementos a práxis é a “transformação ativa do ambiente natural, da natureza humana e do mundo social, está centrada no trabalho social envolvido na ‘produção da existência material’” (BOUCHER, 2015, p.20).

Clóvis Moura, defende uma perspectiva teórica dialética que denomina de “Sociologia da práxis” (MOURA, 1978, p.31). A qual, ele aplica em seus estudos evidenciando a luta e resistência negra no contexto brasileiro e suas consequências em um processo histórico de transformação social e na sucessão dos modos de produção. Segundo Fábio Nogueira de Oliveira (2009), Clóvis Moura é a referência para o que ele denomina de “Sociologia da Práxis Negra” (OLIVEIRA, 2009, p.14). O autor afirma que a “Sociologia da Práxis Negra de Clóvis Moura é, por sua vez, uma tentativa de traduzir o marxismo a partir da perspectiva do negro” (OLIVEIRA, 2009, p.10). Conforme Oliveira (2019), a práxis negra na perspectiva de Clóvis Moura, aproxima o marxismo da luta do Movimento Negro, conjuga teoricamente elementos do marxismo e da luta política negra e indica esta intersecção como elemento potencializador de uma transformação social.

De acordo com Oliveira (2009), a práxis negra, como sociologia, é uma dupla ruptura epistemológica com os estudos brasileiros voltados à temática negra e uma crítica à interpretação sociológica acadêmica da época, dedicada à temática. O autor declara que, epistemologicamente a sociologia da práxis negra consiste na ruptura com a “escola 'culturalista' de Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Edison Carneiro e Gilberto Freyre (esta ruptura se dá através do marxismo, com a análise da luta de classes na ordem escravista)” (OLIVEIRA, 2009, p.14). E igualmente, segundo o autor, a “segunda ruptura - por dentro do marxismo - se dá quando a noção de práxis é colocada em primeiro plano, em detrimento de outras categorias (classe, estrutura etc.)” (OLIVEIRA, 2009, p.14). Clóvis Moura utiliza o termo quilombagem com o sentido de “movimento emancipatório”, manifestação de “protesto racial e social” (MOURA, 1992, p.22-23) que configura elemento de uma práxis negra. A práxis negra

é identificada como elemento estrutural, presente na sociedade escravista em forma de resistência e luta dos escravizados contra a dominação dos escravizadores. Uma luta que fragiliza o sistema escravista, mas que será substituída pelo modo de produção capitalista sem romper com um *habitus* escravista. Diante de uma não ruptura com um *habitus* escravista, admite-se que as condições objetivas e subjetivas que fundamentaram a resistência e a luta dos escravizados será deslocada para a especificidade do modo de produção capitalista, no qual, classe e raça serão ponderados como base da acumulação do capital.

A luta por afro-reparação, que nessa pesquisa é pensada como práxis negra, é orientada por um processo dialético, e como tal é um dos elementos da metodologia da sociologia da práxis. Para Clóvis Moura, a essência do ambiente social é a contradição, por esse motivo a Sociologia da Práxis, “aceita como normal o processo dicotômico na medida em que representa a forma pela qual a sociedade se desenvolve” (MOURA, 1978, p.31). Desse modo, a contradição é o núcleo do progresso porque, “da sua superação, da modificação de seus elementos imanentes e sua transformação em uma realidade qualitativamente distinta da que a precedeu depende o conteúdo da modificação que se efetua” (MOURA, 1978, p.58).

Na concepção de Clóvis Moura, a ação pode ser proveniente de uma consciência alienada, ou da ruptura com essa resultante de uma autonomia de consciência, entendida como práxis (autônoma, autorreflexiva, criativa, transformadora, revolucionária), onde o sujeito intervém no ambiente social e o transforma. Para o autor, a estrutura social é permeada pelo racismo, a qual usa de mecanismos diversos para manter negras/os/es em posições subalternas da sociedade brasileira. Porém, essa estrutura social é marcada por contradições dialéticas, onde a práxis negra é agente e movimento de luta pela transformação dessa realidade. Na perspectiva marxista do autor, práxis tem como referência a ação, a atividade em uma perspectiva transformadora.

Enquanto Pierre Bourdieu, com relação à ação, a entende como consequência de disposições duráveis incorporadas pelos agentes no meio social (*habitus* estruturado e estruturante). Por esse motivo, a ação não é autônoma, intencional, consciente e a subjetividade do indivíduo é orientada pelo espaço social e o *habitus* incorporado, que retroalimenta as características desse mesmo espaço social. O autor entende que a ação consiste na colaboração de dois estados sociais: a história enquanto corpo e a história enquanto coisa. Ou seja, a “história objetivada nas coisas,

sob forma de estruturas e mecanismos (os do espaço social ou campos), e a história encarnada nos corpos, sob forma de *habitus*” (BOURDIEU, 2001, p.184). Em razão disso, uma aquisição histórica em forma de *habitus* precisa ser assumida por agentes para que ela seja reativada.

A acareação da concepção de ação de Clóvis Moura e Pierre Bourdieu de imediato indicam alguns empenos, que Sewell (2017) pode ajudar a desempenhar. Ao analisar a perspectiva teórica de Pierre Bourdieu, Sewell (2017) declara que:

Ser um agente significa ser capaz de exercer algum grau de controle sobre as relações sociais nas quais alguém se encontra imerso, o que por sua vez implica a habilidade de transformar em certa medida aquelas relações sociais. A meu ver, agentes são empoderados para agir com e contra outros pelas estruturas: possuem conhecimento de esquemas que permeiam a vida social e têm acesso a uma certa quantidade de recursos humanos e não humanos. A agência surge do conhecimento de esquemas por parte do ator, que significa capacidade para reinterpretar ou mobilizar um arranjo de recursos em termos de esquemas diferentes daqueles que constituíam o arranjo. (SEWELL, 2017, p.150).

Cogitar a partir da contribuição de Sewell (2017) permite primeiramente considerar a existência de uma agência. E igualmente, que o agente possa planejar sua ação com a intencionalidade de aniquilar a própria estrutura, que pode, na perspectiva dessa pesquisa que trabalha a partir do reconhecimento da existência de um racismo histórico-estrutural, ser uma estrutura de opressão. É importante ressaltar que o autor indica a possibilidade de reinterpretação e de mobilização de recursos nessa agência, o que exige consciência e seletividade nesse processo.

Essa pesquisa foi desenvolvida considerando a existência histórica de um *habitus* racial, no qual se situa tanto a ação de luta e resistência negra, como também, o racismo em uma história objetivada em estruturas e mecanismos sociais. No entanto, imaginar a ação sem um dispositivo de motivação desloca esse comportamento do indivíduo da perspectiva dialética de relação com o social e com o ambiente material que o cerca. Desta forma, a lógica que envolve esta pesquisa também inclui um diálogo com Axel Honneth (2003).

E assim, quando se pensa a ação coletiva reivindicatória, Axel Honneth (2003) permite considerar o papel da moral nesse processo incluindo valores individuais e coletivos constituídos historicamente por meio de relações sociais. Ou seja, parte-se de uma condição social de um coletivo, que foi historicamente instituída e ao ser transformada por um processo de escravização gera um sentimento de desrespeito

social. Esse sentimento passa a ser potencializado por pontes semânticas, que permitem uma reorganização coletiva e a gênese de uma ação em busca da reconquista de um status social perdido. O que instala um processo de conflito em uma luta por reconhecimento de demandas sociais e por mudanças sociais. Clóvis Moura possibilita que essa ponte semântica (HONNETH, 2003, p.258) seja constituída a partir de um sentimento de desrespeito gestado em um processo histórico de luta contra a escravização, em que a ação resulta de uma consciência de uma lesão social e conduz a uma práxis negra. Nessa perspectiva de pensamento, a estrutura social age sobre o indivíduo numa perspectiva de reprodução. No entanto, considera-se a possibilidade da organização de uma ação de contra reprodução por parte de indivíduos e coletividades. Assim como, Pierre Bourdieu viabiliza elementos para pensar a possibilidade de a ação coletiva reivindicatória também ter como constituição um processo histórico, o qual permitiu a incorporação de um *habitus* de luta e resistência. E a categoria práxis negra, elemento teórico de Clóvis Moura, resgata o protagonismo histórico de uma parcela da população brasileira que foi marginalizada e despojada de sua história, vida e garantia de direitos sociais.

Isto posto, é possível na sequência direcionar a atenção, tendo em conta as observações teóricas realizadas, para os relatos de integrantes do campo Movimento Negro brasileiro que participaram da pesquisa. Até aqui, as entrevistas se referem a pessoas parcialmente desconhecidas para os leitores, apenas alguns dados quantitativos foram fornecidos com relação aos participantes. Observamos números que fazem referência a desconhecidas/os/es. Foram expostas tabelas e quadros, com informações que podem ser atribuídas a uma parcela da população brasileira. Não foram compartilhados sentimentos, experiências, lutas, lugares sociais, gostos, que caracterizam a sua subjetividade, existência material, política e social, que permitam visualizar as pontes que instituem a intersubjetividade desse coletivo. As reflexões desenvolvidas neste tópico referem-se à primeira pergunta realizada na entrevista. Essa pergunta abrange a identificação da pessoa entrevistada, sua atuação no Movimento Negro brasileiro, histórico de luta, resistência e conquistas. Estas informações estão transcritas na sequência.

4.1.1 Relatos: práxis de agentes negras/os/es

Aline Vargas Escobar

Então eu vou começar do começo. Eu sou Aline Vargas Escobar, eu me identifico enquanto uma mulher negra cisgênero, uma jovem pensadora negra. Sou integrante também da comunidade LGBTQIAP+ e me identifico enquanto pansexual. Atualmente estou terminando o curso de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Maria, mas por conta da pandemia, eu tenho vivido com a minha mãe na cidade de Jaguarão. Então são polos bem distantes, Santa Maria é no coração do Rio Grande e Jaguarão na fronteira com o Uruguai, perto de Pelotas. E dentro do curso, ou a partir do curso, eu fui desenvolvendo interesses, raça, classe, gênero, internacionalização do conhecimento, saúde mental. Na verdade, essas questões que se interseccionam de raça, classe e gênero, muito por causa do Movimento Social Negro. Eu me considero cria do Movimento Negro de Santa Maria. Porque, desde criança a minha mãe Giane Vargas Escobar, ela é professora aqui do Curso de História da Unipampa, mas ela, por muitos anos, foi diretora técnica do “Museu Comunitário Treze de Maio”. Então desde criança ela já me carregava nas reuniões, ali está eu nas fotos com o material, o uniforme da escola, sem entender nada que aquela negrada estava fazendo exatamente. Mas que apesar de eu não compreender em detalhes na hora, hoje eu vejo o quanto aquele espaço foi um exemplo para mim de convivência negra, de resistência negra e luta negra. E também, faço parte de outros grupos, tem a ABPN que eu sou associada, a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. Faço parte do grupo de estudos do ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente. E também, sou bolsista de um projeto de extensão chamado “Dialogando Ações Afirmativas nas Comunidades Abdias Nascimento”, que ainda está no seu primeiro ano, a gente vai começar as atividades mês que vem com escolas, para levar a discussão para a comunidade escolar. É sempre uma etapa com os professores, outra com alunos de fundamental e outro com alunos de médio

e das duas escolas, uma vai ser com EJA⁶ também. E a gente tem muita liberdade de como abordar essas questões raciais. E no mais, também de recente sobre mim, é que desde o ano passado, eu comecei a desenvolver um projeto independente, que se chama “Kitanda de Livros” que é uma página no *Instagram* onde eu compartilho resenhas das minhas leituras. Mas eu quis extrapolar isso assim, trazer sempre autores negros, africanos, mas não só os autores como também as editoras, as narrativas, o que puder ser negro. Porque a gente vê a exclusão que existe, já tem dados. Tem uma pesquisa de Brasília, eu não lembro agora o nome da professora, mas ela pesquisou por décadas, uma pesquisa extensa, a cor, a classe, a sexualidade desses autores, mais de grandes editoras e mais do eixo Rio-São Paulo. Então, 97% são homens brancos, heterossexuais de elite. E isso é muito grave, porque parece que essas narrativas que são publicadas te dizem que tu não existe. Mas tem muita editora negra por aí. E recentemente teve um movimento de seguirem elas no *Instagram*...etc. E eu tento dar esse apoio através da minha página, fui contemplada no edital para potencializar isso mais ainda. Então, é um projeto que estou tendo muito orgulho de tocar. Sobre mim, era mais ou menos isso do que eu faço, acho que de credenciais. Mas acho que em relação a minha presença no Movimento Negro, tem uma coisa que me marca muito. Uma vez eu conversei com um amigo, acho que a gente estava conversando mais sobre questões de sexualidade, acho que ele estava meio pra baixo, daí eu só disse: “Oh Jean, só de você estar vivo, você já está militando, sabe?”. Então, acho que acima de tudo, só da gente estar vivo, a gente é movimento negro e já está no movimento negro. Mas acredito que em questão de ações, de verbalizar o que penso, ou quem eu tenho como referência, foi se dando nesses espaços de clubes sociais negros com certeza, que a minha mãe me levou ali. Mas, eu fui criando meu próprio caminho, quando eu participei por alguns anos de um

⁶ Educação de Jovens e Adultos

coletivo independente de mulheres negras chamado “Juventude Negra Feminina de Santa Maria”, a JUNF que a gente chamava, surgiu como uma página no *Facebook* em 2013. Daí foi tendo aquela necessidade de ter encontro presencial. Daí assim, foi rolando, e nesses encontros a gente acabou ficando forte com a nossa página no Face⁷, a gente acabou indo em vários atos na rua, reuniões de outros movimentos como o “Fórum de Mulheres”, ou na Câmara. A gente também promovia, acho que foi umas três edições diferentes desse sarau de poesia, roda sobre saúde mental e racismo (...) atividade escola, deu para bater perna por aí promovendo atividade, foi muito bacana. Hoje a gente já não está mais ativo por uma questão de caminhos, de emprego, eu trabalho, uma agora já é mãe, várias se mudaram para outra cidade. A gente ainda mantém contato. E esse foi um grande marco. Daí agora pulando para o capítulo da universidade. Eu acredito que um grande marco, tem sido uma experiência que eu vivi de intercâmbio, de mobilidade acadêmica. Em 2019, eu estudei durante um semestre no Chile, estudei na escola de “Trabajo Social”. E até hoje, assim..., já fizeram dois anos e mesmo assim é algo que eu reflito muito sobre, esse vai ser o tema do meu trabalho de TCC, porque achei muito importante registrar. No início não era assim, era outra ideia, depois eu acabei mudando, virei a chave, eu pensei como é que eu não vou registrar essa experiência, sabe, tão rara e tão maravilhosa e que me faz sonhar e defender até hoje que tenham cotas nos editais de intercâmbio, de mobilidade acadêmica. E foi uma experiência muito marcante, porque foi individual, e não foi. Pelo menos eu considero assim que teve muita força subjetiva da ancestralidade, de eu realmente tentar essa oportunidade que normalmente é bem elitista desde o que é oferecido, normalmente países da Europa, para cursos da engenharia. As pessoas que participam, te exigem uma série de documentos e requisitos e formações. Pelo menos uns três projetos você tem que ter participado, daí você tem que ter o passaporte, que é trezentos reais, tem que

apresentar um curso de idioma. E felizmente na universidade federal eu pude fazer um curso de idioma lá, que o preço era mais acessível, era mais reduzido. E mesmo assim, até que o setor de Apoio Internacional te dá um valor assim de mil reais, só que uma cota única para seis meses. Então, eu só fui através de um programa que me deu uma bolsa. Porque senão eu não iria conseguir depender só dessa cota única de mil reais. E eu fui bolsista da AUGM, que é a Associação de Universidades do Grupo de Montevideu. E eles têm o programa ESCALA que é para *estudiantes de grado*, de graduação, eles tem outro para a pós também. E foi...é surreal, assim. Parece que em outro país muda tudo, sabe. Muda tudo o que tu vive, tudo o que tu enxerga, todos os caminhos que tu percorre. E ainda por cima conhece outra faceta da tua profissão, que é diferente em outro país, mas ainda tem as coisas que unem. Que no serviço social seria a nível internacional essa defesa dos valores da pessoa humana. E quando eu retornei, por que mais ainda que eu considero que foi coletivo? Eu nunca tinha apresentado trabalho em evento antes de ir para o intercâmbio. E daí eu voltei do intercâmbio e comecei a falar em evento. Comecei, eu já lia mulheres negras, eu já pautava várias questões, sabe, na sala de aula fazia os recortes, mas eu não apresentava o trabalho em evento, eu não escrevia. Sabe, é isso, eu entrei na universidade em dois mil e dezesseis, só fui começar a fazer isso com afinco quando eu retornei do intercâmbio. Que daí o intercâmbio ele te muda ali, enquanto tua formação, te agrega em várias coisas. É um outro mundo de referências. Estudei no berço do serviço social na América Latina, mas pessoalmente, meu Deus, sabe. Nesse mesmo ano eu fiz atividades com três escolas, falando de negritude e depois eu olhei para trás, meu Deus, eu estava falando para um auditório de jovens, isso aconteceu mesmo, gente. É por isso que eu considero que foi coletivo também. É essa coisa de multiplicar o que a gente sabe, de multiplicar esses saberes, são tão importantes para que a gente tenha

⁷ Mídia e rede social virtual Facebook

orgulho de ser quem se é; e enfrentar o racismo.

Tiago Neto da Silva

Bem. Primeiro, que eu, Tiago Neto da Silva, estou com trinta anos. E recordo que no questionário eu disse que cheguei, na minha concepção, um pouco tardiamente dentro do Movimento Negro Unificado. Ou seja, eu imaginava que gostaria de ter entrado mais cedo, do que quando eu entrei. Então, a respeito dessa perspectiva da luta antirracista, é sempre um tema que me instigou, enquanto criança sobre a representação negativa do negro estereotipada nos livros didáticos, principalmente de história. Dentro de outras disciplinas existiam também uma invisibilidade. Mas o que me incomodava, era ainda criança, por exemplo na quarta série, a representação negativa do negro, da população negra sempre em condição de subalternidade e animalização. O retrato do negro escravo, isso lá pelos idos de dois mil e dois. Por exemplo, isso me instigou tanto que eu lia, terminava o livro de história antes mesmo da professora. Quer dizer, eu não seguia, porque eu perseguia aquela coisa de encontrar uma representação positivada, mas não havia. Então, isso me acompanhou ao longo do processo de escolarização. O ambiente da escola não é, não era, ainda hoje não é por mais que tenhamos avançado, um ambiente muito saudável, porque tem muita reprodução de preconceito, de discriminação. Mas aí, é um questionamento. Não é no contexto escolar, que por mais que tenha gerado esses questionamentos, mas na rua que a violência racial, ou a violência policial nos bairros e o alto índice, que aí era um outro questionamento. Conforme ia avançando no processo de escolarização, nós negras e negros não éramos maioria. E quanto mais ia afunilando, ensino fundamental I, ensino fundamental II, Ensino Médio, mais íamos ficando poucos. Eu questionava por que, por que era a exceção? E isso me incomodava e eu não conseguia respostas. Quer dizer, a gente, criança negra, ou adolescente negro, era representado como aquele aluno indisciplinado, que vai para a escola para fazer bagunça, que tem a

família desestruturada. E eu me perguntava, o que é isso, família desestruturada, o que significa isso? Porque, só a família negra que é desestruturada? Isso me questionava. E me causou espanto, que isso não era um questionamento ao redor. Entendi, ao redor não se fazia esse questionamento. Por exemplo, na escola eu me indagava, por que eu não tinha professoras negras? Porque não tinha homem como professor, mas não tinha pessoas negras como professor, professora, eu só fui ter na quarta série. Quando eu vi aquela professora negra que falava que a gente tinha que se autovalorizar. É, aí eu comecei a ter uma representação positiva. Mas ainda assim, eu me questionava. Ela é negra, mas a pele dela é diferente da minha, é mais clara. Mas eu me identifiquei porque ela já fazia um discurso mais positivo,... Então para finalizar, como que eu me percebo na luta antirracista? É quando eu assumo, essa identidade negra, identidade negra de resistência, para ter uma construção positiva do que significa ser negro no Brasil. Porque até então a gente, ou nega a existência do preconceito, da discriminação e do racismo e seus aspectos institucionais, estruturais, etc. Ou, acredita que não é uma coisa que precisa ser discutida. Então, eu quis acertar as contas com o Tiago na infância e na adolescência e no início da Juventude, porque era retratado como um aluno quieto, tinha dificuldade de aprendizagem. Um aluno que não socializava. E falei: “eu não era esse aluno, eu me tornei na escola”. Porque eu não compreendia a escola como um espaço de aprendizado. Eu gostava mais da rua, de correr, de brincar, de jogar bola. A escola era um outro espaço que eu não me via representado positivo e que eu não podia ser eu. E, eu fui para o curso de pedagogia. Eh, perseguindo um acerto de contas com o Tiago na infância. E no curso de pedagogia eu entrei, e parei de estudar um período. Um período significativo no ano de dois mil e sete. Eu e meu irmão a gente

sempre fez o fundamental juntos, aí foi para o fundamental II num colégio no centro, era outra realidade. Era bem organizadinho, mas era outra realidade. Quando a gente foi para o primeiro ano, Ensino Médio, última etapa, a gente foi para um colégio maior. Que, digamos assim, os bairros todos e a pluralidade das pessoas eram mais significativas. Mas também os contextos de violências também se avolumaram e o cenário de violência. Então, a gente olhou um para o outro assim, e falou: “vamos parar de estudar, esse negócio, essa escola aqui é muito bagunçada”. Tinha negócio de arma, faca, os caras iam brigar. Aí a gente falou: “vamos parar de estudar”, “Então, quando a gente chegar em casa vamos falar para o meu pai, pra minha mãe, que a gente vai parar de estudar”. E nós chegamos, parênteses, e meu pai falou uma coisa que me marcou. Que era assim: “vocês estão vendo a minha situação aí desempregado, eu não estudei, minha escola foi o cabo da enxada, se vocês pararem de estudar, vocês vão arcar com as consequências”. Eu falei: “tudo bem, a gente assume isso daí”. E paramos. Meu irmão foi mais sensato, voltou no semestre seguinte a estudar à noite. Eu sou mais velho que ele. Eu fui mais cabeça dura e fiquei um ano sem estudar formalmente numa escola. Por um aspecto foi ruim, mas por outro, eu tive liberdade de estudar por conta própria. Tinha uma tal de Enciclopédia Barsa, que minha mãe ganhou e aquilo ali foi meu refúgio. Tem um dado também, que acho que isso faz parte da minha personalidade, que eu só ficava no quarto. Era escola, quarto ou jogar bola, então era muito introvertido. E parar de estudar formalmente foi um fator negativo, mais positivo por outro, porque eu estudei por conta própria. E quando eu volto a estudar à noite, no Ensino Médio, as mesmas dificuldades, eu percebia que a escola não mudou. É um noturno, via mais pessoas negras? Via. Mas a gente conclui o Ensino Médio e daí fica aquele hiato. O que, que eu vou fazer depois? E aí umas primas minhas, mais velhas também, queriam entrar na universidade, ficaram pesando na minha ideia: “Vamos Tiago, é uma

universidade pública estadual, não sei o quê, curso de pedagogia é um curso”... Aí eu me inscrevi mais sobre pressão delas e para ter aquele motivo para elas irem fazer o vestibular. A gente fez um curso preparatório e tudo. E aí eu fiz o vestibular, fui aprovado e aprovado bem no curso de pedagogia. Então eu falei: “já que eu estou aqui, eu vou querer, eu vou”. E aí entendi o que significa o curso de pedagogia. Aí eu fui procurar entender por que, primeiro o que é escola, o que é educação, porque as professoras. Aí eu entendi por que o magistério tem uma presença significativa de mulheres. E eu fui me deparar com um professor negro. Aí eu falei “Nossa, eu tenho um professor, um professor negro aqui, caramba”. Professor Jorge Manoel Adão. Nunca me esqueci desse nome. Pesquisador também do movimento negro. E foi um aprendizado rico. Aí eu descobri uma tal Lei 10.639, história da África e cultura afro-brasileira, de 2003 e que modifica a LDB⁸. Aí eu falei: “Não, isso aqui é pra mim”, e mergulhei nos estudos sobre, com objetivo. Eu já tinha um tema que eu queria desenvolver no curso de pedagogia, que era a implementação da Lei 10.639, como ela contribui para a valorização da identidade negra da criança ainda na infância, meio nesse sentido. Eu falo da escola, eu falo da entrada na universidade, eu falo do processo de vestibular, de cursinho preparatório. Mas o mais central que eu queria salientar, é que esse debate da luta, de antirracista, entra na minha vida mais por um sentido de eu querer ter uma resposta do porquê, que eu, tinha um primo que dizia que não viveria até os vinte e quatro anos. Ele sempre falava isso, que não viveria até os vinte e quatro anos, que ele não chegaria aos vinte e cinco. Faleceu aos vinte e quatro, num assalto. E foi em dois mil e cinco. Isso me impactou, era uma profecia meio estranha, ele dizia. E aí sete anos, em dois mil e doze, uma prima minha também, em outras circunstâncias piores, ela não chega aos dezoito. Ela Foi morta aos dezessete no meu bairro. Quer dizer, de dois mil e cinco a dois mil e doze, pessoas da minha família, mortas de forma violenta, independente se é um assalto, ou se é de relação com o tráfico de drogas, ou

⁸ Lei de Diretrizes e Bases da Educação

o quê. E é, o mesmo cenário do bairro, no bairro, de gente da minha rua, que estudou quando eu fiz os anos iniciais ali, na escola do CAIC⁹. E esses moleques já paravam de estudar e não concluíram o fundamental I, quer dizer foram...nem sempre foram bandidos, nem sempre foram traficantes, eram crianças, então. Eles foram mortos de forma violenta. Em relação a esse negócio de tráfico, eu lembro que quando eu era criança os caras, os caras não chegavam aos vinte e nove, aí quando eu era adolescente, os caras não chegavam a vinte e cinco. Quando eu cheguei nessa faixa etária, os caras não chegavam a dezoito, dezessete. Então, eu comecei a questionar e pesquisar. Quando eu adentro a esse negócio da universidade, o pessoal de movimento estudantil, só que eu chego na universidade, não tinha gente negra, aquela ausência. Aí quando chego no movimento estudantil, a pauta do movimento estudantil era outra que não, que não abarcava a realidade da juventude negra. Aí eu invento de adentrar em partido, que por eu vivenciar a violência racial, que eu chamava de extermínio, eu falava extermínio da juventude de forma genérica. Juventude viva. Mas que juventude é essa? E aí eu entro para o partido e eu pensando em partido de esquerda, o partido dos trabalhadores. Eu pensando que esse partido e a juventude desse partido iriam estar preocupados com o alto índice de homicídios da juventude negra no município. Eles estavam preocupados com a violência no centro da cidade, que tinha uma onda de roubos no centro da cidade. Aí, isso que era a preocupação da juventude, eu achei estranho. Então, claro que demorou um tempo para eu compreender, que ainda, que por mais que tenha avanços em políticas públicas de ações afirmativas e as pessoas negras estavam adentrando as universidades públicas, privadas e PROUNI¹⁰, teve a expansão REUNI¹¹,

expansão das instituições etc., mas ainda eu tinha um vazio. E o que era esse vazio, que eu não conseguia responder à época? É porque, os homicídios da juventude negra estavam só em uma crescente e por mais que tenhamos adentrado aos espaços de poder, a exemplo das universidades, a gente ainda não resolveu uma problemática. Que era, que é, por exemplo, do analfabetismo, do abandono escolar, dessa juventude que morre cada vez mais cedo, que não estuda, nem trabalha e a violência policial, que é sempre uma constante, que é sempre uma presença. Que aqueles que se dizem progressista no discurso, na retórica, quando num bairro periférico um jovem sofre abordagem policial violenta, aí você enquanto uma pessoa que se entende enquanto militante, solicita a um vereador X de um partido progressista, isso ser denunciado na tribuna, a violência policial que estes jovens estão sofrendo na periferia. Aí eles precisam de prova, fotos, vídeos, não sei o quê. Em suma, eu acho que, como eu me percebo na luta antirracista, é que tem desafios. Compreendo que existe uma crise do movimento negro, ao adentrar eu percebi que essa crise ela é real, factível e palpável. E que, o trabalho de pesquisa ele é importante, ter esses mapas da violência de diversas instituições que falam dos índices que sempre está crescendo, de homicídios de juventude negra, de políticas de encarceramento. Mas antes da materialidade desses dados, acredito que eu, enquanto uma pessoa jovem e negra, já vivenciava isso na pele. Então quer dizer, hoje o pessoal ajunta essas pesquisas, que são fundamentais para construção de políticas públicas, mas o jovem preto, pobre, periférico, ele sente isso na pele e muitas vezes ele nem sabe que isso é real. Eu espero ter respondido à pergunta, apesar que eu vou lá na frente e volto, deixo os parênteses, assim.

⁹ Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Caic).

¹⁰ Programa Universidade para Todos (Prouni) do Ministério da Educação é um programa que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais

(50%), em instituições particulares de educação superior.

¹¹ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Wellington Narde Navarro da Costa

Wellington é um rapaz de trinta e três anos, quase trinta e quatro, daqui um mês faço trinta e quatro. Sou natural de São Leopoldo, aqui na região metropolitana de Porto Alegre, mas fui criado em Gravataí, outra cidade da região metropolitana. E hoje eu moro em Viamão que é uma outra cidade da região metropolitana também. Então estou sempre nessa área. A cidade da qual eu nasci é uma cidade caracterizada por ser uma cidade de imigração alemã, então tem muito essa propaganda de uma cidade europeia, de imigrantes e tal. E a minha família faz parte do contingente negro que é muito forte também na cidade, embora não seja tão amplamente divulgado ou acolhido. Mas, acho que para pensar enquanto o movimento negro de luta, acho que é fundamental pensar o contexto familiar de pais e tios que não tinham uma, digamos assim, uma politização muito intensa em relação aos seus filhos e netos de participar rigorosamente do movimento negro de maneira institucional, de maneira organizada, mais tradicionalmente. Mas que a partir da festa, do samba no pátio dos domingos, de experiências como essas assim, você vai assimilando determinadas coisas. Então, meu pai, ele é um cara que teve muito envolvido com a parte da cultura negra, de festa, de botar som em baile black durante a juventude, de ter sido dirigente de clube negro que ainda é um clube negro importante da cidade que existe até hoje. É o Cruzeiro do Sul, que é uma escola de samba também hoje, lá de Novo Hamburgo. E ele foi tesoureiro do Cruzeiro em setenta e oito. Mas ele era mais movido pela parte de viver e poder experimentar alegria aqui e agora, apesar de todas as desgraças e opressões que constituem as nossas vidas em via de regra. Então, a partir da festa se aprende a lutar e se luta fazendo festa, essa coisa ela

sempre teve no meu ambiente familiar. E acho que é um dos primeiros, talvez, caminhos para pensar aonde eu cheguei. E como a sua pergunta é extensa, conquistas e tudo mais, acho que esse é um dado importante que me constitui. Mas fora isso, eu fui passando a adolescência, chegando à idade adulta, tendo outras experiências, sempre ligadas com a música, mas não necessariamente com a música negra. Eu sou um cara que foi muito também constituído politicamente a partir do punk rock¹², hardcore¹³, músicas mais extremas, que elas traduziam a minha revolta de alguma forma, e que foram importantes na época. O samba ele tinha uma importância, ele toca na alma e traz uma ancestralidade que é incomparável. Mas eu tinha uma revolta que só a música mais pesada conseguia traduzir. Tanto é que eu escuto isso até hoje. Então essa experiência de contracultura, cena independente¹⁴, também foi importante para minha politização e para que eu também viesse no futuro ter desejo de ingressar na universidade, de conhecer mais o Brasil e poder ter ferramentas teóricas para entender o mundo. Acho que isso é, foi, importante. É após ingressar na universidade que começa o meu contrato com o movimento negro mesmo. Porque fora isso era essa experiência mais familiar de casa mesmo, mas não tinha a uma perspectiva mais de se organizar, de pautar as coisas de maneira mais disciplinada, de procurar organizações. Isso só se deu a partir de um momento que eu comecei a estudar, entender mais e perceber que era incontornável essa necessidade de organização, se não a gente não avançaria, não vamos avançar. Então, a partir da experiência vivida do curso de ciências sociais, eu comecei a ter contato com o movimento negro estudantil, conhecer algumas organizações, debates.

¹²Punk rock é um movimento musical e cultural com origem na década de 1970, que tem entre suas características as canções com conteúdo político anarquista, niilista e revolucionário.

¹³ Hardcore é uma vertente do gênero musical Punk rock.

¹⁴Circuito de bandas ou eventos que não possuem vínculo com gravadoras, ou financiamento do mercado fonográfico.

Eu ingressei dois mil e nove na graduação de ciências sociais na UFRGS, então é o momento de efervescência da questão das ações afirmativas, de implementação, de conquistas, de a gente estar pautando institucionalmente essas questões como anteriormente ainda não tinha sido possível. Então eu sou fruto dessa conquista coletiva e procurei dar a minha contribuição da melhor forma, seja me formando, como também me aproximando de organizações. Então, acredito que eu chego no movimento negro pela via, o momento negro organizado mesmo, pela universidade. Acho que resumindo, seria isso assim. Resumi vinte e poucos anos em alguns minutos, mas seria isso. Na verdade, durante a graduação a maior parte do tempo eu não aderi a nenhum grupo. Eu participava de eventuais reuniões e espaços, eu comecei a investir nessa perspectiva de pesquisador para ser um pesquisador e militante ao mesmo tempo. Como era talvez muito cedo ainda para ter uma ideia mais clara de que tipo de organização estaria de acordo com o meu perfil, com a minha visão de mundo e com o que enfim eu acho que é mais adequado para pensar a nossa luta, eu mantive muito tempo circulando, sendo observador digamos privilegiado do que estava acontecendo. Porque eu também fazia parte daqueles espaços, mas de maneira independente, eu não tinha uma afiliação a alguma organização. Foi mais para o final da graduação que eu comecei a militar em partido político, que eu vi que era o espaço que eu achava mais potente para esse tipo de coisa. E aí, foi no final de dois mil e quinze que eu ingressei em um partido que se chamava MAIS¹⁵, Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista, que foi uma dissidência do PSTU¹⁶. Então, eles foram um pessoal que saiu do PSTU nesse período, final de dois mil e quatorze, e eu construí a célula, a organização em Porto Alegre, a partir dessa dissidência. E essa

foi a minha primeira experiência de militância organizada já numa organização marxista que tinha o centralismo democrático como princípio, mas que eu no final das contas eu percebi que não era exatamente a organização que me contemplava e que eu precisava avançar nesse sentido. E aí por uma série de razões, eu acabei saindo dessa organização no final de dois mil e dezessete. E no início de dois mil e vinte eu comecei a militar na organização que agora eu faço parte, que é o Coletivo Negro Minervino de Oliveira e, também, no PCB, no Partido Comunista Brasileiro. Histórico de luta antirracista. Bom, para além da questão de sobreviver, que já é um dado fundamental, conseguir superar a estatística, passar dos vinte e cinco, essas questões que a gente sabe. Eu acredito que a minha dedicação a pensar o tema e pensar do ponto de vista estrutural mesmo a questão, da gente tentar ir a raiz do problema, desde que eu me entendo enquanto militante e não apenas como pesquisador, é o que me move até hoje. Eu acho que a contribuição que eu tenho conseguido exercer. Então tem a ver com as conquistas, porque eu era uma pessoa que não tinha perspectiva alguma de primeiro, estar em uma universidade pública e outra, de ter uma carreira intelectual, de chegar na pós-graduação. Coisas do tipo, isso não estava na ordem do dia para mim, é uma conquista e ao mesmo tempo é um aspecto, um elemento, importante da luta porque a gente está mobilizando um esforço para que isso não seja exceção para o nosso povo. Eu acredito que a luta antirracista, do ponto de vista institucional pela universidade, se dá pela produção de conhecimento, mas que é um conhecimento que não se edifica exclusivamente na universidade. Tem a contribuição do movimento negro e no meu caso, dos partidos políticos da esquerda revolucionária marxista, que são as bases do que eu penso e do que eu interpreto em

¹⁵O MAIS foi formado a partir de uma ruptura do PSTU em julho de 2016, com um manifesto de ruptura de 739 assinaturas de militantes e posteriormente foi fundado o Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista (Trotskismo, Morenismo)

¹⁶Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado é um partido político brasileiro fundado em 1994 e registrado definitivamente em 1995.

relação ao mundo. Então a minha luta antirracista está nesse âmbito partidário e universitário. É por aí que a coisa vai.

Lúcia Helena dos Santos

Eu sou uma mulher afrodescendente, uma mulher negra que vem trabalhando, vem estudando. Que cresceu combatendo o racismo junto da família, do meu pai que era um defensor de nós, irmãos, dos filhos na escola, na sociedade em si. Então, eu cresci dentro da família, o meu pai e a minha mãe também, a minha mãe não tinha muito estudo com essa educação antirracista. Por exemplo, de chamar-nos pelo nome em casa, nós nunca nos tratamos de pretinho, negrinho, sempre pelo nome. Minha mãe sempre dizia vocês têm nomes, vocês são registrados, vocês têm um registro de nascimento, uma certidão. Então eu cresci dentro da minha família, uma família de classe média, meu pai era um funcionário público autárquico que lutou a vida toda para manter a família. Era um visionário para educar, pagar faculdade para os filhos, mas sempre com esse viés. Morávamos também num bairro de classe média, porque a maioria das pessoas eram brancas e nós éramos os únicos negros crianças. Então isso fortaleceu muito, minha mãe, saudosa mãe, sempre dizia: “Vocês têm um nome, não deixem ninguém chamar vocês por isso, por aquilo, de pretinha, de negrinho, vocês têm nome”. Só que naquela época era muito difícil a gente se posicionar, principalmente no meio educacional. Eu cresci uma menina muito tímida dentro da escola, e qualquer ato que houvesse eu me recolhia. Sentava lá atrás. As crianças daquela época, como acho que as de hoje também, mas as daquela época eram muito cruéis. Elas já vinham com essa fase dentro de si, do racismo. Então éramos eu e minhas irmãs dentro da escola e aconteciam esses fatos de brincadeiras, de bullying, de mexer com a gente, como se dizia na época. E nós ficávamos quietas, mesmo com toda essa educação que o pai e a mãe nos deram, a gente era muito tímida. E aí nós chegávamos em casa e contávamos e, quem era o nosso defensor público vamos dizer assim, era o pai. Meu pai estava sempre presente na escola,

minha mãe também, mas o meu pai também. Meu pai, era demais até, ele parava tudo ele ia, ele pressionava a direção da escola, pressionava os professores, não admitiria jamais que acontecesse isso. E ao longo do tempo a gente foi crescendo, foi estudando e claro que muitos fatos foram acontecendo. No segundo grau, eu tenho um fato bastante interessante, assim pontual, o professor chamar atenção de outra colega negra no segundo grau: “vocês aí estão conversando, estão fazendo bagunça”. E nós não estávamos conversando nem fazendo bagunça, a turma naquele momento estava agitada, mas não éramos nós. E aí, nos colocou na rua e eu me senti profundamente assim, triste. Eu nunca fui para a rua, sempre fui uma boa aluna. E a minha amiga começou a chorar: “Lúcia, o que nós vamos fazer?”. Nós éramos já adolescentes, eu disse: “Olha, para ir para casa eu vou contar para o meu pai, chamar o pai”. E foi assim, ela não chamou os pais, porque os pais também não tinham essa, vamos dizer assim, essa postura, ela não foi educada com essa postura. Mas eu cheguei em casa e contei, o meu pai logo se posicionou foi a escola, conversou com a direção da escola. Inclusive a direção da escola, era uma escola privada, religiosa, a irmã, madre na época disse: “não, se o senhor quiser a gente coloca o professor na rua”. Meu pai disse: “não, de jeito nenhum, vamos chamá-lo, vamos conversar, abrir um diálogo com ele”. E foi então tipo uma audiência dentro da escola a portas fechadas, com a direção, professor. Aí a gente já sabe, aquelas desculpas que eu tinha um filho que era adotivo que era negro, que jamais... Mas o pai conseguiu, meu pai não era advogado, mas tinha todo uma veia de advogado, de defensor dos seus filhos. Então eu fui me criando assim. Depois eu fiz o curso de professora, fui para a escola. Me formei, logo comecei a trabalhar, fui chamada numa escola e enfrentei o racismo ali na escola por uma mãe, que não admitia que

o seu filho fosse educado por uma professora negra. Mas a escola, como era uma escola religiosa, me deu todo apoio, inclusive naquela época, trabalhei muito a questão afro, nós não tínhamos nem a construção ainda, eu era uma jovem de dezessete, dezoito anos e trabalhei a questão afro com as crianças, eles adoraram. Era o cem anos da abolição, se eu não me engano, mil novecentos e oitenta e oito, cem anos da abolição. E foi maravilhoso, foi maravilhoso. Depois fui para a faculdade, faculdade também privada em São Leopoldo, uma faculdade genuinamente alemã. E lá também nos deparamos, eu e uma colega, com o professor de direito comercial, que falava assim muito mal das pessoas negras, ele dava aula e todo mundo ria. E a minha amiga se incomodou uma vez com isso e disse que ia reclamar na reitoria... Mas a gente ainda era muito presa, a gente não era como agora, não tínhamos muitas leis protetivas. Tínhamos ainda a Constituição que estava recém saindo do forno. Mas era muito, era tudo muito difícil. Eu acho que depois de longos anos que eu comecei, como mulher negra, a me posicionar mais, a falar mais. Ah, e uma coisa assim, uma diferença que fez na minha vida, quando entrei para o segundo grau, que eu estudei nessa escola no curso de magistério, tinha um professor de psicologia que era negro, único professor negro. E quando ele me entrevistou, porque para entrar para escola precisava de uma entrevista e tal, eu fiquei assim, encantada, que eu nunca tinha visto um professor negro até então. Vindo de escola pública, depois passei pela escola privada. E quando ele conversou comigo, eu achei aquilo assim, me sentir, ah, não sei, uma referência. Me senti tão bem, tão feliz de ter uma pessoa igual a mim. É que ele era, ele tinha uma importância dentro da escola, ele era o supervisor pedagógico da escola. E o que ele me falou assim, que subiu a minha autoestima naquela época: "Sente sempre na frente, nós negros temos a mania de sentar lá atrás e aí é que acontecem as coisas, eles não nos dão importância. Acham que a gente não tem conhecimento, que nós somos relapsos. Então, sente sempre na frente". E eu

realmente eu sentava, eu gostava de sentar atrás e muitos negros naquela época gostavam de sentar na sala de aula sempre assim nos cantinhos. Já vem uma coisa assim de, talvez, da nossa cultura de escravidão. E ele disse não, senta sempre na frente porque tu vais aprender mais, vai prestar mais atenção, vai poder levantar a mão e perguntar. Eu tinha medo de perguntar para os professores. Ficava com dúvidas, levava as vezes para a casa, ou às vezes, quando muito, eu conversava com um professor em particular, ah, eu não entendi isso aqui e tal. Mas eu tinha muito medo. E esse professor, ele me deu essa liberdade, assim de levantar a mão, sentar-se. E ali eu comecei. Eu fui para a faculdade também, me deu um pouquinho mais de liberdade. E quanto aos movimentos negros? Eu já pensava há muito tempo, talvez na minha encarnação aqui na Terra, sempre pensei nisso, sempre tinha essa dificuldade e sentia essa diferença de não nos vermos, não nos vermos. Eu digo, mas por que, por quê? Tinha muitos, porquês. Quando entrei para a faculdade também, mas porque nós não estamos aqui, por que não estamos aqui? Então, assim a minha base de relações étnico-raciais, de fortalecimento da nossa etnia, foi através dos filmes norteamericanos, dos programas que eu via muito, gravava, pegava os vídeos cassetes. Eu olhava e assistia, refletia, meus pais também assistiam juntos. Aí, quando eu entrei para a faculdade, não, quando eu já estava saindo da faculdade eu recebi um convite. Não era e-mail, não existia e-mail naquela época, não sei por onde veio, acho que veio pelo correio, me convidaram para participar de uma reunião do movimento negro. Eu fiquei assim, poxa, que bacana isso e fui. Uma reunião mais secreta e tal, e ali disseram qual os objetivos, a finalidade do grupo e eu gostei, fiquei no grupo. Aprendi muito. (...) Sim, CECUNE, Centro Ecumênico de Cultura Negra, sobre a direção do publicitário Juarez Ribeiro e da Suzana Ribeiro¹⁷, casal. E foi maravilhoso, fiquei um bom tempo no grupo, aprendi muito, representei o grupo. Eu tinha apenas vinte e dois anos eu acho, viajei pelo Brasil representando o

¹⁷ Suzana Marisa Rodrigues Ribeiro

CECUNE. Conheci o Geledés na época, uma entidade de mulheres negras maravilhosa. Fui a Brasília, fui a Câmara dos deputados. Defendi algumas propostas nossas. E foi assim, maravilhoso. Foi dali que começou realmente a luta que aí eu não larguei mais, levantar a bandeira por todos nós. E assim foi. Depois que eu passei pelo CECUNE. Depois eu dei um tempo para estudar, queria fazer concurso, advogada. Aí, depois de um tempo, eu fui convidada para fazer parte do grupo do dr. Jorge Terra da OAB. Mas ele tinha um grupo separado da OAB¹⁸,...que era Rede Afro-Gaúcha de Profissionais do Direito, também lá aprendi muito, aprendi muito. Trabalhei também bastante nos eventos que o dr. Jorge realizou. O primeiro evento que realizamos foi na OAB, porque depois, mais tarde, nós fizemos na FEMARGS. Deixa eu ver. Depois uma outra colega fez. Aí eu já passei, vamos dizer assim, como é que eu posso dizer, eu passei, não é a bola que se diz, mas tem outro termo, agora eu não me lembro, para outros colegas. E outra colega fez um almoço, chamou várias pessoas influentes da política, fez um almoço assim mais festivo. Depois nós fizemos com FEMARGS, deixa eu me lembrar, depois nós fizemos a festa julina, também sempre baseado no direito, na literatura. Conseguimos um espaço, fizemos uma comemoração mais festiva. Ah, também era a celebração da mulher afro-latino-americana. Juntamos a festa julina com a celebração da mulher afro-latino-americana, com palestras, sorteios de livros, sorteios de brindes. Depois, no finalzinho, tinha a festinha lá, mas foi muito bom, as pessoas que foram gostaram muito. Depois fizemos, no segundo semestre, nós fizemos também com a Ajuris, outro espaço da parte jurídica. Ajuris quer dizer Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul. Então denominei também, eu entrei no caso como palestrante, mais um conjunto de colegas para palestrar na Ajuris. Eles também nos deram todo apoio, abriram as portas, tanto é que depois eles diziam, comentavam assim: “que negros educados, negros bem arrumados”. É

porque não era um espaço.., olha assim lotou, o saguão, depois tinha a hora *coffee break*, o saguão ficou praticamente só nosso. E as palestras também eram sobre indenizações, a parte civil, trabalhista, mas todo um recorde racial. A gente utiliza a parte jurídica, que é muito importante, do conhecimento jurídico técnico, mas o recorte sempre racial. Foi muito bom também aquela noite foi assim, maravilhosa. E depois nós fizemos em novembro na Semana da Consciência Negra, parceria com a Escola do Ministério Público, também a Promotoria. Fui recebida pelos promotores, foi maravilhoso, nos deram todo o apoio, fizemos também e falamos da lei, ah, era isso, da Lei 10.639, deixa eu lembrar agora, a que institui a obrigatoriedade do ensino da cultura africana e a cultura afro-brasileira, então, era uma forma também de cobrar, do Ministério Público, que ele é um fiscal da lei. Então convidamos pessoas ilustres, procuradores da república negro, convidamos uma juíza negra aqui da capital e mais alguns intelectuais negros que também participaram, uma com a professora da rede municipal, que contou como é que ela trabalhava essa questão dentro da escola. E foi também uma noite assim, fundamental, de aprendizado, de estudo, de conhecimento. As pessoas começam a despertar para isso, o chamamento é para nós, negros, mas também é para a sociedade branca que também participam junto. E no final daquele ano nós fizemos na Assembleia o Dia da Consciência Negra, mês da Consciência Negra, chamamos os africanos. Convidamos os nossos irmãos africanos que ajudaram e outros nomes aqui também do jurídico do nosso grupo para palestrar. Aí, já no ano de dois mil e vinte, como nós estávamos em pandemia, fizemos todos os nossos eventos online. Fizemos parceria com a Ajuris e a ANAN¹⁹, a associação nacional de advogados negros. A celebração do Dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha. Fizemos dois *type* de manhã, reunimos os literatos também. Os escritores, peguei alguns escritores daqui do Brasil, Santa

¹⁸ Ordem dos Advogados do Brasil

¹⁹ Associação Nacional da Advocacia Negra (ANAN)

Catarina, Rio de Janeiro e os advogados, os juristas que também palestraram. Também foi um momento assim de estudo, porque cada evento desses eles ganham certificado, conta também para o currículo isso é muito importante também para nós. Então, e agora assim, nós estamos meio parados, fizemos agora, este ano, fizemos o dia da mulher com sarau, um sarau afro-jurídico também, foi bem descontraído, com esse negócio da pandemia. E agora estamos aguardando para o próximo ano, para realmente a gente sair um pouco dessa questão online, para fazer mais as nossas caminhadas presenciais, queremos mais, queremos muito mais. Então o objetivo do grupo que eu coordeno junto

com a outra colega, a dra. Patrícia Oliveira, é a visibilidade, a visibilidade da comunidade negra no meio acadêmico, no meio jurídico e a ocupação dos espaços. Agora estamos em campanha, vamos entrar numa eleição agora na nossa entidade e já estamos também nos mobilizando. E é como dizem, “nós não queremos carregar o piano, nós queremos tocar a nona sinfonia de Beethoven juntos”. Isso que é o nosso objetivo, chega de só carregar o piano, queremos nossos espaços, que os nossos direitos sejam ocupados iguais dentro das nossas potencialidades, do nosso conhecimento da nossa competência. Eu acho que mais ou menos isso, que eu podia dizer.

Thais Maria Ferreira Sampaio (Pérola)

Foram bastante perguntas feitas, assim, mas começando, como é que eu chego no movimento negro. Contando um pouquinho da minha história iniciei minha caminhada no Movimento Negro muito jovem, o ingresso no movimento ocorreu quando fui vítima de racismo quando fui procurar um estágio ainda cursava o ensino médio. Sendo assim, o episódio de discriminação racial ocorrido na fase da minha adolescência foi o que me fez ter resistência e sede incansável de defender os direitos das pessoas excluídas. Destaco, que teve uma pessoa especial nessa caminhada, chamado Dr. Nogueira, de Florianópolis do NEN-Núcleo de Estudos Afro-brasileiro em Florianópolis. Na época eu o conheci porque assinava à Revista Raça, naquele período poucas pessoas tinham acesso à Revista Raça. O marco que contribuiu imensamente para revolucionar minha inserção no cenário político-social foi o convite do Dr. Nogueira. Ele falou: “olha, vai ter o primeiro Fórum Social Mundial aí em Porto Alegre, está sabendo, estará presente estudiosos e militantes da pauta étnico-racial. E aí eu fui no primeiro Fórum Social Mundial²⁰, eu participei do evento, das inúmeras atividades que ocorreram, os mais estratégicos ocorriam na PUCRS. Foi ali

naquele espaço que eu conheci pessoas incríveis, maravilhosas, militantes com muito conteúdo que mudaram a minha vida e que disseram para mim que o racismo de fato existia, mas a gente tinha como combater e eu psicologicamente, fiz essa sublimação quando escolhi ser militante dessa causa nobre. Eu transformei a questão racial e de preconceito que eu tive, sublimando na luta pela igualdade racial, defendendo os direitos de quem mais precisa, principalmente os Direitos Humanos para que nenhum jovem tivesse que deparar-se com a crueldade do racismo. A escolha pela formação de Psicopedagogia; Clínica e Institucional aconteceu por entender que seria a melhor forma de fazer a diferença na vida de muitas pessoas. E aí eu pensei assim, este curso, se eu fizer, vai ser a minha forma de resistência e de revolução, de revolucionar não só a minha realidade, mas a realidade de muitas gente que evadem da escola. E aí eu sempre brinco, não é, às vezes, será que são as alunas e alunos que evade da escola ou a escola que não está ainda preparada para a especificidade destes educandos(as). Portanto, percebi que esse era o caminho para eu poder contribuir e ajudar o meu povo. Por isso, utilizo a expressão carinhosamente dizendo...”meu

²⁰ O Fórum Social Mundial (FSM) é um encontro internacional realizado anualmente e articulado por movimentos sociais, ONGs e pela

comunidade civil. Aborda pautas relacionadas ao neoliberalismo, o imperialismo, a globalização e as desigualdades sociais.

povo”, sem ser um discurso político, mas um discurso político de uma mulher negra consciente do seu espaço na sociedade.

Gleidson Renato Martins Dias

Então, Gleidson Renato Martins dias é um homem negro, ciente do que é ser negro num país e numa sociedade racista. Filho de Glaci Martins Dias e Luiz Renato Barros Dias, nascido em Pelotas dia 12/01/1973, candomblecista. Um homem, acho que desde muito cedo, que entendi que a minha cor era possibilidade de não lugares e de sub-humanização de várias formas. E desde então, de forma, talvez desorganizada, eu gosto de dizer que comecei a enfrentar o racismo. Eu acho que como todo o menino e menina negra, a partir da sociabilidade, ou seja, na escola, a gente começa a sofrer os primeiros, os primeiros embates racistas. Depois fui militante do movimento estudantil secundarista, mas sempre tentando entender a questão racial, mas como eu digo de forma desorganizada, ou seja, de forma individual e sem aportes teóricos. Então eu entro para o serviço público em noventa e três, acabo então me aproximando do movimento negro, mas num sentido culturalista, por ser de candomblé, jogava capoeira na época, ia muitos nos clubes negros, então era do hip hop na minha infância e adolescência. Até entender que isso precisaria estar mais preciso dentro de uma construção conjunta para o enfrentamento da questão racial, onde começo a me aproximar de forma mais precisa do Movimento Negro Unificado. E aí ficamos, digamos, namorando de várias formas, sem eu durante um bom tempo, sem eu me filiar. Até que me filio ao Movimento Negro Unificado e hoje sou da coordenação nacional deste movimento, que é um movimento que marca a mudança de estratégia do movimento negro brasileiro e

que tem fundadores como Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento, Luiza bairros e o próprio Oliveira Silveira aqui de Porto Alegre. Entro, então para universidade para fazer discussão racial. Toda a minha ideia em fazer o direito sempre foi disputar o direito numa perspectiva antirracista, na perspectiva negra digamos.(...)Então eu entro muito tarde para universidade, entro com vinte e sete anos, me formo dez anos depois por problemas de grana mesmo. Então, passei por sete universidades, em todas elas tentando cursar direito até que dez anos depois consigo concluir na PUC. E aí então estava já velhinho para abandonar o serviço público e investir numa carreira solo na advocacia. Então, permaneço no serviço público, hoje eu sou, estou assessor especial do Gabinete da presidência do Tribunal de Contas do Estado, onde a assessoria é de direitos humanos e fundamentais numa perspectiva antirracista. Nós estamos construindo um programa antirracismo no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. O único tribunal, inclusive no Brasil, que tem uma assessoria especial para o combate ao racismo. Enfim, na graduação eu vou discutir cotas raciais, a necessidade de consolidar as cotas raciais, porque não existia posicionamento do STF ainda na época. Depois, na pós-graduação em direito público, eu vou disputar uma interpretação diversa da majoritária no que se refere ao conceito de racismo. E hoje no mestrado eu discuto branco normatividade jurídica para construção, então, de um direito antirracista, que inclusive estou organizando um livro nesse sentido. Talvez basicamente seja isso, para não me alongar muito.

José Antônio Marçal

Como é essa a minha trajetória? Na verdade essa minha trajetória, ela é uma trajetória que acontece um processo de autoafirmação pessoal, ou individual, que vai me levando para uma concepção mais

coletiva. Enfim, então como é que isso começou? Eu sempre fui, até os dezessete, dezoito anos de idade, eu fui um jovem morador de uma cidade metropolitana, de uma grande cidade que

é Belo Horizonte. Estudei Ensino Médio em escola pública. Perdi minha mãe muito jovem ainda e sempre tive que conciliar estudo e trabalho. E aí, assim, sou de uma família de base católica. Então minha mãe sempre foi uma liderança, enquanto estava viva sempre foi uma liderança da igreja católica na comunidade. E eu frequentava a igreja católica e participava de grupo de jovens, enfim. Mas sempre fui uma pessoa muito tímida, muito fechada, até que eu, ali já quase terminando o Ensino Médio, eu decidi tentar ser um religioso, fui para o seminário de uma congregação missionária. E fiquei uns cinco anos no seminário. Depois fui convidado a deixar congregação e voltei para Belo Horizonte. Então eu fui para o seminário, nesse percurso do seminário eu já tinha feito contato com o movimento negro e basicamente o movimento negro que estava dentro da igreja, Comunidades de Base, que eram os APNs²¹. E quando eu volto do seminário, eu me engajo, me engajo mesmos nos APNs. Fiz parte da coordenação da arquidiocese de Belo Horizonte, fiz parte da coordenação dos APNs do Estado de Minas Gerais. Então assim, eu me engajei mesmo no trabalho dos APNs, no trabalho de base. Os APNs tem uma tradição de trabalho de base, de comunidade, muito bom. E me engajei nessa militância e paralelo a essa militância eu comecei a trabalhar em escola pública no Estado de Minas. Depois em meados de dois mil e dois, dois mil e cinco, dois mil e seis, eu comecei a pensar em voltar a estudar. Em dois mil e oito eu começo a pensar mais seriamente nos estudos e em dois mil e nove começo o mestrado. Aí, volto para Curitiba para fazer o mestrado e já emendei o doutorado. Acabei ficando por lá, por Curitiba uns seis anos para sete. Sete, quase. Me afasto da

entidade. Então eu estava falando que eu fiquei em Curitiba, sete, eu fui em dois mil e nove e fiquei até dois mil e quatorze, quinze. Aí voltei, em dois mil e dezesseis eu defendi a tese..., então de dois mil e nove até dois mil e dezesseis eu fiquei envolvido com a pós-graduação, com o NEAB, aí já fazendo uma militância, mas num outro espaço, dentro da universidade, eu me afastei dos APNs. Depois que eu defendi a tese eu retornei, depois de dois mil e dezesseis eu já aqui de volta em Belo Horizonte, eu retornei aos APNs e hoje eu continuo, a militância. Não estou participando de nenhuma coordenação, mas participo, escrevo texto, faço discussões, quando posso participo das formações. Então não voltei para a coordenação, mas continua a minha militância dentro dos APNs. Então, basicamente é isso, esse processo que eu fiz. E não sou só eu, mas vários, várias, militantes falam que o grande processo de libertação foi um movimento social. Então no meu caso, particularmente, aconteceu isso, foi o meu engajamento. O meu engajamento no movimento social, foi também um processo de autoafirmação, de construção de uma subjetividade e de um amadurecimento, de uma emancipação pessoal. Então esse processo, o movimento social, ao mesmo tempo que você engaja na luta na ação política, você também constrói e fortalece a sua subjetividade. E acho que o mais importante, o mais interessante aí,... eu devo muito ao movimento social por aquilo que eu tenho. Eu acho que é isso. Eu hoje sou doutor em educação, eu tenho o doutorado em educação, sou professor efetivo da rede estadual de Minas Gerais. Então assim, do ponto de vista pessoal eu ainda tenho projetos, mas já avancei muito nas conquistas.

Enilda Lúcia Suzart Medrado Rodrigues

Bom, a Enilda hoje viabiliza mecanismos para reconhecimento, não só das mulheres negras, reconhecimento social, não só,

mas principalmente das mulheres negras, como de toda a população mediante todo um processo de lutas, de desigualdades,

²¹ A origem dos Agentes de Pastoral Negros (APNs) tem relação com as pautas de luta das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) impulsionadas pela Teologia da Libertação e

dos movimentos sociais na décadas de setenta e oitenta.

de discriminações. Desigualdades e discriminações essas, que eu infelizmente vivenciei durante toda a minha vida, desde que eu me conheço por pessoa. E mesmo na infância quando eu ainda não tinha noção do racismo, hoje definido como estrutural e institucional, eu me sentia muito confusa diante de tantas aberrações racistas praticadas contra a minha pessoa, contra familiares e no entorno, já que eu na maioria das vezes, eu estive em periferias como estou hoje. Uma vez que eu nasci em Salvador por causa de todos os projetos políticos que hoje nós temos conhecimento, meus pais acabaram vindo parar aqui em São Paulo e aqui nós acabamos construindo, ou nos reconstruindo. Até porque minha mãe é do Recôncavo Baiano²², painho²³ é ali daquela região também de Mata de São João e era um quilombola, na verdade... Então sempre percebi esse grau, esse extenso grau de discriminação enquanto mulher, negra. Afinal eu venho de uma família de oito irmãos vivos, hoje somos em sete, porque um foi assassinado na década de noventa. Eu sou a única mulher dessa família, então você imagina tudo o que eu tive que aprender, que me esforçar, a maneira como eu tive que ampliar o meu olhar, tudo o que eu tive que estudar, que entender Marta. Para não sucumbir, para não morrer literalmente, é isso, para não morrer. Então, agora sobre eu queria até pontuar que eu moro numa região extremamente racista, se é que o racismo tem graus, racismo é racismo em qualquer lugar que ele se apresente. Eu moro do Alto Tietê, na cidade de Suzano, nós mudamos para cá em mil novecentos e sessenta e oito, o ano fatídico. É em outubro de mil novecentos e sessenta e oito. Então assim, periferia brava, não tinha luz, não tinha água, etc. E nós crescemos aqui, então passamos toda a fase da ditadura militar, todo aquele processo histórico macabro saindo daqui inicialmente, nos deslocando. Eu tinha na época, eu estou com sessenta e quatro

anos, eu tinha nove, não tinha escola aqui no bairro e minha mãe era uma guerreira. Eu não quero me estender muito, mas eu preciso explicar isso para poder entrar na questão de como eu busquei os movimentos sociais. Já na minha vida adulta minha mãe sempre nos ensinou que, mais importante que tudo na vida, principalmente para mim que sou mulher, seriam os estudos. Então, minha mãe era aquela mulher, meu pai hiper trabalhador, meu pai defendia o trabalho, ela não, ela defendia o conhecimento e meus filhos têm que estudar, sempre assim. Então, se eu cheguei até a universidade foi por conta de ações afirmativas, mas principalmente dos valores que eu tinha desde a infância. Então desde a infância eu gostava de ler, eu gostava de aprender. Eu tive essa força, minha mãe nos ensinou datilografia, por exemplo, eu tenho uma máquina de datilografia aqui em casa até hoje, uma maquininha portátil. Então a força baiana daquela mulher do Recôncavo fez com que a gente seguisse em frente, a maioria de nós, nem todos conseguiram seguir da forma mais correta. O movimento social, acho que já posso passar para essa parte. O movimento social, na época eu não tinha essa noção de movimento social, eu me indignava. Porque eu sou aquela mulher, eu fui aquela menina que teve que trabalhar, para mim só coube a fábrica no início. Minha mãe sempre dizendo que era para gente se esforçar para gente ir para áreas administrativas. E outra coisa também que ela me ensinou, que ela era muito brava sabe, mas ela me ensinou que a mulher precisa trabalhar. A mulher precisa ter um grau de independência. Não necessariamente ela passou para mim a questão da dificuldade racial. Mas eu lembro que ela sentia na pele a discriminação por ela ser baiana, por ela ser do candomblé, por ela ser aquela mulher arretada²⁴, morando aqui nesse bairro, que já tinha uma tendência religiosa mais voltada para as questões eurocêntricas, a religião branca, a religião

²²O Recôncavo baiano é uma região brasileira com significativa influência africana, para onde foram levados milhares de escravos, principalmente para trabalhar na produção de cana de açúcar.

²³Expressão usada por baianos e nordestinos para se referirem ao seu pai.

²⁴Personalidade forte, independente, guerreira

hoje chamada de neopentecostal²⁵. Então eu lembro da minha mãe sendo muito discriminada, minha mãe só usava vestidos, saias, não tinha aquela coisa da calça comprida, enfim, ela tinha uma característica muito própria de se apresentar socialmente, se apresentar no pedaço onde ela estava hospedada, onde ela estava, o pedaço onde ela estava era dela. Ela era, sabe a galinha que choca os ovos, aquela mulher, aquele monte de filhos lindos, tirando necessariamente a Enilda, porque era uma família masculina. Eu fui criada dentro daqueles padrões masculinizados. Então quer dizer, a questão da discriminação eu costumo dizer que foi um aprendizado muito duro, porque inicia no núcleo familiar, você entendeu, e se estende. Aí quando chega na escola, a gente se deslocava eu estava comentando com você. A gente se deslocava daqui de Suzano para São Miguel Paulista, duas crianças inicialmente, eu e meu irmão. Então assim, eu com nove e ele com sete anos e a gente ainda andava dois quilômetros até pegar um ônibus para se deslocar para São Miguel Paulista para terminar aquele ano letivo. E aqui em Suzano foi outra briga para ela conseguir vaga e sempre ouvindo ela falando, vocês precisam estudar meus filhos, precisam estudar, era uma guerreira. Era uma leoa. Aí, indo para a questão dos movimentos sociais na década de oitenta, eu já me deslocava daqui de Suzano para trabalhar no centro da cidade de São Paulo. Eu já tinha atravessado por vários, já tinha amadurecido a questão, já tinha saído das fábricas, já tinha entrado em determinado momento em área administrativa e me deslocando para São Paulo que estava iniciando a questão da tecnologia, enfim. Então eu me angustiava no trem. Daqui até lá eram duas horas, duas horas e meia, quando atrasava o trem, então dava tempo

de conhecer muitas pessoas. Conheci pessoas incríveis que me ensinaram aos pouquinhos, a conta-gotas, muitas coisas. Até que um amigo me apresentou a EDUCAFRO²⁶. Mas assim, mesmo assim, foi muito difícil eu chegar até a sede da EDUCAFRO por tudo que me rodeava. Porque na época eu criava os filhos sozinha, eu tenho três filhos, enfim um homem e duas mulheres, tenho hoje duas netas e um neto. Olha que coisa interessante, prevalece um homem e duas meninas. Só que na década de oitenta. Oitenta não, desculpa, na década de noventa. A EDUCAFRO surge na década de oitenta, durante a década de noventa os cursos de pré-vestibular, eles vão se estabelecendo, vão proliferando. E Suzano foi uma abertura, teve uma abertura, posso dizer grande para a implementação desses núcleos de pré-vestibular, que trabalhava a questão da cidadania negra, principalmente negra e pobre. E as questões voltadas para a inserção da população negra nas universidades. Estou te contando isso Marta, mas essa coisa ela foi acontecendo, pelo menos no meu senso de observação, ela foi ocorrendo bem aos poucos. Porque eu trabalhava muito, como eu disse anteriormente, eu me deslocava, meus filhos já eram de criança para pré-adolescentes. E eu não tinha nem o Ensino Médio completo, mas para trabalhar em São Paulo eu mentia na época. Na época dava para mentir, para omitir, até porque eu morria de vergonha de assumir que eu não tinha ensino médio completo. Até porque se eu assumisse não conseguia emprego, trabalho, eu só da época da boa aparência, tinha que ter boa aparência. E aí era uma época que eu entrei no Paes Mendonça, depois eu entrei, extinto Paes

²⁵O termo neopentecostalismo passou a ser usado a partir da década de 1970, como referência as igrejas que adotaram doutrinas e práticas das igrejas pentecostais e do movimento carismático, porém sem alinhamento institucional com esses dois grupos.

²⁶O objetivo geral da EDUCAFRO é reunir pessoas voluntárias, solidárias e beneficiárias

desta causa, que lutam pela inclusão de negros, em especial, e pobres em geral, nas universidades públicas, prioritariamente, ou em uma universidade particular com bolsa de estudos, com a finalidade de possibilitar empoderamento e mobilidade social para população pobre e afro-brasileira.

Mendonça²⁷, depois a extinta Mesbla²⁸. Então, mas para a época eram grandes empresas e eu estava aos olhos das pessoas, eu era um exemplo a seguir. Salário era desse tamanho, sempre foi desse tamanho. E passa a década de noventa, eu vou encontrando sempre, normalmente as mesmas pessoas, as mesmas pessoas principalmente esse amigo nosso, que é muito conhecido aqui na região, que é o professor Evaristo dos Santos Pinto. Essa pessoa é um ferroviário aposentado, na época atuante. E ele trazia as informações. Ele era um militante, um ativista ativo, negro retinto. E ele ia trazendo as informações para a gente. Então, se anteriormente eu cresci numa região nipônica, em que a cultura nipônica se estabelece e a cultura branca, mas principalmente a nipônica. Nesse percurso de trem eu fui descobrindo outras coisas, outras possibilidades e fui trazendo meus filhos junto. Depois morei um tempo em Mogi. Então é uma região aqui, a região do Alto Tietê, identificada como Alto Tietê, composta por onze municípios, uma região considerada altamente conservadora. E a gente, aos poucos, eu fui me introduzindo nesse meio que nós conhecemos como um movimento social mesmo. Aí, já no fim da década de noventa eu já tinha conhecimento desses núcleos, já estava mais próxima dessa questão dos núcleos de pré-vestibular. Mas mesmo que eu quisesse continuar a estudar, e aí com toda a influência da minha mãe, aconteceram mil coisas né, mulher negra, casei não deu certo, não sei o quê. Durante a minha Juventude, por mais que eu quisesse estudar, eu tive que trabalhar. Eu não dava conta. Eu trabalhava em fábrica, não dava conta. Então, foi um longo período assim que eu parei de estudar e só depois no início dos anos dois mil é que eu voltei. Tinha um projeto que eu pude fazer, era Soplência que falava, é que hoje é o EJA²⁹, aí eu terminei. Eu tinha feito até o primeiro

ano do ensino médio, eu fiz em um ano o segundo e o terceiro. E aí eu lembro que surgiu a oportunidade em Mogi das Cruzes em uma escola do estado para fazer turismo, que é uma coisa também que cai muito bem para mim. Eu fui para o curso técnico de turismo, tentei trabalhar na área também não deu certo. Já era o início dos anos dois mil, em dois mil e cinco, início de dois mil e cinco, eu fui para o Fórum Social Mundial, lá em Porto, aí em Porto Alegre. E aí, assim, por envolvimento de amigos, por influência de amigos jovens dos meus filhos e tal e lá eu conheci o diretor executivo da EDUCAFRO frei David Raimundo dos Santos. Conversei um pouquinho com ele, ele falou que era para eu ir até a sede e eu fui de lá para cá, dois mil e cinco para cá. E ali eu adquiri minha bolsa, entrei na universidade. E ali eu aprendi o que é a vida da população negra em termos, em termos acadêmicos, em termos de criar mecanismos para a gente conseguir lutar contra essa discriminação toda. Ali eu entendi, comecei a entender a minha mãe, a minha família o porquê que eu fui...porque a minha família foi jogada, meu pai tão inteligente, eu venho de uma família, uma inteligência, porque a gente foi jogado para a periferia. E aos poucos, com muita vontade de aprender. Porque não adianta, eu acho que não adianta só a gente estar no movimento, no movimento social a gente tem que querer estar, a gente tem que se disponibilizar. Eu me disponibilizei e eu estou nessa, estou nessa batalha. Então tudo o que eu puder fazer para não me engessar, até porque ali eu conquistei a minha bolsa, não era uma bolsa integral, mas eu consegui na época oitenta por cento de desconto. Fui para uma boa universidade a UNIFAI, Centro Universitário Assunção, fiz o curso de História e Geografia. E consegui atuar durante onze anos na educação pública. E percebi ao longo de toda essa história que eu estou contando que aqui da nossa

²⁷Rede de mercados e hipermercados Paes Mendonça com a primeira loja inaugurada em 1959 e chegou a ter 150 lojas distribuídas na Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais

²⁸Mesbla S.A, rede de lojas de departamentos que iniciou suas atividades em 1912, filial de

uma empresa francesa, sua falência foi decretada em 1999.

²⁹Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade de ensino com foco em atendimento ao público que não teve acesso à educação formal na idade adequada.

região, daqui, saíram vários advogados, várias pessoas formadas. Inclusive depois o meu filho que hoje também, através de uma bolsa conquistada da entidade, na mesma entidade se formou em direito e está caminhando. Se não fosse, infelizmente, os deslizes políticos partidários do Brasil, eu acho que nós já estaríamos um pouco melhor em termos econômicos, mas a gente dá um passo para a frente e aí a gente por questões políticas, sociais, a gente tem que dar cinco passos para trás, para a gente poder continuar se mantendo. Então nesse aspecto, eu acho que é isso. Ao longo dessa caminhada, a gente, eu que me considerava, por exemplo, feminista, fui aprendendo as questões peculiares relacionadas às mulheres negras. Então, eu estou dentro desse...tem pessoas que falam assim: “Enilda, você é Matusalém, virou Matusalém?”. Não, ainda não, ou de repente virei, porque a gente está nesse percurso com os olhos bem abertos, com as orelhas assim, também, muito abertas, procurando ouvir o máximo principalmente. Que é para poder a gente saber percorrer os caminhos. E conseguir trazer mais e mais pessoas para dentro desse contexto de reparações históricas, de inclusão. Porque infelizmente, nós dentro de um sistema capitalista como é o nosso, nada contra o dinheiro até porque nós população negra, nós que somos do Nordeste, enfim, acho que nós no geral somos negros, nós temos participação ativa na economia desse país em todos os aspectos. Eu não preciso ser especialista em economia, ser especialista em área odontológica, em área médica, porque nós sentimos na carne,

não é Marta. Eu hoje eu defino assim, a maioria de nós é que está morrendo ainda com a pandemia, sindemia. Que já tem quem considere, por conta de todas as ramificações que além da pandemia, uma sindemia, então a maioria de nós, pretos, é que morre. E as mulheres sofrem muito, as mulheres pretas, porque todas, eu não encontro nenhuma família que não tem histórico, que esse histórico perverso não tenha deixado sequelas, principalmente de assassinatos de pessoas em família, como já aconteceu na nossa. Por isso eu disse no início, eram oito irmãos e um deles é um dos mais novos, na década de noventa, noventa e quatro, foi brutalmente assassinado. E aí, depois a gente descobre ainda que existia uma política, tem textos escritos sobre isso, Vilma Reis³⁰ mesmo na Bahia, ela tem uma dissertação de mestrado que relata o que foi essa política de dizimação de corpos negros que a gente assiste até hoje. A gente viu em Paraisópolis³¹, a gente viu na Maré³², a gente tem essa experiência brutal, Mariele³³, entre outras. Não só na Maré, mas entre outros lugares. Então, todos os dias tombam com pessoas e quando a gente vai observar, elas não têm olhos azuis, elas têm pele preta. Eu acho que tudo está inserido na educação, todos esses assuntos que eu estou relatando aqui, você está me dando a oportunidade de trazer aqui. Eles estão inseridos na educação porque infelizmente, eu digo infelizmente, porque como eu comentei, eu tive onze anos dentro de escolas públicas. Eu não sou uma professora efetiva, aqui em São Paulo eles discriminaram por categorias e eu sempre fui categoria “O”³⁴,

³⁰Vilma Maria dos Santos Reis, socióloga e ativista defensora dos direitos humanos, das mulheres, negros e LGBTQs, ocupa desde 2015 o cargo de Ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

³¹Paraisópolis, no Estado de São Paulo, atualmente é a quinta maior favela do Brasil, vive um cotidiano marcado pela violência e a precariedade econômica.

³²Complexo da Maré, maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro, um dos maiores centros populacionais do Brasil, convive constantemente com a violência e a precariedade econômica.

³³Marielle Francisco da Silva, ou Marielle Franco, foi eleita em 2016 vereadora do Rio de Janeiro com a quinta maior votação. Tinha como pauta de atuação o feminismo, direitos humanos. Crítica da intervenção federal no Rio de Janeiro e do abuso de autoridade nas comunidades carentes por parte de Policiais. Foi assassinada junto com seu motorista em 14 de março de 2018, tendo como suspeitos do assassinato membros da milícia do Rio de Janeiro.

³⁴categoria (O) o professor contratado nos termos da L.C. 1.093/2009. A contratação por processo seletivo simplificado, que é indicado

então é uma professora contratada. E foi muito difícil usar essa camiseta, desde o primeiro dia eu fiz questão de usar essa camiseta, nas costas está escrito “cotas já”. Na época era só a “EDUCAFRO” na frente e a gente lutando por cotas. Porque você sabe que a questão das cotas teve todo um percurso. Isso foi em dois mil e sete que eu efetivamente entrei trabalhando nas escolas como professor eventual, aqui no meu bairro. Um bairro considerado de alta periculosidade na época, ainda é considerado porque a escola ainda recebe

Claudia Maria Ferreira

Eu sou uma mulher de cinquenta anos, Claudia Maria Ferreira. Como que eu cheguei no movimento negro, como que eu me constituí? Eu sempre tive, desde criança assim, uma ideia de que a gente precisava de mudança. Eu não conhecia essa palavra. Como que a gente pode mudar a sociedade, é através de ações nossas. Eu lembro que eu não gostava do jeito dos professores tratavam os meus colegas de sala, principalmente as crianças mais pobres e negras. Eles eram muito rudes, muito agressivos, então eu pensava comigo, assim: “Ah, quando eu crescer eu quero muito ser professora para não tratar os meus alunos como esses professores tratam”. Eu sempre tive essa ideia na minha mente. Em relação ao racismo, eu pensava comigo, nossa será que ninguém pensa como eu? Será que ninguém sabe que isso está errado, ser racista, ser preconceituoso? Mesmo ainda não conhecendo essa terminologia, hoje eu sei que eu tinha essa consciência. E aí, com o tempo eu conheci o Movimento Negro através do professor Jaime Tadeu da Silva

por profissionais da área como uma contratação precária. O contrato é de 12 meses, durante a vigência do contrato poderá ter aulas atribuídas e quando zerar a carga horária o contrato fica suspenso.

³⁵ Adicional de Local de Exercício (ALE) valor adicional pago no salário de professores e funcionários que trabalham em áreas consideradas de risco.

³⁶ Campanha da Fraternidade realizada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1988, ano do centenário da Abolição da Escravatura teve como tema “A

o... os professores recebem o que eles. chamam de ALE³⁵. Não sei como é em outros estados, que é uma quantia por deslocamento pelo caminho, pelo percurso ser bastante complicado. Hoje já é bem urbanizado aqui, mas muitos meninos já foram dizimados aqui no bairro como em todo o entorno das periferias aqui de Suzano. Mas foi muito difícil, convencer colegas de que falar de preto nas escolas era absolutamente necessário.

que foi agente de pastoral do negro, em mil novecentos e lá vai bolinhas, não vou falar quando né, apesar que já falei minha idade, mas enfim. Foi bem na época da campanha “Ouvir o clamor desse povo”³⁶, da campanha dos 100 anos da escravidão. Nessa época o movimento negro em Curitiba era mais forte com o Agente Pastoral do Negro³⁷ que era ofertado na igreja Bom Jesus, na Rui Barbosa. Então, havia encontros todas as quintas-feiras e nesses encontros era comentado sobre a questão da negritude e principalmente como que o negro poderia avançar. Eu lembro que na época o presidente era o professor, que já faleceu infelizmente, José de Arimatéia Gomes. Ele era presidente da Agentes de Pastoral do Nego e colocava muito a questão da importância da educação, do trabalho e das relações étnico-raciais entre casais. Então era bem forte essas três questões nesse período. E a gente trabalhava muito essa questão de como que o negro poderia se reerguer em Curitiba, principalmente com a cidade muito racista, onde é toda

Fraternidade e o Negro” e lema “Ouvi o Clamor deste povo”.

³⁷ Os Agentes de Pastoral Negros (APNs) foi uma das organizações de destaque na cidade de Curitiba/PR na década de 1980 atuando na luta antirracista e defesa das pautas que envolviam a cultura e a marginalização da população negra. Era uma pastoral ligada à Igreja Católica e assim como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) professavam a defesa da emancipação e dignidade aos empobrecidos e questionamentos as desigualdades sociais.

formada a maioria por brancos. É, toda a parte estrutural, a parte de quando tem questões de fala de cultura, quando tem comerciais na TV sobre cultura, não se fala de negro, só das culturas brancas. Os comerciais são só dirigidos para pessoas brancas. Então Curitiba assim, ela se mostra extremamente racista. E naquele período, eu acho que é mil novecentos e oitenta e oito, nesse período assim, então essas três questões eram mais fortes dentro desse movimento. Esse movimento dos agentes pastorais do negro, aí, ali, eu comecei a me conhecer enquanto negra, porque até então eu me achava moreninha. Mesmo eu tendo, passando, por várias questões raciais, sendo vítima de racismo, ainda me achava moreninha porque eu nunca soube que uma pessoa que tinha o tom da minha pele poderia se considerar negra. Não tinha assim, uma definição dentro da sociedade. Aí através dessas conversas que eram feitas as quintas-feiras à noite, eu lembro que o presidente, no caso o José de Arimatéia, ele sempre colocava, e ele era muito engraçado porque ele parecia que estava numa igreja. Parecia assim que ele era o pastor, falando assim: "Ei, você que pensa que é Moreninha, que todo mundo te fala que você não é negra, não se iluda. Você tem a pele x", ele mostrava o tom da pele, que a pele dele inclusive era bem parecida com a minha, "é você é negra sim, não se iluda, você é negro sim". E aí, tipo ele ficava dando dicas de como a gente se defender do racismo, como que a gente tinha que agir perante os racismos. E eu ficava pensando, gente, olha, tem gente que pensa como eu. Nessas eu tinha 17 anos. E também a questão do, ele fazia muitos, muitos encontros para os casais, então também ali se formaram vários casais, de negras e negros para poder manter mesmo, que era uma das preocupações, era o embranquecimento nesse período também, já desde então. E a questão da universidade. Lá a maioria não tinha ainda a faculdade. Então eles colocaram bastante essa importância de que um dos avanços da população negra seria através de estudos. Tínhamos que estar em espaços de poder, para poder fazer alguma coisa pelos nossos. Então ali eu tive bem nítido como se constituía, como poderia se

constituir a questão da negritude, a questão da transformação social. Então ali já comecei conhecendo essa parte do movimento negro, e conseguindo me encontrar enquanto mulher, enquanto negra. Aí eu me casei com vinte e dois anos e foi com um homem africano, porque eu sempre quis. Eu sempre quis casar com uma pessoa africana porque eu queria ir na raiz. Eu achava que se tinha que andar com um homem negro, tinha que ser africano. Eu não sei por que eu tive isso na minha vida. E acabei casando com um guineense. E aí tive quatro filhos. Hoje eu tenho um filho de vinte e oito anos, uma de vinte e sete. Eu tenho um filho de vinte e quatro e tem uma de dezessete. E tem uma rapinha de tacho de sete anos que é a Abayomi. Infelizmente o pai dos meus filhos já faleceu. E daí acabei me relacionando com outra pessoa e tive a Abayomi, que hoje tem sete anos. Daí nesse período eu acabei me afastando um pouco do movimento negro para poder cuidar dos meus filhos e trabalho, essas coisas. Porém, eu era, eu sou professora e nesse período que os meus filhos nasceram eu comecei a trabalhar numa escola municipal. E lá dentro da escola a gente tentava fazer um trabalho também relacionado às ações étnico-raciais. Porque eu lembro que as crianças negras não participavam, por exemplo, no Dia das Mães elas não ficavam na frente. Geralmente os professores de educação física que faziam essa parte de apresentações do Dia das Mães, da apresentação de várias comemorações que antigamente se comemorava dentro da prefeitura e as crianças negras acabavam não aparecendo. E teve um momento em que eu consegui fazer com que as crianças negras pudessem participar desses momentos também. Eu comecei a conversar com as professoras para que a gente pudesse colocar, a gente conseguiu colocar a primeira vez duas crianças negras, um menino e uma menina pela primeira vez não como coadjuvante, como principais na cena lá da apresentação, que era o Dia das Mães. E foi muito lindo, porque olha, as crianças tinham cinco anos e hoje a menina é a mãe do meu neto, que é a Nayara. E olha só que coincidência. E ela foi a primeira menina negra que

participou de uma apresentação como principal, não como coadjuvante. Eu lembro que era para falar uma poesia bem curtinha, que eles tinham cinco anos e ela conseguiu e o menininho também. E depois de anos ela acabou sendo minha nora. Olha só como a gente planta e depois colhe, que eu tenho um neto lindo, maravilhoso. A vida é bem isso, você tem que ir construindo mesmo. Tá, e continuando. Depois, eu participei dos Agente da Pastoral do Negro e aí depois de um tempo o Agente da Pastoral do Negro virou a ACNAP, Associação Cultural de Negritude e Ação Popular. Eu continuei participando da ACNAP por um período e a minha maior participação em relação as questões raciais dentro da ACNAP foi através do grupo cultural Ka-Naombo³⁸. Onde foi coordenado pela Vera Paixão desde o início, eu participei desde a sua fundação desse grupo, onde nós trabalhávamos com crianças negras no Xapinhal³⁹. Inclusive com a participação da Marta Mariano, que fez parte dos primeiros anos do grupo cultural Ka-Naombo. E ali, para o Xapinhal, foi bem importante esse trabalho porque eram crianças da comunidade que nós trabalhávamos a questão da cultura, questão da criança negra, a questão da beleza, ensinávamos dança. Tinham várias atividades com essas crianças. E a partir daí, depois, começou a ter trabalhos com adultos, com adolescentes também. E teve a noite Ka-Naombo. Depois teve o concurso de beleza de Palmares, que eu também participei um pouco. E outra questão que eu participei dentro da ACNAP foi o cursinho pré-vestibular para negras e negros, onde eu consegui participar da organização desse cursinho. Onde recebi os estudantes, desde a parte da prova. Então a ACNAP fazia uma seleção de alunos negros e

negras, onde eles faziam uma prova para poder estar participando desse cursinho. Era um cursinho oferecido, agora não consigo lembrar, mas foi oferecido por várias parcerias esse cursinho. E os alunos faziam dentro da Federal⁴⁰ o cursinho. Quando eles passavam por essa prova, era só uma prova não chegava a ser eliminatória. Era uma prova de conhecimento que eles faziam, para a gente saber como era as duas turmas. Daí separava os alunos para ver quem precisava de mais auxílio, quem precisava de menos, e então era separado em duas turmas esses alunos. E eram ofertadas as aulas à noite, até porque a maioria dos alunos trabalhava durante o dia. Pois não tinham condições de fazer um cursinho durante o dia, de manhã ou à tarde. Então a prioridade era noite. E outra questão, também bem interessante, que para eles já no cursinho poder entrar dentro da Federal. Acho que isso era muito legal, porque assim, nossa, teve aluno que nunca tinha entrado na Federal e era um sonho deles poder acessar esse espaço. Eles não tinham oportunidade, até mesmo com medo, nem sabiam que podiam entrar só para ver. Então, o fato de ter essa oportunidade do cursinho lá dentro foi muito bom. Os professores eram todos formados, também em relação à transformação social eles tinham esse ideal de mudança e a gente acredita que a mudança através da educação ela é fundamental. A educação, ela é um alicerce para que a pessoa possa estar melhorando a sua vida e também melhorando ao seu redor. Ajudando nessa transformação mesmo, sua e dos seus enfim. Porque a universidade traz isso para a gente. Ela nos traz isso, nos oportuniza isso. Se temos essa oportunidade de adentrar a universidade, eu acredito que

³⁸O Grupo Afro Cultural Ka-Naombo, criado em 1991, é um grupo de base da Associação Cultural de Negritude e Ação Popular (ACNAP). O grupo desenvolve atividades culturais (dança, teatro, música) de conscientização para o combate ao racismo e desenvolve suas atividades culturais com a participação de membras/os da comunidade do Xapinhal, no bairro Sítio Cercado (Curitiba/PR).

³⁹Xapinhal é o nome dado a uma região no sul da cidade de Curitiba em que a atuação do

Movimento por Moradia em parceria com membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ligada à Igreja Católica, realizou a primeira ocupação da Região Metropolitana de Curitiba. Várias ocupações surgiram nessa região e a organização dos moradores e suas associações pela luta pela moradia dos bairros Xaxim, Pinheirinho e Alto Boqueirão deu origem ao termo XAPINHAL e ao Movimento pela Moradia Xapinhal.

⁴⁰Universidade Federal do Paraná-UFPR

nós podemos ajudar a transformar a nossa vida e dos nossos. E também mostrar para o outro que se ele tiver essa oportunidade, ele tem que aproveitar e fazer. Porque é a única forma. Eu penso, é a minha opinião particular, que uma das únicas formas da população pobre negra sair de uma situação difícil é através dos estudos. E a universidade é a chave para isso, no meu ver. E aí então eu aprendi muito no cursinho, porque além de ter essa troca, eram muitos jovens. Eu lembro que tinha sala com cinquenta alunos. Então a gente trocava, a gente conversava. Ainda tinha oportunidade de falar sobre a questão racial com eles, que era o nosso principal foco ali. Pelo fato deles terem muitos alunos negros, então a gente tinha os momentos de informação com eles também. Os professores também tinham alguns momentos que eles traziam questões para os alunos raciais, para poder estar discutindo ou também para poder estar, pelo menos refletindo sobre, já que tinha que também pensar no conteúdo. O conteúdo bem importante para que eles passassem por cotas. Isso também, outra questão. Então, esse cursinho ele, ali a gente não é que obrigava eles optarem por cotas, a gente colocava importância deles optarem pelas cotas para que as cotas não acabem. E se você não usa as cotas, como que faz. E outra coisa, depois de estar dentro da universidade não se fingir que eu não sou negro. Alisar o cabelo e pá, só me aproveitei das cotas. Não, tentava se conscientizar essas pessoas que ela, lá dentro da universidade, continuasse defendendo as cotas e continuasse se assumindo enquanto negro e negra. Então eu lembro assim, bem legal, que no começo do cursinho as pessoas iam de um jeito, no final já vinha um monte de gente com cabelo solto, um monte de gente se valorizando mais. Porque as vezes iam obrigados para o cursinho, porque eram jovens. Às vezes uma tia que falou, ou uma prima, mas eles não tinham ainda a consciência negra. Essa consciência da importância do que eles representavam dentro de uma universidade. Então era bem importante que isso fosse colocado para eles. Que era muito importante eles estarem lá dentro enquanto negros, que se autoafirmassem enquanto negros e

defendessem as cotas. Essa é uma questão assim bem importante que o cursinho trazia para os jovens negros, em todos os seus, é como é que eu posso dizer, em todas as suas fases, em todos os momentos que teve o cursinho, esse foi o principal. A principal luta nossa dentro era que os jovens pudessem se concretizar enquanto negros e defender as cotas dentro da Universidade Federal do Paraná. E depois disso deixa eu pensar. Teve essa questão que eu trabalhei pelo cursinho, fiz esse trabalho junto com o pessoal da ACNAP. Depois eu tive que me afastar novamente um pouco da ACNAP. Mas sempre dentro da escola, eu sempre tentei fazer um trabalho direcionado a questão racial. Sempre participei, daí eu fui trabalhar no estado, daí sempre trabalhei junto com os grupos de estudos de relações raciais. Então às vezes eu lembro que a gente tinha que cumprir uma etapa. Então, por exemplo, esses grupos de estudos começavam, por exemplo, em maio. Aí os professores queriam deixar só para novembro para trabalhar a questão racial, para poder fazer uma feira, como é que fala, uma feira lá, uma feira tinha que ser feita e tirar foto e mandar para o estado para provar que você fez. Então eu sempre tinha que estar dando dica de atividade, conversando que não era só em novembro para fazer esse trabalho, podia ser feito o ano inteiro. Então a gente fazia oficina da abayomi, contava histórias e conversando. E como tinha uma professora da prefeitura na escola que eu trabalho, a prefeitura trabalha bastante essa questão racial, dentro da prefeitura eles trabalham com livros muito bons. Então essa professora que é da prefeitura, ela sempre levava o material também para me ajudar, a gente está divulgando o trabalho para a escola e mostrando que não precisava ser só em novembro para fazer esse trabalho. Dentro do meu trabalho eu sempre tentei e sempre faço com que a questão racial não seja só em novembro, ela possa ser o ano inteiro. E como trabalho com educação infantil no momento, a gente trabalha muito autoestima da criança. Que ela tem que se gostar para poder também gostar do outro e trabalhar também o respeito dela e o respeito com o outro, para que a gente possa realmente ter uma sociedade

diferenciada. E eu penso que através do respeito isso também se dá bem forte, é para todos nós, no caso. E depois que eu saí da ACNAP, que eu parei de participar da ACNAP, eu conheci o Bloco Afro Pretinhosidade. Que é um bloco que hoje ele tem quatro anos e tem o objetivo de trabalhar cultura em Curitiba, mostrar que em Curitiba tem negros. E além do Carnaval, a gente não sai só no Carnaval, durante o ano todo é feito um trabalho. E agora com a pandemia nós tivemos que parar, como todos pararam. Mas o nosso objetivo é trabalhar o ano todo mesmo, em relação a questões raciais, trabalhar cultura, trabalhar música. Tentamos trabalhar bastante ritmos baianos e trazer para Curitiba essa questão da cultura negra que ainda está bem fraca, se eu

Gerosina Teixeira Santos

Eu sou Gerosina Teixeira Santos, eu nasci em Minas Gerais divisa com Bahia. Minha família é misturada, baiano com mineiro. Meu avô era filho de negro, a mãe do meu avô era negra e o pai era branco. E meu avô com quatorze anos teve que fugir da senzala e ele foi para o Vale do Jequitinhonha, onde encontrou a minha avó índia e dali eles formaram uma família. A minha avó teve doze filhos, uma mulher no meio de onze homens. E meu pai é negro, outros são brancos, então meu avô era mulato de olhos, é negro né, que hoje em dia nem se fala mais isso, de olhos claros, de olhos azuis. E aí a gente cresceu nessa, eu cresci, a minha família cresceu, meu pai. A minha mãe é de origem também misturada de brancos com negros, mais para brancos. E nós crescemos com essa miscigenação de culturas, onde eu me identifico com o negro, com um índio, com o branco e me casei com negro, sou de origem pobre. Morava na Baixada Fluminense, em Belford Roxo, numa comunidade pobre com muitos negros. Estudei sempre em escolas públicas, conseguir passar para a universidade pública. Me casei com um homem negro também. E minha luta dentro do movimento negro vem desde a adolescência, quando eu percebi essa dicotomia da classe pobre que em sua maioria é negra e da minha origem também que tenho negros e na

posso usar essa palavra, ela está bem fraca em Curitiba. Então, a gente tenta resgatar e manter essa cultura na verdade. Também através da religiosidade, então o bloco ele tem bastante respeito com a religião afro, religião de matriz africana. Não que pessoas que não sejam da religião de matriz africana não possam participar do bloco, podem. Mas elas precisam saber que dentro do bloco nós tocamos, me fugiu a palavra. Mas é tocado os toques que são de terreiro, que são de Candomblé, que são de Umbanda. Nós referenciamos os orixás, sim. Nós respeitamos as mães de Santo e nós levantamos a bandeira contra todo tipo de discriminação contra as religiões de matriz africana. Então a gente tem bem forte isso também dentro do bloco.

universidade que isso é forte também. E quando surgiu essa questão da reparação, da bolsa, isso me emocionou muito. Tanto que eu agora estou emocionada de falar disso [*lágrimas nos olhos*]. Isso me emocionou muito, porque realmente há uma diferenciação da classe pobre, daqueles que não tem esse contato com a universidade, como eu também não tive. Entendeu? Não tive não, não teria. E graças a Deus eu consegui assim, eu não entrei pelas cotas na época, mas foi assim um movimento cultural de que as sobras de vagas também as pessoas pudessem aproveitar, aqueles classificados pudessem também aproveitar aquelas sobras de vagas na universidade, porque sobravam muitas vagas durante a classificação. Por exemplo, eu tentei para comunicação social sobrou vagas em letras, história, em geografia, cursos que eu poderia cursar, mas como a minha opção foi outra eu não teria direito. Mas com essa reclassificação que o governo começou a colocar nas universidades públicas aí outras pessoas, as classes que menos favorecidas, que não tinham aquela pontuação tão alta, acabavam pegando outros cursos... Eu fiz letras, aí eu optei por letras. E outros colegas que queriam fazer insistiram de fazer a comunicação social, depois fizeram transferência para outro, conseguiram se transferir para outro curso,

outros foram para o direito. Quem gostou mesmo, como foi o meu caso que eu me apaixonei pelo curso de letras-português-italiano, continuei no meu curso. Então essa luta pelo acesso à educação, à universidade, é uma luta que tem que ser de todos nós, da classe menos favorecida e principalmente do negro. Que a gente sabe que o negro é o que mais sofre nessa situação por conta do preconceito estrutural, por conta do cenário das comunidades que tem uma maioria negra, das comunidades mais pobres. Então eu acabei me inserindo nesse movimento negro. Me casei com um homem negro, tenho meus filhos negros e é uma causa, que para mim é uma causa. Meu avô né, meu avô que era o negro, então isso me emociona muito. E eu participei já, em Belford Roxo, eu já participei de um movimento, de uma instituição que era uma ONG, Ramas de Cultura, que hoje em dia já não existe mais, que só vinte anos atrás. E aí a gente trabalhava também essa questão do movimento negro com algumas entidades aqui no Rio de Janeiro. E agora, neste momento eu já sou formada em letras, trabalho no tribunal de justiça, sou analista judiciário no tribunal de justiça, sou professora de língua portuguesa. E estou participando de um movimento que está surgindo aqui em Mangaratiba, tá surgindo aqui, surgindo não, já tem há um tempão, mas ainda agora que tá tirando CNPJ, se constituindo legalmente. Que é um pessoal que trabalha, que tem o pessoal dos centros religiosos afro-brasileiros, tem o pessoal que trabalha com o samba, com

cultura do samba, quilombola também que aqui temos o quilombola Santa Justina⁴¹ e Santa Isabel. Tem a Marambaia⁴² também, a ilha da Marambaia que também é quilombola, então as forças estão se unindo para resgatar. E aqui, em Mangaratiba tem todo um histórico, porque foi a passagem dos negros, então na cultura aqui é muito forte essa questão dessa passagem dos negros que foi por aqui que teve o Barão do Sai⁴³, todo um histórico que eu estou tentando pesquisar. Na verdade, eu estou fazendo toda uma pesquisa, quero fazer essa pesquisa, estudar a história daqui do local, trabalhar nessa ONG dentro desse contexto. Agora mesmo eu fiz uma proposta que eu estou tentando ver para fazer uma oficina de xequerê⁴⁴ para nós estudarmos ritmo ijexá⁴⁵ para inserir, para trabalhar xequerê, um instrumento feito com a cabaça, com contas. Então eu acho que vai trazer toda uma situação de corpo, a cabaça, aquele corpo da cabaça, aquelas contas têm a ver também com o negro. O ritmo da cabaça, a mulher que também se inseriu nos ritmos no movimento de Ijexá com a cabaça. Então, é tudo isso que eu estou vendo e que a gente está trabalhando aqui nesse movimento, nessa instituição⁴⁶. E nós temos capoeiristas, dançarinos, sambistas, uma série de pessoas. Tem um grupo formado e agora nós estamos fazendo o CNPJ, tudo direitinho. E aí quando eu vi, inclusive foi num grupo do WhatsApp que eu vi essa pesquisa, porque tudo que eles pegam cada um traz uma informação, cada um salpica lá no grupo uma coisinha... tá

⁴¹ Quilombo Santa Justina Santa Isabel, localizado em Mangaratiba, Rio de Janeiro.

⁴² A Ilha da Marambaia, situada no litoral do Município de Mangaratiba, uma área de segurança nacional controlada pela Marinha Brasileira. Na região leste da ilha está situada a comunidade com descendentes de escravizados pelo Comendador Joaquim de Souza Breves, conhecido como senhor do café e do tráfico durante o período escravista, que são atualmente reconhecidos como membros da Comunidade Remanescente de Quilombo da Ilha da Marambaia.

⁴³ O Solar do Barão de Sai (ou Solar do Barão do Sahy) é uma construção do século XIX situada no município de Mangaratiba/RJ. Foi uma propriedade com a presença de muitos

escravizados e com a abolição a propriedade e a cidade vivenciaram um processo de decadência em função do êxodo da mão de obra que sustentava a economia da cidade.

⁴⁴ O Xequerê, também conhecido como abê ou agbê, é um instrumento musical de percussão de origem África. Consiste de uma cabaça seca cortada em uma das extremidades e envolta por uma rede de contas.

⁴⁵ Ijexá é um ritmo oriundo da cidade de Ilexá, na Nigéria e foi levado para a Bahia pelos escravizados iorubás que chegaram ao Estado do final do século XVII até a metade do século XIX.

⁴⁶ Centro de Estudos Educacionais Afro-Brasileiro (CEDICAB)

tendo isso, está tendo aquilo, aí jogaram essa pesquisa. Aí eu falei: “vou participar, vou ver o que é essa pesquisa”. E quando eu vi sobre achei interessante as perguntas, como que é, o que que eu espero disso, e tal. Eu falei interessante, eu fui respondendo, respondendo e foi assim. Foi através desse grupo mesmo que eu peguei essa pesquisa... Eu entrei na universidade em mil novecentos e noventa e dois. Então, ainda não estava instituída as cotas, ainda não estavam instituídas, foi um pouquinho depois. Mas já estava tendo esse debate das cotas, nós estávamos já nesse processo de debate, de discussão sobre como fazer com que a população mais carente e pobres, negros e tal, que pudessem ter acesso à educação. Vamos falar assim, acho que foi mais um movimento de esquerda. Não quero entrar em questões políticas, mas esse movimento de esquerda de abrir a universidade para o pobre e tal, que hoje em dia já está acabando, estão acabando tanto com essa noção, mas foi dentro dessa perspectiva de dar mais acesso. E na universidade, eu estudei na UFRJ, então a UFRJ passou fazer isso, a redistribuir as vagas ociosas, porque, na verdade, o vestibular naquela época era aquele vestibular, o descritivo, com provas. Descritivo, não era objetiva a prova. A gente tinha que dar as respostas todas escrevendo tudo, dissertativo. Então sobravam muitas vagas, era uma prova difícil, entrar para a universidade pública era uma coisa para rico ou para gênios. Tanto que lá em Belford Roxo eu passei pra UFRJ, da minha família só eu tenho universidade dos sete irmãos só eu fiz faculdade e passei para uma universidade pública. E na região, no meu bairro só eu. Eu não conheci outra pessoa que tivesse passado naquela época para uma instituição federal. Parecia assim que eu era de outro mundo, porque era muito difícil. E a partir de então, as vagas ociosas começaram a ser redistribuídas. Por quê? Porque, por exemplo, eu que sempre fui de escola pública, estudei sempre numa escola pública. Por mais esforçada que eu fosse, eu queria fazer o curso de direito na UFRJ, a prova, a classificação ia lá em cima, a pontuação ia lá em cima. Por quê? Porque os filhos de ricos, todos querem

fazer direito, medicina,... os cursos de elite. Então, nós temos também essa questão na universidade pública, além da dificuldade de acesso, a dificuldade de acesso também para os cursos, que são cursos que eles consideram cursos de elite. Entendeu? Hoje em dia já nem tanto, porque, por exemplo, o curso de direito. O curso de direito, agora já ficou muito mais acessível, até porque sobravam tantas vagas e a pessoa conseguiu ser classificada, mas não atingiu aquela pontuação ali. Aí a vaga ficou ociosa, não tem condições. Então eles fizeram uma redistribuição das vagas ociosas. Na época eu tentei comunicação social, jornalismo, graças a Deus não fiz jornalismo. Porque, até fiz três períodos lá na faculdade de educação, eu tinha um amigo que trabalhava no jornal do Brasil, que aqui no Rio era lá na Avenida Brasil mesmo. E ele era redator de uma revista de cultura dentro do jornal do Brasil. Aquele jornal mesmo folha. E ele falou assim comigo, meu amigo Titus: “Ah, termina a tua faculdade de letras ou faz comunicação que aí você vem, vou te colocar como estagiária aqui, que você vai tá”. Mas aí, naquela época, teve aquele governo, tinha saído o Collor, aí aquela coisa toda de abertura política, porque depois ainda entrou Fernando Henrique. Eu estava fazendo estágio de Ensino Médio, que eu fiz administração. Eu fiz estágio do Ensino Médio numa Petroflex, que era uma subsidiária da Petrobras. A Petroflex foi privatizada a preço de bananas. A Petroflex era a maior empresa de borracha, fabricante de borracha sintética da América Latina. Borracha sintética e estireno que é combustível para jatinhos, helicóptero e tal. Borracha sintética e estireno. E o Fernando Henrique vendeu a preço de banana. Então aquilo ali eu já saí, eu já entrei na faculdade já me politizando, porque eu fiz todo o movimento fora Collor, Fernando Henrique Cardoso privatizando tudo, não sei o que. Já entrei na faculdade já dentro de um movimento político, dentro de um. Conheci Lindbergh pessoalmente. Lutei contra o fim do bandejão, porque eu morava na Baixada Fluminense, estudava na UFRJ que era lá no Rio, lá na Ilha do Governador que aqui no Rio é distante. Na época nem tinha a linha vermelha ainda, agora até tem

a linha vermelha, mas mesmo assim não adianta nada, eu tenho que ir pela Avenida Brasil que todo dia aquele caos para chegar lá no Rio. Então, eu quando entrei ainda tinha o bandeirão, mas já estavam retirando o bandeirão, acabando com o bandeirão. Então, foi toda uma luta em prol do bandeirão. Aí morei na casa de estudante, no alojamento da UFRJ e aquela luta para não ter o sucateamento da universidade, que estava tendo na era do Fernando Henrique. Desculpa ficar falando assim o nome e política, mas estava havendo sim um sucateamento, como agora piorou mais ainda esse sucateamento das universidades, das pesquisas, essas coisas. Mas na época do Fernando Henrique, depois nós conseguimos colocar alguém de esquerda que eu não vou falar o nome. E as coisas começaram a melhorar, não tem como negar, a gente deu um salto com a política do Lula, a política do Lula, o Lula, a universidade, as pesquisas, a gente teve um salto. O bandeirão voltou a funcionar, o fundão virou outra coisa. O fundão era um deserto com uma faculdade aqui, outra ali, hoje em dia você vai lá, você vê várias incubadoras, você vê empresas de pesquisa, de fomento da pesquisa SEMP⁴⁷ e CNPq⁴⁸, entendeu. E esse maluco desse governo aí está acabando com tudo de novo. Então é assim, essa luta vem desde

João Damas dos Santos Júnior

Então, o meu nome é João Damas dos Santos Júnior, sou um homem preto, filho de uma mulher preta e de um pai de descendência indígena e espanhol. Tenho trinta e nove anos, sou natural de São José dos Pinhais. E os movimentos que eu hoje participo para fortalecer, são voltados para a cultura afro-brasileira. E nossas lutas antirracistas são justamente voltados para a questão de fortalecimento da nossa identidade afro-brasileira. A gente acredita, pelo menos a grande parte das pessoas que estão envolvidas com o nosso grupo, acreditam justamente nessa condição de um processo antirracista primeiro com o próprio conhecimento da sua própria

lá da universidade. Lá a minha luta foi ainda mais forte. E conheci também dentro da universidade, já na faculdade de letras, foi inserida a literatura afro, africana, literatura, estudos e literaturas afro-brasileiras e africanas. Fiz, eu tive uma pesquisa que eu estava fazendo lá, era uma comparação que eu fazia da mitologia, entre mitologias, mitologia grega, mitologia egípcia e mitologia africana. Porque os orixás a meu ver representam também uma mitologia e para nós uma mitologia ainda viva, que a mitologia africana, os deuses, os deuses da mitologia africana são vivos para a gente. Eu não professo religião, eu estou falando de uma questão assim mesmo de imaginário. Mas sou simpatizante também. E estava fazendo essa pesquisa, por exemplo, o Deus sol que seria na mitologia grega, Rá na mitologia egípcia e por que não Xangô na mitologia afro-brasileira que é do sol, dos raios solares, da luz. Não sei qual seria, mas poderia haver um paralelo, que é uma mitologia, uma mitologia viva, mitologia viva. Porque a gente vivencia esses mitos, essas figuras, esses orixás. A gente vivencia. Enfim, daí na universidade essas coisas todas foram aflorando. Essas ideias, essas manifestações todas políticas, que eu fui participando também. E hoje em dia já me vejo inserida nesse contexto.

origem. Então isso tem muita relação, muito com o que foi tirado dos nossos afrodescendentes, a condição de identidade cultural, identidade étnica. As nossas lutas e as nossas manifestações são voltadas para o fortalecimento e recriação dessa cultura. Essa condição afro-brasileira tendo em vista, por exemplo, a capoeira que ela é uma matéria de apropriação cultural. Hoje nós temos, principalmente aqui na região de São José e Curitiba, os grupos que mais têm número de pessoas dentro desse grupo, eles não são comandados por pessoas afro-brasileiras ou pessoas pretas, são pessoas que caucasianas viram na capoeira uma

⁴⁷Centro de Empreendedorismo.

⁴⁸Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

possibilidade de geração de recurso financeiro. E então, isso é uma problemática muito evidente e crescente nas nossas regiões. Então o nosso movimento, o qual eu faço parte, os Amigos da Roda de Rua, é justamente para a gente buscar essa conscientização, esse fortalecimento. Desde noventa e seis eu pratico a capoeira, noventa e oito eu encontrei o meu mestre, atual mestre. E desde então, desde noventa e oito para cá, eu venho acompanhando as práticas dele e também me desenvolvendo dentro das práticas da capoeira. Então, nesse processo de práticas e de conhecimento e autoconhecimento, eu tive a oportunidade de várias vezes ir para a Bahia para justamente buscar o entendimento e a noção do que a capoeira ela se refere, principalmente lá no berço da capoeira, que é Salvador, que é Bahia. Então a partir disso, dois mil e três eu comecei, é dois mil e três, dois mil e cinco foi minha primeira viagem para lá. Então eu vi que a capoeira que a gente trabalha aqui no Paraná é totalmente diferente do que é de lá. Uma tendo em vista as pessoas, o grande número de pessoas pretas que tem na capoeira lá e aqui não tem. Então, e qual é a ligação e o que a capoeira tem de instrumentalização para essas condições de fortalecimento da própria identidade, que aqui a gente não via. Aqui a gente via ela voltada mais para a marcialidade, para a disputa muitas vezes de território. A capoeira na década de noventa, aqui, ela era bem brutal, bem agressiva. E a proposta desse Amigos da Roda de Rua? O que que acontece, ela começou faz uns três, quatro anos. Em conversa com várias pessoas da capoeira, principalmente as pessoas que estão voltadas para essa condição de identidade e da busca da real construção que a capoeira tem para nos fazer como sociedade, a gente criou esse grupo. E esse grupo criou uma proposta chamada "Roda de Rua da Praça Tiradentes". Onde essa proposta é uma congregação de pessoas que gostam da capoeira a princípio, a priori é isso. Pessoas que gostam da capoeira, que não seria a proposta de um grupo de capoeira fazer uma roda na praça, mas sim um grupo de pessoas de diversas identidades de capoeira e diversos grupos, se unir para

fazer uma roda de capoeira. Porque até então, as rodas que têm nas cidades são rodas de grupo, roda de um determinado grupo X, grupo B, grupo entende. E essa proposta do Amigos da Roda de Rua é justamente trazer essa capoeira sem uma identidade de um grupo específico, mas sim uma identidade afro-brasileira, com os trejeitos, com os costumes, como os fundamentos que os velhos mestres da Bahia principalmente, formaram. O porquê que formaram esses fundamentos de capoeira, esses toques, o que realmente a capoeira tem para nos fortalecer como sociedade e para que a capoeira a princípio ela foi criada? Muitos falam que ela foi criada para defesa, mas é muito superficial quando você somente fala de defesa, porque a capoeira ela é uma congregação de pessoas. Então ela é muito mais intensa. Então, essa instrumentalização de movimento coletivo, que é o que precisa ser mais abordado. E é interessante porque, há um movimento coletivo que não se encontra na academia X para se reunir, não, vem de vários lugares, se reuni ali com um propósito. Claro que cada um tem o seu propósito quando existe a roda de capoeira, mas o coletivo ele foi criado para esse propósito de reconstrução de identidade e fortalecimento e manutenção de saberes dos mais antigos. *-Fale do seu mestre* - Claro. Então, o nome dele é Marco Aurélio de Souza Bueno, tem pessoas que conhecem ele como mestre Marco Aurélio, ou mestre Corrolino. Ele já faz, acho que começou em setenta, não ele começou em oitenta e dois se não me falha a memória. Ele começou, ele é formado pelo mestre Sergipe, que é o mestre mais antigo do Paraná praticante de capoeira. Depois disso, ele se formou e ele saiu e criou um trabalho diferente do que o mestre dele faz. Que no caso, é nosso foco de estudo que é a capoeira que eles chamam de Tradicional, a Capoeira Angola, que é uma capoeira justamente pegando dos mestres mais antigos, o porquê que eles criaram e o porquê que eles faziam aquilo. Então são essas questões, essas dúvidas e essas indagações que nos motivam a buscar entender e buscar manter o que já foi criado. Porque nada que foi criado é em vão. E principalmente, essa condição em que a capoeira ela é uma ferramenta

importante para a transformação social, então ela faz com que justamente a gente acredite que ela sim, ela pode ser, e ela deve ser referência de estudo, referência de pesquisa e de apropriação da população afro-brasileira... As nossas conquistas vêm principalmente agora desse nosso coletivo Amigos da Roda de Rua, tendo em vista que eu comecei na capoeira em noventa e seis, noventa e oito que eu peguei um grupo de pessoas, ou no caso o meu mestre pra me orientar. Então, tendo em vista que lá, desde essa caminhada, chegar hoje e ter um coletivo de pessoas que não é do mesmo grupo de capoeira já é uma conquista. Tendo em vista que aqui como eu disse, a questão das capoeiras elas eram muito rivais e a capoeira não tem rivalidade. As pessoas, com o processo de colonização, trouxeram a capoeira para cá, porque a capoeira ela veio trazida nesse processo de colonização. Então chegou aqui com essa rivalidade, mas a capoeira ela joga um com o outro e não um contra o outro. Diferente de outras manifestações ou artes marciais, que no caso se a gente for pegar o karatê, jiu-jitsu, MMA, todos é um contra o outro. Então a capoeira se difere por isso, porque a gente joga um com o outro. Então, e o porquê que joga um com o outro? Justamente porque o objetivo ali é a gente criar um elo e não criar um rival. Então aí a

gente já consegue desconstruir essa rivalidade. Essa condição de que o próprio sistema impõe pra gente, que um tem que ser contra o outro, ou é um, ou é outro. Não, por que não, a gente trabalha junto, fazer junto. E a capoeira ela traz isso, que é uma manifestação circular, que todos fazem parte. O foco do trabalho nosso e da minha construção social é pegando como ferramenta pedagógica, é a capoeira mesmo. Porque dentro dessa própria manifestação cultural, que hoje ela está banalizada, a capoeira em si ela tá banalizada. Porque as pessoas não conhecem de fato o que ela tem a proporcionar para as pessoas. O mestre Pastinha⁴⁹, é uma referência da capoeira Angola antiga, e ele dizia isso: “quem não conhece a capoeira não pode lhe dar valor”. Entende. Então como a gente pode ver no viés atual, que as pessoas, principalmente voltando para os nossos pretos e pretas, negros e negras, afrodescendentes, perderam muito dessa identidade. Então eles têm que voltar a buscar entender, buscar se apropriar, por exemplo, da própria capoeira, que é uma manifestação cultural, esportiva para quem gosta de esporte, de luta para quem gosta de luta, artística para quem gosta de arte. Então é uma manifestação pluricultural absoluta. Então ela é um objeto de estudo, de estudos em cima de estudos.

Patrícia Helena Xavier dos Santos

Bem. Hum! Como eu poderia começar? Apesar de ser uma mulher negra, de uma família da classe trabalhadora, família vinda do meio rural, eu não tinha um debate,... não tinha uma noção assim da luta antirracista. Eu lidava com o racismo da maneira como a maioria das pessoas da minha família, acredito que muitos da população negra lidam, né. Que é tentando sublimar..., superar, se protegendo do racismo através de o dobro do trabalho, tentando superar em termos de

escolaridade, de postura. É como se a luta antirracista fosse uma responsabilidade minha..., o racismo fosse uma responsabilidade minha e não do outro. Então eu tinha que trabalhar mais, estudar mais, para poder superar a dor de sofrer o racismo. Não fazia uma leitura como a que eu faço hoje. Eu entrei na universidade em noventa e três. E ali, aos poucos, foi sendo apresentada a questão do racismo assim em termos teóricos conceituais, elaborando o que seria o racismo enquanto

⁴⁹Vicente Ferreira Pastinha (1889-1981) divulgador no Brasil da Capoeira Angola e de sua perspectiva desportiva e não-violenta. Vivenciou a repressão aos capoeiristas no Brasil amparada pelo código penal da República do Brasil (Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890 - Código Penal dos Estados

Unidos do Brasil, Capítulo XIII - Dos vadios e capoeiras), quando a descontinuar a sua atividade de capoeira em função da perseguição. Somente no Código Penal de 1940 a capoeira deixou de ser mencionada como foco de repressão.

um conceito, enquanto uma categoria. Até então ele era um aspecto que a gente, povo negro sofria. Até antes talvez, em noventa e dois. Em noventa e dois eu entrei na faculdade de economia e eu me sentia extremamente desconfortável, mas eu não sabia ainda identificar esse desconforto. Eu era praticamente a única pessoa negra, uma das poucas mulheres no curso de economia no início dos anos noventa e praticamente a única pessoa negra nas salas de aula nos primeiros semestres. E me sentia obviamente desconfortável. Eu associava isso a uma questão de classe, mas era bem além disso. Até as leituras que eram feitas, os cânones da economia explicando o processo de escravização, o processo de construção econômica e histórica do país, algumas leituras absolutamente me incomodavam. Mas eu não sabia elaborar o que era esse incômodo. O próprio tratamento, eu me lembro muito bem do tratamento na biblioteca com os colegas africanos recém-chegados, que eu notava que tinha um tratamento diferente na biblioteca. E aquilo me incomodava muito assim, e me irritava com o colega africano que não se dava conta. Que tipo, a bibliotecária dizia: “não, nós não”, eu assisti isso eu estava do lado do menino assim, acho que ele fazia o curso de contábeis. E ele estava pedindo para fazer uma reserva de livro na biblioteca e a bibliotecária dizendo: “não, nós não reservamos”. E daqui a pouco passa um rapaz branco e ela diz: “fulano, guardei o teu livro aqui”. E aquilo me deixou tão brava, tão brava com ele, porque ele não se deu conta assim! Ele estava tão acostumado com o não, que ele não se deu conta do que estava acontecendo ali naquele momento. Então, assim, eram incômodos, aquelas situações assim cotidianas que tu passas, mas que tu não sabe ainda elaborar o que é esse incômodo. Eu associava muita questão da

classe, muito mais a questão da classe do que a questão da raça. E aí, entro na UFRGS enquanto técnica, em noventa e três, trabalho no conselho universitário durante oito anos, é um órgão extremamente político, em que tu conhece muito da estrutura da universidade, da estrutura política da universidade, mas ainda não estava tão inserida essa questão da raça. Em noventa e cinco o meu sindicato, ASSUFRGS⁵⁰, me convida, e outros colegas, para compor uma delegação pra ir para Brasília, para a Marcha Zumbi⁵¹. E eu acho engraçado que eu..., e essa marcha foi maravilhosa, foi o momento em que o movimento negro entregou para o Fernando Henrique a solicitação de adoção de cotas. Teve muita coisa! Acho que nunca vi tanta gente preta junto no mesmo lugar, foi maravilhoso. E ainda assim, eu não fiz essa leitura da questão da articulação mesmo, sabe. Eu seguia naquele ritmo, trabalhadora, estudante de economia. Mas eu sentia que ali tinha vivido uma experiência muito, muito interessante, muito bonita, mas não, ainda não me sentia uma ativista. Eu consegui me enxergar mais como uma pensadora e ativista do movimento negro ao entrar no Departamento de Educação e Desenvolvimento Social. Um pouco antes talvez, porque eu já ajudava como assessoria, fazia assessoria econômica para algumas atividades de extensão, que trabalhavam com comunidades de pescadores, comunidades tradicionais, e eu queria muito entrar no DEDS⁵². E aí me ofereci para trabalhar de voluntária nessas ações. E em dois mil e sete, eu fui trabalhar, dois mil e sete teve a discussão das cotas, dois mil e oito foi o primeiro vestibular, dois mil e sete eu fui trabalhar como diretora do salão de atos. E eu senti nessa ida para o salão de atos uma transformação do público que frequentava o salão de atos. E aí sim, eu tinha alguma

⁵⁰Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRGS.

⁵¹Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, foi realizada em 1995 em Brasília e reuniu mais de vinte mil pessoas representando diversas organizações do Movimento Negro e com articulação com as pautas do Movimento Negro.

⁵²Departamento de Educação e desenvolvimento Social, da Pró-Reitoria de Extensão (UFRGS) foi criado em 1992 e é responsável pela realização de projetos de extensão universitária que envolvam comunidades e organizações sociais externas estabelecendo diálogos entre estas e a UFRGS.

bagagem para enxergar essa transformação, os motivos dessa transformação. Porque eu tinha acompanhado aquela discussão das cotas, acompanhado mesmo como espectadora não como ativista, confesso. Não, não fui ativista naquele momento. Mas acompanhava. E quando as pessoas assim, os colegas vinham e diziam - olha ali, que coisa horrível esse negócio de cotas, vão entrar pela porta dos fundos, não sei o que, eu não, não concordava com aquilo, mas ainda não tinha forças para dizer que - não essa avaliação está errada. Eu ficava na minha assim, e não falava mal de quem estava lutando pelas cotas, obviamente. E no salão de atos eu já senti essa mudança assim, sabe, do público que passou a frequentar a universidade. Isso foi muito legal! Em dois mil e nove, eu vou para o DEDS e de cara assim, já pego a coordenação de um projeto, que é o Procedimentos Didático-Pedagógicos Aplicáveis à História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que era uma formação voltada para quinhentos professores de oito redes municipais de ensino público. E foi assim, nossa... foi um descortinar! Porque daí eram textos, eram ativistas do movimento negro que ministravam aulas. Era o professor Rivair, era o professor Iosvaldyr Carvalho Bittencourt, a professora Vera Neusa Lopes. Um povo assim que, nossa descortinou todo um..., aqueles mal estares que eu sentia, aquele incômodo ao ver uma biografia completamente racista, ou ver tratamentos diferenciados, eu consegui nominar, categorizar e isso foi assim, muito bacana. E a partir daí sim, eu começo a trabalhar e a enxergar uma possibilidade de lutar através da educação, através do trabalho que se fazia ali no Departamento..., com essas coordenações, com proposições de outros projetos, com a possibilidade de estender cada vez mais, abrir espaço na verdade. A possibilidade de abrir espaço para que outras epistemologias, outras falas, outras vozes, outros corpos pudessem se expressar e

trazer seu conhecimento para dentro da universidade. Isso para mim foi, era assim, é ainda é a forma que eu acho e tento ajudar em termos de transformação social e transformação dessa universidade também, que ainda é muito branca, se não tanto pelos corpos que frequentam, mas ainda pelos seus currículos. Então, assim, é um esforço contínuo, para conseguir abrir esse espaço para essa outra forma, essas outras literaturas e outras formas de pensamento. Então foi uma maneira de lutar ali. Mais para dois mil e dezesseis então, eu me associo, entro nesse curso Atinúkê que era um curso voltado para discutir o pensamento de mulheres negras. E aí também um outro boom, né! Que daí é não só o pensamento negro, mas o pensamento negro produzido por mulheres negras. Que foi também fantástico assim! Daí é outra...outro mundo que se descortinou ali e que continua, também. Então, assim, um pouco eu acho que é isso, não sei se eu consegui te responder de todo, mas foram passos, etapas. Um mal-estar desse corpo negro que não tem... uma clareza de como expressar esse mal-estar, depois que vai crescendo a partir das leituras, das pessoas que vai conhecendo das oportunidades que vão surgindo e que vai criando também. É nesse sentido...poder fazer um trabalho que na verdade eu sempre encaro dessa maneira, como um espaço que se abre para essas outras vozes. Isso para mim é uma conquista, é uma coisa importante. A participação no grupo das Atinúkê⁵³, eu acho uma conquista importante, porque a gente fez o curso e depois segue o coletivo. Então é um espaço que eu me fortaleço, que eu aprendo muito com meninas muito mais jovens... E aí, eu vejo essa outra caminhada entende, que é completamente diferente da minha geração, elas já entram com outra pegada, com mais autoconfiança, eu fico encantada olhando isso. A autoconfiança dessa juventude é muito bacana assim, e acho que cabe a gente, os mais velhos digamos, proteger isso, permitir que elas continuem cada vez

⁵³Nome adotado por um coletivo de mulheres negras situado em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, voltado ao estudo da

produção intelectual de mulheres negras. A procedência do termo é as línguas nigero-congolesas e a acepção "aquela que merece carinho desde a gestação".

mais autoconfiantes, eu vejo isso como uma conquista. E agora também, o acesso a votação, eu e a Maria Conceição Lopes Fontoura nós fizemos uma chapa para entrar no conselho universitário, fomos a segunda chapa mais votada, na universidade dentre os técnicos. Quando eu entrei a Conceição em seguida...,” tu vai assumir mais porque eu estou mais dedicada lá as atividades do Maria Mulher”. Ela está muito focada em fazer um trabalho lá da organização dela, que ela faz parte, e aí numa das primeiras discussões que eu entrei, eu me dei conta que tinha uma oportunidade ali muito importante que não podia só frequentar a reunião e fazer o votinho ali, que era discussão das regras para concurso docente. Quando entrou, quando eu vi a convocação e entrou a discussão no plenário, eu deveria, até não me liguei, eu deveria ter pedido vistas e tal e perdi essa oportunidade. Daí quando entrou a discussão com os pareceres de vista, em que alguns conselheiros destacavam alguns pontos, eu bah, me atirei - “não, gente espera aí, eu não pedi vista, mas eu acho que a gente tem que

focar a questão da reserva de vagas aqui,...o parecer está muito...confiando apenas na legislação lá que diz que vinte por cento tem que ser para pretos e pardos, isso é pouco, isso não está garantido, isso já existe desde dois mil e quatorze e a gente ainda está com menos de dois por cento de professor preto dentro da universidade, então a gente tem que mexer nessa resolução e é essa a oportunidade, né”. Eu achei legal que eu consegui organizar algumas reuniões, conversei com professores, conversei com outros técnicos e fui indo ali, meio tateando, meio insegura, mas consegui emplacar algumas alterações nas normas para concurso docente, que eu acho que foi um momento legal assim, que olha estou fazendo a minha parte, estou honrando a minha titular que é a Conceição, que é uma referência para o movimento negro. Eu estou honrando essa caminhada. Então acho que isso aí foi uma conquista também. Ali teve um acerto, não é a melhor decisão para normas de concurso docente, mas se conseguiu alguns avanços bem importantes ali. Eu acho que isso é legal.

Joana Maria Leôncio Nunez

Minha consciência de mulher negra ela se dá muito tardiamente. Eu venho de uma família nitidamente negra, mas uma família classe média que não se enxergava negra, não se enxerga até hoje negra. Tenho irmã que é mais branca e irmã que é mais negra. E uma família classe média de Salvador, que negou sua cor por muito tempo. Então, eu estudei em colégios particulares e não desenvolvi isso durante o colégio. Quando eu vou para universidade, eu passei no vestibular no Rio de Janeiro, na UFRJ. E quando eu chego na universidade, na UFRJ, eu era praticamente a única negra. Porque eu fiz psicologia e o curso de psicologia é um curso classe média, branco, pelo menos na minha época era. Eu estudei nos anos oitenta, não existia cota, não existia. E foi final de uma repressão política, muito forte. E aí eu me aproximo do movimento estudantil da esquerda, eu me aproximo de uma mentalidade à esquerda, mas ainda é sem consciência de que eu era negra. Eu era

uma pessoa de oposição, era uma pessoa que militava no movimento estudantil, mas não tinha consciência ainda de que eu era negra. Eu não tinha uma postura ativa nem de feminista nem de negro. Eu me aproximo pelo viés dos movimentos de base. Os movimentos de base da igreja eles não tinham, eles não tinham uma política voltada, não tinham, uma política voltava para isso. Tinha para a educação, tinha contra as desigualdades sociais, a violência, mas não fazia esse casamento, não fazia essa relação de que o crime, a primeira opressão da sociedade é racial. Nós vivemos em uma sociedade em que a primeira opressão que a gente sofre é racial, mas ainda ela é negada. Porque se diz que no Brasil é uma grande democracia racial. Pelo menos se dizia nos anos oitenta. Então eu, muito tempo, aí eu vou para o curso que era de psicologia em que você sai e vai para o consultório. E aí você fica solitária. Você deixa de pertencer a um coletivo durante muito tempo, essa luta

para me manter, entendeu. Eu fui para o interior porque para conseguir trabalho é no interior. Aí minha filha, tive uma filha e aí eu fico muito tempo isolada nessa coisa da clínica. Ah, eu também fui trabalhar com empresa. É tudo alienante, entendeu, é tudo muito alienante, empresa..., seleção, recrutamento, todas essas coisas que te tiram do movimento e no interior ainda por cima. Aí por um desses acasos da vida, eu vi que tinha uma seleção para professor de educação especial. Porque ao mesmo tempo que eu estava lá na clínica, eu atuava na APAE, na Pestalozzi⁵⁴, como psicóloga com crianças, que naquela época ainda era separada a educação, não se falava em inclusão ainda. A inclusão ela vai no final dos anos noventa, pelo menos no interior, chega mais ou menos nessa época. E aí dentro dessa coisa, aparece para eu dar aula em uma universidade sobre educação especial. Quando eu entro na universidade, como muitos dos meus estudantes dizem, que se aproximaram da questão racial na universidade. Eu me aproximo da questão racial na universidade. E assim, com os meus pares, minhas colegas professoras negras. Porque eu comecei no interior, fiquei muitos anos atuando na universidade no interior, uma cidade desse tamanho, classe média, enfim. Aí eu venho para Salvador. Quando eu chego em Salvador é que eu vou ter contato na universidade com professores que já estavam nessa luta faz tempo. Imediatamente quando eu conheço essas pessoas, eu a primeira coisa que eu faço é me associar ao Movimento de Mulheres Negras. Nós implantamos um grupo de pesquisa na universidade chamada de Candaces⁵⁵, que discute gênero, raça, cultura e sociedade. Esse grupo de pesquisa ele atua no Departamento de Educação, onde tem pedagogia, psicologia, sociologia e filosofia. Então a gente começa a trabalhar com os estudantes e nesse trabalho com os estudantes aprendemos todos juntos. Tem uma professora que é líder desse grupo de pesquisa, chama-se Ana Cláudia

Pacheco⁵⁶. Já ouviu falar nela? (...) Seria uma pessoa maravilhosa para você entrevistar(...). É Ana Cláudia Pacheco é a líder desse grupo e é uma intelectual que eu tenho uma admiração profunda. Ela discute a solidão da mulher negra, inclusive ela tem um livro bem divulgado, que já está esgotado. Ela discute essa questão da mulher negra, as relações afetivas, sexuais da mulher, enfim, não cabe aqui. E eu me aproximo de Ana Cláudia Pacheco, ao mesmo tempo eu me aproximo de um outro grupo de pesquisa que discute a diversidade na educação. E discute a diversidade sobre a perspectiva da autobiografia, não sei se conhece. A perspectiva teórica, metodológico da autobiografia e da pesquisa narrativa. E eu tardiamente vim fazer mestrado. Já pouco tempo, dois mil e dezesseis, eu entrei no mestrado, porque durante muito tempo, quer dizer até dois mil e sete, eu estava na clínica. Só de dois mil e seis em diante, que eu vou para universidade. E eu só consegui, dois mil e oito, eu consigo dedicação exclusiva e aí eu pude abandonar a clínica e me dedicar apenas à docência. Aí que eu vou me aprofundar nesses estudos. À medida que eu mudo para Salvador, estou aqui imersa nessa cultura que é uma cultura negra de resistência. Então é isso, Joana é essa pessoa, mulher negra, feminista negra, decolonial. Eu acredito muito que a decolonialidade é um marcador assim, bem forte do nosso tempo, porque ele pressupõe que você tem que se desligar dessa cultura lá do norte. Desligar desses cânones, na psicologia é Freud, é Lacan, é não sei o que. Se você for olhar na sociologia, é o que, a maioria desses autores são brancos e são europeus. Então a gente tem que se voltar para o sul global, para a África, para o Caribe, para América Latina. E aí, começa esse caminho, trilhar esse caminho. Tanto que minha tese de doutorado eu procuro trazer apenas, quer dizer não consigo, mais teóricos latino-americanos, africanos e mulheres. Procuro pelo menos, na medida do possível, me

⁵⁴Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Pestalozzi.

⁵⁵Candaces - Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Gênero, Raça, Cultura & Sociedade, do Departamento de Educação-UNEB/Salvador.

⁵⁶Ana Cláudia Lemos Pacheco.

referenciar de mulheres latinas, as negras norte-americanas elas são importantes para o feminismo negro. (...) Eu esqueci de um terceiro grupo, chama Diadorim⁵⁷, que discute gênero, raça e sexualidade. E aí, esses dois grupos, que é o Candaces e o Diadorim, a gente vai para a Marcha das Mulheres Negras em Brasília. E ali na marcha, a marcha foi um marco. Porque a preparativa da marcha, as discussões que precederam a marcha, a formação com as mulheres dos territórios aqui próximos da Bahia para ir para a Marcha, isso foi uma formação política de base. E mesmo estando na comissão que de alguma forma..., mesmo estando entre, eu tenho uma situação privilegiada dentro da Rede,

Denis Denilto Laurindo

Ah, agora eu posso falar. Olha, eu sou o Denilto Laurindo. Me chamam de Denis e então muitas vezes eu comecei a assinar Denis Denilto Laurindo. Porque eu na escola Denilto para os professores, para os alunos era Denis. Então muitas vezes os alunos perguntavam: “O professor Denis está aí?” - “não o professor Denis não está, tem o professor Denilto, não sei” - “é o Denis”. Então, pra não complicar as personalidades aí, as diversas facetas desse ser que sou. Então eu falei, é Denis Denilto Laurindo e pronto. Mas eu vim do interior do Paraná, hoje eu estou em Curitiba já muito bem aqui naturalizado. Mas eu nasci em Arapongas, fui para Apucarana logo em seguida, assim que nasci. Os meus pais vão para o interior na década de sessenta com aquela proposta de reorganizar a vida a partir do que eles chamavam de, “você vai arrear a terra”. Então, essas famílias vinham do interior de Minas Gerais para o norte do Paraná e arrendavam a terra, um pedaço de terra para a produção. Só que era também uma forma de escravagismo disfarçado, porque elas não tinham direitos, as famílias não tinham o direito de comercializar aquilo que produziam. Elas não recebiam para estar na terra, mas segundo os fazendeiros elas tinham direito de morar de graça e consumir tudo aquilo que produziam. No

professora universitária. A maioria das mulheres que estão lá são pessoas que tem uma situação precária, muitas são desempregadas, muitas são lideranças comunitárias que não tem como sobreviver se não for naquele trabalho ali de carregar, que elas carregam a comunidade com elas, e a comunidade ajuda. Então, ali eu aprendi tanto quanto as minhas alunas. Na preparação para a marcha eu tive uma aprendizagem. Que foi que me deu mais vontade de estar dentro do Movimento de Mulheres Negras. E foi bonito pra caramba, foi demais participar daquela marcha. Foi demais. Eu não fui. A gente levou dois ônibus da Bahia, dois ônibus de militantes para a Marcha de Mulheres Negras.

entanto, a produção excedente era de livre comércio do fazendeiro, certo. Assim que essa minha família veio parar no norte do Paraná, em Mauá da Serra em primeiro lugar, que foi que fizeram arrendamento de uma terra. Mas, enfim, era o meu avô, avó e mais sete filhos. Depois, logo em seguida eles saíram de Mauá da Serra. Eles estavam em Mauá da Serra, viveram uns anos nessas terras fazendo a manutenção dessa Terra. Veio a geada e acabou com o cafezal, tudo, porque era o café que era produção em um local do norte do Paraná. A geada de mil novecentos e setenta e seis e aí então eles vieram parar em Apucarana na periferia, ali um pedacinho de Terra... E daí, logo em seguida, eles vieram para esse interior que foram trabalhar em um frigorífico, os irmãos todos, inclusive o meu pai e pra poder fazer a sustentabilidade e a manutenção dessa família. Logo em seguida meus avós morreram, meu pai é que foi para São Paulo continuar tentando a vida, constituiu uma família, porque eu nasci, minha mãe faleceu, eu fiquei com a irmã dele a minha tia querida. E logo em seguida então...eles foram para outra cidade, e eu fiquei aqui com a minha tia até os dezoito anos no interior do Estado. Depois disso, eu queria ser alguém na vida, precisava fazer alguma coisa na minha vida. Vou ser professor de história. O

⁵⁷Centro de Estudos em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade (Cegres – Diadorim).

moleque lendo muito, estudando muito, daqui a pouco fui tentar a vida em Curitiba. Cheguei em Curitiba com vinte anos e aí achando que já ia conseguir me dar bem na vida, quinze dias depois de um pensionato acabou o dinheiro, fui parar na rua. Então fui morador em situação de rua por trinta dias, rodava ali a Praça Osório⁵⁸. E aí eu falei - essa praça é minha - adotei ela e fiquei ali, tentando subsistir da maneira que dava. Então, falei - eu preciso dar um jeito, não dá para viver dessa forma - vamos fazendo do jeito que dá. E acabei encontrando uma igreja ali, a Igreja Cristo Rei, onde eu tinha um violão, sou artista desde pequeno...Então eu falei, vou tocar na sua igreja aí é você me dá um prato de sopa, era um alemão, padre Walter. Logo em seguida esse padre, ficou impressionado, falou: “não Denis, espera um pouquinho aí fora”, chamou uma senhora. Em quinze minutos ele apareceu lá no salão paroquial, gostou do que eu toquei para ela e falou assim: “eu vou te dar um salário por mês e você vai tocar aqui sábado de manhã, de tarde, domingo de manhã, de tarde e uma missa à noite e eu vou te pagar um salário, está bom assim para você?”. Eu falei: “Oh, era tudo o que eu precisava” - era uma quinta-feira - “mas se a Senhora precisar mesmo eu posso ficar por aqui ao entorno aqui mais perto”. Ela falou: “como assim você vai mudar de onde você está?” - Eu falei, vou. E ela: “tá, mas você já achou um lugar por aqui?” - Eu falei assim, “não, eu acho, o lugar não é problema”, e com vergonha de dizer que eu estava na rua, mas que eu já poderia ficar mais por ali. Para você ver, imagina isso na década de noventa, sem qualquer tipo de políticas públicas voltadas para a questão negra, numa cidade que falava que era a capital da Europa, certo. Então eu chego aqui bem no Rio, aquela conferência mundial do meio ambiente, o primeiro mandato do Rafael Greca que decerto popularizou junto com o Jaime Lerner a cidade de Curitiba. E projetou ela como se fosse uma cidade ariana e tal. Eu chego em Curitiba bem nessa perspectiva, ou seja, uma afirmação de uma política extremamente higienista, porque não

corroborava de maneira alguma com a questão da participação negra fundamental nessa cidade. Porque se você perceber professora, nós somos hoje vinte e um por cento da população em Curitiba, nessa época nós deveríamos ser muito mais, eu estou falando aqui de autodeclarados. Porque é evidente que o racismo ele faz com que a pessoa não queira ser vinculado, de qualquer forma, ninguém quer ser vinculado ao menos. Então, evidente que a questão da cor da pele, jogada insistentemente como algo que é negativo, faz com que crianças, adultos, negros e negras não se autodefinam enquanto tal, traz em si como uma política higienista. Isso foi sistematicamente tratado nessa cidade na década de noventa. E hoje continua alguns resquícios ainda. O exemplo disso, foi o que eu sofri na pele tendo que viver em situação de rua. Para driblar isso de uma maneira bastante radical imagina o que eu não tive que fazer. Então, quando eu vou para a igreja, porque eu conquistei aí, a partir daí, essa confiança, passei a tocar ali, essa senhora naquele mesmo dia, ela pergunta: “você está morando onde?”. Eu falei - eu estou na rua, estou morando na praça mesmo. E aí eu vou vir morar mais aqui perto, quando eu receber arrumo outro lugar. Aí ela falou: “não, pelo amor de Deus”, me levou até o salão paroquial, pegou umas roupas lá... *[pega o aparelho telefônico que usa para a entrevista para visualizar mensagens]*...Eu passei a semana passada inteira no norte Paraná levando algumas reuniões com prefeitos, para levar algumas verbas que nós conseguimos para esses povos. Então, agora todo mundo quer saber como é que foi a viagem. *[arruma o telefone para dar continuidade a entrevista]*...Esse racismo sistemático, que foi estruturado e gestado pela política pública brasileira. O racismo é algo constitutivo da política, está engendrado dentro da política nacional. Ele está caracterizado estrutural. Então, quando nós falamos de racismo estrutural e todo mundo da risada - da risada não? - ou faz às vezes uma mea-culpa, os gestores também. O fator principal é que tão naturalizado que ele está, o gestor, as

⁵⁸ Praça General Osório no Centro de Curitiba, no Estado do Paraná.

gestoras, eles, os grandes empresários, todos eles sabem que existem racismo e corroboram que não deva existir. Só que a naturalização dele não faz com que você tenha uma ação radical para que você possa eliminar esse racismo estruturante. E assim é em todos os aspectos sociais. Porque logo em seguida me aparece lá o padre Fiori na igreja. Ah, eu estava falando da senhora essa. Essa senhora, percebendo que eu não poderia ficar na rua, ela pega e tira a sua bolsa, e de dentro da sua bolsa um bolo enorme, um volume enorme de dinheiro naquela época, mil novecentos e noventa e três. E coloca na minha mão e fala: “eu estou te dando um adiantamento do seu pagamento”. Aquilo me marcou muito, pelo ponto de vista de que, disponibilidade. Mas logo em seguida, depois que eu me tornei filósofo, eu percebi que imagina negros e negras todo o tempo ter que depender da ajuda, do coração, da benevolência do outro, sendo que a estrutura que deveria condicionar para que você mediante ter feito, ou não ter feito, aí você ter que lançar mão de uma ajuda, ou não. No meu caso, eu precisei de uma terceira pessoa para poder me ajudar naquele momento, porque o estado não garantia nada disso. Então isso para mim é algo assim, extremamente horroroso. Isso agora com cinquenta anos, ainda não vejo isso acontecendo. Bom, logo em seguida eu fui para a igreja, aparece o padre Fiori lá, um grande filósofo, pensador, um grande humanista para além do seu sacerdócio. Para além do seu sacerdócio, porque é muito confortável a gente fazer liturgia, fazer evangelismo dentro do nosso próprio quintal, então é fácil quando você tem toda uma estrutura. E logo em seguida eu passei a frequentar um seminário ali e ele pergunta logo, se eu não queria me tornar padre. Eu dou uma olhada para onde eu estava, dou uma olhada para o que tinha de estrutura e falei: “olha, pode, eu acho que Cristo está me chamando para essa vocação”. Na verdade, era a escassez que me jogava para dentro da vocação. Ou seja, uma possibilidade de estudar, uma possibilidade de dar um salto qualitativo, de organizar a vida segundo aquilo que você queria. E na minha cabeça eu queria ser historiador. Bom, quando eu me deparei com a filosofia, dentro do

seminário, minha vida caiu, eu me vi diante de um instrumento que poderia dar uma resposta não só para a questão do racismo, mas para um vazio existencial que tinha dentro de mim, na perspectiva de pensar que o mundo não poderia ser só esse instrumentalizado que estava. E aí eu fui arrebatado pela filosofia, fiz quatro anos, um ano de seminário de internato, depois mais três anos de filosofia no Instituto São Basílio Magno de rito oriental dos padres basilianos, fantásticos, estudei grego, estudei latim. E uma filosofia muito bem, ela era muito bem estruturada, uma exigência absurda. E não era reconhecido pelo Ministério da Educação. Terminei o curso no seminários São Basílio Magno, eu fui para os padres palotinos. E assim que terminou, fui o orador da turma, na segunda-feira eu fiz o vestibular para filosofia na PUC de novo, porque não era reconhecido e eu tinha decidido que aquilo que era fundamental a igreja havia me dado, que agora eu poderia dar ao mundo aquilo que era constitutivo da minha própria existência, que era filosofia. E aí eu fui estudar filosofia na PUC e saí do seminário. Esse é o resumo para o filósofo que eu me tornei logo em seguida. E aí eu organizei minha vida de maneira que eu pudesse trabalhar e fazer a manutenção dessa. Só que professora, o que não saiu da minha vida ainda, foi o fator fundamental que eu queria me tornar filósofo, só que até hoje o reconhecimento não se dá pela filosofia. Porque todo o tempo eu tenho que estar defendendo, eu todo o tempo eu tenho que estar justificando e todo o tempo a estrutura, me joga para a luta racial. O que eu acho um absurdo. Não que não seja necessário, mas eu sou filósofo da linguagem, eu sou um especialista da linguagem. Então essa é uma batalha que nós precisamos fazer e eu vou te explicar como que a gente pode fazer. Eu espero que isso conste na sua tese de doutorado... Você não chega no movimento negro, você é jogado para dentro do movimento. Você é jogado dentro de uma estrutura, de um gueto, dentro de uma favela, dentro de um cortiço. Ninguém quer estar num cortiço, ninguém quer estar numa condição de favelização, embora nós estejamos ressignificando o conceito de favela. É, mas de tudo e qualquer forma,

todo e qualquer tipo cidadão e família, quer ter sua vida estruturada, seja ela num centro, seja ela na periferia da cidade, sem ser dali estigmatizado. Então quando, se o único instrumento que você tem é reorganizar sua comunidade para que ela possa fazer o enfrentamento necessário de um racismo sistêmico. Porque aqui nós estamos dizendo o seguinte, se o racismo é um sistema, e ele consegue ser naturalizado na estrutura que nós somos, ele só pode naturalizar na perspectiva de que ele se justifica. Mas se ele se justifica, como ele se justifica? Ele não se justifica através do trabalho do outro, como nós vamos pensar do ponto de vista ideológico marxista e tal, ele se justifica porque ele tem a necessidade de eliminar o outro. É muito mais dramático do que a gente pensa. Essa estrutura elimina ou tenta por diversas facetas eliminar o outro. Nós temos isso como advento a nossa própria questão de saúde, a política de saúde que nós estamos hoje celebrando e festejando o SUS. Mas nós sabemos que a política de saúde no Brasil que nasce em mil novecentos e vinte, com uma grande vertente higienista, levando o vamos limpar o centro da cidade. Limpar o centro da cidade significava vamos higienizar o centro da cidade, significava tirar os cortiços, tirar essa população do centro da cidade, - não dá, esse povo feio esteticamente no nosso espaço. E fomos jogados então para os cortiços, saímos dos cortiços e fomos para as favelas. Isso numa política de estado, isso que eu acho um absurdo. Então, como se trata de uma questão fundamental de existir, ou seja, é natural que eu combata o racismo. É natural que ele seja meu inimigo número um, é natural que eu olhe para a frente e fale, olha eu vou te derrotar, mas você não vai me matar na forma como você sistematicamente estrutura e imputa a mim aquilo que eu não sou e aquilo que eu nunca fui... O racismo ele tem essa faceta que é imputar, ou seja, ele imputa um conceito. Então, eu me tornei especialista em linguagem porque justamente eu percebi que na verdade, as palavras, a linguagem do qual nós lançamos para fazer a luta racial é a mesma palavra e a mesma linguagem que não dá conta para que o outro consiga perceber o que é exatamente

o racismo. O racismo ele é brasileiro, ele é tão fantástico porque ele consegue mascarar de maneira bastante acentuada o que é a sua própria natureza. Quando você limpa e você percebe o que racismo está dizendo sobre a questão da vida e não sobre a questão de cotas, e não sobre questão de reparação, professora, é questão de existência. Você muda, inclusive o aspecto do olhar e você muda a natureza da ação de tudo aquilo que você faz. Porque se eu for pensar do ponto de vista da reparação, se eu for pensar do ponto de vista das cotas, ou subsídio, eu estou partindo de que eu vivo em uma sociedade no qual o racismo é um dos elementos constitutivos, tanto quanto o enfrentamento que nós temos que fazer do sexismo, no enfrentamento que nós temos que fazer quanto a questão da homofobia, do enfrentamento que nós temos que fazer contra a questão de classe. Não. O racismo não é uma questão de classe, o racismo não é uma questão homofóbica, o racismo não é uma questão de direitos, a pedra fundamental do racismo está vinculada à questão de existência. Então, se está vinculado a questão de existência, todas as outras lutas que nós precisamos elas vêm depois, porque primeiro eu preciso me manter vivo. E se eu me mantenho vivo diante dessa estrutura específica dar existência a minha perspectiva de mundo, eu não faço mais um hoje enquanto gestor de política da igualdade racial, enquanto gestor da política de povos, garantia de direitos de povos e comunidades tradicionais, eu não ajo porque é a minha profissão. Eu não ajo porque eu sou pago para isso. Eu não ajo porque eu sou dessa etnia. Eu não ajo por causa dessa minha religião. Eu não ajo por causa de direitos e deveres que está constitucionalmente instituído e é da minha obrigação fazer. Não. Eu faço porque a minha natureza exige, se eu não fizer eu estou morto. Se eu não agir, eu estou morto. E isso vai acontecer depois que eu deixar de respirar...Eu acho interessante sim. Eu acho interessante reconceituar na perspectiva de perceber, para nós que tivemos uma luta antirracista perceber que é uma questão de vida. E se é uma questão de vida, nós discutimos a esse nível. E se é a nível de existência aí sim, você querer

saber o que de contribuição eu possa dar mediante a manutenção dessa existência, ponto. Quando eu faço assim eu já eliminei cinquenta por cento do caminho para que eu possa dizer que eu sou uma pessoa que estou numa luta antirracista. Já que imputaram a mim essa questão racial, então eu fui fazer o que, eu fui estudar, eu

Solange Aparecida Duarte

Na verdade a Solange é fruto da união de pai indígena e mãe preta. Então, já na concepção é o que hoje a gente dentro do movimento, a gente conseguiu como conquista, essa identificação do que seja a população negra que seriam os pardos mais os pretos, isso somando nós temos a população negra. Então, eu já venho constituída exatamente lá no nascedouro, pai e mãe, de pai indígena e mãe preta. E como é que isso tudo aconteceu? Então, para além de eu ser uma mulher negra, eu também sou uma mulher deficiente. Então, aí o que que acontece? Muito cedo eu morava em Piraquara, que é a região metropolitana aqui de Curitiba. E Piraquara tem na sua constituição parte de muitas pessoas descendentes de italiano e de alemães. Então, o que que acontece? Na verdade, as pessoas desde muito cedo, me deram já um lugar social de uma mulher negra, hoje reconhecidamente negra. E de uma mulher deficiente. Então, o que que aconteceu, meu pai e a minha mãe sempre me disseram que uma das formas da gente se estabelecer na vida seria estudando. Também e aí isso foi ficando na minha cabeça, certo. E era muitas vezes reforçado porque a família, esse berço onde havia umas reuniões de família e a família sempre dizia. Eu tinha uma prima, tinha literalmente por que ela não vive mais, mas éramos eu e minha prima. E a família sempre dizia, até porque minha prima ela era realmente mais bonita. Ela não era negra e ela não era deficiente. Então eles diziam que ela era muito bonita, mas que eu era inteligente. Então a gente vai se constituindo a partir disso e acabou

fui perceber, eu fui saber quais são os mecanismos usados por essa estrutura extremamente muito bem-organizada. E que, por sinal, ela beneficia um conjunto de pessoas e dá a essa sociedade brasileira a manutenção do poder dentro da nossa União. É isso.

que eu acabei acreditando nisso e fui buscando e estudando sempre. Nesse andar de estudar e de aprender e de buscar, o que que acontece? Eu acabei assim me dedicando muito a aprender uma forma de me estabelecer. Foi quando a gente aí teve movimento de “Diretas já”⁵⁹ e a partir das “Diretas já” eu nunca mais parei na vida. E dali eu fui passando por alguns espaços. Eu passei primeiro por movimento de igreja católica, que na época era a teologia da libertação, então a gente passava por esse movimento de igreja católica, onde lá conheci pastoral afro. Dentro desse movimento a gente já teve então a identidade de que realmente ali era o nosso lugar social. Para as discussões, era onde a gente tinha a identidade de pessoas muito parecidas. E depois dali, a gente percebeu que para se estabelecer algumas políticas que lá dentro a gente discutia e que a gente já entendia que era importante. A gente não tinha muitos elementos, mas nós entendíamos que era importante. A gente começou a perceber que tínhamos que participar das decisões. Quem tem poder de participar das decisões e quem tem as decisões é a política, então vamos para o movimento político. E esse movimento político é um espaço de disputa, é um espaço extremamente, como até hoje ele ainda é totalmente..., ele é desigual. Então para as mulheres, para a mulher negra é assim o dobro das dificuldades. É tudo muito complicado e a gente leva rasteiras assim, muitas rasteiras. Saindo desse movimento, participando ainda mas não tão organicamente, fui para o movimento

⁵⁹ O movimento Diretas Já aconteceu entre 1983 e 1984 e defendia eleições presidenciais diretas em 1985. Foi a primeira mobilização popular realizada desde 1968 e tinha o objetivo de convencer o Congresso Nacional a

sancionasse a Emenda Constitucional 05/1983 (autoria deputado federal Dante de Oliveira - PMDB/MS) que envolveu diversas lideranças (políticos, artistas, intelectuais) em diversos comícios nas capitais brasileiras.

sindical. Que também levei todas as rasteiras do mundo. movimento de mulheres, todas as rasteiras também. E chegamos aí, foi quando eu cheguei no Movimento de Mulheres Negras. Nesse ínterim. Porque como eu tenho cinquenta e cinco anos, então a gente sempre tem muita história. Na década de noventa vem aquela, a proposta no início da década de noventa, a proposta então do Betinho⁶⁰..., ai esqueci, era o movimento pela ética, movimento pela ética na política. E fazia então a discussão da questão alimentar, da comida. Então lá eu me envolvi muito com aquilo por identidade também, porque, porque a gente pobre, aí você vê a possibilidade de você ajudar os seus, os seus próximos. Então me inseri muito naquele movimento e de lá para cá, depois no movimento do Fome Zero. O que dentro do movimento de mulheres negras eu fui descobrir que isso chama-se segurança alimentar e nutricional. Então hoje, dentro do movimento de mulheres negras, a minha política é a discussão da segurança alimentar e nutricional. É onde eu fiz o meu mestrado e é onde eu quero fazer meu doutorado. Eu sou professora de formação, professora de matemática. Ontem, quando eu estava na sala de aula, pegava todos esses dados e levava para a sala de aula e aquilo dava um problema muito grave. Por que dava um problema muito grave? Porque aí as discrepâncias elas vão aparecendo, essas discrepâncias todas, essa coisa do acesso, essa coisa da comida, quem é que tem, quem é que não tem. Quem é que decide, onde estão alocados. E qual é o problema hoje da comida para a nossa população, para o nosso povo, para o nosso povo preto. Então que fome, falta de saúde, tudo isso tem endereço e tem cor...Esse andar todo, esse caminhar todo foi sempre em busca, achando que não, mas não pode ser só assim, não pode ser só assim. E dentro do Movimento de Mulheres Negras a gente entende que realmente todo o espaço ele é um espaço de disputa. Qual é a diferença?

É a identidade que a gente tem, que por mais disputas e por mais discussões que se faça quando a gente sai dali, a gente tem uma luta em comum, porque nós temos uma identidade. Então é essa identidade da mulher negra é que faz com que a gente fique aqui agora, e vamos depois - você quer tomar uma água? - Não, eu sei que urge, eu sei que é importante. Por quê? Porque a gente precisa se somar para a gente avançar e precisa de alguns e sempre a gente vai precisar fazer assim, abrir o precedente para que as coisas caminhem. Então é o seu momento que você pode, é um momento que eu posso, então vamos caminhar para isso. Isso quem me traz muito é o Movimento de Mulheres Negras. É onde a gente tem toda uma discussão de como é que a gente vai fazer a diferença e como é que as coisas vão avançar. Que é, um elemento do qual dentro do movimento de mulheres, eu achava que não, eu era empregada delas e a gente não conseguia fazer o diálogo. Por quê? Porque, além de negra, também deficiente, então o meu lugar de fala não poderia necessariamente estar na horizontalidade. E dentro do Movimento de Mulheres Negras, é tranquilo, é todo um mar de rosas? Não. Mas existe o entendimento, mesmo com toda a discussão do colorismo que a gente tem, mas cada pessoa precisa ter e respeitar o lugar, a posição que o outro está, os elementos que o outro trás. Que a outra no caso, nós estamos falando de mulheres agora. Enfim, ...isso quem me traz, quem me traz todas essas concepções é o Movimento de Mulheres Negras. Então é por isso que eu estou aqui desde dois mil e oito. Eu hoje eu estou tentando buscar formas para me capacitar para que a gente continue e que isso cresça, e cresça, e cresça muito mais. Já estamos com formação de juventude, de jovens negras. Então por isso que urge que a universidade tenha um outro olhar, tem um outro patamar que a gente crie realmente uma outra universidade, que a gente tenha lá

⁶⁰ Sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em 1980 fundou Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Na década de 1990 coordenou a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que passou

posteriormente a ser denominada de campanha contra a fome. Em 1992 atuou no Movimento pela Ética na Política que contribuiu para o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello.

dentro outros profissionais. Desculpe, se não respondi.

Maria da Conceição Lopes Fontoura

Para começar, eu vou ir um pouquinho antes do encontro com o que a gente chama de movimento social negro, movimento social de mulheres negras. Eu nasci numa cidade chamada Cachoeira do Sul e uma cidade com forte presença branca, em que pessoas negras, elas eram aquelas que ocupavam os espaços mais no mundo do trabalho. Eu lá de uma forma assim diferente, vamos dizer, por incentivo de meus pais, eu tive oportunidade de estudar. Então eu estudava e era colega de pessoas brancas. E eu tinha, recebia, o apelido, adjetivo, de ser uma pessoa inteligente. Então eu sempre fui estudiosa. E quando venho para Porto Alegre com a minha família, eu continuando meus estudos, vim em mil novecentos e setenta, em mil novecentos e setenta e um eu ingresso na UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no curso de Letras. Então em setenta e um, eu entro no curso de letras, conheço algumas pessoas negras pelas quais eu passava, assim, poucas. E em mil novecentos e setenta e dois eu leio uma reportagem no jornal Zero Hora, falando do Grupo Palmares. Então, quando eu li aquela reportagem, eu pensei assim comigo, é isso que eu quero pra mim. E eu, em mil novecentos e setenta e três passei a trabalhar na UFRGS. Eu trabalhava no Instituto de Química, que naquela época era ali onde é hoje o que chamam de centro cultural, aquele prédio amarelo de frente para Redenção. E ali eu conheci uma estudante que morava na casa da estudante. Naquela época a UFRGS tinha uma casa da estudante na Getúlio Vargas. E ela disse que era colega, tinha como colega uma das pessoas que estava naquela foto que eu vi no jornal Zero Hora, que era a Anita Abad. Então ela me apresentou a Anita e a partir daquele momento eu passei a ter contato já com as

pessoas do movimento negro, do Grupo Palmares, que tinha proposto a ideia do “20 de novembro”. É a partir daí que eu começo a ser, o que a gente pode chamar de militante. Então em mil novecentos e setenta e três, junto com o pessoal, mas assim, mais escutando do que propriamente falando, porque eu estava com Oliveira Silveira, estava com Helena Machado, que são dois expoentes naquele momento do Grupo Palmares. E ajudei participar dos encontros, ia conversar com pessoas para participar de uma celebração do 20 de novembro daquele ano, mil novecentos e setenta e três houve três atividades. Uma era uma exposição de artes por três artistas negros, dois já estão mortos, já faleceram, que é o João Altair⁶¹ e a Maria Lídia Magliani, está vivo Paulo Chimendes que era mais jovenzinho do que os outros. E outra atividade foi um espetáculo chamado do “Do carnaval ao quilombo”, que contava a história, um pouco da luta negra no Brasil, então tinha um pouco de história e era entremeado com letras musicais. E teve também nesse ano uma palestra, uma conversa do Décio Freitas que era um historiador e que escreveu sobre o quilombo dos Palmares. Então o meu início é assim. O que eu digo para as pessoas assim, vamos dizer de interessante, o que hoje é interessante nesse momento. Nós vivíamos, o país vivia a chamada no período de Ditadura Civil Militar. Então naquela época havia, a partir do AI-5⁶², havia a questão da censura federal. Então assim, os espetáculos para serem apresentados eles tinham que ser autorizados pela censura federal, tinha um setor da polícia federal. A polícia federal naquele tempo ficava lá na Avenida Paraná. Então o texto que foi apresentado tinha que ser levado até a polícia federal para ser submetida ao julgamento para ver

⁶¹ João Altair de Barros (J. Altair)

⁶² Ato Institucional Número Cinco (AI-5) é um decreto de 1968 permitia ao Presidente da República “decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de

quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências” (fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm)

se poderia ser apresentado. Então eu tive o meu batismo de fogo ali, eu fui a pessoa que levou até a polícia federal o texto para ser analisado. Lógico, eu sempre digo que eu não falei em casa, nem para meu pai e nem para minha mãe, o que eu ia fazer lá, se eu tivesse falado com certeza eles não aprovariam, não aprovariam. Eles morreram sem saber desse ato. Então levei, teve uma coisa assim que eu lembro, que depois que o texto foi aprovado e antes de ser apresentado efetivamente ele teve que ser apresentado para o sensor, uma pessoa que fazia o papel de sensor. E tinha que ser apresentado como ele aconteceria naquela data. Então um dia anterior, foi apresentado, as pessoas foram ler o texto, a parte que contava história e depois as músicas todas. Então isso é a minha participação assim no Grupo Palmares de início e depois a gente fez uma série de outras caminhadas. Isso é uma coisa assim que para mim, ela é marcante. Por que eu gosto de dizer isso? Porque foi como eu disse, eu me vi assim, olhando assim, vindo do interior, de uma cidade branca, onde as pessoas brancas eram aquelas que tinham alguma importância na cidade e a gente no próprio aprendizado pouco se aprendia sobre a questão negra. O que se aprende é assim, ah, os escravos vieram da África, a escravidão no Brasil foi pacífica. Então não se tinha, vamos dizer, uma valorização por ser negros, apesar de que a valorização de ser negro ela veio sempre por parte de negros. A gente tinha clubes de negros lá em Cachoeira do Sul, que até hoje está no registro, o Clube União Independentes, teve um outro também, Treze de Maio, tinha algumas escolas de samba também lá na cidade. Então isso são coisas assim que eu lembro. De início eu não lembro, qual é a outra [*questionamento com relação a pergunta feita a entrevistada*], se tu tiver, eu vou pedir Marta que tu intervenha. Eu não sei se é isso, é uma coisa, porque depois o que eu posso fazer é dar um salto assim, no tempo. Dizer que eu participei do Grupo Palmares. Depois uma coisa assim que eu acho muito importante para mim, na minha vida, é que foi a partir de mil novecentos e oitenta e sete, quando no final, eu já conhecia algumas das mulheres e a gente já participava de alguns

encontros. Entre, também de encontros com pessoas comuns assim, a gente vai a festa, se encontrava. Mas também nós passamos a fazer parte da construção do Maria Mulher. Então mulheres negras, a gente passou a se encontrar e dizer, perceber, que as nossas demandas elas não estavam contempladas, não só nossas como as de mulheres que vieram antes, não estavam contempladas pelo movimento feminista que acontecia ali naquele período. Então foi criado, o Maria Mulher, no final de mil novecentos e oitenta e seis, assim nós registramos como data de criação do Maria Mulher, oito de março de mil novecentos e oitenta e sete. Então para mim esse foi um dos momentos importantes, passar a discutir temas que são de interesse das mulheres negras, mulheres negras que são construtoras históricas desse país. Falar de mulher negra é falar de quem com o seu trabalho, sem receber a devida reparação, construiu esse país, são mãos negras, eram aquelas que faziam os trabalhos naquele período. A história nos conta isso, o ingresso dos portugueses, quando trouxeram, roubaram pessoas negras do Continente Africano, as trouxeram, os trouxeram, para serem os trabalhadores daquele momento. Ninguém pode imaginar os diferentes ciclos, o ciclo qualquer que seja, da mineração, o ciclo do café, do açúcar e não ver rostos negros ali, na verdade trabalhando. Lembrando assim, da riqueza que foi, da grandeza que foi, as mulheres negras que trabalhavam na parte de fazer a comida. Hoje as pessoas fazem comidas, colocam, por exemplo, à feijoada a importância. Mas a feijoada, ela é feita com o que restava. Então a grandeza das mulheres negras precisava ser ressaltada. Então, Maria Mulher surge em mil novecentos e oitenta e sete, e somos uma das organizações que iniciam a criação dos grupos de mulheres propriamente dito. Nós temos lógico, no restante do país até organizações que tem um destaque grande, o centro do país ele faz isso com as causas. Nós estamos aqui na bota do país, mas o nosso papel ele tem, das mulheres tem sempre a sua importância...Na verdade, eu acho que para mim a conquista ela tem que ser na verdade coletiva, ela tem que ser em conjunto. Eu outro dia, disse que por ser

uma qualidade de quem é de aquários, quem é o meu signo, e diz que pessoas de aquário gostam de andar com outras pessoas. Então eu digo, se tiver uma qualidade de aquário que eu me identifico, seria essa. Não fico assim, falando muito de signo, buscando mais, mas isso me chama a atenção. Eu acredito que uma causa, porque eu poderia ficar envolvida unicamente com a minha vida. Eu ingressei na UFRGS, num curso de Letras, depois na sequência eu consegui o meu trabalho. Eu poderia ter uma vida, vamos dizer melhor financeiramente do que eu tenho hoje. Eu tenho ainda muitas dívidas, pelas coisas que eu andei fazendo. Então, e eu não me arrependo. Eu acho que essa coisa da coletividade, não sei, talvez seja uma resposta que eu tenha que dar. Porque eu tive de certa forma uma vida amaciada. Tem pessoas assim, que contam história, ah, eu fui trabalhadora doméstica, eu acho isso bonito num currículo para quem é candidata. Mas eu já fui candidata, mas nunca pude dizer isso, porque não é verdade. Pessoas assim onde faltou a figura paterna na vida, não eu, eu tenho meu pai, ele só nos deixou quando ele veio a óbito. Então assim, ele era uma pessoa que tinha instrução pouca, mas ele dizia assim: “Olha o que eu posso dar para vocês é comida e estudo, estudem, depois vocês arrumem um trabalho para vocês”. Então essa coisa assim, se eu fosse olhar só para a minha vida como umas colegas brancas minhas, elas estudaram, se formaram, depois foram ter as suas vidas. Casaram, ou não casaram e tal. Mas... nunca ninguém disse para mim assim olha Conceição, que tem que ser uma militante da causa antirracista. Mas quando eu conheci, eu vi isso como uma possibilidade de fazer algo. Não vou resolver o problema, sabia, mas tinha essa possibilidade de estar com outras pessoas, da gente estar buscando vida melhor assim como eu tinha, outras pessoas também terem a possibilidade de se saber que a gente tem sonho, que a gente pode lutar assim pelos sonhos. E dizendo assim, no curso de Letras o que eu fiz em relação a temática racial. Eu lembro que numa disciplina eu coloquei, eu gostava de escrever assim um verso antes do texto, eu coloquei um verso de Oliveira Silveira. E o professor, a gente

era de literatura, e o professor depois chamava para conversar sobre o texto tal, e aí ele me perguntou por que eu não fiz o trabalho sobre o Oliveira Silveira. E eu fiquei assim, olha, eu conhecia o Oliveira Silveira o que, uns dois, três anos naquele período, lógico que eu achava o Oliveira um poeta, mas eu não sabia que eu poderia falar dele assim como eu falei do Jorge de Lima. O Jorge de Lima era um poeta já famoso no mundo da literatura e da própria universidade. Então o que me chama atenção, eu acredito, foi isso de acreditar que a gente pode fazer alguma coisa e, tinha assim, essa temática que eu gostei, saber falar, conhecer a história. Não aquela história que dizia, por exemplo, que o Quilombo dos Palmares, tinha aprendido isso, era um lugar de negros fujões e que foi derrotado pelo valoroso, era bem assim, o valoroso bandeirante Domingos Jorge velho. E aí depois a gente vai estudando, a gente vê o quão rapineiros eram os chamados bandeirantes e o quanto mesmo eles aumentando como dizem que eles aumentaram as fronteiras do país, mas eles eram extremamente maldosos. Então, conhecer esse lado é uma das coisas que eu acho que me fascinou e que me fez ficar dentro do movimento. Lógico que teve um período assim da minha vida, no final assim dos anos setenta, início dos anos oitenta, quando eu conheci o pai da minha filha e tive um envolvimento com ele. Então assim,...tirei para construir a minha vida pessoal. Mas depois assim, quando a gente se separou eu voltei já de novo para a luta, foi quando a gente, quando ingresso em Maria Mulher. Minha filha era pequena naquela época. A gente ia para as reuniões, fazia reuniões de Maria Mulher, inicialmente as reuniões elas eram em lugares diferentes. Depois a gente conseguiu, o que a gente diz, de sede, que era a garagem do Marcelo, que era companheiro da Cláudia Pons Cardoso, que hoje está morando na Bahia e que tem um tese maravilhosa sobre mulheres negras. Então a gente ia para lá e na frente da sede tinha o colégio Roque Gonzáles e a minha filha ficava brincando na frente do colégio. Aí ela brincava e daí a pouco ela vinha assim: “mãe já terminou” - “não falta mais um pouquinho” - porque a gente tinha que se reunir para nos fortalecer para fazer

os enfrentamentos. Porque um enfrentamento que a gente faz, a gente não pode fazer só com palavrão, a gente tem que ter um conhecimento. Então a gente tem que ter o conhecimento, a gente lia textos sobre e de mulheres negras e tal. E nós fazíamos a partilha, a repartição do tema para quando a gente fosse num encontro de feministas, que a maioria, eram mulheres brancas, a gente dizia para

Almira Maria Maciel

Bem, poderia começar dizendo que sou professora. Até gosto de dizer que sou professora normalista, porque sou do tempo que o curso de magistério era Escola Normal⁶³. Aos dezoito anos tinha concluído o meu curso. Atualmente estou com setenta e quatro, então foi sessenta e seis, vou completar daqui alguns dias, setenta e quatro anos. E em 1966, em pleno golpe, eu concluí o meu curso de magistério, chamado escola normal. Então, eu sou uma professora normalista. Fui atuar mais tarde, foi a partir de mil novecentos, logo que termino o curso de magistério eu, vou trabalhar. Naquele tempo era no Paraná pela Fundepar⁶⁴, eles contratavam professoras e fui trabalhar numa escola em Santa Quitéria. Uma escola inclusive, que minha mãe havia trabalhado. Trabalhei como professora de primeira série, foi um desafio bem importante. Porque, lembrando o centenário de Paulo Freire, realmente a gente vai aprendendo pela ação e pela reflexão, o que é de fato ser uma educadora. Ainda há muito que aprender, não é simples assim...Mais tarde, em mil novecentos e setenta e três, é quando eu ingresso na rede municipal de ensino de Curitiba, vou trabalhar na Vila Nossa Senhora da Luz, uma turma de terceira série. Foram novos desafios a serem enfrentados. É nesse processo que eu vou me percebendo como Almira, o que é ser Almira. Quem é a Almira e qual era o meu entendimento e a minha relação com as

elas qual era efetivamente a nossa pauta de luta e quem é que nós estávamos ancoradas para fazer aquela nossa fala, e assim é que a gente consegue o respeito da sociedade na qual a gente está, é incluída. A gente tem que ter o nosso arcabouço para chegar e dizer que aquilo que a gente está demandando, na verdade tem início, meio e tem fim.

questões raciais? Na rede municipal de ensino, a gente só vai tratar diretamente disso já em mil novecentos e oitenta e oito, no centenário da abolição. Quando o movimento negro faz aquela campanha “não deixe sua cor passar em branco”, se não me engano é essa. Porém, a minha vida foi me mostrando que eu fazia parte de um componente populacional,...ou de uma parcela da população que tinha algumas diferenças, digamos. A minha família é miscigenada. Tanto do lado materno, quanto paterno. Meu avô paterno era um retirante nordestino. Na família do lado materno, nós tínhamos também uma miscigenação, a ponto de eu ter primos de pele bem clara e inclusive com um apelido significativo, que fazia menção a isso. Como tinha também, primos e primas que se percebia claramente os traços fisionômicos de origem africana, cabelos, lábios, enfim. Eu percebi isso. Eu fui percebendo isso. E fui percebendo também como essas relações estavam estabelecidas na vizinhança, quando eu fui morar em Curitiba. Eu fui para Curitiba com oito anos. E ali eu percebi...até talvez por causa da idade, fui percebendo com mais nitidez, como é que se estabeleciam diferenças com relação às pessoas que não detinham os mesmos traços fisionômicos, ou físicos, enfim de aparência de alguns, outros de cabelos bem lisos, de olhos de cores diferentes que não só o que nós chamamos de castanho, ou preto e tal. Eu fui percebendo suas diferenças e vi que

⁶³ A Escola Normal era a instituição responsável pela formação de professoras/es para lecionar no ensino primário, habilitava para o magistério. A primeira Escola Normal foi criada no Brasil em 1835 e a LDB de 1996 transferiu a formação de educadores

(professoras/es) para o nível superior, em cursos de graduação.

⁶⁴ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (Fundepar) é uma autarquia do Governo do Estado do Paraná.

elas também faziam menção a mim, mesmo que na subjetividade, mesmo que, como eu diria, assim sutilmente, mas fazia. Perguntavam: “Nossa, mas você é, você é irmã dessa menina? Como vocês são diferentes”, entende. Então essas coisas eu fui percebendo. Fui percebendo, mas nunca questioneei, também porque não tinha elementos, não tinha percepção... Aí eu me caso, me casei em sessenta e nove, fui viver uma vida que também me apresentou inúmeros desafios. E de imediato, assim que caso, deixo de trabalhar nessa escola por, digamos, vou chamar de sugestão, para não, não levantar mais. Mas eu fui convencida de que eu não precisava continuar trabalhando. Tudo bem, eu me deixei convencer. Deixei de trabalhar então naquela escola. Uma coisa importante, nessa escola teve uma greve de professores e acho que eu fui perguntada se ia participar da greve, uma vez que eu era uma professora novinha, que nem nomeada não era, só contratada. Então, passou por aí um pouco. Eu entendi de greve com a minha mãe, dentro de casa. A minha mãe falava de greve e participou de greves, enquanto ela pode trabalhar, porque ela teve sérios problemas de saúde e no ano que eu concluo meu curso na Escola Normal, a minha mãe faleceu já no início do ano, em março. Enfim, eu aprendi com a minha mãe que greve era uma forma de luta e de resistência. Minha mãe era uma pessoa da resistência. Era uma pessoa que trabalhava a resistência no seus limites, naquele momento de

compreensão, de informação do que foi historicamente e como ela se transforma na pessoa que era. Mas eu aprendi um pouco de greve também com ela dentro de casa. Muito bem,...casei em sessenta e nove, mas é só em setenta e três que eu ingresso na prefeitura. Eu fiz o concurso, mas naquele tempo nós só tínhamos oito escolas em Curitiba da prefeitura. Então, demorava até ser chamado e tal. Então eu fui chamada em setenta e três para ir para a escola da rede municipal, lá na Vila Nossa Senhora da Luz. Foi um período muito rico, muito rico, eu só reconheço isso hoje, da riqueza que foi aquele processo de ter ingressado na rede municipal de ensino de Curitiba. Já filiada à APP⁶⁵, naquele tempo nós éramos proibidas, proibidos, os servidores, professores, de participar de sindicatos, por isso que a APP era Associação dos Professores. Só em oitenta e oito, na constituição de oitenta e oito, que ela se transforma em sindicato, a partir dessa Constituição. E mais tarde eu pude participar também do surgimento da AMMC⁶⁶ que se transforma em SISMMAC⁶⁷, sindicato do magistério municipal de Curitiba. Então esse processo me enriqueceu bastante. Junto com isso em setenta e três, eu vou morar num conjunto habitacional chamado Gralha Azul que fica ali no, hoje é Capão Raso⁶⁸, naquela região ali, fica muito próximo do Capão Raso, na Avenida Brasília. Então vou morar lá. E chegando lá, nós fomos contatados pelas pessoas responsáveis por formação...das Comunidades Eclesiais de Base⁶⁹ do Xaxim⁷⁰, da Igreja São

⁶⁵ A associação de professores surge em 26 de abril de 1947 como a primeira organização construída por professores e professoras do Paraná. Posteriormente em 1981 (13 de dezembro) acontece a junção da entidade com a Associação do Pessoal do Magistério do Paraná (APLP) fundada em 1967 e a Associação do Pessoal do Magistério do Paraná (APMP) fundada em 1972. Em 1989 suspensa as restrições da ditadura militar com relação a formação de sindicatos a APP passa a ser constituída como APP-Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais no Paraná.

⁶⁶ Associação do Magistério Municipal de Curitiba (AMMC), fundada em 1979.

⁶⁷ Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (SISMMAC), criado em 1989 como representação das/os professoras/es da rede municipal de ensino de Curitiba.

⁶⁸ Bairro Capão Raso, situado na região centro-sul da cidade de Curitiba, tem origem em propriedade de imigrantes italianos.

⁶⁹ Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são grupos comunitários organizados ligados à Igreja Católica.

⁷⁰ Bairro da região sul da cidade de Curitiba, tem origem em povoamento em torno da estrada que ligava Curitiba a São José dos Pinhais, faz divisa com o bairro Capão Raso. O nome do bairro é de origem indígena e faz

Francisco, acho que São Francisco de Assis no Xaxim, era no Xaxim. Eu começo a participar e esses encontros foram me mostrando uma série de coisas. Nós fomos tendo formação. Foi muito bom, foi muito bom no sentido que eu comecei a fazer conexões daquilo que eu percebia e daquilo que a formação política foi me trazendo. Eu sou uma defensora de formação política. Eu acredito que a educação popular e a formação política, elas são fundamentais enquanto instrumentos de luta e de resistência. Que é o que o Paulo Freire fez durante a sua existência. Muito bem, junto com isso, passando por esse processo de formação ali, eu também...fui catequista na Igreja Católica. A minha formação, a minha formação de família, ela é cristã. Essa formação eu recebi da minha mãe particularmente, meu pai era mais crítico. E uma certa medida meio cético a uma série de coisas. Ele muda mais tarde, ele muda algumas coisas, porém. Então eu fui juntando esses elementos, eu acho que a vida da gente é assim. A gente vai juntando esses elementos, o que foi a minha infância, algumas coisas que eu fui percebendo e o que essa formação política foi me trazendo e me apontando. Em oitenta e oito nós tínhamos um projeto. Foi pensado um projeto na rede municipal de ensino de Curitiba para as escolas integrais. Eu só vou fazer o meu curso universitário nesse período, eu concluo o curso de pedagogia em oitenta e sete. É quando eclodiu uma greve, a famosa greve dos quarenta dias da rede municipal de ensino. É uma bela história também. E é neste momento da organização desse projeto, com algumas pedagogas pelas quais eu tenho um grande respeito, que eu aprendi uma série de outras coisas. É o primeiro momento que em cursos de formação da prefeitura, pelo menos que eu tenha participado, pode ser que tenha havido outros,...que um texto nos é

apresentado a respeito de Zumbi dos Palmares. Eu não tenho mais aquele texto, mas hoje quando eu olho, quando eu lembro dele, eu fico pensando o quanto ele era suave. Buscando, porque aí nessa busca de conhecer Zumbi e a história de Palmares. Mas foi um momento também bem importante. E em oitenta e oito eu assumo a coordenação pedagógica. Eu era uma das coordenadoras pedagógicas dessa escola de tempo integral. Essas escolas, esse projeto, ele é desmontado quando o prefeito, o então candidato à época e que se elege na "a campanha de 12 dias"⁷¹, o Jaime Lerner, esse projeto ele é totalmente desfeito e passa então a compor os seis centros de educação integral. E desmontam todo o projeto que nós tínhamos e que era bem importante, muito avançado à época e voltado para as periferias, para as escolas de periferia. Eu fiz parte de um grupo de pedagogas que resistiu a esse projeto. Depois esse grupo aos poucos também foi se esgarçando, deixou de existir, enfim. Eu resisti por um tempo até, enquanto estive na rede eu resisti em defesa dessa questão. E trabalhei em oitenta e oito como coordenadora pedagógica, trouxe a questão do racismo para o interior da escola, foi um desafio muito grande, não foi assumido pela escola como um todo, não foi. Entretanto, eu já estava participando, já tinha revisto a minha questão de formação cristã. Já tinha compreendido uma série de coisas e já buscava compreender tantas outras. E nesse processo, no momento em que eu já em outra escola, eu fiquei só dois anos lá na Vila, eu venho para uma escola perto da minha casa. Naquele tempo conseguir remoção não era tão difícil assim. E nessa escola eu participo de um curso na Igreja Bom Jesus, com o Frei Vicente, é quando surge a, gente, eu vou esquecer o nome. Enfim, eu participo e aprendi muito com o Frei Vicente também, ele foi uma figura importante nesse meu

referência ao tronco de uma planta denominada samambaia (plantas das famílias polipodiáceas, lycopodiáceas e ciatáceas). As samambaias também referenciadas no contexto religioso, na umbanda está ligada a ritos ritualísticos, usada em benzimentos, banhos, passes e a orixás (Ogum, Oxóssi).

⁷¹ Período de campanha (12 dias) que conduziu Jaime Lerner ao terceiro mandato na cidade de Curitiba após um ano em posição desfavorável nas pesquisas eleitorais. Nesse período Algaci Túlio (PDT), Airton Cordeiro (PFL) e Enéas Faria (PTB) renunciaram às candidaturas e passaram a apoiar Jaime Lerner.

processo de formação. E eu fui convidada, mesmo sem ter faculdade, sem ter curso superior, eu fui convidada a trabalhar ensino religioso nas séries, de quinta a oitava série. Eu fiz esse trabalho por dois anos...e eu segui a orientação das CEBs e do frei Vicente. O que de certa forma se contrapunha a postura da escola onde eu estava, que seguia as orientações de uma outra ordem, digamos assim. E numa festa de dia das mães, eu apresento um teatro que questiona esse dia das mães. Eu fui, eu hoje digo que eu fui muito ousada e paguei o preço, porque pra tudo você paga um preço. No ano seguinte eu volto a exercer a minha função de regente de classe de primeira à quarta série. Tudo bem, foi um aprendizado também. E teve momentos assim bem significativos nesse processo. Bom, eu era a oposição dentro da escola, no período de ditadura militar. Nós éramos algumas, tínhamos um grupo pequeno, mas tínhamos, de colegas e tal. E é por conta disso que eu vou fazer parte desse outro projeto das escolas integrais já em oitenta e sete. Então essa minha vida ela vem se constituindo assim. Aí, participando de processos de formação política no interior do partido dos trabalhadores, me filio, sou filiada, permaneço filiada. E vou tendo a oportunidade, eu não gosto dessa palavra. Eu tive a possibilidade de contato com feministas e de contato no interior do Partido dos Trabalhadores com coletivos de debate da questão racial. E foi através de companheiras e companheiros, que foi reconhecido o meu pertencimento. Eles reconheceram o meu pertencimento. Isso me emociona ainda hoje, de um companheiro dizendo prá mim: “o que é que você faz aí, quando você devia estar

junto com a gente?”. Como é que eu recebi isso? Eu recebi assim, você não é branca, não pense que você é. Eu sabia que não era. Eu sabia. Então, foi muito, foi muito importante, muito significativo. E eu assumo esse processo de resistência no interior do Partido dos Trabalhadores, no interior do movimento feminista. Assumo isso. E é nesse processo, como sindicalista, como “CUTista”⁷², eu começo a ter acesso e conhecer outras companheiras e companheiros do Brasil. É onde eu conheço o MNU. É onde eu conheço o que era combater o racismo. É onde eu conheço o que é o racismo negado, na tentativa de invisibiliza-lo no Brasil. Então começo a participar disso, e interessante naquele momento, ainda sem formação acadêmica suficiente. Porque realmente, ainda não tenho o suficiente, eu faço uma graduação, eu tenho licenciatura plena em pedagogia, sou orientadora educacional. E só mais tarde, em dois mil e cinco, eu faço uma especialização, pós-graduação especialização na UFPR⁷³ e vou no curso de história fazer uma pesquisa da presença, existência e resistência das mulheres negras e africanas escravizadas em Curitiba do século XIX. Essa minha pesquisa eu intitulo “Você sabe fazer renda eu te alugo pra ganhar!”. E ali eu consegui retratar a existência dessas mulheres e a forma de resistência e já pensando, já buscando, querendo compreender o que é esse processo, que leva inclusive ao integracionismo nessa sociedade que não nos quer. Em noventa, mil novecentos e noventa, noventa e sete, noventa e oito, gente perdi um pouco a data, são tantas datas. Eu sou filiada ao MNU, eu me filio ao MNU, quem assina a minha ficha de filiação é o Milton Barbosa⁷⁴ um dos

⁷² Membro/a da entidade de representação sindical brasileira “Central Única dos Trabalhadores” (CUT), uma fundada em 1983 em São Bernardo do Campo/São Paulo, durante o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat).

⁷³ Universidade Federal do Paraná, situada na cidade de Curitiba no Estado do Paraná.

⁷⁴ Milton Barbosa em 1966-1980 foi chefe de Ala na Escola de Samba Vai-Vai, 1974 atuou no centro acadêmico da Faculdade de Economia e Administração da USP ingressou como estudante de Economia 1974 na USP, e na Liga

Operária (LO) e participou da Associação dos Funcionários do Metropolitano de São Paulo (AEMESP) e criou o Núcleo de Negros Metroviários. Atuou em 1982 como membro do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores de São Paulo. A partir da década de 1970 atuou em ações de afirmação e valorização da cultura negra e foi um dos fundadores do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978. Participou dos preparativos e articulação no Brasil da marcha do “Centenário da Abolição” em 1988, em São Paulo; “Marcha

fundadores do MNU. Em noventa e sete, ainda em noventa e sete, nós construímos, elaboramos num coletivo composto por companheiras e companheiros de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. Nós nos reuníamos todo o final de semana na sede do SISMMAC. Eu fazia parte da direção do SISMMAC naquele momento. E nós elaboramos a tese “Raça e Território” que em noventa e oito foi apresentada e foi vencedora do congresso dos vinte anos do MNU, em Salvador. Até aí eu já tinha passado por vários momentos de formação, formação feminista, eu tive a possibilidade de participar de uma escola feminista que acontecia no Rio de Janeiro, nacional. Momentos de formação da CUT, momento de formação do Partido dos Trabalhadores. Sempre vinculados ao debate da questão racial, então o meu processo de formação passa também por aí. E aí a vida, o dia a dia, ouvindo alunas e alunos, as queixas que aí eles, porque é aquela coisa, você se identifica. Você sabe quem são os teus pares e com quem pode dizer algumas coisas. E as crianças têm uma sensibilidade que nós ainda não sabemos tratar devidamente, me parece, desde a mais tenra idade. Quando a gente diz que o bebezinho no berço, ainda sem falar, ainda não aprendeu a falar, ainda não caminha, mas que absorve a energia que tem naquele ambiente. Seja ela qual for. Então por que o bebê fica agitado, por que o bebê deixa de dormir, porque etc., etc.,... Ou, porque é um bebê mais calmo, a energia que ele consegue absorver pela sua sensibilidade, isso é interessante, é importante. Então as crianças percebendo isso me buscavam para retratar, para relatar, seus enfrentamentos, porque elas enfrentam. Criança enfrenta e elas se enfrentam e as crianças negras enfrentam o racismo no interior da escola. E hoje, hoje convicta de que realmente o que acontece não é evasão, mas é expulsão pelo negação dos traços identitárias, que essas crianças também não sabem o que é, mas

que elas trazem no interior da sua composição, enquanto ser humano. É isso, isso é uma questão ainda para ser muito estudada, muito, muito estudada. Enfim, isso é um pouco do que eu sou. Hoje aposentada desde dois mil e três. Puxa, quase vinte anos que eu estou aposentada. Continuo militando, com a pandemia com mais dificuldade, porque a pandemia e com essa forma das *lives*, eu acho que é uma superexploração do ser humano. Precisa avaliar isso, o que é trabalhar em casa. Trabalhar em casa, trabalhar em casa não é bem assim, sabe. Por quê, eu me lembro de ter levantado essa reflexão em um grupo de mulheres uma vez, dizendo que porque alguém diz puxa, mas agora as costureiras podem trabalhar em casa. Porque é bom, porque elas estão em casa, elas não precisam pegar ônibus, elas podem também olhar os filhos em casa. Quer dizer. Você potencializa a exploração. Porque você está em casa. E isso está acontecendo com a gente hoje. Você está em casa, você tem que estudar, mas ao mesmo tempo você tem que ver se o feijão não queimou no fogo. Mas ao mesmo tempo você tem que ver se a máquina já parou de trabalhar para você ir lá estender a roupa e aproveitar o Sol. É uma hiper exploração. E tem *live* em cima de *live*, em cima de *live*. Que você não sabe que horas termina e que horas chega à meia-noite. Se chega à meia-noite, além da meia-noite você também já vai ter mais alguma *live* agendada. Então a hiper exploração que você entra num processo, eu acho que o burnout⁷⁵, que foi discutido na década de oitenta talvez, pelo menos no magistério a gente conversar a respeito disso. Eu acho que ele já precisa ser reavaliado. Porque vai para além dessa morte interior que a gente vai provocando a gente mesmo. Que tem que fazer, tem que fazer, tem que fazer, tem que fazer, tem que fazer. E quando você faz, e quando você olha para você, e quando você é você, quando é que você tem o direito de dizer: “puxa eu estou cansada eu não quero ir para essa *live*?”.

Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida” à Brasília de 1995; da Conferência de Combate ao Racismo em Durban em 2001.

⁷⁵ Burnout é uma palavra inglesa utilizada para se referir a algo que deixou de funcionar por

exaustão. Síndrome de Burnout é um distúrbio psíquico provocado por condições de trabalho desgastantes.

Então, de certa forma até meio privilegiada nesse sentido, porque hoje morando fora de Curitiba, eu defino qual *live* eu quero ir, eu não quero ir, mas eu sei que tem pessoas que não tem como escapar. E particularmente as mulheres, são as mulheres que estão tomando a frente disso na grande maioria. E são as mulheres negras. Enfim, é um pouco do que eu sou. A tese que nós defendemos, foi Raça e Território⁷⁶. O que nós, assim grosso modo digamos fizemos, uma avaliação da conjuntura a época. Trouxemos a questão das guerras de alta intensidade e baixa intensidade a qual somos submetidas, submetidos. Trouxemos a questão de que é necessário ir para além do denunciamento. Não adianta só denunciar, a gente denuncia, claro, vai continuar denunciando. Porém, para além do denunciamento é preciso uma ação revolucionária que nos conduza a libertação. Nós não estamos libertos. Nós estamos ainda vinculados, digamos assim, a um processo de extermínio, de genocídio, de invisibilidade, de impossibilidades de toda ordem. E a gente tenta furar o cerco daqui, dali, fura o cerco daqui, dali, mas existe uma rede que não é nem de concreto, ela é de arame farpado, eu diria. Que nos rasga, nos rasga física, psicologicamente, materialmente, financeiramente, profissionalmente, culturalmente, filosoficamente e de todas as formas. Então, a gente defende um pouco disso. E ali trazemos também a questão das mulheres negras. Quem somos nós, mulheres negras? Para além de sexismo, porque o sexismo é só a visão biológica sobre a mulher e de novo a gente vai referendar a sociedade da forma como se apresenta, a visão patriarcal do mundo de homem e mulher, na qual as mulheres é destinado uma única função, reprodução. Mesmo que elas sejam produtoras de conhecimento, de riquezas, de arte, de cultura, enfim. Então assim, como eu disse, grosso modo, é essa a nossa perspectiva, é a nossa proposta na tese. Que precisa ir para além e nos constituirmos, enquanto uma organização... Como diz uma das nossas autoras, se não me engano, a

Neusa Santos, que vai dizer, que tem um livro intitulado “Tornar-se negra”. Como é que a gente se torna negra? Ser negro não é só uma questão de índice de melanina, não é uma questão de cor, não é só uma questão biológica. Mas como é que a gente, ao longo da nossa história, da nossa vida, vai se constituindo, se configurando, para usar um termo mais atual talvez, enquanto pessoa e com as possibilidades de compreensão, de entendimento do que é ser, quem a gente procura ser, ou do que a gente às vezes pensa que é. Nesse sentido, quando eu digo quem é Almira e coloco ali uma trajetória minimamente, ficou ainda por dizer a importância que foi participar no movimento negro, particularmente, no Movimento Negro Unificado, MNU, ao qual eu sou filiada, estou filiada. Compreender o que é ser negra, o que é ser mulher negra, o que é ser, o que é o racismo, como esse racismo estrutura a sociedade. Através do que? Através de cursos de formação, mas também através dos debates, das reflexões, da participação em congressos. E isso foi trazendo, foi, digamos assim construindo de forma organizada, reelaborada e inclusive cientificamente pensada a minha própria constituição, formação, enquanto militante de combate ao racismo. Porque, penso eu, acredito por algumas coisas que a gente procura aprender, pela minha própria formação profissional, etc. A gente vai se constituindo ao longo da vida. Isso é fato, ninguém nasce uma folha em branco, nós trazemos muitas informações, não somos folha em branco, como se pensou uma vez. E essa hipótese foi refutada muito bem cientificamente. Nós ao nascer, já trazemos uma série de informações, que ao longo da nossa trajetória vão se configurando talvez, ou vão se constituindo de diferentes formas, conforme a nossa própria existência. E foi assim que, ao perceber aquelas questões que eu relatei, se não me engano. De que eu percebi, de que eu observava, notava, questões de diferença, tratamentos diferenciados, me perceber ainda que empiricamente uma participante, uma integrante de famílias

⁷⁶ Foi solicitado a Almira Maria Maciel uma cópia da Tese “Raça e Território” defendida em

encontro do MNU. Algumas páginas do documento constam no “ANEXO 7”.

miscigenadas e como aquilo era tratado no interior desses grupos familiares. E mais tarde nos círculos de amizades, frequentando a escola etc.; fui percebendo algumas coisas. Foi no interior do movimento negro que eu fui ter a compreensão de forma pensada cientificamente, estudada, pesquisada, escrita por inúmeras e inúmeros autores, estudiosos, pesquisadores negras e negros. Isso foi então, como eu diria, constituindo aquelas percepções que eu fui fazendo, infância, Juventude, vida adulta. Foi todo esse arcabouço, foi se transformar numa perspectiva de compreender historicamente, socialmente, culturalmente, filosoficamente e psicologicamente também, o que é essa estrutura racista. E eu então me identificando como uma mulher negra, o que eu poderia e o que eu teria para aprender. Para aprender e retomar a minha trajetória, digamos assim. Não seria bem retomar, mas é dar seguimento a minha trajetória de forma que pudesse trazer também uma contribuição para que essa forma excludente, racista, opressora, de dominação, se caminhasse para uma vida de pluralidade, de solidariedade, de justiça ao termos o compromisso, é isso, o compromisso, com o combate ao racismo.

Eu gostaria então de ressaltar o papel do movimento negro e a minha possibilidade de ter sido convidada e ter ido conhecer e realmente encontrado lá respostas para várias das minhas indagações...Eu acho que eu falei da minha formação, da minha participação de busca por conhecimento, já fazendo formação nos grupos das CEBs, Comunidades Eclesiais de Base⁷⁷, dentro praticamente do surgimento da teologia da libertação. Foi ali que eu também fui compreendendo algumas coisas. Por quê, todas nós, todas as pessoas, eu acredito, tem indagações, se perguntam. Poxa, mas porque eu sou assim? Por que eu fiz assim? Como é que eu podia fazer? A gente faz esse questionamento com a gente mesma. E ali eu busquei e encontrei muitas coisas. E na medida que as coisas foram se dando, que eu tive possibilidade de novos contatos, de outros contatos, fui então procurando aprofundar este conhecimento. E ressaltando mais uma vez, repito, não me canso de dizer que foi o movimento negro, particularmente o MNU, onde eu obtive informações que abrange praticamente todas as áreas do conhecimento e de forma aprofundada, científica, estudada, pesquisada, elaborada.

4.1.2 Análise: práxis de agentes negras/os/es

Com base nos relatos, esse tópico acolhe um conjunto de informações que compõem o alicerce dos dados coletados. Constitui a explicitação de características dos informantes dos dados coletados com relação ao objeto de estudo. É o espaço em que os participantes se corporificam em suas narrativas, por esse motivo constitui a contextualização da fonte das informações coletadas por meio do revelar de suas trajetórias, posição no espaço social, ações, práticas distintas, relações sociais, esquemas perceptivos, agir, sentir e pensar.

⁷⁷ Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são comunidades ligadas à Igreja Católica incentivadas com a Teologia da Libertação.

Os relatos permitem acessar informações a respeito da constituição das/os participantes enquanto sujeito social, histórico e atuação antirracista. Eles exteriorizam esquemas perceptivos de vivência em uma sociedade historicamente edificada a partir de relações sociais de dominação e poder racializadas. Os relatos manifestam a auto interpretação da própria trajetória de membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro, da sua constituição e dos elementos que as/os levaram ao despertar da necessidade de somar em uma luta antirracista.

A proposta não é realizar uma análise com base em comparações entre relatos das entrevistas, mas buscando ressaltar alguns elementos da constituição das suas trajetórias individuais e coletivas, manter um diálogo com a propositura teórica de interação entre os autores referência da pesquisa, exposta nos tópicos anteriores. Desta forma, a intenção é estimular, com os elementos destacados na análise, a visualização de características de constituição de membras/os/es do campo Movimento Negro, um delinear de um *habitus* caracterizado pela luta e a resistência, a passagem de uma perspectiva individual para uma coletiva, as trajetórias dos participantes e a sua práxis no seu próprio processo de constituição.

A partir de uma concepção histórica esse *habitus* caracterizado pela resistência e pela luta, que constitui o suporte do grupo específico ao qual pertence as/os participantes, remonta aos primórdios da sociedade brasileira e a disposições sociais estabelecidas historicamente a partir de relações sociais de poder e dominação racializadas. E prolonga-se até os dias atuais pela manutenção, reprodução, de condições sociais objetivas e subjetivas nas quais essas relações sociais tiveram origem e a população negra brasileira foi submetida. Observa-se que as/os participantes, mesmo tendo como origem distintos espaços geográficos e ambientes sociais, ao preencher o formulário no primeiro momento da pesquisa, registraram-se como parte de uma identidade coletiva denominada Movimento Negro. Igualmente, percebe-se com isso, disposições sociais decorrentes do processo histórico-dialético envolto em práticas sociais de racismo e em práticas sociais de autodefesa contra o racismo, resultantes de diferentes condições sociais objetivas e subjetivas na constituição da trajetória de indivíduos e grupos sociais na origem da sociedade brasileira. Assim, similarmente presente nas narrativas da ação das/os/es entrevistadas/os/es estão indícios de que, o

“*habitus* produz as práticas, individuais e coletivas, portanto, da história, conforme aos esquemas engendrados pela história”; ele

garante a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, tendem de forma mais segura que todas as regras formais e que todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e a sua constância ao longo do tempo (BOURDIEU, 2009, p.90).

Isto posto, o exame dos relatos será a partir de um conjunto de quatro dimensões do *habitus*, que são *conatus*, *ethos*, *eidosis* e *hexis*. Essas dimensões têm como referência categorias e conceitos oriundos das obras de Pierre Bourdieu e serão adaptadas para um diálogo com a especificidade do objeto de pesquisa. Salienta-se que Pierre Bourdieu utilizou as dimensões *ethos*, *eidosis* e *hexis* em algumas obras e posteriormente passou a usar o termo *habitus* englobando-as. Isto porque, segundo o autor, “compartimentalizando o *habitus* em dimensões, *ethos*, *eidosis*, *hexis*, corre-se o risco de reforçar a visão realista que leva a pensar em termos de instâncias separadas” (BOURDIEU, 2019, p.127). Quanto à dimensão *conatus*, ela também está presente em algumas obras de Bourdieu, porém, como expectativa e probabilidade de reprodução de posições entre gerações no espaço social. E a dimensão *conatus* na tese foi incorporada às demais por representar um componente de reprodução social intergeracional, em que existe a possibilidade de *habitus* serem incorporados em uma sequência de gerações (parentais, institucionais) ou serem abandonados, interferindo na constituição do *habitus* de um agente. Na tese, *conatus*, *ethos*, *eidosis* e *hexis*, termos provenientes da produção teórica de Pierre Bourdieu, serão utilizados como dimensões do *habitus*, não em uma perspectiva de esferas isoladas, mas como elementos integrados na composição do *habitus* e igualmente, com o objetivo de detalhar particularidades na constituição do *habitus*, ou seja, adotar uma perspectiva didática de anatomizar o *habitus*.

Nos tópicos na sequência, instigado pelas epígrafes de autoria de Clovis Moura (2018) é realizada a análise das informações coletadas por meio das entrevistas. E realizada, a reflexão a respeito de alguns elementos que constituem a práxis de agentes negras/os/es a partir da conjugação teórica proposta para essa pesquisa e das características das dimensões do *habitus* derivadas da produção teórica de Pierre Bourdieu.

4.1.2.1 Histórico, luta e atuação antirracista

**“Deixou de lado tudo o que era conforto e placidez.
Arrancou a grinalda e colocou o elmo”.**

(MOURA, 2018, p.124)

Iorubá é a menção a uma língua e a cultura de uma população situada na África Ocidental, que chegou ao Brasil nos porões dos navios negreiros durante o processo de sequestro e escravização negra. Em Iorubá a palavra *Orí* faz referência a cabeça humana e no contexto de algumas cerimônias de religiões de matriz africana representa uma divindade pessoal que habita a cabeça de cada indivíduo e a primeira divindade evocada no processo de iniciação religiosa. Este tópico, em uma analogia considerando as palavras de Clóvis Moura (2018), identifica a transposição da grinalda um adereço colocado sobre a cabeça em ocasiões festivas e em matrimônio, para o elmo, que é um equipamento de proteção para a cabeça utilizado pelos soldados na Idade Antiga e na Idade Média. Isto é, expõe o despir de um ornamento de enlace social e o processo de preparação para o enfrentamento da hostilidade social marcada pelo racismo histórico-estrutural.

Para auxiliar na compreensão da análise realizada na sequência, inicialmente é preciso lembrar, resumidamente, o entendimento de ação no contexto desta pesquisa. Visto que, os relatos de participantes na pesquisa manifestam também suas ações e motivações em suas trajetórias no espaço social. Na perspectiva do diálogo teórico entre autores, proposto para essa pesquisa e com base nas reflexões teóricas que antecedem este tópico, a ação é resultante de um processo histórico objetivado no espaço social, no campo, nas relações sociais e semânticas, que é incorporado como *habitus* em um agente histórico. Igualmente, essa ação no contexto social, pode representar um estado de alienação e reprodução de uma realidade, ou uma consciência impulsionadora de uma práxis social, uma fonte de luta e de contra reprodução.

Considerando o resumo exposto no contexto da análise dos relatos, isso significa que, a ação por eles descrita é historicamente constituída, e corporificada em um agente histórico, inclusive em seu formato de luta, resistência ou conflito. Com isto, entende-se, identicamente, que a ação coletiva, que a coletividade de luta e resistência, é constituída a partir de condições sociais materiais, objetivas e

subjetivas. É fundamentada em afinidades solidificadas historicamente, inclusive por meio de pontes semânticas. De modo igual, tem como base uma subjetividade e uma intersubjetividade personificada por um processo histórico específico. Em resumo, “(...)uma classe ou, de modo mais geral, um grupo mobilizado para e pela defesa de seus interesses, não pode existir senão ao preço e ao termo de um trabalho coletivo de construção inseparavelmente teórico e prático” (BOURDIEU, 1996, p.50), pois as condições de existência e subsistência de um grupo social estão relacionadas a “quanto mais os agentes que se agrupam para constituí-lo já estejam mais próximos no espaço social (o que vale também para a unidade fundada sobre uma relação afetiva, amorosa ou amistosa, seja ela ou não socialmente sancionada) (BOURDIEU, 1996, p. 50).

Segundo Nogueira (2017) *conatus* é um termo que aparece em algumas obras de Pierre Bourdieu, porém de forma esporádica e infrequente. E o autor define que *conatus* é uma “tendência inconsciente dos agentes, ao longo de sua trajetória de vida, a manter sua posição no espaço social” (NOGUEIRA, 2017, p.125). De acordo com Bourdieu, “Falar em tendência ou em *conatus* equivale a dizer, com Popper, que se considera os valores assumidos pelas funções de probabilidade como medidas da força da propensão a se produzir acontecimentos correspondentes” (BOURDIEU, 2001, p.263). Assim o *conatus* é um projeto de vida e valores familiares definidos em relações de parentesco, uma trajetória de vida edificada em núcleo familiar (relações interpessoais próximas e com potencial de influência). Ele é concebido por parentesco antecessor para reprodução na geração sucessora e representa uma preservação e perpetuação de uma posição social. No entanto, pode existir discordância entre disposições herdadas pelo progenitor e o que é incorporado pelo herdeiro enquanto *habitus*. Bourdieu também indica, que existe um “*conatus* social” e explica que:

(...)entendendo-se com isso esta combinação das disposições e dos interesses associados a uma classe em particular de posição social que inclina os agentes a se esforçarem para reproduzir, constantes ou aumentadas, sem precisar saber nem querer, as propriedades constitutivas de sua identidade social” (BOURDIEU, 2017b, p.227-228)

As “famílias são corpos (corporate bodies) animados por uma espécie de *conatus*, no sentido de Spinoza, isto é, uma tendência a perpetuar seu ser social, com todos os seus poderes e privilégios” (BOURDIEU, 1996, p.35). Uma predisposição a reprodução válida tanto para as classes dominantes como a dominadas. Porém, “o

campo dos possíveis tem os mesmos limites do campo das possibilidades objetivas, o projeto individual e a consciência revolucionária seguem juntos” (BOURDIEU, 2021a, p.103). Ou seja, refletindo a partir do estímulo dado pela última citação de Bourdieu (2021a), extraída de uma obra em que o autor aborda a discrepância entre as disposições estabelecidas historicamente por uma comunidade e as inseridas pelo capitalismo colonial, significa levar em conta que em determinados contextos as condições materiais de existência podem se constituir como limites de uma projeção de futuro. Sendo assim, romper com determinadas disposições sociais, também requer um processo de transformações nas próprias condições materiais de existência, uma consciência revolucionária.

Quando nos relatos é apresentada as autodescrições, as lembranças de episódios das trajetórias trazem um contexto social que vivencia expectativas parentais (familiares); sociais (manutenção da hierarquia social racial); de classe (adesão as pautas do campo Movimento Negro brasileiro). Explicitando que na pesquisa as expectativas parentais envolvem progenitores e/ou responsáveis por assegurar cuidados e condições de sobrevivência de uma criança ou adolescente. As expectativas sociais na pesquisa tem como foco perspectivas racializadas e abrangem a reprodução de hierarquias sociais em que o fenótipo influencia na qualidade da abordagem social auferida. As expectativas de classe englobam, no contexto da pesquisa, a manutenção de uma luta antirracista até a superação desta questão social e emerge no interior do campo Movimento Negro brasileiro da luta pelo capital específico.

Como pode ser observado, a maioria dos relatos apresenta menções a relacionamentos parentais, sendo que, em apenas dois relatos não é mencionada as relações parentais como um dos elementos constituintes da narrativa. Em dois casos é feita referência ao falecimento da mãe e o desencadear de mudanças nos percursos de vida. Os demais relatos indicam as relações parentais como exemplo de conduta social, ou orientação e destes duas menções são feitas com relação ao papel parental como um elo inicial com o campo Movimento Negro brasileiro. Sendo que nesses três casos, dois faz referência a relação parental com o aspecto cultural (clubes negros) e um caso ressalta a postura de defesa diante de situações envolvendo a formação familiar como um exemplo de ação que posteriormente influenciará a agência negra como componente do campo Movimento Negro brasileiro.

Entre as estratégias para preservar um ser social, na perspectiva da reprodução estão “estratégias de reprodução, estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias de herança, estratégias econômicas e, por fim, estratégias educativas” (BOURDIEU, 1996, p.35). Na perspectiva parental os relatos apresentaram uma diversidade de itinerários e pontos de partida no espaço social pelos quais transitam membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro. Igualmente, ao falarem dos caminhos que percorreram para se constituírem, a maioria indica as relações parentais presentes em reflexões a respeito de trajetórias a serem trilhadas ou correção de caminhos. Com relação à questão da educação, que nesse caso tem relação com a temática da pesquisa, alguns dos relatos registram as relações parentais como fonte de incentivo e existem sinalizações de que a reprodução da posição educacional parental não foi reproduzida nos herdeiros e alguns apresentam indícios, ou registram, que estavam no momento da entrevista em posições superiores aos progenitores, indicando situações de mobilidade na perspectiva educacional.

O espaço social, no contexto geral da sociedade, segundo as contribuições de Clóvis Moura, Axel Honneth e Pierre Bourdieu, é um local transpassado pelo conflito, a disputa por posições, e a luta por influência em diversos aspectos do social como, o econômico, o ideológico, o político, o educacional, o estético, entre outros. Ao revisitar a história do Brasil é possível perceber que a sociedade brasileira na sua origem, mediante uma diversidade de mecanismos de opressão, estabeleceu um lugar na hierarquia social para a população negra. Esse lugar reservado à população negra na estrutura social é historicamente caracterizado pela posição de subordinação em todos os aspectos das relações sociais, jurídicas, políticas, econômicas, educacionais, institucionais. As forças sociais de conservação dessa hierarquia social, dessa classe dominante racializada, dessa “população verdadeiramente real de detentores dessa realidade tangível que se chama poder” (BOURDIEU, 2010, p.28), incorpora nas gerações sucessoras disposições sociais históricas, encarnadas como *habitus* e usadas nas “lutas pelo monopólio do poder” (BOURDIEU, 2010, p.29) e na manutenção da hierarquia social racializada. Nessa conjuntura social agentes em uma diversidade de campos no espaço social, se esforçam, por meio de diversas práticas sociais para evitar riscos à manutenção do seu poder simbólico racializado, o qual foi estabelecido na origem das relações sociais do que hoje é definido como território brasileiro. No que se refere aos relatos, percebe-se que o seu progredir aponta para

posturas das/os participantes diante de expectativas sociais racistas com as quais se defrontaram em seus itinerários. Os relatos de racismo, discriminação e preconceito vivenciados ou testemunhados, retratam por meio de diferentes agentes e campos pelos quais negras/os/es participantes transitaram, expectativas de manutenção de relações de poder e dominação sociais racializadas com relação à comunidade negra brasileira e expressam um *conatus* social. E igualmente, expõe o sofrimento diante do racismo e as estratégias de enfrentamento adotadas.

Ao trabalhar na análise considerando o *conatus*, “para falar como Spinoza, de uma tendência a se autoperpetuar, de uma tendência a perseverar no existir” (BOURDIEU, 2014, p.351), é possível também ponderar a respeito do processo de reprodução social. Ao ter em consideração os fatos e as condutas assumidas alusivas a ações, posições ocupadas no espaço social e entendimento do papel do racismo na estrutura social, selecionadas pelas/os participantes para constar em seus relatos, identifica-se que o processo de transmissão de um legado não é algo, que acontece de forma harmoniosa. Mesmo com a sinalização de vários contextos parental com ausência do debate político racial, ou uma militância antirracista, os relatos de forma implícita ou explícita sinalizam desafios sociais que a cor da pele e o pertencimento étnico representam em uma sociedade regida pelo racismo histórico-estrutural. E como esse fator conduziu a novas perspectivas de ação política de participantes na pesquisa em contextos sociais que destoam das posições parentais relatadas.

Com relação ao processo de aproximação ao campo Movimento Negro brasileiro, diferentes caminhos levaram integrantes da pesquisa a esse encontro. Alguns indicaram que a questão racial era algo que provocava desconforto desde a infância, com uma percepção da desumanização do negro em tenra idade. Há os que ao entrar na universidade puderam ampliar o conhecimento teórico e conceitual e igualmente encontrar formas de atuar na luta antirracista. Espaços da Igreja Católica é mencionada por outros como um local onde a temática esteve presente, ou mediou o contato com o Movimento Negro. As atividades culturais, clubes negros, capoeira, religião de matriz africana também são indicados como locais em que figuraram como uma aproximação com o campo Movimento Negro. Por intermédio de amigos, igualmente, foi uma forma de aproximação do participante com o campo Movimento Negro.

A vivência do racismo da mesma forma é indicada como um motivador de uma busca de forma de combatê-lo e que conduziu a uma aproximação a forma

institucionalizada de luta antirracista. A consciência de que a luta antirracista é para negras/os/es uma luta pelo direito a existência, que resta apenas a organização da comunidade negra no combate nessa luta, também figura como motivação da aproximação com o campo Movimento Negro brasileiro. Nota-se também, que uma trajetória de atuação em diversas entidades contribuiu para conduzir o participante a uma maturidade com relação à questão racial, direcionando a uma atuação no campo Movimento Negro brasileiro. E observa-se identicamente, que o próprio processo de se apresentar como negra/o/e, a construção de um pertencimento, foi resultado de um processo de relações sociais que reconheciam o participante como membra/o/e potencial desse grupo específico e questionamentos a respeito da sua autoimagem e da sua posição na luta antirracista. Assim como, as relações parentais foram mencionadas como elemento de sensibilização para a existências de uma organização social antirracista.

4.1.2.2 Resistência e resiliência

“Hoje recebi o telegrama de um amigo (muito querido) dizendo-me que está morto. Procurei(...)saber o que ele desejava dizer com isto”.

(MOURA, 2018, p.147)

Como a pesquisa considera os corpos também como manifestação de um *habitus* incorporado em condições de existência objetivas e subjetivas, a disposição social do racismo histórico-estrutural no espaço social terá distinções em função de raça, cor e fenótipo acentuado. Com isto, constituindo pela distinção de um lado classes cujo capital simbólico estará vinculado a práticas sociais racistas e do outro, práticas sociais de autodefesa ao racismo em que o capital simbólico estará associados a práticas antirracistas, em um processo dialético entre forças de conservação e subversão. E com isso, no campo e no espaço social são instituídos locais em que o próprio fenótipo passa a exprimir capital social na estrutura de poder.

Segundo Bourdieu, “O corpo socializado (o que chamamos de indivíduo ou pessoa) não se opõe a sociedade: ele é uma das suas formas de existência” (BOURDIEU, 2019, p.32). A *hexis* é a dimensão da internalização das consequências das práticas sociais na sua exteriorização corporal, na estrutura corporal biológica,

como o modo de falar, gesticular, olhar e andar dos agentes sociais de uma classe específica. Segundo Bourdieu (2022, p.108), socialmente o corpo é duplamente determinado, ele é “naquilo que parece mais natural(...), um produto social que depende das suas condições sociais de produção, através de diversas mediações, tais como as condições de trabalho(...) e os hábitos alimentares” (BOURDIEU, 2022, p.108). E de modo igual, segundo o autor, a *hexis* corporal é conformada a partir do “postulado da correspondência entre o ‘físico’ e o ‘moral’” (BOURDIEU, 2022, p.108). Ou seja, a conformação da *hexis* corporal envolve o corpo físico e o que socialmente se faz desse corpo. E com relação à determinação do corpo, as “propriedades corporais são apreendidas através de esquemas de percepção cujo uso nos atos de avaliação depende da posição ocupada no espaço social(...)hierarquizando-as” (BOURDIEU, 2022, p.109).

Quando se faz referência aos corpos de negras/os/es em uma sociedade como o Brasil que tem no seu cerne o racismo histórico-estrutural, resumidamente podemos afirmar que estamos falando de um “corpo como lugar de sofrimento social” (CARRENHO et al., 2021, p. 81). Segundo Carrenho et al. (2021), “a história do corpo como local de expressão e de precipitação do sofrimento social tem uma vocação plural: não há uma, mas muitas formas de o corpo sofrer, na medida em que tal sofrimento pode ser pensado como efeito de sucessivas estruturas sociais historicamente determinadas” CARRENHO et al, 2021, p. 83). Quanto a posição sociocultural e psíquica do corpo negro, como uma categoria imaginária e simbólica Nogueira (2021) registra que:

A instituição da escravidão constituiu, para os negros, a representação segundo a qual eram seres que, pela sua “carência de humanização” (porque portadores de um corpo negro, que expressava uma “diferença biológica”), inscreviam-se na escala biológica num ponto que os aproximava dos animais e coisas, seres esses que, legitimamente, constituem objetos de posse dos “indivíduos humanos” (NOGUEIRA, 2021, p. 56)

Considerando os corpos negros no Brasil, em um processo histórico, eles foram marcados pelo martírio, punição, escárnio, violação, exclusão, sexualização, espoliação da autoestima, falta de representatividade em instâncias de poder. Isto significa, que diante de um corpo negro estamos perante um corpo historicamente vítima de uma infinidade de formas de violência físicas e simbólicas. É um corpo em que seu próprio fenótipo, em função do racismo histórico-estrutural base de uma

hierarquia racial, transformou-se na marca de incitamento da violência e da marginalização social. Observa-se que os relatos registram a convivência com o racismo em diferentes fases da vida das/os participantes e são unânimes no reconhecimento da existência de uma hierarquia social racial, de uma distinção no tratamento social com relação ao negro. Nesse contexto, a luta antirracista germina da consciência das consequências das relações sociais de dominação e poder racializadas, as quais privam de relevância as vidas negras, que com isso faz com que seus corpos fiquem expostos a uma multiplicidade formas de violência.

Em função das características racializadas da origem da sociedade brasileira, o inimigo interno a ser controlado e exterminado ao rebelar-se contra a opressão, tem cor e fenótipo acentuado, tem cultura e religião ancestral, e tem um corpo. Sobre esse corpo a economia e a sociedade brasileira foram edificadas. No ceio desses corpos mães, inúmeras gerações de racistas foram aconchegados e sugaram o leite e receberam o cuidado que numerosas vezes foi vetado aos corpos crianças dessas mães. Esse corpo alimentou, cultivou, construiu uma sociedade. Essa sociedade manteve constante vigilância com relação à possibilidade de resistência e rebelião desses corpos a uma situação generalizada de hierarquia racial, de relações sociais de dominação e poder racializadas. E o motivo dessa vigilância foi o equilíbrio social mantido pelo corpo negro escravizado, o que caso fosse rompido pelo processo de luta por reconhecimento de direito e da estima social, na perspectiva de Honneth (2003), representaria um “quadro moral de conflitos sociais, porque dependem de critérios socialmente generalizados,(...)capaz de afetar potencialmente também outros sujeitos” (HONNETH, 2003, p.256).

No Brasil, como afirma Abdias Nascimento ao explicar sobre a situação de marginalização e exclusão econômica da população negra, “as feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar da realidade social do país” (NASCIMENTO, 2016, p.97). Quando indicamos o recorte raça/cor em análises sociais com relação ao atendimento no sistema de saúde, na segurança alimentar e nutricional, no acesso e permanência no sistema de ensino, no acesso à justiça, nas fraudes nas políticas de promoção da igualdade racial, nos índices de mortalidade infantil, de jovens, de mulheres e homens; na participação no mercado de trabalho, entre outros em que historicamente a população negra apresenta situação catastrófica, estamos falando de extermínio de corpos que tem como marca a negritude e o fenótipo. Porém, é uma exclusão resultante de um processo histórico, a

morte do escravizado sempre foi naturalizada na captura, no transporte, no trabalho degradante e nos castigos desumanos; a alimentação, a saúde, a educação, a dignidade na origem da história do Brasil sempre foram privilégio de corpos brancos.

Três dos relatos de participantes, dois jovens discentes de graduação e um de pós-graduação, são representações de uma sociedade que ainda não conseguiu promover uma ruptura com *habitus* e disposições sociais edificadas a partir do racismo “histórico-estrutural” (MOURA, 2019, p.83-84). Identicamente, são trajetórias e relatos que visibilizam intersecções entre raça, classe e gênero e expõe o que a junção desses elementos acarreta no espaço social a um corpo negro. É possível perceber nestes relatos, que embora sejam jovens que estão cursando uma graduação e seja possível considerar alguns avanços em políticas públicas na ampliação do acesso à educação em geral e em particular a Educação Superior, questões históricas e que deveria ser um direito básico garantido, como a questão do direito à vida, estão presentes em seus relatos, experiências e preocupações. Esses relatos se considerados a partir da perspectiva jurídica de Bornia (2007); Bernardes (2013); Duarte (2017); Silva (2017); reforçam a consciência da hierarquização étnico-racial na sociedade brasileira, a qual marginaliza a população negra e impõe obstáculos ao seu desenvolvimento e inclusive a sua existência física. São narrativas que retratam a reprodução social do racismo histórico-estrutural preservado em *habitus* e disposições sociais pautados em relações sociais de dominação e poder racializadas, e que os dados relacionados a violência no Brasil comprovam.

O lugar da infância e da juventude negra brasileira é um espaço historicamente demarcado pelo racismo, a violência, a morte, a dificuldade de acesso à educação e a justiça. Com relação à realidade de violência e morte vivida pela população negra, enquanto um dos relatos, após indicar ser integrante da comunidade LGBTQIAP+, expressa que estar viva já é uma ação de militância, dando a entender que sobreviver nesse contexto prontamente coloca negras/os/es como parte de um Movimento Negro. E com isso ressaltando que sobreviver é um ato de resistência, de rebeldia diante de um sistema de opressão e extermínio. Outro relato lembra de sua vivência, das jovens vidas negras de familiares extintas pela violência durante sua trajetória de vida. Visto que, seu relato o coloca como testemunha da diminuição da expectativa de vida de jovens da periferia, acerca do que destaca que a cada geração essas vidas são ceifadas mais cedo, chegando a não completarem dezoito anos. De uma geração anterior a dos dois relatos mencionados, no momento da entrevista com 64 anos, ao

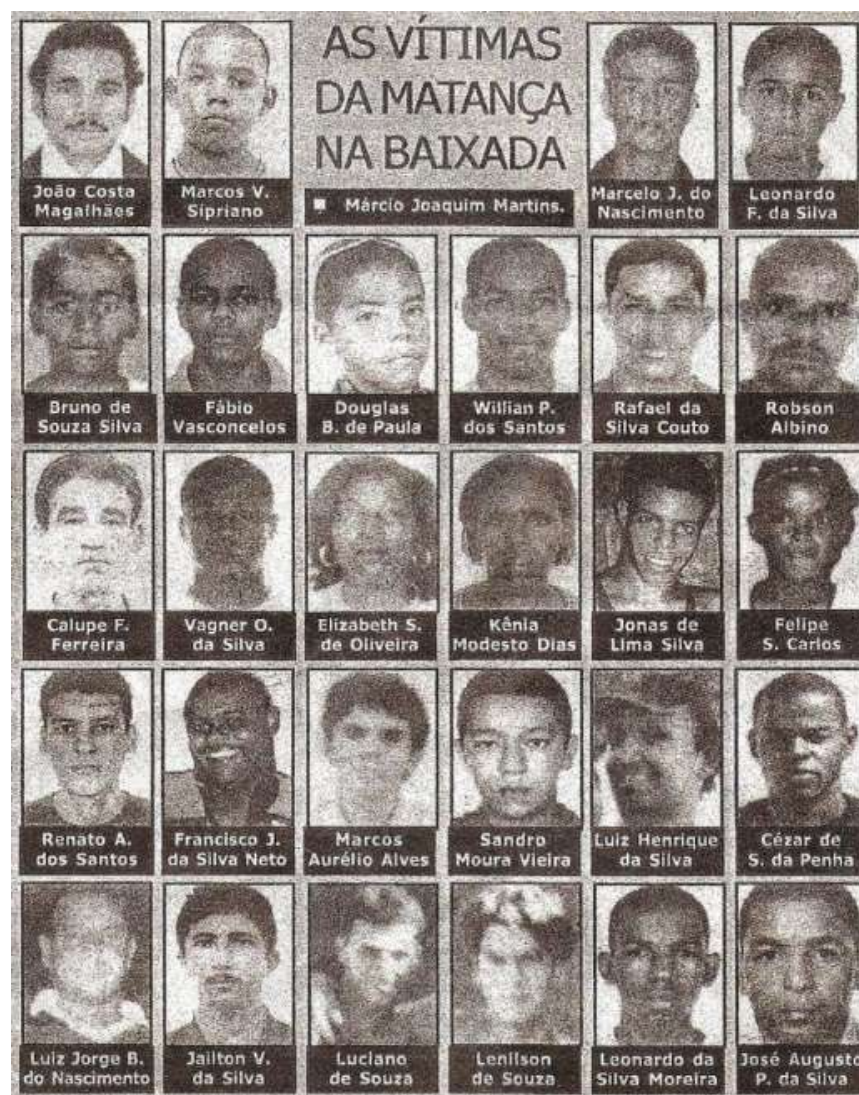
relatar o assassinato brutal do irmão na década de noventa e revelar uma vida de luta enquanto mulher e negra para sobreviver nas periferias de São Paulo, demonstra a conexão intergeracional do sofrimento negro.

No Brasil, a execução sumária e arbitrária, pairava no cotidiano do escravizado. No século XXI, a execução sumária e arbitrária, permanece estatisticamente como evidência frequente no dia a dia dos descendentes de escravizados, principalmente nas periferias e áreas marginalizadas socialmente. Essa afirmação incita a ponderar a violência no contexto brasileiro a partir de uma perspectiva estrutural. Haveria, portanto, um vínculo entre a autorização social para a prática da violência, da tortura, do estupro e o assassinato de integrantes dos povos escravizados no Brasil, no contexto de relações sociais de dominação e poder; e as disposições sociais historicamente incorporadas como *habitus* racializado perpetuados até a época atual. Pode-se ponderar essa questão, considerando como aspecto principal uma perspectiva de práticas sociais de violência histórico-estrutural. Vejamos agora, a citação apresentada na sequência:

Na noite do dia 31 de março de 2005, em menos de duas horas, policiais militares assassinaram 29 pessoas, nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados, na Baixada Fluminense. Deslocando-se de automóvel, os assassinos foram executando pessoas a esmo, pelas ruas em que iam passando. Dos 11 policiais denunciados, 4 foram condenados. As vítimas eram adolescentes e adultos, homens e mulheres, estudantes, travestis, comerciante, biscateiro, padeiro, funcionário público, pessoas que estavam andando de bicicleta, reunidos em um bar, parados em frente ao portão de casa ou em pontos de ônibus, nas ruas. A maior chacina da história do estado do Rio de Janeiro teve repercussão nacional e internacional. Sua motivação teria sido o descontentamento dos policiais com Paulo César Lopes, na época comandante do 15º Batalhão de Polícia Militar, da cidade de Duque de Caxias, também na Baixada Fluminense, que havia prendido 60 policiais por desvio de conduta (ALVES, 2020, p.10).

As informações fornecidas por Alves (2020), podem ser pensadas a partir de uma perspectiva de socialização. A banalização da violência resulta de um processo de socialização que é histórico. E a junção da citação acima com as imagens das vítimas presentes na “Figura 17”, permite ponderar o extermínio da população negra considerando o racismo histórico-estrutural e o *habitus* racista na sua origem, perpetuação, diversificação e adaptação.

Figura 17 - Chacina Baixada Fluminense 2005



Fonte: Agência de Notícias das Favelas. Disponível em: <https://www.anf.org.br/14-anos-da-maior-chacina-da-historia-da-baixada-fluminense/>

Certamente, colocados lado a lado, passado e presente, no mínimo temos diante das pretensões investigativas de uma pesquisadora a necessidade de olhar para a violência do passado, para entender a insensibilidade do presente, a naturalização da violência, a banalização da morte em seu recorte racial.

Ao refletir a respeito do extermínio da população negra, da exclusão total de corpos negros da sociedade brasileira é necessário considerar que esse fato evidencia uma legitimação jurídica e social dos assassinatos. Isto pelo fato de que, sem as devidas consequências jurídicas e uma ampla desaprovação da sociedade, o homicídio e o racismo permanecem impunes. Os relatos mencionados projetam uma violenta realidade na qual está mergulhada a população negra brasileira. Quando se

menciona mortes violentas no Brasil, a concentração de vítimas está entre a população negra. O Atlas da Violência 2021 (CERQUEIRA et al., 2021) organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) registra que em 2019, 77% das vítimas de homicídio no Brasil foram pessoas negras, e 67% das mulheres vítimas de homicídio também eram negras. O Atlas (CERQUEIRA et al., 2021, p.49) conclui que a “violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras”. Com relação às mulheres negras indica que elas “representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1 em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras” (CERQUEIRA et al., 2021, p.49). E os dados com relação à violência contra a comunidade LGBTQI+⁷⁸ estão restritos no Atlas (CERQUEIRA et al., 2021) a análise das informações que constam disponíveis no Disque Direitos Humanos (Disque 100), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e no Sistema Nacional de Informações e Agravos de Notificações (Sinan), Ministério da Saúde. Essa falta de informações a respeito da comunidade LGBTQI+ e apontada como um elemento que pode aprofundar a vulnerabilidade dessa população pelo ocultamento da violência sofrida. Esses dados disponibilizados indicam que se concentra na juventude LGBTQI+ a etapa de maior vulnerabilidade a violência. E que a parcela maior de registro de vítimas de violência em função da sua orientação sexual está entre os “assumidamente homossexuais, perfazendo 81,8% do total de notificações no último ano. Especificamente entre homossexuais, o crescimento dos registros de violências foi de 5,4%, e entre bissexuais, de 37,1%” (CERQUEIRA et al., 2021, p.62). Entretanto, o Atlas assinala que “Pessoas negras são a maioria das vítimas independente de orientação sexual e identidade de gênero, o que se verifica também nos indicadores de violências letais referentes à população geral” (CERQUEIRA et al., 2021, p.67).

Todos os relatos expressam um processo de resistência no combate ao racismo e a busca de organização, articulação e instrumentos que possam ser usados

⁷⁸ Sigla usada no Atlas da Violência 2021 disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/211203_atlas_da_violencia_2021.pdf

na luta antirracista pelos membros do campo e suas entidades. Como está sendo considerada a perspectiva dialética nessa análise, nela a transformação é permanente e a renovação tem como motor a luta entre os contrários, no caso racismo versus antirracismo, que têm origem em um mesmo fenômeno histórico que compõe uma totalidade. Assim, entendeu-se que as inovações nas condições de existência objetivas e subjetivas têm em esquemas perceptivos, mesmo que tidos até então como homogêneos, uma possibilidade de transformação qualitativa no processo dialético em que o confronto entre os opostos, tem em si a possibilidade de modificar uma realidade social.

4.1.2.3 Conquistas

“Então ficamos sabendo que o mundo não é apenas aquele aspecto negativo do tribunal-inquisição que nos acusa (...) Há, ainda, a vontade de ver o mundo transformado em jardim”.

(MOURA, 2018, p.294)

O *Ethos* na perspectiva bourdieusiana, é uma dimensão do *habitus* moral e normativa constituída por um sistema coerente de princípios explicativos a partir da prática, “sendo o produto de um aprendizado dominado por um tipo determinado de regularidades objetivas, determina as condutas ‘razoáveis’ ou ‘absurdas’ (as loucuras) para qualquer agente submetido a essas regularidades” (BOURDIEU, 1983, p.63). É uma dimensão ética incorporada em costumes e instituições, pode-se considerar que são princípios práticos constituídos a partir de regularidades de normas e moral de uma comunidade, de uma coletividade, de uma classe específica. Para Moura (2019), a avaliação social de um grupo diferenciado se faz pela marca de distinção do grupo. Nessa avaliação a postura de um indivíduo, identificado como de possível pertencimento ao grupo, é estereotipada para a totalidade do grupo e utilizada como justificativa para a obstrução social desta coletividade. Esse estereotipar, conduz que em grupos “oprimidos ou marginalizados e cumulativamente discriminados, se crie um *éthos* específico, tanto por aqueles que os oprimem e discriminam como por aqueles que são oprimidos e discriminados” (MOURA, 2019, p.150). Nesse caso, tanto o opressor, como o oprimido, possuem um *ethos*, normas e moral específica que

regulam a prática no grupo e por meio das quais se interpreta os outros grupos presentes no espaço social. Com relação a outra dimensão do *habitus*, presente na produção teórica de Pierre Bourdieu, denominada *eidos*, ela equivale a um sistema de esquemas lógicos e cognitivos, conceitos e ideias, que categorizam, classificam, julgam elementos do mundo social é “um modo de pensamento específico (um *eidos*), princípio de uma construção específica da realidade” (BOURDIEU, 2001, p.121). São esquemas cognitivos, perceptivos, por meio dos quais se constrói uma realidade.

Bourdieu (2019) informa que após usar algumas vezes de forma distinta os termos *eidos* e *ethos* ele abandonou essa postura. A justificativa do autor para abandonar os termos, é que os “princípios práticos de classificação que são constitutivos do *habitus* são indissociavelmente lógicos e axiológicos, teóricos e práticos (sempre que dizemos branco ou preto, dizemos bom ou mau)” (BOURDIEU, 2019, p.127). Isto significa que, a “lógica prática sendo voltada para a prática envolve, inevitavelmente, valores” (BOURDIEU, 2019, p.127). Em concordância com Bourdieu (2019) as duas dimensões serão analisadas considerando que são elementos interligados.

A produção teórica de Clóvis Moura, busca no regime escravocrata negras/os em posição de agente social ativo “não por haver criado a riqueza comum, mas exatamente pelo contrário: por haver criado mecanismos de resistência e negação ao tipo de sociedade na qual o criador dessa riqueza era alienado de todo o produto elaborado” (MOURA, 2019, p.45). Ao chegar no Brasil, negras/os/es “coercitivamente na qualidade de semovente tinha contra si todo o peso da ordenação jurídica e militar do sistema, e, com isso, todo o peso da estrutura de dominação e operatividade do Estado” (MOURA, 2019, p.45). Por esse motivo, a resistência à escravização foi uma afronta a todo o ordenamento ideológico, político, administrativo do Estado e ao modo de produção escravista.

A “vontade de ver o mundo transformado em jardim” (MOURA, 2018, p.294), tem por equivalência nessa tese, o interesse em uma transformação social. Essa luta por transformação social nos relatos aparece em forma de descrição de prática social, conquistas jurídicas, pautas antirracistas, caracterização das instituições, vocábulos, classificações, categorias, interpretações do social, pontes semânticas comuns ao grupo, defesa de um perfil estético, gosto musical. E os relatos manifestam um *ethos* e um *eidos* específicos, estruturados com elementos herdados de um processo histórico de luta e resistência individual e coletiva. Indica, um “*éthos* do universo dessa

comunidade não apenas oprimida economicamente, mas discriminada pela sua marca de cor que os setores deliberantes da sociedade achavam ser estigma e elemento inferiorizador para quem a portasse” (MOURA, 2019, p.241)

Quando um indivíduo ou um coletivo se opõe a uma prática racista, isto contribui para o fortalecimento e avanços da luta antirracista. Igualmente, essa postura antirracista reflete disposições sociais, incorporadas como *habitus* em práticas sociais de agentes em múltiplos campos no espaço social. E da mesma forma, essa prática antirracista colabora para o desenvolvimento das condições motivacionais, morais, normativas e cognitivas, para o enfrentamento ao racismo e a consolidação da prática de resistência. Ou seja, a luta antirracista historicamente comporta-se como um *conatus* de um grupo específico, é inspirada e moldada pelo *ethos* e o *eidos* e manifesta-se em uma *hexis*, assim é o “espaço de possibilidades herdado de lutas anteriores, que tende a definir o espaço de tomadas de posição possíveis e a orientar assim a busca de soluções” (BOURDIEU, 1996, p.64). O que significa que o próprio processo de luta e resistência antirracista, propende a ser incorporado como *hexis*, *ethos* e *eidos* na luta antirracista. Desta forma, cada enfrentamento ao racismo é uma experiência que pode ser incorporada como *habitus*, uma ação com potencial transformador ou como superação de um sentimento de desrespeito social (novo acordo social ético, normativo, moral).

Os relatos demonstram que a luta antirracista, que compõe o capital do campo Movimento Negro brasileiro, é uma luta coletiva, envolve indivíduos, grupos e articulação na amplitude de agentes, classes e subclasses do campo e no espaço social. De modo igual narram as consequências do racismo histórico-estrutural nas relações sociais e na trajetória das/os participantes. Bem como, as escolhas e ações diante de uma diversidade de situações sociais. O que permite a percepção da ação humana a partir de seus esquemas perceptivos em uma busca por transformações sociais, e o significado dado a essa transformação como a superação do racismo. A atividade descrita na atuação das/os agentes no campo Movimento Negro brasileiro, sinalizam o *ethos* e *eidos* que permeiam as trajetórias e as relações com instituições. As correções e ajustes indicadas pelas/os participantes como realizadas nos itinerários e as reações à prática racista, mostram valores morais norteadores das suas ações.

Quando é focada a questão econômica no itinerário social das/os participantes, é possível observar a existência de alguns registros de privação econômica e de

vulnerabilidade social. Na continuidade dos relatos outras informações fornecidas, permitem supor, que são situações econômicas que foram amenizadas, ou superadas, em função de ação pessoal e/ou esforço coletivo (apoio de indivíduos e instituições). Os demais, expõem dados que possibilitem admitir que estariam com suas vidas profissionais e econômicas equilibradas. Entretanto, observa-se um processo de superação das privações econômicas concomitante com o desenvolvimento de uma consciência política racial, um modo de pensar específico, um maior empenho na atuação na luta antirracista, sendo que o equilíbrio econômico não debilita a convicção nessa luta. Essa situação descrita permite supor que as condições materiais de subsistência individual não são por excelência fator de influência na adesão de um estilo de vida de ativismo antirracista. É perceptivo que existe nessa adesão também um componente moral, um sentimento de lesão social individual e coletiva produto de um processo histórico. Segundo Honneth (2003):

Thompson se deixou guiar pela idéia de que a rebelião social nunca pode ser apenas uma exteriorização direta de experiências da miséria e da privação econômica; ao contrário, o que é considerado um estado insuportável de subsistência econômica se mede sempre pelas expectativas morais que os atingidos expõem consensualmente a organização da coletividade. (HONNETH,2003, p.262)

Ponderar a contribuição de Honneth (2003, p.262) ao refletir a respeito da produção teórica de Thompson, permite estabelecer um diálogo com Bourdieu (2019), considerando as dimensões do *habitus*, o *eidos* e o *ethos*, quando Bourdieu concebe que a “lógica prática sendo voltada para a prática envolve, inevitavelmente, valores” (BOURDIEU, 2019, p.127). Desta forma, valores e normativas sociais são elementos motivacionais e orientadores, na prática social de autodefesa diante de agressões à integridade psicossocial, social e a dignidade de negras/os/es. E são valores que inclusive estão associados a uma percepção de que negras/os também são sujeitos de direitos sociais e humanos, uma perspectiva de acesso igualitário a normas e regras sociais.

Ao considerar a descrição da convivência social em ambiente de racismo, o domínio de códigos comuns na questão racial, a inflexibilidade com a prática racista, valorização de crenças e aspectos culturais de um grupo específico, o estilo de vida como ativista, apontam regras, normas e valores morais que regulam a prática social, mas que também resultam da vivência prática. Como também, o trabalho simbólica de edificação, articulação, funcionamento, das entidades mencionadas, que também

indicam regras, normas e valores com relação ao público-alvo, a adesão a uma identidade coletiva, a área de atuação, a consciência política racial e o processo de unidade por meio de pontes semânticas na diversidade de práticas sociais presentes na luta antirracista. É possível ponderar que membras/os/es do campo e as instituições na qual atuam são, “consciente ou inconscientemente, polos de resistência à marginalização do negro e de camadas proletarizadas a ele ligadas” (MOURA, 2019, p.157).

4.2 PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO

Nessa categoria de análise o intento é examinar a partir da segunda questão apresentada as/os/es entrevistadas/os/es, o processo de socialização de uma pauta presente no campo Movimento Negro brasileiro. É um espaço de reflexão voltado para o processo de constituição pelo agente, em relações objetivas e subjetivas, de elementos de constituição do objeto de estudo. Com essa intenção busca-se nas entrevistas verificar como membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro elaboraram a sua concepção de afro-reparação, identificando influências de teóricos, indivíduos e instituições. E equitativamente, o papel da universidade em um processo de afro-reparação.

Mattos (2006), em sua obra realiza a análise das contribuições de alguns autores para a sociologia política do reconhecimento, entre eles Axel Honneth. E no exame das contribuições de Axel Honneth considera a influência de Herbert Mead, o conceito do outro generalizado e as categorias do “*I*” (eu)⁷⁹ e do “*Me*” no processo de socialização, Segundo a autora:

Outro conceito que auxilia no entendimento da relação entre *Me* e *I*, é o de outro generalizado. O processo de socialização se efetua pela generalização de expectativas de comportamento que nos permitem a percepção de que fazemos parte de uma comunidade que possui tarefas sociais cooperativas. À medida que os parceiros adotam a perspectiva do outro generalizado, eles sabem reciprocamente quais obrigações devem ser observadas em relação aos outros(...) (MATTOS, 2006, p.88).

Isto posto, nessa categoria de análise, será primeiramente retomada as dimensões do *habitus* foco de reflexão na categoria observada anteriormente. Visto

⁷⁹ O “*I*” (eu) representa a reação diante da ação dos demais indivíduos e o “*Me*” (mim) é a ação organizada dos demais indivíduos que é incorporada por cada indivíduo.

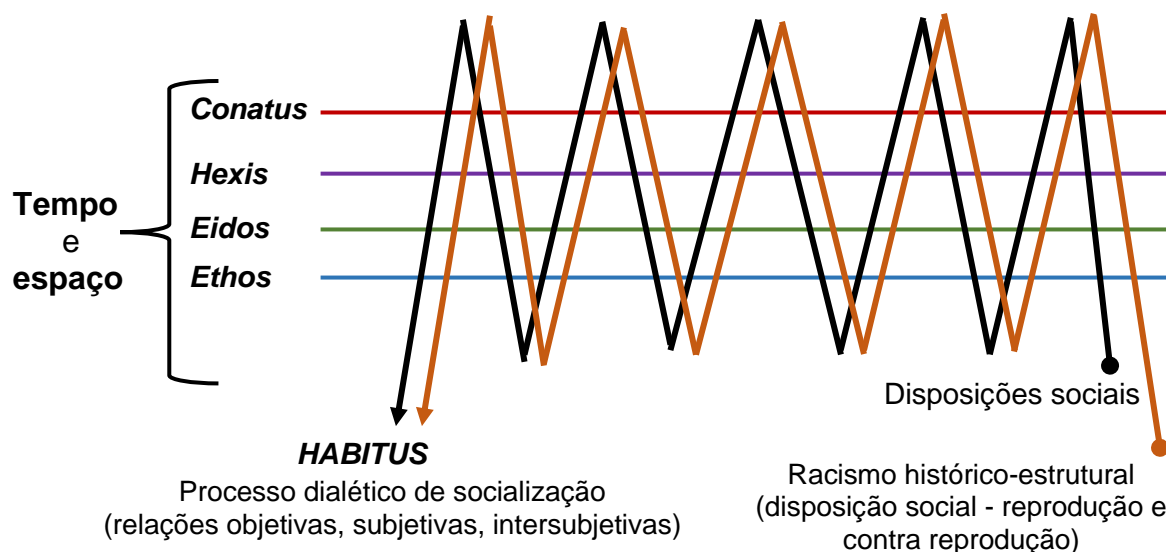
que, ao explorar os dados coletados nas entrevistas a partir do processo de constituição de uma pauta social, que é a afro-reparação, é indispensável apreciar as contribuições do *conatus*, *hexis*, *eidos* e *ethos* na sua composição. E é inevitável que ao falar de uma pauta reivindicatória, se considere *ethos* e o *eidos* como o espaço onde encontram-se os princípios de classificação e julgamento teóricos e práticos, lógicos e axiológicos, incluindo, as pontes semânticas que orientam a ação de um grupo específico. Da mesma forma, é imprescindível que se entenda essa pauta em um contexto histórico de socialização.

Na categoria de análise anterior, os relatos permitem a observação de diferentes dimensões do *habitus* estruturados em um processo histórico de socialização, que antecede a existência física de entrevistadas/os/es, mas que irá recepcioná-los como estrutura social a partir do início da sua existência física. Esses antecedentes históricos sociais, essas disposições sociais, exercem influência na constituição do *habitus*, porque é a partir delas que alguns elementos serão incorporados pelos agentes enquanto *habitus*.

Membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro são herdeiros, por meio de disposições sociais e *habitus* incorporados manifestos no espaço do coletivo, de uma geração anterior de ativistas com atuação em pautas abolicionistas e antirracistas. Nesse processo histórico, o racismo histórico-estrutural é elemento estrutural e estruturante presente na estruturação do *conatus*, *hexis*, *eidos* e *ethos*. Desse processo histórico do qual são herdeiros, a prática social, a experiência com o racismo e a ação de autodefesa dos agentes negras/os/es, faz com que sejam exteriorizadas possibilidades de contra reprodução (práticas sociais antirracistas) em oposição ao racismo e as suas consequências sociais.

A ilustração abaixo, “Figura 18”, demonstra as dimensões do *habitus* exploradas a partir dos relatos na categoria de análise anterior, porém com a inclusão de novos elementos para permitir pensar a amplitude e os elementos presentes em um processo de socialização em um contexto de luta antirracista. A “Figura 18” constitui a hipótese de socialização que vai orientar nessa categoria de análise o exame dos dados coletados.

Figura 18 - Socialização, dimensões do *habitus* e racismo histórico-estrutural



Fonte: Autora, 2023.

Na “Figura 18”, identifica-se a socialização como um processo dialético, em que relações objetivas e subjetivas interagem com disposições sociais e com as dimensões do *habitus*, constituindo as disposições incorporadas como *habitus*. O racismo, enquanto elemento histórico-estrutural também é entendido como disposição social que em função das diferentes trajetórias dos indivíduos, processo histórico, será incorporado como *habitus* ou contestado, ou nesta ordem, constituirá ações de reprodução social, ou de contra reprodução do racismo. Na figura observa-se também, que o processo de socialização, como relações sociais, acontece em delimitações de espaço e de tempo. O espaço enquanto um conjunto material, territorial e histórico, relacionado à existência humana e grupos sociais e o tempo como processo de delimitação de acontecimentos sociais e históricos são elementos que também exercem influência na constituição do *habitus*. Sendo assim, nota-se nos relatos que o *habitus* é delimitado por características de um espaço e de um tempo, no âmbito de condições de existência objetivas e subjetivas, no qual se constitui o itinerário das/os/es entrevistadas/os/es.

Como exposto na “Figura 18”, ao refletir a respeito do *habitus*, seja ele individual, ou coletivo, estamos de modo igual, direcionando as reflexões para o processo de socialização. Com isto, delineando elementos da constituição do indivíduo e identificando afinidades típicas que o levaram no espaço social a filiação

a uma classe social, um grupo específico, ou no caso dessa pesquisa a uma pauta reivindicatória. Segundo Setton (2002), o *habitus* é:

um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. (SETTON, 2002, p.63)

Ao ser mencionado anteriormente e existência de *habitus* individual e coletivo, surge a necessidade de apresentar a distinção entre os dois. O *habitus* individual refere-se ao que é incorporado na trajetória social do indivíduo e o *habitus* coletivo corresponde ao incorporado como elemento comum a uma classe, ou seja, características de um grupo específico. Com relação ao *habitus* individual, segundo Bourdieu (2009) ele exprime:

singularidades das trajetórias sociais, às quais correspondem séries de determinações cronologicamente ordenadas e irreduzíveis umas às outras: o *habitus* que a todo momento, estrutura em função das estruturas produzidas pelas experiências anteriores e experiências novas que afetam essas estruturas nos limites definidos pelo seu poder de seleção, realiza uma integração única, dominada pelas primeiras experiências, das experiências estatisticamente comuns aos membros de uma mesma classe (BOURDIEU, 2009, p.100)

Com relação ao *habitus* coletivo, *habitus* de classe, Bourdieu (2009) registra que:

Poder-se-ia considerar o *habitus* de classe (ou grupo), isto é, o *habitus* individual na medida em que exprime ou reflete a classe (ou grupo) como um esquema subjetivo, mas não individual de estruturas interiorizadas, esquemas comuns de percepção, de concepção e de ação, que constituem a condição de toda objetivação e de toda a apercepção, e fundam a concertação objetiva das práticas e a unicidade da visão do mundo na impersonalidade e na substituíbilidade perfeitas das práticas e das visões singulares (BOURDIEU, 2009, p.99)

Retomando as entrevistas, e situando as disposições sociais, o *habitus* e o processo de socialização no contexto brasileiro e do objeto de estudo. No Brasil a escravização estrutural foi responsável por um processo de socialização, que envolve a hierarquização e marginalização de grupos sociais a partir de um pertencimento geográfico e fenotípico. Por meio da socialização um repertório de comportamentos, valores e crenças de uma sociedade e grupos sociais (classe e subclasse) são repassados a cada nova geração de agentes. Desta forma, a socialização é

responsável pela aprendizagem do *habitus* de um campo e a assimilação das características de relação deste campo com o espaço social. Ela atua como força de adaptação do agente às exigências do campo. Mediante a socialização apreendemos o mundo, assimilamos conceitos, incorporamos práticas sociais e estruturamos e desestruturamos concepções e realidades.

O êxito da composição simbólica para a constituição de um grupo social depende da predisposição dos agentes por sua “proximidade no espaço das relações sociais e também graças às disposições e interesses associados a essas posições - a se reconhecerem mutuamente e a se reconhecerem em um mesmo projeto (político ou outro)” (BOURDIEU, 1996, p.50). O *habitus* é “produto de uma aquisição histórica, é o que permite a apropriação do legado histórico” (BOURDIEU, 2001, p.184). Assim, a história objetivada nas coisas na forma de estruturas e mecanismos (espaço social ou campos) e a história na sua constituição como *habitus* nos corpos necessita ser assumida pelo agente para ser reativada. Portanto, segundo Ortiz, o *habitus* tem a propensão a “conformar e a orientar a ação, mas na medida em que é produto das relações sociais ele tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendraram”(ORTIZ, In: ORTIZ, FERNANDES, p.15, 1983).

Os “*habitus* são diferenciados; mas são também diferenciadores. Distintos, distinguido, eles são também operadores de distinções” (BOURDIEU, 1996, p.22). Ele gera práticas distintas em função do *ethos* e do *eidos* interiorizado, ou seja, a distinção tende a acontecer em razão da ética incorporada em costumes e instituições e dos conceitos e ideias de classificação de objeto e julgamento moral e estético os quais regulam a ação. E essas práticas distintas resultam também da *hexis* incorporada na trajetória e em um contexto histórico pelo motivo de que “o social também se institui nos indivíduos biológicos, existe muito de coletivo em cada indivíduo socializado” (BOURDIEU, 2001, p.191). Deste modo, o *habitus* é espaço de “solidariedades duráveis, de fidelidades incoercíveis, pelo fato de estarem fundadas em leis e laços incorporados, as do *esprit de corps*” (BOURDIEU, 2001, p.176); isto significa que ele é a “adesão visceral de um corpo socializado ao corpo social que o fez e com o qual ele faz corpo” (BOURDIEU, 2001, p.177).

Desta forma, o processo de socialização coloca diante do indivíduo um sistema de disposições sociais, que são predisposições para perceber, sentir, agir, pensar, ou seja, um conjunto de esquemas sociais perceptivos. Essas disposições são interiorizadas em forma de *habitus* em função das condições

objetivas de existência, e enquanto *habitus* são impulso da percepção, da reflexão e da ação inconsciente do indivíduo. E o princípio da ação consiste na “cumplicidade entre dois estados do social, entre a história tornada corpo e a história tornada coisa” (BOURDIEU, 2001, p.184). E conclui-se que, sendo o *habitus* resultante de um processo de socialização, essa socialização é também a incorporação de uma posição social. Bourdieu (2001, p.190-192) define que a socialização é a coletivização do indivíduo biológico, perpetuação de “propriedades válidas para uma classe inteira de agentes” (BOURDIEU, 2001, p.191), ajuste do corpo a um *habitus*, adesão de um corpo socializado a um corpo social.

Porém, considerando Bourdieu (2001, p.190-192), a coletivização do indivíduo não elimina todas as propriedades antropológicas ligadas ao suporte biológico, disposições e posições podem não ter ajustamento harmonioso em função de transformações estruturais (extinção ou modificação de posições), mobilidade inter ou intra-geracional. Para Bourdieu (2001, p.202) na infância a socialização das pulsões é uma relação de troca afetiva, onde uma renúncia ou um sacrifício por parte da criança é recompensado com reconhecimento e consideração. Consequentemente, interpreta-se que por meio da socialização se reproduz relações de dominação e poder, lutas simbólicas, disputas por posição de agentes, capital simbólico, classificações, crenças.

Considerando o exposto, nessa categoria de análise a socialização é interpretada como relações sociais que influenciam a manutenção de *habitus* e disposições (reprodução) ou indicam uma disputa pela sua mudança (contra reprodução) a partir da perspectiva de um “grupo específico” (MOURA, 2019, p.149). Assim o processo de socialização é entendido, em uma perspectiva dialética, como forças resultantes de relações sociais, estruturas sociais, cognitivas e políticas, que reforçam modos de crer, julgar e fazer. Forças estas que igualmente estão presentes na relação de disputa por posições sociais de agentes no campo e no espaço social. Bem como, são forças que permeiam o processo de luta antirracista em sua configuração de resistência individual e coletiva.

Assim sendo, esta categoria de análise tem a intenção de verificar os conceitos e o processo de constituição e influências com atuação subjetiva e intersubjetiva na elaboração dos esquemas perceptivos com relação à concepção de afro-reparação. Com esse objetivo o “Quadro 8” expõe trechos dos relatos onde constam a concepção

de afro-reparação e o papel da universidade diante dessa perspectiva de intencionalidade para a educação superior.

Quadro 8 - Afro-reparação concepções e papel da universidade

	CONCEPÇÃO DE AFRO-REPARAÇÃO	PAPEL DA UNIVERSIDADE
Akanni	<p>Acho que esses tempos saiu um podcast do Emicida, no “Angu de Grilo”, que é um programa com duas jornalistas, a Isabela Reis e a Flávia Oliveira. E ele fala do quanto a gente sempre exigiu reparação através da educação, através do estudo. E daí eu fico pensando o quanto a gente acaba tornando isso o essencial. Acho que tem vários tipos de reparação, não sei, talvez eu esteja viajando muito. A gente pode ir para o direito de ter saúde, o direito de ter moradia, o direito de poder comprar as coisas com a sua autonomia financeira, o direito de ter uma segurança alimentar, escolher o que tu come com qualidade.(...)E junto com a palavra afro me remete muito a uma questão de voltar os olhos para a África, voltar para as raízes. Esses dias eu li um livro do Kabengele Munanga, que é “Negritude, usos e sentidos”. Eu achei interessante como ele explica o que é negritude(...)a negritude ela tem uma agenda, ela tem uma proposta até mesmo de união entre outras negritudes pelo mundo. Ele fala de outros povos que eu nunca tinha visto(...)mas que a gente foi separado por esse processo de diáspora. Então eu fico pensando em reparar no sentido de conhecer nossas raízes(...)</p>	<p>Mas parece que muitas vezes um grande foco, até para acessar essas outras coisas que eu falei, como acontece na universidade, é a educação. Quando a gente conhece várias pessoas negras que nem gostam do curso que estão, mas não sei como é a assistência nas outras universidades, mas na [menciona nome da instituição] no momento em que tu tem um benefício socioeconômico, daí você pode morar na casa do estudante pode ter alimentação gratuita no RU, vale transporte, um leque se abre. Eu acho que é muito disso assim a reparação para nós.</p>
Amílcar Cabral	<p>Esse é um conceito muito polêmico na verdade. Na primeira década desse século, século XXI, chegou à pauta da discussão porque buscava-se entender os fundamentos, as justificativas para as políticas afirmativas.(...)Então quando eu penso reparação, eu penso a reparação de uma perspectiva do coletivo. É claro que reparar a pessoas ou a indivíduos, ou a famílias de indivíduos alguma coisa que foi cometida no passado, por exemplo, em termos de escravidão é mais complexo. Agora reparar os prejuízos que um grupo social, que um coletivo de</p>	<p>(...)o racismo no Brasil ele é diferente, por exemplo, dos Estados Unidos, porque ele não é um racismo de segregação(...)Ele é um racismo que pressupõe a convivência, mas pressupõe uma hierarquia nessa convivência. Os negros e brancos convivem muito bem, enquanto o negro é o subordinado, enquanto o negro está no lugar de subalternização.(...)a universidade ainda não conseguiu absorver essa ideia(...) da integração do</p>

	<p> pessoas sofreu, reparar os prejuízos que esse coletivo teve é possível. Então assim, quando a gente pensa em reparação, a gente tem que pensar sempre no coletivo, no grupo social negro. Por quê? Porque os prejuízos que aquelas gerações do passado sofreram, elas acabaram sendo herdadas para as gerações posteriores e acaba chegando até as gerações atuais(...) Então assim, mas por fim, a ideia da reparação é essa que se faça alguma ação concreta, materialmente evidente que reconheça os prejuízos, as desvantagens do passado. E que ao mesmo tempo faça justiça social, promova justiça social. Então as políticas afirmativas têm esse caráter. </p>	<p> contingente negro, e não só do contingente de pessoas, mas também dos saberes, também da experiência, enfim, do reconhecimento histórico, da história(...)por isso que eu acho que essa visão de políticas afirmativas, mais voltada para a reparação,(...)que é preciso fazer uma justiça racial(...)estou pensando assim, que uma forma da universidade reparar os prejuízos que a população negra sofreu, ou seja, custeando essa universidade e ao mesmo tempo fora dessa universidade. É uma formação acadêmica, política que formasse (...) intelectuais capazes estarem comprometidos com a própria comunidade e de trabalharem em função da melhoria da própria comunidade, da população negra, isso só iria acontecer por uma ação política.(...)Isso precisaria de um projeto político-pedagógico bem amarrado, para que esses jovens tivessem toda a oportunidade de construir duas identidades ao mesmo tempo, a identidade acadêmico-científica e a identidade étnico-racial(...)a ABPN, com a associação de pesquisadores e pesquisadoras negros, negras, teria um pouco essa oportunidade de construir dentro do âmbito das universidades um projeto político-pedagógico de formação de intelectuais negros e negras. </p>
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Hamilton Cardoso</p>	<p> (...) reparação, memória e justiça, trabalho com essas três perspectivas. Veja, a ONU está aí discutindo a década internacional de afrodescendentes (...)eles falam em reconhecimento, justiça e desenvolvimento, alguma coisa assim. Isso é uma plataforma internacional(...)acredito que pensar em memória, reparação e justiça, pode colocar aí equidade, é um caminho. Como nós vamos fazer esse debate de reparação, memória, justiça, e equidade, ou justiça restaurativa?(...)por falta de outra palavra...balanço, o que nos trouxe até aqui(...)Se formos retratar perspectiva histórica, o movimento negro contemporâneo, o período do Teatro </p>	<p> Então, o papel hoje que eu compreendo que a universidade deva ter,(...)precisa se compreender que está localizado em um território, primeiro elemento. Que nesse território diversas dinâmicas se apresentam, que é a perspectiva de gênero, que é a perspectiva de classe, que é a perspectiva intergeracional, que se estruturam. </p>

	<p>Experimental do Negro⁸⁰, Abdias Nascimento, IPEAFRO⁸¹ tem diversas contribuições nessa linha(...) Olhando, também o que foi o movimento negro nos trinta anos iniciais lá do século XX e hoje, sabe, quais são os grandes desafios para além da política institucional(...) a gente precisa, como uma política que coloca um olhar mais estrutural, pensar a realidade do sistema carcerário brasileiro, que é majoritariamente negro(...) já fizeram pesquisa para ver a escolaridade dessas pessoas. Eles não terão ensino superior... não sei se teriam, eu estou criando uma hipótese(...) Eu colocaria como uma plataforma política de ação afirmativa que o estado brasileiro, a união, estados e municípios, ou o movimento negro que é multifacetado, centrasse na educação de jovens e adultos(...) eu centraria como um objetivo estratégico de reparação erradicar o analfabetismo no Brasil(...) primeiro você precisa de dinheiro para pegar condução, tem ônibus que roda a noite, não. Então como que a gente vai reparar essa defasagem históricas de educação, sendo que o Estado não proporciona essa possibilidade de mobilidade urbana.</p>	
<p style="text-align: center;">Amora</p>	<p>Para mim, afro-reparação já vem na própria palavra. É reparar por um erro, por um delito, por um crime cometido. Então, essa questão da afro-reparação ela vem sendo tratada já a longo tempo.(...) entendo que a questão da reparação pecuniária é fundamental. Porque é a possibilidade, oportunidade, que as famílias negras de agora, deste século, vão poder se manter melhor na sociedade(...)uma ideia que eu tenho e que de outros países é claro, mas que poderíamos implantar aqui nesses financiamentos de caixa, bancos, caixa econômica, poderia ter cotas sim. Tirar a pessoa negra da favela, da miséria(...)</p>	<p>Educar, movimentar o pensamento e mudança de atitude. Conscientizar os acadêmicos, muitos acadêmicos racistas que existem nas universidades ainda. Conscientizar. E que eles possam no futuro serem também a mudança junto com os estudantes afrodescendentes.(...) Que nós possamos fazer uma nova sociedade, uma nova era de pessoas, equilibrar para todos, a igualdade social, a igualdade econômica e a igualdade educacional. Porque esses profissionais serão o futuro e depois cometerão os mesmos erros dos seus antepassados.(...) livros, a movimentação, passagem, é uma reparação também.</p>

⁸⁰ Teatro Experimental do Negro (TEN), fundada e dirigida por Abdias Nascimento foi uma companhia de teatro brasileira composta por negras/os que atuou de 1944 até 1961.

⁸¹ Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO) criado em 1981 quando Abdias Nascimento voltou ao Brasil depois de treze anos exilado.

Angola SJP	<p>Eu parto do pressuposto que essa reparação, antes de mais nada, ela deve vir primeiramente como fortalecimento da identidade.(...) Então eu acho que a reparação ela começa desde cedo, não somente uma cota, por exemplo, que é muito importante, mas desde cedo essa introjeção da própria identidade e fortalecimento da pessoa negra, preta, dentro de escola, que ela possa se entender como tal. É um trabalho conjunto.(...) existe essa questão das cotas, as cotas raciais, como também as cotas sociais que eu acredito que deve ser paralelo e não uma coisa só. Então, no meu entendimento essa reparação deveria ser dessa forma desde os princípios de cidadania, para que essa pessoa quando adulta, ela tenha esse entendimento do pertencimento e da importância desse pertencimento e da importância do que ela representa.</p>	<p>A universidade é quem forma os multiplicadores. Então, esses nossos colegas que precisam ser formados com essa possibilidade de reflexão e da importância de que eles precisam atuar em sala de aula dessa forma, indiferente se é o professor de ciências, de geografia e matemática, ou de língua portuguesa. Eu acredito que o papel da universidade talvez seja até o primordial, porque vai formar os multiplicadores.(...) Acredito que como a universidade ela tem várias linhas de pesquisa e de desenvolvimento, o ideal seria que os não afrodescendentes buscassem entendimento de que essa linha de pensamento e de pesquisa, pode estar transformando uma sociedade em algo muito mais concreto. Mas infelizmente daí a gente barra no racismo, no preconceito, na condição da indiferença, no ego, em várias condições, porque muitas vezes nas universidades são colegiados, existem vários grupos que eles têm um determinado interesse em comum.(...) até mesmo essa condição de quando a gente tem uma pessoa representante lá os avanços são mínimos.(...) porque barra novamente nos interesses da minoria burguesa.</p>
Antônia Cândida	<p>(...)tu trouxe essa questão da afro-reparação no questionário inicial eu tinha escutado esse termo talvez com o procurador Jorge Terra, quando ele trouxe a construção de uma comissão sobre afro-reparação. Eu tinha alguma dificuldade para entender, eu acredito que ainda tenho, não é uma coisa totalmente clara.(...) a maneira como tento trabalhar esse conceito, são essas lutas(...)seja a política de cotas, a ampliação dessa política de cotas, a mudança do currículo, a entrada de mais professores negros e indígenas. Eu acredito que é por aí. Eu enxergo dessa maneira, assim, mais equidade(...) Então afro-reparação para mim, é ter uma mudança nessa forma cognitiva até de enxergar o negro e o indígena nesse país,</p>	<p>Eu quero um currículo negro, eu quero um currículo indígena, eu quero ver mais autores, mas teoria que discuta. Então, de fato não é só para ter uma disciplina lá num curso inteiro sabe, não, eu quero de fato uma consciência nesse sentido.(...)</p>

	<p>que é ensinada desde criança. Então, quando isso mudar, eu acho que daí é uma afro-reparação de fato.(...) Olha que coisa dura, que tristeza, eu não chego na minha bisavó por exemplo, não sei o nome de bisavó. Eu chego nos meus avós maternos. Isso é muito triste. A gente poder ter acesso a essas informações para mim já seria uma reparação, eu poder reconstruir a minha família. Então, hoje em dia eu encaro de outra forma, só não sei se é a forma correta, para mim o que soa é isso, sabe a gente poder recontar nossa história.</p>	
Dandara Zumbi	<p>(...)seriam políticas que se voltassem para as famílias que são em sua grande maioria chefiadas por mulheres negras. Onde, por exemplo, reforma agrária, reforma urbana, algum tipo de política desse tipo seria uma política que se aproxima da reparação.(...)É você pegar mulheres negras, jovens, que tem uma quantidade grande de filhos e por isso tem trabalhos cada vez mais precarizados. (...)Aquele que está lá na base da pirâmide, (...)se ela conseguir se movimentar toda a pirâmide vai se movimentar, como diz Angela Davis.</p>	<p>Depende da universidade, se você for ver uma USP da vida [risos].Mas se você for ver uma universidade na Amazônia, Manaus, Piauí, Bahia, Ceará, essas universidades elas podem através de auxílio as suas estudantes, estudantes mais pobres, para poder estudar e continuar, política de permanência.</p>
Ita	<p>(...)qual é a diferença de reparação e de cota, de ação afirmativa. Muitos debates ocorreram(...)As ações afirmativas, elas se pautam pela leitura de mundo feita pelos norte-americanos(...)Quer dizer, não questiona a estrutura da sociedade(...) uma outra questão levantada com relação a reparação, houveram alguns que entendiam que a reparação precisava ser econômica, financeira. Assim como foi feita aos povos de origem judaica(...) Como é que se calcula isso? Porque sobre nós o que se deu foi uma expropriação, os nossos corpos foram os primeiros a serem invadidos pelo dominador(...) pelo opressor, pelo colonizador, corpos e mentes. Nossos psicológicos. Foi negado o nosso nome, temos nossos nomes de origem dos nossos proprietários.(...)Nos foi imposto o esquecimento(...)nossas ancestrais, elas não estavam grávidas, elas foram estupradas. E foi negada a paternidade(...) Então a reparação, para que ela possa se efetivar, ela exige um profundo conhecimento, um amplo questionamento do que é a estrutura</p>	<p>Então me parece que a função da universidade ao produzir conhecimento é se retomar nas suas origens. Ela precisa se transformar. Uma transformação revolucionária, onde tudo aquilo que tem sido feito até hoje seja repensado, seja revisto, seja organizado sob uma lógica de emancipação libertária, para além do que nós temos visto até hoje. E todos os espaços dessa mesma universidade. Talvez pudesse começar pelos espaços que fazem formação de professoras e professores.(...) eu não tenho que provar que eu sou capaz de entrar na universidade. É a universidade que tem que me capacitar para ser capaz de estar na sociedade. Vestibular e seleção. Por que eu tenho que ser selecionado para entrar na universidade? Se eu estou buscando o conhecimento e é ela que produz esse conhecimento.(...) A universidade, eu penso, deveria se rever nesses</p>

	<p>dessa sociedade que nos mantém reféns nos dias atuais. Em pleno século XXI, nós somos ainda reféns da estrutura racista dessa sociedade. Queremos trabalho? Não, nós temos direito ao trabalho. Queremos moradia? Nós temos direito à moradia. Queremos atendimento de saúde digno? Nós temos direito a tratamento de saúde digno. Queremos educação? Nós temos direito à educação. Inclusive e principalmente, a partir da nossa forma de entender o mundo e do conhecimento que nós elaboramos neste mundo a ser conhecido como o nosso(...) Ação afirmativa pode até ser um componente das reparações necessárias, porém ela precisará abranger o nosso inteiro, enquanto ser humano. A começar do reconhecimento de que somos seres humanos. A partir disso, então nos olhar e pensar, inclusive nós mesmas, como seres de direito. Direito a tudo, o que nós também produzimos, elaboramos e garantimos para que um determinado setor, ainda que pequeno se aproprie e se beneficie dele. E a sociedade, isso não é um trabalho para nós, negras e negros (...)é uma dívida histórica das sociedades conosco, povos negros africanos.</p>	<p>aspectos, ter a coragem e a ousadia de romper com essa lógica excludente.</p>
<p>Lua Negra</p>	<p>(...)para mim a reparação passa pela educação. Ela passa pelas políticas públicas. No caso é quando a gente tem acesso a uma vida de qualidade, quando a gente tem os nossos direitos acertados, que a gente possa estar tendo as mesmas condições, que as pessoas que têm uma vida um pouco melhor. Eu penso que isso faz parte da reparação também.</p>	<p>É fundamental porque se você tem acesso à universidade, você tem acesso a um patamar melhor. Eu penso, por exemplo, se vai fazer medicina, você não tem na sua família, nunca ninguém conseguiu chegar à universidade, você é a primeira pessoa que chegou e já consegue fazer medicina porque as políticas permitiram que você chegasse lá. Porque até então, um tempo atrás, o negro nem estudar podia, foram através das políticas públicas, através das intervenções do governo, dos movimentos fazendo pressão que a gente conseguiu ter acesso a universidade. Então a universidade é fundamental para que nós possamos ter acesso, eu penso a uma vida mais digna.</p>
<p>Maria da Luta</p>	<p>(...)quando a gente fala em afro-reparação eu penso, o termo reparação para mim seria o termo que casaria, e que eu entendo que venha a ser realmente a</p>	<p>Em primeiro lugar era a universidade ser o espaço de formação, ela cumprir a função social dela, que é fazer avançar. A</p>

	<p>justiça, a equidade de direitos. Para mim seria isso, a justiça, equidade de direitos. Porque, o afro-reparação é o reconhecimento, que dizer eu entendo, eu não fiz, não busquei, mas o que é. O meu entendimento, é o reconhecimento de que isso existe e transformar esse reconhecimento na prática.. Ou seja, seria a gente conseguir trazer para a mesa, para a pauta, aquilo que é nosso de direito. Porque nós ajudamos a constituir. Aliás, nós ajudamos não, a gente constituiu esse país.(...) Então quando eu digo, quando eu penso na afro-reparação, eu penso na efetivação das políticas de direitos para todas as pessoas que sofreram as consequências de tudo isso e que sofrem.</p>	<p>universidade ser o local onde as grandes transformações deveriam acontecer.(...) Que é o que a universidade seja para todos e ser para todos.(...) é um espaço de construção do conhecimento, então precisa ter outra lógica e reconhecer, que nós temos um ensino, que esse ensino é ideológico e que esse espaço é um espaço que foi delimitado para poucos. Então, transformar esse espaço num lugar onde seja para todos efetivamente.(...) Então, para que aconteça esta afro-reparação o espaço onde se constitui as ideias e é reconhecido precisa mudar, porque é dali que começam as grandes mudanças.</p>
<p>Maria Lopes</p>	<p>As reparações pelos quase quatro séculos de trabalhos, de construção de tudo o que existe no país da forma socioeconômica e cultural, ela é fundamental. O Brasil não existiria, ousa dizer isso, da forma como ele é, sem a presença das pessoas negras. Pessoas negras chegaram aqui para trabalhar e passados três séculos, quando veio a independência com dois artigos, fica extinta a escravidão no Brasil e revogam-se as disposições em contrário, não foi pensado pelo governo da época, uma forma de indenizar aqueles trabalhadores, aquelas trabalhadoras. eu trago o poema de um integrante do Movimento Negro Unificado de São Paulo, Paulo Colina. Ele é poeta, ele diz, a Princesa Isabel não assinou nossas carteira de trabalho⁸².(...) Então a reparação, ela é na verdade fundamental e ela tem que vir do conjunto da sociedade brasileira. A gente tem algumas situações de reparação, mas ela tem que ser mais efetiva. É no mundo do trabalho que acontece a nossa maior exclusão. A educação sim, sonega conhecimentos da história negra brasileira e de África, mas o mundo do trabalho ele é um devedor que não pode ser desconsiderado quando se fala em reparação. É fundamental que, na minha visão, que todas as empresas que se instalem no Brasil e que estão</p>	<p>(...) o espaço da universidade pública, onde se constrói e se divulgam saberes. Esse espaço também tem que ser permeado por ações de reparação, o conhecimento da cultura africana, afro-brasileira, a presença de um número expressivo de docentes, tem que estar sendo contemplado.(...) universidades públicas, elas têm que ter pessoas negras como docentes, como aquelas que sentam ali na frente, que chamam os discentes, propõem pesquisas, trabalhos e tal, que também valorizem o patrimônio cultural.</p>

⁸² Poema Pressentimento de autoria de Paulo Colina (ANEXO 8)

	<p>instaladas, tenham um programa de ações afirmativas. Então para que pessoas negras ocupem diferentes postos dentro dessas empresas.(...) Então, esse país tem uma dívida imensa com a população negra e urge, é urgente que se construa um projeto de país e que nesse projeto de país se inclua sobretudo as pessoas negras e também os donos da terra, de maneira inteira, respeitosa.</p>	
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Martin Luther</p>	<p>(...)questão do reparatório não consegue dar uma justificativa em uma sociedade que acredita, fundamenta, ou seja, ela sabe que houve a questão do escravagismo, ela repudia a questão do escravagismo, da escravização, mas ela não consegue perceber que isso precisa de um ato reparatório(...)Porque nós estamos falando de novo na questão conceitual. Para mim, não seria uma questão de reparação aquilo que fizeram com os meus avós e com os meus antepassados. É uma questão de construção de uma política para a manutenção e o advento não só da questão do progresso social, mas da perspectiva de desenvolvimento de toda uma sociedade, diante de direitos e deveres. Esta inclusão de conceito, essa nova conceituação, ela permite que você fale - olha nesse exato momento a aplicabilidade de recursos está indo para essa população, porque o que nós teremos de retorno é isso, isso, isso e aquilo(...)o termo reparação não consegue dar conta de tudo aquilo que nós fizemos para esse país e tudo aquilo que nós fazemos e para onde nós podemos levar esse país. O salto qualitativo, o salto econômico, o salto é o benefício e a garantia de direitos que nós podemos levar. Veja bem, quando nós falamos em reparação nós partimos de um tempo específico, ou seja, trezentos e cinquenta anos. E aí o que nós fazemos? Me parece, que dá sustentação da academia e depois a sociedade e a política brasileira absorvem isso, como se a história de negros e negras estivesse, começasse a trezentos e cinquenta anos no Brasil(...)eliminamos da linha do tempo os trezentos e cinquenta anos(...) Eliminamos esse período de escravagismo e nós caímos então em dois mil e vinte e um, fazendo aqui a</p>	<p>(...)nós temos hoje uma sociedade de direitos humanos que violenta, que viola, tudo quanto é forma de subsistência do diverso. (...)A universidade é um instrumento para dizer, olha a diversidade de cultura deve ser preservada à medida que existe uma maneira, ou modos operantes de pensar o mundo, de organizar e sistematizar o mundo, que não é esse dado pela escrita principalmente como poder eurocêntrico. E, infelizmente, a universidade não vai fazer isso. Porque ela também é o processo dominante, estruturante de manutenção desse modo de escrita eurocêntrica.(...)Então, a universidade, ela é um instrumento também que legitima a operação sistêmica. E veja bem, sistêmica e orgânica do racismo.(...)Nós temos uma universidade eurocêntrica. E não é uma universidade, porque caso contrário, se assim fosse se estivesse preocupada com a questão reparatória. Preocupada com a ciência extremamente fortalecida sobre a origem de uma população, de um continente, que é o berço(...)uma Mãe de Santo me corrigiu lá em Maringá, ela dizia: "não é o berço professor, é o útero da humanidade". Essa universidade usaria esse tônus, essa força da origem da humanidade, com a matriz indígena que é a origem desse nosso país continental, como força motriz para sua ciência. Mas é pelo contrário. A mãe africana e a mãe indígena, elas são peças, comunidades de se pesquisar a partir de um tônus eurocêntrico. Então, se você não mudar a matriz, você não vai mudar o aspecto, não</p>

	<p>questão da tese(...) Sobre a questão negra diante do contexto que nós temos na humanidade. Vai mudar todo o conceito e vai dar a nós aquilo que é de fato e de direito e, naturalmente toda a política vai mudar, porque agora o protagonismo que eu volto a assumir diante daquilo que eu já sou.</p>	<p>vai mudar o estudo, impossível fazer isso. Porque eu queria que constasse isso na sua tese, todos nós somos descendentes de africanos. Todos nós somos descendentes de indígenas. Onde é que está conceituado o racismo? O racismo é orgânico e o racismo é por conta da cor da pele. Quanto mais escuro mais distantes do espaço desses olhos. Quando eu digo orgânico é justamente porque ele não só naturaliza, eu posso ser um pesquisador da questão racial e ser racista. Por quê? - Cara, espera aí, esse aqui é o meu modo de subsistência, eu não posso dar vazão para que esse cara aí, amanhã tome o meu emprego. Então essa organicidade do racismo, ele dilui de maneira que ele vai naturalizando o racismo em todos os aspectos de organização política da nossa sociedade.</p>
<p>N' Zazi</p>	<p>(...)eu vejo a afro-reparação como uma das possibilidades de combate ao racismo.(...)Porque no meu ponto de vista as desigualdades raciais não estão tão somente vinculadas a questão da escravização. Eu quero dizer que muito antes da escravização, o conceito de branquitude, o conceito de supremacia branca, o conceito próprio de racismo, já nos colocava a margem das possibilidades de construção da humanidade. Ou seja, o que quero dizer é que, muito antes da própria escravização como nós conhecemos, essa escravização das invasões de África, a branquitude já nos via como não humanos. Eu utilizo muito um autor chamado Charles Mills⁸³, que ele vai discutir o contrato social, dizer que esse contrato social não era um contrato social, era um contrato racial. Um outro camarada que vai falar mais ou menos isso que estou dizendo é Aimé Césaire⁸⁴. O Aimé Césaire vai falar que a Europa construiu o vazio em torno dela, ou seja,</p>	<p>(...)é o papel de exclusão do povo negro, se tu pensares a universidade da forma como ela foi pensada.(...)Então, novamente, o movimento negro educando a concepções e conceitos no Brasil, vai disputar essa universidade de uma perspectiva não somente eurocêntrica.(...)o papel no meu ponto de vista funcional, das universidades, ainda não está materializado. A universidade, ela ainda é pensada tão somente a partir de uma perspectiva eurocêntrica(...) a universidade ainda é branco normativa. Então, para que a universidade tenha um papel de não reprodução do racismo, ela precisa se compreender em várias perspectivas,(...) Hoje é muito popular dentro da universidade discutir, por exemplo, matrizes decoloniais, então tem que se pensar a descolonização do</p>

⁸³ Sociólogo Charles Wright Mills

⁸⁴ Aimé Fernand David Césaire, foi poeta, político e com Léopold Sédar Senghor desenvolveu o conceito de negritude, fortalecendo o movimento da negritude e sua posição de rompimento com os valores eurocêntricos. Como estudante de letras em Paris foi um crítico da colonização e da opressão cultural francesa.

	<p>a razão europeia, o homem vinculado a Deus é europeu. Então eu acho que muito antes da escravização como nós conhecemos todos os pressupostos para a não compreensão da nossa humanidade já estavam postos, obviamente vai haver é uma maximização dessa construção (...) Reparação, o movimento negro sempre utilizou inclusive esse termo, Abdias do Nascimento já utilizava reparação nos idos do anos quarenta.(...)Então, eu entendo reparação num sentido de uma das tantas formas necessárias do combate ao racismo nas suas mais variadas formas de manifestação.</p>	<p>pensamento numa questão prática.(...) Então para que isso mude, para que ela seja pública no sentido constitucional, ela precisa para além de enegrecer epitelialmente a universidade, nós precisamos enegrecê-la epistemologicamente.</p>
<p>Pepita</p>	<p>(...)entendo a reparação como um dano histórico que houve, que foi a escravização a ser reparado. E ele pode ser reparado através de ações e ações concretas e essas ações concretas que nós chamamos de ações afirmativas. Que são ações reparatórias, que busca reparar essa fragilidade, que busca reparar esse genocídio, esse extermínio que aconteceu com os nossos ancestrais, que foram os nossos avós, os nossos bisavós vindos de mãe África.</p>	<p>(...)acho que as universidades, que as escolas, que as instituições educacionais, elas deveriam ter no seu quadro técnico pessoas afro-brasileiras sensíveis à pauta étnico racial. Porque eu já vi muitas universidades pessoas negras sendo colocadas porque compartilhavam da mesma vivência, do mesmo olhar que algumas pessoas brancas racistas, porque nem todas os brancos são racistas(...)Então, neste sentido eu coloco que é importante termos profissionais técnicos estratégico nos espaços fundamentais de articulação das instituições afro-brasileiros, com sensibilidades, ativistas, militantes</p>
<p>PretAriana</p>	<p>Reparação para mim. É uma forma de indenização.(...) Eles tentaram de todas as formas fazer com que a gente se dissipasse psicologicamente, para que a gente esquecesse das nossas raízes. Eu acho que a perversidade, a construção dessas estruturas sociais que permanecem hoje, que fazem com que a gente construa nossas vidas sobre esses alicerces racistas. Racista e classista.(...)Então assim, quando eu penso em reparações me vem logo a questão da indenização, indenização pelas perdas que fizeram a gente passar. Ao mesmo tempo, para mim que já perdi o meu irmão. A forma como eu perdi, eu</p>	<p>(...), o movimento negro como um todo já buscou os mecanismos para que as universidades públicas federais, estaduais, municipais(...) para que elas entendam o racismo, a estrutura do racismo. E para que elas entendam que elas precisam, elas precisam exercer essa função, esse trabalho de conscientização.(...). Então acho que o papel das universidades públicas, no contexto do racismo, é promover desconstruções. E a promoção das construções alguns dos mecanismos já estão colocados aí. A própria lei dez mil⁸⁶</p>

⁸⁶ Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da Temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília: Presidência da República, 2003.

	<p>uso muito a minha experiência pessoal para entender todo esse processo, para eu conseguir dialogar com as pessoas sobre esse sentimento. Eu acho que não dá para a gente falar em reparações sem relacionar os nossos sentimentos. Eu acho que dinheiro nenhum no planeta supera as nossas perdas, principalmente das nossas vidas(...) Mas ao mesmo tempo, as reparações num sistema capitalista como nós conhecemos são absolutamente necessárias. Então, se nós participamos da construção econômica desse país, nós merecemos estar incluídos, incluídas e incluídes⁸⁵(...)</p>	<p>e a onze mil⁸⁷ como eu citei, eu acho que são os mecanismos principais para que seja promovida essa desconstrução.</p>
<p>Spike Willian</p>	<p>Não é possível de pensá-la exclusivamente para o povo negro, então eu acredito que não tem como pautar um projeto de reparação para o nosso povo que não seja um projeto que transforme radicalmente essa sociedade e, portanto, que vá mexer nas bases e que vá também transformar vidas de outras pessoas. Então, a reparação para mim ou no caso, o que se aproximaria de uma afro-reparação seria a revolução socialista, produção do poder popular, essas questões que nos movem e é o horizonte de superar a sociedade regida pela lógica da mercadoria, da exploração do homem pelo homem, enfim, dessa dinâmica de sociabilidade. Então, se pauta a luta negra porque ela é inerente a exploração pela lógica do capital. Mas ela não vai se efetuar de maneira isolada, como se fosse possível reparar o povo negro e continuar vivendo do jeito que a gente vive, com os termos que a gente vive. Então reparação para mim é a construção do poder popular do socialismo(...) a mudança fundamental do ponto de vista estrutural é de pensar uma sociabilidade na qual as pessoas que trabalham, decidam sobre o destino da riqueza(...)</p>	<p>acho que a universidade, ela tem um papel no sentido de acolher, de pensar todas as suas dimensões de ensino, pesquisa e extensão voltadas para demandas concretas da população. A gente ter esse engajamento com a realidade do país.(...)possa se configurar uma universidade rigorosamente pública e popular e que acolha rigorosamente as nossas demandas.</p>

⁸⁵ Palavra adaptada a linguagem neutra e que tem o objetivo de expressar gênero não binário e tornar a comunicação mais inclusiva, não sexista e não invisibilizar a diversidade de grupos e características de membros de uma sociedade.

⁸⁷ Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: Presidência da República, 2008.

	<p>Não tem como pensar em qualquer outra mudança sem mudar o essencial, que é o modo de produção. Como que a gente produz e reproduz a materialidade da vida e isso tem que estar na mão dos trabalhadores e quando a gente fala de trabalhadores não é a classe operária nas fábricas, os trabalhadores de maneira geral e da população negra, que é grande contingente da classe trabalhadora.</p>	
Sula	<p>Vamos dizer assim, que só há pouco tempo na televisão brasileira, por exemplo, agora que nós temos pessoas sendo representadas no Jornal Nacional, por exemplo, que é a Maju e que mesmo assim sofre preconceitos diariamente. Então essa afro-reparação tem que ser toda uma reeducação para a população entender que nós somos todos iguais, porque a população ainda não entende o negro como gente igual a gente.(...) Eu sinto que a minha filha, que é filha de negro, também é negra, o quanto ela já sofre preconceito desde criança e o quanto ela vai sofrer a vida inteira. E todas as pessoas deviam pensar nisso. Que isso não é legal para o ser humano, que essa reparação só vem com uma reeducação. Só vem com uma inserção mesmo e se as pessoas não estão aceitando isso por bem, tem que inserir mesmo no programa do governo. (...) não tem essa de que a universidade é só para quem tem dinheiro ou para quem é branco. A universidade é para todos. O acesso à educação é para todos. A educação pública tem que ser educação pública, gratuita e de qualidade.(...) Então já que tem essa situação, tem que haver sim uma redemocratização e uma reeducação desse povo.</p>	<p>A universidade vai chegar justamente dentro desse contexto da reeducação. A universidade como é universidade, vários saberes, várias culturas, ela tem que inserir essa questão da educação da cultura afro-brasileira.(...)Então a universidade tem um papel fundamental nessa reeducação do Brasil quanto a essas questões de inserção do negro na sociedade e de fomentação da cultura afro-brasileira. E de dar acesso, o acesso é importantíssimo. Acesso do negro a todas as instituições, a todas as camadas da sociedade(...)Somos iguais perante o que está na Constituição. Então eu acho que a universidade tem esse papel fundamental. A universidade, a partir do momento que a universidade abre esse debate e faz esse contexto dentro da universidade, a aceitação na academia e a disseminação das ideias se propagam muito mais, porque é como diz, eles têm esse poder também de disseminar as ideias e os saberes.</p>

Fonte: Autora, 2023.

O processo de socialização é dialético e histórico e os elementos incorporados desse processo constituem um *habitus*. A “Figura 4 - Prisma teórico da investigação interpessoal de fatos e percepções” exposta anteriormente, ressalta no contexto de um grupo específico a relação entre a subjetividade e a intersubjetividade na estruturação de esquemas perceptivos com relação à pauta afro-reparação. Nessa tese, o tópico “4.1 PRÁXIS DE AGENTES NEGRAS/OS/ES”, traz alguns elementos da subjetividade de integrantes dessa pesquisa. Nos relatos apresentados no quadro

acima a intersubjetividade ganha evidência a partir de uma ponte semântica, que é a afro-reparação, como elemento de uma identidade coletiva, de um grupo específico na perspectiva de Clóvis Moura, em um processo de repensar elementos de uma estrutura social e do campo universitário.

Os relatos ao fazer referência a concepção de afro-reparação manifestam características de um *conatus* social, a perspectiva de interpretação e de ação com base em uma identidade social, fundamentada em um grupo específico a partir da necessidade da manutenção de uma autodefesa contra o racismo histórico-estrutural. Com isso registra o resultado de um processo de socialização em que a manutenção de condições degradadas, objetivas e subjetivas de subsistência, que historicamente permanecem geram a necessidade de perpetuar uma luta antirracista.

Igualmente, os relatos expõem o *ethos* enquanto princípios explicativos a partir da prática. E o eidos como esquemas perceptivos lógicos, cognitivos e conceituais de leitura de uma realidade. São os olhares moldados pela vivência com o racismo e a partir de uma perspectiva de luta antirracista como capital do campo Movimento Negro brasileiro. Destacasse que esses olhares partem da consciência de uma marca social, que tem entre seus elementos também uma *hexis* específica que historicamente desperta pelas características do fenótipo e da cultura, reações sociais de exclusão e violência.

Percebe-se que a totalidade dos relatos demonstram a distinção a partir do *habitus* de um grupo específico de esquemas de percepção a partir da interpretação social do racismo e de seus efeitos, questão que foi abordado na “Figura 13 - *Habitus* racializado e percepção do racismo”. E os trechos das narrativas transcritos sinalizam no campo universitário a reprodução de um *habitus* racializado resultante de um racismo histórico-estrutural, o que também foi aqui ponderado no tópico “3.2.1 Campo universitário”, no item “b) Campo universitário: socialização, disposições sociais e *habitus* racializados”.

O olhar atento para o “Quadro 8 - Afro-reparação concepções e papel da universidade”, na coluna “CONCEPÇÃO DE AFRO-REPARAÇÃO”, permite observar que o entendimento a respeito da representação do que seja afro-reparação, ou sinônimos e política de ações afirmativas, apresenta variações. Sendo que, Amílcar Cabral sinaliza a existência de uma polêmica em torno do entendimento. Com relação a essa distinção de entendimentos é possível a delimitação de cinco posições que contrastam nos relatos.

A primeira posição apresenta uma centralidade na política de ações afirmativas priorizando no discurso a educação, mas também pensando a aplicabilidade da política em outras áreas. Essa postura pode ser percebida nos relatos de Amílcar Cabral, Hamilton Cardoso, Dandara Zumbi, Lua Negra, Pepita e Sula. O segundo ponto de vista, refere-se a defesa de uma reparação pecuniária, no qual o ressarcimento financeiro tem centralidade no discurso e essa opinião foi identificada no relato de Amora. A terceira posição defende um processo de mudança estrutural da sociedade brasileira, que seja capaz de alterar a organização e os valores hoje vigentes na estrutura social. É um prisma compartilhado por Spike Willian. O quarto enfoque apresenta questionamentos a respeito do dilaceramento social dos afrodescendentes. E fundamentado nesses questionamentos, indicam a necessidade de ao pensar em afro-reparação considerar uma diversidade de elementos para além do território nacional. Inclusive propõe ponderar os efeitos da diáspora em função da escravização e da colonização do continente africano. O que é um aspecto ressaltado por Angola SJP, Akanni, Antônia Cândida, Ita, Maria da Luta, Maria Lopes, N'Zazi e PretAriana. E quanto à quinta posição, ela não se distancia da defesa de políticas públicas, mas propõe mudanças conceituais na prática reivindicatória, defendendo que seja acentuada a relação entre a necessidade de investimento na população negra com o progresso social e econômico do Brasil. Essa perspectiva é manifestada por Martin Luther.

Quando a análise é voltada para o papel da universidade em uma perspectiva de afro-reparação, integrantes da pesquisa ao expor o que consideram como o ideal, também sinalizam o que é o real vivenciado na prática cotidiana universitária. Independente da concepção de afro-reparação aos quais os relatos estão afiliados, alguns elementos percebidos durante as entrevistas, presentes nas demais categorias de análise e observados nos relatos expostos na coluna "PAPEL DA UNIVERSIDADE", do "Quadro 8", fazem emergir elementos que se constituem como consenso nas múltiplas perspectivas presentes nos dados coletados.

Uma questão detectada como consenso é que o campo universitário identicamente a outros espaços da sociedade brasileira, é espaço de reprodução do racismo e é necessário uma luta antirracista permanente. O outro aspecto, em consequência da constatação do anteriormente mencionado, é que a universidade precisa passar por mudanças significativas se pretende combater as práticas sociais racistas, reproduzidas no interior do campo universitário. E essas percepções com

ralação à universidade são princípios que orientam as manifestações dos integrantes da pesquisa durante as entrevistas.

À vista disso, a universidade ideal em uma perspectiva de afro-reparação é pública e popular; democrática e participativa. Fornece assistência para o ingresso e a permanência discente; é espaço de integração de indivíduos, de conhecimento e saberes. É uma universidade decolonial, que tem como referência uma formação acadêmica e política voltada para laços de solidariedade e para o fortalecimento de uma identidade acadêmico-científica e étnico-racial. Ela é uma instituição que investe no fortalecimento de relações intergeracionais, bem como, fomenta pensamentos de mudanças e transformação, capazes de conduzir a igualdade de condições de reconhecimento no espaço social, de desenvolvimento econômico e de acesso à estrutura educacional. É um espaço social que forma multiplicadores de uma concepção antirracista e é pedagogicamente estruturado com esse objetivo.

O detalhamento do processo de socialização da pauta afro-reparação, elemento de uma política reivindicatória do campo Movimento Negro brasileiro, foi explorado junto a integrantes da pesquisa por meio da solicitação da indicação da influência que tiveram na elaboração da concepção apresentada durante a entrevista. O “Quadro 9”, exibido na sequência, expõe as respostas que foram obtidas com relação à influência na elaboração do entendimento de afro-reparação.

Quadro 9 - Afro-reparação influência na elaboração da concepção

INFLUÊNCIA NA CONCEPÇÃO DE AFRO-REPARAÇÃO	
Akanni	Vivência e convivências com relação a questão racial, o racismo e a luta antirracista; participação em coletivos,(...)
Amílcar Cabral	(...)quando eu estudei políticas afirmativas, a gente tinha várias visões de políticas afirmativas. Tinha uma visão de política afirmativa muito ligada ao liberalismo, a ideia, aos liberais. Mas essa concepção de política afirmativa ligada ao liberalismo não me convenceu muito. Então eu sempre procurei fugir muito dessa visão liberal de política afirmativa.(...) Então é muito mais uma justiça redistributiva, um reconhecimento do povo enquanto tal. Então é a superação, é a promoção de uma superação desse lugar de subalternidade mesmo. Então, é mais ou menos isso. Eu acho que talvez os autores indianos, pessoal que estudou política afirmativa na Índia, sempre me chamou mais atenção.

<p>Hamilton Cardoso</p>	<p>Abdias Nascimento, Amauri Mendes Pereira, Amilcar Araújo Pereira, Angela Davis, bell hooks, Carolina Maria de Jesus, Hamilton Cardoso Conceição Evaristo, IPEAFRO⁸⁸, Júlio camisolão, Kabengele Munanga,</p> <p>Lélia Gonzalez, Marcelo Dias (MNU), Movimento Negro Unificado (MNU), Oliveira Silveira, Petronilha Beatriz Gonçalves Silva, Nilma Lino Gomes, Professor Jorge Manoel Adão, Rap⁸⁹, Solano Trindade, Sueli Carneiro, Convergência Negra⁹⁰. Teatro Experimental do Negro⁹¹.</p> <p>Com relação a música⁹²:</p> <p>(...)eu falava assim(...): “vamos prestar atenção na letra aqui, tem uma mensagem aí”. Por exemplo, Negro Drama . É atual Negro Drama, mas tem outros Raps , Racionais MC's , as letras do Rap que dá para a gente entender umas coisinhas, exemplo, tem uma letra, não vou lembrar a música mais, tem uma parte lá que fala: “se envergonhar dos vinte e sete ter chegado”. Antes de qualquer instituição fazer pesquisas sobre as faixa etária que os jovens negros morrem no Brasil, Racionais já cantava. Quer dizer, olha, o Rap, o movimento Hip Hop , claro que eles são lá de São Paulo, mas sempre manos . Genival Oliveira Gonçalves , GOG, é um Rap aqui no DF, tem uma música que eu moleque ficava fascinado, queria entender o que ele estava falando, que é o Brasil com P , para a periferia, pólvora, pânico, PÁPÁPÁ. Então, minha formação assim, para entender o que que é o movimento negro se dá pelas letras de músicas, é um letramento racial, consciência negra, sentido da autoestima positiva do que significa ser negro, se dá com o movimento hip hop.</p>
<p>Amora</p>	<p>Não identificado no relato</p>
<p>Angola SJP</p>	<p>Centro Cultural Humaitá Mestre Marcos Mestre Nô Mestre Pelé da Bomba</p>

⁸⁸ Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO) criado em 1981 quando Abdias Nascimento voltou ao Brasil depois de treze anos exilado.

⁸⁹ Rap é um discurso rítmico com rimas e poesias, que surgiu no final do século XX entre as comunidades afrodescendentes nos Estados Unidos. É um dos cinco pilares fundamentais da cultura Hip Hop.

⁹⁰ A Convergência Negra tem como membros, entre outras organizações nacionais do Movimento Negro o CEN (Coletivo de Entidades Negras), MNU (Movimento Negro Unificado), CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras), APNs (Agentes de Pastoral Negros, IGZ - Instituto Ganga Zumba, Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (Abpn), UNEGRO (União de Negros pela Igualdade) e ENEGRECER (Coletivo Nacional de Juventude Negra).

⁹¹ Teatro Experimental do Negro (TEN), fundada e dirigida por Abdias Nascimento foi uma companhia de teatro brasileira composta por negras/os que atuou de 1944 até 1961.

⁹² Hamilton Cardoso demonstrou durante a entrevista que a questão da música foi um elemento importante no seu processo de socialização enquanto agente do campo Movimento Negro brasileiro.

Antônia Cândida	Não identificado no relato	
Dandara Zumbi	Ana Célia da Silva, Ana Cláudia Pacheco, Angela Davis, Cecília Soares ⁹³ , Cláudia Pons Cardoso, Fanon, Lélia Gonzales, Lindinalva de Paula, Luiza Bairros,	Movimento Criola ⁹⁴ , movimento de mulheres negras, movimento estudantil, Narcimária Luz ⁹⁵ , Nazaré Mota Lima ⁹⁶ , Neusa Santos Souza, Patrícia Hill Collins, Petronilha ⁹⁷ , Vanda Sá ⁹⁸ , Sueli Carneiro, Suely Souza Santos.
Ita	(...)o Movimento Negro, particularmente MNU(...)Afro-reparação até é um termo novo para mim. A época, fez 20 anos agora também a conferência de Durban. onde, foi denunciado o crime de lesa humanidade sobre os povos negros, africanos. E nesse momento a gente discute muito a questão da reparação.	
Lua Negra	(...) a própria construção que eu tive dentro do movimento negro. Nós temos essa questão de que a reparação ela passa pelas políticas públicas, não tem como ser diferente. Não tem como, a gente precisa desse aval das políticas públicas para que possa atingir as pessoas que estão precisando, precisam dessa reparação no caso. Agentes Pastoral do Negro, Munanga	
Maria da Luta	Não identificado no relato	
Maria Lopes	isso é tudo é construção que a gente vem aprendendo junto, então eu sempre falo da importância de estarmos juntos. Assim, o que acontece às vezes é que eu lembro o fato, mas as vezes esqueço o nome. Então teve há um tempo atrás, ele é professor lá na universidade da Bahia, foi uma pessoa que começou a falar na questão das reparações há um tempo atrás.(...) Olha, já vão, eu acredito que muito mais do que vinte anos, foi antes da virada do milênio. Então se falava nas reparações, se falava que cada brasileiro negro teria direito a um determinado valor.(...) Então, que dessa ideia que se discutia no movimento social, que se ouvia falar, veio as políticas, os programas de ações afirmativas. (...) Hélio Santos chama-se, é uma pessoa maravilhosa. Ele é o intelectual que eu recomendo assim, que se busque as obras dele. Esse livro ele tem um, assim eu não sei dizer assim, com toda riqueza, a fineza que ele escreveu. Ele disse assim, que uma pessoa branca pode dizer assim: "ah, hoje eu estou pobre porque, o meu vô construiu, mas aí o meu pai não teve sorte e perdeu", nós, isso não acontece conosco, tem coisas que pessoas brancas podem dizer e nós não, a agente é que constrói tudo. Ele não pode dizer - ah!, ele não conseguiu, porque ele foi escravizado - nós é que passamos por esse processo todo de crueldade.	

⁹³ Cecília Conceição Moreira Soares.

⁹⁴ CRIOLA é uma organização não governamental coordenada por uma equipe de mulheres negras. Foi criada em 1992 para atuar na defesa e promoção dos direitos das mulheres negras.

⁹⁵ Narcimária Correia do Patrocínio Luz

⁹⁶ Maria Nazaré Mota de Lima

⁹⁷ Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva

⁹⁸ Vanda Sá Barreto

Martin Luther	Entrevista não finalizada	
N'Zazi	<p>Eu sou fruto do movimento negro brasileiro. Sou fruto, tudo o que eu passo e que penso e que projeto tem a base do movimento negro brasileiro.(...) nos oitenta, poucas pessoas negras estavam já dentro da universidade(...)mesmo assim o movimento negro já educava. Mesmo assim(...), está aí o livro da Nilma Lino Gomes falando do Movimento Negro Educador. Então, o movimento negro já construía conceitos, já destruía pré-conceitos e já concebia uma outra visão epistemológica, mesmo que não, que não utilizasse esses termos academicistas. E o terreiro, o terreiro de candomblé, o terreiro de umbanda é uma construção civilizatória, com propostas civilizatórias diversa ao que pressupõe a branco normatividade(...) a grande sacada do MNU, do Movimento Negro Unificado, quando ele vai dizer para o capoeirista, ele diz: “Olha, ser capoeirista é também lutar contra o racismo, ser Pai de Santo, ser Mãe de Santo, ser do terreiro também é lutar contra o racismo, ser sambista, poeta é lutar contra o racismo no sentido culturalista”. E traz tudo isso para unificar a luta. Então eu sou fruto do movimento negro e bebo das mulheres e dos homens que construíram o movimento negro, dentro ou fora da academia.</p>	
Pepita	<p>Angela Davis, Carla Akotirene, Deise Benedito, Dora Lucia Bertulio Edna Roland, Eliane Cavalleiro, Emir Silva, Gleidson Renato Dias⁹⁹, Josué Franco Lopes,</p>	<p>Lúcio Almeida, Ludmila Ribeiro, Malu Viana¹⁰⁰, Márcia Fernandes, Onir Araújo¹⁰¹, Sueli Carneiro, Vera Daisy.</p>

⁹⁹ Gleidson Renato Martins Dias, advogado. Atuou no Rio Grande do Sul como Assessor Jurídico Especial de Direitos Humanos e Fundamentais da Presidência do Tribunal de Contas, de entidade MARIA MULHER: Organização de Mulheres Negras, Comissão de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral do Estado, do Conselho Estadual do Povo de Terreiro.

¹⁰⁰ Maria Luiza Rodriguez Viana era radialista, educadora social, graduanda em Serviço Social, além de produtora cultural e blogueira. Está entre as primeiras mulheres a fazer rap no Brasil a partir dos anos 1980 é precursora da articulação das mulheres no Hip Hop. Foi articuladora do Plano Juventude Viva contra o extermínio da Juventude Negra na Região Sul. Militante do movimento negro, da cultura, rapper Malu Viana, conhecida como Flor do Gueto, faleceu vítima de um infarto fulminante.

¹⁰¹ Onir de Araujo é membro do Movimento Negro, advogado, integrante da Frente Quilombola do RS, da Organização pela Libertação do Povo Negro (OLPN) e um dos articuladores da campanha “Reparação Já!”

PretAriana	Berenice Kikuchi ¹⁰² , Carlos Moore ¹⁰³ , Claudete Alves ¹⁰⁴ , Cosme ¹⁰⁵ , Dona Ivone Lara ¹⁰⁶ , Edinho ¹⁰⁷ , Evaristo ¹⁰⁸ , Frei David Raimundo dos Santos (Educafro),	Janete Pietá ¹⁰⁹ , Lélia González ¹¹⁰ , Mandela ¹¹¹ , Milton Santos ¹¹² , Paulo Paim ¹¹³ , professora Inês ¹¹⁴ , Racionais MC's, Sílvio Almeida ¹¹⁵ , Terezinha Bernardo ¹¹⁶ .
Spike Willian	(...)basicamente é a literatura_marxista, desde Marx, Engels, Lênin, enfim, Mao Tsé-Tung, os grandes clássicos, grandes revolucionários seja da Europa, como do terceiro mundo eles são indispensáveis para gente pensar a nossa práxis política e as reflexões teóricas. Mas como você já em alguma medida apontou, não se trata de uma de um exercício livresco puramente que a gente vai entender as coisas e vai querer pautar mudanças. Então, não basta você ter acesso a essa literatura e ficar no seu escritório pensando sobre como a gente vai reparar a população negra. Então eu acho que a prática política ela é o que nos orienta e nos desafia a ir repensando as próprias formulações teórica.	

¹⁰² Enfermeira Berenice Kikuchi fundou a Associação de Anemia Falciforme do Estado de São Paulo (Aafesp)

¹⁰³ Carlos Moore, é escritor, pesquisador e cientista social na temática história e da cultura negra, ativista antirracista e pan-africanista.

¹⁰⁴ Claudete Alves da Silva Souza, do Partido dos Trabalhadores, foi vereadora, é autora da lei 13.707/2003, que instituiu o 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, como feriado na cidade de São Paulo/Brasil.

¹⁰⁵ Cosme Alves do Nascimento, membro do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Sociocultural (CPD) Negro Sim.

¹⁰⁶ Yvonne Lara da Costa, mais conhecida como Dona Ivone Lara, foi uma cantora e compositora brasileira. Conhecida como Rainha do Samba e Grande Dama do Samba, foi a primeira mulher a assinar um samba-enredo e a fazer parte da ala de compositores de uma Escola de Samba.

¹⁰⁷ Edson Pereira Reis, membro da União de Negros e Negras pela Igualdade (Unegro).

¹⁰⁸ Evaristo dos Santos Pinto – Professor de história com especialização em história da África e membro da Aafesp.

¹⁰⁹ Janete Rocha Pietá, mais conhecida como Janete Pietá, é uma professora, arquiteta e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores. Atualmente exerce o mandato de vereadora na cidade de Guarulhos.

¹¹⁰ Lélia Gonzalez foi uma intelectual, autora, política, professora, filósofa e antropóloga brasileira, pioneira nos estudos sobre Cultura Negra no Brasil e cofundadora do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro, do Movimento Negro Unificado e do Olodum.

¹¹¹ Nelson Rolihlahla Mandela foi um advogado, líder na luta contra o Apartheid e presidente da África do Sul de 1.994 a 19.99, vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 1.993 e referência da moderna nação sul-africana.

¹¹² Milton Almeida dos Santos, renomado intelectuais do Brasil no século XX, foi um geógrafo, escritor, cientista, jornalista, advogado e professor universitário brasileiro. É um dos grandes nomes da renovação da geografia no Brasil ocorrida na década de 1970.

¹¹³ Paulo Renato Paim é um sindicalista e político brasileiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores. Atualmente, exerce o cargo de Senador da República pelo Rio Grande do Sul.

¹¹⁴ Inês da Silveira, integrante do Coletivo Antirracismo Milton Santos da APEOESP subsele de Suzano. APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) fundado em 13 de janeiro de 1945 é uma entidade sindical integrada por docentes e especialistas em educação das redes públicas do Estado de São Paulo.

¹¹⁵ Sílvio Luiz de Almeida é um advogado, filósofo, professor universitário e escritor. Atualmente Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania no Brasil.

¹¹⁶ Terezinha Bernardo, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, escritora e pesquisadora de temas relacionados ao racismo, candomblé, memória, relações de gênero e cultura afro-brasileira.

Sula	Esse meu pensamento influenciou pela minha vivência mesmo, também. Porque inclusive, antes(...)eu morei numa favela(...)Já morei na favela também, então sempre tive contato com as pessoas negras com a população mais pobre e que infelizmente na sua maioria é de negros.(...)e, também, todo o contexto político,(...)essa luta de chegar aonde eu cheguei, eu tive que ter uma luta política de romper preconceitos, romper com certas visões dessas coisas.(...) Eu era parte, era não sou, sou parte. Porque você vê todo dia um negro sendo preso, um negro injustamente, um negro sendo morto e isso atinge a gente, que é um irmão, um amigo.(...) Porque eu tive toda uma vivencia desse processo político de reformulação das coisas, de romper(...)com muitas coisas para eu poder ter um entendimento melhor da vida, do mundo, do ser humano, eu como pessoa também me transformar. Eu como pessoa ter esse processo de entendimento do ser humano como um todo...Desculpa que eu fico emocionada, sou muito chorona.
------	--

Fonte: Autora, 2023.

No tópico “3.2.2 Campo Movimento Negro brasileiro”, é estabelecido um diálogo teórico com Honneth (2003). Nesse diálogo, considera-se como ponte semântica elementos de uma pauta de luta, resultante de um sentimento de lesão social de um coletivo, que permitem a coesão e o direcionamento de uma ação reivindicatória. O “Quadro 8 - Afro-reparação concepções e papel da universidade” e o “Quadro 9 - Afro-reparação influência na elaboração da concepção”, tem a intenção de demonstrar a afro-reparação como uma ponte semântica elaborada a partir de esquemas perceptivos de lesão social de uma identidade coletiva e uma prática social intergeracional. Essa ponte semântica, desloca a percepção de desrespeito individual, resultante da convivência com a prática social racista, para o entendimento de um desrespeito a um coletivo, em função das suas consequências sociais para um conjunto de indivíduos. Ao expor um entendimento conceitual, ou descrever o significado de uma categoria delineada no espaço da política de lutas sociais e igualmente, identificar as influências na sua elaboração, os relatos manifestam alguns elementos da intersubjetividade que permeia as classes e frações de classes do campo Movimento Negro brasileiro.

Assim sendo, Afro-reparação constitui uma ponte semântica, uma pauta política com significado histórico e baseada em um resgate de memória. E mesmo que alguns relatos optem pelo uso de sinônimos, ou proponham uma reconceituação, a narrativa é fundamentada na percepção de uma distinção e hierarquização social de indivíduos com relação ao acesso a direitos humanos e constitucionais. Com essa percepção pode-se admitir a existência de uma consciência de uma lesão social para a qual coletivamente se busca alternativas de práticas sociais na busca de superação.

Portanto, afro-reparação é um componente aglutinador, que tem um sentido político e uma intencionalidade de reconhecimento de demandas sociais e articulação de um grupo específico.

Percebe-se que os relatos exteriorizam uma diversidade de fontes de influência, que tem origens no ambiente cultural, político, acadêmico, judicial, das instituições do movimento negro, relações pessoais, agentes do campo Movimento Negro brasileiro e os agentes agregados que foram foco de reflexão no tópico “3.2.2.4 *Habitus* e agentes com características específicas”.

Clóvis Moura (2019) em suas reflexões pondera o papel da cultura como elementos de resistência dos povos africanos escravizados no Brasil, diante de uma política colonial assimilacionista. Nos trechos dos relatos transcritos nessa categoria de análise é possível perceber que a socialização pode ser cantada, pode ser declamada, pode ser coreografada. Exemplo, temos um poema mencionado por Maria Lopes. Pepita indica a influência de Malu Viana. PretAriana cita os Racionais MC's e Dona Ivone Lara. O Movimento Hip Hop, MCs, vários Raps, poetas, compõem a narrativa de Hamilton Cardoso como influenciadores da sua perspectiva de afro-reparação. O transcrito na totalidade dessa tese representa alguns recortes da totalidade dos diálogos estabelecidos nas entrevistas. E nessa totalidade, as músicas mencionadas em algumas narrativas, complementavam falas, expressavam sentimentos, manifestavam sofrimento e sinalizavam esperança. Como exemplo dessa manifestação musical no “ANEXO 9” constam as letras das músicas mencionadas por Hamilton Cardoso e Lua Negra.

4.3 MUDANÇA SOCIAL E MOBILIDADE SOCIAL

Essa categoria de análise busca, considerando os entendimentos de afro-reparação presentes nos relatos de integrantes da pesquisa identificar as posições a respeito das potencialidades de mudança social e de mobilidade social em suas próprias propostas e conceitos apresentados. Para a coleta desses dados foi solicitado a cada integrante da pesquisa que avaliasse a sua concepção de afro-reparação classificando-a em na categoria de mudança social, ou mobilidade social.

Para Giddens a mobilidade social é o “movimento de indivíduos ou grupos entre posições socioeconômicas, ascendente ou descendente, em uma hierarquia formada por sistemas de estratificação, particularmente sistemas de classe social” (GIDDENS,

2017, p.158). Não descartando a colaboração de Giddens (2017), a priori, é importante ressaltar que o cerne deste estudo é a questão racial. Assim sendo, considera na metodologia, nos referenciais teóricos e na análise dos dados coletados a influência do racismo histórico-estrutural. Prioriza, portanto, a condução da análise de forma a transparecer elementos como, disposições sociais, relações de poder social e *habitus* racializados. Em vista disso, esses elementos são a sustentação na apreciação das possibilidades de mudança social e de mobilidade social. E, por esse motivo, a análise está vinculada à estrutura de condições de possibilidades sociais para essa mobilidade social, ou mudança social, ponderada a partir da barreira social do racismo histórico-estrutural. Além disso, tem como foco a ação, o pensar e o agir dos agentes do campo Movimento Negro brasileiro entrevistados, na autoanálise de suas propostas de afro-reparação considerando a mobilidade social e a mudança social.

Se o racismo histórico-estrutural é intrínseco à proposta de análise aqui apresentada, é importante situar este elemento em um processo histórico, iniciando por destacar características de uma sociedade escravista. Em uma sociedade escravista, o escravocrata acumula excedente de recursos econômicos (dinheiro, bens) com o trabalho do escravizado e utiliza em seu próprio benefício e de seu grupo social, Dowbor (1982) explicita na sequência esse processo de acúmulo de recursos, indicando que o escravocrata,

[...]vive em uma casa construída por escravos, come comida produzida e cozinhada por escravos, anda carregado por escravos ou por um cavalo cuidado por escravos. É obvio que se os escravos só produzissem o mínimo para a própria sobrevivência, não poderiam sustentar o seu dono. É o fato de atingirem uma produtividade mais elevada que permite que haja excedente e, em consequência, a riqueza do dono. (DOWBOR, 1982, p.32)

No tráfico negreiro os escravizados chegaram ao Brasil na condição de mercadoria e mão de obra, com a única função de fazer de seu sofrimento e vida o impulso para a prosperidade social e dos escravocratas e fortalecer o seu sistema econômico. Na perspectiva de desenvolvimento e manutenção da sua prosperidade no modo de produção escravista, a sociedade brasileira desenvolveu e aprimorou mecanismos para permitir e garantir a dominação e a exploração da mão de obra escravizada negra.

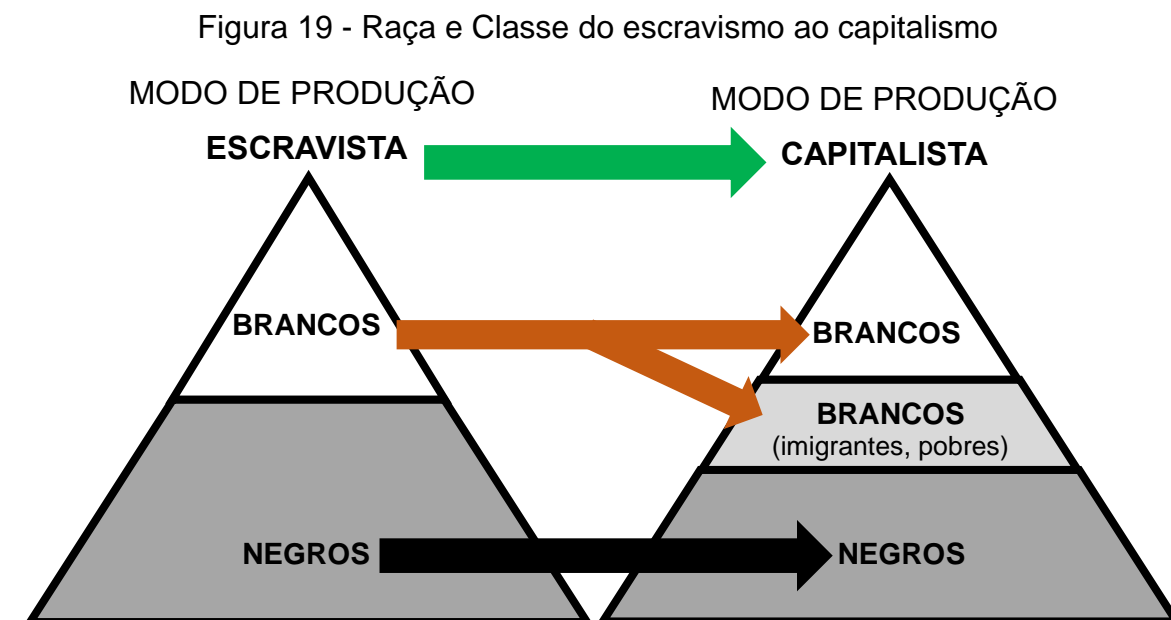
De acordo com Tajfel (1982), existe uma diferenciação entre mobilidade social e mudança social. O autor define a mobilidade social como uma percepção pelo

membro de um grupo, “que, se ele não se sentir feliz no seu grupo, se por uma ou outra razão o estatuto ou características do seu grupo não lhe agradarem, ele pode abandonar o grupo e aderir a outro(...)uma mobilidade de um grupo a outro” (TAJFEL,1982, p.17). Cogitando a partir de Tajfel (1982) e partindo da premissa de que no regime escravocrata do Brasil colonial, no “plano da ordenação social, os senhores de escravos criaram uma ordem rigidamente dividida e hierarquizada em senhores e escravos” (MOURA, 2019, p.83), pensar mobilidade social neste contexto, leva a considerar a possibilidade de o escravizado conseguir uma mudança de posição, deixando a senzala para ser servo na Casa-grande. Uma mudança de posição que tem como probabilidade, não uma certeza, uma melhora nas condições de sobrevivência em um regime escravocrata, pela proximidade com a casa da família do escravocrata. Lembrando que, o negro não era considerado humano, “o valor do negro era medido por metro, por quilo, na qualidade dos músculos, na idade, nos dentes, no sexo, na saúde geral, no aspecto, etc.” (CHIAVENATTO,1986, p.123). No entanto, pode-se considerar que essa deslocação do escravizado, mesmo que ele estivesse identificado por categorias como da fazenda, alugado, de ganho, entre outros, isso não alterava a sua condição na hierarquia estrutural da sociedade escravocrata brasileira e o tom da sua pele era a distinção que identificava a sua posição social.

Segundo Moura (2019), na história econômica do Brasil, “houve uma coincidência entre a divisão social do trabalho e a divisão racial do trabalho” (MOURA, 2019, p.102), ou seja, “ficou estabelecido que, em certos ramos, os brancos predominassem, e, em outros, os negros e os seus descendentes diretos predominassem” (MOURA, 2019, p.102-103). E afirma o autor, que essa divisão social racializada do trabalho permanece como espólio escravocrata na transição para o regime capitalista. Segundo o autor, com relação ao escravismo brasileiro e a mobilidade social:

O escravismo brasileiro, como parte significativa da escravidão moderna, era uma sociedade de classes fechadas, em cuja fronteira se detinha a mobilidade social. Essa mobilidade somente ultrapassava essa fronteira por meio da alforria ou da rebeldia, quando o escravo fugia e criava comunidades próprias (MOURA, 2004, p.152)

A “Figura 19” abaixo, ilustra a hierarquia social mantida entre o trabalho negro e branco na transição entre os modos de produção no Brasil, a manutenção de uma hierarquia baseada em relações sociais de dominação racializadas.



Fonte: Autora, 2021. Elaborado com base na obra: MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo: Perspectiva 2019.

Na “Figura 19” a população branca ocupa os estratos superiores da pirâmide em ambos os modos de produção e o povo negro brasileiro a base. A figura demonstra o resultado de um processo histórico social racializado que estruturou relações de supremacia branca também no mercado de trabalho capitalista, que não foram rompidas com a mudança do modo de produção. Nesse contexto, o modo de produção capitalista reserva a negras/os/es trabalhos informais, precários, de baixa qualificação e escolaridade, que é onde estão as mais baixas remunerações.

E em razão de herança do modo de produção escravista em que negras/os eram mercadoria e ferramenta de trabalho, e consequência da reprodução das relações sociais de poder e dominação racializadas, os postos de trabalho subalternos são predominantemente ocupados por negras/os/es, conservando em posições de trabalho melhores e com maior remuneração os trabalhadores identificados como brancas/os. Desta forma, até mesmo o proletariado brasileiro tem na sua origem uma estratificação étnico racial, conforme registra Moura (2019):

Devemos analisar algumas particularidades significativas da formação das classes sociais no Brasil. Alguns sociólogos supõem, esquematicamente, que, acabada a escravidão, os negros e pardos ex-escravos de idêntica condição, num processo automático e linear

de integração social, iriam formar o proletariado das cidades que se desenvolveriam ou o camponês livre e assalariado agrícola. Seriam, assim, absorvidos e incorporados, por automatismo, às novas classes que apareciam após a Abolição. (...)e, nessa incorporação, ficariam em pé de igualdade com os demais trabalhadores, muitos deles, especialmente nas regiões Sudeste e Sul, vindos de outros países, como imigrantes. Mas os fatos não aconteceram exatamente assim. (...)Como vemos, se de um lado os negros egressos das senzalas não eram incorporados a esse proletariado nascente, por automatismo, mas iriam compor a sua franja marginal, de outro, do ponto de vista ideológico, surgia, já como componente do comportamento da própria classe operária, os elementos ideológicos de bargem social apoiados no preconceito de cor. E esse racismo larvar passou a exercer um papel selecionador dentro do próprio proletariado. O negro e outras camadas não brancas não foram, assim, incorporados a esse proletariado incipiente, mas foram compor a grande franja de marginalizados exigida pelo modelo do capitalismo dependente que substituiu o escravismo. (MOURA, 2010, p.93-94)

Para Moura (2019), as classes dominantes brasileiras, herdaram do regime escravocrata valores discriminatórios que utilizam como estratégia de “imobilismo social” (MOURA, 2019, p.100-108). A escravização, a subalternidade histórica e a política de branqueamento social, a repulsão social ao fenótipo negro, a abolição sem reparação, o estigma social em função do racismo e a obstrução do acesso à educação, são barragens que garantiram que mesmo brancas/os/es economicamente desfavorecidos chegassem ao Brasil em condições e status social superior ao de negras/os/es, fazendo com que mesmo entre os menos favorecidos economicamente a sociedade mantivesse a hierarquia racial.

Na República e na transição entre os modos de produção são mantidas a posição social de marginalização e a precariedade na formação escolar negra, resultante de séculos de falta de investimentos nesse grupo social. Essa mescla de precariedade educacional e sequelas da escravização propiciou a manutenção da exploração da mão de obra negra em condições diferenciadas de outros grupos sociais brasileiros. Desse modo, o racismo histórico-estrutural preservou no Brasil relações sociais de subordinação em que o fenótipo identifica a posição de determinados grupos na sociedade e no mercado de trabalho. Com relação a isso é relevante registrar que essa posição reservada a negras/os não é resultado da influência da meritocracia, mas sim de um projeto histórico de nação pautado em sua gênese em políticas e ações antinegro que inclui, sequestro, escravização, violência, estupro, tortura, genocídio, artifícios para a manutenção do analfabetismo, obstáculos para o não acesso à educação superior, marginalização social e mecanismos de

alienação. Ressaltando que esse projeto histórico, no Brasil, é o alicerce de um *habitus* racial branco decorrência da internalização de uma estrutura social caracterizada por relações de poder e dominação racializadas. Estrutura essa, que estimulou a origem de um *habitus* racial negro, que identicamente incorporou um comportamento de autodefesa e de enfrentamento ao racismo em uma parcela da população negra escravizada e seus descendentes. Mesmo com as manifestações históricas de resistência a posição social de subordinação, em função do racismo histórico-estrutural, a mobilidade social para o “negro descendente do antigo escravo é muito pequena no espaço social. Ele foi praticamente imobilizado por mecanismos seletivos que a estratégia das classes dominantes estabeleceu” (MOURA, 2019, p.103)

A manutenção de negras/os/es nesse espaço reservado de marginalização social e, por conseguinte, também no mercado de trabalho, resulta de um conjunto de mecanismos sociais históricos limitadores do seu desenvolvimento social. Nesse conjunto de mecanismos, temos o controle de acesso à escolaridade que, conseqüentemente, impacta nas posições acessadas no mercado de trabalho. Para contribuir com a reflexão a “Tabela 4” apresenta alguns dados importantes e tem como origem a obra de Paixão (2003, p.115). Os dados expostos na “Tabela 4” fazem referência ao rendimento médio mensal da população negra no mercado de trabalho em 1998, em seis regiões metropolitanas brasileiras.

Tabela 4 - Rendimento médio mensal dos ocupados segundo a raça por sexo, em seis regiões metropolitana brasileiras, 1998 (R\$ dez/98)

Região Metropolitana	Afro-descendente		Branca e amarela	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
São Paulo	601	399	1.188	750
Salvador	498	297	1.051	647
Recife	427	272	739	462
Distrito Federal	989	614	1.306	923
Belo Horizonte	670	319	883	548
Porto Alegre	472	334	715	504

Fonte: DIEESE/INSPIR, 1999. - Afro-descendentes = preto + pardo

Observa-se que as informações presentes na “Tabela 4” são de 1998, ou seja, 110 anos após a Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888 (Lei Áurea). E com relação aos

dados que constam na tabela, Paixão (2003) conclui que, o “somatório destes aspectos elencados já poderia servir como uma prova contundente da presença do fator racial como um fator de diferenciação social no Brasil” (PAIXÃO, 2003, p.115). O autor aprofundando a sua análise com relação aos dados, ressalta a necessidade de considerar nesse contexto a questão educacional, indicando a existência de:

(...)um profundo hiato apartando os indicadores de escolaridade e alfabetização das duas principais etnias de nosso país. Neste sentido, o simples fato de que os afro-descendentes, representando 45% da população, perfaçam 67% do total de analfabetos já é significativo por si mesmo, e se torna ainda mais eloqüente dentro dos parâmetros gerais de uma teoria, como a de capital humano, que associa níveis de escolaridade e rendimentos. Contudo, como estamos no Brasil - e aqui o problema do racismo e do preconceito racial é uma questão surpreendentemente invisível para a esmagadora maioria dos cientistas sociais -, nunca é demais insistirmos na exposição dos indicadores educacionais de nossa classe trabalhadora (PAIXÃO, 2003, p.115)

Na perspectiva de diferenciação entre mobilidade social e mudança social, com relação à mudança social, segundo Tajfel (1982), tem como característica uma alteração nas “relações ou relacionamentos entre grupos sociais de grande envergadura, tais como grupos sociais, categorias sociais, grupos raciais, grupos nacionais” (TAJFEL, 1982, p.15). No entendimento de Clóvis Moura, examinando-o como contribuição para a reflexão em andamento, em uma sociedade de preceito estrutural escravocrata resta para o escravizado a “organização de movimentos para desordenarem a estrutura, única forma de readquirirem a sua condição humana, do ponto de vista político, social e existencial” (MOURA, 2019, p.83). O que se pode considerar como uma alternativa indicada pelo autor de possibilidade de mudança social estrutural. Além disso, se for considerada a questão da mudança social a partir da perspectiva de Pierre Bourdieu, ela assume um ângulo de “mudança morfológica, quer dizer, a mudança do volume dos agentes ligados às diferentes posições” (BOURDIEU, 2021b, p.248). Porém, é necessário acrescentar, considerando a contribuição de Axel Honneth (2003), uma ponte semântica, que permita estabelecer uma nova identidade coletiva, que tenha como base o reconhecimento recíproco de uma nova estrutura social. Para Bourdieu, os agentes são constituídos a partir de um processo histórico, no campo e no espaço social estão em um processo de luta por posições, em busca de um acúmulo de capital que permita legitimidade de uma visão de mundo. Assim, segundo Bourdieu, “mudamos ao deslocar e ao superar, e ao

marcar o aparecimento de uma nova maneira de ser ou de fazer” (BOURDIEU, 2021b, p.415). Desta forma, a mudança social, passa pela mudança nas relações sociais e tem como cerne a relação entre as forças de conservação e de subversão que assumem distinção em função de uma ponte semântica que indica uma nova perspectiva humana, política, social e existencial.

Como exercício de reflexão com base na distinção entre mudança social e mobilidade social em um contexto de relações racializadas e ponderando a possibilidade de transformação de estruturas e estruturantes sociais e de uma ruptura histórica social, é possível inferir que Clóvis Moura em função da influência da teoria marxista, da perspectiva dialética e da sustentação de uma práxis negra, apresenta uma abordagem que tem intrínseco a concepção da mudança social, porém é uma mudança estrutural que passa também pela estrutura econômica, segundo o autor “toda a mudança social estrutural está subordinada à mudança de um modo de produção por outro” (MOURA, 1978, p.31). Moura por meio da sociologia da práxis interpreta a sociedade brasileira por meio das relações entre senhores e escravizados, identifica o racismo como elemento estrutural e estruturante da sociedade e das relações de produção e busca nas insurreições escravas e na “quilombagem” (MOURA, 1992, p.22) negras/os/es como agentes de mudança social. Enquanto a abordagem de Pierre Bourdieu, demonstrará uma aproximação com a mobilidade social em consequência do *habitus* (estruturado e estruturante) e das disposições sociais. Na análise de Bourdieu (2018a) a reprodução por translação “assegura a permanência da estrutura das posições através da transformação permanente da 'natureza' das condições” (BOURDIEU, 2018a, p.185).

Posto isto, a abordagem exposta nesta tese considera que a mudança social dialoga com a perspectiva de transformação social de Clóvis Moura. Porque, tem intrínseca uma perspectiva histórica de alteração nas relações sociais, de poder e de dominação, a ponto de constituírem novas possibilidades de concepções sociais e de incorporação de *habitus*, o que representa ponderar viabilidade de mudanças estruturais em propostas de afro-reparação. Ao passo que, a mobilidade social é um processo permeado pela manutenção de relações de poder e dominação historicamente estabelecidas, o que pode ser definido como uma “reprodução por translação” (BOURDIEU, 2018a, p.185).

Tanto mudança social, como a mobilidade social estimula a ponderar novas propostas de afro-reparação, a exemplo, da estabelecida política de ação afirmativa

no campo universitário, considerando também o seu potencial de mudança e mobilidade social. Essa ponderação, também transporta na pesquisa, a mudança social e a mobilidade social para um exame qualitativo por parte de participantes da entrevista. Da mesma forma, motiva reflexões a respeito da necessidade de uma ampla articulação entre propostas de política de ação afirmativa, para que permitam atingir uma maior parcela da população negra e sua diversidade de lesões sociais. Visto que, existe a possibilidade da mobilidade social, mesmo que represente como uma estratégia na luta contra o preconceito, a discriminação e o racismo, não conseguir garantir que as relações de poder, subordinação e marginalização, entre o grupo de origem do indivíduo e o de destino, sejam superadas. Ou seja, existe a possibilidade de não romper com o racismo histórico-estrutural e as disposições sociais que o sustenta.

A mobilidade social nesta pesquisa tem relação com alguns elementos como a incorporação de saberes em um processo de socialização no campo universitário que leva a estabelecer uma distinção relativa ao capital cultural. As relações interpessoais e redes sociais formadas pelo agente que caracterizam um capital social. A relação entre agentes no campo, o que constitui a qualidade de um capital simbólico. E a potencialidade de obtenção de recursos financeiros, fundiários, monetários, a qual consiste em capital econômico. Contudo, sem que esses elementos garantam o rompimento com o racismo histórico-estrutural, ou impeça que negras/os/es de posse destes capitais passem a reproduzir o racismo na relação com suas comunidades étnicas de origem. Ou ainda, sendo limitado a alguns acessos a melhores condições de existência e posição social, sem a segurança que isto atinja a sua coletividade de origem. No “Quadro 10”, observa-se a autoclassificação de integrantes da pesquisa, em mobilidade social e mudança social, com relação às suas propostas de afro-reparação.

Quadro 10 - Autoclassificação de concepção de afro-reparação

Identificação	Mobilidade Social	Mudança Social
Akanni	-----	-----
Amílcar Cabral	-----	-----
Amora	x	
Angola SJP		x
Antônia Cândida	-----	-----

Dandara Zumbi	x	
Hamilton Cardoso	-----	-----
Ita	x	x
Lua Negra		x
Maria da Luta		x
Maria Lopes	-----	-----
Martin Luther		x
N'Zazi	x	x
Pepita	x	x
PretAriana		x
Spike Willian		x
Sula		x

Fonte: Autora, 2023.

Conjeturar os efeitos de uma proposta enquanto mobilidade social ou mudança social, é algo bastante complexo. Isso porque, fatores estruturais e elementos da subjetividade e da intersubjetividade interferem nesse processo de avaliação. Observa-se no “Quadro 10” e “Quadro 11”, que quatro integrantes constam, respectivamente, sem a indicação de classificação e registro com relação à existência de divergências no campo Movimento Negro brasileiro. Nesses casos, a pergunta não chegou a ser realizada por questões técnicas e processo inicial de adaptação da pesquisadora às condições impostas pela pandemia Covid-19 e as condições em que foram realizadas as entrevistas.

Com relação aos dados apresentados no “Quadro 10”, percebe-se que integrantes da pesquisa, quando questionados a respeito dessa classificação em mobilidade social ou mudança social, se subdividiram em dois direcionamentos. Em um direcionamento constam os que optaram pela dupla classificação. E no outro encontram-se os integrantes da pesquisa que optaram apenas pela classificação em uma das categorias, desses em dois casos, ao justificarem suas escolhas na categoria mobilidade social, indicaram que ela seria uma etapa em direção à mudança social.

Na sequência transcrevo alguns trechos das entrevistas relacionadas ao processo de classificação exposto no “Quadro 10”. A proposta é que essas transcrições sejam interligadas, fazendo com que a pluralidade de informações resultantes da coleta de dados, sejam expostas de uma forma que possam representar o entendimento assimilado pela pesquisadora com relação à mobilidade

social e a mudança social em uma perspectiva de afro-reparação. Desta forma, usando de analogia, o texto pode ser comparado a uma antologia de fragmentos de narrativas, cuja intenção é expressar o entendimento da pesquisadora, com base em frases extraídas dos relatos de integrantes da pesquisa.

Assim sendo, pode-se resumir que com relação às duas alternativas expostas aos integrantes da pesquisa, para classificação de suas propostas de afro-reparação, a maioria indica que elas, “não se distanciam, na verdade, são obrigatoriamente conjuntas” (N’Zazi, 2021, Entrevista). Isso em função do entendimento de que, “Não há como a gente fazer uma mobilidade social sem uma mudança, ou sem que o resultado seja uma mudança social. E não há como nós fazermos essa mudança sem mobilidade social” (N’Zazi, 2021, Entrevista). Nessa perspectiva de raciocínio, “professor Hélio Santos, ele vai dizer que o racismo é uma cobra-de-duas-cabeças, então, a gente não pode pensar em uma e esquecer da outra. E eu acho que é exatamente isso, e o racismo nos obriga a mudança social e a mobilidade social” (N’Zazi, 2021, Entrevista). Vejamos que, “Inclusive aquela pessoa negra que muda, que está num outro status, num outro patamar social, mesmo sem saber, ela está ali ajudando nessa compreensão de mudança social. Porque está disputando, conscientemente ou não, o lugar não subalterno da pessoa negra”. (N’Zazi, 2021, Entrevista).

Sendo assim, “É muito complexo quando a gente fala de racismo estrutural. Eu começo do micro para poder ir para o macro, em termos sociais” (PretAriana, 2021, Entrevista). Uma vez que, “você percebe(...), dentro do nosso próprio meio, enquanto lutadores pela desconstrução desse estigma, que nem sempre as pessoas estão de fato batalhando pelo coletivo” (PretAriana, 2021, Entrevista). O que permite ponderar, “que a forma de mudança social, ela tem que ser primeiro uma mudança conceitual. E aí, sim, a partir do conceito, nós começamos a mudar até mesmo na relação que nós temos com o outro” (Martin Luther, 2021, Entrevista). Lembre-se que fomos violentamente despossuídos pela escravização e a diáspora de muitos elementos de uma constituição humana, incluindo o “referencial identitário, (...)é isso que nos tiraram do ponto de vista sistêmico, nos tiraram a noção de tempo e de espaço, quando você tira o ponto fixo de organização. Nós só conseguimos mensurar tempo e espaço quando nós temos um ponto fixo de organização social” (Martin Luther, 2021, Entrevista). Nesse caso, “talvez seja um projeto dessa classe dominante, justamente fazer esse rompimento mesmo do nosso cordão umbilical com a ancestralidade”

(Angola SJP, 2021, Entrevista). Não é difícil acreditar nisso, “porque no momento que a gente rompe esse elo, a gente não tem mais o contato do que nós éramos, então fica muito fácil alguém dizer o que precisamos ser, ou o que nós devemos ser” (Angola SJP, 2021, Entrevista). Por esse ponto de vista, “A mobilidade social não faz com que você esteja incluso dentro do processo de organização de uma sociedade” (Martin Luther, 2021, Entrevista). Decerto que, “esse resgate da identidade é muito importante para que dê esse aval, para que dê esse fortalecimento” (Angola SJP, 2021, Entrevista). Para que negras/os/es tenham convicção e possam afirmar “sou representante, eu também devo fortalecer, eu também tenho que fortalecer. Preciso me posicionar, preciso me posicionar contra o racismo, preciso me posicionar a favor de políticas públicas focadas para essas condições” (Angola SJP, 2021, Entrevista).

Muitas posições apelam para a “mudança, a partir de uma reeducação, a partir de uma conscientização, de uma mudança mesmo(...)de visão da sociedade, de estruturação da sociedade” (Sula, 2021, Entrevista). Uma atenção para a história do Brasil e sua população negra, em especial para as mulheres e a perspectiva de mudança social, permite que seja formulada a seguinte afirmação: “não acredito que tenha havido mudança em nenhum governo. A gente precisaria fazer uma revolução e a revolução teria que ser feminina e preta” (Dandara Zumbi, 2021, Entrevista). O aspecto aqui a ser destacado é a percepção de que “não teve uma política afirmativa séria, institucional, que pudesse gerar essa transformação” (Pepita, 2021, Entrevista). Ressalto que, segundo o “mestre Lua de Bobó(...): ‘Quem não sabe de onde veio é muito difícil saber para onde vai’” (Angola SJP). Por esse motivo, “não basta somente olhar para as instituições públicas, os governos também têm que fazer com que essa política pública reparatória tenha nas instituições, nas organizações, nas empresas privadas”(Pepita, 2021, Entrevista), também a sua materialidade. E igualmente, “A sociedade precisa entender(...)que ela é uma sociedade negra. Ela precisa entender que ela é uma sociedade indígena” (Martin Luther, 2021, Entrevista). E isso se impõe porque, “Quando eu compreendo que assim eu sou, independente da minha cor da pele, da graduação da minha cor, eu mudo a minha concepção de orientação de mundo mediante aquilo que foi me dado e construído e legitimado pela própria academia” (Martin Luther, 2021, Entrevista).

Outra posição debatida, com relação à mobilidade social e mudança social, é a que “uma afro-reparação seria a revolução socialista, produção do poder popular (...)o horizonte de superar a sociedade regida pela lógica da mercadoria, da exploração do

homem pelo homem, enfim, dessa dinâmica de sociabilidade” (Spike Willian, 2021, Entrevista). Sendo assim, “a mudança fundamental do ponto de vista estrutural é de pensar uma sociabilidade na qual as pessoas que trabalham, decidam sobre o destino da riqueza” (Spike Willian, 2021, Entrevista), que aponta para a mudança social a partir da transformação do modo de produção.

É um debate em que várias observações se impõe para a análise, por exemplo, diante da declaração de que: “Eu entrevistei muitas mulheres da periferia,(...) todas elas mulheres negras, me diziam a mesma coisa: ‘eu quero sair dessa vida desgraçada que eu tenho’” (Amora, 2021, Entrevista); é desenvolvida a argumentação em defesa da reparação monetária. E ganha espaço no debate a expectativas de que “ela vai ser uma mudança social em todos os aspectos, em todas as áreas,(...)Como eu falei, a oportunidade de compra, de consumo, comprar uma Terra, comprar uma propriedade, comprar uma casa na praia, descansar, que é um direito constitucional o descanso” (Amora, 2021, Entrevista).

Sabe-se que, “A gente precisa quebrar essa estrutura hoje, porque a gente já sabe qual é o Mecanismo, é estrutural. Se é estrutural, há interesses em quebrar ou não, em se preservar essa estrutura? Então a gente conhecendo o mecanismo, eu acho que fica mais fácil promover um desmonte” (PretAriana, 2021, Entrevista). A resistência exige pensar e repensar estratégias, “somos 50% da população ou mais, dado oficial. E aí tem uma, o papel do Movimento Negro no sentido de autoidentificação, isso foi fundamental ao longo desses quinhentos anos” (Ita, 2021, Entrevista). Certamente, “Se a gente se mexer aqui, pelo menos alguns estados onde a maioria é negra, se a gente se mexer, a gente consegue mexer nessas estruturas” (Dandara Zumbi, 2021, Entrevista).

Em função de tudo isso, “O movimento negro, precisa abrir esse debate com serenidade, com o conhecimento, com uma proposição efetivamente que desestruture o racismo existente na sociedade” (Ita, 2021, Entrevista). Vejamos agora, “temos muito a aprender com as lideranças que estão aí hoje da década de 70, da década de 80, da década de 90, e aí fazer uma avaliação mesmo, um diagnóstico, um balanço dessa inicialização do século XXI” (Hamilton Cardoso, 2021, Entrevista). E nessa interação projetar, definir e planejar a partir de “quais são os desafios da luta antirracista no século XXI, qual o papel do movimento negro?” (Hamilton Cardoso, 2021, Entrevista). Porque essa interação, vai permitir observar vários aspectos cruciais para a luta por afro-reparação na sua pluralidade de dimensões sociais, é uma

“perspectiva de conectividade” (Ita, 2021, Entrevista). Por esse motivo, é importante o papel articulador do campo Movimento Negro brasileiro, na perspectiva reivindicatória por afro-reparação. Porque é necessário ampliar o número de indivíduos e entidades “que pense o país de uma forma mais ampla, de uma forma que veja a importância na equidade, na identidade social, racial, de gênero” (Dandara Zumbi, 2021, Entrevista). Lembrando que, a conservação da própria existência, é interesse de quem demanda a própria vida. E que o na história do campo Movimento Negro brasileiro, experiências como a da realização do “I Encontro Nacional de Entidades Negras” (Enen), realizado em novembro de 1991 (ANEXO 10), demonstram o reconhecimento pelo campo da importância de um diálogo nacional com relação às suas demandas.

As reflexões colocam em pauta para o debate, “O que é reparação, o que a reparação pode promover. Ela pode promover essa mudança na estrutura social, ela pode promover isso. Mas a universidade sozinha consegue? Não.” (Dandara Zumbi). Porque, na perspectiva dialética, é no confronto entre a força de conservação da prática racista e a força de subversão da prática racista (antirracismo) que é gestada a perspectiva de mudança. E a força de subversão antirracista precisa estar articulada em todo o espaço social para fortalecer essa luta no interior do campo universitário.

Manifesta-se também a indagação a respeito de que aspectos envolvem a mobilidade social e a mudança social em um ponto de vista de fortalecimento da efetivação de uma afro-reparação. E frente a essa indagação a instituição universitária é examinada. Se a transformação é realizada “através da educação,(...) isso passa por esses jovens terem um acúmulo de conhecimento e terem uma formação a altura e adequada para poder inclusive competir de igual para igual” (Pepita, 2021, Entrevista), então a universidade precisa se transformar a ponto de que, “permita abranger as diferentes e vastas, imensas e profundas necessidades da humanidade” (Ita, 2021, Entrevista). Isso seria possível? Se vista como práxis pedagógica, “eu sou pessimista no diagnóstico, mas eu sou otimista na ação, no estágio que nós estamos não tem retrocesso, nós temos que avançar. Acho que não dá para voltar para trás, abandonar tudo” (Amílcar Cabral, 2021, Entrevista). Afinal, o que se busca é, “estabelecer uma práxis capaz de determinar parâmetros conclusivos e normas de ação para a solução do problema racial brasileiro nos seus diversos níveis e implicações” (MOURA, 2019, p.40). E esse texto, que agora finalizo, tem também a intenção de mostrar que na pluralidade, os espaços de diálogo parecem ser a primeira grande estratégia.

Concluindo, segundo Bourdieu (1996), A “estrutura não é imutável e a topologia que descreve um estado de posições sociais permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura da distribuição das propriedades ativas e, assim, do espaço social” (BOURDIEU, 1996, p.50). Sewell (2017) ao refletir a respeito da “Teoria da Estruturação e sua perspectiva dual” desenvolvida por Anthony Giddens, na qual consta o que o autor denomina de agentes humanos “informados”, registra que as “estruturas moldam as práticas das pessoas que constituem (e reproduzem) as estruturas” (SEWELL, 2017, p.135). Isto posto, indica a possibilidade da existência de uma ação humana consciente, e resume que se, “um número suficiente de pessoas, ou mesmo algumas que são poderosas o bastante, age de modos inovadores, sua ação pode ter a consequência de transformar as próprias estruturas que lhe deram a capacidade para agir” (SEWELL, 2017, p.135).

4.4 AFRO-REPARAÇÃO: ENTENDIMENTOS E DIVERGÊNCIAS

Essa categoria de análise tem a finalidade de verificar no campo Movimento Negro brasileiro e em suas pautas de intersecção no espaço social, as características da disputa por posição entre agentes do campo com relação a afro-reparação. Adota para essa verificação a postura dialética, a qual permite a busca pela reciprocidade entres os fatos e seus determinantes, a visibilidade da contradição e do conflito. Na articulação teórica proposta para essa tese, considerando o ponto de vista teórico de Clóvis Moura e Axel Honneth, faz necessário considerar o conflito em uma leitura da realidade porque ele é inerente à práxis negra, em função de que é um elemento que traz como possibilidade a mudança. Em razão de que o confronto de diferentes leituras da realidade também edifica outras perspectivas desta mesma realidade. No arcabouço teórico de Pierre Bourdieu, ao analisar as relações sociais no interior do campo, é considerada a disputa por posição dos agentes com relação ao capital do campo. Esse capital do campo Movimento Negro brasileiro está relacionado com a sua gênese histórica mencionada no tópico “3.2.2.1 Gênese histórica”. Esse capital reflete um interesse comum dos agentes do campo e especificamente nesse caso, uma perspectiva política e social ponderada no tópico “3.2.2.6 Capital específico do campo e disputa por posições”.

A proposta é expor dados a respeito da visão de participantes da pesquisa, com relação ao consenso, ou não, de suas propostas e entendimento com relação a afro-reparação no campo universitário, o que é apresentado no “Quadro 11”.

Quadro 11 - Afro-reparação convergência e divergência

Com relação a sua proposta de afro-reparação existe no campo:			
Identificação	Convergência		Relato
	Sim	Não	
Akanni	---	---	-----
Amílcar Cabral	---	---	-----
Amora		x	(...)eu andei falando isso no meu grupo, algumas pessoas se manifestaram, acharam interessante, outras não. Eu te confesso que eu não sei assim, o que realmente o movimento negro, outros pensam nesta questão da reparação. Acho que há ainda muita divergência sim.
Angola SJP		x	(...)a gente tem várias perspectivas, indivíduos e todos eles são importantes para que a gente possa ter esse crescimento, ter essa diferenciação de pensamento, porque para alguns, às vezes não é importante as cotas. E é interessante você entender por que ele acha isso, para que a gente possa contrapor com ele, para que a gente possa justamente ter essa criação. Então é claro que eu acredito que nem todos os coletivos é cem por cento a mesma linha de raciocínio.
Antônia Cândida	---	---	-----
Dandara Zumbi		x	Eu acho que as mulheres negras(...)o movimento que eu frequento, pensa que reparação é a saída para mexer na estrutura da sociedade. Para mexer nesse estrutura tão injusta, tão desigual, a saída é a reparação. Agora, como vou chegar a ela que é a dificuldade.
Hamilton Cardoso	---	---	-----
Ita		x	(...)consenso é uma coisa complicada, às vezes meio nebulosa, às vezes dissimulada. Eu acho que ainda é um debate, para ser feito(...)
Lua Negra		x	(...)eu penso que não. Pelo menos as pessoas que eu tenho acesso, que eu converso é de consenso sim, que as

			políticas públicas são fundamentais para a reparação da população negra.
Maria da Luta		x	Que para você discutir isso dentro do movimento, pela própria concepção que os homens têm, para se estabelecer, a gente encontra dificuldade.
Maria Lopes	---	---	-----
Martin Luther		x	O movimento negro começa a se organizar não é só a partir da sua comunidade, não é a partir da igreja, o movimento negro no Brasil ele começa a se organizar a partir de uma pauta política, do modo sistemático que nós temos hoje. E aí, quando nós falamos a partir de uma pauta política, nós temos as limitações que aí estão.(...) Não é que ele é contra a questão racial, contra negros e negras. Não, é que eu sou contra o esse partido, ou contra aquele outro partido. Eu quero fazer política, mas onde é que estava o meu espaço de fala e de participação da política que eu gerei?(...) Então, o movimento negro precisa ter a sua pauta política, que não esteja contaminada por essa política partidária(...)
N'Zazi		x	Existem centenas, milhares de grupos de pessoas negras construindo movimento negro. Então, é óbvio que esse grupo de pessoas negras, que esse grupo de pessoas vão ter divergências cabais entre concepção do que significa movimento negro, entre concepção de estratégia de movimento negro. Entre concepção de disputar dentro dos partidos políticos, ou não disputar dentro dos partidos políticos. Entre, disputar dentro do capitalismo, ou acabar com o capitalismo. Só não tem, na verdade, uma construção do movimento negro armada. Agora, fora isso nós temos várias concepções e várias percepções do que é movimento negro. E mais do que isso, de como o movimento negro deve construir essa emancipação do povo negro e construir mais do que isso, um novo, uma nova sociedade não vinculada ao racismo.
Pepita	---	---	-----
PretAriana		x	(...)por menos convergência que tenha, por mais que a gente brigue e abrigue (...)Eu acho que a gente, ao mesmo tempo a gente está brigando pela mesma causa. A gente está lutando, lutando. A gente pode até estar percorrendo caminhos diferentes, mas a gente quer mais é ser feliz. A gente quer mais é trazer nossos direitos de volta ou pelo

			menos a gente luta para que eles prevaleçam.
Spike Willian		x	Acho que sobre qualquer tema que você jogar no movimento negro vai ter uma série de posições(...)se o que proponho é consenso, de forma alguma, não é consenso.
Sula		x	É complicado essa questão. Porque o ideal era que o movimento negro fosse todo voltado para essa reparação, esse tipo, eu acho assim, essa visão. Mas, esse Palmares ¹¹⁷ não vê assim.

Fonte: Autora, 2023.

Com base nas informações expostas no “Quadro 11”, todas as respostas, com exceção de integrantes da pesquisa não questionados com relação a esse tema, manifestaram uniformidade em reconhecer a existência de divergências com relação a conceituação e a prática social em uma perspectiva de afro-reparação. Ressalta-se aqui que, os agentes do campo Movimento Negro brasileiro disputam posição considerando como referência um capital antirracista, e um *habitus* específico resultado de um processo de socialização em que historicamente elementos como, as irmandades, o quilombismo (NASCIMENTO, 2019), a autodefesa e resistência a subjugação (MOURA, 1981, 1988, 2019) estão presentes. E o *habitus* “enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto de práticas e das ideológicas características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2015, p.191)

Por esse motivo, um exame na totalidade das manifestações transcritas nesta tese demonstram, que entre esses participantes da pesquisa, os relatos identificam um elemento de junção, um referencial identitário. Ou seja, possuem uma conexão a partir da compreensão da existência de características análogas que os potencializa a serem vítimas de constantes e variadas lesões sociais. Isso significa que, “nas relações intergrupais e com a sociedade no seu conjunto sabem que, por possuírem uma marca diferenciadora, são, no processo de interação, considerados portadores de valores próprios e inferiorizados” (MOURA, 2019, 149-150).

A consciência dessa marca social e das suas consequências para o indivíduo e a sua coletividade, são os elementos de coesão dessa classe social, desse grupo

¹¹⁷ Referência a Fundação Palmares que tem como função “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”. E que na gestão de Sérgio Nascimento de Camargo, a partir de 2019, assumiu publicamente posições de ataque ao Movimento Negro, as pautas da luta antirracista e a cultura afro-brasileira.

específico. E a identificação de distinções na prática social no interior do campo Movimento Negro brasileiro, apontado nos relatos, demonstram que na sua constituição há multiplicidade de subclasses. Porém, a percepção do racismo histórico-estrutural, a marca social, o elemento identitário, o capital que estão relacionados com o *habitus* do campo, orientam a ação dos agentes no interior e fora do campo. Posto que, segundo Bourdieu (2015), “Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as outras classes sociais” (BOURDIEU, 2015, p.14). Porque,

(...)inúmeras propriedades de uma classe provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberadamente ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos de outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em *distinções significantes*. (BOURDIEU, 2015, p.14).

Por exemplo, no “Quadro 11”, Maria da Luta (2021, Entrevista), usa a relação com o machismo para ressaltar a distinção significativa do movimento no qual atua no campo Movimento Negro brasileiro. Assim, expõe “*marcas de distinção*, graças às quais os sujeitos sociais exprimem, e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros, sua posição na estrutura social” (BOURDIEU, 2015, p.14). Desta forma, as marcas de distinção presentes nos relatos retratam uma pluralidade de experiências, interações sociais e esquemas perceptivos, com relação a um racismo que é histórico e estrutural. E igualmente, demonstra que mesmo diante de um processo diaspórico e de escravização, existem elementos que apontam para a busca e a necessidade do investimento no fortalecimento da conexão, fonte histórica da resistência e resiliência negra no Brasil.

4.5 PRÁXIS PEDAGÓGICA UNIVERSITÁRIA NEGRA REPARATIVA

Nesta categoria de análise busca-se, por meio do diálogo que foi estabelecido, com participantes na pesquisa, visibilizar suas concepções de afro-reparação considerando o contexto universitário. Para isso, expõe trechos dos relatos com o propósito de apresentar elementos que provoquem reflexões a respeito de processos educacionais, organizacionais e administrativos, no campo universitário, considerando uma intencionalidade reparatória. O objetivo é expressar as

características desse pensamento pedagógico e igualmente, refletir a respeito da constituição de uma práxis pedagógica universitária negra reparativa.

Toda a reflexão que considere como foco a relação no Brasil e na América Latina da universidade com a população negra, precisa considerar como elemento do macrossocial que o nascedouro dessa instituição tem os genes do colonizador. O Novo Mundo, colonizado, tem na sua hereditariedade a prevalência do Velho Mundo trajado com a Coroa Espanhola e Portuguesa. E como tal, se constitui como território de lutas por supremacia, espaço de desigualdades sociais históricas, de violência e relações sociais de dominação e poder racializadas. Neste contexto, é conveniente como fomento a reflexão, destacar que, “as idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes” (MOURA, 1978, p.37).

No que diz respeito à luta pelo direito e democratização da educação na América Latina, no contexto do campo universitário, frequentemente se faz referência ao movimento estudantil de reforma universitária de 1918 em Córdoba (Argentina). Segundo Denise Leite (2018) esse movimento estudantil apresentou como palavra de ordem “Criar fora das aulas o que estas não nos oferecem. Pela liberdade dentro da aula e a democracia fora dela” (LEITE, 2018, p.45). A autora apresenta uma juventude acadêmica que clama por reformas universitárias estruturais, políticas, ideológicas, metodológicas e didáticas. E também, pelo desenvolvimento de uma sensibilidade acadêmica com uma realidade de luta social que à opressão respondia nutrindo sementes da democracia. Registra Leite (2018, p.48) que entre as reivindicações dos estudantes constava como pauta uma reforma pedagógica. E de acordo com Leite (2018, p.49) esses estudantes, dentre um conjunto de elementos pleiteados indicavam a “assistência estudantil”, o “ingresso e acesso universal”, a “gratuidade da universidade”, a “modernização do ensino e metodologias ativas”, a “projeção ao povo da cultura universitária”, a “preocupação com os problemas nacionais”, a “unidade latino-americana” e a “extensão e fortalecimento da função social da universidade”.

No Brasil, com relação ao movimento estudantil, o anseio de uma universidade sensível com a árdua e inflexível realidade social, com a sua diversidade e seus conflitos, os levou a afirmarem expressamente suas críticas à universidade, que foram apresentadas na “Declaração da Bahia” (FÁVERO, 1997, p. XVIII-XIX), organizada durante o I Seminário Nacional da Reforma Universitária em 1961 pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Na declaração com relação à missão cultural da universidade consta como crítica que:

a) Não chega a ser repositório da cultura nacional, cultura enquanto compreensão de problemática do homem, considerando as suas dimensões integrais, historicamente datado e sociologicamente situado no Brasil; cultura enquanto consciência do processo histórico em que vive o povo brasileiro; cultura enquanto elaboração de um pensamento brasileiro, atento à totalidade do ser humano.

b) Não tem iniciativa de pesquisa, não somente científica, quanto cultural e artística. Alimenta-se de esquemas importados, invariavelmente inadequados à nossa realidade. (FÁVERO, 1997, Anexo I, p. XVIII-XIX)

As ações do movimento estudantil mencionadas anteriormente relacionam-se a sujeitos em um contexto histórico brasileiro de seletividade social, no qual eram estudantes que possuíam as condições sociais para acessar uma formação universitária, considerada como privilégio de poucos e era dessa posição social que reivindicavam mudanças. E nessa circunstância, com suas reflexões e pautas de luta, sinalizavam o emergir no espaço acadêmico e da juventude, de uma consciência de posições de privilégio social, de marginalização epistemológica e cultural, de restrições de acesso à pluralidade e amplitude de conhecimentos que podem ser acolhidos pelo espaço acadêmico. Igualmente, indicavam obstáculos pedagógicos no processo de ensino aprendizagem e a manifestação de uma afinidade com uma perspectiva de mudança na estrutura da atividade acadêmica e social.

Quando o foco é voltado para o resgate da historicidade da pauta educação no contexto do campo Movimento Negro brasileiro, as reivindicações por mudança partem de um grupo situado em uma posição social historicamente oposta ao movimento estudantil que protagonizou as lutas anteriormente mencionadas. Visto que, negras/os/es que chegam ao Brasil na condição de escravizados, ao chegar já tem institucionalizado o seu não direito de acesso à educação. Durante séculos essa população lutará pela liberdade, o direito à vida, possibilidades de condições de existência dignas. Ou seja, lutará pelo acesso jurídico a um reconhecimento social do seu status de humano. E quanto aos negros desses descendentes, a resistência a legislação referente a proibição do tráfico de escravos fez com que o Brasil fosse um dos últimos a abolir a escravidão, adiando esse processo até 1888. Porém, o trabalho escravo foi somente considerado crime, anos após a Proclamação da República no “Código Penal”¹¹⁸ de 1940. O regime escravocrata brasileiro estabeleceu uma posição

¹¹⁸ Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940, o Artigo 149 define como crime sujeito a prisão "Reduzir alguém a condição análoga à de escravo".

social de subalternidade para negras/os e igualmente impediu o acesso desta população à educação formal por meio de diversos mecanismos, inclusive a legislação como, por exemplo, o Decreto Imperial nº 1.331-A¹¹⁹, de 17 de fevereiro de 1854. A Lei nº 2.040¹²⁰ de 28 de setembro de 1871, denominada Lei do Ventre Livre, não veio acompanhada com a garantia de acesso à educação formal para as crianças objeto desta legislação. E esses dados históricos e as legislações citadas, servem como exemplo, para pensar o desafio que se coloca na construção de um pensamento educacional pedagógico de afro-reparação, considerando as gerações de negras/os/es que foram colocados à margem do processo educacional escolar e os *habitus* racializados de dominação e poder instituídos no processo histórico brasileiro.

Santos (2014, p.66) registra que na perspectiva da relação do Movimento Negro brasileiro com a educação formal, um marco entre outras entidades negras é a atuação da Frente Negra Brasileira (FNB), que a partir de 1931 transforma a educação em precedência de pauta. Na Frente Negra Brasileira “entendia-se que a primeira frente de luta se localizava no campo educação” (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2004, p.120). À proporção que o Movimento Negro brasileiro foi “constatando que as políticas públicas de educação pós-ditadura militar, de caráter universal, ao ser implementadas, não atendiam à grande massa da população negra e não se comprometiam com a superação do racismo, seu discurso e suas reivindicações começaram a mudar” (GOMES, 2011, p.113). Essa mudança conduziu a política de ação afirmativa “As demandas do Movimento Negro, a partir de então, passam a afirmar, de forma mais contundente, o lugar da educação básica e da superior como um direito social e, nesse sentido, como direito à diversidade étnico-racial” (GOMES, 2011, p.113).

Durante os debates com relação à adoção de reservas de vagas (cotas raciais), nas Instituições de Educação Superior, que ganharam intensidade a partir do início dos anos 2000, eram apresentados diversos argumentos contrários às cotas. Entre

¹¹⁹ BRASIL. Município da Côrte. **Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854**. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Município da Côrte. Rio de Janeiro: Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, 1854. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>.

¹²⁰ BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annaul de escravos. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1871. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/185618/0000_97348.pdf?sequence=1.

esses argumentos era comum a afirmação de que a educação não poderia assumir para si a solução de problemas que eram sociais. Isto demonstrava a dificuldade de entendimento de que a Educação Superior e outros níveis e modalidades educacionais, estavam sendo chamados para pensar prioritariamente problemas educacionais, processos de ensino-aprendizagem, democratização do ensino e da aprendizagem, ou seja, uma especificidade da educação que é o processo educativo. Isto significa que, temas sobre os quais a academia historicamente teorizou, relacionados ao ensino e a aprendizagem, agora era dada a oportunidade de materializar em sua própria prática. Com isto, principalmente a Educação Superior, em sua constituição pela relação ensino, pesquisa e extensão, dispunha com a política de ações afirmativas, de oportunidade de aprimorar o seu olhar pedagógico, as suas estratégias de ensino, pela convivência com grupos sociais que tiveram a sua existência acadêmica historicamente recusada. O interessante de observar nessa rejeição as ações afirmativas, em uma perspectiva da psicologia social, é que essas instituições universitárias, em suas áreas de ensino e aprendizagem, dedicaram seus esforços em pesquisa para dar visibilidade às dificuldades que este novo público acadêmico possuíam como consequência de seu processo de escolarização, mas dedicaram pouco e em alguns casos, nenhum tempo, em pesquisas que buscassem alternativas pedagógicas e organizacionais que pudessem superar estas dificuldades dentro da própria universidade. Ou que, pudessem diante dessas dificuldades detectadas, planejar investimentos e municiar o processo de formação acadêmica com procedimentos e ferramentas que contribuíssem para a inclusão de parcelas sociais marginalizadas. Diante do exposto é possível relembrar as palavras de Bourdieu (2011b):

O que o mundo social fez, o mundo social pode, armado deste saber, desfazer. Em todo o caso é certo que nada é menos inocente que o *laissez-faire*: se é verdade que a maioria dos mecanismos econômicos e sociais que estão no princípio dos sofrimentos mais cruéis, sobretudo os que regulam o mercado de trabalho e o mercado escolar, não são fáceis de serem parados ou modificados, segue-se que toda a política que não tira plenamente partido das possibilidades, por reduzidas que sejam, que são oferecidas à ação, e que a ciência pode ajudar a descobrir, pode ser considerada como culpada de não assistência à pessoa em perigo. (BOURDIEU, 2011b, p.735)

Segundo Bourdieu (2011a), para que os desfavorecidos socialmente sejam também desfavorecidos no sistema educacional, basta que a “escola ignore, no

âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais” (BOURDIEU, 2011a, p.53). Ao fazer referência ao sistema escolar, Bourdieu (2008) afirma que ele é um dos “fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural” (BOURDIEU, 2011a, p.41).

O manifestado até esse momento, conduz a refletir a respeito dos desafios e obstáculos presentes no ensino, pesquisa e extensão para uma afro-reparação na educação superior. Bem como, incentiva pensar a necessidade de aprofundamento com relação à investigação na área da metodologia do ensino superior, da pedagogia universitária e as alternativas de ruptura e resistência a um racismo histórico-estrutural que materializa a exclusão racial e social também na exclusão educacional.

As entrevistas realizadas com membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro trouxeram alguns elementos de contribuição para uma reflexão a respeito de uma proposta de práxis pedagógica universitária reparativa e esses elementos serão expostos na sequência. Para essa exposição, trechos transcritos dos relatos, identificados com pseudônimos, serão destacados em itálico e analisados no decorrer de seis tópicos identificados como, formação e perfil docente, currículo, relações interpessoais e combate ao racismo, aspectos organizacionais, administração, pesquisa-ensino-extensão. E ao final um sétimo tópico apresenta uma síntese das contribuições presentes nos relatos. As contribuições resultam de entrevistas, que foram desenvolvidas tendo como característica a espontaneidade, sendo que os trechos transcritos conservam esse atributo.

4.5.1 Formação e perfil docente

A representatividade, o perfil raça/cor do corpo docente universitário foi um elemento presente nos relatos. Com relação a isso, Akani (2021, Entrevista) coloca o perfil do corpo docente como uma das primeiras questões a serem abordadas com relação ao campo universitário. Ao manifestar a sua opinião com base na sua vivência acadêmica, afirma que: “tem um universo de trinta mil estudantes, eu acho, e a gente tem menos de dez, ou menos de cinco professores negros. E isso é totalmente preocupante, para não dizer bizarro”.

O estranhamento demonstrado por Akanni (2021, Entrevista) encontra eco em outros relatos, entre eles o de Pepita (2021, Entrevista) que reforça a importância da presença negra no espaço universitário atuando na docência e com relação a isso, diz que: “Seria muito mais impactante até do que ter uma cadeira específica da pauta étnica racial, ter a figura do professor, da professora afro-brasileira, passando aquele ensino, seria uma forma de desconstruir academicamente, psicologicamente, que o negro é inferior para muitas pessoas”. A afirmação de Pepita (2021, Entrevista) não descarta a importância da disciplina específica pautada em questões étnico racial, mas acrescenta a importância da questão racial não ser adotada pelo campo universitário apenas como matéria teórica, mas também materializada pela presença negra, a inclusão de corpos negros, no processo de ensino. E a justificativa apresentada é que: “como que eu vou entender que o negro é inferior se eu, na condição de branca, de pessoa branca, se o meu professor de direito tributário e de direito empresarial, que é um dos direitos mais difíceis, mais complexo, é negro”.

N'zazi (2021, Entrevista) traz um acréscimo de elemento na constituição dessa docência negra, reafirma a importância da representatividade, porém ressalta que: “A gente precisa de pessoas negras(...)comprometidas com a questão racial, não é só pessoas negras, eu não sou essencialista. Não adianta ter uma pessoa negra lá que não tenha compreensão, ou(...)Comprometimento com o combate ao racismo”. Dando continuidade à sua reflexão justifica a partir de um exemplo, “porque senão os caras continuam desenhando projetos arquitetônicos de casas com dependência para empregada, que a empregada tem que dar um passo. E não consegue compreender que isso(...)é fruto de nossa concepção de Casa Grande-Senzala”. E ao indicar a fonte que instiga a sua reflexão registra que “(...)o ‘Quarto de despejo’, não sou eu que falo isso, Carolina de Jesus, já falava, ao dizer que o quarto de despejo é a senzala”. Conclui afirmando que, “um professor, seja ele negro, seja ele branco, tem que quando ensinar os seus alunos dizer: ‘olha, essa visão de um quartinho de despejo, o quartinho da empregada, ela tem o seu viés ideológico, vindo dos 380 anos de escravização que tivemos no Brasil”.

Antônia Cândida (2021, Entrevista), também indica como decisivo o aumento da presença negra e manifesta que: “(...)penso nessa questão do acesso mesmo, da inclusão, e penso num maior número de professores negros”. E ao voltar sua reflexão para a questão do discente indica que, “Em termos dos estudantes, penso num primeiro momento no acolhimento desses estudantes.(...)acolhimento mesmo, de todo

o corpo docente compreender que tu tem um estudante que vem muitas vezes de uma situação que só viu o trabalho na vida”. Ressalta na sequência que: “(...)tu não vai dar uma educação diferente, mas tu vai ter um olhar diferente sobre aquele estudante. Oferecendo condições para que ele possa de fato desenvolver as melhores condições, as melhores habilidades, dentro daquela disciplina”.

Pensando também a partir da perspectiva do atendimento pedagógico, metodológico e didático ao discente, Maria da Luta (2021,Entrevista) apresenta um exemplo de comportamento docente, o qual considera inadequado ao desenvolvimento da aprendizagem. Relata que “(...)quando eu fiz um mestrado tinha lá um menino, muito jovem. Eu fiquei muito feliz de ver aquele menino. Mas o que acontecia? Tinha coisa que ele não dava conta e o professor não estava nem aí, e dizia, verbalizava para ele: ‘O problema é seu, você se vire’”. Diante disso, seu relato aponta que é necessário, “ter uma outra postura diante do conhecimento, da forma de trabalhar esse conhecimento. Eu preciso, em primeiro lugar, ter outra concepção do que seja construir esse conhecimento, é reconhecer que ali todo mundo ganha e que ali todos nós podemos contribuir”. E prossegue dizendo que, “a gente precisa ter essa outra concepção para ter uma outra postura, para que a gente dê realmente as condições para que aquele que está chegando ele consiga avançar. E esse conseguir avançar é, eu conseguir também”. Destaca que uma nova postura diante de desafios educacionais garante o desenvolvimento não apenas do discente, mas igualmente do docente e finaliza afirmando que: “(...)essa mudança pedagógica, ela é uma mudança de concepção mesmo, mudança de concepção daquilo que a gente quer, a gente vai querer fazer um mundo diferente. A gente quer pessoas diferentes, a gente quer uma sociedade diferente, então seriam essas concepções”.

Dandara Zumbi (2021, Entrevista), também com relação à postura docente, traz um exemplo considerando a questão das ações afirmativas, segundo o relato: “ela estava orientando a menina, quando passa um professor e chama a menina pelo nome masculino, aí ela disse: ‘você não entendeu que aqui não tem um homem, tem uma mulher na sua frente. Respeite o nome social’”. E na sequência informa, “A gente conseguiu entre as ações afirmativas, (...)a aprovação do nome social(...)”. Diante do relatado registra que: “tem um longo caminho ainda para a gente trilhar, mas essa é uma briga grande, uma briga muito grande.(...)”. E menciona outro exemplo, agora com relação à postura do docente em sala de aula, “Tem um professor(...)na sala dele tem que ter Sócrates, Platão, Aristóteles, enquanto o estudante está ali clamando,

pedindo a Deus, pedindo para o professor para ensinar outras visões de mundo, não tão ocidentalizadas”. E complementa afirmando que: “Era isso, eu acho que é um longo caminho a ser trilhado, mas parte por aí, descolonizar universidade. Nós somos um espaço elitista e colonizado ainda”.

Amílcar Cabral (2021, Entrevista), questiona a postura conservadora dos docentes e declara que: “essa postura conservadora, é muito pelo fato de ter entrado poucos professores negros. Ainda temos muito poucos professores negros dentro das universidades”. E ressalta considerando outros períodos da história da universidade brasileira que: “É claro, que dos anos dois mil para cá, (...) já entrou alguns, mas do ponto de vista estatístico, a representação do grupo dos afro-brasileiros, de negros brasileiros, como professores, como docentes dentro das universidades, ainda é muito baixo, é muito pouco”.

A formação docente também é outro elemento destacado nos relatos, de imediato Hamilton Cardoso (2021, Entrevista) sinaliza, “(...)eu questionaria a formação do professor, do professor formador. Porque às vezes ele pode ser formado em história, exemplo, mas não tem um domínio, uma especialização, um mestrado, sobre história da África e cultura afro-brasileira”. Igualmente, Angola SJP (2021, Entrevista) após salientar a importância de uma consciência docente com relação à questão racial ao indicar que, “(...)acredito que primeiramente (...) a partir do seu corpo docente, ter entendimento de que existe um gap histórico, absurdo com essa etnia, com essas etnias(...)”. Ressalta o processo de formação docente, expondo que, “(...) a questão de formação do corpo docente é de extrema importância”. E no que se refere a essa questão da formação docente, vincula a ela os seguintes questionamentos “Eles pegam muitos pensadores que não são africanos, por que não trazer desse berço da humanidade? (...) como introjetar a importância desse povo, esse povo afro, para essa pessoa que se nega?”. Aos que responde: “Eu acredito que o desafio tem que estar na mão da universidade, buscar esse caminho. E como buscar esse caminho é algo que a gente precisa construir junto com o Movimento Negro, o movimento preto, essa perspectiva”. E completa sugerindo que a construção dessa perspectiva seja, “principalmente pegando essa nossa população de pretos e pretas, negros e negras, que já são formados na academia. Que já tem esse viés de como é a abordagem lá e veem essa necessidade de fazer essa criação”.

Spike Willian (2021, Entrevista) conjuga dois elementos que considera importantes para a atuação docente ao alegar que, “acho que a questão curricular e

de formação de professores, que é algo que a gente vem pautando desde o início do século, digamos, vinte e um, a partir dos avanços em ações afirmativas e tal, de pontuar que não se trata apenas de acesso, se trata de permanência (...), qualidade de ensino”.

E Maria Lopes (2021, Entrevista), destaca a necessidade de preparar o docente para atuar na pluralidade social, ao aludir que: “(...)as pessoas vão ser formadas para ir atuar na sala de aula na Restinga, na Cruzeiro, na São José, então tem que ver coisas que interessam”. Ao que completa: “Aí, se eu colocar um tema que não é de interesse, aí é muito fácil eu dizer assim: ‘Ah, pois é, a gente tem o nosso currículo aqui, mas eles não se interessam’. Também não se interessam por quê o que se quer não dialoga com a vida que as pessoas levam”.

Comum a esses relatos é o destaque a importância do docente e a sua formação como elemento de uma pauta educacional antirracista, em uma perspectiva pedagógica de afro-reparação. O que supõe a necessidade de pensar na sua amplitude a licenciatura a partir de uma perspectiva pedagógica, teórica, metodológica e didática que tenha pertinência na construção e solidificação de uma práxis pedagógica universitária negra reparativa.

Na conjuntura latino-americana a pedagogia universitária está “nucleada no campo educativo, opera no espaço transdisciplinar da academia. Tem como objeto de estudo o ensino, a aprendizagem e a avaliação na universidade. Preocupa-se com a formação docente para o exercício pedagógico profissional” (LEITE, 2006, p.57). E de acordo com Leite (2006):

Ao preparar profissionais para o futuro e contribuir para a formação da cidadania, os docentes universitários necessitam refletir sobre suas práticas instituídas, sobre os conhecimentos de sua área, as formas de sua apropriação e os valores sociais e éticos que permeiam os currículos e precisam ser trabalhados dentro e fora da sala de aula. Isto se sobrepõe a um receituário pronto sobre modos e maneiras de ensinar ou transmitir conhecimentos. Questionamentos, na perspectiva multidisciplinar, dizem respeito a: Que conhecimento? Para que agir profissional? Em que perspectiva social e política? (LEITE, 2006, p.57)

Uma formação docente a partir dos elementos presentes nos relatos requer, igualmente, reconhecer a indispensabilidade de criar mecanismos de promoção da democratização da educação considerando determinantes microssociais e macrossociais. Isto significa, atuar em relações interpessoais na qual se situa o núcleo

base do processo de ensino-aprendizagem, que é a relação estabelecida entre docente e o discente, em uma intencionalidade formativa. Bem como, embasado na referida intencionalidade, repensar políticas públicas de formação inicial e continuada para docentes ponderando o que deve ser priorizado no leque de influências nacionais e internacionais que nela recaem.

É um desafio posto diante de uma situação em que o reconhecimento jurídico do direito a política de ação afirmativa, resultantes de uma luta política, não garante a superação de um *habitus* pautado em relações históricas de dominação e poder racializadas. Segundo Cury (2002):

É por essas razões que a importância da lei não é identificada e reconhecida como um instrumento linear ou mecânico de realização de direitos sociais. Ela acompanha o desenvolvimento contextualizado da cidadania em todos os países. A sua importância nasce do caráter contraditório que a acompanha: nela sempre reside uma dimensão de luta. Luta por inscrições mais democráticas, por efetivações mais realistas, contra descaracterizações mutiladoras, por sonhos de justiça. Todo o avanço da educação escolar além do ensino primário foi fruto de lutas conduzidas por uma concepção democrática da sociedade em que se postula ou a igualdade de oportunidades ou mesmo a igualdade de condições sociais. (Cury, 2002, p.247)

Sendo assim, a garantia jurídica da presença de algumas representações de uma *hexis* negra no contexto acadêmico não salvaguarda que o *ethos* e o *eidos* dos agentes do campo universitário sejam transformados. Porém, garante a possibilidade de considerar uma perspectiva histórica dialética a partir do confronto entre as forças de conservação e as forças de subversão do campo universitário. Isto porque, no interior do campo, as forças de conservação continuam atuando por meio da *libido*, da *illusio* e da *doxa* para a manutenção e reprodução de seu *habitus* racializado e o poder simbólico que dele resulta. E diante de uma força de subversão que não possui acúmulo de poder simbólico, o campo permanece com suas características originais, por meio de mecanismo para constituir como ilegítimo a presença do *ethos*, *eidos* e da *hexis* negra. Nesse caso existe, portanto, um contexto de subjetividade e intersubjetividade, que influenciada por Bento (2022) podemos denominar de pacto da branquitude, que constituirá o fomento para as manifestações do racismo institucional e interpessoal.

4.5.2 Currículo

As palavras de Gomes (2022), inspira a explicitação do papel do currículo a partir de uma concepção pautada em uma práxis pedagógica universitária negra reparativa. Segundo a autora, o “direito de existir para negras e negros, no Brasil, faz parte da utopia de inventar outros mundos possíveis. É um sonho com um outro mundo e um outro tempo. É sonhar com um outro país” (GOMES, 2022, p.24). Isto posto, olhar para o currículo, considerando-o como elemento de práxis pedagógica universitária negra reparativa, significa lutar pelo direito de existir de um povo, como epistemologia, ciência, cultura, fenótipo, como parte da pluralidade humana e da nação brasileira. Nos relatos, as respostas com relação ao currículo ressaltam a sua importância em um processo de acolhimento no campo acadêmico das particularidades que constituem a totalidade de uma realidade social. E no caso específico da produção acadêmica, como abrigo a pluralidade epistemológica no cerne do qual, historicamente, o diálogo inspirou novas concepções e inovações científicas.

Diante do questionamento com relação ao currículo, Maria Lopes (2021, Entrevista) prontamente responde: “A gente tem que saber, eu imagino assim, o que a gente quer com o currículo. Se a gente só quer listar temas, ou a gente quer também com isso trazer diferentes riquezas”. Acrescenta, “se a gente quer trazer a riqueza, por exemplo, da literatura, nós temos que estar incluindo pessoas, não só pessoas brancas, mas também a gente estar incluindo de forma efetiva obras de pessoas não brancas, de pessoas negras, pessoas indígenas”. E prossegue: “tem que ser um currículo atualizado(...)que valorize a população de acordo com a especificidade dos cursos. (...)tem que ser não só um elencar de assuntos, mas que seja algo que, seja vibrante, que venha ao interesse da população como um todo”. Maria da Luta (2021, Entrevista) fala em um currículo que:

(...)repense o que é importante.(...)É um currículo que tem que reconhecer que existe uma pluralidade, que existe uma diversidade muito grande. Então, ele reconhecendo essa pluralidade, essa diversidade nós seremos contemplados. (...)nós teremos ali a nossa história, a nossa identidade. Por exemplo, quando fico avaliando os autores que a gente leu, a gente leu autores que falam de um mundo, ou que falam de coisas que a gente não viveu e que a gente não sabe do que se trata.(...) Então eu penso que teria que ter uma outra concepção da função do currículo, da função curricular dentro da universidade. (MARIA DA LUTA, 2021, Entrevista)

No tocante ao currículo Akani (2021, Entrevista) demonstra a sua insegurança, ao analisar o seu processo de produção acadêmica em que prioriza a produção acadêmica negra, manifesta: “Eu sei que o meu trabalho não deveria ser desvalidado, mesmo assim eu penso - Meu Deus! Eu acho que vou ter que mudar. É muito complicado essa questão do currículo, tem autoras negras brilhantes, mas ainda assim, parece que existe um cânone, um pódio”. Spike Willian (2021, Entrevista), também demonstra preocupação nesse sentido e defende com relação à produção teórica o “esforço de pensar a nossa produção intelectual, acadêmica ou não, de autores e de pensadores intelectuais do povo, como diria o Joel Rufino dos Santos, que contribuíram com tecnologias, enfim estratégias de resistência que contribuíram para nos fortalecer ao longo da nossa caminhada”. Segundo o seu relato: “à medida que a universidade puder acolher esses saberes e se transformar a partir deles, acho que é uma forma de reparar, não reparar somente nós, mas reparar o próprio país”. Acrescenta que, “em Cuba tu não vai ver um engenheiro formado que não tenha uma formação sociológica, historiográfica, sobre o próprio país, sobre o continente, é que isso é fundamental para atuação dele, enquanto profissional”. E com isso, alerta para a lacuna na formação ofertada no campo universitário, quando deixar de dar informações e condições de reflexões que permitam a esses profissionais entenderem e atuarem na sua própria realidade nacional. Assim como Akani (2021, Entrevista) e Spike Willian (2021, Entrevista), Amílcar Cabral (2021, Entrevista) identifica que, “os cursos mudaram muito pouco as suas grades. Você tem uma, ou outra, universidade que tem uma disciplina, uma área que discute relações étnico-raciais. As universidades públicas no Brasil e as universidades de modo geral, não absorveram isso”. E na continuação menciona com relação à atuação da universidade que:

(...)não se abriu o espaço para desenvolvimento de um projeto político-pedagógico de formação de intelectuais, de jovens intelectuais, negros, negras, muito menos do ponto de vista curricular. Você vê muito poucos cursos que discutem essa questão. A própria área de formação de professores, que é a área que a gente mais conhece, tem mais proximidade, deu uma esfriada nessa questão de formação em relação à educação em relações étnico-raciais. Outros cursos não têm. Então, do ponto de vista curricular, a universidade se mostrou extremamente conservadora. Quer dizer, mantém, manteve o que estava lá, cedeu muito pouco a essas novas demandas, sobretudo indígena, negra, gênero. Então, eu falo com a maior tranquilidade que do ponto de vista curricular, as universidades nos seus múltiplos, nos seus vários cursos, ainda continuam extremamente conservadora. Lê as referências bibliográficas, os cânones, as referências bibliográficas são europeias, eurocêtricas. (AMÍLCAR CABRAL, 2021, Entrevista)

Sula (2021, Entrevista), em harmonia com os três relatos anteriores, reivindica que tenha um “pouco mais de textos da cultura africana, literatura africana, literatura afro-brasileira, com textos das histórias, dos ritmos africanos, das religiões africanas. Tem que ter esses contextos também nos livros e no cotidiano, como tem de todas as outras culturas”. Com o que também concorda Antônia Cândida (2021, Entrevista) reafirmando a necessidade de um “currículo que contemple outras leituras, e não só as que a gente está acostumado, não só o cânone(...)A gente não inova em termos de ciência, porque a gente fica sempre batendo cânone”. E provoca a reflexão a partir de uma indagação: “Por que só conhecimento euro centrado? (...)os africanos estão a quantos mil anos antes dos gregos, por exemplo, então tem um conhecimento ali que a gente desconhece, a gente não chega a um por cento do conhecimento que está dado ali”. Ao passo que, direcionando a reflexão para as especificidades da formação acadêmica, Angola SJP (2021, Entrevista) indica que é necessário “fazer esses recortes mais focados para a área, no caso da medicina a saúde negra, a saúde da população negra que é diferenciada”. Na continuidade do relato, afirma que, “a gente não está transformando o Movimento Negro, não, ou Movimento Preto, a gente está transformando o Brasil, que é um país que todo mundo quer bem, pelo menos é o que eles dizem, esse povo que agora está dizendo que é de direita, esse povo que diz que é patriota”. E finaliza manifestando que, “Eles não dependem do SUS¹²¹, muitas vezes não dependem de escola pública. Muitas vezes eles não fazem trabalho social. Então é lamentável, mas é parte também da ignorância do próprio ser humano. Porque, às vezes, tem tanta informação e é oco”.

Hamilton Cardoso (2021, Entrevista), ressalta a carga horária das disciplinas relacionadas à temática das relações étnico-raciais, história da África e cultura afro-brasileira, lembrando a importância da carga horária no processo formativo. No relato complementa: “vou chamar de território em disputa, eu estou enfatizando a formação continuada como mecanismo, como a estratégia de desconstruir formas reprodução de preconceito”. E exemplifica, referindo-se à necessidade de “não trabalhar apenas a realidade do negro no Brasil, mas igualmente o papel da branquitude na desconstrução do preconceito e discriminação racial”. Quanto a questão das

¹²¹ Sistema Único de Saúde.

disciplinas no contexto de uma proposta de reparação, a sugestão de Amora (2021, Entrevista) é de organização de, “disciplinas obrigatórias, começando por, direitos humanos, educação antirracista, direito constitucional. Entendo que todos os cursos deveriam estudar, uma parte do direito constitucional, principalmente o artigo quinto”, a defesa da inclusão dessas disciplinas como obrigatórias é que, “Isso mexe bastante com a estrutura, mexe com o pensar das pessoas”.

Pepita (2021, Entrevista) enfatiza, “acho que os currículos eles devem ser enegrecidos”. Segundo seu relato: “por mais que a universidade tenha o suporte teórico, não pode fugir do que alguns autores, como Sara Paín, Alicia Fernández(...)e que também o próprio Vygotsky nos ensina, Piaget também, de se fazer articulação prático e teórico, não pode fugir dessa prática”. Recomenda uma parceria com o Movimento Negro na elaboração do currículo, sugerindo que: “Pega essas coordenações de cursos que estão elaborando o seu PPP, o seu Projeto Político Pedagógico e coloca uma pessoa que seja da área técnica, daquela área ali, do Movimento Negro, para contribuir, para elaborar”. E com relação a isso apresenta os seguintes aspectos:

(...)a questão da diversidade na universidade, ela é enriquecedora, a gente aprende mais com os nossos diferentes do que com os nossos semelhantes. Porque com os nossos semelhantes a gente já sabe como eles pensam e qual será a resposta. Mas, quando a gente constrói com os nossos diferentes a gente agrega, porque se entende que quando se está na universidade a gente discute as pautas, a gente não briga por elas. (...) Mas quando a gente fala (...)das temáticas sensíveis às nossas pautas, da questão étnica, dentro da universidade é o discutir com riqueza, com o respeito ao olhar do outro.(...) A nossa cosmovisão das ações afirmativas, o que nós temos, como a gente pensa o mundo, eles sempre ouviram de quem só estuda sobre aquilo e não de quem estuda sobre aquilo e, também, vive aquilo. (PEPITA, 2021, Entrevista)

E Lua Negra (2021, Entrevista), defende que o “currículo ele tem que ser maleável, ele precisa ser maleável para poder estar dentro dessa reparação, para poder fazer parte dessa reparação. E para ele maleável, ele tem que ter itens da Lei 10.639/2003”. Ita (2021, Entrevista) demonstra harmonia com a direção apontada por Lua Negra (2021, Entrevista). E seu relato lembra que o currículo “Ele precisa ser coerente. Ele precisa ser aprofundado com base nos conhecimentos existentes. E ele precisa ser também (...) disponibilizado as mudanças que se fizerem necessárias, conforme a contemporaneidade for pedindo” Ita (2021, Entrevista). E inclui que:

Então, não adianta você fazer homenagem para o Paulo Freire, se não for procurar onde o Paulo Freire absorveu determinados elementos também, e tem participação de africanas e africanos nisso, isso precisa ser dito. (...) Daí, vamos voltar lá para história do ser humano ser gregário. Tudo é nosso e nada é de ninguém. Então, um currículo tem que se ater a esses aspectos de como se constrói o conhecimento(...). Eu tive algumas experiências no meu curso(...) Que foram assim, impressionantes, na forma como o currículo foi aplicado, a forma como a metodologia foi aplicada. Porque se pensa um processo educativo como punição.(...)O currículo não pode se adequar a um processo educacional punitivo. Ele tem que ser construtivo criticamente. O currículo tem que ser sociocultural e libertário. Vou usar de novo a palavra do Paulo Freire, libertário, transformador. Ele tem que ser transformador. O currículo precisa transformar as realidades, inclusive a dele próprio.(...) Na Lei 10.639, no parecer da doutora Petronilha¹²², aquele parecer é fantástico, inclusive deveria integrar os currículos todos eles, de engenharia a ciências sociais, aos cursos técnicos. Um dos itens diz assim: “é preciso criar pedagogias de combate ao racismo”. Acho que os currículos têm que fazer isso. (ITA, 2021, Entrevista)

Demonstrando afinidade com Ita (2021, Entrevista), Dandara Zumbi (2021, Entrevista) afirma que:

(...)currículo deveria vir de uma vivência, da experiência, deveria vir de um território. O Paulo Freire dizia isso. A gente precisa parar de olhar para cima, olhar para o norte. A gente tem que começar a olhar para a gente também, procurar os nossos, nossas referências(...)O currículo ele é muito importante, ele é vivo. Ele reflete o pensamento local, ele reflete território, ele reflete as influências do território. Ele reflete as lutas que são travadas ali no território. Ele reflete a vida. A vida ali daquela comunidade. Então, para mim o currículo tem que levar em consideração isso. (Dandara Zumbi, 2021, Entrevista)

Dando continuidade às manifestações, N'zazi (2021, Entrevista) salienta que, “Primeiro esse currículo deve entender o que é racismo.(...) hoje todo mundo fala muito em racismo estrutural e falam em racismo estrutural assim como falam em lugar de fala, sem entender muito”. De acordo com o seu relato:

(...) o conceito de racismo estrutural,(...) estou aqui resumindo, é perceber que o racismo não é exceção e sim, o racismo é regra. Então, o que faz uma pessoa que tenha compromisso real, não retórico, sobre a questão do racismo estrutural? Entende que aquele currículo vai ser racista de alguma forma, novamente citando Maria da Conceição Lopes Fontoura: “Tem que ter olhos de ver”. O que é “olhos de ver”? É perceber o racismo, onde as pessoas não percebem, perceber a discriminação onde as pessoas não percebem. Então um currículo que se pretenda ser inclusivo, ele precisa entender primeiro o que é

¹²² Parecer CNE/CP 003/2004 - Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Relatora), regulamenta alterações à LDB 9394/96 decorrentes Lei 10.639/03

racismo, explicar o que é esse racismo numa concepção contemporânea de racismo. As pessoas têm uma dificuldade de entender o racismo. E obviamente apresentar possibilidades de enfrentamento desse tema. Ou seja, entender que o racismo é questão técnica. Então não adianta ser pessoa negra e adorar a cultura negra e não aprofundar o conhecimento. Nós temos que ler os nossos teóricos, nós temos de ler nossas teóricas, inclusive as pessoas não negras. Tem pessoas brancas, Elisa Larkin Nascimento, Edward Telles, Lia Vainer Schucman, por exemplo. São pessoas brancas que dedicam anos, décadas de estudo, Carlos Hasenbalg, para compreender a questão racial e apresentar propostas antirracistas. Então, um currículo que se pretenda, que tenha essa proposta, no meu ponto de vista, é em parte isso, entender que o racismo é a regra e construir o remédio para combater este racismo curricular. (N'ZAZI, 2021, Entrevista)

Ao considerar que a proposta de uma práxis pedagógica reparatória, tendo como foco o campo universitário, o relato de N'zazi (2021, Entrevista) recomenda como essencial identificar e considerar as variedades de manifestações do racismo no contexto da estrutura universitária. Desde o racismo explícito e tradicional no contexto cultural brasileiro, como também, às manifestações de versões mais sofisticadas, sutis que podem estar sendo adotadas no ambiente acadêmico e que igualmente trazem prejuízos a população negra ao se tornar obstáculo para o seu acesso e permanência. E com relação a isso, exemplifica em seu relato a partir de reflexões relacionadas a elaboração da grade curricular da universidade, a respeito afirma que:

(...)quando ela faz na sua grade curricular - nós estávamos falando de currículo - aula de manhã, de tarde e de noite. Não estou dizendo que a pessoa que sentou para fazer essa grade disse assim: "Vou tirar pessoas negras, ah, ah, ah!", não é isso. Agora é óbvio que o resultado é tirar pessoas negras, porque as pessoas negras trabalham, as pessoas negras não têm pai e mãe para bancar. Então estão dando para pessoas ricas, mas pessoas ricas são pessoas brancas no Brasil, não são pessoas negras, nós somos poucas. Então um diretor, um servidor, um conselho universitário que tem essa preocupação de inclusão, tem por obrigação construir uma grade curricular para oportunizar que pessoas que trabalhem possam estudar. Agora, tem que entender a manifestação do racismo, o racismo faz muito tempo que deixou de ser colocar no tronco e dar chibatada. O racismo é um processo de poder que ele vai privilegiar pessoas brancas de várias formas. Inclusive acredito eu, juro que sim, não é cinismo, nem ironia, que inclusive de forma não intencional, mas irá. Por quê? Porque a sociedade é pensada nessa perspectiva. (N'ZAZI, 2021, Entrevista)

No relato de PretAriana (2021, Entrevista) com relação ao currículo sobressai que, "a questão curricular não deixa de abranger a questão estrutural da universidade,

sem contar a questão pedagógica, as práticas em si(...)Agora, em termos pedagógicos, a universidade precisa querer inserir para que isso se amplie”. A preocupação com as consequências da falta de uma prática decolonial e plural no meio acadêmico também é apresentado por Dandara Zumbi (2021, Entrevista) em formato de exemplo, a partir de um fato observado em atividade realizada pela ANPED¹²³. De acordo com o relato:

Vi que tinha alguma coisa sobre a interseccionalidade, é um tema central na minha pesquisa. Eu fui assistir, eram três homens. Um era indígena(...)O outro era um professor da universidade(...)E o terceiro era um homem gay(...).A última ANPED, em Niterói, eu assisti à palestra de Patrícia Hill Collins e de Nilma Lino Gomes. E a Nilma Lino fala isso, falou escancaradamente, “Olha a abertura dessa ANPED só tinha gente branca, não tinha uma pessoa preta na mesa de abertura”.(...) nesse ponto eu concordo com Aníbal Quijano, que ele diz, “que o nosso maior desafio é descolonizar o conhecimento”, porque do conhecimento vem o poder e o ser (DANDARA ZUMBI, 2021, Entrevista).

Martin Luther (2021, Entrevista), aponta a necessidade da reorganização curricular da totalidade da sociedade, “Reorganizado a partir da sua realidade”. No seu relato declara que, “se ela não consegue ser organizada a partir da sua realidade, ela necessita de um modelo, aí sim professores, doutores, mestres, que estão na academia, precisam projetar isso como um modus, como um modelo social”. Sugere que o currículo observe o percentual da população negra, menciona que sua Unidade Federativa de origem tem trinta por cento da população negra, “Então no currículo do ensino médio, na organização da universidade, na organização social do poder público, trinta por cento do currículo tem que obedecer à cultura e a manutenção da forma pedagógica dessa população”. Para ressaltar a importância de referenciais identitários na reorganização da estrutura educacional e da sociedade, e apresenta dois exemplos:

(...)você entra na sala do reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e naquela sala, se eu levar a minha filha (...), sem a presença de ninguém, eu falo: “filha, me descreva a pessoa que dirige essa universidade e que está dentro dessa sala que você não conhece, mas me descreva o que está no teu pensamento”. Ela vai dizer em primeiro lugar que é um homem, em segundo que ele é branco, deve ser descendente de alemão, ou de polonês, ou de italiano, ou de

¹²³ Encontro organizado pela ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação)

português. Você está entendendo? Não precisa ter nenhum quadro, nenhum referencial dessa pessoa no local, porque foi naturalizado que quem detém o poder no espaço decisório desses lugares, são essas pessoas. (...) Vou te dar um outro exemplo, (...). Na pandemia, todo mundo fechado, eu saio com [*menciona duas crianças de onze e três anos*], vamos no mercado para comprar salgadinho. Chegando no mercado, (...) sai três policiais da Polícia Rodoviária Federal, três mulheres armadas, com a farda, totalmente imbuídas do poder que a sociedade institui. Minha filha, ao olhar fala: “Nossa, três policiais mulheres papai”. E andando vamos nos dirigindo a elas - “Oi agentes, boa tarde, olha, minha filha está impressionada, quer dar parabéns para vocês” - pois colocaram a mão no coldre, assustadas. A minha filha, olhou para mim, e disse: “É assim que é o racismo, né, papai?”. Eu falei, filha depois a gente conversa sobre (MARTIN LUTHER, 2021, Entrevista)

Parece fundamental e de consenso, que o exercício profissional docente universitário exija o domínio do conteúdo específico da área de conhecimento. Sendo assim, uma proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa necessita de um currículo que prepare o docente para a atuação e igualmente, um currículo o qual será usado como ferramenta pelo docente para a efetivação dessa proposta. São dois momentos de formação que apresentam especificidades teóricas e prática, metodológicas e didáticas. Porém, é essencial não descartar a possibilidade de que o domínio de um conteúdo não reflita a capacidade e o ambiente educacional necessário para transmiti-lo. Porque requer, também, vontade política. Segundo Paulo Freire educar é um ato político, porque “não há prática educativa que não se direcione para um certo objetivo, que não envolva um certo sonho, uma certa utopia” (FREIRE, 1994, p.163). Isto significa que, nossas escolhas educacionais estão envoltas pela defesa de uma concepção de mundo que se busca materializar pelas práticas pedagógicas.

Quando falamos em educação, diversidade, pluralidade, ao ponderar pedagogicamente uma práxis negra reparativa, é necessária atenção para a existência do plural na pluralidade. O que demanda pensar a pluralidade de processos históricos de dominação, de escravização, de discriminação, suas sequelas e os seus desdobramentos nas trajetórias individuais e coletivas. Isto é, identificar a como esses processos se materializam em obstáculos educacionais e em que grupos sociais estão majoritariamente presentes e de posse dessas informações buscar propostas pedagógicas, estratégias, ações curriculares, que permitam a superação dos obstáculos identificados.

Usando de analogia é possível comparar o currículo com uma ponte semântica na perspectiva de Honneth (2003), isto significa que ele permite a coesão de agentes do campo universitário em torno de uma intencionalidade de conteúdos, temáticas e perspectivas políticas e históricas. E com isso sedimenta as condições para a construção de uma ação pedagógica coletiva e para o resgate de um patrimônio simbólico pela agregação de valores a um conjunto de elementos que caracterizam a história, a cultura e o conhecimento, herdado de negras/os/es pela sociedade brasileira.

4.5.3 Relações interpessoais e combate ao racismo

Em todas as categorias de análise que antecedem essa, é possível observar nos relatos exemplos e vivências da manifestação do racismo no espaço social e no campo universitário. Dessa forma, esses relatos colocam-se como testemunhas ocular, fornecendo prova testemunhal e oral da ação do racismo no campo acadêmico. O que reforça que pensar uma práxis pedagógica universitária negra reparativa no campo universitário, não se restringe a aprovar legislações, mas exige de modo igual, ponderar o combate ao racismo também no contexto das relações interpessoais e institucionais no campo universitário. Sendo que as relações interpessoais aqui examinadas correspondem a atitudes preconceituosas, ou discriminatórias em relações entre indivíduos que caracteriza práticas sociais de reprodução do racismo histórico-estrutural antinegro e as designações pejorativas ao seu fenótipo. E as relações institucionais equivalem ao modo de agir, a organização, a proposta pedagógica e a política institucional que reforça relações sociais de poder e dominação racializadas, as quais mantêm e reforça as desigualdades resultantes do racismo histórico-estrutural.

As reflexões presentes nessa categoria de análise são concebidas a partir de uma perspectiva de racismo histórico-estrutural, o qual expressa a constituição do *habitus* racializado considerando um cenário histórico macrossocial. Equitativamente, ao ter como referência relatos que retratam a manifestação objetiva e subjetiva do racismo histórico-estrutural, do *habitus* racializado, expressa a observação do racismo em práticas sociais, no comportamental interpessoal e institucional, estabelecendo uma relação com o exteriorizar do racismo no espaço do microssocial. Na mediação entre elementos situados no microssocial e no macrossocial, os trechos transcritos

expõe subjetividade, intersubjetividade, *habitus* e disposições sociais no contexto de um grupo específico com relação a vivência em ambientes permeados pelo racismo e a busca de mecanismos de superação da subordinação a relações de dominação e poder racializadas.

Em resumo, refletir na intersecção entre o microsocial e o macrosocial a respeito de relações interpessoais e combate ao racismo no campo universitário, remonta ao,

(...)processo de choque entre as duas classes, inicialmente durante o regime escravista (senhores e escravos) e, posteriormente, entre as classes dominantes e os segmentos negros dominados, discriminados e marginalizados, que iremos encontrar explicação para essa realidade e, inclusive, para o grau de discriminação cristalizado no racismo (eufemisticamente chamado de preconceito de cor) por grandes parcelas da população brasileira que introjetaram a ideologia das classes dominantes. (MOURA, 2019, p.84)

No tópico “3.2.2 Campo Movimento Negro brasileiro”, a partir de uma conjugação teórica é explicitada algumas características do campo Movimento Negro brasileiro. No tópico “3.2.2.6 Capital específico do campo e disputa por posições”, expressa-se o capital específico do campo, o qual é pautado por ações e postura política de combate ao racismo. Desta forma, o campo Movimento Negro brasileiro tem como atributo um capital antirracista. Ao adentrar no campo universitário, descrito nessa tese no tópico “3.2.1 Campo universitário”, o agente do campo Movimento Negro, ou o discente que adere a esse grupo específico na universidade assumindo uma postura diversidade ativa (tópico “3.2 CAMPOS: INTERPRETAÇÃO E INTERSECÇÃO”), estabelece uma luta por posição considerando o seu *habitus* de origem caracterizado pela luta antirracista. Esse processo de deslocamento, ponderando o processo histórico da aprovação da legislação de cotas, é permeado pelo conflito e pela luta por reconhecimento, antes, durante e após o ingresso no campo universitário do agente do campo Movimento Negro brasileiro. Isso devido a que, no “nível do ensino superior, a desigualdade inicial das diversas camadas sociais diante da escola aparece primeiramente no fato de serem desigualdades representadas” (BOURDIEU, 2018b, p.16). E que, o “sistema universitário em seu estado anterior tendia a assegurar sua própria reprodução produzindo mestres dotados de características sociais e escolares quase constantes e homogêneas” (BOURDIEU, 2017b, p.188).

O relato de Hamilton Cardoso (2021, Entrevista), PretAriana (2021, Entrevista) e Dandara Zumbi (2021, Entrevista), são exemplos de como o ambiente universitário pode ser hostil aos que adentram pela política de ações afirmativas, motivada por uma perspectiva racializada no campo universitário que exclui a representação negra. E nos quais consta que:

Inclusive, eu já fui até, digamos, de certo modo, perseguido por uma pessoa que acreditava que eu estava por cotas. Eu estava num lugar e o sujeito - “ah, essas pessoas que entram por cotas na instituição, não sei o quê...” - Então qual é o olhar que a instituição tem, se o corpo discente pensa isso. (CARDOSO, 2021, Entrevista)

E aí a gente chega na universidade, a gente só vê pessoas brancas em geral. A gente tira pela USP, por exemplo, em São Paulo. Eu citei, por exemplo, a doutora Eunice Prudente, a primeira professora negra a se estabelecer da USP. De lá para cá, quantas professoras negras ou quantos professores negros nós temos na USP? (...) E a gente sabe que isso é um sofrimento muito grande, porque essas relações interraciais, ou interpessoais, elas estão cada vez mais complexas. A gente tem notícias de alunos que se suicidam nas universidades públicas. Notícias recentes. Agora eu fico pensando do grau de sofrimento dessas pessoas, pensando em mim lá atrás, que não estudei numa universidade pública e todas as dificuldades que eu tive com meu cabelo, eu tinha mais cabelo na época(...)nem sempre tendo tempo para cuidar, entrando de manhã cedo na instituição o tempo todo percebendo pessoas tirando sarro¹²⁴ do cabelo, tirando sarro da forma como você se veste, da forma como você calça. Então, é tudo muito complicado, o sofrimento das pessoas não brancas é infinitamente superior, mediante toda toda essa estrutura que está aí. Que não permite que a gente,(...)mesmo tendo alcançado a possibilidade legal,(...)a instituição não permite que isso ocorra de forma tranquila.(...) Eu acho que é muito difícil uma pessoa negra manter relações pessoais dentro desses espaços de ensino. Até porque o mundo universitário ele não foi para nós. (...) eu lembro quem me levou por exemplo,(...) para conhecer a USP. (...) era uma pessoa branca(...) E para eu entender aquele mundinho universitário foi muito complexo, (...)a USP é aquela coisa longe. Quer dizer uma universidade pública estadual longe, completamente longe das minhas expectativas acadêmicas, como são até hoje. E foi há pouco tempo que nós tivemos notícia de um rapaz que se suicidou num daqueles espaços. (...) eu acho que a academia ela já traz uma proposta assim (...)muito distante dessa necessidade que a gente tem de congruência. E que a população negra traz tradicionalmente, que é aquela coisa da solidariedade.(...) A gente sabe que a gente tem que trabalhar por nós. Trabalhar cantando, sofrer cantando, que é para amenizar as nossas dores. No mundo universitário, no mundo acadêmico, nem sempre um aluno como esses que se suicidaram, eles encontraram a oportunidade de ter uma aproximação com a outra pessoa.(...)Mas a gente sabe que a luta ela foi árdua, e agora é que nossos nomes, Carolina de Jesus, (...)estão se firmando nos diversos espaços, na

¹²⁴ Ação de caçoar, zombar, zoar outra pessoa.

própria academia. Imagina em dois mil e cinco eu citar um autor negro, eu quase era linchada, linchada em sala de aula. (PretAriana, 2021, Entrevista)

(...)tem que ter um grupo que pensasse eticamente sobre os próprios pares.(...)Tem uma professora (...) ela vira para uma estudante (...) ela vira e fala: “O que você está fazendo aqui, roubando a vaga de um jovem?”. Uma mulher negra, a mulher, a estudante, era uma mulher negra de sessenta anos. A estudante levantou, ela ficou tão chocada que ela saiu chorando da sala. E as colegas saíram com ela e convenceram ela a ir na direção fazer uma queixa formal contra essa professora. Foi feita a queixa, pergunta se andou, pergunta se houve alguma punição. Não houve. E existe uma série de assédios morais que não vão adiante,(...) tem uma professora que está sofrendo um assédio horrível.(...) ela é uma mulher negra.(...) Nem a transferência para outro campus ela não conseguiu. Então é muito difícil, mas a gente não pode baixar a guarda, a gente tem que continuar brigando. (DANDARA ZUMBI, 2021, Entrevista)

Anteriormente, no tópico “3.2.1 Campo universitário”, foram apresentadas algumas características do campo universitário. Nesse conjunto de características considera-se como parte de uma nova circunstância no campo universitário a presença de novos agentes inseridos com a política de ações afirmativas e com alguns motivados pela luta por posição a partir de um capital de seu campo de origem. O que produz uma nova configuração nas disputas pelo capital do campo universitário e novas possibilidades de conflito. Visto que, a conquista da política de ações afirmativas provém de um enfrentamento histórico à força de conservação da marginalização social racial negra no acesso à educação superior, estabelecido no espaço social e no campo universitário e determinante no campo jurídico e político. Esses novos agentes no campo universitário, enquanto grupo específico, travam uma luta contra um *habitus* social racializado de dominação e poder que materializa um pacto da branquitude (BENTO, 2022) acadêmico e epistemológico. E com isso, impulsionam a luta de contra reprodução do racismo histórico-estrutural, estabelecendo as condições no conflito para o movimento dialético. O enfrentamento pautado pela perspectiva da contra reprodução do racismo é uma luta, no contexto acadêmico, contra um processo histórico de exclusão de um patrimônio simbólico negro e de uma epistemologia de base africana e afro-brasileira. E do mesmo modo, a reivindicação de respeito e dignidade no processo de ensino-aprendizagem.

Em função disso, esses agentes do campo Movimento Negro brasileiro, caracterizam uma das vertentes de uma força de subversão em disputa por capital simbólico que permita as condições para contestar a força de conservação do racismo

histórico-estrutural. E em sintonia com essa percepção teórica exposta no tópico “3.2.1 Campo universitário” e “3.2.2 Campo Movimento Negro brasileiro”, os relatos apresentados nessa categoria de análise exemplificam a questão do conflito no campo universitário na perspectiva dialética, a luta por reconhecimento e a prática social de um grupo específico, enquanto apresentam sugestões de enfrentamento ao racismo.

Com relação a esse enfrentamento e luta antirracista, Amílcar Cabral (2021, Entrevista) em seu relato recordou o papel de resistência assumida pelos coletivos negros de discentes a partir da implementação da política de ações afirmativas nas instituições universitárias. Ele também destacou a sua percepção referente a postura do Movimento Negro com relação a política de ações afirmativas após a aprovação da legislação referente a essa temática. E elencou alguns elementos do histórico de luta desses discentes negros, no campo universitário.

Eu acho que uma repercussão positiva das políticas afirmativas foi essa(...) Nós tivemos um período que sobretudo os estudantes negros que entravam, um percentual, um grupo desses estudantes que entrou via políticas de cotas, se mostraram muito aguerridos dentro da universidade. Os coletivos de estudantes negros dentro das universidades, tiveram papel muito importante, seja na denúncia, seja no questionamento dos professores, na exigência de alteração de algum currículo. Eles mesmos levando para dentro da universidade algumas referências bibliográficas, alguns referenciais teóricos. (...) essa questão da denúncia das fraudes que estavam acontecendo com relação às políticas afirmativas. Foram os estudantes que denunciaram que estava havendo fraude. E muitas universidades tiveram que investigar, teve algumas que cassaram a matrícula de estudantes brancos que entraram por cotas. Muitas criaram a banca de hétero classificação, de hétero verificação.(...) mas isso basicamente são os estudantes. Juntamente com um, ou outro professor negro, com um núcleo de estudos lá, mas basicamente é coletivo de estudantes que fez, que faz essa pressão política. (...) depois da sanção da Lei 12.711, o próprio movimento deu uma resfriada com relação a isso. O movimento dialoga pouco com universidade no sentido assim. Tem alguns espaços, alguns ativistas que adentra a universidade, aos limites da universidade, mas não com a questão política. Muitas vezes eles são chamados mais como informantes privilegiados, do que como uma questão política. Mas eu acho que o movimento deu uma resfriada. É preciso a gente entender isso, entender por quê. Mas também tem essa grande fragmentação, porque eu acho, (...)a Educafro hoje, por exemplo, é a organização do movimento negro que mais foca a questão da educação. Mas os outros, não sei, ninguém está discutindo isso, eu não vejo nenhuma discussão, nenhuma, (...). Por exemplo, porque assim, vamos deixar para os pesquisadores negros pensar isso e aí a gente fica só no âmbito da pesquisa científica e não transforma esses achados, essas informações em ações políticas(...). Parece que acomodou tudo, a lei acomodou tudo, poucas críticas com relação à lei, ao desenho da

política afirmativa, que a lei sancionou. Houve poucas críticas. E o que eu percebo, a minha percepção é de que houve uma acomodação, ficou bom para os brancos conservadores, ficou bom para os negros ativistas, militantes, para os pesquisadores, eu acho que ficou bom, quero dizer entre aspas. Então houve poucas críticas e eu acho que houve uma acomodação sim. E a única grande mobilização que eu houve nos últimos tempos foi de estudantes negros denunciando as fraudes na política afirmativa dentro das universidades. (AMÍLCAR CABRAL, 2021, Entrevista)

Mesmo reconhecendo a potencialidade e ação de luta dessa representatividade negra discente, organizada enquanto grupo específico, Amílcar Cabral (2021, Entrevista), enfatiza que existe uma luta pelo quantitativo na universidade, que permanece atual e necessária para a defesa de posições antirracista no campo universitário. Segundo seu relato:

É muito complicado a gente falar do ponto de vista que eu estou falando aqui, do ponto de vista sociológico, tem que levar em consideração o quantitativo, não só o qualitativo(...). Do ponto de vista sociológico nós não estamos dentro da universidade ainda. Nós estamos como estudantes, hoje, por exemplo, tem políticas afirmativas nas pós-graduações. Mas a gente não está dentro da universidade ainda. Vamos pegar as universidades no universo do corpo docente, são algumas pessoas que além de ensinar também administra a universidade. Estão nos conselhos, estão nas reitorias, nós ainda somos poucos. É muito pouco, ter um ou dois dentro dessas estruturas faz com que essas pessoas não tenham muita força política para ir para o embate. Aí, claro vão preferir mais a negociação, a tentativa do diálogo, do convencimento. Mas a gente, já foi provado que existe brancos sensíveis, existe aliados nossos na luta antirracista, mas a gente sabe que existe um grande conservadorismo dentro do segmento branco que está dentro da universidade. E eles não estão dispostos a cederem, não estão dispostos a abrir mão desses lugares, desse lugar de privilégio, de decisão, socialmente reconhecido. Então a luta é muito árdua acho que precisa, esse é um alerta, a gente precisa se organizar. A gente precisa fazer com que mais gente entre, mais negros e negras, entre para dentro da universidade como docente. Aumentar o percentual de negros e negras dentro como docentes, dentro das universidades. Porque do jeito que está, do jeito que está representado a universidade, com maioria branca conservadora, é muito difícil alterar o currículo, fazer política de permanência, valorizar saberes negros e teóricos negros. Então, eu acho que enquanto ficar com um, dois professores lá, fica sobre controle, nem todo mundo fica controlado. Então assim, eu acho que por exemplo, nós temos uma Associação de Pesquisadores Negros e Negras, a gente precisa pensar politicamente essas questões,(...) Por exemplo, aqui (...), os colegas, os professores negros que eu conheço, eles optaram por participar desses espaços.(...)eles estão nas pró-reitorias, nesses conselhos, nesses espaços de decisão. Então é um trabalho muito mais político, de convencimento, talvez de negociação. Mas, eu sou meio pessimista com relação a isso. Porque, desde a minha tese, da defesa, da escrita da minha tese, quando eu percebi

que um grupo fazia uma oposição, que não era uma oposição pública, aberta, mas uma posição silenciosa, uma oposição sutil, que tinha uma sutileza, mas uma oposição às políticas afirmativas muito forte. Apesar de sutil, mas forte. Porque era um grupo de estabelecidos, nós estamos tentando entrar, essas pessoas estão estabelecidas. As pessoas estão estabelecidas, então fica muito mais tranquilo para elas repor os quadros, para elas articularem posições políticas dentro da instituição, para elas transitarem dentro da sua instituição, do que para nós que estamos chegando. (...) Eu acho que vamos ter que fazer outro tipo de pressão política. Talvez, primeiro mudar o governo. Eu acho que mudar os governos, eu acho que nós só vamos avançar um pouco mais quando nós tivermos o governos mais democráticos, com mais tendência para o campo de esquerda. Nós estamos vivendo aí um momento de fechamento total.(...)por exemplo, quando, sobretudo pensando em universidades federais, quando você tem um governo com tendências mais a abertura democrática, acontecem modificações do ponto de vista legal, que permite a pressão política no espaço, no campus. Então, a coisa é de ordem política mesmo. Tem que fazer, alguém tem que falar, alguém tem que denunciar, tem que ir para denúncia. (...) Não adianta mover só um aspecto, tem que mover todo o conjunto. E a esperança é isso, na medida que os negros e negras, que a população negra conseguir ter mais negros e negras formados, na pós-graduação, doutores, mestres, pós-doutorado, enfim, começa essa pressão. Começa a pressionar, a fazer essa denúncia de exclusão da população negra do corpo docente das universidades. Para que a gente consiga constranger esse povo a abrir. Eu acho que é um processo político. Que exige uma construção, não é uma construção fácil. Mas a gente tem espaço para isso, eu acho que ABPN¹²⁵ é o espaço para isso, enfim, os NEABs¹²⁶ são espaços para isso. Porque a gente sabe que as articulações, elas não se esgotam no âmbito, nas fronteiras das universidades, elas são sempre expandidas. Então, há redes que conectam várias universidades. Essas redes, nós precisamos construir essas redes, também. Eu acho que a gente tem que participar desse jogo, desse jogo do poder acadêmico, científico. (...)por exemplo, a gente sabe que hoje tem muito poucos negros nas fundações de fomento de pesquisa científica, CAPES¹²⁷, CNPq¹²⁸, muito poucos negros. Então as políticas não vão ser para nós, as decisões ainda não são para beneficiar também nós. Então eles fazem política para eles mesmo. O Brasil tem esse corte racial que perpassa tudo e infelizmente são eles com o poder, eles estão no poder de decidir. Então é um processo muito longo de conversa, de ação, de fortalecimento mútuo, de solidariedade para a gente ocupar esses espaços.(...) eu sou otimista na ação, no estágio que nós estamos não tem retrocesso, nós temos que avançar. Acho que não dá para voltar para trás, abandonar tudo. (AMÍLCAR CABRAL, 2021, Entrevista)

Angola SJP (2021, Entrevista) igualmente reforça alguns elementos apresentados por Amílcar Cabral (2021, Entrevista) como a importância de uma

¹²⁵ Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)

¹²⁶ Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros.

¹²⁷ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

¹²⁸ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

legislação e que ela seja observada pela instituição, a existência de um pacto da branquitude e a manutenção de relações de poder e dominação racializadas como obstáculo ao acesso da população negra a determinados espaços educacionais e sociais. Seu relato expõe a complexidade das relações interpessoais e o quanto ela está situada na base de uma estrutura racista. E chama a atenção para a agressividade e a violência presente na prática social racista, registrando que:

É difícil. Porque a gente está conversando também dessa condição de pessoas que estão num determinado patamar e preferem continuar lá, e não deixar com que outras se aproxime, se aproxime(...) Só que ao mesmo tempo é complicado porque eles fazem parte de um sistema que perpetua essa condição, essa subalternação dessa população,(...). Eu acredito que o caminho seria na questão de leis, que as leis realmente se cumprissem. Nossa como é difícil(...) porque a pessoa que faz o ato de racismo eles são agressivos. E nós que sofremos com essa porcaria de racismo nós temos, geralmente, temos a filosofia de paz. Pelo que eu vejo na população que participa comigo, nós utilizamos a filosofia da paz para combater o racismo. E o racismo ele vem com uma filosofia de agressão. Ou seja, muitas vezes quando a pessoa faz a denúncia, a pessoa que pratica o racismo, ela além de praticar o racismo às vezes acaba agredindo (...)às vezes acaba fazendo coisas piores. Então, é uma amordaça invisível. (ANGOLA SJP, 2021, Entrevista)

E diante do questionamento com relação ao combate ao racismo, de imediato Akanni (2021, Entrevista) lembra que precisa ser, “algo que melhore as interações entre nós, pessoas negras na universidade, um ponto de encontro para a gente (...), eu mesma não tive tantas amigas negras dentro da universidade”. A sugestão, no contexto da perspectiva teórica dessa tese, recorda a necessidade do fortalecimento das relações a partir de um grupo específico, como forma de autodefesa diante da hostilidade da manifestação do racismo. A recomendação de Akanni (2021, Entrevista) é que a própria instituição contribua no combate ao racismo com a,

Criação de espaços internos na universidade que tenham como objetivo congregar negras/os/es acadêmicos e fomentar a participação da comunidade negra no pensar e repensar do espaço objetivo, subjetivo, intersubjetivo da universidade. Um espaço, construído de forma horizontal, coletiva, com consulta. (AKANNI, 2021, Entrevista)

É um relato que evidencia a preocupação de Akanni com o fortalecimento das relações entre os membros da coletividade negra no interior do campo universitário. Relato, segundo o qual afirma que, “a gente sempre pauta a questão da rede. Acho que a rede tem que estar forte, é a rede que provaria ao grupo dos professores que

precisa de mais professores negros” (AKANNI, 2021, Entrevista). A busca de mais elementos a serem acrescentados a resposta Akanni conduz a indagação a respeito da instituição possuir condições de criar um espaço de interações e uma rede de fortalecimento da população negra no espaço acadêmico, ao que é apresentada a seguinte resposta:

(...)acredito que é possível, mas uma tarefa de um processo, lento, gradual, que exige um grande investimento não só de energia, mas de projeção desse futuro. Ir construindo isso em grupo e saber trabalhar em grupo, para construir isso. Diferente do modelo que a gente chega lá está posto. (AKANNI, 2021, Entrevista)

Ao passo que Hamilton Cardoso (2021, Entrevista) expressa a necessidade de, “ocupar a universidade. No sentido, eu olho muito para a extensão sabe, de trazer a comunidade para dentro da instituição. E que a instituição incentive essa relação, essa troca de vivências”. Somando ao ponto de vista de Hamilton Cardoso (2021, Entrevista), Pepita (2021, Entrevista), PretAriana (2021, Entrevista) e Sula (2021, Entrevista), expressam a necessidade de:

(...)ocupar maciçamente as universidades. E quando eu digo maciçamente as universidades, eu estou também me referindo mais as universidades privadas, elas recebem financiamentos federais e se sentem a dona de como vão gerir um negócio. Eu acho que a gente tem que ocupar as universidades privadas e enegrecê-las. (PEPITA, 2021, Entrevista)

Mais caras pretas, professores negros. Que as universidades permitissem de uma forma mais abrangente, a entrada de professores pretos, professores, professoras. O próprio corpo discente, não só o corpo docente, o corpo discente. (PretAriana, 2021, Entrevista)

(...)a partir do momento em que, há a inserção do negro dentro da universidade, as pessoas começam também a conviver e se aceitar. Tem que ser uma coisa muito natural. Se eu chego, eu acabei de entrar na universidade, na minha sala temos negros, brancos, várias etnias, aquelas várias etnias vão conviver juntas, é uma coisa natural isso para mim. Agora, se você chega numa sala em que só tem branco e de repente aparece um negro, a pessoa já estranha, caramba, aquele ser um ser diferente daquele mundo, é um ser dentro de um mundo só de brancos. Então essa inserção é importante(...) Gente, no Brasil não tem como ser assim, por que nós temos muitos negros no Brasil. Então por que dentro da universidade não vai ter muitos negros? Por que na televisão não vão aparecer muitos negros? Então, essa realidade está sendo mudada e tem que ser mudada assim, nesse sentido. (SULA, 2021, Entrevista)

E dando continuidade ao seu raciocínio, Hamilton Cardoso (2021, Entrevista) demonstra a preocupação com a possibilidade de uma folclorização da representatividade negra e questiona o papel do branco na luta antirracista ao afirmar que:

(...)eu percebo que existe, às vezes, aquele professor, aquela professora que é lembrado, eu acho isso muito ruim, nas datas comemorativas no 20 de novembro, no mês da consciência negra. Quer dizer, uma forma folclórica, isso é ruim. (...) Aí chama o fulano, o ciclano, que é negro, negra, mas a pessoa branca não é chamada para a responsabilidade, eu não estou falando de culpa, eu estou falando de responsabilidade. Então um território, eu vou chamar de território em disputa, é o processo formativo. Eu estou enfatizando a formação continuada como mecanismo, como a estratégia de desconstruir formas de reprodução de preconceito e fazer processos formativos voltados não apenas sobre, exemplo a realidade do negro no Brasil, mas o papel da branquitude na desconstrução do preconceito e discriminação racial (HAMILTON CARDOSO, 2021, Entrevista)

Quando se desloca a atenção para o relato de N'zazi (2021, Entrevista) de imediato realiza como introdução a sua resposta elementos harmônicos com o relato de Hamilton Cardoso (2021, Entrevista) com relação ao papel da branquitude no combate ao racismo:

(...)existe um racismo institucional, mas eu estou falando desse racismo que estruturou o inclusive próprio conceito de instituição. E, obviamente, quando o racismo é praticado por uma instituição, nós estaremos falando de racismo institucional. E como na relação pessoal tratar isso? Não tem uma outra forma, senão as pessoas brancas entenderem seus privilégios simbólicos, materiais e para além de entender, tentar romper com isso. É o mesmo processo que eu tento fazer cada vez mais, de desconstrução do meu machismo. Não há como nós acabarmos com o machismo, com a LGBTfobia se os homens não identificarem as formas do seu machismo e se nós heteros não entendermos as formas da nossa LGBTfobia.(...) se nós levamos isso para a questão racial, as pessoas brancas urgem entenderem o seu comportamento, porque(...)não existe racismo reverso, pelo amor de Deus. Então quem faz racismo são pessoas brancas, então o racismo é feito por pessoas brancas, com ou sem intenção. Então, cabe as pessoas brancas se entenderem como racistas, entenderem que não é namorando homem negro ou mulher negra que deixou de ser racista. Da mesma forma que nós homens, casados com mulheres, não deixamos de ser machista. Então por isso que o conceito de branquitude é interessante, porque se o conceito de negritude que é essa construção, essa percepção e mais do que isso, uma concepção política e identitária de disputar o universalismo da humanidade. (...) Então não vejo como na relação interpessoal nós avançarmos se nós não colocarmos cada vez mais, disputarmos essa compreensão das pessoas brancas. As pessoas brancas precisam entender a importância de ter uma mulher negra como colega num

doutorado e o que isso vai agregar a ela como pessoa. A importância de termos chefes pessoas negras, as pessoas brancas serem subordinadas a pessoas negras. A importância de nós termos pessoas negras em determinados postos de decisão, ou seja, de poder e de prestígio. Ou a gente vai permanecer perpetuando essas relações de dominação e subalternidade, privilegiando o grupo racial dominante. (N'ZAZI, 2021, Entrevista)

No tocante ao processo formativo, mencionado no relato de Hamilton Cardoso (2021, Entrevista), ressaltando a sua importância como ferramenta de combate ao racismo e o papel educativo da instituição universitária, Spike Willian (2021, Entrevista) propõe outro desdobramento diante da ação racista, e declara acreditar que:

(...)a universidade ela pode ter mecanismos didáticos pedagógicos para que as pessoas possam refletir de maneira mais profunda sobre essas práticas, acho que isso seria um caminho para além da gente. Aí volto para a questão curricular e tudo mais, que é importante. (...) que quando esses casos ocorram, que não seja apenas um encaminhamento meramente jurídico da pessoa, sei lá, ser punida, tomar uma suspensão e eventualmente..., eu nunca vi alguém ser expulsa da universidade, mas sei lá, tem que pagar cesta básica, coisa assim. Isso não vai nos fazer avançar em nada. Então acho que a universidade pode investir em mecanismos institucionais que faça a pessoa refletir a fundo e que não se trate de uma relação punitiva apenas, mas sim de reeducação, acho que seria, pensando alto, um caminho (SPIKE WILLIAN, 2021, Entrevista)

Entretanto, Amora (2021, Entrevista) julga necessário “Criar comissões dentro da universidade, pessoas capacitadas, habilitadas, que quando ocorrer um evento danoso desses, que o aluno não se sinta abandonado, nem perdido”. A seu ver, a ação jurídica também é um fator educativo, por isso não descarta o seu uso quando identificada uma prática interpessoal e institucional racista. Desta forma, inclui a própria instituição universitária como parceira e impulsionadora em uma frente jurídica de combate ao racismo. Essa compreensão de Amora permite evocar Medeiros (2016, p.25) que em sua obra considera essencial o entendimento do significado usual do termo justiça. Segundo a autora, usando como referência Norberto Bobbio, a justiça baseada em dois significados clássicos constitui uma associação entre legalidade e relação de igualdade. E citando Bobbio, a autora registra que “a alteração da igualdade é um desafio à legalidade constituída, assim como a não-observância das leis estabelecidas é uma ruptura do princípio de igualdade do qual a lei se inspira” (MEDEIROS, 2016, p.25). Quanto ao relato de Amora (2021, Entrevista) nele declara que:

(...)tem que ter um setor, uma comissão de prevenção e de combate, de ajuda, assim rápida. Tem os advogados, assim como existe a assistência judiciária dentro das universidades, deveria haver uma assistência judiciária para combater o racismo dentro da universidade. Prontos ali, aconteceu isso, não consegue se comunicar presencialmente mas online, já está ali o registro. Que diretamente chegasse à reitoria. A reitoria, não poderia ficar fora disso, combater isso imediatamente, essas coisas não pode deixar para ontem. Eu acho que as pessoas iriam se sentir mais seguras, mais protegidas, os acadêmicos. E aquelas pessoas que também ousassem em pensar em fazer, iam pensar talvez, duas vezes, não vou fazer porque tem medidas aqui de segurança.(...)seria um avanço, uma evolução dentro das universidades, mostrando que realmente as universidades vêm com esses princípios de educação, de libertação, de igualdade, nos seus códigos internos, nas suas leis, nas suas diretrizes.(AMORA, 2021, Entrevista)

Complementando, a proposta de estrutura institucional de apoio ao combate ao racismo, Pepita (2021, Entrevista) destaca a importância do acolhimento às vítimas e igualmente, que não se permita a ocultação dos casos de racismo. E a respeito disso, registra que:

Eu acho que a universidade deveria se propor a ter um departamento que acolhesse diversidade de fato, os alunos que se sentissem psicologicamente abalados por alguma situação, ou outra, existente de homofobia (...)machismo(...)que tivesse uma repercussão com os casos de racismo que surge na universidade e que passa batido. E que a universidade não vê que não tem um lugar que possa ser acolhido, ter uma escuta sensível ao fato. (PEPITA, 2021, Entrevista)

No prosseguimento, somando aos elementos apresentados, outro ângulo presente nos relatos retoma a importância do docente em uma ação antirracista e a necessidade de um compromisso com a luta antirracista. Nessa perspectiva, Pepita (2021, Entrevista) afirma que:

É por isso que lá no iníciozinho da nossa conversa, eu te disse que não basta somente ser uma pessoa negra, mas tem que ser uma pessoa sensível, que não seja capitã e capitão do mato para fazer o serviço que as instituições racistas historicamente querem.(...) é nesse sentido que eu digo que não basta só termos números, nós temos que ter pessoas sensíveis com a realidade, com a história, com uma mínima militância, porque senão acaba fazendo um desserviço. Então para mim, isso é pautar o currículo pedagógico. Isso é pautar a questão pedagógica, sabe. A gente poder ter uma didática que ela começa não só formal, mas material.(...) a pessoa afro-brasileira que detém o conhecimento passando um conhecimento técnico, que vem agregado com ela, (...)a bagagem do ser afro com ela junto(...)eu acho que a gente tem que ter professores comprometidos. Eu acho que a gente tem que ter professores aptos. Eu acho que a gente tem que ter professores selecionados. Eu acho que esses professores têm que ser

professores que dialogam com o movimento negro. (PEPITA, 2021, Entrevista)

Bourdieu (2019), ao ser questionado a respeito da diferença entre campo e aparelho apresenta uma resposta que pode contribuir com as reflexões que estão sendo realizadas. Ele responde que, “Um campo se torna um aparelho, quando os dominantes têm os meios para anular a resistência e as reações dos dominados” (BOURDIEU, 2019, p.130). O autor continua, tomando como exemplo as revoluções, em que “Faz-se como se bastasse apoderar-se do ‘aparelho de Estado’ e mudar o programa da grande máquina, para ter uma ordem social radicalmente nova” (BOURDIEU, 2019, p.130). E na sequência afirma que, “De fato, a vontade política deve contar com a lógica dos campos sociais, universos extremamente complexos nos quais as intenções políticas podem ser desviadas, retomadas. (BOURDIEU, 2019, p.130). A importância das citações mencionadas está no fato de lembrar que é característico do campo a disputa por posição e o conflito. O que faz da sabotagem também um desafio a ser considerado em uma proposta pedagógica. Lua Negra (2021, Entrevista) em seu relato reconhece que o primeiro obstáculo na luta contra o racismo pode ser exatamente o indivíduo que está diante de você, porque ele é parte do que se constitui como institucional. Lua Negra (2021, Entrevista) afirma que,

(...)eu penso que as pessoas deveriam ser reeducadas, tinha que ter tipo um termo de convivência. Respeite o outro. Tipo, cuida da sua vida deixa o meu cabelo em paz, deixa o meu *black*, me respeita enquanto ser humano. Você não é melhor do que eu. (...)Essa questão interpessoal é muito pessoal na verdade, cada um tem a sua educação, então teria que ter mesmo um termo para você respeitar o outro (...) na verdade, é quem está ali naquele setor é que não permite que o outro suba(...), aliás a sua concepção racista com certeza, não permita que ela suba, (...) Então passa muito por princípio, passa muito por criação, passa muito por respeito e por não ter uma punição quando você faz algo que não é politicamente correto para aquela pessoa que está ao seu lado. (...) Eu faço uma coisa bem sacana para a pessoa porque ela é negra, e não pago por isso. Se eu for lá e denunciar essa pessoa, não vai estar lá como racismo, vai ser injúria racial. Eu não vou ter como provar que aquela pessoa foi racista, porque o racismo é velado. Porque a própria pessoa que me recebe para fazer a denúncia já está do lado do outro, já me induz a colocar injúria racial.(...) teve um caso agora(...) ela foi no mercado e foi acusada de roubar,(...) Ela é negra e quem falou foi uma branca. Aí, eles quiseram revistar a bolsa dela. Mas como ela é professora universitária, como ela tem toda a questão racial, ela simplesmente não permitiu e começou a gravar. De onde isso, como que a pessoa fala aquela pessoa roubou (...), e vai simplesmente pedir para revistar a bolsa? Como? Querendo ou não, tem câmeras, para eles verem antes o que realmente aconteceu. (LUA NEGRA, 2021, Entrevista)

Com relação à vontade política, Maria da Luta (2021, Entrevista) e Maria Lopes (2021, Entrevista) lembra da necessidade de pautar o debate político na questão do racismo, dessa forma indica que é imprescindível:

(...)fazer a discussão política da construção do racismo. E reconhecer que o racismo, ele é uma estratégia da estrutura de estado para a manutenção dessa forma que está colocada desigual. Então a gente precisa fazer essas discussões. Para fazer a discussão, algumas pessoas irão ficar incomodadas. É por isso que a gente precisa atacar no campo político e dizer: “olha”, assim como as pessoas falam para a gente: “não é nada pessoal, mas você precisa entender isso”. E precisa, as pessoas vão ficar incomodadas, vão ficar chateada, vão achar que a gente está forçando a amizade, vão fazer cara feia. Pois é. Mas, a gente precisa trazer a discussão e colocar, você pode não ter contribuído, mas a partir de agora você tem a informação e é importante você saber o que você vai fazer com essa informação. Porque para acabar com isso e para acabar o desconforto inclusive, a gente precisa que as pessoas se posicionem.(...) Não vai ser fácil, porque quando você começa a fazer a discussão do racismo, a coisa fica difícil. As pessoas ficam incomodadas.(...) E isso implica em posicionamento nosso. A primeira coisa é um posicionamento nosso e é um entendimento de quem a gente quer do nosso lado, senão não vai mudar. (MARIA DA LUTA, 2021, Entrevista)

Eu quero dizer que eu não vejo dificuldades de se fazer essas discussões dentro do espaço da universidade para que se melhorem as relações, porque a universidade é um espaço de conhecimento, é um espaço de construção de conhecimento. (...) o Chico Buarque tem uma música que diz assim: “inútil dormir porque a dor não passa”. Então, se a pessoa ficar quietinha, não é pelo fato de não falar no racismo existente na universidade que ele vai deixar na verdade de ocorrer. Tem que haver essa discussão, principalmente no momento em que a gente tem essas políticas de reparação e que muitas vezes a gente percebe servidoras, servidores públicos das universidades, tanto docentes, como técnico- administrativos, manifestando atitudes racistas. Então é fundamental a discussão, saber que nós estamos numa instituição, e que como é instituição ela tem que ter o papel de instituição pública, tem que ter o papel de receber a todos. (...) As pessoas não são obrigadas, por exemplo, a gostar de mim. Mas elas têm que manter o respeito pela minha pessoa. (...) e no mínimo assim, que as pessoas entendam que estão ali e aquele espaço é espaço plural, é universidade, é um universo que tem que estar ali e tem que estar ali representado e respeitado. Então é isso, não é fácil, não. Não existe nada fácil, mas impossível não é. (MARIA LOPES, 2021, Entrevista)

E para finalizar, Ita (2021, Entrevista) expõe seu ponto de vista com relação às relações interpessoais e o combate ao racismo, levando em conta o papel do currículo e a necessidade de repensá-lo, a partir dessa perspectiva.

(...)as relações interpessoais na universidade, elas vão se apoiar, vão ter como sustentáculo o racismo estruturante da sociedade. Some-se a isso, os interesses pessoais, somos indivíduos e aí tem que pensar em subjetividades. As relações interpessoais vão passar pelas subjetividades, pelos interesses pessoais,(...) Porque se eu ponho lá meu projeto político pedagógico, nos meus pressupostos teóricos filosóficos que eu defendo a igualdade, que a educação é para todos, que isso, que aquilo, que Gramsci disse, que Fanon disse, que não sei quem disse, desculpe o não sei quem. Qual é o meu grau de fidedignidade a isso que eu defendo. Ou está lá só porque tem que estar lá, porque assim que eu aprovo o plano. E o que é esse aprovar um plano? Como é que essas relações intersubjetivas, interpessoais, se dão nesses momentos com os privilégios existentes, ou não existem? Há que se pensar. (...)Como é que nós, se isso for importante, como é que a gente pode contribuir para que essas coisas se tornem mais equilibradas? O currículo pode pensar nisso? Talvez precise, também. O currículo é uma coisa muito difícil. Muito difícil, mas eu acho que uma das coisas que precisa pensar no currículo, como é que os processos culturais estão presentes, mesmo que não estejam escritos. E o que a gente faz com eles, no currículo? (ITA, 2021, Entrevista)

Os relatos de imediato permitem perceber que a igualdade conquistada juridicamente não reflete de imediato em mudanças na prática social. As relações interpessoais atravessadas pelo racismo, mesmo no campo acadêmico, permanecem pautadas por uma ideologia que remonta ao Brasil ao século XV. Arcaico, retrógrado, parte do campo universitário cultiva as relações de poder e dominação racializadas, constituindo castas em que a constituição brasileira não é concebida como elemento comum e homogêneo aos denominados cidadão brasileiro. Assim, solidariedade social, desenvolvimento coletivo, relação humana universal, direitos humanos, não configura para uma parcela acadêmica como conhecimento válido, ou questão epistêmica.

Por outro lado, ainda permanece marcante, com base nos relatos, o estágio ideológico de parte do campo universitário e a necessidade, em nome de uma qualificação democrática, de romper com uma ignorância epistemológica, com a absolutização de um conhecimento colonial. Mas, como registra Bourdieu, “Há história enquanto houver pessoas que se revoltem, que façam história” (BOURDIEU, 2019, p.130). E os relatos expõem uma luta antirracista no interior do campo universitário que é porta-voz de possibilidades de mudança. É importante ressaltar que, a incapacidade de romper com um racismo histórico-estrutural no campo universitário, limita o desenvolvimento social e científico do país, cria barreiras a possibilidade de

uma ampla cooperação social na busca de diagnósticos e soluções para a natureza dos problemas da sociedade brasileira.

4.5.4 Aspectos organizacionais

Nessa categoria de análise entende-se como aspectos organizacionais o fluxo de informações, as reuniões e espaços colegiados, o ambiente físico e a infraestrutura. Considera-se a importância de uma atenção aos aspectos organizacionais de uma instituição universitária pelo fato de que os vínculos estabelecidos, as relações interpessoais, o *eidós* e o *ethos* e até mesmo a *hexis*, dentro do campo universitário podem ser reforçados pela qualidade ou fragilidade dos aspectos organizacionais. Sendo assim, a proposta nessa categoria de análise é pensar o ambiente educacional na sua amplitude como um elemento de reforço a uma práxis pedagógica universitária negra reparativa.

Ao ponderar as características de um ambiente educacional que tenha como perspectiva a intencionalidade de contribuir para garantias da qualidade do processo de ensino aprendizagem podemos pensar em alguns elementos, como, por exemplo, “Silêncio, atenção e concentração. Carteiras escolares ergonomicamente apropriadas, boas condições de visibilidade do professor e do quadro negro. Salas arejadas, iluminadas convenientemente e com temperatura agradável” (ALVES, 2007, p.1). Ao mencionar a necessidade de examinar o ambiente educacional na sua amplitude, provoca a necessidade de se pensar levando em conta o ponto de vista de uma proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa. Por se tratar, nesse caso, de um ambiente plural e acadêmico, explorar as possibilidades de organização exige uma postura de diálogo, de intencionalidade pedagógica, para intermediar a relação entre estrutura disponível no campo universitário e a comunidade acadêmica.

A elaboração e efetivação de uma práxis pedagógica universitária negra reparativa passa pelo fortalecimento de condições favoráveis à pluralidade social, o diálogo, a inclusão e a democracia, o que envolve também o repensar de um ambiente educacional e sua variedade de determinantes. Segundo Hamilton Cardoso (2021, Entrevista) “a instituição ela existe dentro de um território(...)esse território é ocupado por pessoas(...), ela precisa estar preparada para a multiplicidade de sujeitos”. Nesse sentido, na organização da instituição universitária e no seu projeto político pedagógico institucional, a teoria e a prática precisam constituir uma relação

indissociável. E as relações interpessoais, educacionais e de ensino, precisam de um ambiente organizacional, que permita nutrir parcerias em busca de novas possibilidades de relações sociais, que sejam capazes de questionar e romper com relações históricas de dominação, de poder e exclusão social. No entanto, isso também exige que no ambiente educacional (físico, humano, pedagógico, político), que os aspectos organizacionais sejam pensados a partir de um ângulo antirracista, de uma intencionalidade inclusiva. Segundo o relato de Ita (2021, Entrevista):

A universidade é uma instituição, extremamente burocrática. Segundo alguns estudiosos a nossa colonização de ordem majoritariamente portuguesa, nos legou uma burocracia mais complexa, difícil de romper com algumas lógicas. E talvez a universidade precise compreender essa instituição, esse legado burocrático e promover essa transformação com vistas, com os olhos voltados, com a mente voltada, com o coração voltado, para o processo escravista que foi imposto. A forma de reparação, por parte da instituição universidade me sugere que passa por aí. Essa universidade competitiva, que incentiva disputa e competição. Que nos seus processos de eleição de gestores, de reitores, etc., é extremamente competitiva, faz uma política de competição, sem se atentar, me parece pelo que eu olho daqui de longe e vejo, sem atentar para a sua função precípua que é a educação. Educação pública. Educação pública, inclusiva, participativa. A reparação, se constrói com estes instrumentos no caso da instituição universidade.(...)É preciso que a instituição se componha no arcabouço reparatório, de reparação, de ruptura com os processos excludentes, com os processos racistas, com os processos que negam a presença da sociedade com todos os seus elementos sócio, histórico, culturais. Essa instituição para ser um instrumento de reparação vai ter que romper com tudo isso. Sua constituição institucionalizada, sua constituição organizacional complexa, deverá levar em conta seu objetivo de promover a reparação aos excluídos historicamente.(...) Se a universidade quer se comprometer com esta perspectiva, a alternativa é essa. Parar, sentar, olhar, dizer, ouvir, desdizer e apresentar a proposta. (ITA, 2021, Entrevista)

O relato de Ita (2021, Entrevista) expõe os desafios estruturais, epistemológicos e comportamentais colocados diante de uma instituição universitária que se proponha a romper com o racismo em sua perspectiva teórica e prática de ensino-aprendizagem. E PretAriana (2021, Entrevista), expressa exemplos do entorpecimento de representantes do campo universitário com relação à dor e ao sofrimento de segmento marginalizados socialmente, e o quanto isso representa um obstáculo para as políticas públicas de perspectiva antirracista. Com isso, seu relato traz implícito uma reflexão a respeito da vivência democrática e a sua descaracterização pela falta de empatia com as manifestações de desigualdades sociais brasileiras, com como pode ser observado na sequência.

(...)Nós sabemos que as mudanças são proporcionadas por pessoas. As pessoas devem querer mudar. A estrutura está aí, mas alguém promoveu essa estrutura. Precisa hoje, nós precisamos de pessoas que queiram mudar, queiram promover mudanças. Eu acho que principia daí. As pessoas devem querer que as coisas avancem.(...)Mas eu acho que a palavra-chave é inclusão, elas precisam querer incluir. Nós falamos de estrutura, nós corremos atrás, nós conseguimos aprovar as cotas. (...)Acho que a mudança só pode ocorrer se nós entrarmos para esses conselhos, principalmente, pessoas como nós, com a nossa forma de pensar, para que a gente consiga desestruturar de alguma forma esses padrões.(...)eu me lembro de uma professora, eu não vou citar o nome aqui. Eu lembro de uma professora branca, já bem idosa, eu me lembro dela dizendo que ali, na USP, naquele departamento de medicina, não era lugar para qualquer um, dentro do contexto que estava sendo abordado naquele momento trazido pela EDUCAFRO e por outras representações daquela mesa.(...)E ela sendo daquele departamento, ela não queria. Ela disse com todas as letras que ali não era lugar para qualquer um. Ora, uma universidade pública paga com nossa força de trabalho. Sem falar dos impostos, sem falar dessa coisa toda que nos é imposta. Então assim, é doloroso, é difícil as veias não saltarem.(...)Mas ao mesmo tempo, até quando se fala em democracia. Eu não quero ficar repetindo chavões. Mas, eu fico aqui pensando, de que democracia nós estamos falando? Nós que somos assassinados, uma mulher grávida vai visitar a avó de repente, “bang!”¹²⁹. E mata aquela moça¹³⁰ linda, sabe, com o bebê na barriga. Meu irmão morto com cinco tiros pelas costas(...)Mataram, achei o corpo, achamos o corpo no lixão(...) Então, sem querer romantizar e sem querer mudar o foco, quando a gente fala de universidade, universidade pública, eu acho que nós resta a luta.(...)No momento em que nós estivermos nesses espaços de poder, político, educacional, político-partidário, educacional, etc., aí nós vamos poder promover essas mudanças. (PretAriana, 2021, Entrevista)

A manifestação de PretAriana (2021, Entrevista) provoca a reflexão com relação à constituição das representações nas instâncias colegiadas em um contexto de desigualdades sociais, econômicas e educacionais, com é o Brasil. Partindo desses elementos de desigualdades, e considerando a luta atual travada em defesa do acesso da população negra a educação superior, é possível supor que essas instâncias têm ainda na sua maioria, ou totalidade, a branquitude herdeira do acúmulo de capital econômico, social e simbólico, resultantes das relações sociais de produção de bens e status racializadas, as quais permeiam a origem e a história do Brasil. Assim sendo, essas instâncias estão sujeitas a reprodução de relações de dominação e

¹²⁹ Palavra “Bang” tem origem no inglês e significa “estouro”, usada no contexto da entrevista para simular barulho de tiro.

¹³⁰ Referência ao assassinato da designer Kathlen Romeu, 24 anos, grávida. Mulher negra que morreu na tarde do dia 08/06/2021, após ter sido baleada com um tiro de fuzil no tórax, durante uma operação da Polícia Militar do Rio de Janeiro na comunidade Lins de Vasconcelos. Em 2022 as investigações indicavam que os disparos foram realizados por policiais.

poder racializadas. Ou seja, estão propensas a reprodução do racismo e a refutação de prismas sociais antirracistas, em função de um *habitus* racializado.

Em uma apreciação com relação à autonomia universitária, próxima das questões expostas por PretAriana (2021, Entrevista), Spike Willian (2021, Entrevista) enfatiza que:

Mas, em termos de legislação, estatuto da universidade, muita coisa deveria ser repensada no que rigorosamente quer dizer quando se diz democracia universitária, em uma universidade que tem liberdade e autonomia para investir no seu próprio programa, no seu próprio projeto de ensino e de pesquisa. Eu acredito que no modo como ela está, não vejo muita possibilidade de pensar em reparação. Eu acho que contenção de danos é o máximo que a gente pode fazer. (SPIKE WILLIAN, 2021, Entrevista)

O relato de Akanni (2021, Entrevista), ao ponderar a respeito dos aspectos organizacionais, sugere que, “poderia ter mais paridade”. Com o que concorda Sula (2021, Entrevista) ao afirmar que “tem que haver sempre um representante negro”. Com isso, ambas ressaltam a importância da representatividade negra na estrutura organizacional, sendo apresentada uma defesa da paridade raça/cor (categoria IBGE) na instituição universitária. Quanto a isso, Maria Lopes (2021, Entrevista) também apresenta a sua contribuição que consta no relato apresentado na sequência.

(...)se a gente não está lá ele é um espaço que (...)não vai ficar em preto, ele vai ficar em branco. Então é fundamental a participação, por exemplo, no conselho universitário. O conselho universitário tem setenta, acho que setenta e sete representantes, é sempre um titular e um suplente. Nesse momento só tem uma dupla negra, onde tanto a pessoa que é titular como a suplente é pessoa negra, que é a de duas técnicas- administrativas,(...)Então, é fundamental buscar estar presente nesse momento e também levar a fala que incomoda. E se a gente não puder estar em maior número, que a gente tenha parcerias, parcerias de pessoas brancas que não precisam se pintar de preto como tinha antigamente o *blackface*, que eram os artistas brancos pintados de preto, mas eles têm que ser parceiros da temática, da discussão. Então, estar no conselho universitário, estado CEP¹³¹, estar na representação dos discentes tanto na graduação quanto na pós-graduação, nas diferentes unidades têm os seus centros acadêmicos, é fundamental estar nesses espaços.(...)Olha, enquanto as pessoas negras precisarem estar gritando pela construção de um país justo é fundamental que a gente também se disponibilize. Não é obrigação as pessoas negras, (...)nem todas estão abertas para essa participação mais é fundamental. Porque senão, se a gente não estiver lá com a nossa voz, com certeza temas que são de interesses da comunidade negra, das pessoas negras, não vão ser tocados. Porque às vezes a

¹³¹ Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

peessoa, agora como a Djamila¹³² escreveu o lugar de fala, tem uns que querem se esconder atrás disso - Ah, não, mas não é o meu lugar(...) tu não precisas falar como uma pessoa negra, mas falar como uma pessoa que quer um país justo. E aí, no país justo, as pessoas negras que são maioria precisam também estar presente na universidade(...). (MARIA LOPES, 2021, Entrevista)

Reforçando o ponto de vista de Akanni (2021, Entrevista) e de Maria Lopes (2021, Entrevista) com relação representatividade negra na estrutura organizacional, N'zazi (2021, Entrevista) acrescenta novos elementos para o pensar da adoção de políticas de ações afirmativas em todas as instâncias do espaço universitário. E igualmente, relaciona algumas ações das instituições universitárias usadas atualmente para ludibriar a política de ações afirmativas. Em seu relato salienta que:

Eu acho que é central as cotas em todos os espaços da universidade. Em todos os espaços. Veja bem que a cota racial é a primeira política pública real, material, com possibilidade de mobilidade social e de mudança social.(...) E veja quanto já enegreceu as universidades, eu brinco que nós sempre fomos únicos nas universidades, sejam elas particulares ou públicas, ...e hoje tem grupos dissidentes dentro de um grupo. Em determinadas universidades nós temos vários grupos, por exemplo, de psicólogas negras, de psicólogos negros, que já não são convergentes ou que pensam diferentes. Mas que bom, as pessoas brancas sempre tiveram esse privilégio, nós por sermos únicos não tínhamos nem com quem divergir. Hoje a gente pode divergir, que bom que a gente possa divergir. Porque o pensamento único sempre foi uma burrice. Então que bom que tem vários outros grupos. Para essa tua pergunta, eu vejo, por exemplo, o conselho universitário, que é um lugar estratégico, não pode ser tão somente branco. Eu lembro quando ocupamos a UFRGS em vários espaços para a construção das cotas raciais, lá em dois mil e cinco se eu não me engano. O conselho universitário foi contra as cotas,(...)a gente teve que negociar uma questão horrorosa que tem na UFRGS, que é a necessidade da pessoa negra ser negra e inclusive pobre. E construiu a cota para pobre, ou seja, as pessoas brancas têm a vaga universal e tem a cota social. Porque nós não estávamos no conselho universitário.(...) Então a única possibilidade, minha amiga é que essa universidade perceba a necessidade de fazer o que Harvard¹³³ faz. Harvard só é Harvard, porque ela trabalha não só, para além do multiculturalismo, num interculturalismo, não é à toa que ela é o que é, porque ela coloca asiáticos, negros, indígenas, travestis, tem políticas públicas para pessoas do grupo LGBT. Exatamente porque são várias vivências, várias formas de ver o mundo analisando o mesmo objetivo. E obviamente que se a gente coloca várias pessoas com várias experiências de vida, com vários olhares, analisando o mesmo objeto, vão ter “N” saídas para determinada crise ou proposta. Então não vejo outro caminho senão pensarmos em multifacetar os espaços da universidade, (...) Não dá para pensar também o combate ao racismo

¹³² Djamila Taís Ribeiro dos Santos (Djamila Ribeiro)

¹³³ Harvard University

sem a interseccionalidade de gênero, Lélia Gonzalez já falava isso, e nós ensinou isso há muitos anos atrás. Então é necessário também pensar uma perspectiva de espaço de homens negros e mulheres negras nesses espaços, de direção, espaços de FG¹³⁴, ou seja, espaço de poder de decisão. Os espaços de poder e decisão de qualquer instituição que queira ser não racista, que queira ser progressista, ou o nomezinho bonito que quiserem dar, tem que obrigatoriamente investir na multiplicidade de espaços para pessoas negras e pessoas indígenas, se os indígenas assim quiserem. (...) Eu tenho provocado que as ações afirmativas de cunho cotista racial, elas estão dando de forma obrigatória um novo olhar para um processo administrativo. Primeiro nós temos, essa é uma outra discussão, estamos falando nada mais, nada menos, do que de direito administrativo, porque nós estamos falando de universidade pública. Nós estamos falando daqueles princípios, o famoso princípio, famoso limpe¹³⁵ do direito administrativo, ele tem que ser pensado numa outra perspectiva, hoje. Que as ações afirmativas têm que ser pensadas do início ao fim. Eu participei de relatórios, por exemplo, na Defensoria Pública do Estado (...) que notou que tem cotas raciais desde dois mil e quatorze e as pessoas negras não estavam entrando. Por quê? Porque o processo apresentado pela defensoria pública do estado, e isso, esse engodo não é só da UFRGS. Este engodo, no que se refere aos espaços públicos, ele tem sido um engodo em várias instituições, porque elas pensam a cota racial e não pensam ação afirmativa. Porque é muito mais ampla a ação afirmativa, ela é direcional, ela é fundante, ela é basilar a ação afirmativa, ou seja, a compreensão de uma ação afirmativa. Então, não adianta você colocar vinte vagas para a pessoa negra no concurso público sem pensar todo o processo do concurso público nessa perspectiva de ação afirmativa. E é isso que falta à UFRGS. E é isso que falta a Defensoria Pública do Estado. E é isso que falta aqui, falta a maioria das instituições. (...) é uma briga de interpretação do direito mesmo. É uma briga hermenêutica, que quando existe uma vaga só, porque isso é uma outra saída para não ter cota racial, essa cota seja para a pessoa negra. E aí claro, todo mundo, “mas não”, - mas como não nós estamos falando de ação afirmativa. Mas durante todo o processo de chamamento para profissionais, se der a vaga universal, não tem cota racial. Então estrategicamente, os caras já colocam uma vaga só, porque daí não tem cota racial. Então o que nós temos que fazer? Bom, se existe concursos públicos na UFRGS, desde sei lá(...)ainda utilizando a UFRGS como exemplo, mas qualquer outra instituição. Só entraram pessoas brancas, está resolvido o problema de interpretação está no momento de entrar uma pessoa negra, ou uma pessoa indígena, só isso. Então, se essa vaga é única, se tiver uma vaga única, essa vaga é para ação afirmativa. E como é que nós vamos pensar a ação afirmativa? Vamos pensar ações afirmativas de quantas pessoas lá tem, bibliotecário geralmente uma vaga só, cargo de bibliotecária. Então, quantas bibliotecárias negras tem na UFRGS, ou seja lá aonde for? Nenhuma. Então a próxima vaga vai para uma pessoa negra, é simples. Agora, tem que ter uma compreensão disso que estou falando, de ação afirmativa de cunho cotista racial. Porque senão, a

¹³⁴ Funções Gratificadas

¹³⁵ A sigla faz referência aos princípios da gestão pública brasileira que é a **L**egalidade, **I**mpessoalidade, **M**oralidade, **P**ublicidade e **E**ficiência.

gente vai levar mais quinhentos anos dizendo que tem cota racial e aí, olha a sacanagem do racismo, aí a culpa é da pessoa negra. Ah, não, porque tem cotas vocês não entravam, a gente aceitou a cota racial, agora tem cotas e vocês não estão entrando. Só um pouquinho do porquê a cota ainda está sendo um engodo.(...) Então, esses servidores precisam compreender o racismo nas suas mais variadas formas de manifestação e propor ajustes estruturais para a superação do racismo, em toda a estrutura(...). (N'ZAZI, 2021, Entrevista)

Dandara Zumbi (2021, Entrevista), também concorda com a necessidade da representatividade negra no espaço universitário, nas instâncias colegiadas. Porém, faz questão de exemplificar as dificuldades enfrentadas para que a representatividade negra esteja nesses espaços. Seu relato demonstra a contraposição entre a necessidade da ampliação da representação negra e os mecanismos de barragem a realização desse objetivo, e com relação a isso comenta que:

(...)eu participei da última articulação que a gente fez para botar a gente da gente no conselho, no consun que é o conselho universitário. A gente conseguiu colocar uma porque era do núcleo de pesquisa. Então ela entrou através de um núcleo de pesquisa. Mas eles se articulam muito bem, eles tomam todos os espaços. Eles não abrem os espaços porque sabem que são espaços de representação política forte.(...) O que eu quero dizer a você é que é uma luta para chegar a esse espaço de representatividade.(DANDARA ZUMBI, 2021, Entrevista)

Maria da Luta (2021, Entrevista), diante do reconhecimento da dificuldade da garantia da representatividade negra nos espaços de decisão e poder no campo universitário, remete a sua sugestão para o investimento em uma política de convencimento. Sua sugestão tem como foco uma atuação no espaço da intersubjetividade do campo universitário e na busca de mecanismos para fortalecimento de pontes semânticas que permitam parcerias antirracistas no interior do campo. Segundo o seu relato é preciso,

(...)ter uma estratégia política de convencimento. Você está me entendendo? Porque veja, nessa estrutura complexa que você falou, teoricamente a gente tinha que ter pessoas em todos os lugares, fazendo esse trabalho, se interseccionalizando na conversa. Que se percebesse que essas intersecções, essa interseccionalidade ela é importante.(...) a gente precisa fazer o convencimento de muita gente. E nós precisamos disso, estarmos imbuídos disso.(...)E aí, a gente buscar parcerias, buscar o convencimento daquelas pessoas que estão lá, porque para elas saírem de lá ainda vai levar muito tempo.(...) eles são em número muito maiores do que nós. Mas quando a gente consegue ir buscando essas parcerias, a gente caminha.(...) a gente precisa fazer esse convencimento político deles, entendeu. Porque a lealdade você consegue, a lealdade política dessas pessoas.(...) Então

eu penso que dentro da universidade a gente precisa ter uma estratégia de convencimento também(...) essa estratégia nós temos que pensar que atinja essa população não negra e que ela compreenda que esse privilégio dela ele não é legítimo. (MARIA DA LUTA, 2021, Entrevista)

A importância das alianças também está presente no relato de Amílcar Cabral (2021, Entrevista), segundo o qual:

(...)eu estudei em três universidades,(...)As duas universidades que implantaram políticas afirmativas com recorte racial, tiveram como aliados o reitor, ou vice-reitor, ou o pró-reitor. Então assim, todas as universidades que conseguiram implantar políticas afirmativas com recorte racial, tiveram gente da administração como aliadas. Foram ações que tiveram protagonistas negros, professor, docentes e discentes, dentro das universidades. (AMÍLCAR CABRAL, 2021, Entrevista)

Além do manifestado anteriormente, Akanni (2021, Entrevista) com relação aos espaços das instâncias colegiadas, apresenta as suas dúvidas com relação ao funcionamento desse espaço. E sugere a elaboração de um instrumento que garanta o fluxo e a disseminação de informações com relação ao funcionamento das instâncias colegiadas. Sua proposta ressalta a importância da garantia de um fluxo de informações, o que é estratégico para a organização dos segmentos internos da instituição universitária. Visto que, o conhecimento de procedimentos, finalidades, rituais de instâncias decisórias permite o planejamento antecipado de estratégias e a avaliação das possibilidades de pontos de intervenção. E, em caso contrário, o desconhecimento privilegia apenas os já estabelecidos e experientes com relação aos rituais e dinâmicas do campo universitário. No que diz respeito a isso, em seu relato afirma que:

(...)reunião de colegiado e outro universo ainda, que a gente ainda não entendeu o que é decidido. Qual é o protocolo todo ano, de quantos em quantos anos tem que renovar o PPC do curso? Acho que quando a gente chega no curso, seria bacana um momento de explicar isso. (AKANNI, 2021, Entrevista)

No que se refere a temática em pauta, Pepita (2021, Entrevista) é perseverante na defesa da relevância das instituições privadas serem chamadas a colaborar na luta contra o racismo, considerando as políticas de ações afirmativas. E igualmente, propõe que seja feito um amplo acompanhamento das instituições universitárias para gerar dados de avaliação da efetividade das políticas de ações afirmativas. Da mesma forma, Antônia Cândida (2021, Entrevista) defende a representatividade e lembra a

importância da ação coletiva na implementação de uma proposta ou política educacional. E ilustra a questão da ação coletiva declarando que, “No plano de gestão, diz que tem que fazer, não diz que é A, B, ou C, ou D, que tem que fazer”. E conclui, afirmando que “Então, é uma responsabilidade de toda a universidade, as ações afirmativas(...)Está lá no Plano de Desenvolvimento Institucional(...) é compromisso de toda a universidade, de todas as instâncias, não só de fulano”. E Antônia Cândida (2021, Entrevista) dedica parte de seu relato para destacar a relevância dos compromissos com a afro-reparação também, estar presente no arcabouço documental produzido pela instituição universitária, com detalhes do planejamento para atingir os objetivos desejados. Com relação ao mencionado Pepita (2021, Entrevista) e Antônia Cândida (2021, Entrevista), registram que:

Então, eu acho que fazer uma política pública também nas instituições privadas, com relação a essa questão, acho que seria fundamental. Porque tem muitos *lobby* e a gente tem que quebrar esse *lobby*, a gente tem que quebrar esses privilégios de amiguinho do fulano, a gente tem que fazer com que a diversidade de fato exista. Tem que ter uma estatística, um estudo, tem que ter um monitoramento, uma prestação de contas. Quantos negros tem na graduação do direito, quantos negros tem na graduação de pedagogia? Quantos professores negros temos aqui, quantos professores negros estavam no departamento? Quais são as bolsas de estudos que foram doadas para o mestrado, doutorado, para especialização? Qual é a cor desse estudante? Qual é o gênero, é homem, mulher, heterossexual é intersexual, homoafetivo?(...) a gente quer saber mais sobre essas pessoas. Qual é a classe econômica que estão situadas essas pessoas? A gente quer saber, porque se tivesse esse monitoramento, a gente saberia se as políticas públicas de fato estão chegando. (PEPITA, 2021, Entrevista)

Eu acho bem complicado, por essa estrutura da universidade ser tão complexa, ter essa composição de conselhos superiores, administração central e as unidades. E os conselhos com as câmaras também.(...)eu penso que o ideal seria representatividade, obviamente. A representatividade nessas instâncias tanto de conselho, quanto administrativas.(...)Mas, para além da representatividade, até porque a gente tem exemplos de pessoas negras em postos de gestão que pouco contribuíram, pouco se expuseram na luta antirracista. Então acho que (...)talvez a busca de uma afro-reparação devesse estar nesses registros como planos de gestão, planos de política institucional, os projetos, planos pedagógicos dos cursos. A garantia de que tenha essa disputa, essas condições nesses documentos institucionais. Claro que para isso, o ideal seria que tivessem também pessoas engajadas, tanto pessoas pretas, pardas, indígenas nesses conselhos, mas também aliados. A gente tem contato muito mais com aliados do que com pessoas pretas lutando por isso. (ANTÔNIA CÂNDIDA, 2021, Entrevista)

Sula (2021, Entrevista), busca na sua vivência acadêmica um exemplo de espaço institucional que acredita ter contribuído para a sua formação universitária e na contribuição a luta antirracista. Conforme seu relato:

Na época(...) formaram uma cadeira de estudos afro-brasileiros. Lembrei o nome da professora, Carmen Tindó¹³⁶, maravilhosa. Feito uma cadeira, em que a professora Carmen Tindó era titular (...) eles começaram a trabalhar essa inserção na universidade. Então, a partir do momento em que você insere nas universidades, nas escolas, esse conceito, o que é, qual é a história realmente e como que tudo se deu aqui no Brasil da cultura negra, (...)eu acredito, que pode diminuir um pouco esse pré-conceito. (SULA, 2021, Entrevista)

Assim como Sula (2021, Entrevista), Amílcar Cabral (2021, Entrevista) e Amora (2021, Entrevista), mencionam exemplos de espaços institucionais que podem auxiliar na gestão da política de ações afirmativas e no combate ao racismo. E Amílcar Cabral (2021, Entrevista), destaca a importância de mesmo tendo espaço voltado às ações afirmativas, de se manter uma articulação que garanta a manifestação das posições defendidas pelos discentes. Nesse sentido, Amílcar Cabral (2021, Entrevista) e Amora (2021, Entrevista) registram o seguinte em seus relatos:

(...), por exemplo, tanto na UFMG, como na UFPR, eu sei que tem uma superintendência de política afirmativa¹³⁷, que é também uma conquista, porque é um espaço dentro da gestão para cuidar disso. Às vezes, quase sempre está ocupado por um professor negro, mas a gente sabe o que é um dentro de uma estrutura. Então os posicionamentos dos estudantes são muito importantes eu considero que é uma repercussão positiva. (AMÍLCAR CABRAL, 2021, Entrevista)

Porque como eu falei, existem as AJG¹³⁸ dentro das universidades, que trabalham com as ações cíveis, trabalhistas, constitucionais, etc. Mas, dentro da universidade nesse setor, poderia implementar esse tipo de ajuda. Teria dentro da assistência judiciária gratuita, com os próprios acadêmicos fazendo a proteção daqueles mais vulneráveis. Não só para os negros, mas também outros grupos de pessoas que também são discriminadas dentro das universidades. (AMORA, 2021, Entrevista)

E Maria da Luta (2021, Entrevista), menciona a importância da presença negra em instâncias como as agências de financiamento e fomento, como a Capes. Mas,

¹³⁶ Carmen Lúcia Tindó Ribeiro Secco

¹³⁷ Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD) na UFPR.

¹³⁸ Assistência Judiciária Gratuita - AJG

pauta a sua resposta priorizando a atuação dos NEABs¹³⁹. De acordo com Ratts (In: PEREIRA e SILVA, 2009) entre os anos de 1980 e 1990 tem origem os Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, os quais estão relacionados com o Movimento Negro contemporâneo e a sua base acadêmica. Suas características iniciais remetem aos grupos de estudos e discussão de jovens negros acadêmicos dos anos 1970. Em 2004 a denominação Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros é incluída no texto do Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana). E igualmente, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. A Resolução CNE/CP nº 01/2004 reconhece os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros no contexto da estrutura universitária e a sua competência para subsidiar planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino. Posteriormente, a Resolução nº 14, de 28 de abril de 2008 pertinente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, voltado a assistência financeira para ações de formação inicial e continuada de professores e elaboração de material didático no Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (UNIAFRO), apresenta uma definição de NEABs e a obrigatoriedade da sua existência para o acesso a financiamentos. Em 2009 o "Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana", inclui os NEABs e suas atribuições no processo de implementação das diretrizes. Posteriormente, os NEABs passarão também a serem designados, em instituições de educação superior, como Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos em função da aprovação de orientações e legislações educacionais que influenciaram a sua atuação. Desta forma, os NEABs surgem e ocupam um espaço de intersecção e diálogo entre pautas do campo Movimento Negro brasileiro, o campo universitário e as políticas públicas antirracistas com influência nas instituições universitárias e na Educação Básica. O que possivelmente gera

¹³⁹ O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e o seu papel na luta por reconhecimento de negros(as) foi abordado na minha dissertação, que teve como foco de análise o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos (NEAB) da UFRGS (ALVES,2017)

expectativas por parte do campo Movimento Negro brasileiro com relação a sua atuação. Expectativa essa, manifestada no relato de Maria da Luta (2021, Entrevista) em suas considerações a respeito do núcleo e do perfil dos que neles atuam. Assim sendo, com relação aos NEABs, comenta:

(...)agora eu estou aqui pensando(...) existe já dentro da universidade os centros, alguns lugares os centros de discussão, os NEABs,(...) A gente precisa saber como é que esses núcleos têm se estruturado, porque eu também tenho preocupação com o processo de cooptação que pode acontecer.(...) só porque nós buscamos por direitos, não significa que tenhamos que necessariamente sermos só o certinho, então pode haver a cooptação.(...) O que a gente precisa saber é se as pessoas que estão inseridas nesses espaços, se elas realmente representam o movimento. Por quê? Porque não basta que você tenha pessoas negras nos espaços, você precisa de pessoas que façam a intervenção e a discussão e a ação na coisa. Então, o que a gente precisa? A gente precisa de pessoas, que discutam a pauta inseridas nessas estruturas. (...) Não basta que a pessoa ela venha do movimento, ou que ela tenha o fenótipo(...) ela precisa estar preparada, ela precisa fazer a discussão política da coisa. Então, todas as pessoas que estiverem inseridas, elas precisam estar politicamente preparadas para isso. Elas têm que estar imbuídas de fazer essa transformação. E para isso, elas têm que ter leitura. Elas precisam ter leitura de mundo, elas precisam ter um projeto inclusive de sociedade, de querer que isso fique diferente, ou elas ficam confortavelmente cooptadas, e ficam ali, também não vão fazer nenhuma mudança. Penso também, que nós precisamos estar nesses espaços de decisão, nas Capes, nas reitorias, nesses bancos, nesses lugares de decisão de políticas. (MARIA DA LUTA, 2021, Entrevista)

A resposta de Angola SJP (2021, Entrevista) a questão proposta para essa categoria de análise, é uma mensagem de incentivo a participação de negras/os/es, nos espaços sociais dos quais foram historicamente marginalizados. Ressalta-se a participação nesses espaços sociais e no contexto da instituição universitária, como um processo de reconstrução da força de uma voz sufocada por uma opressão social histórica.

Começa pela apropriação, como foram apropriadas as nossas coisas. As pessoas afro-brasileiras elas devem se apropriar dos espaços. Infelizmente, a gente tem o costume e a cultura de não se apropriar. Não se apropriar dos altos cargos, haja o que houver, tentar chegar lá. Não se apropriar de cargos de legislativo, de judiciário. De não se ocupar dos conselhos, de se apropriar, de ir lá, fazer parte, para ajudar a construir. Então eu acredito que a princípio é fazer parte dessas ferramentas, que são as ferramentas que realmente debatem essas construções. Eu acredito que esse é o princípio para que possa fazer peso nessas decisões, para que possa buscar valer essa nossa voz.(...). É claro que muitas vezes a gente não chega da forma que a gente deveria, ou precisaria, mas as pautas estão sendo aos poucos

introjetadas. E uma das coisas, estava conversando com uma colega nossa de luta, de resistência, a Dirléia¹⁴⁰. E diz que: “a gente precisa contar a nossa história, porque quem conta a nossa história, quem conta as nossas necessidades somos nós”. (...) É claro que às vezes não vai acontecer no momento que a gente está lá, às vezes a gente não conquista nessa hora, mas somos o primeiro a dar o primeiro passo. De repente, outra pessoa vem, faz mais um pouco, coloca mais uma pedrinha, mais um tijolinho e vai construindo algo que é para uma população inteira, uma comunidade inteira. Porque quando a gente fala também de reparação e apropriação, é um bem comum. (ANGOLA SJP, 2021, Entrevista)

É importante considerar alguns elementos, ao ponderar os aspectos organizacionais da instituição universitária, a partir de um ponto de vista de uma práxis pedagógica universitária negra reparativa. Primeiramente, que o *conatus* de um agente é moldado a partir de variações de classes de origem, relações parentais e institucionais. E essas variações também constituem uma perspectiva de capital social, econômico, cultural e simbólico, e algumas dessas características podem ser herdadas e incorporadas como *habitus* e conseqüentemente, como práticas sociais.

Outra questão a ser considerada é que, o campo universitário, de modo igual, possui um capital e um *habitus* específico, produto do seu processo histórico. E que estes, estão mais próximos de determinadas classes sociais e posições ocupadas no espaço social. Isso provoca, aos agentes que estão mais distanciados da dinâmica, do capital e do *habitus* predominante no campo universitário, dificuldades e um esforço maior para a adesão à dinâmica e as exigências do campo.

De igual forma, o *eidos* e o *ethos*, respectivamente, esquemas lógicos e cognitivos de classificação de uma realidade, e esquemas morais e normativos assimilados a partir da prática social, são estruturados a partir de uma pluralidade de condicionantes sociais, que também estão associados ao processo histórico de constituição de classes sociais e posições no espaço social.

Igualmente a *hexis*, que reflete a internalização das práticas sociais no corpo biológico, sendo que esse biológico já possui ao natural uma diversidade de variações em função das características fenotípicas, é outro elemento a ser considerado. Primeiramente pela influência de fatores provenientes do biológico, de desigualdades sociais e culturais históricas, que influenciam a *hexis*. E em conseqüência disso, pelo

¹⁴⁰ Dirléia Aparecida Martins.

fato do *conatus*, o *eidos* e o *ethos*, nas suas variações sociais, constituírem possibilidade de fontes de julgamentos pejorativos, de discriminação, de preconceito, de racismo, entre outras possibilidades com relação a *hexis* característica de outras classes sociais, que não estejam ajustadas a *hexis* de uma classe específica.

Isto posto, e considerando a diversidade de sugestões e os apontamentos das possibilidades de reforço das desigualdades sociais a partir da questão organizacional da instituição universitária, é necessário que uma proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa pense a sua organização como espaço de mediação entres classes sociais. Ou seja, é necessário buscar formas de superação das desigualdades sociais que refletem em obstáculos a igualdade de aprendizagem. Desta forma, o campo universitário precisa refletir a respeito do seu capital e do seu *habitus*, visualizando na sua organização institucional também estratégias de ensino.

4.5.5 Administração

Diversas instituições de educação superior possuem pesquisadores que se dedicam a pesquisar as dificuldades que algumas categorias de beneficiários de reserva de vagas apresentam no processo de aprendizagem. Porém, são escassas no campo universitário o planejamento e a adoção de um projeto político pedagógico, que na sua amplitude, envolva também repensar os seus procedimentos administrativos e o impacto no processo de ensino-aprendizagem. Por esse motivo, a intenção do desenvolvimento de uma proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa na instituição universitária, exige a princípio uma ampla visão das próprias características das diversidades, suas características e consequências para o processo de ensino-aprendizagem do sujeito. Bem como, planejamento e estratégias que permitam administrar uma aprendizagem voltada para a garantia do desenvolvimento educacional discente.

Assim sendo, o perfil e o trabalho desenvolvido por técnicos-administrativos, técnicos-pedagógicos, laboratoristas, funcionários terceirizados, servidores públicos, que atuam no espaço e estrutura da educação superior são indispensáveis no processo de afiliação e acolhimento estudantil. E esse trabalho na instituição universitária é realizado em parceria com os coordenadores, chefes de departamento e setor, pró-reitores, reitor, dentre outros. Trabalho que precisa ser conduzido por uma intencionalidade coletiva, que tenha como foco o aperfeiçoamento do ensino e da

aprendizagem e o compromisso com a pluralidade da nação brasileira e o seu desenvolvimento educacional. Desta forma, também a administração universitária precisa ter uma visão interdisciplinar e multicultural, participativa, inclusiva e democrática. Segundo Ita (2021, Entrevista):

Administração sugere organização. A organização com que vistas, com que olhares, com que intenções?(...) Vivemos numa sociedade cartesiana, a universidade é cartesiana, matemática é matemática, português é português - Ah, veja isso aqui para mim, não, isso aqui não é minha área.(...)O Milton Santos¹⁴¹ vai dizer para a gente(...) que a gente precisa se apropriar de todos os mecanismos, no caso ele está falando da tecnologia, desses avanços tecnológicos e tal, do qual nós não nos apropriamos. Nós meramente apertamos um botãozinho, sem saber o que estamos fazendo e como funciona aquele botãozinho para mostrar para mim o que ele mostrou. Por isso que a gente é invadido pelos hackers.(...) Administrativamente, acredito que os responsáveis por essa administração vão precisar desse grande esforço de se apropriar e permitir que todos se apropriem dos mecanismos necessários à uma boa administração, aquela que organiza sem excluir, aquela que organiza sem capitalizar, sem uma única pessoa dominar determinado instrumento.(...) A administração precisa distribuir esse conhecimento, da administração. Não é propriedade exclusiva de quem administra.(...)Então um projeto administrativo tem que ser construído coletivamente, organizado coletivamente, pensado teórico, filosoficamente, os pressupostos que vão fundamentar essa administração. Com relação à gestão, e ela vai estar intimamente ligada à administração, essa gestão tem que ser democrática.(...) Então, administração e gestão, precisam ser democráticas e participativas. Aí, eu posso pensar que a reparação é viável de se concretizar. (ITA, 2021, Entrevista)

Akanni (2021, Entrevista) em seu relato demarca a sua visão a respeito do que considera ser a universidade, declarando que, “a universidade não é negócio, a universidade é para que a gente cresça enquanto povo, para que a gente se fortaleça”. E a partir dessa perspectiva, defende a representatividade negra nas instâncias administrativas, citando como exemplo, a função de reitor. A partir do seu exemplo, defende como importante uma política participativa nos processos decisórios, uma representatividade que reflita a consulta à comunidade negra e não apenas a posições individuais na estrutura universitária. Identicamente, usando como exemplo a função

¹⁴¹ Geógrafo, escritor, jornalista, advogado, professor universitário Milton Almeida dos Santos.

de reitor, Sula 2021, Entrevista) menciona que, “Tem sempre que ter uma visão democrática, se não tiver uma visão democrática vai ficar complicado”.

Retomando a questão da representatividade, Amora (2021, Entrevista) propõe no processo de escolha para os cargos administrativos, “incluir cotas na eleição(...)poderia fazer o mesmo com a paridade, cinquenta por cento a cinquenta por cento”. Interessante observar que Lua Negra (2021, Entrevista) assume uma posição idêntica a defendida por de Amora (2021, Entrevista) declarando que, “o ideal primeiro seria que todos fossem negros, mas como isso não é possível, que houvesse em cotas para que fosse pelo menos meio a meio, no mínimo meio a meio. Para que possa ter uma equidade, paridade”. Enquanto Spike Willian (2021, Entrevista), considera importante “ter um conhecimento crítico sobre o que é o Brasil, sobre o papel da universidade em relação ao projeto de país e a partir dessa formação crítica, é possível pensar em reparação da população negra”.

Dandara Zumbi (2021, Entrevista), com um relato bastante característico, manifesta traços de uma cultura universitária que não contribui para o rompimento com uma prática social conservadora no interior da instituição universitária, com relação à questão administrativa. No seu relato descreve o seguinte:

Há uma briga de ego muito grande dentro da universidade. É uma briga cuja, uma das armas utilizadas, é o currículo lattes. Eu saco o meu currículo lattes e vou lutar ali com as pessoas, é mais ou menos por aí. Então os programas, eles têm revistas, que são revistas bem-conceituadas,(...)os programas de pós-graduação que são bem-conceituados, entendeu? E ali, é uma guerra por produtividade que é impressionante.(...)boa parte daquelas pessoas, que são as pessoas que tem uma concepção bacana do mundo, de vida, elas não querem nem chegar perto daquilo. Elas não querem atuar como coordenadores, como editores de revistas, ocupar esses espaços, porque sabe que é muita dor de cabeça, é muito desgastante.(...) eu, por exemplo, fui coordenador(...) Eu fiquei nadando, nadando, e me sentindo afogando, porque tem uma questão administrativa muito grande que você tem que ficar se dedicando, questões mais burocráticas, mais administrativo. (DANDARA ZUMBI, 2021, Entrevista)

Hamilton Cardoso (2021, Entrevista) acredita que o “olhar administrativo humanizado” é o orientador dos avanços em uma práxis pedagógica universitária negra reparativa. E destaca também, a necessidade de uma formação política capaz de refutar projetos nocivos a uma perspectiva de reparação. Inclui igualmente a sugestão de, “repensar a política de assistência estudantil, que é reparação, porque o perfil do público que é atendido por uma política de assistência estudantil é um perfil

de pretos e pardos”. Bem como, o “permanente processo de sensibilização dos nossos pares, do corpo discente, técnico administrativo, docente, para uma pauta que não é só sobre negras e negros, é para todos e para todas, que abarca a diversidade de vozes que existe na instituição”. E finaliza declarando como relevante:

Sobretudo, fazer a defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Eu só queria fazer menção ao centenário do educador Paulo Freire, que é uma das maiores referências da educação a nível internacional. E que memória, reparação e justiça, seja algo muito além do discurso e da retórica, mas que se materialize na realidade concreta do povo brasileiro, sobretudo a população negra. (HAMILTON CARDOSO, 2021, Entrevista)

Dialogando com o relato de Hamilton Cardoso (2021, Entrevista) com relação ao processo de sensibilização dos segmentos e da administração da instituição universitária, tem-se o alerta para algumas questões considerando a diversidade de características das instituições universitárias. O relato registra o seguinte:

(...)o fato de ter uma administração sensibilizada ajuda, ajuda muito. Agora também, não adianta a gente pensar, eu acho que é ingenuidade, a gente pensar que isso vai ser generalizado. Que em todas as universidades vai ter gente sensibilizada, gente aliada, porque não é assim. Ter gente sensibilizada não é regra dentro das universidades, são exceções.(...)Agora, quando a universidade está sensibilizada, ou quando a administração é sensibilizada, ela pode conseguir muita coisa. Então assim, tem que entrar para a administração mesmo, e assumir as pró-reitorias, assumir a reitoria (...)por exemplo, eu acho que a Nilma¹⁴² fez isso, ela assumiu a reitoria(...)chegou até o ministério(...)ela fez essa escolha de ocupar espaço político(...)eu acho que é isso, eu acho que nós vamos ter que pensar um pouco sobre isso, fazer construções sobre isso.(...), o Martin Luther King tem um discurso, o próprio título ele é bastante sugestivo(...)“E agora, para onde vamos?”¹⁴³, (...)Essa pergunta, é uma pergunta que a gente precisa fazer. E agora, depois de tudo isso que aconteceu, para onde nós vamos? Para onde devemos caminhar? Eu acho que nós, enquanto coletivo, temos que fazer essa pergunta.(AMÍLCAR CABRAL, 2021, Entrevista)

Acrescenta-se que Pepita (2021, Entrevista), com relação à administração, apresenta alguns elementos considerando a ação do racismo também na definição das posições e funções ocupadas por membros da população negra nos quadros

¹⁴² Nilma Lino Gomes foi em 2013 a primeira mulher negra no Brasil reitora de uma universidade pública federal (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira). Em 2015 no governo da presidenta Dilma Rousseff foi nomeada ministra do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

¹⁴³ “Para onde vamos a partir daqui”, Discurso de Martin Luther King Jr. - 1967

administrativos, mesmo no processo de efetivação de uma política de ação afirmativa. Seu relato propõe a seguinte reflexão:

Então, isto é uma coisa para a gente refletir também, quando querem nos dar espaço, em que espaço nos colocam? Porque, segundo a psicologia, pelo olhar do outro eu me constituo, como é que esse outro nos veem? Como esse outro que está responsabilizado de fazer as ações afirmativas e aplicar ela concretamente, está vendo essa pessoa que vai ser beneficiada pelas ações afirmativas? Porque, pode vir o orçamento das ações afirmativas e eu, enquanto a instituição, ter que dar conta de fazer ela existir na prática. Mas, eu vou pegar aquele indivíduo da etnia afro e vou colocar ele aonde, no estacionamento para ele cuidar do estacionamento, cuidar o projeto de solidariedade(...)Porque eu não posso colocar ele na reitoria, colocar nas finanças que tem dentro da própria reitoria. Porque eu não posso colocar ele também na recepção da reitoria, que é aonde chegam as pessoas mais privilegiadas(...)Então, são coisas que a gente tem que problematizar, de que forma eles querem nos colocar quando estão legítimos para fazer com que as ações afirmativas ocorram. (PEPITA, 2021, Entrevista)

E N'zazi (2021, Entrevista), estabelecendo um diálogo com o direito administrativo, ressalta o papel do funcionalismo público na efetivação das ações afirmativas, ao declarar que:

(...)quando a gente fala em serviço público nos estamos falando do Estado. E se nós estamos falando de Estado, estamos falando neste caso agora, do direito administrativo. Ou seja, eu sempre digo que o ato de deferir ou indeferir uma inscrição de cotista é um ato administrativo, então tem que estar baseado nesses pressupostos do direito administrativo, não outro. Agora precisamos compreender a construção desse direito administrativo, para o que estou chamando de um novo campo jurídico, um novo campo de reflexão, um novo campo principiológico, que se chama ações afirmativas. Até então a gente discutiu muito a recepcionalidade da ação afirmativa no campo constitucional, Joaquim Barbosa Gomes tem livro e vários artigos sobre isso, por exemplo. Nós temos que pensar a materialização, o procedimento dessas ações afirmativas num Estado, ou num serviço público, que ainda é pensado de uma forma tão somente eurocêntrica. Ou seja, são disputas epistemológicas e procedimentais. (N'ZAZI, 2021, Entrevista)

Angola SJP (2021, Entrevista), responde à questão a respeito das características da administração de uma instituição universitária, citando o seguinte exemplo:

A igreja está cada vez mais em todas as esferas do poder, ela até coloca pessoas lá que são afro, porém tem que ser evangélico.(...) As outras religiões(...)eles não tentam arrebatam aquele rebanho, pelo contrário elas aceitam aquela religiosidade como mais uma

manifestação divina.(...)Aqui na nossa região temos a grande maioria da câmara de vereadores evangélica. E a gente vê que existe um recurso que vai para a “Marcha para Jesus”. Que legal, bacana, por que Jesus Cristo foi um ser de luz maravilhoso, mas e as outras etnias? E as outras religiões? (ANGOLA SJP, 2021, Entrevista)

Planejar, estabelecer metas, articular ações, efetivar procedimentos, avaliar resultados, propor mudanças, são alguns dos múltiplos aspectos administrativos presentes na instituição universitária. Porém, em uma estrutura rígida, burocrática e racista, todos esses aspectos serão orientados por uma reprodução de relações de dominação e poder racializadas. Existem instituições universitárias que adotam um discurso teórico de adesão à política de ação afirmativa, mas não repensa a sua estrutura administrativa para que ela se adapte a essa política e a fortaleça. Com isso, a instituição universitária vive essa contradição entre a teoria e a prática. Essa ambivalência na postura institucional é retratada no relato de Antônia Cândida (2021, Entrevista), transcrito na sequência.

A “X” foi criada para acompanhar as ações afirmativas. E, acompanhar as ações afirmativas, envolve acolhimento, envolve acompanhar se os estudantes estão tendo condições de permanência, formação de técnicos e de docentes, para acompanhar em todos os aspectos esses estudantes. Então, essas formações poderiam trazer a questão da discussão de currículo, de alimentação, de tudo. Esse seria o papel de “X” que acompanha as ações afirmativas. “X” se propõe a fazer isso, se tu conversar com “X”, vai dizer: “Nós apoiamos quem faz e a gente faz os relatórios, a gente tem os dados”(…)O NEAB que tem uma vontade de fazer, não tem apoio político, nem estrutura, não tem nenhuma sala.(…) não tem espaço. Os caras só ficam enrolando!(…) eu acho que teria que se rever as instâncias que já existem e fortalecê-las, para que elas façam de fato o que pode ser feito.(…) educar, mudar essa cultura dentro da universidade.(…)a gente propôs uma discussão de ERE,¹⁴⁴ enquanto formação para os docentes(…) que os professores passassem por formações para discutir currículo, para discutir toda essa questão racial. Uma educação antirracista mesmo(…)dentro do programa de aperfeiçoamento pedagógico(…) a estrutura tem meios, uma universidade desse tamanho, com gente produzindo conhecimento, com gente com capacidade para transmitir esse conhecimento, e o negócio não acontece. Não acontece porque não se quer! (ANTÔNIA CÂNDIDA, 2021, Entrevista)

Maria da Luta, (2021, Entrevista) define o perfil de um gestor, o qual acredita contribuiria para uma práxis pedagógica universitária negra reparativa. O seu relato

¹⁴⁴ Educação das Relações Étnico-raciais

acentua algumas características desse perfil, como ser “uma pessoa que esteja inconformada, que não esteja confortável, que seja uma pessoa que venha, que utilize aquele espaço da universidade como um espaço de transformação, de transformação do local”. É um relato que também apresenta algumas considerações a respeito da relação da universidade com agentes do campo Movimento Negro brasileiro, indicando também expectativas de atuação dos agentes no campo universitário. E destaca a necessidade de a representatividade negra também ser uma representatividade da luta antirracista. Segundo seu relato:

(...)eu estava conversando esses dias com a menina(...)Então ela falou assim: “Eu fico muito preocupada, porque as jovens, elas vão para a universidade e depois elas não voltam para o movimento, elas não voltam para a militância”. Aí eu disse: “na verdade é assim, as pessoas que estão na militância vão para universidade, são cooptadas pela universidade”. E o que é ser cooptado? É simplesmente você largar o movimento, porque às vezes você vai fazer militância dentro da universidade. E o que é fazer militância dentro da universidade? É você estar lá, fazendo as denúncias das coisas erradas, das injustiças que lá acontecem por conta da questão racial. Mas, você não pode ficar apenas fazendo as denúncias, você também precisa estar na construção de uma outra perspectiva, de uma outra proposta, você tem que ter uma contraproposta.(...) Porque(...)nós temos um reitor negro. Ele não necessariamente me dá garantias de que ele vá levar as pautas que a gente precisa. Mas o que a gente precisa? A gente precisa lutar, a gente precisa ter dentro do nosso discurso o discurso da justiça e ter definido o que é isso. A gente quer equidade, a gente não quer apenas a igualdade. A gente quer a equidade para que a gente possa exercer a nossa função, a nossa ação de cidadania. A gente quer gozar dos nossos direitos.(...)a gente precisaria de pessoas com compromisso mesmo, com compromisso social, com um compromisso político que tivesse a ideia de fazer uma mudança, de fazer uma universidade para todos. (MARIA DA LUTA, 2021, Entrevista)

Para finalizar esse item, Maria Lopes (2021, Entrevista) examina a estrutura da universidade, propõe alguns fluxos para uma política de reparação. Embora reconheça que a universidade ainda não demonstrou a sua capacidade administrativa de desenvolver um processo de ensino-aprendizagem considerando a pluralidade da nação brasileira, é um relato que aponta para possibilidades de mudança.

Então, é fundamental que esteja na política da universidade, já que estamos falando da universidade, essa temática da implementação dos programas. A gente sabe, entretanto, e isso eu digo com quase certeza, que muitas vezes as coisas acontecem porque tem pessoas negras nos espaços. E isso não é só na universidade. (...)Mas é fundamental que haja, que esteja definido a existência de programas, dessa política de reparação,(...)por exemplo, nos setores que vão

receber os discentes, que eles tenham um acolhimento, que eles sejam bem tratados. A política ali do setor, dos diferentes setores, tem que estar alinhada neste caso.(...) Então quem está na gerência tem que estar identificada com essa atribuição que faz parte da unidade. Acolher faz parte de todas as unidades, e quem está gerenciando as diferentes unidades têm que ter esse compromisso. Porque a unidade é menor que a universidade como um todo, a universidade ela tem o programa de ações afirmativas, então as unidades têm que ter esse acolhimento. Esse acolhimento tem que ser por quem gerencia as unidades, distribuindo com os diferentes setores presentes essa tarefa do acolhimento do programa, dos estudantes, principalmente oriundos dos programas de ações afirmativas e também das suas demandas, também da educação. Que seja uma educação comprometida. Que não seja só aquela educação que ainda continua, mesmo tendo pluralidade dentro do seu espaço, com o olho e o pé fincado na Europa.(...)Tem que entender que esse programa ele veio não só para colocar, veio para mexer com a estrutura. Não dá para ficar imaginando que a mesma estrutura que tu tinhas(...),tu vai ter(...), porque, na verdade houve uma mudança, se agregou novos sujeitos, novas sujeitas.(...)a gente precisa ter um novo normal, do normal. Porque o normal é esse, é aquele com a pluralidade. (MARIA LOPES, 2021, Entrevista)

Os relatos expõem o campo universitário como um espaço também de desigualdades sociais, de diversidades, de relações de dominação e poder, onde forças conservadoras e excludentes disputam com forças que buscam subverter essa lógica. Eles indicam uma dificuldade de encontrar essa consciência de que a constituição do ser humano como tal, é um processo também pedagógico. De que o pedagógico também é político, porque as escolhas dos gestores, administradores, docentes, técnicos-administrativos são escolhas política, capazes de fortalecer, ou deformar a humanidade que germina no interior do outro. Capaz de revigorar ou debilitar a democracia, incentivar ou constranger a colaboração e a participação coletiva. E são essas escolhas políticas que orientam as ações educacionais.

Certamente é possível perceber nos relatos a esperança na mudança diante de uma constatação de obstáculos para uma práxis pedagógica universitária negra reparativa. Os relatos são um diagnóstico, que não podem ser generalizados em função do número reduzido de participantes, considerando a amplitude da presença das entidades do Movimento Negro no território brasileiro. Porém, indicam alguns elementos da atuação do racismo no processo administrativo de instituições universitárias. E igualmente, provoca a reflexão da busca de soluções para as questões apresentadas. Talvez o maior desafio para o campo universitário brasileiro, seja incorporar como capital do campo o respeito à pluralidade e a solidariedade com o desenvolvimento da nação brasileiro, na sua amplitude e pluralidade. Um desafio

que tem relações profundas com a história racializada da nação brasileira, que ainda permanece como *habitus* no campo universitário.

4.5.6 Ensino-pesquisa-extensão

Nessa categoria de análise é realizado o exame das manifestações presentes nos relatos com relação a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e práxis pedagógica universitária negra reparativa. As informações coletadas durante as entrevistas, demonstraram ser essa a questão em que foi perceptível uma maior dificuldade no momento da elaboração das respostas, mesmo diante do fato da totalidade dos relatos terem como origem pessoas que frequentaram, ou frequentam atualmente o ambiente universitário.

É uma categoria de análise que expõe a intersecção entre o campo universitário (tópico 3.2.1) e o campo Movimento Negro brasileiro (tópico 3.2.2) a partir dos esquemas perceptivos dos agentes do Movimento Negro brasileiro com relação ao ensino, pesquisa e extensão. As sugestões presentes nos relatos então permeadas por interpretações a partir da vivência do racismo e da luta antirracista, inerentes atuação no espaço social dos agentes do campo Movimento Negro brasileiro. Portanto os relatos são uma defrontação entre a *doxa* e o *nomos* do campo universitário e *eidos* e o *ethos* dos agentes do campo Movimento Negro brasileiro, descritos do tópico “4.1.2” até o tópico “4.2”.

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Art. 207), em vigor, “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Desta forma, observando o tripé previsto na constituição, seria oferecido na formação do estudante universitário o acesso a um conteúdo definido na grade curricular do curso, que constitui o ensino. A experiência da investigação científica, pela vivência da prática da pesquisa. E a participação em projetos relacionados a atuação na comunidade externa á universidade, por meio da extensão.

Com relação ao tripé indissociável de princípios da instituição universitária, Maria da Luta (2021, Entrevista) afirma que:

Então, acho que a primeira coisa que precisaria acontecer realmente, é a gente repensar o que discute nesses espaços. O que o ensino, a

pesquisa e a extensão têm a ver comigo. Eu preciso que isso tudo passe a ter um outro olhar, uma outra lógica. Tendo um outro olhar, uma outra lógica, ele tem que criar outras possibilidades. Aí quem sabe iria acontecer essa interseccionalidade na discussão do que é importante acontecer em cada momento. E teria que criar as condições.(...)Então como é que isso iria acontecer harmonicamente? É só se a gente tivesse uma outra lógica mesmo, a gente precisa ter outra concepção, a gente precisa querer ter dentro do espaço da universidade outras pessoas construindo uma outra universidade. A gente precisa ter não só aquele olhar, a gente precisa de outros olhares. A gente precisa ter um olhar diferente, olhar diverso dentro da universidade. Então para isso você precisa ter pessoas diversas dentro da universidade.(...)seria uma universidade, seria um espaço de construção de conhecimento, de um conhecimento mesmo, seria uma troca.(...) Porque eu concebo que lá, eu dou e recebo, eu tenho que dar e receber.(...) algo que me diga respeito, é algo que eu vá construir e que eu vá fazer melhor a vida das pessoas. (MARIA DA LUTA, 2021, Entrevista)

Conforme Spike Willian (2021, Entrevista), a respeito dos princípios da instituição universitária, registra que, “cada um tem a sua particularidade, mas nenhum deve renunciar a uma literatura crítica, um pensamento que toque na raiz dos problemas”. Alerta com relação as suas sugestões nessa categoria, que: “estou fazendo conjecturas aqui, que tem um alcance muito pequeno, se não estiver atrelado a uma mudança estrutural”. Complementando, que a luta pelo poder e política “é rigorosamente o que vai fazer balançar as estruturas da universidade e pensar esse tripé, essa articulação em relação ao movimento negro, a população negra e qualquer outro tipo de reparação em relação a qualquer povo, ou qualquer devir minoritário”.

Enquanto Pepita (2021, Entrevista), defende que a “universidade deveria manter esse contato contínuo com os movimentos negros, porque são vários movimentos”. Além disso, Pepita (2021, Entrevista) ressalta que essa relação com o movimento negro não pode se constituir em uma relação em que, “mais uma vez a negritude sendo explorada pelos brancos, para poder os brancos receberem a sua benfeitoria”. E registra com relação as bolsas que, “quando se fala de extensão também eu vejo que as bolsas destinadas, na sua grande maioria, não são pensadas para a população negra. E acho que isso deveria também ser vista como um ponto de destaque”. E finaliza lembrando que, “enquanto tiver pessoas negras tendo os seus direitos ceifados, pessoas negras não tendo acesso digno à educação em todos os níveis até chegar ao ensino superior, é porque o nosso trabalho ainda não terminou e temos muito que fazer”. O relato de Pepita (2021, Entrevista), destaca elementos relacionados ao sentimento de lesão social que impulsiona a luta por reconhecimento

e que foram abordados no item “1.5.1 Delimitação e instrumentos de coleta de dados” no tópico, “b) Investigação interpessoal de fatos e percepções”, e no item “3.2 CAMPOS: INTERPRETAÇÃO E INTERSECÇÃO”.

Angola SJP (2021, Entrevista) focaliza a sua reflexão em como realizar uma articulação que mantenha a indissociabilidade entre os princípios que são o sustentáculo da instituição universitária. E chega à conclusão de que a realização dessa conexão “a princípio tinha que estar ali no próprio currículo, no currículo de cada semestre”. Propondo que, “de repente, até nessa abordagem(...), da questão de educação étnico-racial, pensar caminhos para que essa relação étnico-racial tivesse essa harmonia”. E de igual forma, Ita (2021, Entrevista) menciona o currículo como elemento estratégico em uma proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa, como pode ser observado em seu relato na sequência.

Eu fiz um curso de extensão nas faculdades porto-alegrenses, em Porto Alegre, a “Lei 10.639 em sala de aula”.(...) Foi bem interessante, apresentei a minha pesquisa. Em que medida ela serviu a comunidade? Serviu tanto não só pelo que eu aprendi, como pelas relações que foram estabelecidas, foi bem significativo. Mas também eu trouxe para o [menciona o estado de origem](...), também houve essa preocupação por reparação. Porque, nós fomos para vários espaços e de lá sai o projeto da escola no quilombo(...) Então, essa articulação é fundamental. O que faltou, talvez nisso? Ela fica muito mais como uma parceria, você vai fazendo como uma colcha de retalho, eu saio do [menciona o estado de origem] numa graduação, vou para uma extensão num outro estado, volto(..), vou para o quilombo, mas isso não transcorreu no interior da graduação.(...) Mas não voltou para aquela instituição também. Então, como é que a gente pode garantir isso, pensando na reparação? Eu acho que é o currículo que vai ter que dizer. É a proposta curricular que vai ter que apontar a graduação, a extensão e a pesquisa. Porque tem que fazer uma ampla pesquisa para eu poder fazer a extensão. Sem pesquisa, eu não faço extensão, porque eu estou estendendo aquele conhecimento,(...) Elas acabam não se articulando. (...) Estou graduada. Agora eu vou fazer a minha pesquisa. Agora eu vou fazer uma extensão. Às vezes não tem nada a ver uma coisa com outra. Então, o ensino, digamos(...) O ensino tinha um currículo tal que ele possibilitou, me despertou, me encaminhou a essa decisão de pesquisar e uma vez com base nesse conhecimento, ampliado pela pesquisa, eu saber onde na sociedade eu posso contribuir para o desenvolvimento dessa sociedade. (ITA, 2021, Entrevista)

Tanto a sugestão de Angola SJP (2021, Entrevista), como a de Ita (2021, Entrevista), colocam o currículo na centralidade da articulação, o que também insere nesse debate outros elementos como o planejamento, a questão metodológica, a

didática, o processos de avaliação, entre outros, levando em consideração como componentes que auxiliam um pensamento pedagógico.

Ao mencionar o ensino no contexto de uma instituição universitária, faz-se referência a carga horária dedicada às aulas, a atividade em laboratórios, ou tarefas correlatas, que envolvam a relação entre docente e discente a partir de um conteúdo programático, com base no currículo do curso. Spike Willian (2021, Entrevista), com relação a esse requisito, acredita que é preciso pensar a formação dos professores. Lua Negra (2021, Entrevista), acha que negras/os/es precisam estar nesse espaço, na sua opinião a reparação “passa também pela questão de negros no poder, tem que ter mais negros no poder”. E igualmente destaca a necessidade de ter a participação maior de negras/os/es, “fazendo mais mestrado, fazendo mais doutorado, acho que é isso que está faltando, ter mais pessoas lá em cima, mais pessoas negras. Porque elas vão poder dar melhor esse olhar, direcionando e ajudando nessa reparação”

No tocante a pesquisa na graduação, consiste em uma experiência mais intensa no momento da elaboração do trabalho de conclusão de curso, ou quando da participação em grupos de pesquisa com a iniciação científica. Enquanto o primeiro momento é comum aos estudantes da graduação ao final do curso, o segundo é mais seletivo porque exige um processo de inserção em um grupo de pesquisa. E na pós-graduação a pesquisa e a instrução para a atuação na investigação científica tem centralidade nas atividades e na formação. Segundo o relato de Akanni (2021, Entrevista), “A pesquisa é muito importante, mas parece um sinal do quanto o campo universitário é cheio de códigos, que ninguém explica quando tu chega e também muitas pessoas, fazem questão de não explicar”. Com relação essa afirmação, ela menciona o seguinte exemplo:

(...)parece que na maioria do tempo da graduação eu ouvia: minha colega publicou um capítulo, com tal professor, no livro tal(...)apresentou no evento(...) apresentou um resumo. E eu não entendia como se dava esse processo(...)Eu ficava pensando, como é apresentar um trabalho num evento, como é para apresentar um capítulo(...) E agora, participando de um grupo de estudos, eu entendo que acaba indo muita pela aproximação com os professores. **Que não** existe essa socialização do que tu pode publicar e como pode publicar.”(AKANNI, 2021, Entrevista)

Para Spike Willian (2021, Entrevista), “os próprios projetos de pesquisa, como são formados, a relação com as agências de financiamento e os temas, tudo isso tem que ser revisto”. E Lua Negra (2021, Entrevista) defende que tenha “mais pesquisas

relacionadas a questões raciais. Teriam que ter mais pessoas negras vendo essas questões, colocando suas opiniões”. Como também, que “tenham mais pesquisadores negros no caso para que tenham acesso a esse espaço, para poder estar opinando e ajudando nessa questão”. Pepita (2021, Entrevista), atribui a pesquisa um papel de munir com informações as ações na perspectiva reparativa. Destaca com isso, a importância da pesquisa e da área de exatas como ferramenta de planejamento e denúncia na luta antirracista. Menciona como exemplo:

Marcelo Paixão¹⁴⁵, eu acho que ele é da área estatística e fala de todas as áreas com recorte racial(...), mesmo sendo uma militante do movimento social afro eu quero saber estatisticamente onde que nós negros estamos e como estamos. Como nós estamos na educação, quem somos, quanto somos, qual é a qualidade da nossa inclusão naquele espaço? (...) porque os dados vão mostrar qual é a nossa cara brasileira nesse cenário, qual é a nossa cara negra nesse processo e se nossa cara negra ela está avançando ou está retrocedendo. (PEPITA, 2021, Entrevista)

Com referência a extensão universitária, ela é um canal de relacionamento com a comunidade externa em que a universidade compartilha suas produções culturais, científicas, tecnológicas e estabelece relações de troca por meio da participação da população. Diante do questionamento referente a sugestões com relação temática abordada nessa categoria de análise, para uma proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa, Maria Lopes “2021, Entrevista” priorizou em sua análise a extensão universitária. De acordo com o seu relato:

(...)Eu quero dizer que, talvez, quem esteja fazendo o seu trabalho um pouco melhor seria a extensão. A impressão que se tem, a extensão é que acolhe mais. Mas a graduação e a pós-graduação tem também que dar conta de fazer esse acolhimento como um todo, acolher corpos e os corpos têm saberes. E os saberes têm que estar presentes tanto na graduação, quanto na pós-graduação(...)Mas é fundamental, quero que fique explícito, na minha opinião, que se a universidade tem ensino, pesquisa e extensão; ensino, pesquisa e extensão têm que estar afinado com aquelas pessoas que fazem parte de seu universo. (...)É preciso fazer, uma extensão que seja de interesse das comunidades, de interesse de fora, da sociedade, que venha também para dentro da universidade. Não é só a universidade mandar, não é, tem que ser uma via de duas mãos. O que for recolhido lá da extensão tem que vir para fazer parte da vida da universidade. E assim também, é o caso da pós-graduação, não dá para a pós-graduação ser a prima rica da universidade, ela tem que estar também fazendo, contribuindo,

¹⁴⁵ Marcelo Jorge de Paula Paixão é economista e professor associado da Universidade do Texas (Austin) é fundador e foi coordenador do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laeser) - UFRJ.

com a sua parte para melhorar o ensino universitário. E como via de consequência, para melhorar a vida da sociedade na qual ela está inserida e da sociedade brasileira. A gente sabe que não podemos dizer que as coisas não acontecem, isso aí eu estaria sendo desrespeitosa. Eu acredito que as coisas elas acontecem, elas precisam efetivamente melhorarem. Precisam viver com toda intensidade esse novo, esse novo momento que surge a partir da inclusão de programas e ações afirmativas,(...)Então, a universidade tem para si um papel muito lindo, e que na verdade eu acho que isso faz com que a universidade continue sendo um órgão da sociedade que fará com que as pessoas digam, as universidades elas são fundamentais, elas precisam ser defendidas, elas estão dentro da sua essencialidade e sabemos que sem as universidades a gente não tem um país que seja justo, um país que seja desenvolvido, um país que seja bom para o conjunto da população. (MARIA LOPES, 2021, Entrevista)

De acordo com Spike Willian (2021, Entrevista), a extensão universitária é fundamental para, “pensar essa relação com o público, de rigorosamente pensar a universidade popular, de abrir, de dialogar com a comunidade externa”. Lua Negra (2021, Entrevista) acredita que a extensão possa ser uma forma de, “atingir a população negra, e conseguir ir para as periferias, ir para espaços onde tenham pessoas negras e levar esse conhecimento, mas também receber da comunidade esse conhecimento e conseguir fazer uma troca entre eles”. Enquanto Antônia Cândida (2021, Entrevista), interpreta a extensão como uma possibilidade de relação entre territórios, um estímulo também para que “estudantes não negros e os professores entendam essa outra realidade, essas diferenças que existem”. E com relação a isso apresenta como exemplo o seguinte, “pensa uma formação acadêmica de um cara que vai ser um futuro profissional, que vai circular por diferentes territórios, vai conhecer diferentes realidades”. De acordo com o relato:

(...)pensando uma educação comprometida, tu faz um uso da extensão para isso, entende, consegue aliar a prática acadêmica e alimentar uma pesquisa também, uma prática científica, se tu consegue envolver o estudante e professor com essas outras realidades. Pensar atividades em que pense territórios diferentes, corpos diferentes. Aliás, é uma proposição existente de curricularizar a extensão. Já deveria ter acontecido esse ano, é uma legislação em que a extensão vai compor dez por cento dos créditos dos cursos, do total de créditos da graduação, acho que isso talvez contribua para esse uso da extensão, da aplicabilidade da extensão nessa ampliação de consciência de território(...)Claro que dá para fazer extensão dentro da universidade também, mas eu penso muito nesse deslocamento. Esse deslocamento desse ambiente acadêmico para outro que não seja acadêmico, que não seja escolar e que permite essa circulação de ideias, permite esses corpos diferentes estar em contato com a academia também.(...) por exemplo, cálculo (...) na engenharia tu tem

uma série de disciplinas para cálculo. E tem um currículo duro de matemática(...)de repente são trezentas horas de cálculo dentro do curso. Trinta horas os alunos pudessem compartilhar talvez, ou fazer oficinas, ou pensar outras oficinas, junto à comunidade de cálculo. Ou pensar junto outros saberes, por exemplo, indígenas ou mesmo saberes africanos, outras maneiras de enxergar esse cálculo através de grafismos, através de construção de moradias. Mesmo porque tem toda uma arquitetura diferente ali, uma geometria diferente nos materiais indígenas e africanos. Uma geometria diferente, e tem uma sabedoria dentro disso(...)Já seria extensão, já seria extensão aplicada ao currículo. (ANTÔNIA CÂNDIDA, 2021, Entrevista)

Quanto a Pepita (2021, Entrevista), seu relato destaca a questão das bolsas voltadas para a extensão universitária e registra que, “quando se fala de extensão também vejo que as bolsas destinadas, na sua grande maioria, não são pensadas para a população negra. E acho que isso deveria também ser visto como um ponto de destaque”.

A internacionalização nessa reflexão é inserida por Akanni (2021, Entrevista), que sugere a substituição do tripé de princípios da instituição universitária por um quarteto, com a inclusão de um,

(...)plano de desenvolvimento internacional, que trata do intercâmbio, da Mobilidade, como um quarto(...)Não sei se foi a Angela Davis que falou uma frase, de que a luta pelo racismo é internacional.(...)Eu acho que ficar restrito só ao nosso país, a gente ainda não está tão forte como poderia(...)é muito interessante a gente se unir com outros polos universitários para fortalecer a luta antirracista, acho que fortalece as nossas políticas. (AKANNI, 2021, Entrevista)

Quando se faz referência a internacionalização no contexto da educação superior foca-se a integração e a mobilidade acadêmica, e ela pode ser adotada tanto na graduação, como na pós-graduação. Debates em um âmbito mais geral com relação à internacionalização, como aborda Azevedo (2015), normalmente recai em duas extremidades de um lado a possibilidade de uma formação em um ambiente educacional global. E na outra extremidade, a mercantilização com a abertura da educação para um mercado mundial em que fundos internacionais e instituições ampliam a possibilidade de lucros e controle social. Observa-se que Akanni (2021, Entrevista), explora a internacionalização como uma oportunidade de ampliação das possibilidades de aprendizagem e igualmente, como uma possibilidade de ampliação de uma articulação da luta antirracista a partir da constituição de relações de solidariedade internacional. Com isso, coloca em pauta a questão das relações de

poder e dominação racializadas como elemento de reprodução do racismo, também nessa fração da instituição universitária.

Assim, em suma, a proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa, deveria perpassar esse quarteto constituído, a partir de um currículo, integrando em uma mesma intencionalidade no campo universitário, o processo de ensino-aprendizagem, a pesquisa, a inter-relação com a comunidade externa a universidade e a internacional. Constituindo uma dinâmica que transforma ensino em fomento a democratização, pesquisa em metodologia de ensino, extensão em processo de inclusão da pluralidade da sociedade brasileira e internacionalização em potencial de fortalecimento e ampliação de solidariedade.

4.5.7 Práxis pedagógica universitária negra reparativa

Segundo Gomes (2017, p.13) o Movimento Negro é educador e fonte de pedagogia e práticas pedagógicas, o que também é reforçado por Silva (2001). E o encontro com esse pensamento pedagógico é a intencionalidade orientadora dessa pesquisa e do exposto na tese. E em função desse entendimento, essa categoria de análise busca na totalidade dos relatos presentes nas categorias anteriores, destacar elementos desse pensamento pedagógico que contribuam para refletir a respeito de uma práxis pedagógica universitária negra reparativa. Sendo que a intenção, nessa categoria de análise, não é uma apresentação formal de uma proposta pedagógica, considerando a amplitude que envolve o processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, é uma categoria de análise que tem a finalidade de realizar uma junção e a sistematização de elementos presentes nas informações coletadas por meio das Entrevistas, destacando alguns elementos.

Segundo Moura (1978), “Para toda a práxis científica há necessidade de um conhecimento não apenas dos processos e dos problemas sociais do momento, mas da cadeia total da qual eles são elo” (MOURA, 1978, p.62). Isso coloca como desafio o olhar para a estrutura e os estruturantes de um fato ou realidade social, considerando também o seu movimento dialético histórico e como ele se apresenta no espaço do microssocial. Em relação a isso, na sistematização aqui proposta, a busca de neutralização do processo de reprodução do racismo histórico-estrutural é a centralidade da contribuição dos relatos. E essas contribuições têm como foco pensar a ação pedagógica em um campo específico no espaço social, que é o campo

universitário. À vista disso, a partir dos relatos, se foca no processo de socialização, propondo a criação, identificando espaços institucionais e conexões internas e externas ao campo que possam contribuir para uma práxis pedagógica universitária negra reparativa. Isso, com o objetivo de fortalecer no campo universitário a afinidade na luta antirracista e o partilhar de experiências de agentes do campo Movimento Negro brasileiro, de discentes que ingressaram pelas políticas de ações afirmativas, docentes e representantes negras/os/es. E igualmente, de outros segmentos presentes na instituição universitária que tenham por empatia, independentemente da cor/raça, a visão da urgência da luta antirracista e a preservação da vida e a garantia de condições dignas de desenvolvimento para a totalidade de cidadãos brasileiros.

A socialização não é resultado apenas de uma ação entre agentes, mas igualmente da ação desses com a estrutura. Assim sendo, é necessário confrontar a prática social racista do agente e simultaneamente enfraquecer os determinantes da força de conservação do racismo, e fortalecer a força de subversão no campo empenhada na luta antirracista e na defesa de direitos humanos. Por esse motivo, o desenvolvimento de uma proposta com essa intencionalidade parte do princípio de que, o campo universitário, seja capaz de adotar uma postura reflexiva. Ou seja, defende uma postura institucional e pedagógica pautada na “reflexividade, tal como a concebo, isto é, como um empreendimento coletivo” (BOURDIEU, 2001, p.13). Na obra de Pierre Bourdieu, a reflexividade surge inicialmente como referência a uma postura crítica epistemológica, que envolve examinar criticamente desde a escolha do objeto de pesquisa até a relação da pessoa responsável pelo trabalho investigativo com o objeto e com os campos envolvidos no seu estudo. Porém, no decorrer das produções de Bourdieu a reflexividade passa também a ser “conceituada como um discurso crítico que compete pela verdade com outros discursos” (DEER, 2018, p.259). Conforme Peters (2011) com referência a reflexividade, “Dentro dos quadros da teoria bourdieusiana da prática, tais processos de autorreflexão e autotransformação reflexiva só poderiam ocorrer, grosso modo, em duas situações: o efeito de hysteresis e o trabalho de auto-objetivação possibilitado pela sociologia” (PETERS, 2013, p.54). Com relação a *hysteresis*, ela caracteriza as “Circunstâncias sócio-históricas de desajuste entre as condições de produção e as condições de funcionamento do *habitus* que constituem a principal fonte de mudança social discutida na obra de Bourdieu” (PETERS, 2013, p.54).

Assim, com relação ao *habitus* historicamente constituído a partir do racismo antinegro, pode haver um impulso de enfraquecimento dessa prática no campo universitário, ponderando a ação da *hysteresis*. Hardy (2018) ao refletir a respeito do tratamento recebido pelo termo histerese (*hysteresis*) no contexto da teoria de Pierre Bourdieu, demonstra que o conceito adotado mantém proximidade com outros termos como “mudança de geração, deslocamento do *habitus*, crise social e reestruturação do campo” e que, todos esses termos têm familiaridade com a “discussão de Bourdieu dos fenômenos sociais e de como eles mudam ao longo do tempo” (HARDY, 2018, p.169).

Isso posto, a reflexividade e a *hysteresis* podem fragilizar a conexão dos agentes no campo universitário com esquemas perceptivos que fomentam a reprodução do racismo e com isso, intervir no espaço de disputas por posições dos agentes entre a reprodução do racismo e a contra reprodução do racismo. Ação que também exige que a representatividade da população negra e de agentes do campo Movimento Negro brasileiro, no interior do campo, seja ampliada. Porém, essa reflexividade exige o entendimento institucional dos efeitos do racismo histórico-estrutural e os mecanismos de sua reprodução enquanto relações sociais de dominação e poder racializadas no ambiente acadêmico e epistemológico. Importante ressaltar que “Esta práxis não é aplicada, no entanto, sobre um corpo social uniforme e estático, mas sobre um corpo social contraditório: não se trata de uma sociedade abstratamente concebida, mas de uma sociedade determinada, dilacerada por antagonismos”(MOURA, 1978, p.68), o que exige da instituição universitária o pensar e o agir pedagógico.

Sendo o *habitus* e disposições sociais marcas profundas registradas no inconsciente individual e coletivo, por uma travessia pela história das relações e percepções individuais e pela própria história da humanidade, seja ela, política, social, econômica ou cultural, entre outras, as mudanças sociais exigem que novas possibilidades de história sejam cultivadas e nutridas. Essas novas possibilidades de histórias, que germinam no campo universitário, são a manifestação da viabilidade de um novo *habitus* e em consequência de mudanças nas disposições sociais, pela reprodução desse novo *habitus* por meio dos agentes com afinidade antirracista. Um novo *habitus*, exige uma ação pedagógica, resultará de um processo histórico, dialético, marcado pela luta por posição, o confronto e o enfraquecimento da prática

racista no interior do campo universitário e pelo alinhamento do campo as disposições sociais antirracistas historicamente presentes no espaço social.

Segundo Bourdieu (2021), “pode-se supor que o trabalho pedagógico em sua forma elementar se apoia num dos motores que estarão na raiz de todos os investimentos ulteriores: a busca do reconhecimento” (BOURDIEU, 2021, p.201). Em razão de que, o reconhecimento no interior do campo é feito por agentes em favor de agentes, mediados por esquemas perceptivos, fortalecido por pontes semânticas e pautados no *habitus* e no capital em disputa no campo, os quais influenciam as regras e as disputas por posição no campo.

Partindo dessa premissa e considerando as contribuições de Clóvis Moura com relação ao racismo histórico-estrutural, de Axel Honneth com a luta por reconhecimento, da teoria dos campos de Pierre Bourdieu, e os relatos apresentados, pode-se considerar que a ação pedagógica precisa agir sobre o *habitus* e o capital do campo universitário, mas com a intencionalidade de repensar a estrutura social a partir do fortalecimento de um capital cultural, científico e tecnológico humanizado, que considere a sua pluralidade de origem no social e o apoio ao desenvolvimento educacional da totalidade da nação brasileira. O que significa, igualmente, conter o desenvolvimento das forças de conservação do racismo histórico-estrutural na *libido*, na *illusio* por meio do *nomos*, e na *doxa* do campo. O que representa definir o que, para quem e como ensinar em um espaço de disputas por poder simbólico e essa “decisão aparentemente simples esconde em seu âmago todo um intrincado emaranhado de relações que envolvem distribuição de poder e controle social” (CUNHA; LEITE, 2009, p.14).

Com esse propósito, é necessário primeiramente o reconhecimento pela instituição universitária da pluralidade de *habitus* e da existência de classes sociais com *habitus* idênticos, próximos e distintos, do presente e dominante no campo universitário. Uma vez que, os *habitus* distintos faz com que exista previamente agentes com o potencial de assumirem posições no campo como herdeiros de um capital científico pautado em práticas racistas historicamente incorporadas, também pela instituição. Pelo fato de que, referente às instituições universitárias, pode-se adotar como referência para reflexão, a análise feita por Bourdieu (1996) com relação à instituição escolar, segundo a qual:

Assim(...), temos(...)uma nobreza escolar hereditária de dirigentes de indústria, de grandes médicos, de altos funcionários e até de dirigentes

políticos, e essa nobreza de escola comporta uma parte importante de herdeiros da antiga nobreza de sangue, que reconverteram seus títulos nobiliárquicos em títulos escolares. Assim, a instituição escolar, que em outros tempos acreditamos que poderia introduzir uma forma de meritocracia ao privilegiar as aptidões individuais por oposição aos privilégios hereditários, tende a instaurar, através da relação encoberta entre aptidão escolar e a herança cultural, uma verdadeira nobreza de Estado, cuja autoridade e legitimidade são garantidas pelo título escolar. (BOURDIEU, 1996, p.38-39)

A instituição universitária, historicamente, atua considerando como referência o capital cultural dos agentes herdeiros das classes economicamente dominantes, que no caso do Brasil tem parcela significativa de membras/os/es com origem em famílias escravocratas que, comercializaram ou usufruíram do trabalho e da vida dos escravizados para a sua prosperidade econômica. Ao atuar nessa perspectiva de privilegiar principalmente o capital cultural dos agentes herdeiros, a instituição impede uma atuação pedagógica favorável a totalidade dos presentes no campo universitário.

Mudanças no campo universitário, considerando uma práxis pedagógica universitária negra reparativa, precisa ser construída por estratégias que possam enfraquecer as forças de conservação do racismo histórico-estrutural denunciadas por Clóvis Moura. E de modo igual, fortalecer a forças de subversão de contra reprodução do racismo a partir da luta antirracista que tem nos grupos específicos, no interior das universidades, um de seus impulsionadores. Esse elemento impulsionador dos grupos específicos está no fato, de além de serem herdeiros de um processo histórico de luta antirracista, terem em função do seu fenótipo, as marcas da exclusão social e a representatividade da possibilidade reivindicatória por mudanças a partir do conhecimento da dinâmica do campo.

Sendo assim, a afro-reparação estudada a partir de uma perspectiva que a considere como um projeto político-pedagógico para a educação superior, é uma luta por reconhecimento na perspectiva de Axel Honneth. E tem uma estreita relação com o processo de reconhecimento da história de um povo, suas contribuições para a sociedade em diversas áreas do conhecimento, o reconhecimento do protagonismo em lutas e conquistas sociais. Nesse sentido, apresenta uma aproximação com posições pautadas como elementos de defesa da política de ação afirmativa implementada no Brasil, e legislações que abordam o conteúdo curricular na Educação Básica, nessa perspectiva. Porém, como presente nos relatos, a perspectiva reparativa não se esgota nessas propostas, pois expectativa e de

mudanças sociais que apontem para novas possibilidades de relações sociais no interior da nação brasileira.

Assim, o desafio posto no âmbito dessa pesquisa é justamente considerar, igualmente, um conjunto de processos administrativos, políticos, pedagógicos e curriculares necessários para substancializar uma proposta pedagógica que atenda essa parcela da população negra. População essa, que foi historicamente alijada desse espaço educacional identificado como campo universitário; excluída da história, memória e dos processos de integração social, pelo racismo interpessoal e estrutural, por disposições sociais (*habitus*) e disputas por posições de agentes no espaço social e no campo universitário. Ou seja, é uma população que foi e continua sendo vítima de uma lesão social histórica.

A partir desse ponto de vista com relação a afro-reparação, baseada no campo universitário, é importante direcionar a observação para a identificação de políticas, processos, procedimentos, relações de ensino-aprendizagem. Bem como, de espaços pedagógicos que podem nutrir o reconhecimento dessa população como sujeito de direito nesse espaço educacional denominado campo universitário. E a busca, da superação da recusa de reconhecimento de uma igualdade de direito de participação ativa na produção do simbólico, sobre o qual são estabelecidas relações sociais e de poder.

Da mesma forma, quando a questão da afro-reparação é pensada considerando o campo universitário, é preciso ter em conta, em um regime democrático, que ela precisa ser uma proposta qualitativa desta política democrática. Isso implica em, pensar a representatividade e a participação em instâncias colegiadas, o planejamento participativo, a proposta política pedagógica institucional, considerando estes elementos em sua perspectiva de conteúdos, processos e relações de poder que possam inibir no campo o racismo histórico-estrutural. Isto significa que, no espaço universitário, “é preciso reaprender as regras do jogo democrático, pedagogicamente falando, para reinventar a democracia” (LEITE, 2005, p.72), atenta a pluralidade, a dignidade, aos direitos humanos e a educação como um direito.

As contribuições que derivam dos relatos, podem ser constituídos como uma denúncia da exclusão social e educacional e como, um conjunto de sugestões que colaboram para o fortalecimento de esquemas perceptivos que apontam o conhecimento como um bem público, que segundo Batista (2015):

Defende-se a perspectiva de que está na origem do contrato social da modernidade a sua função de gerir o bem-estar econômico e social. Todavia, à medida que a esfera pública é apropriada pela lógica do capital, essa função acaba por ser absorvida por outras funções mais afeitas à manutenção da economia capitalista. Com efeito, a implantação de políticas estatais de corte social passa a ser motivo de luta pela garantia de direitos sociais, tornando-se conquistas da cidadania nacional.[...] abordam-se as políticas de ações afirmativas para a Educação Superior na perspectiva de que estas são ações públicas para garantir direitos sociais. Portanto, implica que o Estado democrático de direito, no âmbito de sua responsabilidade, garanta igualdade na distribuição do conhecimento escolar como bem público. (BATISTA, 2015, p.99)

E Didriksson et al. (2020), ressalta o caráter público das instituições de ensino superior, para o qual as políticas de ações afirmativas podem contribuir para melhorias com a inserção da pluralidade social. Segundo o autor:

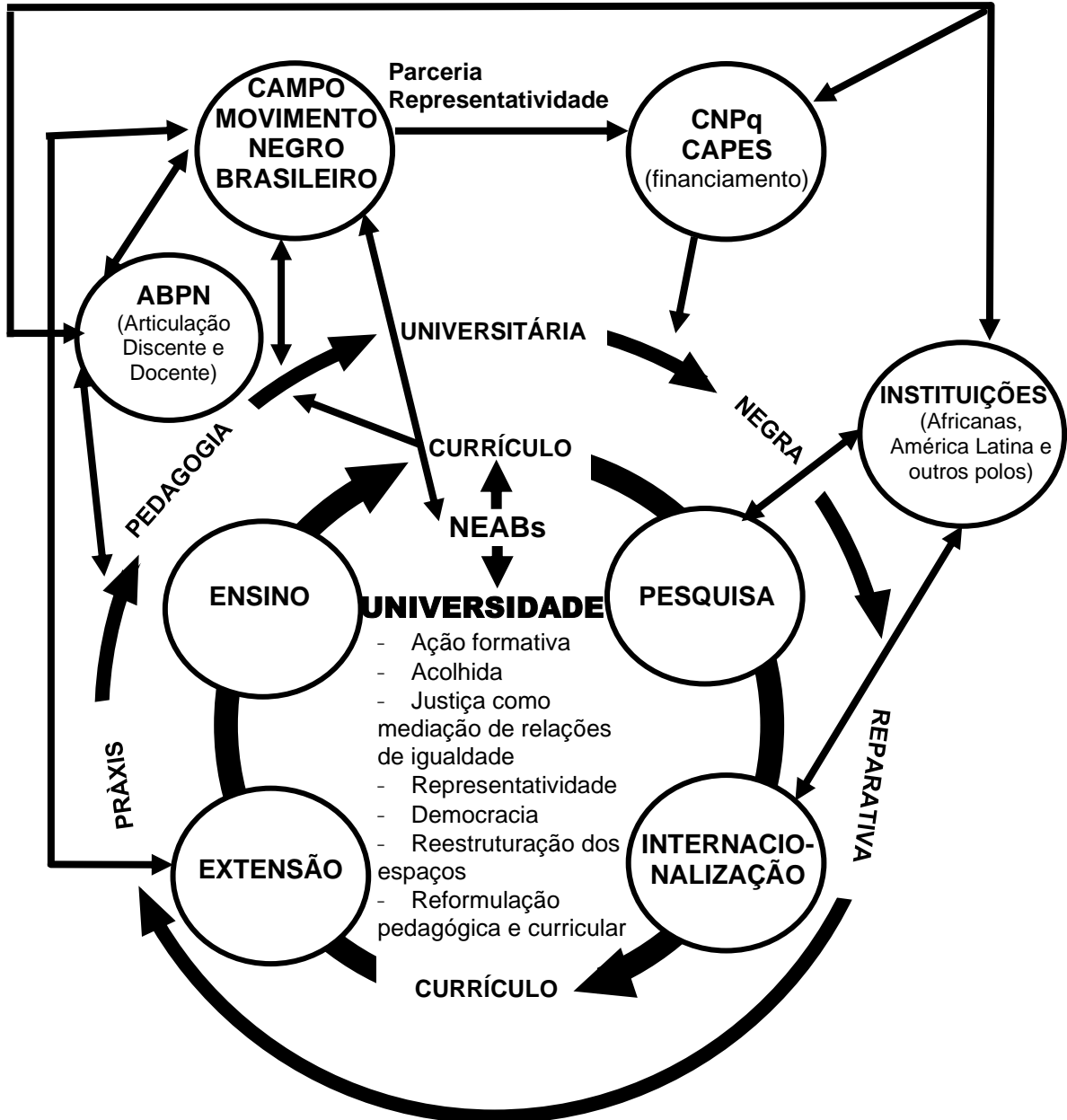
Debe entenderse así que la política de acciones afirmativas que se ha presentado en distintos países durante las últimas dos décadas es un recurso fundamental para que segmentos sociales tengan acceso a la Educación Superior, de tal modo que sea posible el diálogo con las trayectorias de los estudiantes que constituyen las nuevas generaciones, sobre todo de hijos de padres no escolarizados que puedan contribuir en la producción de conocimientos por fuera de los moldes tradicionales universitarios. Se parte de la comprensión que los estudiantes con nuevos perfiles e historias biográficas y sociales son agentes activos en la problematización y proposición para la discusión y perfeccionamiento del carácter público de las instituciones de Educación Superior. Su agencia tiene relación directa con los movimientos, las causas o incluso las dinámicas del trabajo y del cotidiano de las personas en general. Esos aspectos de las políticas de acciones afirmativas poseen relación directa con las acciones que buscan potencializar la inserción social de la Universidad. (DIDRIKSSON *et al*, 2020, p.22)

Quando se faz referência a uma proposta pedagógica de afro-reparação, isto significa pensar alternativas educacionais e de organização institucional que sejam capazes de gestar possibilidades de ruptura com um racismo histórico-estrutural na sua vertente educacional. Significa também, no campo universitário, pensar a indissociabilidade entre afro-reparação e ensino, pesquisa e extensão.

Na “Figura 20” apresentada na sequência, são expostos alguns elementos sinalizados nos relatos dos integrantes da pesquisa com relação a uma proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa. Na figura, a pluralidade de elementos presentes nos relatos passam a compor, de forma resumida e articulada, uma intencionalidade pedagógica. E com isso, permite pensar possibilidades de

articulação, em uma perspectiva pedagógica, de elementos e estruturas para além do espaço do campo universitário.

Figura 20 - Práxis pedagógica universitária negra reparativa a partir dos relatos



Fonte: Autora, 2023.

Na “Figura 20”, nota-se no centro a universidade e algumas questões relevantes para a práxis pedagógica universitária negra reparativa. O currículo é o elemento articulador do conhecimento ofertado pelo campo, do quarteto ensino, pesquisa, extensão, internacionalização e da proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa. Esse currículo é a ponte semântica que fomenta e articula a ação antirracista e reparativa. E a sua elaboração envolve um diálogo

simultâneo no ambiente interno da universidade com os NEABs ou correlatos e no ambiente externo com o campo Movimento Negro brasileiro e a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). No apoio ao processo formativo, a universidade e o currículo articulam com as agências de fomento e financiamento CAPES e CNPq. A intencionalidade da proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa é que caracteriza o currículo, as relações no ambiente interno ao campo universitário e as relações externas.

A figura exhibe uma dimensão de possibilidades de prática pedagógicas institucionais, na relação entre o microssocial e o macrossocial. Lembrando que as práticas pedagógicas são elemento de mediação entre uma meta desejada e uma realidade imediata. Por isso, ponderar uma práxis pedagógica universitária negra reparativa em um contexto universitário, exige considerar a ação por meio de uma pedagogia universitária e um repensar das condições que podem ser determinantes para o sucesso do proposto. Gomes (2017) aponta que:

(...)o processos reguladores do sistema de Ensino Superior brasileiro como, por exemplo, os currículos, a distribuição e oferta de disciplinas, as bolsas de pesquisa e de extensão, a abertura de vagas para professores negros universitários em atendimento à Lei 12.990/14, a necessidade do aumento de vagas, o número alto de vagas ociosas, a destinação desigual dos recursos públicos para as diferentes áreas de conhecimento, entre outros, que precisam ser equacionadas junto com as políticas de cotas. Caso contrário, a permanência dos cotistas e a sua futura entrada na pós-graduação poderão ser prejudicadas pelas estruturas reguladoras, coloniais e conservadoras da própria universidade. (GOMES, 2017, p.118)

A pedagogia universitária segundo Leite (2006), “Tem como objeto de estudo o ensino, a aprendizagem e a avaliação na universidade. Preocupa-se com a formação docente para o exercício pedagógico profissional” (LEITE, 2006, p.57). E Cunha (2006) indica que, a pedagogia universitária, “pressupõe, especialmente, conhecimentos no âmbito do currículo e da prática pedagógica que incluem as formas de ensinar e aprender. Incide sobre as teorias e as práticas de formação de professores e dos estudantes da Educação Superior” (CUNHA, 2006, p.351). Igualmente afirma que, essa dimensão pedagógica, “Articula as dimensões do ensino e da pesquisa nos lugares e espaços de formação. Pode envolver uma condição institucional considerando-se como pedagógico o conjunto de processos vivido no âmbito acadêmico” (CUNHA, 2006, p.351).

Tendo como alicerce o exposto até o momento, os relatos trouxeram para o contexto de uma proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa, relações, espaços e procedimentos internos a instituição universitária e instituições e parcerias externas. As parcerias no ambiente externo indicam o campo Movimento Negro brasileiro, a ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros), agências de fomento e financiamento a pesquisa como CNPq e CAPES, instituições de ensino nacionais e estrangeiras que possam fortalecer a formação do discente, a atuação docente e o desenvolvimento de atividades em uma perspectiva de práxis pedagógica universitária negra reparativa.

A concepção a partir do ambiente interno considera a representatividade negra em todos os espaços da instituição universitária, inclusive nos acervos das bibliotecas com a inclusão de autores negros que tem contribuições para cada área de conhecimento. A representatividade nos processos decisórios, nos colegiados é destacada nos relatos, com a sugestão de uma paridade étnico/racial na gestão, instâncias colegiadas, na representação discente e docente.

Os relatos indicam também, a necessidade de uma reestruturação do espaço universitário, a reconfiguração de espaços existentes e a criação de espaços de acolhida, articulação e fortalecimento, considerando a intencionalidade da luta contra o racismo. Os NEABs foram indicados como um espaço para articular ensino, pesquisa e extensão na perspectiva de práxis pedagógica universitária negra reparativa. Acrescente-se, por influência de sugestão da constituição de um quarteto de sustentação das atividades da instituição universitária, a possibilidade dos NEABs também, atuarem na internacionalização com foco em relações de fortalecimento de relações de solidariedade a luta antirracista.

Foi sugerida a criação de comissões capacitadas para o atendimento às denúncias de racismos na perspectiva jurídica e de acolhimento. O repensar da política de assistência estudantil a partir do ângulo da reparação. O desenvolvimento de um olhar administrativo humanizado e a intencionalidade reparativa. O fluxo de informações com relação ao próprio funcionamento da instituição e das instâncias colegiadas igualmente, recebeu sugestão de que possam existir manuais amplamente divulgados e de fácil acesso para a comunidade negra. E a publicização das decisões colegiadas, disponibilizando para a consulta pública atas, envio de e-mails com pautas e decisões, dando condições de articulação e debates antecipados.

E foi enfatizado o caráter público, plural e democrático da instituição universitária. Da mesma forma, a necessidade de que a representatividade negra nas instâncias decisórias e colegiadas tenham suas posições respaldadas com o seu segmento e não seja uma decisão individual. A publicização das decisões colegiadas, disponibilizando para a consulta pública atas, envio de e-mails com pautas e decisões, dando condições de articulação e debates antecipados. E o monitoramento da política de ações afirmativas com os dados publicizadas para consulta pública.

Com relação ao ensino, o currículo foi apresentado como elemento estratégico de uma proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa, bem como, a necessidade de aprofundar o debate com relação ao seu conteúdo. Foi proposto a oferta de disciplinas em cada área do conhecimento com conteúdo relacionado as relações étnico-raciais e a pauta antirracista. A inclusão e naturalização do uso de autores negros/os/es no ensino, pesquisa e extensão também foi salientado. Bem como, a preservação da memória de contribuições para as diversas áreas do conhecimento e de luta e resistência contra o racismo. O envolvimento dos diferentes setores do campo Movimento Negro brasileiro estabelecendo articulações interna e externa a instituição universitária em diversas esferas, como, por exemplo, a cultural, jurídica, política, saúde, entre outras possibilidades. Foram dados exemplos da fragilidade da formação docente para o combate ao racismo. Proposto o investimento na formação continuada. E a realização de debates e conferências para debater reparação, envolvendo discentes, movimento estudantil, docentes, sindicatos docentes e técnico administrativos.

Referente a pesquisa, foi exposta a fragilidade na formação para essa atividade acadêmica e proposto que a partir do início do curso fosse disponibilizada a formação para a pesquisa, com suas possibilidades metodológicas, procedimentos e oportunidades para a publicação, periódicos disponíveis na instituição. E sinalizada a carência de fomento a pesquisas que fujam do senso comum de reprodução do racismo, e que foquem em contribuições para a efetivação da Lei 10.639 na área das exatas, voltadas para a diversidade, para a inclusão.

No tocante a extensão, ela foi apontada como uma forma da universidade estabelecer conexão com a comunidade externa e recomendado que as bolsas da extensão também fossem disponibilizadas pensando a perspectiva de reparação e inclusão negra. E igualmente, mencionado a necessidade do fortalecimento desse espaço como articulação e diálogo entre o campo universitário e o campo Movimento

Negro brasileiro. Na perspectiva da extensão em articulação com o ensino, foi ressaltado o seu uso como um mecanismo de estímulo a discentes e docentes para articular o seu conhecimento específico com a pluralidade de realidades sociais.

A respeito da internacionalização, foi feita a sugestão da sua inclusão junto ao ensino, pesquisa e extensão, e justificada essa inclusão pela sua importância na articulação internacional antirracista. Mantendo uma relação não somente com a internacionalização, mas também com os três demais eixos, foi sugerido voltar a atenção para a representatividade negra nas instituições de fomento e financiamento a pesquisa como CAPES e CNPq, em busca de parcerias e participação em espaços decisórios que possam contribuir para o desenvolvimento de uma proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa.

Para Gomes (2017) as cotas têm um caráter emancipatório “capaz de construir subjetividades rebeldes e desestabilizadoras que confrontem o racismo” (GOMES, 2017, p.118). Desta forma, uma perspectiva de práxis pedagógica universitária negra reparativa, se for adotada como um pacto nacional e concomitantemente como um projeto político pedagógico no campo universitário, pode contribuir para o rompimento com relações sociais de dominação e poder racializadas e criar a possibilidade de novas histórias, de rompimento com a incorporação de um *habitus* racista em função da adesão a uma perspectiva antirracista, porque, na perspectiva dialética, “Há história enquanto houver pessoas que se revoltem, que façam história (BOURDIEU, 2019, p.130).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do processo investigativo expostos nesta tese com relação a afro-reparação, tem como base para a análise uma tríade teórica, a partir da qual, o objeto de estudo foi interpretado. Assim sendo, é uma abordagem investigativa que também apresenta uma proposta de trajetória teórica interpretativa elaborada para o exame do objeto de estudo. Essa proposta teórica, apoia-se em uma conjugação de alguns elementos das teorias de Clóvis Moura, Axel Honneth e Pierre Bourdieu. E constitui a lente pela qual, o objeto de estudo foi observado. Esses resultados obtidos com a pesquisa, tem como relevância a contribuição para a ampliação do conhecimento sobre o objeto de estudo, levando em conta, a perspectiva de membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro.

A questão de pesquisa proposta para esse estudo, originou-se do intuito de buscar dados a respeito de como se constituem as práticas de afro-reparação na práxis dos agentes do campo Movimento Negro brasileiro, e como essas se relacionam com o campo universitário. Ao longo do processo de pesquisa, os objetivos específicos foram compondo a representação do objeto de estudo, apresentando elementos para a efetivação do objetivo geral da pesquisa. Assim, a descrição das concepções de afro-reparação por parte de membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro trouxeram uma historicidade, reflexões teóricas e características de uma ação política. Com base nos elementos presentes nessa descrição foi possível evidenciar uma proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa. Considerando esse enfoque, o objetivo geral da pesquisa foi analisar como as concepções de afro-reparação em disputa no campo Movimento Negro brasileiro, concebem ações de afro-reparação no campo universitário. E com essa intencionalidade, procurou-se na representatividade de integrantes do campo Movimento Negro brasileiro, elementos que atingissem esse objetivo. Assim sendo, essa tese dá visibilidade aos esquemas perceptivos de integrantes do campo Movimento Negro brasileiro, com relação a afro-reparação e o possível papel do campo universitário em uma proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa.

Considerando os esquemas perceptivos de membras/os/es do campo Movimento Negro brasileiro, a pesquisa ao abordar a educação universitária a partir

de uma perspectiva da reprodução de relações de poder racializadas, expôs a educação superior em suas relações com o conhecimento, a política, o direito, a vida, o poder e a morte. A essência social e a existência epistemológica recusada, o despotismo acadêmico, a condenação ao óbito cognitivo, permeiam os relatos e solidificam uma perspectiva de luta contra a morte epistemológica, social e física. Para além do esboçar de uma proposta pedagógica, os relatos indicam possibilidades de reconfiguração de relações sociais e de sobrevivência a uma emboscada social histórica, que constitui o processo de escravização negra.

É perceptível na maioria dos relatos presentes na tese, um direcionamento para um entendimento de política de ação afirmativa como uma perspectiva de afro-reparação. Sem, no entanto, que em relação ao campo universitário, esse entendimento fique limitado ao modelo de ação afirmativa com as características atuais. Existe nos relatos reflexões críticas a respeito da política de ação afirmativa no campo universitário e com relação ao papel da universidade na busca de adaptações à pluralidade social brasileira. As críticas estão direcionadas para questões que envolvem, o combate ao racismo, a estrutura universitária, a concepção pedagógica, a proposta curricular, a efetivação do processo de ensino e aprendizagem, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essas reflexões indicam a necessidade no campo universitário de expandir a proposta para um conjunto de ações para além da reserva de vagas.

Com relação as cinco categorias de análise que orientaram o exame do objeto de estudo, elas foram expostas na tese mantendo relação com os objetivos específicos, em uma graduação de informações que principia dando visibilidade a relação entre subjetividade e intersubjetividade de integrantes do campo Movimento Negro brasileiro e sua luta política antirracista. Passando na sequência, para o processo de socialização de uma pauta reivindicatória; uma classificação das próprias propostas de afro-reparação presentes nos relatos quanto ao seu potencial de mudança social e mobilidade social e uma verificação das disputas no campo em torno da concepção de afro-reparação. E finaliza, com a elaboração de uma proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa.

Essa proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa não se apresenta restrita ao campo universitário, mas se constitui como um diálogo constante deste com o campo Movimento Negro brasileiro e suas demandas históricas educacionais que incide fortemente sobre o campo universitário. É uma proposta de

pedagogia universitária que tem como foco uma intencionalidade educacional reparativa, por esse motivo tem a necessidade de inovações pedagógicas e estruturais, de uma reinterpretação do processo de ensino aprendizagem. Nesse ponto de vista, como sugestão dos relatos, se soma ao tripé ensino, pesquisa e extensão, também a internacionalização e coletivos representativos de pesquisadores ligados à comunidade negra.

Os resultados obtidos no processo investigativo direcionam para um campo universitário com um propósito social, pautado em direitos humanos, antirracismo, fortalecimento da cidadania e democratização do conhecimento. Não restringe o processo de ensino a uma relação institucional abstrata, mas reivindica materialidade e práxis social. Reivindica uma articulação entre instituição, pluralidade social e democracia, com isso propõe uma vivência em que as inovações e avanços do conhecimento, estejam focados também no desenvolvimento de pessoas, de seres humanos, de apreciadores de direitos humanos.

Com relação a hipótese, apresentada para esse estudo, considerando a metodologia adotada, os dados coletados e o resultado das categorias de análise é possível considerar a sua validade. Dessa forma, os dados coletados evidenciam processos de disputa interpretativas e políticas na concepção do que consiste a afro-reparação no campo universitário, ou seja, uma pluralidade de concepções. No entanto, as informações coletadas e a sua análise considerando uma perspectiva dialética, bem como, a interrelação entre o microsocial e o macrosocial demonstram que, a pluralidade resulta dos diferentes ângulos pelos quais o objeto de estudo é observado no campo Movimento Negro brasileiro. Essa diferença de esquemas perceptivos retratam também diferentes trajetórias de agentes, classes e subclasses que constituem o campo Movimento Negro brasileiro. E essa pluralidade, como demonstra o tópico “4.5.7 Práxis pedagógica universitária negra reparativa”, pode contribuir de forma complementar no pensar e elaborar de uma proposta de práxis pedagógica universitária negra reparativa.

Para finalizar, destaco que a consideração fundamental que resulta do processo investigativo e do exame dos dados coletados por meio dos relatos, é a necessidade de aprofundar os estudos referentes a qual é o ambiente educacional universitário objetivo e intersubjetivo, pedagógico e político, necessário para atuar no processo de ensino-aprendizagem universitário, em um contexto de diversidade e desigualdade social, na perspectiva de uma práxis democrática, participativa e

inclusiva. Isto é, o que precisa ser considerado, em uma ação pedagógica compromissada com a justiça social e reparatória de processos históricos de relações sociais de dominação e poder resultantes do processo de escravização no Brasil.

REFERÊNCIAS

AFROPRESS, Agência de Notícias online. **Coletivo de Advogados acusa Carrefour de mais 2 casos de racismo**, 13/12/2021. AFROPRESS, 2021a. Disponível em: <https://www.afropress.com/coletivo-de-advogados-acusa-carrefour-de-mais-2-casos-de-racismo/>. Acesso em: 15/11 /2022.

____. **Procurador gaúcho diz que acordo Carrefour Educafro “é estranho e contrária lógica”**. AFROPRESS, 2021b. Disponível em: <https://www.afropress.com/procurador-gaucho-diz-que-acordo-carrefour-educafro-e-estranho-e-contraria-logica/>. Acesso em: 15/11 /2022.

____. **traição aos nossos ancestrais”, diz fundador de Grupo Palmares sobre parceria com Carrefour**, 06/12/2021. AFROPRESS, 2021c. Disponível em: <https://www.afropress.com/traicao-aos-nossos-ancestrais-diz-fundador-de-grupo-palmares-sobre-parceria-com-carrefour/> . Acesso em: 15/11 /2022.

____. **Caso Beto Freitas: Carrefour transforma editais de bolsas em marketing**, 13/08/2022. AFROPRESS, 2022. Disponível em: <https://www.afropress.com/caso-beto-freitas-carrefour-transforma-editais-de-bolsas-em-marketing/> .Acesso em: 15/11 /2022.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Almicar A. **História do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. RJ: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

ALEXANDER, Jeffrey. **O novo movimento teórico**. Revista brasileira de Ciências Sociais. v.2 n.4 São Paulo jun. 1987.

ALMADA, Sandra. **Abdias Nascimento**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo recreativo?** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao extermínio: uma história na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

ALVES, Marta Mariano. **A educação saudável e a saúde da educação: uma análise da “zona de silêncio” na formação do pedagogo da Universidade Federal do Paraná**. Especialização. Orientador: Américo Agostinho R. Walger. Paraná: UFPR, 2007. Acesso em: 06/07/2023. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/80668> .

____. **Implementação da lei 10.639/03 : uma análise dos projetos político pedagógicos dos cursos de Pedagogia e de bacharelado com licenciatura em História da UFPR**. Especialização. Orientadora: Nadia Gaiofatto Gonçalves. Paraná: UFPR, 2015. Acesso em: 06/07/2023. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/42034> .

____. **Negros(as) e a luta por reconhecimento na universidade: o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos (NEAB) da UFRGS**. Dissertação. Orientadora Célia E. Caregnato. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/170879>.

AMIM, Valéria; REIS, Lismar Lucas Santos do. **Resistência, conflitos e costumes na Bahia escravista sob o olhar da história social**. SANKOFA - Revista de História

da África e de Estudos da Diáspora Africana/Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política. Ano XIII, nº XXIII, abril/2020. São Paulo: NEACP, 2020.

APOLINÁRIO, Sílvia Menicucci O. S. ; BASTOS, Lúcia Elena Arantes Ferreira. **Ensaio sobre a impunidade: os crimes contra a humanidade cometidos no Brasil**. Universitas JUS, v. 27, n. 1, p. 33-47. ISSN 1982-8268. Brasília: UniCEUB, 2016. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/jus/article/view/3864/2989>. Acesso em: 22/04/2018.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. **Internacionalização e transnacionalização da educação superior: trata-se de formação de um campo global ou de um mercado mundial em construção**. In: PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar; HEINZLE, Marcia Regina Selpa (Org.). **Internacionalização na educação superior: políticas, integração e mobilidade acadêmica**. Blumenau: Edifurb, 2015.

BATISTA, Neusa C. **Políticas públicas de ações afirmativas para a educação superior: o Conselho Universitário como arena de disputas**. Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 23, nº 86, p. 95-128, jan./mar. 2015.

BENTO, Cida. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERNARDES, Célia Regina Ody. **Racismo de Estado: uma reflexão a partir da crítica da razão governamental de Michel Foucault**. Curitiba: Juruá, 2013.

Berry, Mary Frances. **My Face Is Black Is True: Callie House and the Struggle for Ex-Slave Reparations**. New York, EUA: Vintage, 2006.

BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racismo sem racistas: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América**. Tradução Margarida Goldsztajn. São Paulo: Perspectiva, 2020.

BORNIA, Josiane Pilau. **Discriminação, preconceito e direito penal**. Curitiba: Juruá, 2007.

BOUCHER, Geoff. **Marxismo**. Tradução Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**. In: Ortiz, Renato (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. Tradução Paulo Monteiro e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps**. Paris: Minuit, 1989.

_____. **Razões prática: sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. **Mediações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução Denise Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004b.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **Sobre as artimanhas da razão imperialista**. In: NOGUEIRA, Maria A; CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

_____. **O senso prático**. Tradução Maria Ferreira. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

- ____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- ____. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de Educação**. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011a.
- ____. **A Miséria do mundo/** sob direção de Pierre Bourdieu; com contribuições de A. Accardo et. al. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011b.
- ____. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ____. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- ____. **A distinção**. Tradução Daniela Kern; Guilherme J.F. Teixeira. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017a.
- ____. **Homo academicus**. Tradução Ione Ribeiro Valle. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2017b.
- ____. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2018a.
- ____. PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018b.
- ____. **Questões de sociologia**. Tradução Fabio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- ____. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. Tradução Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 2021a.
- ____. **Sociologia Geral, vol. 2: habitus e campo: Curso no Collège de France (1982-1983)**. Tradução Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021b.
- ____. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner - 20ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.
- BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)**. Rio de Janeiro: Imperador, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_24.htm. Acesso em 10/06/2021.
- ____. **Lei de 3 de outubro de 1832**. Dá nova organização às actuaes Academias Medico-cirurgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia. Rio de Janeiro: Palacio do Rio de Janeiro, 1832. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html. Acesso em 10/06/2021.
- ____. Município da Côrte. **Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854**. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. Rio de Janeiro: Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, 1854. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em 20/05/2021.
- ____. **Decreto nº 7.031-a, de 6 de setembro de 1878**. Crêa cursos nocturnos para adultos nas escolas publicas de instrucção primaria do 1º gráo do sexo masculino do municipio da Côrte. Rio de Janeiro: Palacio do Rio de Janeiro, 1878. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html>. Acesso em 10/06/2021.

_____. **Projeto de Lei nº 1.332, apresentação 14/06/1983**. Dispõe sobre ação compensatória, visando a implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo artigo 153, parágrafo primeiro, da Constituição da República". Brasília: Câmara dos Deputados, 1983. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=190742>. Acesso em: 09/06/2019.

_____. **Projeto de Lei nº 1.239, apresentação 21/11/1995**. Garante a reparação com indenização para os descendentes dos escravos no Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16454>. Acesso em: 09/06/2019.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da Temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 28/02/2020.

_____. MEC-CNE/CP. **Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004**. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Conselho Nacional de Educação, Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2004.

_____. Supremo Tribunal Federal - STF. **Acórdão na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186/DF (ADPF 186/DF)**. Relator: LEWANDOWSKI, Ricardo. Publicado no DJE 20/10/2014 - ATA Nº 153/2014. DJE nº 205. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693>. Acesso em: 21/04/2018.

_____. Supremo Tribunal Federal - STF. **Acórdão na Ação Declaratória de Constitucionalidade 41/DF (ADC 41)**. Relator: BARROSO, Roberto. Publicado no DJE 17/08/2017 - ATA Nº 113/2017. DJE nº 180. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13375729>. Acesso em: 21/04/2018.

BURKE, Peter. **História e Teoria social**. São Paulo: Unesp, 2012.

BURAWOY, Michael. **O marxismo encontra Bourdieu**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

CARIA, Telmo H. **Da estrutura prática à conjuntura interactiva – relendo o Esboço de uma teoria da prática de Pierre Bourdieu**. Revista Crítica de Ciências Sociais (RCCS), n. 64 - 2002; Número não temático. Portugal, Coimbra: Centro de Estudos Sociais de Coimbra, 2002. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1239>. Acesso em: 25/07/2020.

CARENHO, Aline; et al. **O corpo como lugar de sofrimento social**. In: SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian (Orgs.). **Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CASHMORE, Ellis; et al. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

- CATANI, Afrânio Mendes. **Campo Universitário**. In: CATANI, Afrânio Mendes; et al (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- CAVALLEIRO, Eliane. **A diversidade étnico-racial na educação**. In: **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, 2006.
- CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.
- CHAMPAGNE, Patrick. **Miséria do Mundo (La Misère du monde)**. In: CATANI, Afrânio Mendes; et al (Orgs0). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- CHIAVENATTO, Júlio José. **O negro no Brasil: da senzala a Guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COALIZÃO, Coalizão Negra por Direito. **Não em nosso nome! Nota sobre o TAC Carrefour – caso Beto Freitas**, 18/06/2021. Coalizão Negra por Direitos, 2021. Disponível em: <https://coalizaonegraporDireitos.org.br/2021/06/18/nao-em-nosso-nome-nota-tac-carrefour-beto-freitas/>. Acesso em: 15/11/2022.
- COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. **A sociologia de Marx Weber**. Tradução Cláudio José do Valle Miranda. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- CUNHA JR, Henrique. **Nós, afro-descendentes: história africana e afrodescendente na cultura brasileira**. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino Superior e Universidade no Brasil**. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira et al (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CUNHA, Maria Isabel da. **Pedagogia Universitária**. In: MOROSINI, Marília Costa (Editora-chefe). Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário vol. 2. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.
- CUNHA, Maria Isabel da; LEITE, Denise Balarine Cavalheiro. **Decisões pedagógicas e estruturas de poder na universidade**. São Paulo: Papyrus, 2009.
- CURY, Carlos R.J. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho, 2002.
- DEER, Cécile. **Reflexividade**. In: GRENFELL, Michael. **Pierre bourdieu: conceitos fundamentais**. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- DIDRIKSSON, A.; ÁLVAREZ, F.; CAAMAÑO, C.; CAREGNATO, C.; PERROTTA, D.; DEL VALLE, D.; HERNÁNDEZ, A.; TORLUCCI, S. **La ciencia y la tecnología desde las humanidades: temas emer(conver)gentes**. Integración y Conocimiento, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 14–42, 2020. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/29471>. Acesso em: 14/01/ 2022.
- DOMINGUES, Petrônio. DOMINGUES, Petrônio. **Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica**. Revista Brasileira de Educação [online]. 2005, n.29, p.164-176. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000200013>. Acesso em: 30/04/2018.

_____. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo [online]. 2007, vol.12, n.23, p.100-122. ISSN 1413-7704. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>. Acesso em: 09/04/2017.

_____. **Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos.** Dimensões – Revista de História da Ufes, n. 21 (2008). Espírito Santo: Ufes, 2008a. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/2485>. Acesso em: 09/01/2021.

_____. **A nova abolição.** São Paulo: Selo Negro, 2008b.

_____. **Agenciar raça, reinventar a nação: o Movimento pelas reparações no Brasil.** Revista Análise Social, nº 227, p.332-361, jun. 2018. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.31447/AS00032573.2018227.04>. Acesso em: 03/06/2019.

DUARTE, Evandro Piza. **Criminologia & Racismo.** Curitiba: Juruá, 2017.

DOWBOR, Ladislau. **O que é capital.** Coleção primeiros passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

DU BOIS, W. E. B. **As almas da gente negra.** Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999.

EDUCAFRO, Educação e Cidadania de Afrodescendente e Carentes. **'Não negociamos a vida de pessoas negras', diz jurista sobre Carrefour...**, 24/06/2022. Educafro, 2021. Disponível em: <https://www.educafro.org.br/site/2021/06/24/nao-negociamos-a-vida-de-pessoas-negras-diz-jurista-sobre-carrefour/>. Acesso em: 15/11/2022.

ELSTER, Jon, **Closing the books: transitional justice in historical perspective.** Nova York: Cambridge University, 2004.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **UNE em tempos de autoritarismo.** R.J: Editora UFRJ, 1997.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Pele Negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A construção da República no Brasil.** In: ARAUJO, Cícero; AMADEO, Javier. **Teoria política Latino-americana.** São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2009.

FERREIRA NETO, Pedro Junqueira. **O Brasil e a Revolta Escrava da Bela Cruz (1833).** Santa Catarina: Clube de Autores, 2015.

FERRO, Marc. **Os tabus da história: a face oculta de acontecimentos que mudaram o mundo.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

FLAUZINA, Ana luiza Pinheiro. **Corpo Negro caído no chão: O Sistema Penal e o projeto genocida do Estado Brasileiro.** Dissertação. Brasília: Direito UnB, 2006. Disponível: https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Repositorio/31/Documentos/2006_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf. Acesso: 16/04/2018.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREITAS, Décio. **Insurreições escravas.** Porto Alegre/RS: Editora Movimento, 1976.

_____. **Palmares: a guerra dos escravos.** Rio de Janeiro: Edição Graal, 1978.

GENOVESE, Eugene Dominick. **Da rebelião a revolução: as revoltas de escravos negros nas Américas**, 1983.

GIDDENS, Anthony. SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da sociologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. RBPAAE – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19971/%2011602>. Acesso em: 14/11/2022.

_____. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

_____. **Movimento Negro Educador: releituras, encontros e trocas de saberes**. In: GOMES, Nilma Lino (org.). **Saberes das lutas do Movimento Negro Educador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

GRENPELL, Michael. **Metodologia**. In: GRENPELL, Michael. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: ECHAZÚ BÖSCHEMEIER, A. G. ; INÉS CEJAS, M. . A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade: Lélia González. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 66–89, 2021. DOI: 10.21057/10.21057/repamv15n1.2021.40454. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/40454>. Acesso em: 29 abr. 2023.

HABIB, Adam; BENTLEY, Kristina. **Reparação racial, identidade nacional e cidadania na África do Sul pós-apartheid**. In: PAIVA, Angela Randolpho. **Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

HAMÚ, Daura Rios Pedroso. **Desigualdades, Direitos Humanos E Ações Afirmativas: História e Revelações do Programa UFGINCLUI**. Tese (Doutorado em Educação) - Goiânia/GO: PUC, 2014. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/707/1/DAURA%20RIOS%20PEDROSO%20HAMU.pdf>. Acesso em 26/02/2020.

HARDY, Cheryl. **Histerese**. In: GRENPELL, Michael. **Pierre bourdieu: conceitos fundamentais**. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

JOURDAIN, Anne; NAULIN, Sidonie. **A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAHIRE, Bernard. **Os limites do conceito de campo**. In: SOUZA, Jessé; BITTLINGMAYER, Uwe (Orgs.). **Dossiê: Pierre Bourdieu**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

LEITE, Denise. **Reformas universitárias: avaliação institucional participativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LEITE, Denise. *Pedagogia Universitária*. In: MOROSINI, Marília Costa (Editora-chefe). *Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário vol. 2*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

_____. **Pedagogia da Reforma de Córdoba**. *Revista Integración y Conocimiento*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 37–53, 2018. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/20103>. Acesso em: 10/01/2021.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. **As novas formas de expressão do preconceito e do racismo**. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 9, n. 3, p. 401-411, Dec. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/k7hJXVj7sSqf4sPRpPv7QDy/?lang=pt>. Acesso em: 04/04/2023.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LÓPEZ, Laura Cecilia. **"Afro-reparações" na perspectiva dos movimentos negros no Brasil e no Uruguai na última década**. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA): Desigualdade na Diversidade. ISBN: 978-85-61341-16-9. Porto Seguro, 2008.

_____. **"Que América Latina se sincere": uma análise antropológica das políticas e poéticas do atavismo negro em face às ações afirmativas e às reparações no Cone Sul**. Tese (Doutorado). Orientadora: Jardim, Denise Fagundes. Porto Alegre/RS: UFRGS, 2009.

_____. **Reflexões sobre o conceito de racismo institucional**. In: JARDIM, Denise Fagundes; LÓPEZ, Laura Cecilia (Orgs.). **Política da diversidade: (In)visibilidade, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

MARÇAL, José Antonio. **A formação de intelectuais negros(as): políticas de ações afirmativas nas universidades**. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MATON, Karl. **Habitus**. In: GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MATTOS, Patrícia Castro. **A sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser**. São Paulo: Annablume, 2006.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1edições, 2018.

MEDEIROS, Priscila Martins. **Das lutas políticas ao reconhecimento jurídico: relações raciais, ensino superior e ações afirmativas no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2012.

MONSMA, Karl. **Racialização, racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplo do pós-abolição paulista**. XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social - 22 a 26 de julho/2013. Natal-RN: ANPUH, 2013. Disponível em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364748564_ARQUIVO_Monsmatrabalho.pdf. Acesso em: 17/03/2020.

_____. **A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914**. São Carlos: EduFSCar, 2016.

MOURA, Clóvis. **A sociologia posta em questão**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

____. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

____. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global Ed., 1983.

____. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. RS: Mercado Aberto, 1988.

____. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1992.

____. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2004.

____. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Editora Anita Garibaldi, 2014.

____. **Memórias de Sparkenbroke: Fora do tempo**. Teresa Malatian, Sonia Troitiño, Cleber Santos Vieira (Orgs). São Paulo: Editora Unesp, 2018.

____. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

____. **O negro, de bom escravo a mau cidadão**. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. **O negro revoltado**. Organização e apresentação de Abdias Nascimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

____. NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O negro e o Congresso Brasileiro**. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição**. Brasília: fundação Cultural Palmares_MINC.v. 1, 2004.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

____. **Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente: significações do corpo negro**. São Paulo: Perspectiva, 2021.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Conatus**. In: CATANI, Afrânio Mendes; et al, (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

OAB-NOTÍCIAS. **Comissão da Verdade da Escravidão Negra toma posse na OAB Nacional**. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), (17h55) 06/02/2015. Disponível em: <http://www.oab.org.br/noticia/28065/comissao-da-verdade-da-escravidao-negra-toma-posse-na-oab-nacional>. Acesso em: 22/04/2018.

OLIVEIRA, Dennis de. **Reposicionando conceitualmente o Negro Brasileiro no olhar de um intelectual negro**. In: MOURA, Clovis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. **Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Negra**. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais). Orientador: Luís Carlos Fridman. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

OLPN. **Manifesto Organização de Libertação do Povo Negro**. OLPN: 2014. Disponível em: <http://brialawa.com.br/wp-content/uploads/2016/05/manifesto-olpn-para-divulg-1.pdf> . Acesso em: 22/04/2018.

ORTIZ, Renato. **A procura de uma sociologia da prática: preliminares**. In: Ortiz, Renato (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. Tradução Paulo Monteiro e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

PAIXÃO, Marcelo J. P. **Desenvolvimento Humano e Relações Raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PETERS, Gabriel. **Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS, vol.28, nº 83, São Paulo - out./2013. ISSN: 1806-9053. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/DVWhYRHDxhgN3yz49tVHTKz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28/01/2023.

RATTS, Alex. **Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no Movimento Negro de base acadêmica**. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (Org.). **Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

RODRIGUES, Eustáquio e FERREIRA, Yedo. **Projeto político do povo negro para o Brasil: construindo uma nação inclusiva**. 1ª Ed. Belo Horizonte, MG: Ed. do Autor, 2022.

ROSETO-LABBÉ, Claudia Mosquera; BARCELOS, Luiz Claudio; ROBLES, Andrés Gabriel Arévalo. **Contribuciones a los debates sobre las Memorias de la Esclavitud y las Afro-reparaciones en Colombia desde el campo de los estudios afro-colombianos, afro-latinoamericanos, afrobrasileros, afro-estadounidenses y afro-caribeños**. In: ROSETO-LABBÉ, Claudia Mosquera; BARCELOS, Luiz Claudio. **Afro-reparaciones: Memorias de la Esclavitud y Justicia Reparativa para negros, afro-colombianos y raizales**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas, Centro de Estudios Sociales, 2007.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **Ser negro: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Educação: um pensamento negro brasileiro**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SETTON, Maria da Graça Jacinto. **A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. Revista Brasileira de Educação, n. 20, p. 60-70, 2002. Rio de Janeiro/RJ: ANPED, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mSxXfdBBqghYyw4mmn5m8pw/?lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2023.

_____. **Socialização e cultura: ensaios teóricos**. São Paulo: Annablume, 2016.

SEWELL, William Hamilton. **Lógicas da história: teoria social e transformação social**. Tradução Caesar Souza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. **Ações Afirmativas: uma proposta de superação do racismo e das desigualdades**. Revista de Políticas Públicas. São

Luís, v.14, n.1, p. 67-76, jan./jun. 2010. Maranhão: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, 2010.

SILVA, Denise Maria Perissini da. **Racismo: a psicologia e o judiciário no trato dos crimes de intolerância racial**. Curitiba: Juruá, 2017.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Entre Brasil e África: construindo conhecimento e militância**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2001.

TAJFEL, Henri. **Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança**. In: KNOKE, A; et al. Mudança social e psicologia social. Lisboa: Livros Horizonte Lda, 1982.

TAUNAY, Carlos Augusto. Manual do agricultor brasileiro. Rafael de Bivar Marquese (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

THOMSON, Patrícia. **Campo**. In: GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

VIEIRA, Cleber Santos. **Imprensa e resistência negra em Clóvis Moura: de documento histórico a grupo específico de autodefesa (1959-1983)**. Revista Patrimônio e Memória, ISSN-1808-1967, Unesp, v. 14, n. 1, p. 365-386, janeiro-junho, 2018. São Paulo: Unesp, 2018.

VIEIRA JUNIOR, Ronaldo Jorge Araujo. **Responsabilização objetiva do Estado: segregação institucional do negro e adoção de ações afirmativas como reparação aos danos causados**. Paraná-Curitiba, Editora Juruá, 2011.

VUCKOVIC, Nadja. **Quem pede reparações e por quais crimes?** In: FERRO, Marc (Org.). O livro Negro do Colonialismo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

ZEHR, Howard. **Justiça restaurativa**. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2012.

ANEXO 1- FORMULÁRIO DE PESQUISA E TERMO DE CONSENTIMENTO

PESQUISA AFRO-REPARAÇÃO NO CAMPO UNIVERSITÁRIO PERSPECTIVA DE MEMBROS DO MOVIMENTO NEGRO

PARA OS INTERESSADOS EM COLABORAR COM A PESQUISA AS RESPOSTAS AO FORMULÁRIO SERÃO ACEITAS ATÉ O DIA 28/06/2021.

PRORROGADO: SERÁ ACEITO O PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE PESQUISA ATÉ O DIA 12/07/2021.

Afro-reparação é um termo usado nesta pesquisa para fazer referencia a luta de membros do Movimento Negro por reparação para a população negra pelo processo de escravização e suas consequências.

A participação na pesquisa consiste em:

1- Responder ao questionário apresentado na sequência;

2- Indicar no questionário as possibilidades de contato (telefone ou e-mail) para agendamento de entrevista para tirar dúvidas com relação à proposta pedagógica de afro-reparação apresentada para o campo universitário e para dar retorno ao participante a respeito da pesquisa. Permanecendo as restrições da pandemia (Covid-19) as entrevistas serão realizadas de forma remota (videoconferência).

Marta Mariano Alves

Currículo Lattes CNPq: <http://lattes.cnpq.br/4895616567989892>

E-mail para questões relacionadas à pesquisa: martaalves.gear@gmail.com

Abaixo é apresentado o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO. Ao responder as questões deste questionário considera-se que o participante está ciente e concorda com o exposto no TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

*Obrigatório

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**PESQUISA SOBRE AFRO-REPARAÇÃO E CAMPO UNIVERSITÁRIO:
Perspectiva de membros do Movimento Negro****Pesquisadora:** Doutoranda Marta Mariano Alves - martaalves.gear@gmail.com**Orientadora:** Dra. Célia Elizabete Caregnato - celia.caregnato@gmail.com**Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFRGS****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INDIVIDUAL-TCLE**

Gostaríamos de obter seu consentimento para participar de uma pesquisa nas condições abaixo descritas.

1. **NATUREZA DA PESQUISA:** A pesquisa tem como finalidade conhecer como representantes do Movimento Negro pensam que deveria ser as propostas e práticas de afro-reparação no campo universitário. Este projeto foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2. **PARTICIPANTES:** Participarão desta pesquisa membros do Movimento Negro.

3. **ENVOLVIMENTO NA PESQUISA:** Participação pode ocorrer em três etapas: resposta de um questionário, entrevista e observação de atividades em que atua o participante da pesquisa, de acordo com a vontade e disponibilidade de cada participante. Você tem a liberdade de se recusar a participação e desistir a qualquer momento que decida sem qualquer prejuízo.

4. **AS QUESTÕES QUE SERÃO FORMULADAS:** As questões serão simples e de muita importância para a pesquisa. São questões que dizem respeito a sua visão do que deveria ser afro-reparação no campo universitário.

5. **RISCOS E DESCONFORTO:** A participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na pesquisa, conforme a Resolução 466/2012 e a Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde. Os possíveis riscos produzidos por desconfortos na interação e respostas serão resolvidos com encaminhamentos que garantam cuidados e respeito de acordo com a manifestação do respondente.

6. **CONFIDENCIALIDADE:** Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Trataremos todas as informações sem que haja identificação de particularidades de cada entrevistado.

7. **BENEFÍCIOS:** Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto e imediato. Entretanto, esperamos que os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outras pessoas no âmbito da educação escolar e da educação superior.

8. **PAGAMENTO:** Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Para tanto, preencha os itens que se seguem.

Desde já, agradecemos a atenção e a participação. Caso queira contatar a equipe, isso poderá ser feito pelo email: martaalves.gear@gmail.com (Marta Mariano Alves - pesquisadora) e celia.caregnato@gmail.com (Célia E. Caregnato - orientadora da pesquisa).

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Confirmando ao responder este formulário que estou ciente das condições da pesquisa apresentadas no **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INDIVIDUAL-TCLE**, que entendi os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. E que concordo de forma voluntária em participar da pesquisa.

1. **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INDIVIDUAL-TCLE ***

Marcar apenas uma oval.

Estou ciente do conteúdo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido individual_TCLE e concordo em participar da pesquisa

ATUAÇÃO NO MOVIMENTO NEGRO

2. VOCÊ PARTICIPA DO MOVIMENTO NEGRO? *

Marcar apenas uma oval.

sim *Pular para a pergunta 3*

não

ATUAÇÃO NO MOVIMENTO NEGRO E CONCEPÇÃO DE REPARAÇÃO

3. QUAL O NOME DA ENTIDADE DO MOVIMENTO NEGRO QUE VOCÊ PARTICIPA?

4. FAZ QUANTO TEMPO QUE VOCÊ PARTICIPA DESTA ENTIDADE DO MOVIMENTO NEGRO?

5. QUAL É A ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA ENTIDADE QUE VOCÊ PARTICIPA?

6. QUAL É A ATIVIDADE QUE VOCÊ DESENVOLVE NA ENTIDADE?

7. SE A ENTIDADE DO MOVIMENTO NEGRO QUE VOCÊ PARTICIPA POSSUI FACEBOOK, TWITTER, BLOG, INSTAGRAM, CANAL YOU TUBE, OU OUTROS, INDIQUE OS LINKS.

8. A ENTIDADE DO MOVIMENTO NEGRO QUE VOCÊ PARTICIPA DISCUTE, OU UTILIZA O ARGUMENTO DE REPARAÇÃO PARA NEGRAS/OS PELAS CONSEQUÊNCIAS DA ESCRAVIZAÇÃO?

Marcar apenas uma oval.

- sim
 Não

9. O QUE É REPARAÇÃO PELAS CONSEQUÊNCIAS DA ESCRAVIZAÇÃO PARA A ENTIDADE QUE VOCÊ PARTICIPA?

10. DESCREVA A PROPOSTA DE REPARAÇÃO DA ENTIDADE.

11. O QUE INFLUENCIOU A ENTIDADE QUE VOCÊ PARTICIPA A ENTENDER A REPARAÇÃO DA FORMA COMO VOCÊ RESPONDEU ACIMA?

12. EXISTEM DIFERENÇAS ENTRE O ENTENDIMENTO DE REPARAÇÃO DA ENTIDADE QUE VOCÊ PARTICIPA E A DE OUTRAS ENTIDADES DO MOVIMENTO NEGRO.

Marcar apenas uma oval.

sim

Não

13. SE EXISTEM DIFERENÇAS QUAIS SÃO? SE NÃO EXISTE DIFERENÇAS QUAIS SÃO AS SEMELHANÇAS?

14. A ENTIDADE QUE VOCÊ PARTICIPA POSSUI UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE REPARAÇÃO PENSADA PARA SER USADA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (EDUCAÇÃO SUPERIOR)?

Marcar apenas uma oval.

sim

Não

15. SE A ENTIDADE POSSUI UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE REPARAÇÃO PARA SER USADA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR), DESCREVA A PROPOSTA.

16. QUAL A OPÇÃO QUE MELHOR REPRESENTA A PROPOSTA PEDAGÓGICA DE REPARAÇÃO DA ENTIDADE QUE VOCÊ PARTICIPA?

Marque todas que se aplicam.

Mobilidade Social - promover a saída de uma posição social considerada inferior e de menor prestígio social para uma posição de melhor prestígio e recurso econômico

Mudança Social - promover a transformação da estrutura social e das relações de dominação e poder

17. JUSTIFIQUE A SUA RESPOSTA COM RELAÇÃO MUDANÇA SOCIAL OU MOBILIDADE SOCIAL.

IDENTIFICAÇÃO/FORMAÇÃO/RELAÇÃO COM A UNIVERSIDADE

18. NOME COMPLETO

19. IDADE

Marcar apenas uma oval.

- 18 ou 19 anos
 20 até 59 anos
 60 anos ou mais

20. SEXO/GÊNERO

Marcar apenas uma oval.

- feminino
 masculino
 Opção pela identidade de gênero

21. SE A OPÇÃO É PELA IDENTIDADE DE GÊNERO ESPECIFIQUE.

22. RAÇA/COR (categorias do IBGE)

Marcar apenas uma oval.

- amarela
 branca
 indígena
 Preta/o, Parda/o (negra/o)

23. NACIONALIDADE

Marcar apenas uma oval.

brasileira

Outro: _____

24. CIDADE/ESTADO (residência atual)

25. QUAL É A SUA PROFISSÃO?

26. QUAL A SUA ESCOLARIDADE?

Marcar apenas uma oval.

Ensino Fundamental

Ensino Médio

Graduação

Especialização

Mestrado

Doutorado

Pós-Doutorado

27. SE POSSUI CURRÍCULO LATTES CNPq, INDIQUE O LINK?

28. **INDIQUE SE EXERCEU ALGUMAS DAS ATIVIDADES LISTADAS ABAIXO EM UMA UNIVERSIDADE**

Marque todas que se aplicam.

- direção
- coordenação
- secretaria
- departamento
- associação
- diretório
- órgãos suplementares (centros, institutos, editoras, museus)
- Coletivos discentes, funcionários ou docentes de negras/os ou ações afirmativas
- instância colegiada (conselhos, comissões, câmara, etc.)
- técnico-administrativo
- docente
- palestrante em curso de formação relacionado a questões étnico-raciais
- membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas
- Outro: _____

CONTATO

(os contatos fornecidos serão usados para agendar entrevista, tirar dúvidas e para dar retorno ao participante a respeito da pesquisa)

29. **CONTATO TELEFONE (DDD telefone)**

30. **CONTATO E-MAIL**

31. **CONTATO (outras opções)**

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO 2 - DIVULGAÇÃO DO FORMULÁRIO DE PESQUISA PELA ABPN

14/07/2023, 18:45 ABPN - Prezades Meu nome é Marta Mariano Alves, doutoranda no... | Facebook

ABPN
27 de maio de 2021 · 🌐

Prezades

Meu nome é Marta Mariano Alves, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Estou realizando uma pesquisa orientada pela Dra. Célia Elizabete Caregnato, denominada "Afro-Reparação no Campo Universitário perspectiva de membros do Movimento Negro".

O termo Afro-reparação é usado nesta pesquisa para fazer referência a luta de membros do Movimento Negro por reparação para a população negra pelo processo de escravização e suas consequências. A pesquisa tem como finalidade conhecer as propostas de reparação presentes no Movimento Negro e como elas pensam que deveria ser as propostas e as práticas de reparação na universidade brasileira.

Solicito, por gentileza, o seu apoio e colaboração participando da pesquisa ou divulgando o formulário entre as entidades do Movimento Negro que mantém contato para que possam participar da pesquisa. O acesso ao formulário com o questionário da pesquisa está indicado no link abaixo.

Link para acesso ao formulário com o questionário para participar da pesquisa:
<https://forms.gle/xXw2Ae1HL5jnAIfs7>

A participação na pesquisa consiste em:


- 1- Responder ao questionário indicado no link acima;
- 2- Indicar no questionário as possibilidades de contato (telefone ou e-mail) para agendamento de entrevista para tirar dúvidas com relação à proposta pedagógica de afro-reparação apresentada para o campo universitário e para dar retorno ao participante a respeito da pesquisa. Permanecendo as restrições da pandemia (Covid-19) as entrevistas serão realizadas de forma remota (videoconferência).

Certa de seu apoio e participação, antecipadamente agradeço a colaboração e a atenção.

Atenciosamente, Marta Mariano Alves (Doutoranda PPGEDU/UFRGS)
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4895616567989832>
E-mail para questões relacionadas à pesquisa: martaalves.gear@gmail.com

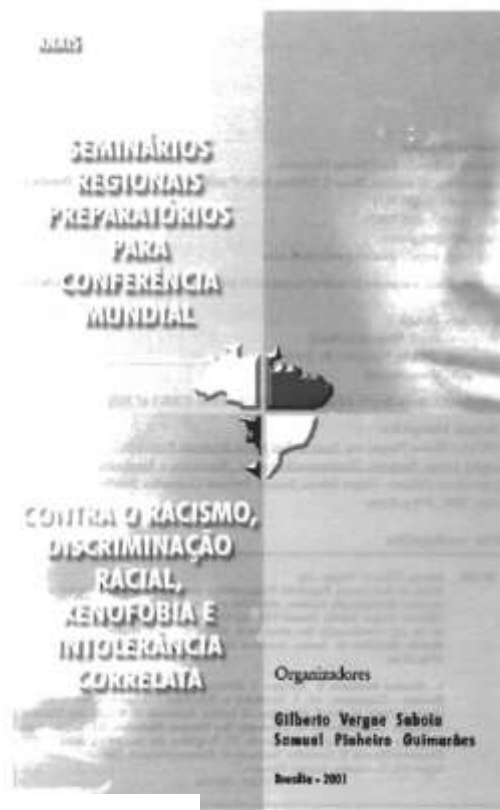
PESQUISA DE DOUTORADO PPGEDU/UFRGS

Marta Mariano Alves (Doutoranda PPGEDU/UFRGS)



https://www.facebook.com/abpn.org.br/posts/3854196751345543/?locale=sw_KE 1/2

ANEXO 3 - SEMINÁRIO PREPARATÓRIOS PARA A CONFERÊNCIA DURBAN/2001



Ministério da Justiça
Secretaria de Estado dos Direitos Humanos
Espaço dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede, 4º andar, sala 420 - 70064-900 - Brasília-DF
Fone: 061 429-3771
Fax: 061 226-7980
E-mail: sedh@mj.gov.br
Home page: <http://www.mj.gov.br/sedh.htm>

Não é permitida a reprodução total e/ou parcial da publicação, citando-se expressa a fonte de referência.

Distribuição gratuita
Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Copyright © 2001 by Ministério da Justiça
Tiragem: 3.000 exemplares

Normalização: Maria Amélia Elisabeth Carneiro Veríssimo (CRB 1 nº 303)

Referência bibliográfica:
SABOJA, Gilberto Vergue, org. *Anais de Seminários Regionais Preparatórios para Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata* / organizadores Gilberto Vergue Saboja, Samuel Pinheiro Guimarães, Brasília, Ministério da Justiça, 2001, 474 p.:21cm.

Ficha catalográfica

301.635 Saboja, Gilberto Vergue, org.
Anais de Seminários Regionais Preparatórios para Conferência Mundial contra racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata / organizadores: Gilberto Vergue Saboja, Samuel Pinheiro Guimarães; coordenação: Danci Bertoldo [et al]; coordenação dos seminários: Marco Antônio Soares de Souza Matt. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2001. 474p.:21cm.

1. Direitos Humanos 2. Racismo 3. Direitos Humanos - Congressos, etc. 4. Racismo - Congressos, etc. 5. Xenofobia 6. Xenofobia - Congressos, etc. 7. Intolerância I. Título II. Brasil. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. III. Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais. IV. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. V. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico VI. Guimarães, Samuel Pinheiro

CDD 301.636

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS



Índice

PARTE - I SÃO PAULO

Luciano Matiz Maia.....	17
Os Direitos das Minorias Étnicas	
• <i>Parte A - A proteção às minorias, no âmbito das Nações Unidas</i>	
• <i>Parte B - O Direito das Minorias na Constituição Brasileira</i>	
• Bibliografia	
Ivair Augusto Alves dos Santos.....	53
A Democracia e a Questão Negra no Brasil	
• A negação	
• Democracia	
Hélio Silva Jr.....	61
Reflexões Sobre a Aplicabilidade da Legislação Anti-racismo	
• Introdução	
• A tensão entre ideologia racial e norma jurídica anti-racismo	
• A armadilha semântica do aparato normativo anti-racismo	
• O enfoque excessivo no direito penal	
• Legalidade e moralidade: notas sobre os limites e as possibilidades da legislação anti-racismo	
• A problemática da desinformação e do desperdício dos operadores do direito	
• Propostas	
• Bibliografia	
Hélio Santos.....	81
Discriminação Racial no Brasil	
• A invisibilidade do negro	
• Discriminação: a manifestação do racismo e do preconceito	
• Racismo: a legitimação da escravidão	
• A causa inicial da baixa renda, desemprego e subemprego	
• Discriminação racial no trabalho	
• Dificuldades no campo da Educação	
• Discriminação racial nos meios de comunicação	
• A Violência policial e racial	
• Considerações finais	
Petronilha Beatriz.....	103
Pode a Educação Prevenir Contra o Racismo e a Intolerância?	
• Alguns Traços da História	
• Que encaminhamentos se fazem necessários?	
• Pode a educação prevenir contra o racismo e a intolerância?	
• Bibliografia	



Valter Roberto.....	123
<i>Políticas Raciais Compensatórias: o Dilema Brasileiro do Século XXI</i>	
Luiz Alberto Oliveira Gonçalves.....	139
<i>Brasileiros no Exterior: A Condição Primária do Estrangeiro</i>	

PARTE - II **BELÉM**

Marco Antônio Diniz Brandão.....	165
<i>O Papel da Diplomacia no Combate ao Racismo</i>	
• O Brasil como pioneiro contra o racismo no mundo: o advento da Lei Afonso Arinos e a atuação internacional antes da CERD	
• A participação brasileira nas duas primeiras Conferências Mundiais contra o racismo: a posição brasileira contra o apartheid	
• O processo negociador da CERD e a incorporação ao direito interno brasileiro	
• O Sistema de Monitoramento das Nações Unidas; o CERD, a Subcomissão e os relatórios nacionais	
• O lançamento da ideia da III Conferência Mundial: ressurgimento do racismo e da xenofobia e emprego de novas formas de discriminação	
• O ativismo da diplomacia brasileira	
Zélia Amador de Deus.....	179
<i>A Questão Racial no Brasil</i>	
• Um pouco de história	
• O Abolicionismo no Brasil	
• Abolição e Escravidão e Branqueia-se a Sociedade	
• A Resistência da População Negra	
• Decreta-se o Esquecimento	
• Naturalização da Realidade Social	
• Perspectivas	
• Bibliografia	
Risomar Alves dos Santos.....	191
<i>O Papel da Educação na Prevenção do Racismo e da Intolerância</i>	
• Finalizando	
• Bibliografia	
Glênio da Costa Alvarez.....	207
<i>Populações Indígenas</i>	

Marlene Castro Ossani de Moura	221
Discriminação Estrutural, Institucional e Sistêmica - Povos Indígenas	
• Introdução	
• O indígena e a catequese	
• Os aldeamentos indígenas	
• Os descimentos	
• As "guerras justas"	
• As bandeiras	
• As leis indígenas	
• O índio como problema nacional	
• O que a história revela	
• Considerações finais	
• Bibliografia	
Lúcia Rangel	253
Restituir a Terra, Restaurar a Natureza	
Jorge Miles da Silva (Terena)	265
Declaração Universal dos Direitos Humanos	
• Convenção Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial	
• Definições	
• Sumário	
• A Discriminação Cultural	
• A Discriminação Espiritual/ Religiosa	
• Discriminação aos Direitos Básicos	
• Bibliografia	
Gilson Leite e Oni Padaká	277
Minorias Étnicas, Religiosas e Lingüísticas	
• Introdução	
• Sobre a questão das terminologias identificatórias "minorias étnicas"	
• O Século XX e a Formação do Mundo Globalizado	
• A Globalização e as Étnias Subalternizadas	
• Racismo e Intolerâncias	
• A Internacionalização dos Conflitos Étnicos e Religiosos	
• As Religiões de Matriz Africana no Brasil Frente ao Contexto da Nova Ordem Mundial	
• A comunidade-teteiro e os descompassos com a modernidade	
• Problemas graves	
• Proposições	
• Propostas	
• Bibliografia	



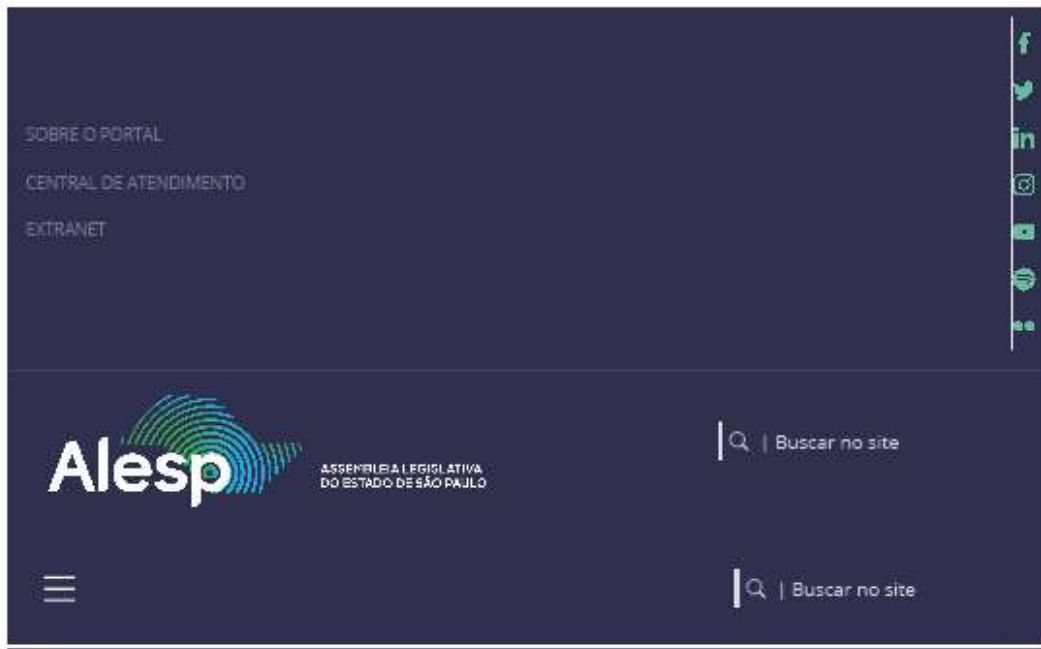
PARTE - III SALVADOR

Ana Lucia Saboia e Luiz Antonio Oliveira.....	297
Perfil Sócio-Econômico da População Negra no Brasil: Diferenças Estaduais	
• Introdução	
• Onde está concentrada a população de cor preta	
• Rendimento	
• Situação Educacional	
• Os arranjos familiares	
• Bibliografia	
Ubiratan Castro de Araújo.....	315
Reparação Moral, Responsabilidade Pública	
• Direito à Igualdade do Cidadão Negro no Brasil	
→	• Confiança
	• Reparação
	• Os danos
	• Pós-abolição, o trauma
	• Responsabilidade
	• Reparação
	• Memória e História
	• Considerações finais
Carlos Moura.....	325
O Papel do Governo na Promoção da Igualdade	
Jeruse Romão.....	339
Educação Democrática Como Política de Reversão da Educação Racista	
• Apresentação	
• O Brasil colônia ou a profecia sobre o futuro dos negros	
• A escola da democracia racial	
• finalizando e propondo	
• Propostas	
• Bibliografia	
Wânia Sant'Anna.....	361
Novos Marcos Para as Relações	
Étnico/Raciais no Brasil: Uma Responsabilidade Coletiva	
• Apresentação	
• Movimento Negro no Brasil - legado e visão	
• O índice de desenvolvimento humano e população afro-descendente no Brasil - apropriação e uso do conceito e seus instrumentos	

ANEXO 4 - ATIVIDADE CAMPANHA “REPARAÇÃO JÁ!” EM 2015

14/07/2023, 15:57

OLPN lança campanha Reparação Já com apelo para mobilização dos movimentos negros



[Início](#) / [Comunicação](#) / [Notícias](#)

OLPN lança campanha Reparação Já com apelo para mobilização dos movimentos negros

O objetivo é colher 1,5 milhão de assinaturas e apresentar projeto de lei de iniciativa popular

27/07/2015 18:20 | Da Redação: Keiko Bailone - Fotos: Marco Cardelino

Compartilhar: [f](#) [t](#) [v](#) [w](#)



<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=366043>

1/5

14/07/2023, 15:59

OLPN lança campanha Reparação Já com apelo para mobilização dos movimentos negros



A Assembleia Legislativa sediou, na última sexta-feira, 24/7, o lançamento da campanha Reparação Já, encabeçada pela Organização pela Libertação do Povo Negro (OLPN).

Ao se manifestarem sobre a necessidade de se obter pelo menos 1,5 milhão de assinaturas para a apresentação de um Projeto de lei de Iniciativa Popular (Plip) - de acordo com a Constituição Federal, a exigência é de 1% da população brasileira, espalhada por cinco Estados -, os dirigentes da OLPN apelaram à unificação e mobilização dos negros.

Yedo Ferreira, matemático, fundador da OLPN, e atual membro do conselho político, observou que não há unidade do povo negro. Contou que desde 2001, quando a Organização das Nações Unidas declarou o tráfico negro, a escravidão e o colonialismo como crimes contra a humanidade, a discussão desse tema não foi aceita pelos principais líderes dos movimentos negros do Brasil. E mesmo agora, encontra resistência.

"Pessoas não vieram a este ato por causa do tema reparação. Acho estranho um negro, um oprimido ser contra a reparação e preferir a igualdade racial", lamentou. Assinalou que a reparação é o "caminho correto, e quem quiser vai aderir, já que não há alternativa". Ferreira explicou que a mobilização pela reparação ocorre na Armênia, que protesta contra o genocídio de mais de um milhão de armênios pelos turcos, em 1915, e na Palestina, contra o Estado de Israel.

As palavras de Yedo Ferreira encontraram eco no discurso de Ruth Pinheiro, administradora e produtora cultural, atual presidente do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Osvaldo dos Santos Neves (Cadon). Em 1991, Ruth Pinheiro participou de uma conferência mundial na Nigéria, com 550 representantes de 53 países. À época, o Brasil não enviou representação oficial sob a alegação de que não havia racismo no país.

"Os representantes dos outros países eram quase todos formados por advogados dos Direitos Humanos", destacou, ao contar que a história da Reparação começou nesse encontro. Ao retornar, ela admitiu que ficou assustada com a responsabilidade de abordar esse tema no Brasil. Nos últimos vinte anos, ao levantar essa questão, sentia-se desacreditada, "pois diziam que eu havia inventado essa história". Assim, o movimento da Reparação avançou na Europa e



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em:

[HTTPS://WWW.AL.SP.GOV.BR/NOTICIA/?ID=366043#:~:TEXT=OLPN%20LAN%C3%A7A%20CAMPANHA%20REPARA%C3%A7%C3%A3O%20J%C3%A1%20COM%20APELO%20PARA%20MOBILIZA%C3%A7%C3%A3O%20DOS%20MOVIMENTOS%20NEGROS.-O%20OBJETIVO%20%C3%A9&TEXT=A%20ASSEMBLEIA%20LEGISLATIVA%20SEDIU%2C%20NA,DO%20POVO%20NEGRO%20\(OLPN\).](https://www.al.sp.gov.br/noticia/?ID=366043#:~:TEXT=OLPN%20LAN%C3%A7A%20CAMPANHA%20REPARA%C3%A7%C3%A3O%20J%C3%A1%20COM%20APELO%20PARA%20MOBILIZA%C3%A7%C3%A3O%20DOS%20MOVIMENTOS%20NEGROS.-O%20OBJETIVO%20%C3%A9&TEXT=A%20ASSEMBLEIA%20LEGISLATIVA%20SEDIU%2C%20NA,DO%20POVO%20NEGRO%20(OLPN).)



MANIFESTO

"Não há em lugar algum caminho fácil para a liberdade, e muitos de nós teremos que atravessar o vale das sombras da morte, dia após dia, antes de alcançarmos o topo da montanha de nossos desejos."

(Nelson Mandela)

Nós, negras e negros do Brasil, unidos no projeto político de um Estado que seja reflexo da nação pluriétnica e multicultural que constituímos, **DECLARAMOS:**

O Brasil é um país pluriétnico e multicultural, formado a partir da invasão de europeus, em terras originalmente pertencentes aos povos indígenas, e desenvolvido por meio do trabalho de negros e negras sequestrados da África em navios negreiros e submetidos à escravidão. Desde sua origem, o Estado brasileiro se apropriou e vem transferindo todos seus recursos financeiros e patrimoniais para classes políticas e grupos econômicos herdeiros dos colonizadores e dos senhores de escravizados, mantendo na miséria parcela significativa da sua população, majoritariamente formada pelo povo negro e povos indígenas;

São negros e negras a maioria absoluta da população carcerária, das vítimas do genocídio com foco no extermínio da juventude, dos moradores em habitações precárias, sem saneamento básico, dos sem-teto, sem-terra, população de rua, subempregados, idosos sem amparo, das crianças e adolescentes em situação de risco e das vítimas da violência policial e de todos os tipos de opressão;

A baixa qualidade da educação, o péssimo atendimento à saúde, a persistência das doenças endêmicas, a precariedade dos transportes, os entraves ao acesso a bens culturais, ao lazer, a má alimentação popular, o desrespeito aos povos e comunidades tradicionais de matriz africana e a suas manifestações religiosas, têm como alvos principais os moradores de territórios vulneráveis, constituídos de negros e indígenas;

O racismo, o preconceito e a discriminação, predominantes no Estado e disseminados na sociedade brasileira, contribuem para a perpetuação das injustiças e desigualdades, impedindo que o Brasil se torne, efetivamente, uma Nação pluriétnica e multicultural. Nenhum dos poderes da República ou esfera governamental tem adotado medidas eficazes para reverter a situação. Visto que a riqueza financeira e patrimonial do País é proveniente do trabalho de todas as etnias que o compõem, são necessárias novas formas de representatividade e de organização do Estado, com o Poder Nacional compartilhado por todos os estratos étnicos e culturais da população, para que essa riqueza seja redistribuída em favor dos excluídos;

A igualdade para o exercício de direitos e acesso a

oportunidades implica o reconhecimento pelo Estado brasileiro da dívida histórica existente e reparação dos prejuízos por ele causados a seu povo. Praticamente toda riqueza do Brasil foi acumulada a partir das receitas auferidas com o tráfico negreiro, a comercialização dos africanos e a exploração do trabalho do escravizado negro. A Organização das Nações Unidas - ONU, em sua Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabelece a imprescritibilidade dos atos considerados como Crimes contra a Humanidade e o dever de reparação pelo ente causador. A Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e formas correlatas de Intolerância, organizada pela ONU e realizada em setembro de 2001, na África do Sul, com participação brasileira, reconhece que o tráfico transatlântico de seres humanos da África e a subjugação do africano a trabalho escravo são Crimes da História, configurando Crimes contra a Humanidade e, como tal, imprescritíveis e sujeitos a Reparação;

O Estado brasileiro é responsável por negar o direito de equidade aos ex-escravizados, ao conceder indenização financeira, paga pelo Fundo de Emancipação de Escravos, aos proprietários que os "vendiam" à Coroa Imperial e ao subvencionar, por mais de quarenta anos (1888 a 1930), o transporte marítimo, terrestre e o assentamento de imigrantes europeus em terras brasileiras. A vinda desses trabalhadores em substituição à mão-de-obra escravizada - deixada ao desamparo - tinha como objetivo o branqueamento do País, no anseio governamental de construir uma nação uniétnica. Esse tratamento iníquo configura crime continuado do Estado brasileiro, já que tais medidas contribuíram significativamente para a situação de exclusão social em que se encontra o povo negro desde aquela época até os dias atuais;

Dado que a riqueza nacional tem origem na exploração da mão-de-obra, no genocídio racista do povo negro e dos povos indígenas, e na expropriação de seus territórios e recursos naturais, fato que vem se repetindo com as comunidades quilombolas, exigimos garantia imediata, irrestrita, de seus direitos territoriais, culturais e civis, reintegração de posse das áreas tradicionalmente ocupadas por essas comunidades, bem como apoio a seu desenvolvimento, com a utilização dos recursos econômicos, políticos e humanos que se fizerem necessários;

e **CONCLAMAMOS** o povo negro, os povos indígenas e demais povos que constituem a Nação Brasil à luta por um Poder Nacional compartilhado.

ORGANIZAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO OLPN

ANEXO 5 - ATIVIDADES DE FORMAÇÃO TEMÁTICA REPARAÇÕES

CULTURA UFMG

QUEM SOMOS
ESPAÇOS DE CULTURA
PROJETOS
PROGRAMAÇÃO
FORMAÇÃO TRANSVERSAL
EDITAIS
CONTATO

Centro Cultural UFMG sedia Seminário Internacional sobre Reparações

Centro Cultural UFMG sedia Seminário Internacional sobre Reparações

O Centro Cultural UFMG e o Centro Cultural São Geraldo sediam o Seminário Internacional sobre Reparações, evento que acontece nos dias 06 e 07 de novembro e tem entrada franca. Preparado pelo Instituto Nacional dos Povos (INP) e por diferentes organizações da sociedade brasileira, o seminário tem o objetivo de compartilhar o conhecimento sobre reparações históricas, buscando entender aos descendentes de povos africanos escravizados no Brasil os direitos estabelecidos na Declaração de Durban, África do Sul.

No documento, elaborado em 2001 com a participação do Brasil, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece explicitamente que o tráfico transatlântico de africanos e sua escravidão e de seus descendentes constituem Crimes da História, Crimes contra os Direitos Humanos, e, como tal, exigem reparações.

A programação do Seminário Internacional sobre Reparações, anexada abaixo, conta com palestras, debates, mostras e oficinas, de 9h às 18h, nos dois dias de evento. O Centro Cultural UFMG fica na Av. Santos Dumont, 174 – Centro – Belo Horizonte – MG. O site do espaço é www.ufmg.br/centrocultural.

Para mais informações sobre o INP, entre em contato através dos números (21) 2524-0981 e 99827-2093 e do e-mail inp1925@gmail.com. Em Belo Horizonte, o responsável é Eustáquio Lawa, no e-mail sankaralawa@hotmail.com e em (31) 3568-8022 e 98383-8409.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE REPARAÇÕES
Belo Horizonte - 2015

PALESTRAS, DEBATES, MOSTRAS E OFICINAS

06/11 CENTRO CULTURAL UFMG 07/11 CENTRO CULTURAL SÃO GERALDO

PROGRAMAÇÃO

CENTRO CULTURAL UFMG
06/11, sexta-feira, de 9h às 18h
Av. Santos Dumont, 174 - Praça da Estação - Centro

<p>9h Credenciamento e distribuição de material para os debates Café da Manhã</p> <p>10h Abertura e Introdução Hegemonias nacionais: as ações afirmativas no Brasil fracassaram? Elo Sernagioti (RJ), Escritora, Diretor-Executivo do CEAP</p> <p>10h15 PANEL 1 Reparações Históricas: Orígenes, Condição Moderna e Perspectivas para o Brasil. Vedó Ferraço (RJ), Intelectual Orgânico e Militante Histórico do Movimento Negro Projeto de Lei de Iniciativa Popular (LIP) – sobre a reparação aos descendentes de povos africanos escravizados no Brasil. Eustáquio Lawa (MG), Engenheiro, Mestre em Administração Pública</p>	<p>11h15 PANEL 2 A Reparação no mundo: Alcance e Estado de Arte. Brofimo Goyer – Oñiel Honorário do Senegal em BH A situação afrodescendente nas Américas. Reginaldo Bispo (SP), Etnohistorista, Militante dos lutas pela Reparação Aspectos conjunturais para a campanha da Reparação em Minas Gerais. Benildo Broto (MG), Escritor, Coordenador do Nango – Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte</p> <p>12h45 Oficina de Turbante com Rô Fatowa e Penteados Afro com Betina Borges, Salão Beleza Negra</p> <p>13h15 Almoço</p> <p>14h PANEL 2 (cont.) – Debates Ruth Pinheiro (RJ), João Elias (SP), Wilson Abovons (MG), Representante do RS, Representante africano. Moderador: Sernag (RJ)</p> <p>15h30 Oficina de Turbante com Rô Fatowa e Penteados Afro com Betina Borges, Salão Beleza Negra Coffee Break</p> <p>16h PANEL 3 Brasil – Projeto Político de Nação: estratégias de mobilização popular. Moderadores: Deivito de Souza (RJ) e Ovídio Almeida (RJ)</p> <p>17h30 Informativo sobre as atividades do dia seguinte</p> <p style="text-align: center;">Durante o Seminário haverá exposição de fotografias (Eliene Martins) e de quadros (Marcelo Avêla) com a temática afro</p> <p style="text-align: center;">CENTRO CULTURAL SÃO GERALDO 07/11, sábado, de 9h às 17h Rua Silveira Alvares, 540 - Bairro São Geraldo</p> <p>9h Credenciamento de novos participantes Café da Manhã</p> <p>10h Palestra sobre as atividades empreendidas pelo Centro Cultural (Diretoria do Centro)</p> <p>10h15 Informe Geral sobre o estágio atual da luta no Brasil pela Reparação Eustáquio Lawa (MG), Engenheiro, Mestre em Administração Pública e Vedó Ferraço (RJ), Intelectual Orgânico e Militante Histórico do Movimento Negro</p>	<p>11h15 O Imaginário da criança negra no cenário pós-Reparação Fabrício do Mello (MG) – Contador de histórias e Mestre em Educação</p> <p>12h Oficina de Turbante com Rô Fatowa e Penteados Afro com Betina Borges, Salão Beleza Negra</p> <p>12h30 A Reparação nas cantorias de Congo e Moçambique Guarda de Moçambique e Congo Tiar de Alão – Condição – BH</p> <p>13h15 Almoço</p> <p>14h30 Oficina de Turbante com Rô Fatowa e Penteados Afro com Betina Borges, Salão Beleza Negra</p> <p>15h Rap da Reparação Show de Hip Hop com Daniel D'Alip e Evanildo Alc. do Alto Vento Cruz</p> <p>16h Expressões da Cultura Negra: processos de preservação e de expansão Tom Nascimento e Johnny Herro em São Africa Pocket</p> <p>17h Encerramento com Lanche afro-brasileiro</p>
---	---	--

INFORMAÇÕES
Instituto Nacional dos Povos (INP)
+ 55 (21) 2524-0981 e 99827-2093 / inp1925@gmail.com
Em Belo Horizonte
Eustáquio Lawa
+ 55 (31) 3568-8022 e 98383-8409 / sankaralawa@hotmail.com

PARCENARIOS



SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE REPARAÇÕES
Palestras | Debates | Mostras e Oficinas

17h30 Informativo sobre as atividades do dia seguinte

Durante o Seminário haverá exposição de fotografias (Etiene Martins) e quadros (Marcial Ávila) com a temática afro

PROGRAMAÇÃO
CENTRO CULTURAL SÃO GERALDO
 07/11, sábado, de 9h às 17h
 Rua Silva Alvarenga, 548 – Bairro São Geraldo

Horário	Atividade
9h	Credenciamento de novos participantes Café da Manhã
10h	Palestra sobre as atividades empreendidas pelo Centro Cultural (Diretoria do Centro)
10h15	Informe Geral sobre o Estágio Atual da Luta no Brasil pela Reparação <i>Eustáquio Lawa (MG), Engenheiro, Mestre em Administração Pública e Yedo Ferreira (RJ), Intelectual Orgânico e Militante Histórico do Movimento Negro</i>
11h15	O Imaginário da Criança Negra no Cenário pós-Reparação <i>Flávia da Mata (MG) – Contadora de histórias e Mestre em Educação</i>
12h	Oficina de Turbante com Rô Fatawa e Penteados Afro com Betina Borges, Salão Beleza Negra
12h30	A Reparação nas Cantorias de Congado e Moçambique <i>Guarda de Moçambique e Congo Treze de Maio – Concórdia – BH</i>
13h15	Almoço
14h30	Oficina de Turbante com Rô Fatawa e Penteados Afro com Betina Borges, Salão Beleza Negra
15h	Rap da Reparação <i>Show de Hip Hop com Daniel D’Rap e Evandro Mc, do Alto Vera Cruz</i>
16h	Expressões da Cultura Negra: processos de preservação e de expansão <i>Tom Nascimento e Johnny Herno em Sols África Pocket</i>
17h	Encerramento com Lanche afro-brasileiro



Universidade Livre Quilombola

SEMINÁRIO E LANÇAMENTO DO LIVRO PROJETO POLÍTICO DO POVO NEGRO PARA O BRASIL: CONSTRUINDO UMA NOVA NAÇÃO INCLUSIVA

PROGRAMAÇÃO - 24/MARÇO/23

Tarde: 14h Roda de conversa com Reginaldo Bispo: AS LUTAS ANTIRRACISTAS NA CONTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO INCLUSIVA
Local: Sala 512 FACULDADE DE EDUCAÇÃO/CAMPUS CENTRO - UFRGS

Noite: 19h: Abertura cultural: Nanci Araújo (Cantora, Professora, Militante Social do Utopia e Luta)

19h30: Abertura de boas-vindas: Cláudia Pires (NEGA/UFRGS), Onir de Araújo (Frente Quilombola/RS), Sandro Gonçalves de Lemos (Quilombo Lemos), Antonio Carlos Côrtes (Advogado/Integrante Grupo Palmares), Carla Marques (Yê Sirê Osum Docô), Luiz Felipe de Oliveira Teixeira (Coordenador Estadual do Movimento Negro Unificado - MNU), Lúcio Almeida (Direito/UFRGS), Maria do Carmo Aguiar (IACOREq/RS), Márcio Luis Rosa de Oliveira (CODENE/RS), Mestre Paraquedas (Mestre Griô, Carnavalesco), Roberto Liebgott (CIMI), Gah Té Iracema Nascimento Kaingang (Retomada Gãh Ré).

20h Mesa de lançamento do livro PROJETO POLÍTICO DO POVO NEGRO PARA O BRASIL: CONSTRUINDO UMA NAÇÃO INCLUSIVA - Yedo Ferreira, Eustáquio José Rodrigues, Reginaldo Bispo e Eduardo Ferreira

21h30: Sessão de autógrafos
Local: Sala 102 (Auditório) FACULDADE DE EDUCAÇÃO/CAMPUS CENTRO - UFRGS

PROMOÇÃO:



APOIO:




Universidade Livre Quilombola

SEMINÁRIO E LANÇAMENTO DO LIVRO, PROJETO POLÍTICO DO POVO NEGRO PARA O BRASIL: CONSTRUINDO UMA NOVA NAÇÃO INCLUSIVA

PROGRAMAÇÃO - 25/MARÇO/23

Manhã: Reparação Histórica e Geográfica e seus desafios metodológicos para Quilombos em contexto urbano e rural

Tarde: 14h Direitos Territoriais, autonomia e a luta pela terra no Brasil

Convidados: Yedo Ferreira, Eustáquio Rodrigues, Reginaldo Bispo, Eduardo Ferreira e Lideranças Quilombolas.

Local manhã e tarde: Quilombo da Família Lemos/Porto Alegre/RS

PROMOÇÃO:



APOIO:





Universidade Livre Quilombola

SEMINÁRIO E LANÇAMENTO DO LIVRO, PROJETO POLÍTICO DO POVO NEGRO PARA O BRASIL: CONSTRUINDO UMA NOVA NAÇÃO INCLUSIVA

Palestrantes



NANCI ARAÚJO - Cantora desde menina e em 1986 estréia como cantora profissional na Cia. de Artes. No final dos anos 80, com os músicos Bebeto Alves, Paulo Gaiger, Peri Souza, Nelson Coelho de Castro, Gelson Oliveira e Neusa Ávila fundou a Cooperativa Mista dos Músicos de Porto Alegre, quando produziram juntos, o show "Cooppor Canta Lupi", um marco na época, valorizando as muitas vozes da cidade.



YEDO FERREIRA - Militante negro, desde 1968, no combate ao racismo e na luta pela libertação do povo negro das péssimas condições de vida nas quais se encontra à séculos.

- No coletivo, no ano de 1973/74 fundou a CEAA na Universidade Cândido Mendes - Voltado para a África:

As lutas de libertação nacional e os pensadores políticos africanos (Amílcar Cabral, Fanon, Nkrumah e outros).



REGINALDO BISPO - participante de inúmeras entidades de MN Campineiro, paulista e nacional, bem como de entrevistas e debates na mídia,, palestras em escolas e comunidades, seminários do MN e universitários, encontros e Congressos do MN nacional: ENEN, CONNEB, do MNU, Quilombolas e outros.



EUSTÁQUIO RODRIGUES OU EUSTÁQUIO LAWA -

Engenheiro e psicólogo, a partir de 1995, após completar o mestrado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, fez o curso de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, ingressando no Tribunal de Contas da União em 1999, onde se aposentou. Ativista do Movimento Negro desde 1978, foi membro do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras - IPCN e do Grupo Negricia de poesia.



EUGÊNIO SILVA DE ALENCAR, mais conhecido como Mestre Paraquedas é músico, compositor, poeta, carnavalesco, desenhista e Mestre Griô, reconhecido pelo Ministério da Cultural em 2007. Fundador da Tribo Carnavalesca Os Comanches, da Escola de Samba Puro entre outras, Mestre Paraquedas é um dos compositores de samba enredo mais premiados da história do carnaval.



EDUARDO SOUZA FERREIRA -

Membro da Comissão mista permanente pela Pequena África e do I.N.P. (Instituto Nacional dos Povos).

Formado em Arte pela UERJ. Professor de Arte do ensino fundamental.

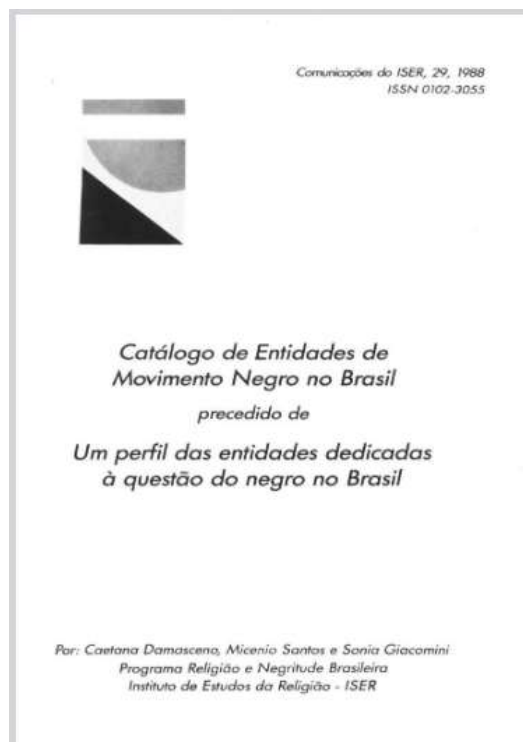
PROMOÇÃO:



APOIO:



ANEXO 6 - CATÁLOGO DE ENTIDADES DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO



Comunicações do ISER

Comissão Editorial: Rubem César Fernandes (coordenador)
Pedro A. Ribeiro de Oliveira
Waldo Cesar
Pedro Ceiso Uchôa Cavalcanti
Caetana Damasceno
Sonia Giacomini

Secretário de Redação: Flávio Lenz

Revisão: Flávio Lenz e Jorge Moutinho Lima

Programação Visual: Cecília Leal de Oliveira e Eduardo Chor

Capa: Eduardo Chor

Composição: Marisa Silva Lima – CCF/Stage Propaganda Ltda.

Distribuição: Henry Decoster (ISER)

ISER

Largo do Machado, 21 – cobertura

Cep: 22231 Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (021) 265-5747

Apresentação

A ideia de organizar um catálogo de grupos que atuam no Brasil visando o combate ao racismo e à discriminação racial surgiu em 1986. Não partimos do zero: com efeito, já existiam algumas listagens, que constituíram um ponto de partida imprescindível para a organização e publicação deste catálogo.* Foi pelo exame e checagem delas, pela sua reorganização e reatualização, que foi possível dimensionar o universo desses grupos.**

A partir dessa base, o Programa Religião e Negritude Brasileira, do ISER, organizador do Catálogo, trabalhou arduamente durante os anos de 1986 e 1987 para reunir o maior número possível de grupos, de forma a facilitar o contato entre eles e a organização dos mais diversos eventos neste ano do centenário da Abolição. Um questionário detalhado, distribuído a todas as entidades das primeiras listagens, resultou ainda em novas indicações de grupos, que foram incluídos no Catálogo. No caso, o critério foi o de incluir todo e qualquer grupo a partir da indicação daqueles que já faziam parte das listagens iniciais.

Uma pesquisa informal posterior aumentou ainda em cerca de 50 por cento o total de

entidades até então obtido (363). Assim, o Catálogo que ora apresentamos contém 577 grupos. Mesmo considerando este elevado total, vale lembrar que, como em outros trabalhos dessa natureza, o resultado deste também é provisório. Entidades novas têm surgido com frequência, outras desapareceram, e ainda outras mudaram de endereço. Por isso, serão muito bem-vindas indicações de grupos que, por motivos estranhos a nossa vontade, ainda não foram incluídos, bem como, se for o caso, atualizações de endereços e de nomes dos responsáveis das entidades já relacionadas. Agradecemos, por fim, a todos aqueles que, das formas as mais diversas, nos ajudaram nessa tarefa.

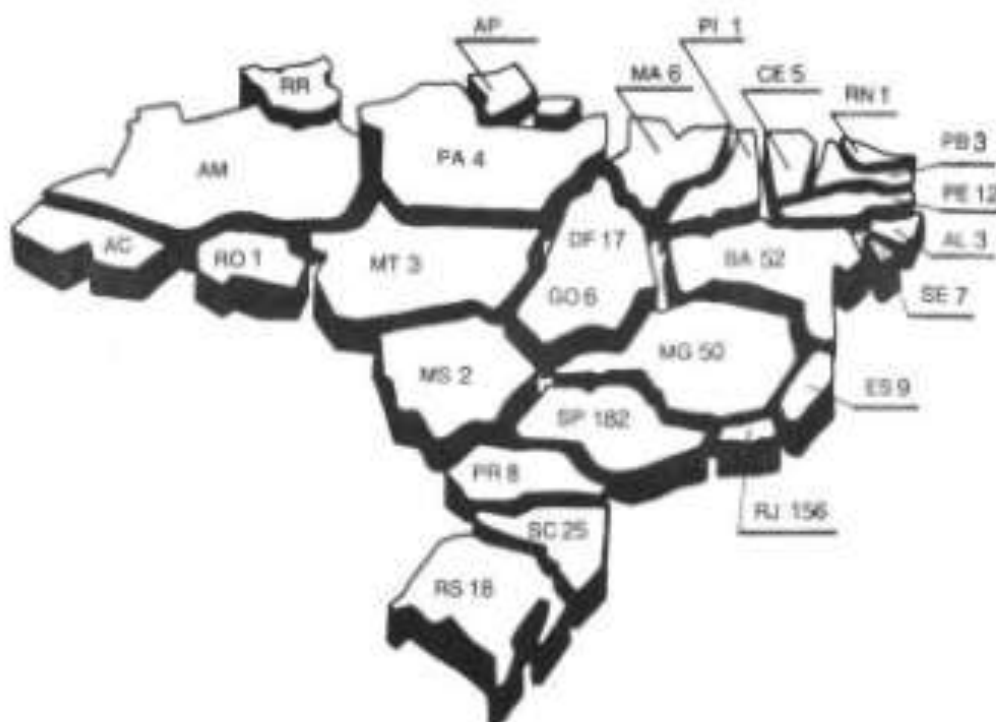
Programa Religião e Negritude Brasileira – Instituto de Estudos da Religião (ISER)
março de 1988

*Agradecemos, em especial, ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Conselho Universitário Cândido Mendes (RJ), Grupo União e Consciência Negra de Duque de Caxias (RJ), Agência de Pastoral Negro – Quilombo Central (SP) e Instituto de Pesquisas das Culturas Negras – IPCN (RJ), que nos forneceram as listagens-base das quais partimos.

**Para uma análise e perfil dessas entidades, ver "Um perfil das entidades dedicadas à questão do negro no Brasil", neste número de Comunicações do ISER.

Comunicações do ISER, 29, 1988

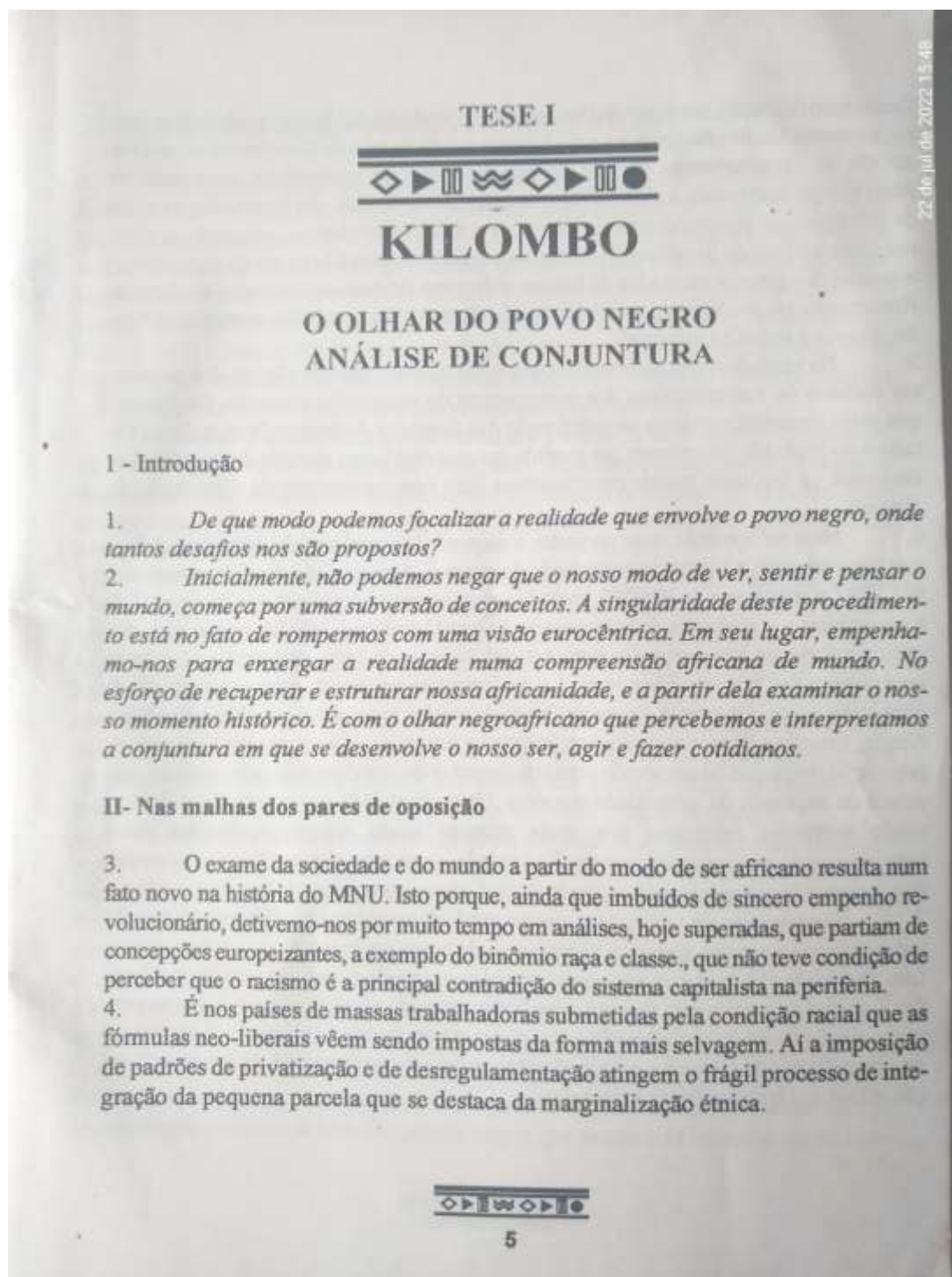
Distribuição de entidades de movimento negro nos estados brasileiros, conforme o Catálogo de Entidades de Movimento Negro no Brasil.



Total: 573

Comunicações do ISER, 29, 1988

ANEXO 7 - TESE RAÇA E TERRITÓRIO/1998



III - Proletariado migrante e a crise do mundo de trabalho

8. No regime capitalista, os modos de reprodução impostos à classe operária diferenciam um proletariado integrado, relativamente estabilizado, e um proletariado migrante e temporário; um controlado por instituições de segurança social, o outro por uma estrutura administrativa e policial, que organiza os deslocamentos de populações entre a economia doméstica e salarial. A imagem-modelo dessa população migrante são os refugiados de guerra. Metade da população de africanos e descendentes no mundo se encontra em situação de refugiados de guerra de alta intensidade. Dois terços da outra metade não é considerada de refugiados porque se encontra inscrita numa guerra de baixa intensidade, não reconhecida oficialmente.

9. Estamos diante de um sistema estatal que protege, controla e equilibra a relação entre o capital e os trabalhadores integrados (basicamente, europeus), à custa da degradação das condições de existência dos trabalhadores migrantes. O controle do processo de exploração e reprodução dessa massa de trabalhadores migrantes se faz basicamente por meio da violência.

10. Indicadores evidenciam o caráter racial dessa "linha de cor" que divide um mundo integrado ao sistema de outro marginal e superexplorado: apesar de sermos um terço da população mundial, nós africanos somos cerca de metade dos 4 bilhões de seres humanos, empurrados para o "apartheid". Dados da ONU de 1996, sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), coloca o Brasil na 63ª posição (junto com países de médio desenvolvimento). Quando examinados os mesmos dados referentes à população negra, ocupamos a 121ª posição, uma das piores colocações, em igualdade com Zimbábwe e Lesoto. Isto demonstra que a situação de Desenvolvimento Humano do povo negro é tão precária no Brasil quanto em África.

11. Mesmo nos EUA, e apesar das políticas afirmativas, a diferença entre o salário-hora de jovens negros e brancos só vem aumentando nas últimas décadas e a diferença no índice de desemprego continua aumentando. Até mesmo as políticas de quotas vêm sendo neutralizadas pelos efeitos da reestruturação produtiva do mundo do trabalho. Em nome da maior competitividade os empregadores têm superestimado fatores como a aparência, isto é, a avaliação se dá em função dos padrões físicos e comportamentais da etnia que se pretende superior. Baseados em Tilly (1966), entendemos que os empregadores têm relutado cada vez mais em contratar jovens negros, porque há mudanças no ambiente de trabalho que geram uma necessidade maior de competências indefinidas. Os empregadores não admitem, nos jovens negros, tais capacidades, para neutralizar o sobre esforço de capacitação escolar e técnica dos poucos negros que escapam às barreiras raciais ante-



riores ao mundo do trabalho. Vê-se por aí que as medidas pós-liberais para atenuar os efeitos estruturais da exclusão do mundo do trabalho, assim como as políticas afirmativas não terão quaisquer resultados sobre a marginalização da população negra.

12. O crescimento do desemprego e do subemprego atingirá de forma contundente a população africana, em África e na Diáspora, reproduzindo de forma nítida a "linha de cor" que Du Bois previa como o problema do século: de um lado os integrados ao sistema (brancos), de outro os excluídos (africanos).

20 ANOS DE MNU

13. *Você já observou o sucesso tecnológico e econômico dos chamados países do primeiro mundo? Teriam eles chegado lá por causa da boa sorte? Por causa da sua fé cristã? Ou haveria uma ligação entre todo aquele conforto e as opressões que seus lacaios impuseram sobre as civilizações africanas? Com que argumentos podemos, nós do MNU, fazer um balanço destes últimos séculos?*

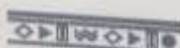
Balanço : De Raça e Classe a Raça e Território

14. Podemos dizer hoje, que a grande conquista do MNU, foi desenvolver uma análise de conjuntura própria. Hoje, passado vinte anos, o MNU não lê mais a conjuntura com os olhos dos agrupamentos de esquerda e, inicia o desenvolvimento de uma teoria própria baseada no dia a dia do negro no Brasil com vista a uma experiência universal do africano.

15. O MNU foi formado por agrupamentos do Movimento Negro, buscando unificar grupos de negros no combate sistemático à discriminação racial e ao racismo no Brasil.

16. Quatro garotos do time infantil de voleibol, do Clube de Regatas Tietê, em São Paulo, foram barrados pelo porteiro do clube pelo fato de serem negros.

17. Robson Silveira da Luz, trabalhador, pai de família, foi preso acusado de roubar frutas numa feira, de volta de uma festa, tendo sido torturado no 44º Distrito Policial de Guaianases, zona leste de São Paulo, indo falecer em consequência às torturas. Estes foram os fatos imediatos que levaram negros da cidade de São Paulo a se reunir para dar respostas aos atos racistas que humilhavam, prendiam, torturavam e matavam trabalhadores negros em todo o canto do país.



58. Os marxistas na periferia do sistema, na África, na Ásia, em algumas regiões das Américas perceberam esta questão, mas não foram entendidos pela Europa e pelas visões colonizadas da própria periferia, enfraquecendo a luta do povo da periferia contra o sistema capitalista.

59. As forças de esquerda no Brasil não conseguiram entender a necessidade de se combater a visão racista na sociedade brasileira, não conseguiram perceber a importância de se derrubar a estrutura racista da sociedade brasileira para se construir efetivamente um processo revolucionário neste país.

60. Não se deram conta que a história oficial do Brasil é a história da classe dominante. Mais ainda. Não conseguiram se desligar dessa história. Os brancos se sentem fazendo parte dessa história. Não querem efetivamente combatê-la, não querem abrir mão de seus privilégios históricos estruturados em privilégios raciais.

61. Os brancos se sentem efetivamente como descobridores do Brasil, das Américas. Se sentem colonizadores e tem orgulho disto. Não se assumem como invasores, como fazendo parte de um processo de dominação.

62. Agem como se fosse possível separar o passado do presente. Agem como se fosse possível mascarar a realidade. Não agem com a consciência de que o presente é uma consequência do passado. Para serem revolucionários terão que decidir a favor dos dominados, mesmo que para isso tenham que perder privilégios históricos, outra postura diferente desta é o caminho da reforma e não da revolução.

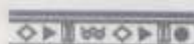
63. Esta postura das forças de esquerda, a alienação do negro colonizado pelo sistema branco e racista, foram os grandes empecilhos para que as transformações necessárias não acontecessem.

64. Nesse sentido, necessitamos fazer uma análise dos movimentos sociais no Brasil, e como se comportam em relação às questões do povo negro.

65. As organizações brancas tradicionalmente atuaram utilizando o povo negro como objeto e nunca como agente de seu próprio processo histórico. A própria história dos trabalhadores é situada na vinda dos trabalhadores imigrantes, italianos, espanhóis, desconsiderando as ações do povo indígena e do povo negro contra o colonialismo e a escravidão no Brasil.

66. Esta visão parcial da história leva estas organizações a terem postura estreita, reformista e até mesmo reacionárias na relação política com o povo negro, arrastando-o a assumir seus programas supostamente amplos e universais.

67. A questão racial é sempre vista como periférica graças à visão eurocêntrica dos problemas brasileiros.



138. A construção do projeto político do povo negro pressupõe ações e práticas concretas que superem a situação de dominação sexista imposta pelo sistema, e até hoje absorvida em África e na diáspora.

PROJETO POLÍTICO

139. Desde o seu surgimento, o MNU desenvolveu uma luta intensa de denúncia contra o racismo, mas é preciso ir além. Os enfrentamentos que tivemos ao longo destes 20 anos evidenciaram-nos que, efetivamente, o combate ao racismo constitui o principal compromisso de nossa militância, pois é a partir de sua prática que se articula o genocídio contra as populações africanas.

140. Compete ao MNU auto-impor-se a tarefa de desencadear a construção de um projeto planetário que contemple os interesses das populações africanas, tanto em África quanto na Diáspora, projeto solidário, que contribua para a libertação de nossos povos oprimidos.

141. A importância e grandeza deste desafio que o MNU se propõe enfrentar, implica de imediato, na superação de práticas políticas e éticas em nossa organização, por exemplo:

142. Respeito para com as diferentes concepções internas do MNU.

Combate ao utilitarismo, estabelecendo critérios de formação política que permita uma renovação baseada na convicção política, voltada para os reais interesses do nosso povo, superando ambições personalistas.

143. Estabelecer uma concepção que tenha identidade com as reais expectativas do povo negro, a partir da recuperação da nossa africanidade.

144. Readequar os documentos básicos do MNU, de modo que potencializem o engajamento de sua militância na construção dos objetivos aqui apontados, visto que sua construção atendeu a demanda de um outro contexto, no qual se inseria nossa organização. Assim sendo, estaremos apresentando a este XII Congresso uma alteração dos nossos documentos básicos (Programa de Ação, Estatuto e Carta de Princípios).

ANEXO 8 - POEMA MENCIONADO DURANTE ENTREVISTA

LUA NEGRA (2021, ENTREVISTA)

Pressentimento

Maio,
treze,
mil oitocentos e oitenta e oito,
me soam como um sussurro cósmico.

A noite sobressaltada
por sirenes me sacode.

Reviro os bolsos à procura do passe
que me permite, São Paulo, cruzar ruas
em latente paz.

A Princesa esqueceu-se de assinar
nossas carteiras de trabalho.

Desconfio, sim, que Palmares vivo
é necessário.

Autor: Paulo Colina



ANEXO 9 - LETRAS DE MÚSICAS MENCIONADAS DURANTE ENTREVISTA

HAMILTON CARDOSO (2021, ENTREVISTA)

Mágico de Oz

Eu tenho fé...
Eu tenho fé...

Aquele moleque sobrevive como manda o dia a dia

Tá na correria, como vive a maioria
Preto desde nascença, escuro de sol
Eu tô pra ver ali igual no futebol
Sair um dia das ruas é a meta final
Viver decente, sem ter na mente o mal
Tem o instinto que a liberdade deu
Tem a malícia que cada esquina deu
Conhece puta, traficante, ladrão
Toda raça, uma pá de alucinado e nunca embaçou
Confia nele mais do que na polícia
Quem confia em polícia? Eu não sou louco!

A noite chega e o frio também, sem demora
E a pedra, o consumo aumenta a cada hora
Pra aquecer ou pra esquecer, viciar
Deve ser pra se adormecer, pra sonhar
Viajar na paranoia, na escuridão
Um poço fundo de lama, mais um irmão
Não quer crescer, ser fugitivo do passado
Envergonhar-se e aos 25 ter chegado

Queria que Deus ouvisse a minha voz
E transformasse aqui no Mundo Mágico de Oz

Que Deus ouvisse a minha voz
(No Mundo Mágico de Oz) No Mundo Mágico de Oz
(Queria que Deus ouvisse a minha voz) Que Deus ouvisse a minha voz
(No Mundo Mágico de Oz) Pode crer

Um dia ele viu a malandragem com o bolso cheio
Pagando a rodada, risada e vagabunda no meio

A impressão que dá
É que ninguém pode parar

Um carro importado, som no talo
"Homem na Estrada" eles gostam ("Não gosto da polícia, raça do caralho")
Só bagaceira só, o dia inteiro só
Como ganha o dinheiro, vendendo pedra e pó Rolex, ouro no pescoço a custa de alguém
Uma gostosa do lado pagando pau pra quem?
A polícia passou e fez o seu papel
Dinheiro na mão, corrupção à luz do céu

Que vida agitada, hein? Gente pobre tem Periferia tem, você conhece alguém?
Moleque novo que não passa dos doze
Já viu, viveu, mais que muito homem de hoje
Vira a esquina e para em frente a uma vitrine
Se vê, se imagina na vida do crime
Dizem que quem quer segue o caminho certo
Ele se espelha em quem tá mais perto

Pelo reflexo do vidro ele vê
Seu sonho no chão se retorcer
Ninguém liga pro moleque tendo um ataque
Foda-se quem morrer dessa porra de crack
Relaciona os fatos com seu sonho
Poderia ser eu no seu lugar
Ah, das duas uma, eu não quero desandar
Por aqueles manos que trouxeram essa porra pra cá
Matando os outros, em troca de dinheiro e fama
Grana suja como vem, vai, não me engana

Queria que Deus ouvisse a minha voz
E transformasse aqui no Mundo Mágico de Oz

Que Deus ouvisse a minha voz
(No Mundo Mágico de Oz) No Mundo Mágico de Oz
(Queria que Deus ouvisse a minha voz) Que Deus ouvisse a minha voz
(No Mundo Mágico de Oz)

Ei mano, será que ele terá uma chance?
Quem vive nesta porra, merece uma revanche
É um dom que você tem de viver
É um dom que você recebe pra sobreviver
História chata, mas cê tá ligado!?
Que é bom lembrar que entrar é um em cem, pra voltar
Quer dinheiro pra vender, tem um monte aí

Tem dinheiro, quer usar, tem um monte aí
 Tudo dentro de casa vira fumaça
 É foda, será que Deus deve tá provando
 minha raça?
 Só desgraça gira em torno daqui
 Falei do J.B. ao Piquiri e Mazzei

Rezei pra um moleque que pediu
 "Qualquer trocado, qualquer moeda, me ajuda
 tio"
 Pra mim não faz falta, uma moeda não neguei
 E não quero saber, o quê que pega se eu errei
 Independente, a minha parte eu fiz
 Tirei um sorriso ingênuo, fiquei um terço feliz
 Se diz que moleque de rua rouba
 O governo, a polícia no Brasil, quem não
 rouba?
 Ele só não têm diploma pra roubar
 Ele não se esconde atrás de uma farda suja
 É tudo uma questão de reflexão, irmão
 É uma questão de pensar

A polícia sempre dá o mau exemplo
 Lava minha rua de sangue, leva o ódio pra
 dentro
 Pra dentro de cada canto da cidade
 Pra cima dos quatro extremos da simplicidade
 A minha liberdade foi roubada
 Minha dignidade violentada, que nada!
 Os manos se ligar
 Parar de se matar, amaldiçoar
 Levar pra longe daqui essa porra
 Não quero que um filho meu um dia, Deus me
 livre, morra
 Ou um parente meu acabe com um tiro na
 boca

É preciso eu morrer pra Deus ouvir minha voz
 Ou transformar aqui no Mundo Mágico de Oz

Que Deus ouvisse a minha voz
 (No Mundo Mágico de Oz) No Mundo
 Mágico...

Jardim Filhos da Terra e tal
 (No Mundo Mágico de Oz) Jardim Hebrum,
 Jaçanã e Jaba Rural
 (Querida que Deus ouvisse a minha voz) Piquiri
 e Mazzei, Nova Galvão
 (No Mundo Mágico de Oz) Jardim Corisco,
 Fontalis e então
 (Querida que Deus ouvisse a minha voz)
 Campo Limpo, Guarulhos, Jardim Peri
 (No Mundo Mágico de Oz) J.B., Edu Chaves e
 Tucuruvi
 (Querida que Deus ouvisse a minha voz) Alô
 12, Mimososa, São Rafael
 (No Mundo Mágico de Oz) Já que nascas, tem
 um lugar no Céu
 Pode crê, tem um lugar

Às vezes eu fico pensando se Deus existe
 mesmo, morô?
 Porque meu povo já sofreu demais e continua
 sofrendo até hoje
 Só que aí eu vejo os moleque nos farol, na rua
 Muito loco de cola, de pedra
 E eu penso, poderia ser um filho meu, morô?
 Mas aí, eu tenho fé...
 Eu tenho fé...
 Eu tenho fé...
 Eu tenho fé em Deus

Compositor: Edi Rock



Brasil com P

Pesquisa publicada prova
 Preferencialmente preto, pobre
 Prostituta, pra polícia prender
 Pare, pense, por quê?

Prossigo
 Pelas periferia praticam perversidades, PMs
 Pelos palanques políticos prometem,
 prometem
 Pura palhaçada, proveito próprio

Praias, programas, piscinas, palmas
 Pra periferia? Pânico, pólvora, pápápá!
 Primeira página
 Preço pago? Pescoço, peito, pulmões
 perfurados

Parece pouco?
 Pedro Paulo, profissão: pedreiro
 Passa-tempo predileto: pandeiro
 Preso portanto pó passou pelos piores
 pesadelos

Presídios, porões, problemas pessoais,
 psicológicos
 Perdeu parceiros, passado, presente
 Pais, parentes, principais pertences

PC, político privilegiado preso parecia piada
 Pagou propina pro plantão policial
 Passou pela porta principal

Posso parecer psicopata
 Pivô pra perseguição
 Prevejo populares portanto pistolas
 Pronunciando palavrões

Promotores públicos pedindo prisões
 Pecado, pena, prisão perpétua
 Palavras pronunciadas pelo poeta, irmão

Compositor: GOG



Divino maravilhoso

Atenção ao dobrar uma esquina
 Uma alegria, atenção menina
 Você vem, quantos anos você tem?
 Atenção, precisa ter olhos firmes
 Pra este sol, para esta escuridão

Atenção
 Tudo é perigoso
 Tudo é divino maravilhoso
 Atenção para o refrão
É preciso estar atento e forte
 Não temos tempo de temer a morte

Atenção para a estrofe e pro refrão
 Pro palavrão, para a palavra de ordem
 Atenção para o samba exaltação

Atenção
 Tudo é perigoso
 Tudo é divino maravilhoso
 Atenção para o refrão
É preciso estar atento e forte
 Não temos tempo de temer a morte

Atenção para as janelas no alto
 Atenção ao pisar o asfalto, o mangue
 Atenção para o sangue sobre o chão

Atenção
 Tudo é perigoso
 Tudo é divino maravilhoso
 Atenção para o refrão
É preciso estar atento e forte
 Não temos tempo de temer a morte

Compositores: Caetano Veloso e Gilberto Gil



LUA NEGRA (2021, ENTREVISTA)

Olha, que eu vim lá de longe

Olha, que eu vim lá de longe
 Perdendo raízes, enchendo porões
 Olha, cruzei tantos mares
 Pisei novas terras, sofrendo grilhões

Mas, meu canto bonito
 Nem dor, nem corrente jamais abafou
 Pois, ser livre eu queria
 Meu Deus, és a força de quem confiou

Olha, vendido em leilão
 Moído em engenhos, plantei meu suor
 Olha, nos campos roçados
 Reguei com meu sangue, meu sonho maior

Mas, meu canto bonito
 Nem dor, nem corrente jamais abafou
 Pois, ser livre eu queria
 Meu Deus, és a força de quem confiou

Olha, eu venho sofrido
 Com todo oprimido cantar sem temor
 Olha, que vem tempo novo
 Trazer para o povo um dia melhor

Mas, meu canto bonito
 Nem dor, nem corrente jamais abafou
 Pois, ser livre eu queria
 Meu Deus, és a força de quem confiou

Olha, rompendo correntes
 Pra nós, liberdade enfim vai chegar
 Olha, trazendo esperança
 O Deus da aliança nós vamos cantar

Mas, meu canto bonito
 Nem dor, nem corrente jamais abafou
 Pois, ser livre eu queria
 Meu Deus, és a força de quem confiou

Compositores: José Thomaz Filho e C. Kuhn



ANEXO 10 - I ENCONTRO NACIONAL DE ENTIDADES NEGRAS/1991

I ENCONTRO NACIONAL DE ENTIDADES NEGRAS-ENEN

DATA: 14 A 17 DE NOVEMBRO DE 1991
LOCAL: CIDADE DE SÃO PAULO GINÁSIO DO PACAEMBU
TEMÁRIO:
1) AVALIAÇÃO
2) CONCEPÇÕES
3) DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO NEGRO

Critérios de Participação
 1) Os delegados deverão ser eleitos em assembleias convocadas publicamente, com esta única finalidade e com o reconhecimento do Fórum de Entidades Negras do Estado.
 2) O quantum mínimo para a assembleia deverá ser de dez (10) participantes, o que dará direito a um (1) delegado. Após este número, a cada dez (10) participantes dará direito a dois (2) delegados, até dez (10) participantes e três (3) delegados e assim sucessivamente.
 3) Apresentação de uma ata de assembleia, em papel timbrado do Estado, contendo os nomes e números dos documentos dos participantes.
 4) Os membros da Coordenação Nacional -- cinco (5) representantes de Entidades locais nos 13 Estados -- serão delegados nos dias 17 e 18/11/91, devido à impossibilidade que assumem na organização do mesmo.
 5) Cada pessoa só pode participar de assembleias de uma única Entidade.
 6) Prazo para inscrições de delegados: 20 dias antes do 1º ENEN -- 14 de outubro de 1991.
 7) Só poderão participar Entidades criadas até hoje (13 meses antes da realização do 1º ENEN -- 14 de maio de 1991).

Observações
 O 1º ENEN será aberto a observadores. Estes não terão direito a voz, voto, pagamento e alimentação.

Composição da Coordenação Nacional
 Cinco (5) representantes de Entidades por Estado.

Composição da Executiva Nacional
 Critérios para a composição: 1) residente; 2) representativa; 3) relação de organização da Entidade.

Executiva Nacional
 A Executiva é composta por 22 membros com a seguinte distribuição:

Estado	Número de representantes
São Paulo	dois
Rio de Janeiro	dois
Bahia	dois
Espírito Santo	dois
Minas Gerais	dois
Amazonas	um
Pará	um
Maranhão	um
Pernambuco	um
Piauí	um
Santa Catarina	um
P. do S. Sul	um
Centro-Oeste	dois

Definição de Entidade Negra
 Entidade é grupo de pessoas negras, que tenham o objetivo específico de combater o racismo e/ou de prestar serviços culturais de modo a alcançar o que não tenham vínculos e estatutos governamentais ou partidários.

Convitadas do Encontro
 Serão convidadas pela Coordenação Nacional por meio de cartas pessoais e/ou com os representantes de partidos políticos, parlamentares negros, Centros Sindicais, entidades de movimento social, delegações estrangeiras etc.

ENCONTROS REGIONAIS DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO (1981 - 1991)

Regionais Norte e Nordeste:	Regionais Sul e Sudeste:
1º Encontro - 1981 Rio de Janeiro/Rio de Janeiro	1º Encontro - 1987 Rio de Janeiro/Rio de Janeiro
2º Encontro - 1982 Pernambuco/Pernambuco	2º Encontro - 1988 São Paulo/São Paulo
3º Encontro - 1983 São Luiz/Maranhão	3º Encontro - 1989 Vitória/Espírito Santo
4º Encontro - 1984 Salvador/Bahia	Regionais Centro e Oeste:
5º Encontro - 1985 Maceió/Alagoas	1º Encontro - 1988 Campo Grande / Mato Grosso do Sul
6º Encontro - 1986 Aracaju/Sergipe	2º Encontro - 1989 Brasília/Distrito Federal
7º Encontro - 1987 Belém/Pará	3º Encontro - 1991 Curitiba/Mato Grosso
8º Encontro - 1988 Recife/Pernambuco	1º Encontro Nacional de Entidades Negras - 1991 São Paulo/São Paulo
9º Encontro - 1989 Salvador/Bahia	
10º Encontro - 1990 Manaus/Amazonas	



(Panfleto 1 ENEN - Acervo Soweto Organização Negra)

Fonte: Portal Geledés, 23/08/2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-perspectiva-de-idade-na-diversidade-o-i-encontro-nacional-de-entidade-negras/>